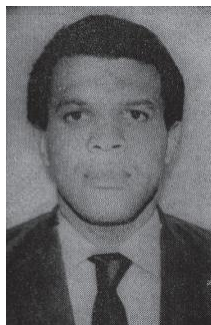


MARCOS ANTÔNIO DA SILVA LIMA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Clarice da Silva Lima e Joaquim Lucas de Lima

Data e local de nascimento: 21/10/1941, João Pessoa (PB)

Atuação profissional: sargento da Marinha

Organização política: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Data e local de morte: 14/1/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Paraíba, Marcos Antônio da Silva Lima estudou no Colégio Lins de Vasconcelos e no Colégio Estadual Liceu Paraibano, em João Pessoa (PB), e concluiu sua formação na Escola Técnica de Comércio, em Campina Grande (PB). Foi jogador de futebol pelo time Estrela do Mar e presidente da congregação religiosa Cruzada Infantil. Em 1958, iniciou sua formação de marinheiro na Escola de Aprendizes de Pernambuco. Trabalhou nos navios Ary Parreiras e no Porta Aviação de Minas Gerais. Em razão da profissão, viajou pelo mundo conhecendo países como Itália, Egito, França e Japão. Em 1962, iniciou sua atuação política quando ajudou a fundar a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entidade que cumpriu importante papel na luta dos marinheiros no período entre 1962 e março de 1964, e da qual foi duas vezes vice-diretor.

Após o golpe militar de abril de 1964, foi expulso da Marinha por força do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, e condenado à prisão. Primeiramente buscou asilo na embaixada do México, onde conheceu Kátia do Prado Valladares, com quem se casou e teve um filho, Marcos Antônio Prado Valladares da Silva Lima. Em 1965, mudou-se para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha junto a outros ex-militares, que sob a liderança de Leonel Brizola constituíram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). No mesmo ano regressou ao Brasil, instalando-se em Mato Grosso, em articulação com os militantes do MNR que tentaram organizar uma guerrilha na Serra do Caparaó. Foi preso em São Paulo e levado para a Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, em março de 1967, onde organizou, com outros presos, o Movimento de Ação Revolucionário (MAR). No dia 26 de maio de 1969, conseguiu fugir da prisão em uma ação organizada pelo MAR, e retornou à clandestinidade, mantendo-se escondido na “Cabana do Jacu”,

em Conceição de Jacareí, município de Angra dos Reis (RJ). Com a desarticulação do MAR, Marcos Antônio e outros militantes da organização integraram-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Morreu aos 29 anos de idade, durante uma operação policial realizada em um apartamento que funcionava como aparelho do PCBR, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 9 de fevereiro de 1998 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Severino Viana Colou. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a cidade do Rio de Janeiro deu o seu nome a uma rua localizada no bairro de Santa Cruz.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Marcos Antônio da Silva Lima morreu no dia 14 de janeiro de 1970, após ter sido atingido por disparo de arma de fogo durante uma operação policial realizada em um apartamento que funcionava como aparelho do PCBR, localizado na Rua Inhangá, nº 27, em Copacabana, no Rio de Janeiro. A ação foi organizada pela Polícia do Exército da 1ª Região Militar, e contou com o apoio do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB). Segundo relato de Ângela Camargo Seixas, ex-militante do PCBR que presenciou a morte de Marcos Antônio, na noite do dia 13 de janeiro, em razão da queda de vários companheiros do partido, os dois decidiram se dirigir ao apartamento de Ângela por acreditarem ser um local seguro. Entretanto, foram recebidos por dois policiais que se encontravam no interior do apartamento e que imediatamente começaram a atirar contra os dois. Ambos tentaram correr pelas escadas do prédio, mas foram atingidos pelos disparos dos policiais. Ângela perdeu momentaneamente a consciência e, quando acordou, avistou Marcos Antônio ferido, aparentando já estar morto. Tentou sair do prédio, mas foi presa. Ferido por um tiro na cabeça, Marcos Antônio foi levado para o Hospital Souza Aguiar, onde faleceu minutos depois.

De acordo com a versão oficial divulgada à época dos fatos pelos órgãos do Estado, Marcos Antônio teria sido atingido em um confronto armado com agentes militares. A nota emitida pela 1ª Região Militar uma semana depois do ocorrido afirmava que ao receber voz de prisão, Marcos Antônio teria puxado sua arma e trocado tiros com a polícia. Ângela Camargo Seixas esclareceu amplamente os fatos, afirmando em seu testemunho que, apesar de armado, Antônio Marcos estava totalmente desprevenido ao chegar ao local, e não empunhava a arma, levando apenas a chave do apartamento em sua mão. Ângela esclareceu também que em nenhum momento foi dada

oportunidade a eles de se entregarem à polícia, que já os recebeu com tiros. Do ponto de vista da CEMDP, a soma de alguns elementos, tais como a declaração de Ângela, o contexto da repressão na qual o caso se insere, a ausência de laudo de perícia de local – procedimento padrão que deveria ter sido seguido – e a ausência de resposta das autoridades militares – que se recusaram a enviar a documentação solicitada –, corroboram para a desconstrução da versão oficial dos fatos.

O corpo de Antônio Marcos deu entrada no Instituto Médico-Legal (IML) como desconhecido. Sua esposa chegou a receber a notícia da morte por telefone, mas foi orientada a aguardar a divulgação do fato pelos órgãos oficiais, o que se deu uma semana após o ocorrido. O corpo só pôde ser retirado do IML pela família no dia 20 de janeiro. O laudo de necropsia foi assinado pelo legista Nilo Ramos Assis, que definiu como *causa mortis* “ferida transfixante do crânio com destruição parcial do encéfalo”.

Os restos mortais de Marcos Antônio da Silva foram enterrados no cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE MORTE

Hospital Municipal Souza Aguiar, localizado na Praça da República, 11, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Exército brasileiro (Polícia do Exército da 1ª Região Militar)

Presidente da República: general Emilio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general do Exército Syseno Sarmento

Comandante da 1ª Região Militar: coronel Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe da Polícia do Exército: n/i

1.2. DOPS/GB

Governador do Estado da Guanabara: Francisco Negrão de Lima

Secretário Estadual de Segurança Pública: general Luiz de França Oliveira

Comandante da Polícia Civil: n/i

Comissário do DOPS/GB: Maurício da Silva Liutzⁱ

Diretor do DOPS/GB: n/i

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
|--|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|

| | | | |
|---|--|--|---|
| APERJ, <i>Memórias Reveladas</i> : Código de Ref.BR RJAPERJ,XX DGB.0.LO.673-47. | Livro de Ocorrência. Registro 38. Colaboração com a P.E. do Exército, 13 para 4/1/1970. | DOPS / GB. | Trata-se do registro de ocorrência, feito pelo Comissário do DOPS / GB, Maurício da Silva Liutz, relatando a operação policial que resultou na morte de Marcos Antônio da Silva Lima. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, pp. 48-51. | Auto de Exame cadavérico de Marcos Antônio da Silva Lima, de 6/4/1972, anexado ao Processo da CEMDP, nº 0285/96, 14/1/1970. | IML. | Comprova a execução de Marcos Antônio da Silva Lima. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p. 44. | Documento emitido pela Superintendência de Serviços Médicos atestando o óbito de um desconhecido, depois identificado como sendo o corpo de Marcos Antônio. Guia 3.295, anexada ao Processo da CEMDP nº 0285/96, sem data. | Superintendência de Serviços Médicos (Suseme). | Atesta a entrada de Marcos Antônio no hospital Souza Aguiar às 00h15 do dia 14/1/1970 e seu óbito às 00h30 do mesmo dia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p.54. | Certidão de óbito de Marcos Antônio da Silva Lima, anexado ao Processo da CEMDP nº 0285/96, 20/1/1970. | Registro Civil de Pessoas Naturais da 9ª Circunscrição, 5ª Zona, Freguesia de São Cristóvão, Rio de Janeiro. | Comprova a execução de Marcos Antônio da Silva Lima. |
| Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p.42. | Ficha de identificação de Marcos Antônio da Silva Lima anexado ao Processo da CEMDP nº 0285/96, 2/9/1974. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS GB) | Descreve a atuação política de Marcos Antônio a partir da narrativa feita pelo DOPS/GB. |
| Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p.56. | Foto do cadáver de Marcos Antônio, anexada ao Processo da CEMDP nº 0285/96, 14/1/1970. | DOPS/GB. | Identifica o cadáver de um desconhecido fotografado no Hospital Souza Aguiar em 14 de janeiro de 1970, posteriormente identificado como Marcos Antônio da Silva Lima. |

| | | | |
|---|--|---|---|
| Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p.63. | Notícia do Jornal: “Fugitivo da prisão o morto da Rua Inhangá” anexado ao Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0285/96, de 21/1/1970. | Jornal <i>O Globo</i> . | Reproduz a versão oficial divulgada à época dos fatos pela 1ª Região Militar, segundo a qual Marcos Antônio teria sido morto em tiroteio após reagir à prisão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0004, p.68. | Declaração escrita de Ângela Camargo, ex-militante do PCB, anexado ao Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0285/96, 5/2/1998. | Ângela Camargo | Contribuiu para desconstruir a versão oficial de tiroteio e de resistência à prisão. Ângela Camargo afirma que em nenhum momento foi dada a ela e a Marcos Antônio a oportunidade de se entregarem. Assim que os militantes entraram no apartamento, foram recebidos a tiros pelos policiais. Ademais, Ângela esclarece que, embora Marcos Antônio estivesse armado, o mesmo não utilizou a arma. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais Digital</i> – MPF_BNM_05, Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> 401 a 500, Pasta BNM_414, p.402. | Auto de perguntas ao indiciado “José André Borges”, amigo da vítima, de 10/8/1969. | Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Ilha Fiscal, Niterói (RJ). | Informa a centralidade de Marcos Antônio na organização do plano de fuga da penitenciária em 1969, mostrando que, quando morreu, ele já estava sendo perseguido há muito tempo. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais Digital</i> – MPF_BNM_05, Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> 401 a 500, Pasta BNM_414, pp.760-763. | Inquérito Policial Militar, 4/11/1969. | Contra-almirante Júlio de Sá Bierrenbach. DHN, Ilha Fiscal, Niterói (RJ). | Mostra a classificação de Marcos Antônio da Silva Lima como um dos mais perigosos “subversivos” da penitenciária Lemos de Brito. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Marcos Antônio da Silva Lima morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ De acordo com o livro de registro de ocorrência do DOPS/GB, Maurício da Silva Liutz era o comissário do dia que atendeu às solicitações realizadas pela Polícia do Exército no que se refere à morte de Marcos Antônio da Silva Lima. (Fonte: APERJ. *Fundo Memórias Reveladas*. Código de Ref. BR RJAPERJ,XX DGB.0.LO.673-47. Registro de ocorrência nº 38).

CARLOS ANTUNES DA SILVA

DADOS PESSOAIS

Filiação: Odete Izaurina Reis e Benone Antunes da Silva

Data e local de nascimento: 12/9/1939, Piranga (MG)

Atuação profissional: escriturário

Organização política: Grupo dos Onze

Data e local de morte: 16/1/1970, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA ⁱ

Nascido em Piranga (MG), Carlos Antunes da Silva participou da organização do chamado Grupo dos Onze na cidade de Mariana (MG). Em 1964, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) que apurou atividades do referido grupo, o que demonstra que estava sendo perseguido pelos órgãos de repressão desde então. Morreu aos 30 anos de idade, em decorrência de problemas de saúde resultantes das condições carcerárias e das torturas a que foi submetido, perpetradas por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ À INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de fevereiro de 2006, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Carlos Antunes da Silva. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecido também como anistiado político *post mortem*, a pedido de seus sucessores, pela Comissão de Anistia, em 29 de setembro de 2009.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE ⁱⁱ

Carlos Antunes da Silva morreu no dia 16 de janeiro de 1970 em decorrência de problemas de saúde, resultantes das condições carcerárias e das torturas às quais foi submetido. Em 1964, foi detido na cidade de Mariana (MG), e levado, em seguida, para a sede do

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Belo Horizonte (MG). Durante o período em que esteve no local, sofreu diversas torturas. Foi posto em liberdade pelo advogado da região e também ex-deputado estadual mineiro, Celso Arinos Motta.

Segundo o depoimento de Derly Pedro da Silva, preso na mesma ocasião, Carlos Antunes era espancado com uma toalha molhada, o que ocasionou danos físicos permanentes a ele. As torturas às quais Carlos foi submetido debilitaram seu estado de saúde, resultando, posteriormente, em sua morte, seis anos depois de sua prisão.

Seu corpo foi enterrado no cemitério da cidade de Mariana (MG).

LOCAL DE MORTE

Hospital Julia Kubitschek, localizado na avenida Dr. Cristiano Resende, 2745, em Belo Horizonte, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 DOPS/MG

Presidente da República: marechal Humberto de Alencar Castello Branco

Ministro do Exército: marechal Arthur da Costa e Silva

Governador do estado de Minas Gerais: José Magalhães Pinto

Secretário de Segurança Pública: José Monteiro de Castro

Delegado do DOPS: David Hazan

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|-----------------------------------|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 52. | Certidão de óbito, 27/7/1990. | Registro Civil do Quarto Subdistrito de Belo Horizonte. | As causas oficiais da morte que constam na certidão são as seguintes: coma hepático, hepatite crônica e tuberculose pulmonar. |

| | | | |
|--|-------------------------------|---------------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 53. | Ficha de IPM nº 77, 2/6/1964. | | Apresenta o nome de Carlos entre os indiciados pelo IPM que apurava “atividades subversivas” na cidade Mariana. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 59-61 | Relatório do IPM, 8/6/1964. | Delegacia de Polícia. | Apresenta o nome de Carlos entre os indiciados pelo IPM que apurava “atividades subversivas” na cidade Mariana. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 51. | Denúncia, 4/4/1966. | Auditoria da 4ª Região Militar. | Comprova a atuação política de Carlos e sua vinculação ao Grupo dos Onze. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 84. | Declaração, 28/9/2002. | Derly Pedro da Silva. | Testemunhou a prisão de Carlos em 1964 e atesta ter participado do Grupo dos Onze com a vítima, comprovando sua atuação política. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001, p. 85. | Depoimento, 30/9/2002. | Neiva da Silva. | Aponta que conhecia Carlos e sua família e que acompanhou o período de sua prisão e das torturas que sofreu no cárcere. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0001. | Laudo Médico, 1970. | Hospital Julia Kubitschek. | Informa a causa e as circunstâncias da morte. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Antunes da Silva morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Cf. Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.115; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado - IEVE; Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.172-173. Ver também: Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0001.

ⁱⁱ *Ibid.*

MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Julieta Alves de Souza Vieira e Romualdo Leal Vieira

Data e local de nascimento: 14/6/1923, Sento Sé (BA).

Atuação profissional: jornalista, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Data e local de desaparecimento: 17/1/1970, Rio de Janeiro (RJ).

BIOGRAFIA

Nascido em Sento Sé (BA), Mário Alves de Souza Vieira foi jornalista e dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), comprometido desde muito cedo com as lutas sociais. Com 15 anos de idade ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) na Bahia. Foi um dos fundadores da União de Estudantes daquele estado, militante da UNE e um dos líderes do movimento de massas contra o nazi-fascismo, ocorrido em Salvador, em 1942. Em 1945, passou a integrar o Comitê Estadual do PCB na Bahia e, em 1946 graduou-se em Ciências Sociais, em 1954 no IV Congresso do PCB foi eleito para integrar o Comitê Central. Em virtude da repressão aos comunistas posta em marcha a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Mário Alves mudou-se inicialmente para o Rio de Janeiro e, em seguida, para São Paulo. Participou de cursos teóricos sobre o marxismo-leninismo na União Soviética em 1953 e, de volta ao Brasil, passou, em 1957, a membro da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB. Dirigiu os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária*, órgãos oficiais do partido, escreveu para a *Imprensa Popular* e para a revista teórica *Estudos Sociais*.

No início da década de 1960, Mário Alves atuou intensamente na secretaria de educação do PCB e introduziu questões que desafiavam o comitê central. Seus estudos sobre reforma agrária foram traduzidos e publicados no exterior o que lhe conferiu reconhecimento internacional, além de ser tradutor de obras marxistas de diversos idiomas entre eles o russo. Com o golpe de 1964, foi um dos líderes da corrente de esquerda dentro do partido. Na clandestinidade, Mário Alves foi preso em julho de 1964, no Rio de Janeiro, e libertado somente um ano depois, com a concessão de um *habeas corpus*. Em função de divergências com a direção do PCB, foi afastado da Comissão Executiva e deslocado a Belo Horizonte, onde permaneceu até 1967. Um ato institucional do presidente Castelo Branco cassou seus direitos políticos por 10 anos. Em 6 de junho do mesmo ano, foi julgado à revelia no chamado processo das “Cadernetas de Prestes” e condenado a sete anos de prisão, pela 2ª Auditoria Militar de São Paulo. Com o acirramento da luta interna do partido, no VI Congresso, realizado em 1967, foi expulso da organização, juntamente com importantes lideranças como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Em 1968, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), juntamente com Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender, pecebistas históricos com os quais redigiu documentos base do PCBR.

Preso no dia 16 de janeiro de 1970, Mário Alves de Souza Vieira foi morto um dia depois, aos 46 anos, em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro. Conforme testemunhas, ele foi torturado até a morte nas dependências do quartel da polícia do I Exército na rua Barão de Mesquita, no bairro Tijuca, onde foi instalado o DOI-CODI do Rio de Janeiro, e até hoje seu corpo continua desaparecido. Mário Alves era casado com Dilma Borges Vieira, com quem teve uma filha, Lúcia Vieira Caldas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O nome do jornalista e dirigente comunista Mário Alves de Souza Vieira consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei 9. 140/95, e integra ainda o Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e o livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da SDH/PR.

Desde julho de 1970, a partir de denúncias apresentadas por presos políticos, as

arbitrariedades e ilegalidades que cercam o desaparecimento, a prisão, as torturas e a morte de Mário Alves foram levadas ao conhecimento das autoridades judiciais.

Com a ação judicial movida por sua família, em 1981, tornou-se o primeiro caso de desaparecido político em que foi reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro. No dia 1º de dezembro de 1987, foi julgada a apelação civil 75.601 (RJ), registro 2.678.420, na qual foi reconhecida a responsabilidade civil da União por sua prisão e morte. Em 5 de fevereiro de 1996, a 1ª Zona Judiciária de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, expediu certidão reconhecendo o óbito de Mário Alves de Souza Vieira.

A família de Mário Alves ingressou com requerimento administrativo indenizatório contra o Estado do Rio de Janeiro, onde o caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo n. E-32/0896/0009/2004.

Com base na decisão da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, na portaria de 8 de dezembro de 2010, o ministro da Justiça o declarou anistiado político *post mortem*.

Em maio de 2013, o Ministério Público Federal ajuizou ação penal contra os perpetradores das graves violações de direitos humanos a que foi submetido Mário Alves. Para o Ministério Público, o jornalista foi vítima de “sequestro cometido no contexto de um ataque estatal sistemático e generalizado contra a população brasileira, tendo os denunciados pleno conhecimento das circunstâncias desse ataque e do caráter criminoso dos diversos atos que configuraram suas condutas”.

A Associação Brasileira de Imprensa homenageou o intelectual nomeando uma de suas salas de “Jornalista Mário Alves”. A rua Mário Alves também corre desde 1986 pelo Pontal da Barra por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ, do mesmo grupo Mário Alves também recebeu post mortem a medalha Chico Mendes de Resistência em 1990. Desde o início dos anos noventa Mário Alves dá nome ao Instituto de Estudos Políticos com sede em São Paulo e Pelotas/RS.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE ¹

Mário Alves de Souza Vieira, um dos fundadores e secretário-geral do PCBR, foi perseguido e monitorado por órgãos de informação e repressão do Estado brasileiro em virtude de sua militância política. No dia 16 de janeiro de 1970, por volta das 20 horas, saiu

de sua casa no subúrbio carioca de Abolição e nunca mais retornou. Foi sequestrado, preso ilegalmente e torturado por agentes do Estado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI-RJ).

As bárbaras torturas sofridas por ele foram testemunhadas por vários presos políticos, entre os quais René Carvalho, Antônio Carlos de Carvalho, e o advogado Raimundo Teixeira Mendes. Raimundo narra alguns momentos de tortura sofridos por Mário Alves:

[...] que o preso [Mário Alves] não respondia às perguntas, que ouviram bater, que normalmente batiam com cassetete e “maricota”, tubo de borracha com furos; que falaram e o colocaram no “pau-de-arara” com choques elétricos, que houve um silêncio e, pela fresta, viu Mário Alves pendurado no “pau-de-arara” e como estava/sem o capuz o reconheceu (...) que houve sessão de afogamento que havia ameaças de assassiná-lo caso não falasse, que poderiam sumir com ele, pois ninguém havia assistido a prisão; que pela manhã a gritaria se encerrouⁱⁱ.

Em ação movida pela família, a União foi responsabilizada pela prisão, tortura e morte, mas o corpo não foi entregue. O martírio do dirigente comunista foi descrito na obra *A Ditadura Escancarada*, de Élio Gaspari, em trecho reproduzido no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, da CEMDP:

Mário Alves ficou oito horas na Sala Roxa [onde ocorriam as torturas]. No início da manhã seguinte, o cabo da guarda chamou quatro prisioneiros para limpá-la. Num canto, havia um homem ferido. Sangrava pelo nariz e pela boca. Tinha sido empalado com um cassetete. Dois outros presos, militantes do PCBR, reconheceram-no, deram-lhe de beber e limparam-lhe o rosto.

A mulher de Mário Alves, Dilma Borges Vieira, empreendeu uma peregrinação sem trégua para tentar obter alguma informação sobre o paradeiro do marido. Tornou-se uma das precursoras do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. No mesmo ano da morte de seu companheiro, em 1970, ela escreveu uma carta à esposa do cônsul brasileiro sequestrado no Uruguai, Aparecida Gomide, em que denunciou o assassinato de Mário Alves. Seguem alguns trechos:

Todos conhecem o seu sofrimento, a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza diariamente o seu drama. Mas do meu sofrimento, da minha angústia, ninguém fala. Choro sozinha. Não tenho os meus recursos para me fazer ouvir, para dizer também que ‘tenho o coração partido’, que quero meu marido de volta. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura, pelo 1º Exército, foi executado sem processo, sem

juízo. Reclamo o seu corpo. Nem a Comissão de Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram dele, onde o jogaram.

Ele era Mário Alves de Souza Vieira, jornalista. Foi preso no dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército e levado para o quartel da P.E., sendo espancado barbaramente de noite, empalado com um cassete dentado, o corpo todo esfolado por escova de arame, por se recusar a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º Exército e do DOPS. Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro.

Sei que a sra. não tem condições de avaliar meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior do que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte e o seu sequestrado não são as mesmas; que é importante saber que a violência-fome, violência-miséria, violência-opressão, violência-atraso, violência-terrorismo, violência-guerrilha; que é muito importante saber quem pratica a violência – os que criam a miséria ou os que lutam contra ela.

Mesmo com o reconhecimento da responsabilidade do Estado no desaparecimento e morte de Mário Alves de Souza Vieira, seu corpo nunca foi encontrado.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

1º Batalhão da Polícia do Exército, localizado na Rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, sob tutela do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI) do I Exército

Presidente da República - general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército - general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército – general de Exército Syseno Santos Sarmiento

Comandante da 1ª Região Militar - general de Divisão Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna e do Destacamento de Operações de Informação: Adyr Fiúza de Castro

2. Autoria de graves violações de direitos humanos ⁱⁱⁱ

| Nome | Órgão^{iv} | Função | Conduta praticada pelo agente descrita pela fonte^v | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|--|---------------------------|---|--|--------------------------------|---|
| Luiz Mário Valle Correia Lima. | DOI-CODI/I Exército | Primeiro Tenente da Infantaria do Exército. | Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves. | DOI-CODI/I Exército. | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº86/2012; Peças de Informação nº1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13 de maio de 2013. |
| Luiz Timótheo de Lima. | DOI-CODI/I Exército. | Agente da Polícia Civil lotado no DOPS –RJ. | Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves. | DOI-CODI/I Exército. | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº86/2012; Peças de Informação nº1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13 de maio de 2013. |
| Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada. | DOI-CODI/I Exército. | Capitão do Exército. | Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves. | DOI-CODI/I Exército. | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13 de maio de 2013. |
| Dulene Aleixo Garcez dos Reis. | DOI-CODI/I Exército. | Tenente de Infantaria do Exército. | Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves. | DOI-CODI/I Exército. | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº 86/2012; Peças de Informação nº1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13 de maio de 2013. |
| Valter da Costa Jacarandá. | DOI-CODI/I Exército. | Major do Corpo de Bombeiros. | Responsável direto por sequestrar e por torturar Mário Alves. | DOI-CODI/I Exército. | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento Investigatório Criminal (PIC) nº86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de janeiro, 13 de maio de 2013. |
| Francisco Moacyr Meyer | DOI-CODI/I | Major Fontenelle. | Participação ativa no crime de | DOI-CODI/I | Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, com base no procedimento |

| | | | | | |
|-------------|-----------|--|------------------------------------|----------|--|
| Fontenelle. | Exército. | | sequestro, tortura de Mário Alves. | Exército | Investigatório Criminal (PIC) nº86/2012; Peças de Informação nº 1.30.001.001134/2012-95; nº 1.30.001.004827/2012-30; nº 1.00.000.017587/2011-00; Rio de Janeiro, 13 de maio de 2013. |
|-------------|-----------|--|------------------------------------|----------|--|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0064_006, pp.63-65. | Auto de qualificação e de interrogatório de Salathiel Teixeira Rolins. 20 de julho de 1970. | Poder Judiciário. 2ª Auditoria do Exército. 1ª Circunscrição Judiciária Militar. | Primeiro depoimento de um preso político relatando a prisão, tortura e execução de Mário Alves às autoridades judiciais brasileiras. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0064_006, pp.66-68. | Auto de qualificação e de interrogatório de René Louis Laugery de Carvalho. 20 de julho de 1970. | Poder Judiciário. 2ª Auditoria do Exército. 1ª Circunscrição Judiciária Militar. | Relata que o depoente levou às autoridades judiciárias as circunstâncias da morte de Mário Alves nas dependências do DOI-Codiem decorrência das torturas a que foi submetido. |
| Processo nº 2678420 que tramitou na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro. | Testemunho prestado por Antônio Carlos Nunes Carvalho. 29 de janeiro de 1981. | 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro. | O depoimento relata a prisão de Mário Alves, o dia e horário em que chegou ao DOI-Codi/RJ. O testemunho foi claro em dizer que ouviu o interrogatório e a tortura infligida à vítima. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0064_006, pp. 69-74. | Assentada. 29 de janeiro de 1981. | Poder Judiciário. Justiça Federal – Seção Rio de Janeiro. | O documento apresenta diversas testemunhas que relatam a prisão de Mário Alves, as sessões de tortura a que foi submetido e sua morte na prisão. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| Arquivo da Comissão de Anistia – Ministério da Justiça, pp. 84-94 (PROCESSO 2009.01.64153. Parte II). | Questionário de Antropologia Forense. 08 de janeiro de 1981. | Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Ciências Médicas – Departamento de Medicina Legal – Faculdade de Odontologia e Instituto Médico Legal de Campinas. | O documento apresenta um conjunto de dados sobre as características físicas e da personalidade de Mário Alves. Informa ainda o codinome que Mario Alves utilizava: Vila. |
| Diário Oficial da União (DOU – 13.04.1971, fls. 58 a 62). | Denúncia contra Mário Alves Nº 54/1970 perante a 1ª Auditoria da Aeronáutica. | 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª C.J.M. | O documento revela sentença proferida em 1972 na qual Mário Alves foi condenado à revelia pela Justiça Militar, porque nessa época ele já se encontrava preso e sequestrado. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|---|--|
| Lúcia Vieira Caldas (filha de Mário Alves) | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ugtdhqvzrfc | Relata a trajetória de luta da família procurando informações acerca do paradeiro dos restos mortais de Mário Alves. Apresenta um resumo dos processos relacionados à luta pela memória e justiça. |
| Álvaro Caldas (militante político que esteve preso nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GeoQy4XfcWY&index=5&list=PL9nOMOIxl2JCvZB | Descreve as torturas que sofreu enquanto esteve preso no DOI-CODI do I Exército e faz referências aos comentários feitos pelos torturadores sobre a tortura e morte de Mário Alves. |
| José Luís Sabóia | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do | Descreve as torturas que sofreu, enquanto |

[C1] Comentário: Transformar em NUP.

[C2] Comentário: Transformar em NUP.

| | | |
|---|---|---|
| (militante político que esteve preso nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GeoQy4XfCWY&index=5&list=PL9nOMOIxI2JCvZB | esteve preso no DOI do I Exército e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e da morte de Mário Alves. |
| Maria Dalva Leite de Castro (militante política que esteve presa nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GeoQy4XfCWY&index=5&list=PL9nOMOIxI2JCvZB | Relata as torturas que sofreu, enquanto esteve presa no DOI do I Exército e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e do assassinato de Mário Alves. Ressalta o fato de que houve reconhecimento do assassinato de Mário Alves, por parte dos torturadores. |
| Paulo Sérgio Paranhos (militante político que esteve preso nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=5amKj0TK20 | Descreve as torturas que sofreu, enquanto esteve preso no DOI do I Exército e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e da morte de Mário Alves. |
| Newton Leão Duarte (militante político que esteve preso nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=NTQP7OnURZA | Descreve as torturas que sofreu, enquanto esteve preso no DOI do I Exército e os comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e da morte de Mário Alves. |
| José Carlos Tórtima (militante político que | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GeoQy4xfCWY | Relata as torturas que sofreu, enquanto esteve preso no DOI do I Exército e os |

[C3] Comentário: Transformar em NUP.

[C4] Comentário: Transformar em NUP.

[C5] Comentário: Transformar em NUP.

[C6] Comentário: Transformar em NUP.

[C7] Comentário:

[C8] Comentário:

[C9] Comentário:

[C10] Comentário:

| | |
|---|---|
| esteve preso nas dependências do DOI-Codi do I Exército). | comentários que os torturadores faziam a respeito das torturas e do assassinato de Mário Alves. |
|---|---|

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---|---|--|
| Valter da Costa Jacarandá (ex-major do Corpo de Bombeiros) | Arquivo CNV, 00092.14742013-25. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 14/08/2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=7gU3g-gOpMw | Reconheceu a utilização da tortura como método de investigação e coerção utilizado no DOI do I Exército. Assumiu ter tomado parte em interrogatório de presos políticos submetidos a torturas. Não soube precisar de quantas sessões de tortura participou. Negou participação no sequestro e nas sessões de tortura de Mário Alves. |
| Dulene Aleixo Garcez dos Reis (tenente de Infantaria do Exército) | Arquivo CEV-RJ. Testemunho prestado em audiência pública realizada na cidade do Rio de Janeiro em 02/10/2013. | O depoente negou-se a colaborar com as investigações. |

[C11] Comentário: Transformar em NUP.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, a Comissão Nacional da Verdade conclui que Mário Alves de Souza Vieira foi privado de sua liberdade, por meio de prisão ilegal, e submetido a brutais torturas físicas e psicológicas, levadas a cabo por agentes do Estado brasileiro, as quais provocaram a sua morte. Essas ações foram perpetradas por agentes do Estado em um contexto de sistemáticas violações de Direitos Humanos, promovidas pela ditadura implantada no país a partir de 1º de abril de 1964.

Recomenda-se a localização dos restos mortais, a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

i Brasil. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. Grupo de trabalho justiça de transição: atividades de persecução penal desenvolvidas pelo Ministério Público Federal: 2011-2013. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República – Brasília: MPF/2ª CCR, 2014. Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp.113-114; *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009, p. 85; Livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, CEMDP, SDH/PR, 2007, p. 113-114; Comitê Brasileiro pela Anistia. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Rio Grande do Sul, 1984, p. 113-114; Carta escrita por Dilma Borges Vieira, disponível em *Documentos Revelados*: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/carta-de-dilma-vieira-denunciando-prisao-e-morte-na-tortura-do-dirigente-comunista-mario-alves>. Acesso em: 20/09/2014.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0064_006, pp. 43-44.

iii O Ministério Público Federal concluiu que em parte da conduta criminosa dos indivíduos denunciado como autores das graves violações de direitos humanos, houve participação ativa de outros criminosos, já falecidos, entre eles José Ney Fernandes Antunes, vulgo coronel Ney, José Paulo Boneschi, João Câmara Gomes Carneiro, vulgo capitão Gomes Carneiro, João Cocô ou J. Fezes, Francisco Demiurgo Santos Cardoso, vulgo Major Demiurgo e Francisco Moacyr Meyer Fontenelle, vulgo Major Fontenelle.

iv De acordo com a documentação pesquisada os acusados serviam 1º Batalhão da Polícia do Exército, que está situado na Rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, nº 425, Rio de Janeiro. As atividades estavam vinculadas ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI-RJ). O denunciado Luiz Mário Valle Correia Lima era Primeiro Tenente da Infantaria do Exército e serviu no DOI-CODI/RJ de 27.06.1969 a 16.01.1972, conforme comprovam os documentos apresentados na denúncia do Ministério Público Federal. O denunciado Luiz Timótheo de Lima era civil, um Agente da Polícia lotado no DOPSRJ, tendo atuado ativamente no DOI-CODI/RJ na década de 70. Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada era Tenente e depois foi promovido a Capitão da Infantaria do Exército, serviu na PE da Barão de Mesquita e no DOI-CODI/RJ entre 11.07.1968 e 24.06.1970, e entre 24.12.1970 a 18.01.1972. O denunciado Dulene Aleixo Garcez dos Reis serviu no 1º Batalhão de Polícia do Exército de 12.11.1969 a 08.02.1971. O quinto denunciado, Valter da Costa Jacarandá, possuía vinculação ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Era membro de um grupo clandestino de indivíduos, os quais eram recrutados pelas Forças Armadas para auxiliar nas atividades ligadas à repressão. O major atuou no DOI-CODI/RJ nos anos de 1969 e 1970.

v No entendimento do Ministério Público Federal, os denunciados infligiram brutais torturas à vítima. Mário Alves de Souza Vieira sofreu inúmeros tipos de tortura: choques elétricos, “pau de arara”, afogamento e espancamento, havendo informações de que Mário Alves foi “empalado”, com a introdução em seu ânus de um cassete com pregos na ponta. Deve-se ser destacado ainda que, o crime possui agravantes. A vítima padeceu de grave sofrimento físico e moral. Em primeiro lugar, o sequestro; em segundo, o regime de incomunicabilidade e, por último, as repetidas e constantes agressões físicas e psicológicas a que foi submetido.

ABELARDO RAUSCH DE ALCANTARA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Carmen Oliveira de Alcântara e Nabor Rausch de Alcântara

Data e local de nascimento: 5/8/1927, Teófilo Otoni (MG)

Atuação profissional: bancário

Organização política: não se aplica

Data e local de morte: 13/2/1970, Brasília (DF)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, Abelardo Rausch de Alcântara era casado com Elza Souza de Alcântara, com quem teve três filhos. Abelardo era bancário, trabalhou na Sociedade de Abastecimento de Brasília, local em que atuou como militante da Associação de Funcionários. Começou a trabalhar como funcionário da Caixa Econômica Federal no Distrito Federal. Enquanto trabalhava nesse banco foi preso no dia 13 de fevereiro de 1970 para prestar esclarecimentos sobre um roubo que havia ocorrido na Agência de Taguatinga, do banco em que trabalhava como tesoureiro. Morreu aos 42 anos de idade, sob torturas, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 20 de maio de 1997 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Abelardo Rausch de Alcântara. Seu nome consta no “Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)” organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e no relatório organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) apresentado em maio de 1979.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Abelardo Rausch de Alcântara tinha 42 anos de idade quando foi morto, em circunstâncias misteriosas, sob a tutela do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília. A versão oficial, divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, sustentou que Abelardo fora convocado para prestar esclarecimentos sobre a ocorrência de um roubo na agência bancária em que trabalhava. Confrontado com provas incriminatórias, Abelardo teria quebrado um copo de vidro e utilizado os cacos para cortar os próprios pulsos durante a sessão de interrogatório. O relato oficial informa ainda que Abelardo fora imediatamente socorrido pelo serviço médico do Batalhão de Polícia do Exército.

Durante o transporte para o Hospital Distrital, a ambulância que conduzia Abelardo teria se chocado violentamente contra um veículo da Secretaria de Governo do Distrito Federal em frente ao Palácio do Buriti. Abelardo teria falecido em virtude das lesões provocadas no acidente. Após a autópsia, ainda de acordo com a versão da Secretaria de Segurança, constatou-se que Abelardo havia ingerido lisoform, em uma tentativa de suicídio. A Secretaria não soube precisar em que momento Abelardo havia ingerido o produto, mas afirma que o sargento Antônio Vasconcellos, que acompanhara Abelardo na ambulância testemunhou inúmeras tentativas do senhor Abelardo de pôr termo a vida. Ainda que as circunstâncias da morte do senhor Abelardo permaneçam imprecisas, a versão oficial não se sustenta.

Na manhã do dia 13 de fevereiro de 1970, de acordo com o depoimento da senhora Elza Souza de Alcântara, três homens, trajando terno e gravata, estiveram em sua casa à procura do senhor Abelardo Rausch de Alcântara. Embora os homens tenham se identificado como servidores da Caixa Econômica, Abelardo não os reconheceu. Após expressar preocupação com a presença inusitada, decidiu acompanhar os visitantes desconhecidos, porque naquele momento corriam investigações na sede da agência em que estava lotado.

Na noite do mesmo dia, sem notícias do marido, a senhora Elza decidiu buscar informações. Após uma primeira tentativa frustrada, na sede da agência da Caixa, conseguiu informações sobre seu marido na delegacia localizada no centro de Taguatinga. O senhor Abelardo supostamente estava prestando depoimento e em breve seria liberado.

Por volta das 9 horas do dia seguinte, a senhora Elza recebeu uma nova visita. Um indivíduo desconhecido solicitou roupas de trabalho para o senhor Abelardo que supostamente, ainda estava prestando depoimento, mas iria para o trabalho após a entrevista. O homem recolheu as roupas solicitadas e se retirou. Após algum tempo, dona Elza recebeu em sua casa, a senhora Doralice Tavares, que aparentava estar muito nervosa. Ela trazia a informação de que um homem, o qual ela não conhecia, havia estado em sua casa. Ele havia lhe dito que o senhor Abelardo havia falecido e estava sendo velado na capela número 01 do Cemitério da Esperança.

Dona Elza deslocou-se para o cemitério e encontrou na capela de número 01, o corpo de seu marido sendo velado junto a dois outros indivíduos que ela não pode reconhecer. O corpo do senhor Abelardo estava vestido com as mesmas roupas que algumas horas antes a senhora Elza havia entregado ao homem desconhecido.

Dona Elza afirmou que o rosto do marido estava inchado e enfaixado; diante desse estranhamento, resolveu desabotoar a camisa que o marido trazia e percebeu que seu corpo apresentava hematomas, marcas de queimadura, feridas variadas e que o braço esquerdo aparentava estar quebrado.

Há inúmeras contradições nas versões oficiais divulgadas à época. Por exemplo, o registro do suposto acidente ocorrido em frente ao Palácio do Buriti, não faz menção ao senhor Abelardo Raush; há indicação de ferimentos provocados ao sargento Vasconcelos apenas. Além disso, documentos importantes, para o esclarecimento do caso, desapareceram. O Jornal do Brasil do dia 18 de fevereiro de 1970 faz menção a um laudo, realizado por uma médica independente, que destacava sinais (existência de hematomas e um pulso quebrado) que não haviam sido mencionados no laudo anterior produzido pelo IML.

Investigações posteriores, que foram conduzidas pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, localizaram o motorista do veículo que foi atingido pela ambulância do Exército. O senhor Jati Rodrigues dos Santos afirmou que não tinha dúvidas de que a Kombi que dirigia fora atingido de propósito pela ambulância do Exército, a qual era conduzida pelo sargento Hermano Carlos dos Santos. Levado a julgamento, o senhor Jati foi absolvido da acusação de crime culposos e, além disso, o juiz declarou na sentença que o réu fora acusado pela morte de um defunto.

Apesar de não reconhecer indícios de participação política de Abelardo Rausch de Alcântara, a CEMDP decidiu pelo deferimento do caso em decorrência da morte dessa vítima ter ocorrido por causas não naturais, em dependência policial ou assemelhada.

Os restos mortais de Abelardo Rausch foram enterrados no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília, Distrito Federal.

LOCAL DE MORTE

Pelotão de Investigações Criminais do Exército (PIC), localizado em Brasília, DF.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidência da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do Comando Militar do Planalto: general de Divisão Dióscoro Gonçalves Vale

Comandante do Batalhão da Polícia do Exército de Brasília: N/I

Comandante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC): N/I

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_A TO_0001_003, pp. 31-33. | Boletim de Ocorrências da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, 12/2/1970. | Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal | O documento registra o suposto acidente que teria provocado a morte de Abelardo Rausch de Alcântara. Entretanto, não há nenhuma menção à presença da vítima no veículo acidentado, apesar de o documento indicar que a Perícia Criminal e do Exército estiveram no local do suposto acidente. |
| Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_A TO_0001_003, pp. 35-36. | Laudo de Exame Cadavérico, 13/2/1970. | Instituto Médico-Legal (IML) | O documento registra a entrada de um “cadáver de ignorado, filiação ignorada, masculino, branco, idade, estado civil, nacionalidade, |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | profissão e domicílio ignorados, removido do Hospital de Base (HDB), para o IML.” A entrada no IML sem identificação do cadáver indica irregularidade, já que, de acordo com a versão oficial, Abelardo estaria sob tutela do estado. Além disso, o corpo entrou no IML vestindo “lençol branco” de acordo com o laudo, o que contradiz a versão de estar o senhor Abelardo prestando depoimento. |
| Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_A TO_0001_003, pp. 40-42. | Depoimento registrado no 1 ^o ofício de notas por Elza Souza de Alcântara (esposa da vítima) | Depoimento prestado por testemunha no 1 ^o Ofício de notas. (Brasília) | Apresenta o relato da testemunha para as circunstâncias da morte de Abelardo Rausch. |
| Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_A TO_0001_003, p. 43. | Depoimento registrado no 8 ^o ofício de notas por João Barbosa de Souza – militar da reserva (cunhado da vítima) | Depoimento prestado por testemunha no 8 ^o Ofício de notas. (Rio de Janeiro) | Apresenta o relato da testemunha narrando fatos que indicam a atividade política da vítima e a perseguição que sofreu. |
| Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_A TO_0001_003, p. 44. | Depoimento registrado no 6 ^o Tabelionato do Distrito Federal por Hormenzinda Miranda de Souza (amiga da viúva) | Depoimento prestado por testemunha no 6 ^o Tabelionato (Distrito Federal) | Apresenta o relato da testemunha narrando que viu o corpo de Abelardo Rausch no cemitério apresentando hematomas e sinais de tortura. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Abelardo Rasch de Alcântara foi submetido a torturas físicas e psicológicas, as quais provocaram sua morte. Essas ações foram perpetradas em um contexto de violações de Direitos Humanos, sistematicamente promovidas pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Abelardo Rasch de Alcântara para constar como causa da morte “morto em decorrência de torturas infligidas por agentes do Estado brasileiro”, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JOSÉ ROBERTO SPIEGNER



DADOS PESSOAIS

Filiação: Szajna Spiegner e Jacob Spiegner

Data e local de nascimento: 30/12/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de morte: 17/2/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

José Roberto Spiegner nasceu em 30 de dezembro de 1948, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Szajna Spiegner e Jacob Spiegner. José Roberto fez seus estudos no Colégio Pedro II, onde iniciou sua militância no movimento estudantil. Também fez cursos na Aliança Francesa e na Cultura Inglesa, onde estudou cinema e jornalismo, tendo obtido o primeiro lugar em um concurso de cinema amador de curta-metragem. Em 1966, ingressou na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo aprovado em primeiro lugar no vestibular. No período, tornou-se ativista do Diretório Acadêmico.

Atuou na Dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da Guanabara que, em setembro de 1969, se transformaria no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi um dos três integrantes de sua direção geral, ao lado de Daniel Aarão Reis Filho e Franklin de Souza Martins, grupo que foi ampliado com a entrada de Cid de Queiroz Benjamin, Stuart Angel Jones e Carlos Alberto Vieira Muniz. Namorou Vera Silvia Magalhães, também integrante do MR-8.

José Roberto foi morto em 17 de fevereiro de 1970.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

José Roberto Spiegner foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), por unanimidade, em 2 de abril 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Roberto Spiegner teria sido morto no dia 17 de fevereiro de 1970, depois de travar tiroteio com agentes do Estado, na rua Joaquim Silva, Rio de Janeiro. Segundo o *Dossiê Ditadura*, tais agentes pertenciam ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército. Informação contrariada pelo relatório do Instituto Médico-Legal (IML), onde consta que seu corpo deu entrada às 12h30 do mesmo dia, portando a guia no 1 do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

O mesmo relatório, assinado pelos legistas Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli, afirma: “(...) a morte ocorreu às 05h30min do dia 17 (...) perseguido como elemento subversivo por agentes do DOPS, reagiu à bala ferindo um policial, e finalmente foi alvejado mortalmente”. Versão confirmada por Vera Silvia Araújo Magalhães, companheira de José Roberto à época, em relato contido no livro *O fantasma da revolução brasileira*, de 1993:

Zé Roberto não resistiu à ideia de ser torturado. O companheiro que estava cercado com ele se rendeu e está vivo até hoje, embora tenha sido preso e torturado. O Zé Roberto preferiu descer a escada, atirando para matar um policial, e gritando “abaixo a ditadura”, antes de ser morto. Foi, ou não um suicídio? Evidentemente que foi. Ele não fez o ato clássico, mas fez com que alguém desse um tiro nele, à queima roupa(...).ⁱ

Contudo, apesar da confirmação, a versão apresenta algumas incongruências. Segundo o relator do caso na CEMDP, há uma estranha demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada no IML. Há também as fotos da perícia que registram o corpo em uma sala com o piso acarpetado onde não havia espaço para que pudesse ter sido atingido de longe, segundo o relator:

(...) na região temporal direita uma ferida estrelar de bordas escoriadas e queimadas com aspecto das produzidas por entrada de projétil de arma de fogo disparada com arma encostada a cabeça... ambas as regiões orbitárias estão ligeiramente tumefeitas cobertas por equimoses arroxeadas (...) membro

superior esquerdo revela três equimoses arroxeadas no cotovelo (...) duas escoriações pardos avermelhadas no dorso do punho (...) a forma das lesões localizadas na face direita da cabeça denota claramente execução, e ainda as escoriações localizam-se em regiões do corpo humano que configuram tortura em pau-e-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Carlos foi algemado.

No auto de exame cadavérico produzido pelo IML, é possível ler, além dos hematomas acima mencionados, que os dedos de José Roberto estavam sujos de tinta usada para tomar impressão digital, o que indica que possivelmente foi preso e identificado horas antes da sua execução. Consta ainda no laudo que o corpo apresentava rigidez muscular generalizada, o que significa que José Roberto havia morrido há pelo menos 12 horas, divergindo da versão oficial, segundo a qual teria morrido 7 horas antes de entrar no IML. Há, ainda, um requerimento da 1ª Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro, de 3 de abril de 1970, solicitando o laudo ao IML, referindo-se à morte de José Roberto como um “acidente”. Isso demonstra que os órgãos da repressão se comunicavam para criar uma história acerca da execução de um militante. Contudo, nesse caso, histórias diferentes foram repassadas às instituições militares, indicando uma dinâmica de produção de contrainformação para dificultar a resolução dos casos.

José Roberto Spiegner foi enterrado pela família no cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali, Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Não foi possível precisar o local de morte de José Roberto Spiegner. É possível que tenha morrido em dependências dos órgãos de repressão. A versão oficial aponta rua Joaquim Silva, nº 53, entrada 5, quarto 8, Rio de Janeiro (RJ).

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|------------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0003, pp. 14-16. | Relatório da morte de José Roberto Spiegner, 11/6/1996. | CEMDP. | Contesta a versão oficial a partir da análise de diversos fatores. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 | Reprodução Fotográfica, | IML. | Demonstra fotos de José Roberto morto dentro de uma |

| | | | |
|---|---|---|--|
| 053_0003, pp. 17. | 1970. | | área interna de um cômodo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0003, pp. 29-30. | Ofício da 1ª Auditoria Militar – 1ª CJM ao IML, 3/4/1970. | Justiça Militar. | Ofício que se refere à morte de José Roberto como um “acidente”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0003, pp. 18-20. | Auto de Exame Cadavérico, 17/2/1970. | IML. | Demonstra os ferimentos e trajetórias das balas, evidenciando incoerências com o relato oficial. |
| RIDENTI, Marcelo Siqueira. <i>O Fantasma da Revolução Brasileira</i> . 2. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Unesp, 2010. | <i>O Fantasma da Revolução Brasileira</i> , 2010. | Universidade Estadual Paulista (Unesp). | Relato de Vera Silvia Araújo Magalhães sobre a morte de José Roberto Spiegner. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0003, p. 3 | Certidão de óbito, 3/3/1970. | Oséas Martins, Cartório do Registro Civil, Quarta Circunscrição do Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado da Guanabara. | Certifica que José Roberto Spiegner faleceu em 17/2/1970, às 5h30, nº 23, entrada 5, quarto 8, rua Joaquim Silva. Identifica como causa de morte ferimento penetrante no crânio com lesão parcial do cérebro. Assinado por Dr. Ivan Nogueira Bastos. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Roberto Spiegner morreu em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Roberto Spiegner, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ MAGALHÃES, Vera Silvia *apud* RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 272.

ANTÔNIO RAYMUNDO DE LUCENA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ângela Fernandes Lima Lucena e José Lucena Sobrinho

Data e local de nascimento: 11/9/1921, Colina (MA)

Atuação profissional: operário

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 20/2/1970, Atibaia (SP)

BIOGRAFIA

Antônio Raymundo de Lucena nasceu em Colina, estado do Maranhão, no ano de 1921. Com apenas 12 anos de idade, em decorrência de uma úlcera ocular não tratada, perdeu a visão do olho direito. Começou a trabalhar muito jovem, diversificando bastante suas atividades profissionais, dentre elas: eletricitista, pedreiro, mestre de oficina mecânica, apontador e encarregado de uma pequena estatal e mestre de serraria. No início de 1950, mudou-se para São Paulo em busca de emprego. Acompanhado pela esposa, Damaris Oliveira Lucena, fizeram uma longa e penosa viagem, que resultou na morte de um de seus filhos, vítima da difteria. Logo que chegaram a São Paulo, Antônio e Damaris começaram a trabalhar como operários na Indústria Jafet S/A. Naquela época, o casal iniciou sua atividade política, com a filiação dele ao Sindicato dos Metalúrgicos e dela ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Aliados aos movimentos dos sindicalistas, participaram ativamente da campanha “O Petróleo é nosso”, em 1953. No ano seguinte, filiaram-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No período que esteve no PCB, Antônio ficou conhecido como “Doutor”. Com o golpe

de 1964, as constantes perseguições resultaram no pedido de afastamento do partido, por tempo indeterminado. No mesmo ano, Antônio aposentou-se por invalidez e obteve o direito de ter uma barraca na feira, sem a cobrança de impostos. O retorno à militância política foi no ano de 1967 quando, junto com Damaris, passou a integrar os quadros que formariam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A oposição ao regime impediu o trabalho livre nas feiras. A família mudou-se para Atibaia, com exceção de seu filho mais velho, Ariston de Oliveira Lucena, que também atuava na VPR. Em 1970, Ariston foi preso, após fugir do cerco militar ao Vale do Ribeira, na região de Registro, com outros companheiros de organização, inclusive Carlos Lamarca. Em consequência da clandestinidade e da prisão, nunca mais veria seu pai. No mesmo ano, Antônio foi morto a tiros no sítio em que morava, em Atibaia, por agentes do Estado. Damaris e os filhos, que presenciaram sua morte, foram presos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 22 de abril de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Antônio Raymundo de Lucena. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No dia 13 de outubro de 2003 a Comissão de Anistia o reconheceu como anistiado político *post mortem*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE¹

Antônio foi morto no dia 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15 horas, em sua residência. A versão dos órgãos da repressão afirma que Antônio foi morto com nove tiros, pela polícia militar da cidade de Atibaia. Em documentação do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), assinada pelo delegado Alcides Singillo, consta que o comparecimento de policiais à sua residência teria sido em decorrência de um suposto roubo de veículo por parte de um de seus filhos e outro rapaz. A justificativa é que Antônio já saíra de casa atirando, o que levou à morte de um dos policiais. A reação nesse caso é colocada como defesa pelas agressões, sem nenhum conhecimento da militância política de Antônio.

Contudo, conforme depoimentos de sua esposa, Damaris Oliveira Lucena, o pretexto utilizado pelos agentes de segurança para ir à sua casa não fazia sentido, já que seu filho

mais velho, Ariston de Oliveira Lucena, estava fora há aproximadamente seis meses. Segundo Damaris, a justificativa utilizada pelos policiais despertou suspeita. Os policiais, então, mandaram chamar seu marido. Neste momento, afirma, ela pediu para que eles aguardassem, instante no qual voltou para casa e acordou Antônio, que estava dormindo. Em seguida, tiros foram ouvidos. Após ser gravemente ferido, Antônio caiu ao lado do tanque, fora da casa, e recebeu um último tiro na têmpora, na presença da família. Damaris e os filhos foram presos. Em suas declarações, afirma ter sido violentamente torturada até serem liberados, em decorrência do sequestro de cônsul japonês Nobuo Okuchi, e banidos do Brasil até a Lei da Anistia de 1979.

Anos após o crime, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos se dirigiu a Atibaia, colhendo depoimentos sobre sua morte. Dentre eles, um policial afirmou que, após ter dado informações à imprensa, foi proibido pelo comando da Polícia Militar de comentar o que acontecera à época.

O laudo de exame de corpo de delito, feito no Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP) e assinado pelos médicos Frederico Idelfonso Marri Amaral e Orlando Brandão, além de afirmar que Antônio fora morto pela polícia, referiu-se a inúmeros ferimentos feitos por arma de fogo: nove de penetração e um de saída do projétil. Porém, nenhum tiro na cabeça, pescoço ou têmpora é indicado neste laudo. Em contrapartida, a foto encontrada do cadáver nos arquivos do Superior Tribunal Militar (STM), evidencia edemas no nariz e no olho esquerdo, além de escoriações e afundamento da testa. Em 1999, após ser impetrado processo disciplinar, sob denúncia do Grupo Tortura Nunca Mais, o médico Frederico Idelfonso Marri Amaral foi considerado culpado pela precariedade do laudo pericial, sumário e incompleto, pois não dava informações suficientes sobre ferimentos no crânio da vítima, o que atestaria a versão de sua esposa. A conclusão do processo evidencia que o laudo necroscópico foi preparado de forma inadequada, visando acobertar a morte violenta de uma vítima que já estava ferida e impossibilitada de reagir, abrindo, assim, espaço para a interpretação de que teria havido execução sumária.

Antônio foi sepultado sem a presença de Damaris e dos filhos, no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Segundo Relatório do Ministério Público Federal, de 2010, ele teria sido enterrado no terreno nº 253, antiga quadra 57. Porém, como o cemitério passou por diversas reformas irregulares no decorrer dos anos, as quadras foram desconfiguradas, dificultando o processo de localização dos restos mortais. Na década

de 1990, com a abertura da Vala de Perus, foram feitas diversas escavações também no cemitério de Vila Formosa, mas que não obtiveram êxito.

Os restos mortais de Antônio Raymundo de Lucena até a presente data não foram encontrados. Diante da morte e da ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao conferir tratamento jurídico adequado ao caso, entende que Antônio Raymundo de Lucena permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Sítio no bairro Jardim das Cerejeiras, na cidade de Atibaia, em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Médici

Governador do Estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré

Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: general de Divisão Olavo Viana Moog

Delegado de Polícia de Atibaia: Jair Ferreira da Silva

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------|------------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|--|
| Sebastião Zanolli. | Polícia Militar. | Cabo. | Atirou na vítima. | Residência da vítima. | Termo de declarações - Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0017_0006, pp. 89-90. |
| José Peranovich. | Polícia Militar. | Soldado. | Atirou na vítima. | Residência da vítima. | Termo de declarações - Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0017_0006, pp. 91-92. |

| | | | | | |
|-----------------------------|------------------|----------|--|-----------------------|---|
| Alcides Cintra Bueno Filho | DOPS/SP | Delegado | A requisição do exame necroscópico de Antonio Raymundo, de 20 de fevereiro de 1970, foi assinada pelo Alcides Cintra Bueno Filho, assim como o relatório do DOPS/SP sobre a falsa versão de morte em tiroteio. | | <p>1) Requisição de exame necroscópico de Antonio Raymundo de Lucena. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, p. 205.</p> <p>2) Relatório do DOPS/SP sobre a identificação de Antonio Raymundo Lucena. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 214-215.</p> |
| Claudio de Aguiar Almendra. | Polícia Militar. | Soldado. | Atirou na vítima. | Residência da vítima. | Termo de declarações - Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0017_0006, pp. 93-94. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---------------------------------|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, p.7. | Certidão de óbito, de 4/4/1975. | Cartório do Registro Civil de Atibaia. | Apresenta como causa da morte: "anemia aguda". |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Auto de levantamento de | Delegacia de Polícia de | Apresenta a versão policial de que Antônio morreu em |

| | | | |
|--|---|--|---|
| BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, p. 60. | local e de cadáver, de 20/2/1970. | Atibaia. | um tiroteio com a polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, p. 62. | Auto de resistência, de 20/2/1970. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Apresenta a versão de que Antônio morreu em um tiroteio com a polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 78-79. | Fotos do local da morte. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Ajuda a reconstruir a cena da morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 85-88. | Assentada – depoimento de Valter de Souza Campos, de 22/2/1970. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Apresenta a versão de que Antônio morreu em um tiroteio com a polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 89-90. | Termo de declarações de Sebastião Zanovelli, de 23/2/1970. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Cabo da Polícia Militar. Apresenta a versão de que Antônio morreu em um tiroteio com a polícia e confirma que ele e o policial José Peranovich atiraram no militante. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 91-92. | Termo de declarações de José Peranovich, de 23/2/1970. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Soldado da polícia militar. Apresenta a versão de que Antônio morreu em um tiroteio com a polícia e confirma que ele atirou no militante. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT | Termo de declarações de Cláudio de | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Soldado da polícia militar. Apresenta a versão de que Antônio morreu em um |

| | | | |
|--|---|---------------------------------------|---|
| 0_0017_0006, pp. 93-94. | Aguiar Almendra, de 23/2/1970. | | tiroteio com a polícia e confirma que ele e os demais policiais atiraram no militante. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 100-102. | Assentada – depoimento de Adalberto Conceição, de 24/2/1970. | Delegacia de Polícia de Atibaia. | Apresenta a versão de que Antônio morreu em um tiroteio com a polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 31-33. | Laudo de exame de corpo de delito, de 3/3/1970. | IML. | Afirma que Antônio foi morto pela polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 249-251. | Relatório de Inquérito policial, de 26/6/1970. | DOPS/SP. | Apresenta a versão policial sobre a morte de Antônio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 121-122. | Reprodução Fotográfica do cadáver de Antônio Raymundo Lucena. | Superior Tribunal Militar. | Confirmação dos ferimentos de Antônio, inclusive edemas no nariz e no olho esquerdo, além de escoriações e um afundamento no meio da testa. |
| Arquivo da CNV, 00092_000830_2012_05, p.29. | Relatório, de 1993. | Ministério da Marinha. | O relatório traz informações sobre data, local e circunstâncias da morte de Antônio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT | Depoimento de Damaris Oliveira | 4º Cartório de Notas, de Campinas/SP. | Depoimento de Damaris acerca das circunstâncias da morte de Antônio. |

| | | | |
|--|---|--|---|
| 0_0017_0006, p. 29 | Lucena, de 06/3/1996. | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0006, pp. 290-293. | Relato de visita, de 1º/5/1998. | Comissão de Familiars de Mortos e Desaparecidos Políticos. | Relato sobre a busca de informações sobre as circunstâncias da morte de Antônio realizada na cidade de Atibaia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0017_0004, pp. 129-151. | Acórdão nº 1492/99 - Processo Disciplinar nº 2532-178/94, de 11/12/1999. | Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. | Condena o médico Fernando Ildfonso Marri Amaral por laudo falso necroscópico de Antônio. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio Raymundo de Lucena morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido político para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se o a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Antônio Raymundo de Lucena para localização e identificação de seus restos mortais e para a responsabilização dos demais agentes envolvidos.

CASSIMIRO LUIZ DE FREITAS

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Benedita Francisca Pires e Leolino Luiz de Freitas

Data e local de nascimento: 11/12/1912, Catalão (GO)

Atuação profissional: agricultor

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Data e local de morte: 19/3/1970, Pontalina (GO)

BIOGRAFIA

Nascido em Goiás, Cassimiro Luiz de Freitas era natural de Catalão. Lavrador, na década de 1950 formou uma associação de camponeses em Goiás com José Porfírio de Souza, reconhecido líder das mobilizações agrárias na região de Formoso e Trombas (GO) e desaparecido em 1973. Em 1953 foi vítima de um atentado contra sua vida, mas conseguiu sobreviver. Com o golpe de 1964 mudou-se para Campinas (SP) e passou a viver na clandestinidade. No final dos anos 1960 retornou à Pontalina (GO) onde fundou, em 1969, a União Camponesa, setor agrário da VAR-Palmares. Era casado com Maria Eleotéria Rodrigues e pai de nove filhos. Morreu aos 57 anos de idade, após torturas, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de novembro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Cassimiro Luiz de Freitas. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi reconhecido como anistiado político “*post mortem*”, a pedido de seus sucessores, pela Comissão de Anistia, em 4 de junho de 2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Cassimiro Luiz de Freitas morreu no dia 19 de março de 1970 após ser preso junto a seu filho Cornélio Alves de Freitas pela Polícia Militar do Estado de Goiás em 26 de janeiro de 1970. Enquanto detido nas dependências do 10º Batalhão de Caçadores do Exército, permaneceu separado de seu filho, voltando a reencontrá-lo somente quando foi libertado.

Após sair da prisão, foi deixado em uma praça por um jipe do Exército, a mando do delegado de Polícia Federal José Xavier Bonfim, apresentando sinais de tortura e com a saúde muito debilitada. Cassimiro afirmou a Divina Carolina de Macedo e a seu marido João Teixeira Macedo, que lhe socorreram que, além de ter sido torturado, foi obrigado a ingerir veneno. Segundo eles, quando Cassimiro saiu da prisão “vomitava sangue, tinha manchas nos braços, estava magro e decaído”. Faleceu em sua residência três dias após ser solto, mesmo depois de receber assistência médica. Segundo o médico Mauro Lourenço Borges, que atendeu Cassimiro em sua residência, ele se encontrava em: “pré-coma, apático, palidez intensa, respiração ruidosa, desidratado, panículo adiposo diminuído, pele flácida, caquético, apresentando hematomas e escoriações disseminadas pelo corpo, além de vômitos e diarreia sanguinolenta, praticamente em fase terminal. [...] Seu estado clínico era bastante crítico, agravando-se nas horas seguintes, vindo a falecer 24 horas após, em virtude das lesões sofridas, que provocaram anemia profunda, que foi a causa eficiente de seu falecimento em 18 de março de 1970, ocasião em que forneci o atestado de óbito”. No atestado de óbito, consta como causa da morte “desidratação aguda”.

O corpo de Cassimiro Luiz de Freitas foi sepultado no Cemitério de Pontalina (GO) por seus familiares.

LOCAL DE MORTE

Pontalina (GO).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Departamento de Polícia Federal

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Justiça: Alfredo Buzaid

Departamento de Polícia Federal em Goiás: delegado José Xavier do Bonfim

1.2. 10º Batalhão de Caçadores

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geise

Comandante Militar do Planalto e da 11ª Região Militar: general de Divisão Olavo Vianna Moog

Comandante do 10º Batalhão de Caçadores: coronel do Exército Eni de Oliveira

1.3. Polícia Militar de Goiás

Governador do estado de Goiás: Otávio Lage de Siqueira
Secretário de Segurança Pública de Goiás: Leonardo Rodrigues

1.4. DOPS/GO

Governador do estado de Goiás: Otávio Lage de Siqueira
Secretário de Segurança pública do estado de Goiás: Leonardo Rodrigues

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0026_0002. | Processo n° 326/96, 1996. | Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. | Biografia da vítima e as circunstâncias de sua morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0026_0002, p. 83. | Certidão de óbito, 1970. | Registro Civil do Estado de Goiás. | Atesta causa e local da morte. |
| Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_200 8.01.60660, p. 3. | Petição ao presidente da Comissão de Anistia, 28/8/2006. | Grupo Tortura Nunca Mais (Brasília). | Apresenta detalhes da biografia e da atuação política da vítima. |
| Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_200 8.01.60660, pp. 32-33. | Declaração de Rui Manoel de Azevedo Gonçalves, 6/11/2001. | | Atesta que a vítima foi fundadora da União Camponesa e apresenta detalhes sobre a prisão da vítima. |
| Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_2008.01.60660, pp. 34-35. | Declaração Allan Kardec, sem data específica. | | Atesta que a vítima foi fundadora da União Camponesa e apresenta detalhes sobre a prisão da vítima. |
| Comissão de Anistia, CA: BR_DFMJCA_200 8.01.60660, pp. 106-107. | | | Sobre as razões da morte de Cassimiro. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Cassimiro Luiz de Freitas foi torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Cassimiro Luiz de Freitas, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

AVELMAR MOREIRA DE BARROS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Vergilina Moreira de Barros e Avelmar de Barros

Data e local de nascimento: 11/3/1917, Viamão (RS)

Atuação profissional: agricultor

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G)

Data e local de morte: 24/3/1970, Porto Alegre (RS)

BIOGRAFIA

Nascido em Viamão (RS), o agricultor Avelmar Moreira de Barros era casado com Maria Helena Sanhudo de Barros, com quem teve 12 filhos. Chacareiro do ex-tenente Dario Viana dos Reis, apontado como militante da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e de outras organizações consideradas subversivas. Avelmar teria se engajado em ações da própria VAR-Palmares e do M3G – o grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara, que atuou em Porto Alegre entre 1969 e 1970, fundado por Edmur Péricles de Camargo, anteriormente ligado a Carlos Marighella. O agricultor teria transportado valises carregadas de armas que foram utilizadas em assalto a uma agência do Banco do Brasil, em Viamão (RS). Sob essa acusação, foi preso no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Porto Alegre, em 22 de março de 1970. Morreu dois dias depois, aos 53 anos, nas dependências do DOPS, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 14 de maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Avelmar Moreira de Barros, deferindo o seu caso publicado no Diário Oficial da União em 17 de maio de 1996. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Segundo registros da imprensa da época, anexados ao relatório da CEMDP, Avelmar Moreira de Barros teria sido preso após “batida” que procurava esclarecer o assalto praticado contra a agência do Banco do Brasil e levado para o prédio do DOPS em Porto Alegre, no dia 22 de março de 1970.

De acordo com a versão oficial, o agricultor teria cometido suicídio dois dias após a sua prisão, usando lâmina de barbear. A necropsia, realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), descreve ferimentos no rosto e nos punhos, além de corte da carótida. Entretanto, o *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* registrou que, ainda em 1974, o boletim da Anistia Internacional denunciava que a morte do agricultor teria ocorrido em decorrência de torturas sofridas na prisão. A decisão da CEMDP acolheu o pedido e deferiu o caso por unanimidade, no entanto, os integrantes Suzana Keniger Lisboa, Nilmário Miranda e Luís Francisco Carvalho Filho fizeram constar formalmente no documento a desconfiança em relação à versão de suicídio.

LOCAL DE MORTE

Dependências do DOPS, Palácio da Polícia, em Porto Alegre (RS).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeias de comando dos órgãos envolvidos na morte

1.1. Comando do III Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do III Exército: general de Exército Breno Borges Fortes

Chefe do Estado-Maior do III Exército: general de Brigada Ruy de Paula Couto

1.2. DOPS do Rio Grande do Sul

Governador do estado do Rio Grande do Sul: Walter Peracchi Barcelos

Secretário de segurança pública do estado do Rio Grande do Sul: coronel Jayme Miranda Mariath

Chefe da Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul: major Átila Rohrsetzer

Chefe do DOPS do Rio Grande do Sul: delegado Firmino Peres Rodrigues

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0002, pp. 13-14. | Certidão de óbito, 1 ^o /7/1973. | Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. | Documento atesta a morte de Avelmar Moreira de Barros em 24 de março de 1970, no Palácio da Polícia, em Porto Alegre (RS), em decorrência de “hemorragia externa por secção da carótida externa direita”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0002, p. 21. | Não consta. | Não consta. | Recorte de material jornalístico anexado ao processo da CEMDP se refere à relação do agricultor com ações consideradas subversivas, relatando o caso de suicídio na prisão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0020_0002, pp. 29-30. | Ata da VIII Reunião Ordinária, 14/5/1996. | CEMDP. | Exame das peças do processo confirmando a versão oficial de suicídio, mas com ressalva de desconfiança manifesta por três integrantes da CEMDP. |
| Arquivo Nacional, SNIG: A0362610-1971, p. 18. | Relatório Anual de Informações, 1970. | Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. | Levantamento das atividades consideradas subversivas desenvolvidas no Rio Grande do Sul no ano de 1970, atestando o envolvimento de Avelmar com a organização M3G. |
| Arquivo Nacional, SNIG: G0080550-1984, p. 35. | Ofício nº 46-Aj8, 5/6/1970. | Ministério do Exército, III Exército. | Inquérito sobre subversão no Estado do Rio Grande do Sul encaminhado ao SNI, atestando cooperação do agricultor com o M3G e o envolvimento no assalto ao banco. |
| Arquivo Nacional, SNIG: A0235519-1970, p. 3. | Assalto a bancos e casas comerciais, 14/4/1970. | Serviço Nacional de Informações, agência de Porto Alegre. | Documento que aponta Dario Viana dos Reis, patrão de Avelmar à época, como o “cabeça” do assalto ao Banco do Brasil de Viamão, ligando ambos às atividades consideradas subversivas. |
| Arquivo CNV, 00092.000256/2013-68, pp. 407-408. | Auto de necropsia. | Instituto Médico-Legal do Rio Grande do Sul. | Documento alegando que Avelmar teria “tentado contra a própria vida, suicidando-se no xadrez do DOPS”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Avelmar Moreira de Barros morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a determinação das causas da morte e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

DORIVAL FERREIRA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Albina Biscuola Ferreira e Domingos Antônio Ferreira

Data e local de nascimento: 5/11/1931, Osasco (SP)

Atuação profissional: operário da construção civil

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 2/4/1970, Osasco (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Dorival Ferreira era casado e tinha seis filhos. Líder sindical, o operário chegou a concorrer à presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Osasco e Região. Foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e morreu aos 38 anos, depois de ser preso e baleado em sua própria residência, em Osasco, em ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram plenamente identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 29 de fevereiro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Dorival Ferreira. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No dia 23 de janeiro de 2006, a Comissão de Anistia o reconheceu como anistiado político *post-mortem*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Dorival Ferreira morreu em 2 de abril de 1970, em Osasco, São Paulo. Na noite deste dia, sua casa foi invadida por policiais da Operação Bandeirante, ocasião em que foi ferido e preso. A falsa versão oficial aponta que Dorival foi morto em um tiroteio com agentes deste órgão. Contudo, Dorival se encontrava em sua casa quando, ao atender um chamado na porta, notou a presença de agentes de segurança, instante em que foi atingido por um tiro. Mesmo baleado no quadril, Dorival tentou fugir pelos fundos da casa. Antes, porém, avisou a sua esposa, Esterlita Ribeiro. Esta, então, pediu à filha que

fosse informar ao avô, Domingos Antônio Ferreira, que morava próximo a eles, sobre o ocorrido. Domingos se dirigiu à casa do filho, encontrando-a cercada por policiais. Após chegar ao local, os agentes apontaram uma arma para sua cabeça e de sua neta, que à época dos fatos possuía apenas 14 anos de idade. Neste momento, ela e seus irmãos foram levados para um quarto localizado no imóvel e proibidos de sair, enquanto sua mãe e Domingos eram interrogados na cozinha. Posteriormente, os agentes informaram ao pai de Dorival que este teria sido preso.

Apesar de os jornais da época confirmarem a versão oficial e afirmarem que ele teria sido morto em tiroteio em sua casa, documentos produzidos pelos órgãos de repressão permitem confirmar que Dorival, apesar de tentar fugir, foi preso sem haver registros de que teria sido direcionado a um hospital, apesar de estar baleado. O Relatório da Delegacia de Polícia de Itapeví do dia 10 de abril de 1970 afirma que Dorival foi executado no dia 3 de abril, um dia depois do suposto confronto ocorrido em sua casa. Tal informação coincide com o depoimento prestado pelo seu pai ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) no dia 2 de abril, em que declara que os policiais que se encontravam no domicílio de seu filho teriam lhe comunicado que ele foi preso.

No laudo do Instituto de Polícia Técnica (IPT), elaborado após a necropsia, identifica-se 11 tiros no seu corpo, sendo um deles no dedo anular esquerdo, o que poderia indicar uma posição de defesa da vítima e, por sua vez, uma provável execução. Entre os bens encontrados com Dorival não há registro de nenhuma arma de fogo, o que desconstrói a versão de que teria havido alguma troca de tiros entre ele e os agentes da repressão.

Dorival foi enterrado no dia 4 de abril de sem que a família pudesse ver o corpo. Seu atestado de óbito foi falsificado de forma a constar que sua morte teria ocorrido no dia 2. O destino final dos restos mortais de Dorival Ferreira permanecem desconhecidos até a presente data.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Operação Bandeirante (Oban)

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe de Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Coordenação Executiva da OBAN: major Waldir Coelho

1.2. DOPS / SP

Governador do Estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré

Secretário Estadual de Segurança Pública:

Diretor-Geral do DOPS/SP: não identificado

Delegado do DOPS/SP: Alcides Cintra Bueno Filho. De acordo com documento elaborado pelo DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho foi responsável pelo requerimento do laudo do Exame de Corpo de Delito ao Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública.¹

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente (descrita pela fonte) | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------|---------|------------------|---|-------------------------|---|
| Alcides Cintra Bueno Filho | DOPS-SP | Delegado titular | | | Telegrama de Alcides Cintra Bueno Filho ao IML, 3/7/1970. Laudo do Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública, 27/5/1970 |
| Otávio D'Andrea | IML | Médico-legista | Falsificação de laudo necroscópico | IML | Exame de corpo de delito – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0015, p. 20. |
| Antônio Valentini | IML | Médico-legista | Falsificação de laudo necroscópico | IML | Exame de corpo de delito – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0015, p. 20. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0015, p. 9. | Depoimento de Angela Maria Ferreira Tamaro, | CEMDP. | Descreve quando viu o pai baleado e ouviu as rajadas vindas de casa e quando encontrou a casa cheia de policiais e |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | 24/1/1996. | | que não veria seu pai nunca mais. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, p. 10. | Termo de declarações de Domingos Antônio Ferreira, 2/6/1970. | Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). | Afirma ter sido informado de que o filho teria sido baleado e, chegando na residência do filho, encontrou o local repleto de policiais, sendo informado pelos mesmos que seu filho havia sido preso, em oposição, portanto, à versão de que seu filho teria morrido no tiroteio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, p. 16. | Matéria de jornal: “Morreu fuzilado na luta com a polícia”, 4/4/1970. | Jornal <i>Última Hora</i> . | Informa que a emboscada na casa de Dorival foi realizada por agentes do DOPS e da Operação Bandeirantes (OBAN). |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, p. 17. | Matéria de jornal: “Enfrentou polícia à bala e foi fuzilado”, 4/4/1970. | <i>Notícias Populares</i> . | Informa que a emboscada na casa de Dorival foi realizada por agentes do DOPS e da Operação Bandeirantes (OBAN). |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, pp. 20-22. | Laudo de exame de corpo de delito, 6/4/1970. | Instituto Médico-Legal (IML). | Apresenta a versão oficial de que Dorival foi morto em um tiroteio com agentes de segurança. |
| Arquivo da CNV: 00092.002945/2014 -98. | Relatório da Delegacia de Polícia de Itapeví, de 10/4/1970. | Delegacia de polícia de Itapeví. | Ficha de Dorival em que consta a sua “execução” datada no dia 03 de abril de 1970, permitindo contestar a versão de que teria morrido em tiroteio no dia em que foi abordado pelos agentes da repressão. |

| | | | |
|---|--|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, p. 26-28. | Laudo do Instituto de Polícia Técnica, de 27/5/1970. | Instituto de Polícia Técnica/Secretaria de Segurança Pública. | Identifica 11 ferimentos à bala no corpo de Dorival, um deles no dedo anular esquerdo, sendo possível indicar uma posição de defesa da vítima ao recebê-lo e, portanto, abre possibilidades para se afirmar que houve execução. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0015, p. 29-32 | Fotos do corpo, data não especificada | Instituto de Polícia Técnica/Secretaria de Segurança Pública. | |
| Arquivo da CNV: 00092.002945/2014-98 | Telegrama do delegado Alcides Cintra Bueno Filho ao IML, 3/7/1970. | Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. | Registra a entrada do corpo no IML apenas no dia 3/10/1970, apesar de informar que a vítima teria morrido no dia anterior. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Dorival Ferreira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido político para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Dorival Ferreira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Fonte: Arquivo Nacional (AN), CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0015, p. 26.

JOSÉ IDESIO BRIANEZI



DADOS PESSOAIS

Filiação: América Tomioto Brianezi e José Paulino Brianezi

Data e local de nascimento: 23/3/1946, Londrina (PR)

Atuação profissional: comerciário

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 13/4/1970 ou 14/4/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Londrina (PR), José Idesio Brianezi era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). No início de sua militância política, concorreu à presidência da União dos Estudantes em Londrina, em 1966. Em 1968, atuou no movimento estudantil de Jandaia do Sul (PR) e Apucarana (PR), pleiteando o fim do ensino pago. Participou do XIX Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundários (UPES), em Cornélio Procopio (PR). Nesse mesmo ano, foi um dos principais articuladores da oposição à diretoria da UPES e da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), em Minas Gerais. Em virtude de suas atividades no movimento estudantil, no primeiro semestre de 1968, foi intimado a depor no quartel do Exército em Apucarana. Neste período, vinculou-se à Dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), à qual pertenceu até setembro do mesmo ano. Em 1969, com Antônio dos Três Reis de Oliveira, filiou-se à Ação Libertadora Nacional (ALN). Na esfera profissional, atuou na secretaria do Colégio Sete de Setembro, em Apucarana. Mudou-se para São Paulo, devido às constantes perseguições, passando a viver na clandestinidade. No início da década de 1970, foi listado como um dos subcomandantes do Grupo Tático Armado da ALN, por

documentos dos órgãos de segurança. José Idesio foi morto em abril deste mesmo ano, no local onde morava, por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 13 de agosto de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Idesio Brianezi. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a cidade de Apucarana (PR), atribuiu seu nome a uma escola pública de primeiro grau, situada à rua Paranapanema, em 1990.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Idesio morreu no dia 13 de abril de 1970, em São Paulo (SP), por agentes da Operação Bandeirante (OBAN), do II Exército.

A versão apresentada à época pelos órgãos da repressão é de que teria morrido em um tiroteio com agentes da OBAN. A certidão de óbito atesta que ele faleceu na pensão onde morava, à rua Itatins, nº 88, no bairro de Campo Belo, São Paulo (SP), no dia 13 de abril de 1970, em decorrência de “hemorragia interna traumática”.

Considerando que parte da documentação do Instituto Médico Legal (IML) não pôde ser encontrada no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS), não se pode averiguar o horário de entrada do corpo na instituição. Em foto do corpo localizada neste mesmo arquivo, pela CEMDP, pode-se verificar que José Idesio apresentava o dorso nu e a barba por fazer, o que não era comum, pois discordava das regras de segurança para a militância clandestina. Essa foto constituiu-se em importante prova, por contradizer as informações contidas na única página do laudo do IML que foi descoberta, que se referia às vestimentas de José Idesio como “camisa de seda fantasia, calça de brim zuarte, calção”.

Em depoimento, Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, à época militante da ALN, refutou a versão de que o militante teria morrido em tiroteio, revelando evidências sobre a possível prisão e tortura de José Idesio:

[...] José era um bom militante e seguia à risca as regras de segurança exigidas pela clandestinidade. Lembro-me dele sempre arrumado, de terno e com barba feita todos os dias. [...] José foi declarado morto em tiroteio na pensão onde

morava às 21:00 h do dia 13/4/1970. Voltava, portanto, de um dia de trabalho. A barba que ostentava na foto não é aquela de uma pessoa que necessita manter um disfarce a qualquer custo, aparenta muito mais que 24 horas, o que induz a pensar que ele esteve sob custódia, vivo [...]. Seu rosto estava mais magro, denotando sofrimento anterior à morte.

Em seu relato, Guiomar Silva Lopes, militante da ALN que conviveu com José Idesio entre os anos de 1969 e 1970, momento em que também foi detida, ratifica o depoimento anterior. Do convívio estabelecido, afirmou que ele:

[...] era um rapaz jovem, alto, forte, com cabelos castanhos, pele muito clara que lhe dava um aspecto de um europeu. Tinha o visual de um jovem de classe média, vestia-se com discrição, sem nunca ter notado descuidos com o penteado, com a barba ou com a roupa [...]. A foto que me foi apresentada me deixou surpresa, pois não parecia a mesma pessoa por causa do aspecto e das transformações em seu rosto.

As buscas por parte da CEMDP consistiram em solicitar a análise do laudo necroscópico e da única foto do corpo ao perito criminal Celso Nenevê, que se viu impossibilitado de reconstituir os fatos, tendo em vista omissões, imprecisões do laudo, falta de fotografias da necropsia e perícia de local. No entanto, o perito pôde afirmar que pelos menos dois disparos foram efetuados de maneiras diferentes do que fora descrito no laudo necroscópico, revelando vestígios para inferir que a morte de José Idesio foi em decorrência de “execução sumária”.

José Idesio foi enterrado como indigente, no Cemitério de Vila Formosa. A exumação dos seus restos mortais foi descartada pelo perito, tendo em vista que seus pais, na identificação e traslado para o Cemitério Municipal de Apucarana, levantaram dúvidas se o corpo entregue pertencia realmente ao filho.

A Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo realizou a 118ª audiência pública, mencionado o caso de José Idesio, no dia 20 de março de 2014.

LOCAL DE MORTE

Pensão na rua Itatins, nº 88, no bairro de Campo Belo, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Operação Bandeirante (OBAN)/ II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Coordenador Executivo da OBAN: major Waldir Coelho

1.2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------|----------|-----------------|---|-------------------------|--|
| Alcides Cintra Bueno. | DOPS/SP. | Delegado. | Fraude na descrição das circunstâncias da morte, na requisição de Exame necroscópico. | DOPS/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. |
| Cypriano Oswaldo Mônaco. | IML/SP. | Médico-legista. | Elaboração de laudo com diversas imprecisões e omissões. | IML/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. |
| Paulo Queiroz Rocha. | IML/SP. | Médico-legista. | Elaboração de laudo com diversas imprecisões e omissões. | IML/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Certidão de óbito, 6/10/1970, p. 8. | Cartório de Registro Civil e Tabelionato, 30º Subdistrito do Ibirapuera. | Informa local, hora e data da morte; e o sepultamento realizado no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Relatório das circunstâncias da morte de José Idesio Brianezi, 3/5/1996, pp. 12-15. | CEMDP. | Relatório elaborado a partir das investigações realizadas e das contribuições da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos e do Grupo Tortura Nunca Mais sobre as circunstâncias da morte de José Idesio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Requisição de exame necroscópico, 14/4/1970, pp. 17-18. | DOPS/SP. | Fraude na descrição das circunstâncias da morte, na requisição de Exame necroscópico, mencionando que José Idesio faleceu em tiroteio travado com a Polícia, após ferir |

| | | | |
|--|--|----------------------------|---|
| | | | um sargento. Também requisita que a liberação do cadáver somente poderá ser realizada pelo delegado do DOPS. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Exame necroscópico, 14/04/1970, pp. 19-21. | IML/SP. | Laudo de exame de corpo de delito precário, com imprecisões e omissões que apenas elucidavam a versão dada pelos órgãos de segurança sobre as circunstâncias da morte de José Idesio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Fotos de José Idesio morto, pp. 22-24. | DOPS/SP. | Foto do corpo de José Idesio, pela qual novas evidências foram reveladas sobre as circunstâncias de sua morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Declaração, 7/4/1997, p. 50. | | Depoimento de Guiomar Silva Lopes informando suas impressões sobre a foto do corpo de José Idesio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0010. | Declaração, pp. 51-52. | | Depoimento de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz informando suas impressões sobre a foto do corpo de José Idesio. |
| Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_05. | Relatório do Ministério da Aeronáutica, 1993, p. 81. | Ministério da Aeronáutica. | Registra informações sobre as circunstâncias e data da morte de José Idesio. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Idesio Brianezi morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ROBERTO MACARINI



DADOS PESSOAIS

Filiação: Hermínia Juliano Macarini e Dolorato Antônio Macarini

Data e local de nascimento: 15/7/1950, São Paulo (SP)

Atuação profissional: bancário

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 17/4/1970 ou 28/4/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Roberto Macarini, paulistano, nasceu em 15/7/1950, filho de Hermínia Juliano Macarini e Dolorato Antônio Macarini. Estudante, trabalhava como bancário e militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi preso em 27/4/1970, quando foi levado à sede da OBAN e submetido à tortura. Morreu no dia seguinte, com 19 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) deferiu, em 27/8/1996, o pedido proposto por seu irmão, José Pedro Macarini, por meio do dossiê nº 324/96, reconhecendo-se, assim, a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte do militante. O nome de Roberto Macarini foi incluído no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A morte de Roberto Macarini foi um dos casos de tortura e assassinato de militantes denunciados em carta de 25/10/1975, redigida por presos políticos do Presídio do Barro Branco, em São Paulo (SP), e encaminhada ao presidente da OAB.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Roberto foi preso no dia 27/4/1970 e torturado na sede da OBAN/DOI-CODI, em São Paulo (SP), pelas equipes do capitão Benoni de Arruda Albernaz e capitão Homero César Machado. No dia posterior a sua prisão, já bastante debilitado, foi levado pelos agentes policiais a uma suposta reunião com companheiros, no Viaduto do Chá. Segundo a falsa versão dos órgãos de segurança, ao chegar ao local, Roberto se jogou do alto do viaduto e teve morte instantânea.

De acordo com relatório elaborado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil sobre os presos políticos de São Paulo, que foram mortos por agentes estatais, Roberto foi preso no dia 27/4/1970 pela OBAN/DOI-CODI e torturado pela “equipe C”, integrada pelo escrivão de polícia Gaeta (conhecido como “Mangabeira”), pelo funcionário do Departamento da Polícia Federal (DPF) de apelido “Alemão”, pelo carcereiro, também da DPF, Maurício (conhecido por “Lungaretti”) e pelo tenente da Aeronáutica Alberto. No dia 28 de abril, o militante foi retirado da OBAN/DOI-CODI por uma equipe integrada pelo capitão Coutinho, pelo capitão Tomás, pelo cabo conhecido como “DKW” (os três da Polícia Militar de São Paulo), pelo capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz, pelo investigador do Departamento Estadual de Investigações Criminais Paulo Rosa, pelo tenente do CENIMAR conhecido como “Marinheiro” e pelo delegado de polícia “Dr. Raul”, entre outros, e levado para o Viaduto do Chá, de onde foi jogado pelos agentes, por volta das 9 horas da manhã. A denúncia seria encaminhada à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas o documento foi apreendido pelo DOPS/SP, em poder de Ronaldo Mouth Queiroz, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), também assassinado pelo regime.

Documentos do DOPS/SP, encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo, também contribuem para a desconstrução da falsa versão dos órgãos de segurança. Entre esses documentos, uma ficha de Roberto Macarini informa, textualmente, que o militante foi torturado por equipe do Exército, por dois dias consecutivos.

Em versão contraditória às demais fontes arroladas, a certidão de óbito de Roberto, registrada no dia 18/4/1970, informa como data de morte o dia anterior, dez dias antes da data indicada pelos órgãos de segurança para sua prisão, em decorrência de “choque traumático, lesões traumáticas crânio encefálicas”. A mesma *causa mortis* foi indicada em laudo necroscópico assinado pelos médicos-legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Querioz. Rocha, que também datavam a morte do dia 17 de abril. A requisição de exame cadavérico solicitada pelo delegado Michel Miguel, apresentava a letra “T” ao

lado do nome de Roberto, registro recorrente em casos que envolviam pessoas consideradas “terroristas”.

Relatório produzido pelo Ministro da Marinha e encaminhado ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa, já em 1993, corrobora com a versão de suicídio divulgada pelos órgãos de segurança.

O Ministério Público Federal de São Paulo propôs, em 2010, Ação Civil Pública, protocolada sob o nº. 0021967-66.2010.4.03.6100, com o objetivo de responsabilizar oscapitães reformados Homero César Machado e João Thomaz, pela tortura e morte de Roberto Macarini.

Roberto foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo (SP).

LOCAL DE MORTE

Viaduto do Chá, em São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Operação Bandeirante (OBAN)/ DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado-Maior do II Exército: General de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante da 2ª Região Militar: general de Divisão Vicente de Paulo Dale Coutinho

Comandante da OBAN/ DOI-CODI: tenente-coronel Waldyr Coelho

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------|-------|-----------------------|--|-------------------------------|---|
| Benoni de Arruda Albernaz. | OBAN. | Capitão. | Comandava as equipes de tortura e morte. | DOI-CODI/SP. | 1. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0003. |
| Paulo Rosa. | DEIC. | Investigador do DEIC. | Tortura e morte. | DOI-CODI/SP e Viaduto do Chá. | Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. |
| Lourival Gaeta. | OBAN. | Escrivão. | Tortura. | DOI-CODI/SP. | Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. |

| | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|---------------------------|--|-------------------------------|--|
| Francisco Antônio Coutinho e Silva. | PM/SP. | Tenente-coronel da PM/SP. | Tortura e morte. | DOI-CODI/SP e Viaduto do Chá. | Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. |
| Maurício José de Freitas. | Polícia Federal. | Agente. | Tortura. | DOI-CODI/SP. | Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. |
| Homero César Machado. | OBAN. | Capitão do Exército. | Comandava as equipes de tortura. | DOI-CODI/SP e Viaduto do Chá. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0003. |
| João Thomaz. | PM/SP. | Capitão da PM/SP. | Tortura e morte. | DOI-CODI/SP e Viaduto do Chá. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0003. |
| Michel Miguel. | N/I. | Delegado. | Requisição de laudo necroscópico assinalado com a letra "T". | IML/SP. | Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0003. | Certidão de óbito, 18/4/1970, p. 13. | Registro Civil da Consolação, 7º Subdistrito. | Informa como data de morte de Roberto dia 17/4/1970. |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | "A subversão e o terrorismo em São Paulo" 17/8/1970. | OBAN. | Dossiê que informa as estratégias de combate da OBAN à VPR. |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | Ficha de Roberto Macarini. | DOPS/SP. | Encaminhado ao II Exército a ficha de Roberto, informando que seu nome consta em uma relação enviada ao DOPS em 6/8/73. Foi arquivado na pasta "Exercito 13". |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | Laudo de Exame Necroscópico 29/4/1970, pp. 38-39. | IML-SP. | O documento informa o falecimento na data de 17/4/1970, em virtude de "choque traumático". Assinado por Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Rocha, em 29/4/1970. |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | Requisição de Exame Necroscópico 17/4/1970, p. 36. | IML-SP. | Foi assinado pelo delegado Michel Miguel em 17/4/1970, informando que Roberto faleceu nesse dia, no Viaduto do Chá. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0073_0003. | Voto da relatora da CEMDP Suzana | CEMDP. | Informa sobre as circunstâncias da morte de Roberto e registra o voto favorável ao deferimento do pedido pelos familiares, uma vez que foi |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | Keniger Lisbôa 27/8/1996, p. 54-56. | | comprovado que Roberto foi preso e a causa da morte por suicídio foi dada como falsa. Aponta ainda que nos documentos encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo, consta que Roberto foi torturado por dois dias consecutivos pelo II Exército. |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | Carta aos "Bispos do Brasil" do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos. | Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos. | Documento que informa as circunstâncias da morte de Roberto, tais como que foi preso no dia 27/4/1970 e morto no dia seguinte ao ser lançado pelos torturadores do viaduto do chá, tendo como testemunhas os transeuntes que passaram por volta das 9 horas da manhã, no local. |
| Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_0 5. | Relatório do Ministério da Marinha, 1993, p. 31. | Ministério da Marinha. | Consta a informação que Roberto morreu ao atirar-se do Viaduto do Chá, para onde foi levado a um encontro com um militante da VPR. |
| Arquivo da CNV: 00092.003046/2014-11. | Ação civil Pública. 3/11/2010. | Ministério Público Federal – SP. | Trata-se de ação Civil Pública requerendo responsabilidade pessoal do capitão militar Homero Cesar Machado e João Thomaz, pertencente a OBAN que chefiaram as equipes de tortura, sendo partícipe direto das torturas praticadas por Roberto. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Roberto Macarini foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Roberto Macarini, especificamente no que tange à causa morte decorrente de lesões e maus tratos sofridos em dependências do Estado, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JUARES GUIMARÃES DE BRITO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Amélia Guimarães de Brito e Jayme Ferreira de Brito

Data e local de nascimento: 22/1/1938, Belo Horizonte (MG)

Atuação profissional: sociólogo

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 19/4/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Juarez Guimarães de Brito nasceu na cidade de Belo Horizonte (MG). Na infância, mudou-se para o Maranhão com a família, estado em que seu pai foi secretário de Agricultura. Morava em uma fazenda experimental de fruticultura, local que costumava apelidar de “paraíso”. Ao voltar para a capital mineira, concluiu seus estudos no Colégio Batista. Aos 24 anos, formou-se em Sociologia e Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No ano de 1962, Juarez se casou com Maria do Carmo Brito. Era fascinado por cinema e militava na juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu envolvimento político lhe proporcionou a oportunidade de organizar cursos de história e oratória em sindicatos. Dentre as manifestações que participou em Belo Horizonte, estavam a greve dos mineiros, em Nova Lima, e a da Liga Camponesa de Três Marias. Em 1963, foi viver em Goiânia (GO), onde passou a trabalhar como assessor em uma Secretaria do Estado, e como professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Em novembro de 1963, Juarez foi preso com a esposa, durante as solenidades da fundação de um sindicato rural em Nazário (GO). Após esse evento, foram demitidos. No ano seguinte, mudaram-se para

Pernambuco e Juarez passou a trabalhar como sociólogo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Após o Golpe de 1964, Juarez foi novamente preso e incluído em Inquérito Policial Militar sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de documentos dos órgãos de segurança o relacionarem com a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), pelo menos desde 1963. Quando libertado, foi viver no Rio de Janeiro com a família, retomando sua atuação de sociólogo e pesquisador. Participou da coordenação do “Censo dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, em 1965, e da pesquisa Copeg da Pontifícia Universidade Católica (PUC), “Quatro Favelas do Estado da Guanabara”, em 1966. Até o final de 1968, Juarez trabalhou na Editora APEC.

No campo político, foi um dos líderes da dissidência da Polop que, em 1968, organizou o Comando de Libertação Nacional (Colina), com ampla atuação em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Participou também da fusão da Colina com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que originaria a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares), em 1969, organização que atuaria como dirigente. No mesmo ano, a aliança foi desfeita e Juarez passou a integrar os quadros da VPR refundada. Nesse período, sua casa foi invadida por policiais militares e o casal imergiu definitivamente na clandestinidade, tendo que interromper suas atividades profissionais. Em abril de 1970, quando se dirigiam ao encontro de um companheiro de militância, foram abordados por um veículo, que os recebeu a tiros. Juarez faleceu aos 32 anos de idade. Maria do Carmo foi presa e conduzida às dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do I Exército.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O processo de Juarez foi apresentado por sua esposa à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), após a ampliação da Lei nº 9.140/1995, que passou a admitir casos de suicídio na iminência de prisão, e foi deferido por unanimidade em 7 de outubro de 2004. ⁱ Seu nome consta no “Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)”. Em relatório do Centro de Informações do Exército (CIE), Juarez é relacionado em uma lista de “subversivos mortos”, indicando como data e local de sua morte 18 de abril de 1970, no Rio de Janeiro. ⁱⁱ O relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, informa que Juarez foi morto nesta mesma data, em “tiroteio com

membros dos Órgãos de Segurança”.ⁱⁱⁱ Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte registrou uma rua com seu nome.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE^{iv}

Por volta das 13 horas do dia 18 de abril de 1970, Juares e a esposa seguiam pela rua Jardim Botânico, ao encontro de Wellington Moreira Diniz. O militante já não havia se apresentado em reunião anterior, porém, apesar dos riscos, eles resolveram comparecer. Posteriormente, Maria do Carmo afirmaria que Wellington estava no local, mas muito abatido, e fez sinal para que não parassem. No retorno, na esquina entre as ruas general Tasso Fragoso e Jardim Botânico, o casal foi abordado por um Volkswagen vermelho. Irrompeu-se um intenso tiroteio. Juares, com o objetivo de não ser preso vivo, disparou contra seu ouvido direito, sendo, em seguida, atingido por diversos tiros desferidos pelos ocupantes do veículo. Na madrugada do dia 19, Maria do Carmo, presa no DOI/CODI do I Exército, recebeu a notícia de que o marido tinha morrido no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro.

Matérias do “*Estado de Minas*”, da época de sua morte, registram que Juares e sua mulher foram sequestrados por “quatro homens armados com metralhadoras e pistolas” e que ele havia morrido após ser atingido por um tiro na cabeça e outro no braço.

No laudo de exame cadavérico, os médicos legistas Elias Freitas e Hygino Carvalho de Hércules afirmaram que a data de seu falecimento era 19 de abril, às 4h40, e declararam como causa da morte o ferimento pelo projétil de arma de fogo na cabeça. A confirmação do óbito pela Secretaria de Saúde também indica o dia 19 para sua morte, legitimando a versão de que ele não teria morrido logo em seguida ao tiroteio.

Em solicitação de dezembro de 1970, do juiz auditor da 1ª Auditoria da 2ª Região, Antônio Carlos Villanova, diretor do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, enviou-lhe documentação referente ao militante, que revelava o seu monitoramento pelos órgãos de segurança, ao menos desde 1963.

O caso de Juares integra um quadro de ocorrências composto por aqueles que ao negarem ser presos arbitrariamente, cometeram suicídio na iminência da prisão. Seu corpo foi sepultado no cemitério do Bonfim, na sua cidade natal, em 21 de abril de 1970.

LOCAL DE MORTE

Hospital Souza Aguiar, Rio de Janeiro, RJ.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|--|
| Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05. | Relatório do Ministério da Aeronáutica, 1993, p. 81. | Ministério da Aeronáutica. | Informa que Juares foi morto em tiroteio com agentes de órgãos de segurança, em 18 de abril de 1970. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | Histórico, pp. 4-6. | | Dossiê elaborado por Maria do Carmo, no qual constam dados biográficos e informações sobre as circunstâncias da morte de Juares. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | Certidão de óbito, 20/4/1970, pp. 10-11. | Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 6ª Circunscrição, 3ª Zona, Freguesia de Santana da Justiça do estado da Guanabara. | Certidão de óbito que registra o local, a data, o horário e a causa da morte de Juares. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | “Polícia mata Juares Brito com dois tiros”, 21/4/1970, p. 13. | Jornal <i>Estado de Minas</i> . | Matéria de jornal com informações sobre as circunstâncias da morte de Juares. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | “Juares, o terrorista do grupo “Colina”, enterrado no Bonfim”, 22/4/1970, p. 14. | Jornal <i>Estado de Minas</i> . | Matéria de jornal com informações sobre as circunstâncias da morte e o sepultamento de Juares. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | Auto de exame cadavérico, 19/4/1970, pp. 22-25. | Instituto Médico-Legal – RJ. | Laudo de exame cadavérico informando como <i>causa mortis</i> o ferimento penetrante na cabeça. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Óbito, p. 29. | Secretaria de Saúde | Confirmação de entrada de Juares no Hospital Souza |

| | | | |
|--|--|----------------------------------|--|
| BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | | – RJ. | Aguiar, no dia 18 de abril, e de seu óbito no dia seguinte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002. | Folhas de antecedentes, ² 9/12/1970, pp. 34-37. | Departamento de Polícia Federal. | Ficha de monitoramento das atividades de Juares desde 1963, encaminhada pelo diretor do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal ao juiz auditor da 1ª Auditoria da 2ª Região. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Juares Guimarães de Brito suicidou-se em decorrência do cerco policial e da iminente prisão por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

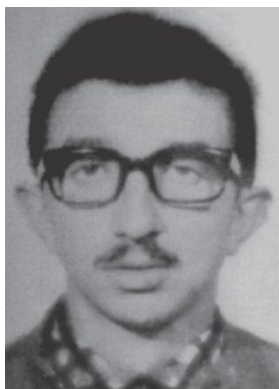
ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0001; BR_DFANBSB_AT0_0054_0002.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 20.

ⁱⁱⁱ Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 81.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0054_0002.

JOELSON CRISPIM



DADOS PESSOAIS

Filiação: Encarnación Lopez Perez e José Maria Crispim

Data e local de nascimento: 16/4/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: operário

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 22/4/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Joelson Crispim cursou a Escola Técnica Urubatão, em São Paulo (SP), e começou a trabalhar muito cedo como operário em oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Seu pai, José Maria, era sargento do Exército, foi preso político durante o Estado Novo (1937-1945) e integrou a Constituinte de 1946 como membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Seu pai era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e sua mãe também, quando foi presa e banida do país, em 13 de janeiro de 1971, por ter participado do sequestro do embaixador suíço. Sua irmã, Denise Peres Crispim, também militou em organizações políticas de esquerda e participou do sequestro do cônsul japonês, em São Paulo (SP). Joelson também era militante da VPR. Morreu aos 24 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado. Até os dias de hoje seus restos mortais não foram localizados e identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 29 de fevereiro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Joelson Crispim, deferida e publicada no Diário Oficial da União em 6 de março de 1996. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro de Paciência, no Rio de Janeiro (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Joelson Crispim morreu no dia 22 de abril de 1970. De acordo com a versão oficial dos fatos apresentada pelos órgãos de repressão do Estado na ocasião, Joelson morreu em confronto com agentes dos órgãos de segurança, quando foi ferido por disparo de arma de fogo. Passados mais de 40 anos da morte de Joelson Crispim, as investigações sobre o caso revelaram a existência de elementos que permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos de repressão, dentre os quais se destacam alguns a seguir. A abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) permitiu a identificação de um relatório da Casa de Saúde Dom Pedro II, informando que Joelson havia sido levado para lá com cinco ferimentos provocados por projétil de arma de fogo e que havia morrido “antes de intervenção cirúrgica”.

Embora o relatório indique que os agentes do estado conheciam a identidade de Joelson, o corpo deu entrada no Instituto Médico-Legal (IML) como desconhecido. Além disso, o atestado de óbito de Joelson foi registrado com o nome falso de “Roberto Paulo Wilda”, sem nenhuma referência ao local do sepultamento.

O relator do caso na CEMDP, deputado Nilmário Miranda, concluiu seu voto a respeito do caso de Joelson Crispim afirmando que: “a identificação falsa de Joelson e seu sepultamento como indigente constituem as evidências maiores de que sua morte deu-se por execução sumária pelos agentes da repressão”.

Nos documentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* mencionados nos autos do processo junto à Comissão Especial, consta que os responsáveis pela morte de Joelson foram agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP), comandados pelo capitão Coutinho (Francisco Antônio Coutinho e Silva). Em entrevista à imprensa, Francisco Antônio da Silva “confirmou que era mesmo o Capitão Coutinho, que serviu na Operação Bandeirante (Oban) em 1969 e no DOI-CODI do II Exército em 1971-1972”, embora ressaltasse que não tinha conhecimento sobre torturas nos dois órgãos por onde passou. A família de Joelson solicitou à CEMDP a localização e identificação dos seus restos mortais. Joelson foi enterrado como indigente, com nome falso, no Cemitério de Vila

Formosa, em São Paulo (SP). Entretanto, a ausência de registros exatos do local de sepultamento impediram a localização e identificação de seus restos mortais.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI/SP, localizado na rua Tutóia, nº 921, Paraíso, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: Orlando Beckman Geisel

Comandante do II Exército: José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: Ernani Ayrosa da Silva

Coordenador executivo da Oban: major Waldir Coelho

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Condut a pratica da pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--|------------|------------------------|---|-------------------------------|--|
| Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha. | IML, 1970. | Médicos - legistas. | | | Apesar de identificado, como mostram os documentos do DOPS, deu entrada no IML como desconhecido, com requisição marcada com “T” em vermelho, indicando tratar-se de “terrorista”, e identificado com o nome falso de Roberto Paulo Wilda, sendo registrado em cartório do Brás, bairro paulistano. Assinam o laudo Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|----------------------------|-----------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT | Relatório, 22/4/1970. | Casa de Saúde Pedro | Registra que “Roberto Paulo Wilda” deu entrada na instituição de saúde no |

| | | | |
|---|--|---|--|
| 0_0047_001, p. 26. | | II. | dia 22/4/1970 com cinco ferimentos perfurantes por projétil, mas chegou a falecer antes de ser submetido a uma cirurgia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_001, pp. 47-49. | Laudo de exame de corpo de delito, 5/5/1970. | Instituto Médico-Legal de São Paulo. | Assinado pelos médicos Sérgio Oliveira e Paulo A. de Q. Rocha, registra o óbito de Joelson Crispim sob o nome de “Roberto Paulo Wilda”. Atribui como causa da morte “hemorragia interna aguda de natureza traumática”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_001, p. 9. | Certidão negativa, 22/12/1975. | Serviço Registral do Brás – capital do Estado de São Paulo. | Após pesquisa nos livros de óbito, não foi encontrado registro sobre Joelson Crispim entre 3/7/1968 e 22/1/1973. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

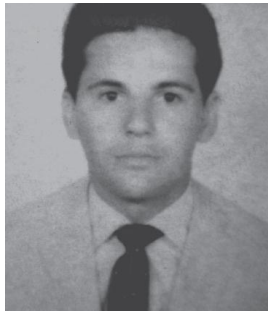
| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------------|--|------------------------|
| Denise Crispim (irmã de Joelson). | Arquivo CNV, 00092. 000442/2014-88, 6/3/2014; 00092. 000790/2014-55, 11/4/2014; 00092.000938/2014-51, 30/4/2014. | |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Joelson Crispim morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Joelson Crispim, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ÂNGELO CARDOSO DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Celanira Machado Cardoso e João Cardoso da Silva

Data e local de nascimento: 27/10/1943, Santo Antônio da Patrulha (RS)

Atuação profissional: taxista

Organização política: Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G)

Data e local de morte: 23/4/1970, Porto Alegre (RS)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio Grande do Sul, Ângelo Cardoso da Silva era natural de Santo Antônio da Patrulha. Iniciou seus estudos primários tardiamente, quando tinha 24 anos, e atuava profissionalmente como motorista de táxi em Viamão (RS), ao mesmo tempo em que militava na organização política Marx, Mao, Marighella, Guevara (M3G). Este pequeno grupo de oposição armada à ditadura militar atuava, sobretudo, no Rio Grande do Sul e tinha como dirigente Edmur Péricles Camargo. Morreu aos 26 anos de idade, no Presídio Central de Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 20 de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Ângelo Cardoso da Silva. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

A partir de abril de 1970, a organização M3G, da qual Ângelo fazia parte, foi intensamente perseguida pelas forças da repressão gaúchas e, nesse contexto, vários de

seus membros foram presos. Entre eles estava o dirigente Edmur Péricles Camargo, Giovanni Enrico Bucher, e Paulo de Tarso Carneiro, que viria a ser a principal testemunha sobre a prisão de Ângelo junto à CEMDP. Documentos encontrados por pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade (CNV) comprovam que as atividades políticas de Ângelo Cardoso da Silva eram monitoradas tanto pelo CISA quanto pelo DOPS-RS

Ângelo Cardoso da Silva foi encontrado morto em sua cela, no Presídio Central de Porto Alegre no dia 23 de abril de 1970. Segundo a versão apresentada à época, Ângelo teria cometido suicídio por meio de enforcamento. Versão contestada pelo próprio Estado quando, em 1973, abriu um inquérito policial para apurar as circunstâncias de morte. Contudo, o caso logo foi arquivado pela justiça comum, sob alegação de falta de provas.

Análises posteriores realizadas por comissões parceiras dos laudos anexados ao supracitado inquérito contestam a versão da época. Segundo fotos encontradas nos laudos do inquérito, indicam que Ângelo teria sido estrangulado mediante ação externa e não “enforcado”. A morte de Ângelo Cardoso da Silva sucedeu-se em circunstâncias nunca totalmente esclarecidas, porém muito se assemelha à prática comum naquele contexto da história brasileira, em que agentes do Estado não raro simulavam a ocorrência de suicídio para ocultar a morte decorrente de tortura.

O corpo de Ângelo Cardoso da Silva foi sepultado no cemitério de Viamão (RS).

LOCAL DE MORTE

Presídio Central de Porto Alegre, Av. Roccio nº 1100, Porto Alegre, RS.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Governador do Estado do Rio Grande do Sul: Walter Peracchi Barcelos

Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio do Sul: Jayme Miranda Mariath

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do | Informações relevantes |
|--|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------|
|--|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------------|

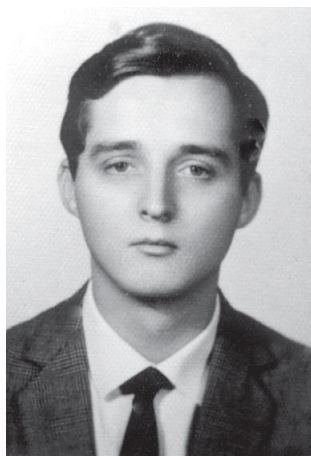
| | | documento | |
|--|--|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0014_0003, p. 5. | Atestado de óbito de Ângelo Cardoso da Silva, 23/4/1970. | Ofício do Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos da 2.º Zona de Porto Alegre - estado do Rio Grande do Sul. | O documento atesta como causa da morte “consequência de enforcamento”. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> : Digital Relatório Tomo V volume 4 – Os mortos, p. 41. | Trecho do auto de necropsia de Ângelo Cardoso da Silva, 23/4/1970. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul. | O documento, assinado pelos médicos Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, atesta como causa da morte “asfixia em decorrência de enforcamento”. |
| Arquivo Brasil Nunca Mais: Digital BIB1 BNM_066, p. 1.483. | Termo de declarações de Hélio Minuto, 12/5/1970. | DOPS do Rio Grande do Sul. | O documento relata a participação de Ângelo Cardoso da Silva no M3G e a sua participação em assaltos a bancos. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> : Digital BIB1 BNM_066, p. 2.610. | Oferecimento de denúncia, de 1970. | 1ª Auditoria da Procuradoria de Justiça Militar. | O documento relata as atividades de Ângelo Cardoso da Silva junto ao M3G. |
| Arquivo Nacional, Cisa: BR_AN_BSB_VAZ_113A_0083. | Informação, 17/6/1970. | Cisa. | O documento comprova a participação de Ângelo Cardoso da Silva no M3G; evidencia que ele era perseguido pelos órgãos repressivos; e indica que seria indiciado por crime contra a Lei de Segurança Nacional caso não houvesse falecido. |
| Acervo CNV. 00092.003352/2014-49 | Perícia de Ângelo Cardoso da Silva. | CNV. | A partir da análise do Laudo de Levantamento de Local e do Laudo de Necropsia de Ângelo Cardoso da Silva, a perícia aponta incompatibilidades na versão oficial de sua morte, concluindo que foi vítima de homicídio. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ângelo Cardoso da Silva morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação do atestado de óbito e a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação dos demais agentes envolvidos.

NORBERTO NEHRING



DADOS PESSOAIS

Filiação: Nice Monteiro Carneiro Nehring e Walter Nehring

Data e local de nascimento: 20/9/1940, São Paulo (SP)

Atuação profissional: economista

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 24/4/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em 20 de setembro de 1940, em São Paulo (SP), Norberto Nehring cursou Química Industrial no Instituto Mackenzie e trabalhou nas empresas Brasilit e Pfizer. Desde a década de 1960, militava pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e viria a acompanhar Carlos Marighella na fundação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Em 1967, formou-se em Economia pela Universidade Estadual de São Paulo, tornando-se assistente na cadeira de História Econômica. Começou a trabalhar com planejamento econômico no Grupo de Planejamento Integrado (GPI), ao lado de Sergio Motta, Sérgio Ferro e Diógenes Arruda Câmara. Em 1968, passou a cursar a pós-graduação no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, onde passou a lecionar. Em janeiro do ano seguinte, teve a sua prisão decretada e permaneceu detido por 10 dias no Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. Depois desse episódio, passou a atuar na clandestinidade. Em abril de 1969, foi para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha. Retornou ao Brasil em abril de 1970. Foi casado com Maria Lygia Quartim de Moraes, com quem teve uma filha. Morreu aos 29 anos de idade em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Norberto Nehring. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Norberto Nehring morreu 24 de abril de 1970. De acordo com o relatório do 3º Distrito Policial de Campos Elíseos, datado de 21 de agosto de 1970, assinado pelo delegado Ary Casagrande, a polícia local recebeu o comunicado de um suicídio por enforcamento em um quarto do Hotel Pirajá, no centro de São Paulo, na data de 25 de abril de 1970. No entanto, o relatório da CEMDP registra a morte de Norberto em 24 de abril de 1970, quando outros militantes da ALN teriam visto o corpo de Norberto sair do DOPS.

Passados mais de 40 anos, as investigações sobre esse episódio revelaram a existência de inúmeros elementos de convicção que permitem apontar que a versão divulgada à época não se sustenta. Apesar do registro de suicídio, não foi realizada à época nenhuma perícia de local que permitisse a comprovação dessa tese. Não foi localizado laudo necroscópico, nem fotos do local ou do corpo de Norberto. Ademais, o Hotel Pirajá, local do suposto suicídio, funcionava à época como um bordel, frequentado por policiais, nas proximidades da antiga estação rodoviária e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/SP).

Um ano antes de sua morte, Norberto foi preso no DOPS/SP. Em janeiro de 1969, permaneceu na delegacia por dez dias, testemunhando o uso da tortura contra presos políticos. Um mandado de busca e apreensão foi apresentado em nome de sua mulher Maria Lygia, pelo delegado Newton Fernandes, que apreendeu uma quantidade significativa de livros e documentos pessoais na residência do casal. Posto em liberdade, Norberto passou a atuar na clandestinidade e, em abril de 1969, viajou para Cuba, para receber treinamento de guerrilha. De acordo com documentos produzidos pelos órgãos de segurança e repressão da ditadura, Norberto integrava o chamado 2º Exército da Ação Libertadora Nacional (ALN), um pequeno grupo de militantes que havia recebido treinamento em Cuba, no período entre março e setembro de 1969.

De acordo com informação contida no processo apresentado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Norberto teria retornado ao Brasil no dia 18 de abril de 1970. Nessa mesma data teria sido preso por agente de segurança no aeroporto do Galeão. Entre os dias 24 e 25 de abril, Norberto apareceria morto em um quarto do Hotel Pirajá. Apesar dos esforços de pesquisa, não foi possível estabelecer a trama que culminou na morte desse militante.

Um conjunto de depoimentos prestados na Auditoria Militar e de declarações registradas em cartório lançou luz sobre a morte de Norberto. Diógenes de Arruda Câmara e Paulo de Tarso Venceslau afirmaram que souberam da morte de Norberto Nehring ainda quando estiveram detidos no DOPS/SP. Diógenes afirma categoricamente que Norberto foi assassinado sob tortura e Paulo de Tarso relata que carcereiros e policiais frequentemente aludiam ao fato de que Nehring teria sido morto depois de desembarcar no Brasil vindo da Tchecoslováquia.

O destino dado aos restos mortais de Norberto demonstra a atuação irregular dos agentes do Estado e ratificam a falsificação das circunstâncias da morte, uma vez que foi sepultado com o codinome que utilizava – Ernest Snell Burmann – apesar da versão de suposto suicídio. A versão foi confirmada em nota oficial do então delegado do DOPS, Romeu Tuma, que trouxe um “bilhete de suicídio” de Norberto.

O relator do caso na CEMDP, Paulo Gustavo Gonet Branco, quando da apreciação do Processo nº 176/96, em 23 de abril de 1996, ressaltou que os indícios até então apresentados seriam suficientes para o deferimento do pleito, que foi aprovado por unanimidade.

Por sua vez, os familiares de Norberto – Marta, Sofia, Cléo e Maria Lygia – em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, na data de 27 de setembro de 2013, fizeram questão de enfatizar o desejo de uma segunda retificação da certidão de óbito de Norberto Nehring, na qual constasse não apenas da declaração da morte por “causas não naturais”, mas o reconhecimento inequívoco da responsabilidade do Estado na execução de Norberto e o registro do local, da data e a tortura como causa real do falecimento.

Os restos mortais de Norberto foram sepultados no cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, com nome falso e somente depois de três meses a família foi avisada. Após

exumação, que confirmava a identidade de Norberto, seus restos mortais foram transferidos para o jazigo da família.

LOCAL DE MORTE

Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOPS/SP

Governador do Estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré

Secretário Estadual de Segurança Pública: coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo

DOPS/SP: delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------------------|------------------|--|--|-------------------------|---|
| Sérgio Paranhos Fleury. | DOPS/SP. | Delegado DOPS/SP. | Sequestro, tortura e assassinato. | | 77º Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 27/9/2013. Arquivo CNV, 00092.003034/2014-88. |
| Romeu Tuma. | Polícia Federal. | Delegado Polícia Federal. | Falsificação da certidão da <i>causa mortis</i> . | | 77º Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 27/9/2013. Arquivo CNV, 00092.003034/2014-88. |
| Ary Casagrande. | Polícia Civil. | Delegado Adjunto da Equipe IV da 3ª Delegacia Seccional de Campos Elísios. | Falsificação do certidão de óbito; ocultação de cadáver. | | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0010, pp. 116-134. |
| Geraldo Rebelo. | IML | Perito/ Médico-legista. | Falsificação do atestado de óbito, indicando como causa mortis “asfixia por afogamento”. | | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0010, p. 137. |

| | | | | |
|-------------------|------|--------------------------------|--|--|
| Samuel Haberkorn. | IML. | Perito/ Médico- legista. | Falsificação do certidão de óbito, indicando como causa mortis “asfixia por afogamento.” | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0010, p. 137. |
|-------------------|------|--------------------------------|--|--|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, pp. 116-120. | Auto de Busca e Apreensão, 27/1/1969. | Delegacia Especializada de Ordem Social. | O delegado Newton Fernandes realizou uma busca na residência de Norberto onde encontrou publicações e documentos considerados subversivos. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, pp. 36-73. | Auto de qualificação de Diógenes de Arruda Câmara, 28/8/1970. | 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. | Em seu depoimento, Diógenes de Arruda afirma que Norberto Nehring teria morrido após ser torturado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, p. 146. | Qualificação de Norberto Nehring, de 5/3/1970. | Departamento de Ordem Polícia e Social. | Registra os dados pessoais de Norberto Nehring. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, p. 137. | Cópia de requisição de laudo pericial, 25/4/1970. | Não consta. | O médico Geraldo Rebello atesta que Norberto Nehring teria morrido em decorrência de “asfixia por mecânica por afogamento”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, pp. 133-135. | Relatório do delegado Ary Casagrande, de 21/8/1970. | 3º Distrito Policial de Campos Elíseos. | Relata que Norberto Nehring, também conhecido como Ernest Snell Burman, teria sido encontrado enforcado com uma gravata em um quarto do Hotel Pirajá, em São Paulo. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_30217_70, p. 3. | Informação nº 632, 28/9/1970. | Centro de Informações da Marinha. | Registra que Norberto, sob o codinome “Chico”, teria sido um dos militantes que teria feito curso de guerrilha em Cuba. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, p. 139. | Certidão de óbito, 21/9/1971. | Cartório do 11º Subdistrito (Santa Helena) de São Paulo. | Registra como causa da morte “asfixia por mecânica por afogamento”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, pp. 116-131. | STM julga processo de 119 acusados de ações pela ALN, 15/3/1978. | <i>Jornal do Brasil</i> . | Registra que Norberto Nehring já havia sido absolvido. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, p. 154. | Depoimento de Neddy Quartim de Moraes, 15/3/1996. | 4º Tabelionato de Notas. | Neddy Quartim de Moraes, mãe da esposa de Norberto, declara que na ocasião da morte de seu genro foi chamada a uma delegacia para recolher os seus objetos pessoais. Na ocasião foi informada de que ele cometera suicídio. Solicitou fotos da Polícia Técnica, mas disseram-lhe que não havia fotos. Foi até o Hotel Pirajá, onde Norberto teria se enforcado, porém, o porteiro do local informou que ninguém havia cometido suicídio naquele estabelecimento. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0067_0010, p. 156. | Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau, 15/3/1996. | 4º Tabelionato de Notas. | O depoente afirma que teria permanecido preso por razões políticos entre 1/10/1969 e 21/12/1974 e teria ouvido de policiais do DOPS que Norberto Nehring, seu contemporâneo na USP, teria sido preso em um aeroporto logo após chegar ao Brasil. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|------------------------------------|---|---|
| Maria Lygia Quartim de Moraes. | 77ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 27/9/2013. Arquivo CNV, 00092.003034/2014-88. | Em requerimento enviado à CEMDP, relata a existência de uma carta enviada por Joaquim Câmara Ferreira que, à época, avisara que Norberto Nehring teria sido levado morto em 24/4/1970 das carceragens do DOPS/SP. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Norberto Nehring morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Norberto Nehring, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

MARCO ANTÔNIO DIAS BAPTISTA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Campos Baptista e Waldomiro Dias Baptista

Data e local de nascimento: 7/8/1954, Sorocaba (SP)

Atuação profissional: estudante secundarista

Organização política: Frente Revolucionária Estudantil, vinculada à VAR-Palmares

Data e local de desaparecimento: maio de 1970

BIOGRAFIAⁱ

Nascido em Sorocaba (SP), Marco Antônio Dias Baptista mudou-se com a família no início da década de 1960 para a cidade de Goiânia (GO), onde foi estudante do curso secundarista (atual Ensino Médio) no Colégio Estadual de Goiânia. Desde cedo, Marco Antônio dividiu-se entre os estudos e as primeiras atividades profissionais, trabalhando na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e dando aulas particulares de português e inglês. Marco Antônio iniciou sua militância política aos 13 anos de idade, participando de manifestações públicas de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís Lima Souto, morto em março de 1968 por policiais militares durante confronto no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. No mesmo ano, esteve no congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em Salvador. Integrava a Confederação Geral dos Estudantes, sendo um dos primeiros estudantes de Goiás a ser processado. Após a decretação do AI-5, liderou uma corrente secundarista da Frente Revolucionária Estudantil (FRE), organização clandestina de Goiânia envolvida na explosão do jipe do Secretário de Segurança Pública de Goiás à época, coronel Pitanga Maia. Em fins de 1969, após uma ação da FRE reprimida pelos órgãos de segurança, Marco Antônio passou a viver na clandestinidade e entrou para a VAR-Palmares, atuando no setor

camponês da organização juntamente com Mariano Joaquim da Silva (desaparecido em 1971).

Aos 15 anos de idade, Marco Antonio Dias Baptista desapareceu por volta do mês de maio de 1970, em circunstâncias ainda não esclarecidas. É o mais jovem desaparecido político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Marco Antonio Dias Baptista consta na relação de desaparecidos políticos reconhecidos no anexo I da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em processo aberto contra a União, Maria de Campos Baptista, mãe de Marco Antônio, requereu explicações acerca das circunstâncias do desaparecimento de seu filho, exigindo a sua localização e entrega. Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu prazo de 90 dias para que a União apresentasse os restos mortais da vítima e esclarecesse as circunstâncias do desaparecimento de Marco Antônio. A União também foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 500 mil à família. Em 15 de fevereiro de 2006, cumprindo determinação do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, o então ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, recebeu os familiares de Marco Antônio em uma audiência reservada em Brasília. Na viagem de retorno a Goiânia, Maria de Campos Baptista, a mãe de Marco Antônio, faleceu em um acidente na BR-060. No 31º Congresso da União Estadual dos Estudantes de Goiás, que foi realizado em maio de 2006, prestou-se homenagem a Marco Antônio e a sua mãe Maria de Campos Baptista. Seu nome foi atribuído a uma rua do Rio de Janeiro (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Marco Antônio Dias Baptista tinha apenas 15 anos de idade quando desapareceu por volta do mês de maio de 1970. Mais de quatro décadas depois, ainda não é possível saber como se desdobraram os fatos que culminaram em seu desaparecimento.

De acordo com informações apresentadas no livro-relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), as pesquisas inicialmente conduzidas com o intuito de esclarecer o desaparecimento de Marco Antônio indicavam que ele fora visto

pela última vez em Porto Nacional, atualmente estado de Tocantins, por volta de março ou abril de 1970. De acordo com esse relato, o militante Allan Kardec Pimentel foi quem viu Marco Antônio pela última vez durante viagem a Porto Nacional. Em depoimento transcrito no livro *Desaparecidos políticos*, Kardec declara que:

[...] Nos primeiros meses de 1970, a maioria dos militantes da VAR-Palmares, em Goiás, caiu nas mãos da repressão. Eu fui preso quando voltava do Rio de Janeiro, pois não consegui sair do país. [...] Todo o pessoal de Goiás foi preso, mas o Marcos não apareceu. E não tivemos mais notícias dele.ⁱⁱ

No início da década de 1980, por intermédio de pesquisas diretamente realizadas por Maria de Campos Baptista, mãe de Marco Antônio, veio à tona uma nova versão para o caso. De acordo com o médico Laerte Chediak, irmão de Ibrahim Chediak, ex-delegado da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, Marco Antônio fora preso em maio de 1970 pela equipe do capitão Marcus Fleury. Na versão contada pelo médico, Marco teria solicitado o direito de visitar sua família e, ao receber permissão para isso, teria tentado fugir e provavelmente sido morto.

Apenas um jornal publicou o conteúdo do diálogo entre Maria de Campos Baptista e Laerte Chediak. A matéria “Fleury sequestrou Marco”, de autoria do jornalista Francisco Messias, foi veiculada na edição nº 13, ano I, dias 1º a 17 de maio de 1980, do jornal *Tribuna Operária*ⁱⁱⁱ.

Apesar de o capitão Marcus Antônio Brito de Fleury ocupar, à época, o posto de oficial do Exército no 10º Batalhão de Caçadores, em Goiânia, e de ser o responsável pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás, não foram encontrados outros elementos suficientes para comprovar a versão narrada por Laerte Chediak. Marcus Fleury, um dos mais violentos agentes da ditadura militar no estado de Goiás, foi também chefe da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações, o que comprova seu trânsito e sua influência em diferentes estruturas da repressão em Goiás.

Em 1993, em resposta ao pedido apresentado pelo Ministério da Justiça de documentação disponível sobre o caso de Marco Antônio Dias Baptista, o relatório apresentado pelo Ministério da Marinha informa apenas que Marco Antônio era “líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970”^{iv}.

Em 18 de outubro de 2013, a Comissão Nacional da Verdade realizou audiência pública na sede do Sindicato dos Jornalistas no Estado de Goiás. Na oportunidade, colheu o depoimento de dois irmãos de Marco Antonio Dias Batista, Silvino Antônio Dias Baptista e Renato Dias.

As buscas realizadas pela CNV em livros de registro de cemitérios em Goiânia e nos fundos documentais do Arquivo Nacional não apresentaram novos resultados relevantes para o caso.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento

1.1. Departamento de Polícia Federal em Goiás

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro da Justiça: Alfredo Buzaid

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal: n/i

Superintendência da Polícia Federal em Goiás: capitão Marcus Antônio Brito de Fleury

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|------------------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP, BR_DFANBSB_A TO_0087_0001, p. 2. | Requerimento à CEMDP, sem data. | CEMDP. | Registro da declaração dada pelo médico Laerte Chediak, irmão do delegado Ibrahim Chediak, sobre as circunstâncias do desaparecimento de Marco Antônio Dias Baptista. |
| Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05, p. 11. | Relatório do Ministério da Marinha sobre os mortos e | Ministério da Marinha. | Informações oficiais sobre o desaparecido Marco Antônio Dias Baptista. |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | desaparecidos do regime militar, de 1993. | | |
|--|---|--|--|

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV ou às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|---|--|
| Renato Dias (irmão de Marco Antônio Dias Baptista). | BRASIL. CNV. Testemunho prestado à CNV em audiência pública. Goiânia, 18/10/2013. | Biografia de Marco Antônio Dias Baptista, com detalhes sobre a militância, o desaparecimento do irmão e a busca de informações realizada pela família. |
| Silvino Antônio Dias Baptista (irmão de Marco Antônio Dias Baptista). | BRASIL. CNV. Testemunho prestado à CNV em audiência pública. Goiânia, 18/10/2013. | Relato do último contato que teve com o irmão. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Marco Antônio Dias Baptista desapareceu e foi morto por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p 129-130; Dossiê ditadura: mortos e

desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009. p.197-198.

ⁱⁱ CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo (org.). *Desaparecidos políticos: prisões, sequestros, assassinatos*. Rio de Janeiro, Opção, 1979.

ⁱⁱⁱ Para menção dessa matéria, cf. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0005, p. 54.

^{iv} Arquivo CNV: 00092_000830_2012_05, p. 11.

OLAVO HANSSEN



DADOS PESSOAIS

Filiação: Borborema Hanssen e Harald Hanssen

Data e local de nascimento: 14/12/1937, São Paulo (SP)

Atuação profissional: operário metalúrgico

Organização política: Partido do Operário Revolucionário Trotskista (PORT)

Data e local de morte: 9/5/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA ⁱ

Olavo Hanssen era o primogênito de oito filhos. Ele e sua família sempre viveram na periferia da cidade de São Paulo. Nasceu na Penha, passou por Guarulhos, São Bernardo e, finalmente, em Mauá, onde se estabeleceram em uma casa na Rua Seis, hoje chamada de Rua Vitorio Chiarotti.

Desde muito cedo, Hanssen trabalhou para complementar a renda familiar. Com 14 anos já trabalhava na Tecelagem de Seda Sul Americana, em São Bernardo. Para custear seus estudos, ainda trabalhou como *office-boy* em várias empresas, em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá.

Cursou o secundário em São Bernardo do Campo, na escola Dona Leonor Mendes de Barros e em Santo André, no Colégio Américo Brasiliense. Em 1960, ingressou na Escola Politécnica da USP, onde frequentou até o 2º ano do curso de Engenharia de Minas. Iniciou sua militância em 1961, associando-se ao Grêmio Politécnico e participando do movimento estudantil onde conheceu Tullo Vigevani, do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), ao qual se filiou.

Foi trabalhar no setor de programação da Massari S.A. Indústria de Viaturas, situada no quilômetro 1,5 da Via Dutra, na Vila Maria, em São Paulo. Utilizando o codinome de Alfredo, e também apelidado de Totó, inscreveu-se no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Paulo e deu início à sua militância no movimento operário, com matrícula 121.689.

O Sindicato dos Metalúrgicos estava sob intervenção do governo e Hanssen tornou-se membro ativo da oposição sindical, defendendo propostas como a garantia do direito de greve, a oposição aos interventores nos sindicatos e a organização das comissões de fábrica. Em novembro de 1964, a categoria logrou fazer uma greve de três dias em São Paulo contra o arrocho salarial.

Durante a ditadura militar, Hanssen foi preso ao menos cinco vezes: em 1963, foi preso, na Avenida Arno, por distribuir panfletos em defesa de Cuba para o operários, junto com dois companheiros (Fábio Antonio Munhoz e Lídia Drasmikoviccius); em novembro de 1964, foi preso próximo à casa de seus pais por portar o *Frente Operária*, jornal do PORT, tendo sido detido no DOPS, onde foi torturado e lá permanecendo por cinco meses; posteriormente foi preso por panfletar perto da Forjaço, em Osasco; e depois pela Polícia Federal, ao sair de uma assembleia metalúrgica em maio de 1968.

Não havia registro no DOPS/SP de todas as prisões de Hanssen. Sua irmã, em depoimento dado para Murilo Leal, autor da biografia *Olavo Hanssen: uma vida em desafio*, relatou que ele era preso, preventivamente, em todo primeiro de maio. Foi morto em consequência de uma dessas prisões ocorridas no dia 1º de maio de 1970.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 29 de fevereiro de 1996 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Olavo Hanssen. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Desde a época de sua morte, denúncias em várias instituições estatais e internacionais foram realizadas, com o objetivo de se esclarecer o caso. Em sessão de 21 de maio de 1970, o Deputado Franco Montoro, líder do MDB, fez um discurso e apresentou requerimento para convocação do Conselho de Defesa da Pessoa Humana. Apesar de

sua denúncia ser apreciada pelo Conselho, decidiu-se por arquivar o caso. Em outra sessão, de 16 de setembro de 1970, o Deputado Pedrosa Horta novamente levou denúncia ao plenário da Câmara dos Deputados, enfatizando que Olavo não morreu de suicídio, mas sim em decorrência das torturas sofridas na cadeia. A denúncia do assassinato de Olavo Hanssen também foi apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1973. O Brasil negou a solicitação da Comissão para que fosse enviado o relator da CIDH, Dr. Durward V. Sandifer, para que pudesse levantar dados sobre o caso. A Comissão considerou que o Estado Brasileiro violou os artigos 4º (direito à vida), 5º (direito à integridade pessoal), 8º (garantias judiciais), 13º (direito à liberdade de expressão) e 25º (direito à proteção contra a detenção arbitrária). Além disso, o caso gerou queixa também junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e junto ao Tribunal Popular Permanente “Bertrand Russell”. Em sua homenagem, há ruas designadas pelo nome de Olavo Hansen em Campo Grande (RJ), Santo André (SP) e São Paulo (SP).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Os fatos em torno da morte de Olavo Hanssen tem como estopim a prisão efetivada no dia 1º de maio de 1970, na comemoração pelo Dia Internacional dos Trabalhadores. Foi a primeira grande manifestação depois do golpe de 1964, convocada por treze sindicatos e oposições. Havia cerca de 500 pessoas no estádio Maria Zélia, em São Paulo. Logo na chegada, Olavo percebeu que o lugar estava sendo policiado. Avisou aos militantes e juntos começaram a deixar o local. Entretanto, a movimentação foi percebida e Olavo foi preso com mais dezoito pessoas. O grupo foi levado ao 1º Distrito Policial-Sé, depois ao Quartel General da Polícia Militar. À tarde, eles foram levados para a Oban (Operação Bandeirantes), mas em vista da prisão dos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), no dia 2 de maio, todos foram transferidos para o DOPS. Olavo ficou na cela nº 2, com presos políticos da Ação Libertadora Nacional (ALN), do PORT e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De acordo com a versão oficial, divulgada no dia 13 de maio de 1970, Olavo Hanssen teria se suicidado ao ingerir veneno, conhecido por *Portion*, tendo sido encontrado em terreno baldio próximo ao Museu do Ipiranga no dia 9 de maio de 1970. Nesse mesmo dia, a família foi avisada por funcionário do Instituto Médico Legal (IML), que não quis identificar-se por medo de represálias, segundo Alice Hanssen, conforme relatado em

audiência pública na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, realizada em 18 de novembro de 2013.

Contudo, a versão oficial sempre foi contestada. Vários companheiros de militância que estavam no DOPS afirmam que Olavo morreu em decorrência das torturas a que foi submetido na cadeia. De acordo com depoimento escrito de Dulce Querino de Carvalho Muniz, encaminhado à CEMDP, já nos primeiros dias de prisão, Olavo havia sido torturado (sofreu queimaduras, palmatórias nos pés e nas mãos, espancamentos, “pau-de-arara”) para que revelasse onde ficava a gráfica do PORT. Dulce relatou ainda que no dia 8 de maio de 1970 desceu do interrogatório e como de costume Olavo quis falar com ela. Contudo, ele estava tão debilitado que os companheiros de cela tiveram de carregá-lo pelos dois braços até a janelinha da porta para que pudesse falar com ela. Nessa mesma noite, ele foi levado em coma para o Hospital.

Dulce Muniz afirma ainda que conforme o preso político Waldemar Tebaldi, que era médico, Hanssen precisava ser imediatamente levado ao hospital, pois seus rins já não funcionavam mais. Os presos políticos exigiram que fosse chamado um médico para lhe prestar assistência, o que só foi realizado em 6 de maio. Além dos ferimentos visíveis por todo o corpo, ele apresentava sinais evidentes de complicações renais, anúria e edema das pernas. O médico que o assistiu, José Geraldo Ciscato, lotado no DEPS/SP, na época, recomendou somente que ingerisse água, providenciando curativos em alguns ferimentos superficiais. Seu estado agravou-se dia a dia. Seus companheiros de cela promoveram manifestações coletivas para que fosse providenciada assistência médica efetiva, mas não obtiveram êxito. Somente em 8 de maio, quando Olavo já se encontrava em estado de coma, Ciscato voltou a vê-lo, dando ordens para que fosse removido para um hospital, deixando claro que ele não tinha a mínima chance de sobrevivência. Foi levado às pressas para o Hospital do Exército no bairro do Cambuci.

Geraldo Siqueira, à época militante do PORT, detido junto com o dirigente, em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, afirmou que Olavo foi o maior alvo das torturas em razão de sua posição de direção e por já ser conhecido pelos agentes repressivos devido às prisões anteriores. Os torturadores tinham dois objetivos: “obter mais informações sobre o trotskismo no Rio Grande do Sul e destruir a ‘gráfica do PORT’”.

A presa política Maria Auxiliadora Lara Barcellos denunciou o assassinato, em 17 de novembro de 1970, diante do Conselho Especial de Justiça do Exército, reunido na 1^a

Auditoria, tendo afirmado, em suas declarações que “não cometeu crime algum [...] nem eu, nem qualquer indiciado em outra organização, pois os verdadeiros criminosos são outros; se há alguém que tenha que comparecer em Juízo, esse alguém são os representantes desta ditadura implantada no Brasil, para defender interesses de grupos estrangeiros que espoliam as nossas riquezas e exploram o trabalho do nosso povo; [...] além desses crimes, o crime de haver torturado até à morte brasileiros valorosos como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles [...]”.

Maurice Politi e Rafael Martinelli, que estiveram na mesma cela que Olavo no DOPS, confirmaram em audiência pública realizada no dia 18 de novembro de 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, que Olavo tinha a sua saúde bastante comprometida, em razão das torturas sofridas. Maurice Politi relatou que “a nossa indignação do caso do Olavo Hanssen foi tão grande porque vimos ele chegando da tortura e eu me lembro dessa imagem muito forte, eu e o Rafael deitado ao lado dele e ele urinando sangue, manchando o colchão. E realmente aí a gente ficou apavorado porque aquele sangue...”. Rafael Martinelli conta que o delegado Josecir Cuoco era quem comandava as equipes de tortura de Olavo.

Há outros elementos materiais que contribuem para a desconstrução da versão oficial, como os próprios documentos oficiais do DOPS e da Justiça Militar, que são contraditórios. A certidão de óbito, datada de 15 de maio de 1970, e assinado pelo médico legista Dr. Geraldo Rebello, informa que a vítima morreu no dia 9 de maio de 1970, mas não informa o local e apresentando causa de morte indeterminada. O laudo de exame de corpo de delito, datado de 15 de maio de 1970, informa que o corpo deu entrada no IML às 16 horas do dia 9 de maio de 1970, e que se encontrava no Hospital Geral do Exército. O exame necroscópico foi realizado pelo Dr. Geraldo Rebello e por Augusto Queiroz Gomes e concluiu que a vítima tinha ‘ferimento ovalar contuso na perna direita, duas escoriações na perna esquerda, escoriações no escroto, hematoma no couro cabeludo’. O exame toxicológico, de 1 de junho de 1970, informa que o exame deu “positivo para *paration*”, que é um pesticida agrícola. A autópsia revelou traqueia, esôfago e estômago limpos. Essas informações desencontradas permitem inferir que a vítima não havia ingerido *paration*, pois não havia vestígios nos órgãos do sistema digestivo, tendo falecido por complicações renais decorrentes das torturas a que foi submetido. Além disso, há incongruência quanto ao local de morte da vítima, pois a

versão oficial tanto aduz que foi encontrado em terreno baldio, como no Hospital do Exército.

À época de sua morte, foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo delegado Sylvio Pereira Machado e acompanhado pelo promotor Dr. José Veríssimo de Mello, com o objetivo de apurar a morte de Olavo Hanssen. O IPM ouviu como testemunhas somente agentes estatais, que confirmaram que a vítima não apresentava sinais de sevícia ou maus tratos. O delegado de polícia Josecir Cuoco afirmava que Olavo estava no DOPS e aparentava boa aparência. O Delegado de polícia Ernesto Milton Dias afirmou que quando o viu na prisão não notou qualquer anormalidade nele. Contudo, o agente policial Dirceu Melo, de plantão no dia 8 de maio de 1970 asseverou que Olavo o chamou e lhe disse que não se sentia bem e pediu para ser atendido por um médico. O inquérito policial concluiu que a morte de Olavo se deu por envenenamento. O Ministério Público acompanhou o IPM e arquivou o processo. Contudo, a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição de Justiça Militar decidiu que “improcede, objetivamente, que Olavo cometeu suicídio. O que procede é a afirmação, estribada em elementos de certeza, de que era portador de problemas renais”. Assim, a Justiça Militar contradisse a versão oficial de suicídio, tentando configurar a morte como sendo de causa natural, reforçando as incongruências.

Recentemente, a perícia da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ao realizar exame documentoscópico, concluiu que a partir do dia 21 de maio de 1970, os documentos relativos à morte de Olavo Hanssen, inclusive os laudos, modificaram a informação anterior da causa de sua morte para "morte por envenenamento por *paration*", denotando uma dinâmica de contrainformação produzida pelos órgãos da repressão com o objetivo de dificultar a apuração das circunstâncias de morte da vítima.

O enterro de Olavo Hanssen ocorreu no dia 14 de maio de 1970, no Cemitério de Mauá

LOCAL DE MORTE

Hospital Militar do Exército, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOPS/SP

Governador do Estado de São Paulo: Laudo Natel
Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Servulo Mota Lima
Diretor Geral do DOPS: Ivahir de Freitas Garcia
Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo: Renan Bastos
Primeiro delegado assistente DOPS: n/i
Delegado: Ernesto Milton Dias
Delegado: Josecyr Cuoco
Investigador: Sálvio Fernandes do Monte
Médico: Geraldo Ciscato

1.2. IML-SP

Diretor do IML- SP: Arnaldo Siqueira
Médico-legista: Geraldo Rebello.

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------------------|----------|-----------|---|-------------------------|--|
| Ernesto Milton Dias. | DOPS/SP. | Delegado. | Mandante. | DOPS/SP. | <i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985)</i> da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pp. 192-195. |
| Josecyr Cuoco. | DOPS/SP. | Delegado. | Mandante. | DOPS/SP. | 1. “Bagulhão”: A voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 2014. 2. Testemunho de Maurice Politi perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95 ^a . Audiência, 18/11/2013. 3. Testemunho de Rafael Martinelli perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95 ^a . Audiência, 18/11/2013. |
| Médico Geraldo Ciscato. | DOPS/SP. | Médico. | Não atendimento médico da vítima e acompanhamento da tortura. | DOPS/SP. | Testemunho de Maurice Politi perante a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95 ^a . Audiência, 18/11/2013. |

| | | | | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|---|---------------------------------------|--|
| Sálvio Fernandes do Monte. | DOPS/SP. | Investigador. | Execução. | DOPS/SP. | <i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985)</i> da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pp. 192.195. |
| Sylvio Pereira Machado. | DOPS/SP. | Delegado. | Condução do inquérito que investigou a morte de Olavo Hanssen. | 2ª. Auditoria da 2ª. CJM – São Paulo. | Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106. |
| Durval Ayrton Moura de Araújo. | Ministério Público. | Procurador junto à Justiça Militar. | Prevaricação ao não investigar a tortura. | 2ª. Auditoria da 2ª. CJM – São Paulo. | Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106. |
| Nelson da Silva Machado Guimarães. | Magistrado. | Auditoria Militar. | Prevaricação ao mandar arquivar o inquérito e não investigar a tortura. | 2ª. Auditoria da 2ª. CJM – São Paulo. | Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|--|
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. 50-Z-9-20139. | Exame químico toxicológico, 1/6/1970. | Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo. | Envenenamento da vítima. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. 50-Z-9-14466. | Certidão de óbito, 14/5/1970. | Cartório – Registro Civil. | Causa da morte “indeterminada”. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. 50-Z-9-14468A. | Petição ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 18/5/1970. | Heráclito Fontoura Sobral Pinto. | Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 0116. | Ordem de prisão em 1/12/1964. | Justiça Militar – 2ª. Auditoria; 2ª. Região Militar. | Prisão preventiva em 1964. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 0116. | Qualificação de elementos fichados por atividades subversivas, 5/8/1966. | DEOPS/SP. | Qualificação como “subversivo” e informação da prisão em 1964. |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Diário do Congresso Nacional – 24/9/1970. | Discurso do Deputado Pedroso Horta, na sessão vespertina de 16 de setembro de 1970 (“Morte de Olavo Hansen”). | Congresso Nacional – Deputado Federal Oscar Pedroso Horta (MDB). | Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. IPM 134/70. 50-Z-9-Pasta 106. | Inquérito Policial Militar, instaurado em 27/5/1970. | Justiça Militar - 2ª. Auditoria; 2ª. Região Militar. | Circunstâncias da prisão, da tortura e da morte em 1970; decisão do juiz auditor. |
| Arquivo CNV: 00092.002624/2014-93. | Laudo Pericial Documentoscópico. | Comissão Nacional da Verdade. | Refuta a versão oficial de suicídio por meio de um laudo pericial documentoscópico, reiterando a tese de homicídio através de envenenamento. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0063_0009 p. 65. | Auto de Qualificação e Interrogatório, 17/11/1970. | Justiça Militar - 1ª. Auditoria; 2ª. Região Militar. | Relato de Maria Auxiliadora Lara Barcelos acerca da recorrência da morte de militantes sob tortura. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha. | Fonte. | Informações relevantes. |
|---|--|---|
| Dulce Muniz (ex-militante do Port, presa com a vítima). | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013. | Circunstâncias da prisão e da tortura. |
| Geraldo Siqueira (ex-militante do PORT, preso com a vítima), p. 39. | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013. | Circunstâncias da prisão e da tortura. |
| Maurice Politi (ex-militante da ALN, preso no mesmo período que a vítima). | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013. | Circunstâncias da tortura. |
| Rafael Martinelli (ex-militante da ALN, preso no mesmo período que a vítima). | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013. | Circunstâncias da tortura. |
| Alice Hanssen (irmã da vítima). | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 95ª. Audiência, 18/11/2013. | Circunstâncias do ocultamento do corpo. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que a Olavo Hanssen morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado Brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Olavo Hanssen, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ LEAL, Murilo. *Olavo Hanssen: uma vida em desafio*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva

Data e local de nascimento: 25/5/1943, Cachoeira do Sul (RS)

Atuação profissional: operária metalúrgica

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 17/5/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascida no Rio Grande do Sul, Alceri Maria Gomes da Silva era a quarta filha de uma família de sete mulheres. Mudou-se para Canoas (RS) com sua família, onde estudou até o segundo grau, trabalhou na fábrica Michelletto, e começou a participar do movimento operário, filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em 1º de maio de 1969, participou da encenação da peça “Pedro Pedreiro”, uma adaptação da música do compositor Chico Buarque. Todos os que participaram foram presos posteriormente. Em setembro do mesmo ano, realizou uma visita a sua família na cidade de Cachoeira do Sul para comunicar que estava se mudando para São Paulo, para se engajar na luta contra a Ditadura Militar. Morreu aos 27 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 18 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Alceri Maria Gomes da Silva, deferindo o seu caso publicado no *Diário Oficial da União* em 21 de março de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Alceri Maria Gomes da Silva morreu em São Paulo, no dia 17 de maio de 1970. Existem algumas informações acerca das possíveis causas de sua morte. A primeira foi transmitida a Valmira, uma das irmãs de Alceri, por um jornalista que afirmou que Alceri teria sido atingida pelas costas em uma emboscada do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do estado de São Paulo. A segunda versão foi construída a partir dos depoimentos de presos políticos de São Paulo, segundo os quais, as mortes de Alceri e Antônio dos Três Reis Oliveira foram orquestradas e concretizadas por agentes da Operação Bandeirante (OBAN), que invadiram sua casa e os executaram sumariamente. A última versão, relatada a sua irmã mais velha, Talita, por uma companheira de militância de Alceri, apontava que ela havia sido presa e que, na prisão, havia contraído tuberculose, mas que a causa de sua morte haviam sido as torturas a que foi submetida.

De acordo com um relatório assinado pelo então comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, major Carlos Alberto Brilhante Ustra, uma equipe do DOI-CODI foi designada a se dirigir ao “aparelho” em que estavam Alceri e Antônio dos Três Reis Oliveira para prendê-los. Ao chegar ao local, os agentes teriam realizado uma revista minuciosa e teriam encontrado um alçapão onde os dois estavam escondidos. Ao serem descobertos, teriam atirado na direção dos agentes do DOI-CODI, que os mataram em seguida.

Em depoimento ao jornal *Folha de S.Paulo*, divulgado em 8 de dezembro de 2010, o tenente-coronel Maurício Lopes Lima, que foi chefe de buscas da Oban, afirmou que estava presente na operação que resultou na morte de Alceri e Antônio, porém responsabilizou a equipe chefiada pelo capitão Francisco Antônio Coutinho e Silva pelas execuções. Ele ressaltou que teria sido informado sobre um alçapão existente no “aparelho” onde estavam Antônio e Alceri e que, ao tentar abri-lo, teria sido ferido por Antônio. Confirmou ainda que Antônio teria morrido em confronto com os policiais e que Alceri morreria logo a seguir, a caminho do hospital.

A versão do DOI-CODI de São Paulo foi reproduzida em relatórios do Ministério da Aeronáutica e do Ministério da Marinha, que repetem que Alceri teria sido morta no dia 17 de maio de 1970, ao resistir à prisão no “aparelho” em que se encontrava. Além disso, consta que nesse mesmo dia o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) requisitou a realização de exame pelo Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP), e o exame registra que a morte ocorreu em função de um tiroteio com a polícia.

A morte de Alceri foi comunicada aos seus familiares pelo detetive da Delegacia de Polícia de Canoas, conhecido como “Dois Dedos”, que na ocasião, ameaçou a família de Alceri: caso fizessem algo para desvendar a morte da militante, também seriam mortos. A família não teve acesso à certidão de óbito, nem foi comunicada sobre o local onde Alceri havia sido enterrada.

Posteriormente, soube-se que Alceri e Antônio dos Três Reis Oliveira foram sepultados no Cemitério de Vila Formosa. As modificações na quadra do cemitério, feitas em 1976, não deixaram registro de para onde foram os corpos dali exumados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

“Aparelho” na rua Caraguataí, Tatuapé, São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Operação Bandeirante (Oban)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general José Canavarro Pereira

Coordenador Executivo da Oban: major Waldyr Coelho

Chefe da Seção de Buscas da Oban: Maurício Lopes Lima

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|-------------------------------------|---|---|---|---|--|
| Maurício Lopes Lima. | Oban. | Chefe de equipe de busca e orientador de interrogatórios na Oban. | Execução. | | Depoimentos dos presos políticos de São Paulo (SP) denunciaram a morte desses dois militantes por agentes da Oban, chefiados pelo capitão Maurício Lopes Lima. A informação consta no processo de Alceri Gomes da Silva na CEMDP, p.128. |
| Alcides Cintra Bueno. | Departamento Estadual de Ordem e Política e Social (DEOPS). | Delegado. | Falsa versão de morte da militante. | | Assina a Requisição de Exame encaminhado pelo DOPS ao IML. |
| Francisco Antônio Coutinho e Silva. | Oban. | Capitão da Polícia Militar de São Paulo. | Assassinato. | “Aparelho” na rua Caraguataí, Tatuapé, São Paulo, SP. | Relato do ex-chefe de buscas da Operação Bandeirante, Maurício Lopes Lima, à <i>Folha de S.Paulo</i> . |
| Arnaldo Siqueira. | Instituto Médico-Legal de SP. | Diretor do Instituto Médico-Legal de São Paulo. | Designa os médicos citados a seguir para a realização do laudo de Exame de Corpo de Delito. | | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, de 25/5/1970. Arquivo CNV, 00092_000300_2012_59, pp. 23-24. |
| Abeylard Queiroz Orsini. | Instituto Médico-Legal de SP. | Médico-legista. | Falsificação do laudo de Exame de Corpo de Delito. | | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, de 25/5/1970. Arquivo CNV, 00092_000300_2012_59, pp 23-24. |
| João Pagenotto. | Instituto Médico-Legal de SP. | Médico-legista. | Falsificação do Laudo de Exame de Corpo de Delito. | | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, 25/5/1970. Arquivo CNV, 00092_000300_2012_59, pp 23-24. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

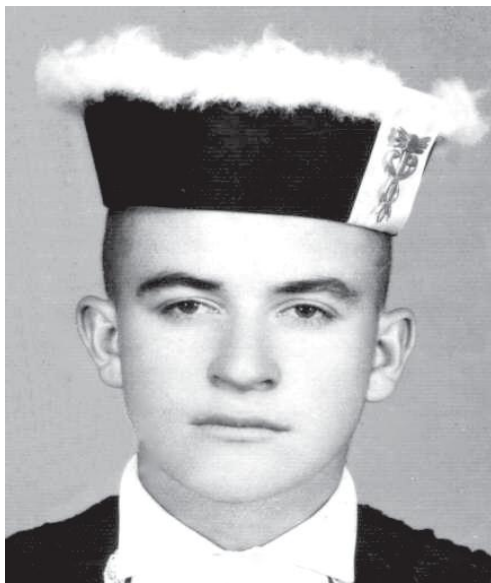
| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0001, p. 6. | Certidão de óbito, 13/12/1995. | 27º Registro Civil das Pessoas Naturais. | O laudo atesta a causa da morte: hemorragia interna traumática. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. | Ofício 572/72-E/2-DOI, 21/8/1972. | Destacamento de Operações de Informações. | Apresenta a versão oficial de que Alceri foi morta em um tiroteio com policiais. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0001, p. 13. | Matéria de jornal: “Comitê catarinense adota luta de gaúcha”, 13/7/1995. | <i>Zero Hora.</i> | Apresenta três versões sobre a morte e a ocultação de cadáver de Alceri. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0001, p. 20. | Matéria de jornal: “Parentes buscam restos de desaparecidos”, 27/7/1995. | <i>Jornal de Santa Catarina.</i> | Apresenta três versões sobre a morte e a ocultação de cadáver de Alceri. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0001, p. 22. | Matéria de jornal: “Medicina Legal ajuda a encontrar restos mortais de ex-militantes”, 8/1995. | <i>Jornal da FURB.</i> | Apresenta a versão de que Alceri foi presa no aparelho em que se encontrava e morta em seguida. Destaca que a Universidade Regional de Blumenau ajudará a encontrar suas ossadas. |
| Arquivo CNV, 00092_000300_2012_59, pp. 23-24. | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, 25/5/1970. | Instituto Médico-Legal (IML) São Paulo. | Atende a requisição do delegado de Polícia e apresenta a versão do falecimento de Alceri, por quatro disparos de arma de fogo, abundante hemorragia interna e externa com anemia aguda e consequente morte. |
| Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, pp. 29, 80. | Relatórios, 2/12/1993. | Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. | Apresenta a versão oficial de que Alceri foi morta em um tiroteio com a polícia, destacando que tal fato ocorreu no “aparelho” em que se encontrava. |
| <i>Folha de S. Paulo</i> digital (UOL). Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/12051-acusado-por-dilma-ex-agente-comemora-decisao.shtml >. Acesso em setembro de 2014. | Militar relata mortes em ação na ditadura. 8/12/2010. | <i>Folha de S.Paulo.</i> | Relato de participação do ex-chefe de buscas da Operação Bandeirante, Maurício Lopes Lima, na operação que resultou na morte de Alceri Maria Gomes da Silva e de Antônio Três Reis de Oliveira. Maurício nega ter atirado, atribui os disparos a equipe do capitão Francisco Antônio Coutinho e Silva. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Alceri Maria Gomes da Silva morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. É sendo considerada desaparecida para a CNV, uma vez que seus restos mortais não foram identificados.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Alceri Maria Gomes da Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Gláucia Maria de Oliveira e Argeu de Oliveira

Data e local de nascimento: 19/11/1948, Tiros (MG)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de desaparecimento: 17/5/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nasceu em Tiros, Minas Gerais, Antônio dos Três Reis de Oliveira cursou o ginásio no Colégio Nilo Cairo. Em seguida, passou para o curso de Economia na Faculdade de Apucarana, no Paraná. Foi membro da União Paranaense de Estudantes e colaborou na produção de um programa em uma rádio local, em conjunto com José Idésio Brianezi. Antônio também integrou a Associação dos Serventuários da Justiça. Atuou na Dissidência do PCB. Em 1969, ingressou na Ação Libertadora Nacional. Em função de sua participação no 30º Congresso da UNE, realizado em 1968, em Ibiúna (SP), foi processado e passou a viver na clandestinidade, mudando-se para São Paulo (SP). Seus codinomes eram Ageu, Eloi e Zeca. Foi executado por agentes da Operação Bandeirantes aos 22 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95 e seu caso recebeu o

nº 68/96 na CEMDP. Consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O estado do Paraná o homenageou ao dar seu nome a uma escola na cidade de Apucarana. Também em Apucarana, consta no Memorial Pessoas Imprescindíveis, localizado na Praça Semiramis Braga. Na cidade de Belo Horizonte, foi homenageado com o nome de uma rua no bairro São Marcos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Antônio dos Três Reis de Oliveira foi executado com Alceri Maria Gomes da Silva, em São Paulo no dia 17 de maio de 1970. Presos políticos de São Paulo denunciaram, em depoimentos, que as execuções de Antônio e Alceri foram realizadas por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN), que invadiram a casa de Alceri e os mataram sumariamente.

A confirmação da morte tanto de Antônio quanto de Alceri pode ser verificada em um documento localizado nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Relatório produzido pelo comandante do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército, major Carlos Alberto Brilhante Ustra, descreve que uma equipe do DOI foi designada para se dirigir ao "aparelho" em que estavam Alceri e Antonio para prendê-los. Ao chegar ao local, os agentes teriam realizado uma revista minuciosa e os encontraram em um alçapão. Ao serem descobertos, segundo relato, teriam atirado na direção dos policiais, sendo executados em seguida.

Em depoimento ao jornal *Folha de São Paulo*, divulgado em 8 de dezembro de 2010, o tenente-coronel Maurício Lopes Lima, chefe de buscas da OBAN, afirmou ter integrado a operação que resultou nas execuções de Antônio e Alceri, porém responsabilizou a equipe chefiada pelo capitão Francisco Antônio Coutinho e Silva pelas execuções. O tenente-coronel ressaltou que fora informado sobre um alçapão existente no "aparelho" onde estavam Antônio e Alceri e que, ao tentar abri-lo, teria sido alvejado por Antônio, confirmando que este morreu durante a ação policial e que Alceri morreria logo a seguir a caminho do hospital. Esta versão também foi apresentada pelos relatórios dos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, encaminhados ao Ministério da Justiça em 1993.

O laudo de exame de corpo de delito, assinado pelos médicos legistas João Pagenoto e Abeylard Queiroz Orsini, localizado nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML/SP) em 1990, destaca apenas único tiro no olho direito de Antônio. Com a abertura dos arquivos do DOPS-PR, em 1991, foram localizadas informações sobre a morte e o local de sepultamento de Antônio. Seu nome foi encontrado em uma gaveta com a identificação "falecidos", constando que teria sido enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, em 21 de maio de 1970. Em 10 de dezembro de 1991, com a presença de seus familiares, a equipe de técnicos da Unicamp, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e

Desaparecidos Políticos tentaram a exumação de seus restos mortais, mas, diante de alterações feitas no cemitério de Vila Formosa, não obtiveram sucesso em sua localização. De acordo com os coveiros daquele cemitério, em 1976, restos mortais foram removidos e colocados em local não identificado do cemitério.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rua Caraguataí, Tatuapé, zona leste de São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Destacamento de Operações de Informações (DOI-SP)

Presidente da República: general de exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general José Canavarro Pereira

Comandante do DOI/II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------|--|---|---|---------------------------|---|
| Maurício Lopes Lima | Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI/OBAN) | Chefe da equipe de busca e orientador de interrogatórios no DOI-CODI/OBAN | Homicídio | | Depoimento dos presos políticos de São Paulo denunciou a morte desses dois militantes por agentes da OBAN, chefiados pelo então capitão Maurício Lopes Lima. Informações constam nas conclusões do caso na CEMDP, p. 128. |
| Alcides Cintra Bueno | Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS/SP) | Delegado | Falsa versão da morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver | | Assina a requisição de exame encaminhado pelo DOPS ao IML |
| João Pagenoto | Instituto Médico Legal/SP | Médico-legista | Elaboração de laudo de exame de corpo de delito fraudulento | Instituto Médico Legal/SP | Assina o exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0016_0001, p. 18-19 |

| | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------------------|---|---|--|--|
| Arnaldo Siqueira. | Instituto Médico-Legal de SP. | Diretor do Instituto Médico-Legal de São Paulo. | Designa os médicos citados a seguir para a realização do laudo de Exame de Corpo de Delito. | | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, 18/5/1970, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0016_0001, p. 18-19 |
| Abeylard Queiroz Orsini | Instituto Médico Legal/SP | Médico-legista | Elaboração de laudo de exame de corpo de delito fraudulento | Instituto Médico Legal/SP | Assina o exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0016_0001, p. 18-19 |
| Francisco Antônio Coutinho e Silva. | Operação Bandeirante (OBAN) | Capitão da Polícia Militar de São Paulo. | Assassinato. | “Aparelho” na rua Caraguataí, Tatuaapé, São Paulo, SP. | Arquivo da CNV, Relato do ex-chefe de buscas da Operação Bandeirante, Maurício Lopes Lima, à <i>Folha de S. Paulo</i> : 00092.003287/2014-51 |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0016_0001, p. 9 | Certidão de óbito, de 24/10/1984 | Cartório de Registro Civil/27º Subdistrito | Indica como causa da morte “lesões traumáticas crâneo encefálicas”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0016_0001, | Laudo de exame de corpo de delito, de 26/5/1970 | Instituto Médico Legal (IML) | Confirma que Antônio foi morto com um tiro desferido em seu olho direito. |

| | | | |
|--|---|--|--|
| p. 18-19 | | | |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo | Ofício 572/72-E/2-DOI, de 21/8/1972 | Destacamento de Operações de Informações | Apresenta a versão oficial de que Antônio foi morto em um tiroteio com policiais. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_109623_75_004, p. 83 | Informação nº 0601/Síntese de Dossiê dos Terroristas Relacionados, de 15/4/1975 | Centro de Informações do Exército (CIE) | Apresenta a versão oficial de que Antônio foi morto em um tiroteio com policiais. |
| Arquivo da CNV | Certidão, de 24/7/1991 | Divisão de Segurança e Informações/Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná | Informa que a ficha com informações sobre Antônio foi localizada nos arquivos do DOPS na gaveta com a identificação “falecidos”. |
| Arquivo da CNV, <i>Folha de S. Paulo</i> digital (UOL): 00092.003287/2014-51 ou disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/12051-acusado-por-dilma-ex-agente-comemora-decisao.shtml | Militar relata mortes em ação na ditadura. 08/12/2010. | <i>Folha de S. Paulo.</i> | Relato de participação do ex-chefe de buscas da Operação Bandeirante, Maurício Lopes Lima, na operação que resultou na morte de Alceri Maria Gomes da Silva e de Antônio Três Reis de Oliveira. Maurício nega ter atirado, atribui os disparos a equipe do capitão Francisco Antônio Coutinho e Silva. |
| Acervo da Comissão Nacional da Verdade, 114-1-27, p. 40 | Relatórios, de 2/12/1993 | Ministérios da Aeronáutica e Marinha | Apresenta a versão oficial de que Antônio foi morto em um tiroteio com a polícia, destacando que tal fato ocorreu no “aparelho” em que se encontrava. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio dos Três Reis de Oliveira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido pela CNV uma vez que seus restos mortais não foram localizados e identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação do atestado de óbito de Antônio dos Três Reis Oliveira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e a completa identificação dos demais agentes envolvidos

ANTÔNIO BEM CARDOSO

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Otavina Bem Cardoso e Antônio Figueira Cardoso

Data e local de nascimento: 21/09/1938, Serrita (PE)

Atuação profissional: agricultor

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 1/6/1970, Jati (CE)

BIOGRAFIA

Natural de Serrita (PE), Antônio Bem Cardoso era casado com Iunele Vieira Cardoso, com quem teve duas filhas: Joana D'Arc Cardoso Maciel e Otavina Cardoso Neta da Silva. Foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), junto com seu primo José Calistrato Cardoso, com quem militou politicamente no Ceará e em Pernambuco, a partir de 1963. Após o golpe de Estado, em 1964, Antônio Bem Cardoso saiu do PCB e, em 1967, passou a militar na Ação Libertadora Nacional (ALN). Como integrante dessa organização e sob a orientação de Arnaldo Cardoso Rocha – dirigente da ALN morto em 1973 – juntamente com outros companheiros, participou de treinamentos e reconhecimentos de regiões como Serra do Araripe, Serra Grande e Serra de Taua, no interior do Ceará.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 17 de agosto de 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Antônio Bem Cardoso. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Antônio Bem Cardoso morreu no dia 1º de junho de 1970, executado por agentes da Polícia Federal em sua residência.

Conforme o relato de sua esposa Iunele Vieira Cardoso, ao acordar e abrir a porta do

quintal para escovar os dentes, na madrugada do dia 1º de junho de 1970, Antônio Bem Cardoso foi surpreendido por agentes da Polícia Federal que lhe acertaram um tiro no peito. Despertada com o barulho do tiro, a sua esposa ouviu-o correndo pelo corredor da casa e gritando: “Atiraram em mim”. Mesmo depois de Antônio ter sido baleado, os policiais continuaram a metralhar a casa com Iulene e as filhas dentro. Da rua, ouvia-se vozes ordenando que Antônio se entregasse. Segundo narrou Iunele, essas ordens eram pronunciadas por agentes da Polícia Federal que, ao entrarem na residência das vítimas, retiraram Antônio, todo ensanguentado e agonizando, dos braços de sua esposa. Iunele e suas filhas foram obrigadas, pela polícia, a sair de casa sob ameaça de morte. Todas as pessoas, amigos e familiares que se aproximavam para prestar socorro e solidariedade às vítimas foram afastadas e/ou detidas pelos policiais.

Conforme a versão da polícia, Antônio era procurado por motivos de estelionato. Sua esposa declarou em seu relato que os policiais perguntaram a ela onde Antônio guardava o dinheiro do “roubo” e reviraram a casa para busca-lo. Eles se referiam ao dinheiro retirado do cofre de Ademar de Barros, em ação realizada pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), cujo montante foi dividido entre alguns grupos de resistência para financiar a luta contra a ditadura. Nessa divisão, Antônio recebeu uma quantia destinada à ALN, no Ceará. Sua localização, pela polícia, foi facilitada ao trocar uma nota de US\$ 100,00. Iunele relatou, ainda, que mais tarde foi levada, por policiais, à delegacia da cidade de Brejo Santo para prestar depoimento e fazer o reconhecimento dos agentes. No entanto, não reconheceu nenhum dos policiais, uma vez que estavam disfarçados quando da realização do crime, com macacões de trabalho.

Segundo o depoimento de uma de suas filhas, na noite seguinte do sepultamento de Antônio, os policiais desenterraram o corpo e quebraram-lhe os dedos para retirar as impressões digitais de Antônio.

LOCAL DA MORTE

Jati, Ceará.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 Departamento de Polícia Federal (DPF)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministério da Justiça: Alfredo Buzaid

Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal: general José Bretas Cupertino

Delegado da Polícia Federal: João Lucena Leal

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------------|------------------|-----------|---|-------------------------|--|
| João Lucena Leal. | Polícia Federal. | Delegado. | Responsável pela ação que buscou e matou Antônio Bem Cardoso. | Jati (CE). | Relato de José Calistrato Filho anexado ao processo CEMDP, em que atribui a autoria da morte ao delegado da Polícia Federal João Lucena Leal. (Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0014_0009 pp. 43-44). |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|--|
| Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0014_0009; pp. 46-47. | Depoimento de Iunele Vieira Cardoso, esposa de Antônio Bem Cardoso. | N/C. | Depoimento da esposa Iunele Vieira Cardoso em que relata as circunstâncias de morte de Antônio Bem Cardoso. |
| Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0014_0010, p.10. | Certidão de Óbito (18/07/1986). | Segunda via emitida pelo Cartório Silva. | Certidão de óbito que traz como causa-mortis “violenta”. |
| Arquivo Nacional: CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0014_0009 pp. 49-50. | Depoimento de José Calistrato. | N/C. | Depoimento de José Calistrato em que narra a trajetória política de Antônio e os envolvidos na sua morte e atribui a autoria ao delegado João Lucena Leal. |
| Arquivo Nacional: | Histórico da | N/C. | Testemunho de uma das filhas de |

| | | | |
|--|-------------------------------------|--|--|
| CEMDP, BR_DFANBSB_AT0_0 014_0010; p. 12. | morte de Antônio Bem Cardoso. | | Antônio relata que os familiares não tiveram acesso ao corpo e que o mesmo foi desenterrado e teve os dedos quebrados por policiais. |
|--|-------------------------------------|--|--|

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes para o caso |
|---|---|---|
| José Calistrato Cardoso, ex-presó político. | Arquivo CNV, 00092.003374/2014-17. Depoimento prestado em audiência pública realizada pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, em 13 de dezembro de 2012. | José Calistrato confirmou seu relato sobre as circunstâncias de morte de Antônio Bem Cardoso e a indicação de autoria do delegado João Lucena Leal. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio Bem Cardoso foi morto em decorrência de ação praticada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes e dos órgãos envolvidos.

SILVANO SOARES DOS SANTOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Malvina Soares dos Santos e Antônio Vieira dos Santos

Data e local de nascimento: 15/8/1929, Três Passos (RS)

Atuação profissional: agricultor

Organização política: Movimento Revolucionário 26 de março de 1965 (MR-26) ou Guerrilha de Três Passos ou Grupo dos Onze

Data e local de morte: 25/6/1970, Humaitá (RS)

BIOGRAFIA

Nascido no distrito de Campo Novo, município de Três Passos (RS), Silvano Soares dos Santos era procedente de uma família de agricultores residentes no mesmo local. Foi casado com Constância dos Santos, doméstica. Era irmão de Alberi Vieira dos Santos e José Soares dos Santos. Todos participaram da guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul, organizada pelo ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório em março de 1965. Depois de ser preso e torturado, em março de 1965, no 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu, transferido para prisões em Porto Alegre e Curitiba nos anos de 1966 e 1967 e internado em hospitais psiquiátricos por inúmeras vezes, Silvano morreu, aos 41 anos, em casa, em 25 de junho de 1970, na cidade de Humaitá (RS). Sua morte se deu em consequência de graves transtornos psíquicos adquiridos em razão de torturas praticadas por agentes do Estado brasileiro, em dependências militares.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 10 de abril de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) indeferiu o processo de Silvano Soares dos Santos, considerando que não tinha sido possível comprovar onexo causal entre a sua última prisão e a morte. O nome de Silvano consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil*

(1964-1985) organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 9 de fevereiro de 2010, Silvano dos Santos foi declarado anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Em 30 de junho de 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) realizou audiência na cidade de Três Passos (RS) para reconstruir a história do MR-26, reconhecendo a relação entre a morte de Silvano e suas atividades políticas.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Silvano Soares dos Santos morreu em sua casa anos depois de ter sofrido prisões e torturas em função de sua participação na chamada Guerrilha de Três Passos (RS), movimento de oposição ao regime militar liderado pelo ex-coronel Jefferson Cardim Osório, em março de 1965. Os jornais da época registram que a ação e o financiamento da guerrilha foram coordenados por militantes brasileiros exilados no Uruguai e na Bolívia, como o ex-deputado Leonel Brizola, que teria recebido apoio de Cuba na organização da operação armada. De acordo com as audiências recentes da CNV sobre a Operação Três Passos, realizada na cidade gaúcha com o mesmo nome, o MR-26 era constituído por um grupo de militantes nacionalistas, entre eles muitos ex-militares. Cardim deixou o exílio no Uruguai e numa operação que teve a participação de cerca de 40 militantes, ocupou os quartéis da Brigada Militar das cidades de Três Passos, Tenente Portela e Frederico Westphallen, na fronteira com a Argentina. O *Jornal do Brasil* do dia 27 de março de 1965 relata que a ação resultou no roubo de um fuzil-metralhadora, de outros 30 fuzis e cerca de 600 cartuchos, sendo, em seguida, redirecionada para Santa Catarina.

O informativo secreto sobre esse grupo de guerrilheiros, elaborado pelo órgão de informação da Aeronáutica em abril de 1965, reforça a perspectiva de que os guerrilheiros tiveram sucesso ao ocupar a sede da Brigada Militar, pois foram presos com fuzis, mosquetões, carabina, revólveres, pistola, munições, além de uniformes do Exército e máquina de escrever.

No dia 26 de março, em visita ao município de Foz do Iguaçu (PR) para a inauguração da “Ponte da Amizade” entre o Brasil e o Paraguai, o presidente Castelo Branco foi acompanhado por aviões da FAB, que percorreram a região em busca do grupo insurgente. O cerco ao grupo começou em Leônidas Marques (PR) com a eclosão de um

tiroteio entre as forças militares e os guerrilheiros. A partir disso, o grupo se dispersou e, pouco a pouco, seus homens foram capturados, torturados e mortos.

A certidão de óbito de Silvano Soares indica “caquexia” como causa da morte, síndrome gerada por múltiplos fatores e que se caracteriza pela perda de peso, atrofia muscular, fadiga, atingindo, na maioria dos casos, pacientes com insuficiência cardíaca ou renal e pacientes com câncer terminal. No entanto, os depoimentos da esposa do militante e de seus amigos testemunham que a morte de Silvano decorreu das torturas sofridas nas prisões, que provocaram internações psiquiátricas e, por fim, um derrame. A esposa de Silvano, Constância dos Santos, contou que o marido perdeu a memória em razão das torturas sofridas no Batalhão em 1965. Em 13 de março de 1997, ela declarou à CEMDP que Silvano foi levado cinco vezes ao Hospital Psiquiátrico de Porto Alegre, mas seu estado de saúde se agravava cada vez mais. Após sua última prisão, foi internado no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. Depois disso, Silvano teria abandonado a família para viver só num casebre em Sede Nova (RS), onde, em meados de junho de 1970, veio a falecer em completo abandono.

O requerimento encaminhado à Comissão de Anistia por seus familiares informa que Silvano ficou preso de 28/3 a 17/5 de 1965 em Foz do Iguaçu (PR); de 17/5 a 4/6 de 1966 em Porto Alegre (RS); de dezembro de 1966 a 7/7 de 1967 na prisão Provisória de Curitiba (PR), onde foi julgado e absolvido na Auditoria da 5ª Região Militar. Seus problemas psíquicos tiveram início após a primeira prisão e se agravaram posteriormente.

Segundo o delegado de polícia de Campo Novo (RS), Saul Macedo de Almeida, depois de ter sido preso no Paraná, Silvano Soares dos Santos voltou à região uns três meses depois, sofrendo das “faculdades mentais”. Ele confirmou que o militante teria sido preso várias vezes.

Conforme a declaração de Valdetar Antônio Dorneles, integrante do mesmo grupo guerrilheiro, Silvano Soares dos Santos teria feito parte de um grupo de 10 homens que se apresentou às Forças Regulares, sendo amarrado numa carroceria de caminhão e levado ao 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu. Os presos foram então

[...] pendurados nas grades da prisão, pegados pela nuca e batidos contra os alicerces da parede, pelo que atribuímos as consequências da debilidade mental [...] que no outro dia amanheceu rodeando as paredes sem falar com ninguém, perdeu (a memória), corria muito sangue das suas narinas e nunca mais disse coisa com coisa.

De acordo com o mesmo relato, o militante foi posto em liberdade em Porto Alegre, voltou à sua residência, mas não conseguiu mais se adaptar nem ao trabalho como agricultor, nem à sua família. Foi novamente preso, internado em hospital psiquiátrico e submetido à perícia neuropsiquiátrica. Voltou para casa, não se adaptou mais ao convívio social e no dia 25 de junho de 1970 foi encontrado morto, já com o corpo endurecido.

Outras declarações de amigos e conhecidos de Silvano à CEMDP, como a de Abrão Antônio Dorneles, João Soares de Lima, Homero Fernandes Flores e João Batista Figueira, endossaram essas informações. Também é importante considerar que o registro de ocorrência emitido pela Polícia Civil em 24 de junho de 1970 afirma que a morte se deu sem qualquer assistência médica no dia anterior ao registrado na certidão de óbito, de forma que não é possível saber exatamente o dia em que Silvano faleceu.

O corpo de Silvano Soares dos Santos foi enterrado em um cemitério em Sede Nova, no município de Humaitá (RS).

LOCAL DE MORTE

Residência de Silvano Santos em Sede Nova, Humaitá (RS).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na prisão e na tortura

1.1. 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu

Ministro da Guerra: general de Exército Arthur da Costa e Silva

Comandante do III Exército: general de Exército Justino Alves Bastos

Chefe do Estado Maior do III Exército: general de brigada Antonio Jorge Correa

Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria: general de divisão Álvaro Tavares Carmo

Comandante do 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu: tenente-coronel Auro Marques Curvo

Chefe da 2ª Seção do 1º Batalhão de Fronteiras: major Ary Ronconi Moutinho

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do | Órgão produtor do | Informações relevantes |
|--|-------------------------|--------------------------|-------------------------------|
|--|-------------------------|--------------------------|-------------------------------|

| | documento | documento | |
|---|---|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0075_000 5, pp. 1-50. | Processo de Silvano dos Santos, 28/3/1996. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP). | Apresenta os depoimentos da esposa e amigos de Silvano, que traz à tona a influência das prisões e torturas que teriam afetado a saúde psíquica do militante, ocasionando dias depois a sua morte em casa. |
| Arquivo Nacional, CAMDE: BR_AN_RIO_PE_0_0_047, p. 109. | Matéria de jornal: “Grupo de 40 assalta três cidades no Rio Grande do Sul”, 27/3/1965. | <i>Jornal do Brasil.</i> | Relata o assalto às Brigadas Militares de Três Passos, Tenente Portela e Frederico Westphalen pelo grupo guerrilheiro e a apreensão de armas. |
| Arquivo Nacional. CAMDE: BR_AN_RIO_PE_0_0_047, p. 113. | Matéria de jornal: “Trama subversiva de exilados e agentes seus contra o Brasil”, 16/8/1965. | <i>O Globo.</i> | Aborda as relações internacionais entre militantes do grupo guerrilheiro com exilados no Uruguai e Bolívia e com Cuba. Menciona denúncia sobre o grupo “subversivo”, incluindo o nome de Silvano como um dos denunciados no processo. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VA Z_122_0160. | Informativo nº 29, EMAER: “Grupo de guerrilheiros chefiados por Jefferson Cardim de Alencar Osório”, 7/4/1965. | Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). | Lista o nome dos integrantes do grupo que foram presos, as armas e materiais apreendidos, o plano de ação da guerrilha, análises da situação político-militar de cada região brasileira. Contém fotos dos presos envolvidos, incluindo Silvano dos Santos. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0075_000 5, p. 8. | Certidão de óbito de Silvano dos Santos, 15/7/1970. | Cartório do registro civil Humaitá (RS). | Informa a causa da morte por “caquexia”. Apresenta a data de morte como 25/6/1970, apesar de o registro ter sido feito 20 dias depois. Informa o cemitério onde foi feito o sepultamento. |
| Arquivo Nacional, | Certidão com | Polícia Civil | Afirma que a morte de |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0075_000 5, p. 20. | revisão do livro de registro de ocorrência, 24/6/1970. | (RS). | Silvano dos Santos se deu sem qualquer assistência médica. |
| Arquivo Nacional, Fundo Mario Lago: BR_RJANRIO_M L_0_APT_TXT_0 003. | Relação das pessoas dadas como mortas e/ou desaparecidas devido às suas atividades políticas, 10/1982. | Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB (RJ). | Menciona o nome de Silvano dos Santos como morto devido à sua participação em atividade política, contrapondo-se à versão oficial. |
| Arquivo Nacional. SNI: BR_DFANBSB_V 8_C0043539- 1981, p. 8. | Relação de pessoas assassinadas pela repressão policial militar brasileira entre 1964/1980 e que foi enviada ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos/Min istério da Justiça, 27/2/1981. | Serviço Nacional de Informação (SNI). | Afirma a responsabilidade do Estado pela morte de Silvano e descreve a identificação do corpo do morto em casa. Relata que Silvano já estava doente, que sofria das “faculdades mentais” e que por diversas vezes foi levado à capital do Estado para tratamento especializado. |
| Comissão de Anistia. CA: BR_DFMJCA_20 02.01.06678, pp. 1-143. Requerimento de Anistia de Silvano Soares dos Santos, Autuado em 16 abr. 2002. | Processo, 16/4/2002. | Comissão de Anistia. | Informa os intervalos de tempo em que Silvano ficou preso e os locais. Denuncia a ocorrência de maus tratos na prisão. Consta que foi denunciado como participante do movimento do Grupo dos Onze, organizado por Leonel Brizola. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--------------------------------|--|---|
| Valdetar Antônio Dorneles. | Audiência Pública Guerrilha de Três Passos, | Reconstrói a trajetória da Guerrilha de Três Passos, a |

| | | |
|--|--|------------------------------------|
| | 29/6/2014. Arquivo da CNV, 00092.001416/2014-77. | prisão e a tortura dos envolvidos. |
|--|--|------------------------------------|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Silvano Soares dos Santos morreu em decorrência de causas não naturais, após torturas sofridas nas prisões pelas quais passou. Foi preso por ser militante político do movimento guerrilheiro de Três Passos (RS) e teve a saúde psíquica alterada em razão da prisão e das torturas, seguidas de internação em 1965. Apesar de absolvido em 1967, por encontrar-se em estado de grave transtorno psíquico em consequência das torturas, Silvano dos Santos faleceu em casa sem assistência médica. Sua morte inscreve-se em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

EIRALDO DE PALHA FREIRE



DADOS PESSOAIS

Filiação: Walkyria Sylvete de Palha Freire e Almerindo de Campos Freire

Data e local de nascimento: 15/5/1946, Belém (PA)

Atuação profissional: procurador da Bolsa de Valores

Organização política: Aliança Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 4/7/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Belém do Pará, Eiraldo Palha Freire tinha um irmão gêmeo, Fernando Palha Freire. Os dois tornaram-se militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Trabalhava na Caixa de Registro da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Morreu aos 24 anos de idade, no Hospital da Aeronáutica do Galeão, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 5 de maio de 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Eiraldo Palha Freire, deferindo o seu caso, que foi publicado no *Diário Oficial da União* de 7 de maio de 1998.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Eiraldo Palha Freire morreu no dia 4 de julho de 1970. De acordo com a narrativa apresentada na ocasião pelas forças de segurança do Estado, foi baleado e preso no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, por militares da Aeronáutica, quando ele, seu irmão, Fernando Palha Freire, e o casal Colombo Vieira de Souza Junior e Jessie Jane, todos militantes da ALN, tentaram sequestrar um avião de passageiros da empresa

Cruzeiro do Sul, com o objetivo de trocá-los por presos políticos no dia 1º de julho de 1970. Entre estes, encontrava-se o pai de Jessie, preso político em São Paulo, e a obtenção de sua liberdade era um dos motivos para a realização da ação. Todos foram presos na operação de cerco ao avião conduzida por militares da Força Área Brasileira (FAB). Diante da resistência dos militantes, foi preparada a invasão da aeronave. Os militares atiraram nos pneus dos trens de pouso e, horas depois, iniciaram a entrada no aparelho. Em um primeiro momento, jogaram uma espuma mecânica e pó químico seco. Neste instante, militares foram colocados em todas as portas e, momentos depois, arrombaram-nas e jogaram gás lacrimogêneo no interior do avião. Na sequência, de acordo com os relatos nos depoimentos dos militantes e daqueles que estiveram presentes, tiros foram ouvidos e todos os militantes foram presos.

O depoimento da militante Jessie Jane aponta que, logo depois da concretização das prisões, comandadas pelo Brigadeiro João Paulo Burnier, ela e Eiraldo foram levados para as dependências do Centro de Investigações da Aeronáutica (CISA), na Base Aérea do Galeão. Neste local, os militares retiraram suas roupas e iniciaram sessões de torturas. Na madrugada do dia 2 de julho, foram levados para a sede do DOI-CODI, que funcionava na rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Lá, continuaram a ser torturados. Em um dado momento, foram encaminhados para uma sala e colocados um diante do outro para confirmação de informações. Segundo Jessie Jane, os militares achavam que Eiraldo fosse seu companheiro e, em sua avaliação, sua presença buscava torná-lo ainda mais vulnerável. Jessie afirma que os dois não se falaram. Ela ainda notou que Eiraldo se encontrava ferido e parecia inconsciente.

Os documentos oficiais acerca do registro de sua morte apresentam contradições, o que reforça a versão de Jessie. O exame de corpo de delito, feito no Hospital da Aeronáutica no dia anterior à morte de Eiraldo, quando ele já estava em coma, ressalta que o militante havia levado um tiro. Contudo, a necropsia descreveu escoriações em seu corpo, como na região da testa e no nariz, além de incisões cirúrgicas nas regiões temporais e traqueostomia, o que parece indicar sinais de tortura.

O coronel Lúcio Valle Barroso, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, no dia 9 de junho de 2014, confirma que foi ele quem atirou em Eiraldo no momento em que os agentes da repressão realizaram a invasão da aeronave e que o militante veio a falecer no hospital. Além de Lúcio Valle Barroso, outro agente da Aeronáutica que

servia na Base Aérea do Galeão à época dos acontecimentos relatou que Eiraldo veio a morrer em razão dos tiros que recebeu durante a operação de retomada do avião.

Eiraldo foi sepultado pela família no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Hospital da Aeronáutica do Galeão, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmento

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Chefe do CODI: n/i

1.2. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA)

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: marechal do ar Márcio de Souza Melo

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica: tenente-brigadeiro-do-ar Armando Serra de Menezes

Chefe do CISA: brigadeiro Carlos Afonso Dellamora

Comandante da 3ª Zona Aérea: brigadeiro João Paulo Moreira Burnier

Chefe do Comando de Tráfego Aéreo (COMTA): brigadeiro Hamlet Azambuja Estrella

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------|------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Lúcio Valle Barroso. | Quartel-General da III Zona Aérea. | Agente do Setor de Operações. | Homicídio. | Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro. | Depoimento de Lúcio Valle Barroso à CNV, Rio de Janeiro, 9 de junho de 2014. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, p. 75. | Material de jornal: “FAB tirou à força os terroristas do avião”, 2/7/1970. | <i>O Globo.</i> | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, pp. 40; 65-66. | Auto de corpo de delito, 3/7/1970. | Hospital da Aeronáutica do Galeão. | Exame realizado um dia antes de sua morte. Aponta para um ferimento por arma de fogo na região do pescoço. Contudo, um fato chama a atenção: os peritos não respondem ao quinto quesito, isto é, o que indaga se houve perigo de vida à vítima. No sexto, que pergunta sobre se o que atingiu Eiraldo o deixou debilitado ou com algum membro inutilizado, informam que é preciso aguardar a evolução clínica do caso. Ele morreu no dia seguinte ao exame. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, pp. 13-15. | Auto de exame cadavérico, 4/7/1970. | Instituto Médico-Legal. | Afirma que Eiraldo apresentava escoriações pelo corpo e que havia uma marca de tiro em seu pescoço. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, p. 16. | Guia para necrotério do IML, 4/7/1970. | 37ª Delegacia Policial. | Informa que o corpo de Eiraldo teria saído do Hospital da Aeronáutica do Galeão para o IML e apresenta a versão de que sua morte decorreu de uma ferimento durante um “combate” com agentes da Aeronáutica. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, p. 8. | Certidão de óbito, 5/7/1970. | Registro Civil das Pessoas Naturais da 7ª Circunscrição. | A certidão de óbito indica que Eiraldo teria morrido no Hospital da Aeronáutica, na Base Aérea do Galeão, e como causa da morte “ferimento transfixante do braço com fratura da 4ª vértebra cervical e lesão parcial da medula”, reforçando a versão oficial de |

| | | | |
|--|--------------------------------------|--|--|
| | | | suicídio ou de que teria sido morto por um tiro desferido pelo companheiro de militância. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, p. 18. | Termo de identificação, 5/7/1970. | Instituto Médico-Legal. | Identifica que o corpo que entrou no IML foi o de Eiraldo. |
| Projeto Brasil: Nunca Mais. Arquivo Brasil Nunca Mais: Digital Pasta BNM_155, pp. 211-215. | Exceção de incompetência, 27/7/1970. | Augusto Sussekind de Moraes Rego (advogado de defesa). | Apresenta a defesa de Jessie Jane, Colombo e Fernando e destaca que no processo não há declaração de testemunha, vítimas ou informante que aponte que eles fossem os responsáveis pela morte de Eiraldo, como afirmou inicialmente o Ministério Público. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, pp. 68-70. | Panfleto (Data: não especificada). | Comando Revolucionário Reinaldo Silveira Pimenta. | Panfleto entregue pelos militantes aos passageiros do voo da empresa <i>Cruzeiro do Sul</i> interceptado por eles com o objetivo de pressionar o governo a soltar presos políticos, contendo a lista de quem deveria ser libertado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0031_0003, p. 47. | Declaração, 5/7/1996. | Jessie Jane Vieira de Souza. | Jessie Jane aponta que foi presa com Eiraldo em 1º de julho de 1970 e que esteve com ele no DOI-CODI. Ela confirma que foram torturados em duas ocasiões: primeiro no CISA e, depois, no DOI-CODI. Eiraldo morreu nas dependências deste último órgão. |
| Arquivo dCNV. | Depoimento, 9/6/2014. | CNV. | Depoimento do coronel Lúcio Valle Barroso, presente na operação na Base Aérea do Galeão, no qual confirma que atirou em Eiraldo no momento da invasão da aeronave em que este se encontrava. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|-------|------------------------|
|-----------------------------|-------|------------------------|

| | | |
|------------------------------|--|--|
| Jessie Jane Vieira de Souza. | Depoimento à CNV, em 18 de setembro de 2013. | |
|------------------------------|--|--|

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|----------------------------------|--|--|
| Lúcio Valle Barroso. | Depoimento à CNV em 9 de junho de 2014, no Rio de Janeiro. | Lúcio Valle Barroso confessou ter sido o autor do disparo que levou Eiraldo de Palha Freire à morte. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Eiraldo de Palha Freire morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Eiraldo de Palha Freire, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Dinah Brandão Guimarães e Leovegildo Guimarães

Data e local de nascimento: 8/2/1949, Lambari (MG)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Data e local de morte: 31/7/1970, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, Lucimar Brandão Guimarães era natural de Lambari. Em sua juventude, Lucimar se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi militante do movimento estudantil secundarista. Integrou os quadros do Partido Comunista Brasileiro, do Núcleo Marxista Leninista e, posteriormente, filiou-se à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Usava os codinomes Calixto e Antunes (ou Calixto Antunes). Foi preso no dia 26 de janeiro de 1970 e indiciado no Inquérito Policial Militar instaurado para investigar as ações da VAR-Palmares. No dia 4 de março de 1970, o responsável pelo Inquérito Policial Militar (IPM), capitão Daniel Aguiar dos Santos, solicitou a prorrogação da sua ordem de prisão. Morreu aos 21 anos de idade, em decorrência de ferimentos graves após tortura sofrida quando estava sob a custódia do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão publicada em 29 de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Lucimar Brandão Guimarães. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem seu nome foi atribuído a ruas nas cidades de Campinas (SP) e Belo Horizonte (MG).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Lucimar Brandão Guimarães morreu no dia 31 de julho de 1970. Havia sido preso pela Polícia Militar de Minas Gerais no dia 26 de janeiro, quando o apartamento onde se encontrava foi invadido. Segundo a versão oficial, constante de relatório juntado ao IPM nº 32/70, a morte de Lucimar teria decorrido dos graves ferimentos sofridos em um acidente envolvendo a viatura que, no dia 1º de fevereiro de 1970, o transportava para outra localidade, sob a responsabilidade do capitão Eneas Antonio de Azevedo. Na viatura estariam ainda o sargento da Polícia Militar Waldemar Moreira dos Santos e dois soldados, Valdete Ferreira de Souza e Rubens Antônio Ferreira, este último, condutor do veículo. Ainda conforme o relatório do acidente, elaborado pelo capitão Alaor Ribeiro, Lucimar teria sido visto dentro da viatura somente horas depois, apesar de os militares feridos terem sido conduzidos ao hospital. O mesmo IPM, que estava sob responsabilidade do capitão Daniel Aguiar Campos, não informa se Lucimar foi socorrido, mas apenas que permaneceu ferido na viatura. Lucimar teria sido levado ao hospital militar horas depois e permanecido imobilizado, devido a fraturas na coluna vertebral, até seu falecimento.

Entretanto, em relatório de 1974 da Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias da Comissão de Direitos Humanos da ONU, consta relato da ex-presença política Mara Curtis Alvarenga de que Lucimar Brandão morreu em consequência do uso de instrumento de tortura conhecido como “mesa elástica”, a qual teria acarretado fratura em sua coluna vertebral, deixando-o paralisado até a sua morte. Outro depoimento de destaque para interpretação do caso é o de José Roberto Borges Champs, que esteve preso junto a Lucimar. Segundo ele

no dia 28 de janeiro, vi quando chegaram trazendo o companheiro Lucimar Brandão Guimarães, que se mostrava em condições físicas normais, não apresentando qualquer debilidade; que horas depois, a mesma equipe de agentes policiais voltou para buscá-lo; que depois disso nunca mais vi Lucimar [...] entre os agentes, estavam o capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira e o tenente R-2 Carlos Alberto Delmenezzi.

Ainda no mesmo depoimento, José Roberto relata que, quando esteve preso no 8º BG da PM, recebeu a notícia, de um sentinela, de que este teria visto um “terrorista” agonizando no Hospital Militar. O sentinela afirmou que parecia se tratar de um homem muito mais velho por conta das debilidades físicas e que, entre outros ferimentos, Lucimar tinha a coluna quebrada. A mãe de Lucimar confirma que, ao visitá-lo no hospital, soube que seu filho havia sido seviciado. Lucimar faleceu no Hospital Militar

de Belo Horizonte, onde se encontrava há cerca de 5 (cinco) meses, e em sua certidão de óbito consta como causa da morte caquexia, distrofia e anemia, sem se estabelecer um nexos causal com a origem dos ferimentos.

Durante a apreciação do caso pela CEMDP houve pedido de vista de Paulo Gustavo Gonet Branco, após voto contrário do relator general Osvaldo Gomes. Gonet Branco concluiu que Lucimar não morreu por “causas naturais”, ainda que o acidente tenha realmente acontecido. Pela interpretação de Gonet Branco, a morte em acidente envolvendo veículo policial também caracteriza o conceito de dependência policial ou assemelhada, enquadrando o caso na Lei nº 9.140/1995. De qualquer forma, é importante observar os depoimentos, que apontam para a tortura como causa dos ferimentos que levaram à sua morte.

O corpo de Lucimar Brandão Guimarães foi sepultado no cemitério São Francisco Xavier, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE MORTE

Hospital Militar de Belo Horizonte, MG, Rua Francisco Manuel, 126.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 Polícia Militar de Minas Gerais

Governador de Minas Gerais: Israel Pinheiro

Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais: coronel Edmundo Adolfo Murgel

Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais: José Ortega

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------------------------|----------------------------------|---------------|---|--|--|
| Pedro Ivo Gonçalves Ferreira. | Polícia Militar de Minas Gerais. | Capitão . | Responsável pela equipe que capturou e levou o prisioneiro à tortura. | Presídio Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves. | Declaração de José Roberto Borges Champs. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, pp. 8-10. |
| Carlos Alberto Delmenezzi. | Polícia Militar de Minas Gerais. | Tenente R-2. | Foi visto por José Roberto quando chegou com Lucimar ao presídio, retirando-o pouco tempo depois. | Presídio Magalhães Pinto, em Ribeirão das Neves. | Declaração de José Roberto Borges Champs, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, pp. 8-10. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, p.25. | Certidão de óbito, 1970. | Cartório do 2º Ofício de notas do 1º subdistrito de Belo Horizonte. | Registra a causa da morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, pp. 41-46. | Pedido de vistas assinado por Paulo Gustavo Gonet Branco, s/d. | CEMDP. | Pede vistas ao caso que já havia tido o general Osvaldo Gomes como relator e argumenta que mesmo considerando a versão oficial de acidente trata-se de caso que se enquadra na Lei nº 9.140, pois a ocorrência que gerou a morte deu-se em dependências policiais ou assemelhadas. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0056_0006, pp. 8-10. | Declaração de José Roberto Borges Champs, 24/5/1996. | Sexto Ofício de Notas. | José Roberto relata as circunstâncias de prisão dele e de outros militantes, entre os quais Lucimar. Além disso, o declarante descreve ainda as informações que recebeu de um sentinela sobre o estado físico debilitado do preso quando esteve no hospital militar. O documento cita, ainda, dois agentes envolvidos no caso: o capitão Pedro Ivo Gonçalves Ferreira e o tenente R-2 Carlos Alberto Delmenezzi. |
| Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: BNM 150, pp. 436-2342. | Relatório, 11/3/1970. | Polícia Militar de Minas Gerais. | IPM realizado pelo capitão Alaor Ribeiro. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_23092_70_002. | Informação 94/970/SNI/AC 1970. | Agência Central do Serviço Nacional de Informações | Estabelece que a prisão de Lucimar foi feita pela PM/MG. |
| Arquivo Nacional, DSI-MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MC P_PRO_0432, p. 84. | Relatório, 1974. | Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias da Comissão de Direitos Humanos da ONU. | Relato da ex-presa política Mara Curtis Alvarenga com a informação que Lucimar Brandão morreu em consequência do uso de instrumento de tortura chamado “mesa elástica”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que a vítima morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Lucimar Brandão Guimarães, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JOSÉ MARIA FERREIRA DE ARAÚJO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria da Conceição Ferreira de Araújo e João Alexandre de Araújo

Data e local de nascimento: 6/6/1941, Fortaleza (CE)

Atuação profissional: marinheiro

Organização política: militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 23/9/1970, São Paulo

BIOGRAFIA

Nascido no Ceará, José Maria Ferreira de Araújo mudou-se com sua família para o interior da Paraíba. Em 1959, após completar 18 anos, ingressou na Marinha e passou a viver no Rio de Janeiro. Em 1964, logo depois do golpe militar que depôs o presidente João Goulart, José Maria foi indicado como um dos líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, acusados por quebra da hierarquia, e, em seguida, preso na Ilha das Cobras. Permaneceu incomunicável por quatro meses. Em dezembro de 1964, foi expulso da Armada. Pouco tempo depois foi condenado pela Justiça Militar a cinco anos e um mês de prisão, com base na Lei de Segurança Nacional. Entre 1966 e 1967, enquanto estava em liberdade provisória, foi para Cuba e realizou treinamento de guerrilha como militante do Movimento Nacionalista Revolucionário. Casou-se com a militante paraguaia Soledad Barret Viedma, com quem teve uma filha, Ñasaindy de Araújo Barrett, em abril de 1969. José Maria retornou ao Brasil em julho de 1970, já como membro da VPR e era conhecido pelos codinomes de Aribóia, Araribóia e Edson Cabral Sardinha. Morreu aos 29 anos de idade, no dia 23 de setembro de 1970, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram plenamente identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 21 de junho de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Maria Ferreira de Araújo. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como na lista dos desaparecidos políticos do anexo I da Lei nº 9.140/1995. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com o nº 223/96.

No dia 4 de abril de 2014, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” protocolou no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo/Foro Central Cível pedido de retificação do atestado de óbito de José Maria Ferreira de Araújo.

Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro de Vila Aurora, em São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

José Maria Ferreira de Araújo morreu em São Paulo no dia 23 de setembro de 1970, em circunstâncias ainda não esclarecidas. De acordo com a versão apresentada pelos órgãos de repressão, José Maria teria morrido ao reagir à prisão num terminal de ônibus no Anhangabaú, centro da capital paulista.

Passados mais de 40 anos da morte de José Ferreira de Araújo, as investigações realizadas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, pela Comissão Nacional da Verdade revelaram a existência de indícios que permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos de repressão.

Na véspera da morte de José Maria, agentes do DOI-CODI do II Exército teriam detido Mário de Freitas Gonçalves, militante da VPR, conhecido como Dudu, que informou sobre o encontro com Aribóia, conforme atestam documentos do órgão. Dudu consegue escapar durante o momento de prisão de José Maria e se torna o primeiro caso de desconfiança em relação a infiltrações na VPR.

Pesquisas nos arquivos do DOPS/SP encontraram o documento intitulado “Aos Bispos do Brasil”, datado de fevereiro de 1973, e assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil (documento 30-Z-160-12706), em que consta a informação de que Edson Cabral Sardinha (codinome utilizado por José Maria) sofreu espancamentos, choques elétricos, torturas no pau de arara e morreu em decorrência dessas ações.

Vários presos políticos do DOI-CODI/II Exército testemunharam o ocorrido. O documento cita como um dos responsáveis por sua morte o capitão Benoni Arruda Albernaz.

De acordo com os testemunhos prestados por inúmeros presos políticos, com o fim de compor o documento “Aos Bispos do Brasil”, Edson Cabral Sardinha (um dos codinomes utilizado por José Maria Ferreria) foi submetido a brutais sessões de tortura, vindo a falecer em consequência delas. Referindo-se ao mesmo codinome, presos políticos do Presídio do Barro Branco denunciaram a morte de José Maria em carta encaminhada ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Dr. Caio Mário da Silva Pereira, de 25 de outubro de 1975. A morte de José Maria Ferreira de Araújo também foi denunciada no I Congresso Brasileiro pela Anistia realizado na PUC/SP, em novembro de 1978. Somente em 1990, após a abertura da vala clandestina do cemitério D. Bosco, de Perus, na cidade de São Paulo, o verdadeiro nome de Edson Cabral Sardinha foi identificado e os familiares de José Maria notificados a respeito da correlação entre ele e o codinome. A descoberta ocorreu por meio de pesquisas da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos realizadas nos arquivos do IML/SP com a ajuda do ex-presos político Ariston Oliveira Lucena (falecido em maio de 2013), que identificaram o verdadeiro nome de Edson Cabral Sardinha através de uma foto encontrada por Maria Amélia Almeida Teles. Desta forma, restou comprovado que José Maria Ferreira de Araújo foi enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha na quadra 11, sepultura 119, do Cemitério de Vila Formosa I.

O laudo necroscópico de José Maria, assinado por Sérgio Belmiro Acquesta e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, aponta equimoses e escoriações no queixo — a única visível na foto de seu corpo encontrada nos arquivos — e, ainda, nos braços, região glútea e sacra, e em forma de colar em torno dos dois punhos. Para a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), as marcas identificadas são prova de que José Maria foi preso. Entretanto, no laudo os legistas afirmaram que não foi possível determinar a causa da morte, e aduzem duas hipóteses: morte por envenenamento com alguma substância volátil não identificada no exame toxicológico, ou a morte súbita em função da comoção causada pela prisão. Assim, na certidão de óbito de José Maria consta como indeterminada a causa da morte. Vale destacar que no laudo necroscópico, o nome de Edson Cabral Sardinha está identificado por um “T” em vermelho (de “terrorista”), recurso utilizado pelos órgãos de segurança para segregar os

corpos dos ativistas políticos dos demais que por lá passavam. As fotos do laudo mostram, ainda, claras marcas de torturas, o que comprova as denúncias feitas pelos presos políticos.

Em documento de setembro de 1970, o coronel Lima Rocha solicitou que fosse enviado a ele “foto, ficha datiloscópica, exame necrológico e atestado de óbito do terrorista morto em set./70, conhecido como Edson Cabral Sardinha (Aribóia)”. No mesmo arquivo, foram encontradas fichas e fotos de Edson Cabral Sardinha e José Maria Ferreira de Araújo com o mesmo codinome de Aribóia, indicativos de que seria possível a identidade do corpo.

Nos arquivos do DOPS/SP, foram encontrados documentos cujo conteúdo apresenta contradições em relação às circunstâncias da morte de José Maria. Enquanto em um documento se lê: “[...] falecido em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança”, a requisição de exame necroscópico afirma: “[...] tendo sido preso por atividades terroristas faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital presumindo-se mal súbito”. O delegado Alcides Cintra Bueno Filho informa aos seus superiores, em 7 de janeiro de 1971, que “[...] não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário”.

Em 1993, o Ministério do Exército encaminhou um relatório ao ministro da Justiça, onde afirma: “[...] José Maria utilizava-se do nome falso Edson Cabral Sardinha. Existe registro de sua Certidão de Óbito 31.153, livro 43-C-C-folha 124-V, expedida em 12 de julho de 1972, pelo Registro Civil do 9º Distrito Policial da Vila Mariana em São Paulo”.

A família encaminhou uma petição para a retificação da certidão de óbito. A sentença, inicialmente negada em função da falta do corpo, foi retificada em 28 de novembro de 1995, conforme apelação cível 183.086-1/1, que tramitou na Comarca de São Paulo. Seus restos mortais não foram encontrados devido às alterações na quadra onde ele foi enterrado, no Cemitério de Vila Formosa – SP.

O irmão de José Maria Ferreira de Araújo, Paulo Maria Ferreira de Araújo, em um relato escrito para a audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, conta

como a família descobriu sobre a morte do irmão e quais são suas expectativas quanto ao esclarecimento do caso e o reconhecimento das ossadas:

O relato mais significativo que a família teve foi a chegada do Paulo Conseva, o jornalista. Em artigo publicado no Correio de Pernambuco, Conserva insinuava conhecer a trajetória de Zé Maria, assim como sua permanência em Cuba, seu casamento com a Soledad Viedma e até mesmo o nascimento da filha Ñasaindy. A família, em polvorosa, solicitou a vinda do Paulo Conserva até João Pessoa para o encontro e pedido de esclarecimento. Foi feita uma gravação com mais de duas horas contendo informações preciosas e várias dúvidas. Viajar para Cuba para buscar a filha de Zé Maria foi o principal foco a partir de então.[...] Antes mesmo de comprar passagens ficamos conhecendo outros brasileiros que estiveram em Cuba, permitindo uma aproximação do Luiz Eduardo Greenhalgh que, após cuidadosa reticência, mandou avisar que a menina Ñasaindy já estava no Brasil.[...] Os dados da pesquisa e posterior encontro de informações sobre Zé Maria ganhou valiosas informações a partir dos arquivos do DEOPS, do IML de São Paulo e dos registros dos cemitérios. A denúncia feita através da comissão dos mortos e desaparecidos, à época da prefeita Erundina, está bem documentada e disponível para esclarecer alguns fatos. Existem, ainda, várias questões a serem respondidas, entre essas: até hoje a família não tem notícia de quem matou Zé Maria. O que aconteceu com as ossadas de Zé Maria? O laudo da morte elaborado no IML é falso e fraudulento em relação à realidade, como consertar aquele parecer médico? Outro aspecto que merece ser exposto foi a frustração da família com relação ao enterro de José Maria que acreditávamos seria exumado do Cemitério de Vila Formosa. Nada foi encontrado que pudesse ser identificado como sua ossada.

Diante da morte e da ausência de identificação de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade entende que José Maria Ferreira de Araújo permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI - CODI), localizado na Rua Tutoia, nº 921 – Paraíso - São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: Orlando Beckman Geisel

Comandante do II Exército: José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: Ernani Ayrosa da Silva

Comandante da 2ª Região Militar: Vicente de Paula Dale Coutinho

Chefe da 2ª Seção do II Exército: Flávio Hugo Lima da Rocha

Chefe do DOI do II Exército: Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/teste munhal sobre a autoria |
|---|----------------------------|---|---|-------------------------|---|
| Carlos Alberto Brilhante Ustra. | DOI-CODI II Exército – SP. | Comandante. | Tortura e execução. | | O então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra comandou o DOI-CODI/SP de 1970-1974. |
| Benoni de Arruda Albernaz. | DOI-CODI II Exército – SP. | Chefe da Equipe A de interrogatório de 1969/1971. | Tortura, execução e ocultação do corpo. | | Informação consta no “Bagulhão”, p. 44. |
| Paulo Bordini- “Americano ou Risadinha”. | DOI-CODI II Exército – SP. | Sargento da Polícia Militar. Equipe A de interrogatório de 1969/1970. | Tortura. | | Informação anexo 001, p. 44. |
| Mauricio José de Freitas “Lungareti ou Lunga” | | Agente da Polícia Federal. Equipe A de interrogatório de 1969/1971. | Tortura. | | Informação anexo 001, p. 44. |
| Paulo Rosa “Paulo Bexiga”, | DOI-CODI II Exército – SP. | Investigador. Equipe A de interrogatório de 1969/1970. | Tortura. | | Informação anexo 001, p. 44. |
| João Thomaz “Tiburcio”. | DOI-CODI II Exército – SP. | Capitão da Polícia Militar de São Paulo. Equipe A de interrogatório de 1969/1970. | Tortura | | Informação anexo 001, p. 44. |
| Flávio Hugo Lima Rocha. | II Exército – SP. | Chefe da 2ª Seção do II Exército. | Solicitação da documentação sobre a morte de José Maria. Conhecimento da morte e da identidade verdadeira do desaparecido . | | Informação <i>Dossiê Ditadura</i> , p. 202. |
| Alcides Cintra | DOPS/SP. | Delegado. | Informações contraditória | | Anexo 001, p. 32 |

| | | | | | |
|---------------------------------|------|----------------------------------|--|--|---|
| Bueno Filho. | | | s e falsas sobre a morte do desaparecido . | | e p. 40. |
| Sérgio Belmiro Acquesta. | IML. | Médico-legista. | Falsificação do laudo necroscópico , causa da morte. | | Ver em anexo a cópia do laudo necroscópico. Anexo 001, p. 28. |
| Paulo Augusto de Queiroz Rocha. | IML. | Médico-legista. | Falsificação do laudo necroscópico , causa da morte. | | Ver em anexo a cópia do laudo necroscópico. Anexo 001, p. 28. |
| Paulino de Paula Almeida. | IML. | Declarante do atestado de óbito. | Falsificação do atestado de óbito. | | Informação consta nas conclusões da CEMDP, p. 133. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0003, p. 17. | Certidão de óbito, 23/9/1970. | 9º Cartório de Registro Civil do 9º subdistrito – Vila Mariana (SP). | Apresenta o nome falso de José Maria, enterrado como Edson Cabral Sardinha, e a causa da morte como indeterminada. |
| Arquivo da CNV, 00092.002998/2014-17. | Requisição de exame, 23/9/1970. | IML – SP. | Solicita exame cadavérico de Edson Cabral Sardinha e aponta a versão oficial da morte, justificando a sua prisão por atividades “terroristas” e falecimento ao dar entrada na Delegacia Distrital, “presumindo-se mal súbito”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0003, pp. 18-27. | Acórdão para retificação de assento de óbito, 28/11/1995. | Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. | Registra o pedido de Maria da Conceição Ferreira de Araújo, mãe de José, para que a Justiça reconheça que a certidão de óbito de Edson Sardinha se refere ao documento de seu filho José Maria Ferreira de Araújo. Ao final do segundo apelo, os |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | | desembargadores aprovam o reconhecimento devido à comprovação da impressão digital do polegar direito. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0003, p. 35. | Certidão de óbito, 5/6/1995. | 9º Cartório de Registro Civil do 9º subdistrito – Vila Mariana (SP). | Reconhece que a morte de Edson Cabral Sardinha refere-se, na verdade, à morte de José Maria Ferreira de Araújo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0003, p. 12. | Certidão de Registro provisório, 3/8/1995. | Cartório Registro Civil Conceição, Campinas (SP) | Certifica que Ñasaindy, nascida em 4/4/1969, na cidade de Havana – Cuba, é filha de José Maria Ferreira de Araújo e Soledad Barrett Viedma. |
| Arquivo da CNV: 00092.002998/2014-17. | Registro trabalho na AVITEC- Indústria Aeronáutica S/A, 14/6/1996. | Avitec, indústria aeronáutica S/A (RJ). | Registra que José Maria trabalhou na empresa como eletricitista, que desempenhou satisfatoriamente suas funções e que sua demissão deveu-se em virtude de seu pedido e não por interesse da empresa. |
| Arquivo da CNV: 00092.002998/2014-17 | Recibo do protocolo. Peticionamento inicial – primeiro grau, 4/4/2014. | Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. | Constitui processo para retificação de registro civil/certidão de óbito de José Maria Ferreira de Araújo. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|---|---|
| Nasaindi Barret de Araújo, filha de José Maria Ferreira de Araújo. | 13ª audiência pública sobre o caso de José Maria Ferreira de Araújo, realizada no dia 26/2/2013. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, 00092.002998/2014-17. | Relata a contradição de informações existente sobre o caso e lamenta a não identificação dos restos mortais de seu pai. |
| Mário de Freitas Gonçalves (militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR). | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0052_0003, p. 133. | Testemunha da prisão do desaparecido. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Maria Ferreira de Araújo morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV, uma vez que seus restos mortais não foram identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a investigação das circunstâncias da prisão, morte e desaparecimento de José Maria Ferreira de Araújo, a localização dos seus restos mortais, a apuração das responsabilidades dos agentes da repressão envolvidos no caso, e a retificação e indicação da *causa mortis* na sua certidão de óbito.

LUIZ RENATO PIRES DE ALMEIDA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Conceição (Doca) Pires de Almeida e Lucrecio de Almeida

Data e local de nascimento: 18/11/1944, Formigueiro, São Sepé (RS)

Atuação profissional: estudante

Organização política: *Ejército de Libertación Nacional* (ELN)

Data e local de desaparecimento: 2/10/1970, Yacurá, Bolívia

BIOGRAFIA

Luiz Renato Pires de Almeida nasceu no dia 18 de novembro de 1944. Em 1963, ingressou no Colégio Agrotécnico da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e passou a participar do movimento estudantil. Depois de eleito para a diretoria do centro acadêmico, assumiu a presidência da União Nacional dos Estudantes Agrotécnicos (UNEA) em um congresso em Bananeiras, Paraíba, realizado em janeiro de 1964. Como presidente da entidade, transferiu-se para a Universidade Rural do Brasil (URB), no Rio de Janeiro no dia 2 de março de 1964, exatamente um mês antes do golpe militar que derrubaria João Goulart da presidência do Brasil. Após o golpe de 1964, Luiz Renato entrou na clandestinidade para driblar a repressão política.

No dia 23 de junho de 1964, Luiz Renato solicitou asilo na República Oriental do Uruguai, sendo o mesmo concedido no dia 21 de julho do mesmo ano. A sua permanência em Montevideu foi confirmada no dia 16 de setembro de 1965, informação conhecida do Serviço Nacional de Informações (SNI), pois o órgão enviou relações e fichas de asilados políticos brasileiros em diversos países para o conhecimento e controle da agência de Brasília. O asilo político de Luiz Renato naquele país teve curta duração, cerca de oito meses porque as condições financeiras não colaboravam para a sua permanência.

Dois anos mais tarde, Luiz Renato foi preso em Porto Alegre (RS) e encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), local em que permaneceu oito meses e passou por sessões de torturas. Nesse mesmo ano, Luiz Renato depôs na CPI da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e denunciou as torturas infligidas no DOPS/RS aos presos políticos, especialmente as que Manoel Raymundo Soares foi submetido.

Em outubro de 1967, Luiz Renato foi para o Rio de Janeiro e, entre o fim de 1967 e o início de 1968, foi estudar na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. Nesse local uniu-se à um grupo de estudantes sul-americanos interessados pelas ideias guevaristas de revolução na América Latina. Conheceu Oswaldo Chato Peredo, reorganizador do Exército de Libertação Nacional, que empreendia a luta de guerrilha na Bolívia e tornou-se membro do ELN e era conhecido como “Eugênio” ou “Dippy”. Assim, passou por treinamentos em Cuba e dali foi para a Bolívia. Em outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 quilômetros de La Paz, Luiz Renato e Antero Callapiña Hurtado foram rendidos pelas tropas bolivianas e, desde então, estão desaparecidos. Há indícios de que os guerrilheiros foram mortos nesse episódio.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

No dia 6 de janeiro de 1971, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) informa ao Centro de Informações do Exército (CIE) que em 22 de outubro de 1970 o general Requeteran, comandante-em-Chefe do Exército Boliviano, confirmou a morte do guerrilheiro brasileiro Luiz Renato Pires de Almeida, de codinome Eugênio, no movimento guerrilheiro de Teoponte.

Em suas pesquisas sobre os guerrilheiros de Teoponte, o historiador boliviano Gustavo Rodríguez Ostría teve acesso a alguns documentos e conta que pôde analisar fragmentos de textos do diário de Luiz Renato Pires de Almeida datados de 25 de setembro de 1970. ⁱ

O jornalista Daniel Cassol realizou uma extensa pesquisa sobre a atuação de Luiz Renato Pires de Almeida na guerrilha boliviana. A matéria jornalística apresentada por Cassol traz uma descrição das atividades de Luiz Renato no Brasil e suas denúncias de torturas por parte do Estado, além de contar o início de sua vida na clandestinidade, suas passagens por países comunistas e sua participação no movimento de guerrilheiros guevaristas. ⁱⁱ

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Por meio do diário de Luiz Renato sabe-se que no dia 1º de setembro o brasileiro e Antero Callapiña Hurtado tentaram atravessar o rio Mapiri, na Bolívia, e se perderam do restante do grupo da ELN em meio às montanhas bolivianas. Permaneceram perdidos por quase um mês, sem acesso a alimentos – como consta no diário de Luiz Renato.ⁱⁱⁱ Daniel Cassol, em sua pesquisa sobre Pires de Almeida, ouviu um camponês do povoado de Yaycurá que o relatou que no dia 26 de setembro de 1971 dois guerrilheiros estavam no povoado de Masapa, em “muito más condições”. Ao buscarem ajuda na região de Mapiri, ofereceram à barqueiros relógios e dinheiro para que os levassem a algum lugar não patrulado pelos militares.^{iv}

Após o recebimento do pagamento, os barqueiros os largaram em Masapa, a 20 quilômetros do acampamento do camponês entrevistado por Daniel Cassol. Luiz Renato e Antero Hurtado foram presos e levados ao acampamento militar de Yaycurá no dia 2 de outubro. A transferência dos presos para o povoado de San Jorge era aguardada no dia seguinte. Porém, às onze horas e vinte e cinco minutos do dia 2 de setembro, segundo o camponês ouvido por Cassol, Antero tentou fugir e foi ferido por um militar. Luiz Renato, desesperado, pediu que não o matassem, sendo também ferido por um disparo. Feridos, foram executados pelos soldados bolivianos que os feriram.^v

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Acampamento militar do povoado de Yaycurá na Bolívia.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|-------------------------------------|--|--|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_24893_70, p.3. | Pedido de Busca nº 78, de 6/8/1970. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | Encaminha o Pedido de Busca de Luiz Renato Pires de Almeida, mostrando o conhecimento por parte do Estado brasileiro de que o brasileiro já estava |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_24893_70, p.5. | Informação SNI nº 14, de 6/1/1971. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | |

| | | | |
|---|--------------------------|--|--|
| | | | na guerrilha em Teoponte. Esclarece que o governo tomou conhecimento de sua morte pouco tempo depois de seu desaparecimento em solo boliviano. |
| Arquivo Nacional, SNI: APA_ACE_11977_85_0001. | Ofício SNI de 16/9/1965. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | Relações e fichas de asilados políticos brasileiros em diversos países. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_41995_71_001. | Diversos | Serviço Nacional de Informações (SNI). | Informações sobre o retorno de Luiz Renato Pires de Almeida ao Brasil. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que o governo brasileiro não teve participação direta na morte do brasileiro em solo boliviano, porém tinha conhecimento de que Luiz Renato Pires de Almeida encontrava-se naquele país e se omitiu de qualquer tentativa de esclarecimentos sobre sua morte.

Recomenda-se a realização de gestões junto ao governo boliviano no sentido de se tentar obter acesso a arquivos militares sobre o caso, assim como a localização e identificação de seus restos mortais.

ⁱ OSTRÍA, Gustavo Rodríguez. Sin tiempo para las palabras, Teoponte. La otra guerrillaguevarista en Bolivia, Grupo editorial Kipus, Cochabamba, 2006.

ⁱⁱ Reportagem da Publica em 13 de agosto de 2012: “Um brasileiro na guerrilha boliviana”. Disponível em: <http://apublica.org/2012/08/um-brasileiro-na-guerrilha-boliviana/>. Acesso em: 1^o/12/2014.

ⁱⁱⁱ OSTRÍA, Gustavo Rodríguez. Sin tiempo para las palabras, Teoponte. La otra guerrillaguevarista en Bolivia, Grupo editorial Kipus, Cochabamba, 2006.

^{iv} Reportagem da Publica em 13 de agosto de 2012: “Um brasileiro na guerrilha boliviana”. Disponível em: <http://apublica.org/2012/08/um-brasileiro-na-guerrilha-boliviana/>. Acesso em: 1^o/12/2014.

^v Reportagem da Publica em 13 de agosto de 2012: “Um brasileiro na guerrilha boliviana”. Disponível em: <http://apublica.org/2012/08/um-brasileiro-na-guerrilha-boliviana/>. Acesso em: 1^o/12/2014.

JORGE LEAL GONÇALVES PEREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Rosa Leal Gonçalves Pereira e Enéas Gonçalves Pereira

Data e local de nascimento: 25/12/1938, Salvador (BA)

Atuação profissional: engenheiro

Organização política: Ação Popular Marxista-Leninista (APML)

Data e local de desaparecimento: 20/10/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Jorge Leal Gonçalves Pereira era natural de Salvador e trabalhava na Refinaria de Mataripe, da Petrobras, como engenheiro eletricitista. Foi demitido ao ser preso em abril de 1964. Depois de ser libertado, foi trabalhar na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Casou-se com Ana Néri Rabello Gonçalves Pereira, com quem teve quatro filhos. Jorge Leal Pereira era conhecido como Hugo e, em 20 de outubro de 1970, foi preso no bairro Tijuca, do Rio de Janeiro, e encaminhado para o DOI-CODI/I Exército. Foi visto pela última vez por Marco Antônio de Melo, quando passaram juntos por sessões de interrogatórios.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Jorge Leal Gonçalves Pereira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Jorge Leal Gonçalves Pereira foi sequestrado na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro de 1970, por agentes do DOI-CODI/RJ, onde foi acareado com o estudante Marco Antônio de Melo, com quem tinha marcado um encontro de rua.

De acordo com Cecília Coimbra, enquanto esteve no DOI-CODI, do Rio de Janeiro, no mês de outubro de 1970, ouviu gritos e menções ao nome de Jorge Leal por agentes da repressão, na sala vizinha a do seu interrogatório. Ela também afirma ter visto Jorge Leal sair da sala de torturas altamente debilitado, o que lhe pareceu resultado de choques elétricos, devido às marcas presentes em seu corpo. Anos depois, Cecília Coimbra teve a certeza de que a pessoa que viu se tratava de Jorge, ao reconhecê-lo em uma foto.

A passagem de Jorge Leal pelo DOI-CODI, do Rio de Janeiro, foi confirmada por Amílcar Lobo, médico que acompanhava as sessões de tortura. Em 1979, a sua morte foi mencionada pelo general Adyr Fiúza de Castro, em entrevista anônima à imprensaⁱ.

O advogado de Jorge Leal conseguiu a suspensão da audiência de seu processo na 1ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1971, por conta de Jorge não ter sido apresentado ao tribunal. Outras pessoas acusadas no mesmo processo, que indiciava 63 presos políticos por pertencerem à AP (Ação Popular), informaram ao advogado que Jorge Leal encontrava-se preso. Apesar da suspensão da audiência, o Conselho de Justiça decidiu ouvir o depoimento de Marco Antônio de Melo, que confirmou a prisão de Jorge no DOI-CODI. O que não impediu o I Exército de enviar ofício à Auditoria da Aeronáutica, por meio do qual era negado tal fato. Rosa Leal Gonçalves Pereira, mãe de Jorge, em novembro de 1972 enviou uma carta à esposa do presidente Médici, Scyla Médici, na qual solicitou informações sobre o paradeiro de seu filho, cuja resposta jamais obteve.

Pesquisas realizadas nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) encontraram informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e boletins internos do Exército que fazem referência a 62 mil nomes. Entre os quais consta o de Jorge Leal com a identificação “falecido”.

Até a presente data, Jorge Leal Gonçalves Pereira permanece desaparecido. Entretanto, no dia 2 de fevereiro de 1996, em decorrência da Lei nº 9.140/96, sua certidão de óbito foi registrada na 4ª Circunscrição do Registro Civil do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado na rua Barão de Mesquita, bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/RJ

Chefe do CIE: Milton Tavares de Souza

Comandante do I Exército: Syseno Sarmento

Chefe do Estado-Maior do I Exército: Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Comandante da 1ª Região Militar: Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do DOI do I Exército: José Antônio Nogueira Belham

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, p. 11. | Certidão de Óbito, de 2/2/1996. | Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. | Registro feito em conformidade com a Lei 9.140/1995. |
| Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, pp. 33-34. | Termo de Declarações de Cecília Coimbra, de 2/10/1995. | Cecília Coimbra. | Afirma ter visto Jorge Leal sendo torturado no DOI-CODI do Rio de Janeiro. |
| Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, pp. 42-43. | Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos, de 1995. | Grupo Tortura Nunca Mais, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. | Informa sobre os agentes da repressão que atestam a passagem e morte de Jorge Leal no DOI-CODI do Rio de Janeiro. |
| Arquivo Nacional, CEMPD: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, p. 59. | Arquivos do DOPS confirmam morte de desaparecidos, de 23/7/1991. | <i>O Globo</i> . | Confirma a morte de Jorge Leal. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Jorge Leal Gonçalves Pereira desapareceu em 20 de outubro de 1970, depois de ter sido detido por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0048_0004, pp. 33-34.

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Cleonice Câmara Ferreira e Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho

Data e local de nascimento: 5/9/1913, São Paulo (SP)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 23/10/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Natural de São Paulo, Joaquim Câmara Ferreira era filho de engenheiro e foi criado na cidade interiorana de Jaboticabal (SP). Sua mãe, Cleonice, morreu poucos dias após o parto. Na infância, estudou no Colégio Arquidiocesano de São Paulo e no Ginásio do Estado de São Paulo, passando em seguida para a Escola Politécnica de São Paulo. Não concluiu o curso nesta última, transferindo-se para o recém-criado curso de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Depois de participar do Socorro Vermelho Internacional, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1933, aos 20 anos de idade. Militante da Federação da Juventude Comunista, trabalhou no jornal Vanguarda Estudantil. A partir de 1937, com o advento do Estado Novo, passou a militar clandestinamente, construindo o PCB no setor ferroviário e também mantendo atuação na imprensa partidária. Foi preso na gráfica do partido, em 1939, sendo duramente torturado pela polícia política comandada por Filinto Muller. Condenado a sete anos de prisão, foi libertado com a anistia que sucedeu o fim do Estado Novo. Nas eleições de 1946 alcançou o posto de vereador na cidade de Jaboticabal (SP),

sendo cassado no ano seguinte, quando o PCB teria o seu registro eleitoral suspenso. Nesse período trabalhou nos *Diários Associados de São Paulo* e como diretor do jornal *Hoje*. Após sua cassação, viajou para Moscou, onde fez cursos de formação política. Em 1953, Joaquim foi um dos articuladores da greve geral de São Paulo, além de ter exercido a função de vogal da Justiça do Trabalho.

Em 1964, foi preso em São Bernardo do Campo (SP), em atividades com operários de uma indústria sobre imprensa e reformas de base. Após o golpe de Estado, foi condenado à revelia a dois anos de reclusão pela Justiça Militar. Já na clandestinidade, assinou, em 1967, o “Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo” que, mais tarde, daria origem à Ação Libertadora Nacional (ALN). Joaquim era conhecido pelos codinomes “Toledo” e “Velho” e era considerado a segunda liderança mais importante de sua organização, depois de Carlos Marighella. Em setembro de 1969 organizou uma das mais ousadas ações da guerrilha urbana durante o período autoritário, o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. O sequestro durou aproximadamente dois dias e resultou na libertação de 15 presos políticos. Em seguida, saiu do Brasil por questões de segurança, passando por Cuba e França. Depois do assassinato de Carlos Marighella, em novembro de 1969, retornou ao Brasil para assumir o comando da ALN. Foi a principal liderança da organização entre dezembro de 1969 e outubro de 1970, quando foi preso na Avenida Lavandisca, em São Paulo (SP).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Lincoln Bicalho Roque. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem foram nomeadas ruas nas cidades de Recife (PE), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). No centenário de seu nascimento, em 5 de setembro de 2013, Joaquim Câmara Ferreira foi homenageado pela prefeitura de São Paulo, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP), que fez uma refiliação simbólica de Joaquim.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Joaquim Câmara Ferreira foi detido por agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP), chefiados pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, em 23 de outubro de 1970, por volta das 19 horas. As investigações que conduziram à prisão de Joaquim começaram com a detenção de José da Silva Tavares, militante da ALN que utilizava o codinome “Vitor”, em Belém (PA). A partir das informações obtidas com Tavares, os órgãos de segurança e informações montaram a emboscada que resultou na prisão de Joaquim. “Toledo” foi preso na avenida Lavandisca, em São Paulo (SP), quando compareceu ao ponto onde encontraria com Maria de Lourdes Rego Melo, presa junto com Maurício Segall na tarde daquele mesmo dia. Joaquim resistiu aos policiais e chegou a ferir alguns dos agentes envolvidos na ação. Ele teria tentado alcançar, sem sucesso, uma cápsula de cianureto que portava consigo com o objetivo de não ser preso vivo. Desde que fora torturado, no período do Estado Novo, Joaquim afirmava que não se deixaria prender novamente.

Dominado pelo grande número de agentes envolvidos na operação, Joaquim foi transportado para um centro clandestino de detenção e tortura que ficou conhecido como “Sítio 31 de março” ou “Sítio do Fleury”, nos arredores de São Paulo. Depois de algumas horas de interrogatório sob tortura, morreu no mesmo dia 23 de outubro. Testemunhas presentes no sítio afirmam que um médico chegou a ser chamado para reanimar Joaquim, com o fim de continuar o interrogatório. Esta versão é confirmada pelo depoimento de Maurício Segall para a CEMDP, realizado em 15 de abril de 1996:

No sítio, bem primitivo, ao qual chegamos de olhos vendados, a iluminação era de velas, pois não havia luz elétrica. O sítio aparentemente tinha dois quartos, uma sala/cozinha e um banheiro. Os choques elétricos aplicados no pau-de-arara eram gerados num aparelho, acionado por manivela manual. Já estava lá sendo torturado Viriato, recém-chegado de Cuba... Tudo que se passava num dos cômodos, mesmo com porta fechada, se ouvia nos demais [...]. Quando fui pendurado, o interrogador era o próprio Fleury [...]. Em meio da minha tortura no pau-de-arara, já de noite, que vinha durando algum tempo, houve uma agitação coletiva, colocaram uma espécie de apoio nos meus quadris, de forma que fiquei só parcialmente pendurado e a maioria dos policiais deixou às pressas o sítio, deixando apenas dois ou três para trás. Não sei quanto tempo isto durou (no mínimo 2 horas) mas, a um certo momento fui tirado com as pernas totalmente inermes do pau-de-arara só podendo andar amparado e fiquei sentado na sala com uma venda nos olhos, mas que deixava uma fresta na parte de baixo. Logo depois ouvi uma pessoa chegando, arfando desesperadamente, com falta de ar, com sintomas muito parecidos com ataque cardíaco (que eu conhecia, pois eram semelhantes àqueles do meu pai, por ocasião de sua morte). Esta pessoa foi levada para o quarto que tinha a cama e não o

pau-de-arara. Fiquei sabendo que era Toledo pelos comentários que vinham sendo feitos pelos policiais. Havia muita agitação entre eles e Toledo não parava de arfar. A um certo momento, vi pela fresta inferior da venda dos olhos, passarem duas pernas vestidas de branco calçadas com sapatos brancos. Não havia dúvida que era um médico. Logo depois, Toledo parava de arfar. Muito rapidamente o acampamento foi levantado e fomos levados de olhos vendados para o DOPS e a seguir para a OBAN [...]. Ouvi diversas manifestações de irritação do pessoal da OBAN com o pessoal do Fleury devido à morte de Toledo sem que eles pudessem tê-lo interrogado também [...]. Soube depois também que o fato de Maria, Viriato e eu termos sobrevivido ao sítio se deveu, em boa parte, à morte prematura de Toledo.ⁱ

O processo de reparação movido junto à CEMDP pela família de Joaquim lista, ainda, outros documentos que contribuem para elucidar as circunstâncias nas quais se deu sua morte. O “Relatório Especial de Informação nº 7/70”, datado de 3 de novembro de 1970, assinado pelo general Ernani Ayrosa da Silva, chefe do Estado Maior do II Exército, afirma que

[...] na sexta-feira, dia 23, às 13.30 horas, na rua Humberto I, um elemento ‘cobriu’ ‘ponto’ com BAIXINHA (MARIA DE LOURDES REGO MELO). Às 14.00 horas, próximo à rua Humberto I, BAIXINHA foi presa juntamente com MATIAS (MAURÍCIO SEGAL), que levava Cr\$3.500,00 para ser entregue a TOLEDO. Em poder daquela foi encontrado um bilhete manuscrito por TOLEDO, que deveria ser entregue e RUI com o objetivo de marcar dois “pontos” com TORRES (VIRIATO XAVIER DE MELLO FILHO) e KALIL (ANTÔNIO CARLOS BICALHO LANA), o primeiro a se realizar na Rua Lavandisca, entre os números 400 e 600, às 19.30 horas, e o segundo na Rua Bentevi, em toda a sua extensão às 20:00 horas. (f) Efetuado o cerco da área conseguiu-se a captura de TOLEDO (JOAQUIM CÂMARA FERREIRA), após luta corporal desesperada do epigrafado reagindo aos policiais. Nas imediações foi preso também TORRES. (g) Quando estava sendo submetido a interrogatório, TOLEDO foi acometido de crise cardíaca, que lhe ocasionou a morte, apesar de assistência médica a que foi submetido.ⁱⁱ

A versão dos órgãos de segurança sobre a morte de Joaquim consta de um telex encontrado no DOPS de Pernambuco, proveniente do Centro de Informações do Exército do Rio de Janeiro (CIE-RJ). O documento, também constante no processo movido junto à CEMDP e no Relatório Parcial de Pesquisa da CNV, afirma que, mesmo desarmado, Joaquim tentou resistir à prisão, causando ferimentos a diversos agentes. Em consequência, seu coração não resistiu aos combates corporais e o militante morreu no local de sua prisão. O laudo de exame necroscópico, assinado pelos médicos-legistas Mário Santalúcia e Paulo Augusto de Q. Rocha, atesta que Joaquim morreu em decorrência de “congestão e edema pulmonar no decurso do miocárdio e esclerose com hipertrofia ventricular esquerda”.

O mesmo laudo afirma ainda que

[...] dos elementos observados no presente exame necroscópico, infere-se que o examinado era portador de alterações patológicas dos aparelhos circulatório, digestivo e urinário, processos que, embora comprometessem as suas condições de Higiidez, eram compatíveis com a vida, não justificando o êxito letal inopinado. A causa determinante da morte radica no desencadeamento de um processo de congestão e edema agudo dos pulmões, que é a invasão dos alvéolos e do tecido pulmonar intersticial pelo extravasamento de líquido seroso dos capilares pulmonares.

Joaquim Câmara Ferreira foi sepultado por sua família no Cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo (SP).

LOCAL DE MORTE

“Sítio do Fleury” ou “Sítio 31 de março”, São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Operação Bandeirante (OBAN)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazú Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: general-de-brigada Ernani Ayrosa da Silva

Coordenador Executivo da OBAN: major Waldyr Coelho

1.2. DOPS DE SÃO PAULO

Governador do Estado de São Paulo: Roberto Costa de Abreu Sodré

Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo

Diretor-Geral do DOPS: N/I

2. A autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-----------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|--|
| Sérgio Fernando | Departamento | Delegado. | Comando da | Sítio 31 de março. | Depoimento de Maurício Segall disponível no processo |

| | | | | | |
|-------------------------|--|------------|--|--------------------|---|
| Paranhos Fleury. | Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). | | operação que resultou na prisão, tortura e morte de Joaquim. | | movido pela família de Ferreira junto à CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006. |
| Ernani Ayrosa da Silva. | CODI do II Exército . | General. | Responsabilidade pelo planejamento da operação que resultou na prisão, tortura e morte de Joaquim. | Sítio 31 de março. | Relatório Especial de Informação nº 7/70”, datado de 3/11/1970, disponível no processo movido pela família de Ferreira junto à CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006. |
| Joceyr Cuoco. | Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). | Delegado. | Captura e sequestro. | Sítio 31 de março. | Depoimento do delegado Joceyr Cuoco disponível em: SOUZA, Percival de. Autópsia do medo — Vida e morte do delegado. Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 260 e seguintes. |
| Osvaldo Machado | Departamento | Investigad | Captura e | Sítio 31 de | Depoimento do delegado Joceyr Cuoco disponível em: |

| | | | | | |
|--------------------------|--|-----------------|------------------------------------|--------------------|--|
| de Oliveira (Osvaldão). | Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). | or. | sequestro. | março. | SOUZA, Percival de. Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 260 e seguintes. |
| João Carlos Tralli. | Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). | Investigador. | Captura e sequestro. | Sítio 31 de março. | Depoimento do delegado Jocecyr Cuoco disponível em: SOUZA, Percival de. Autópsia do medo — Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 260 e seguintes. |
| Mário Santalúcia. | Instituto -Médico Legal de São Paulo. (IML-SP). | Médico-legista. | Falsificação do atestado de óbito. | IML-SP. | O laudo necroscópico não aponta a existência de marcas de violência na prisão ou em interrogatórios, dificultando o esclarecimento das circunstâncias de morte. Informações sobre o laudo disponíveis no processo movido pela família de Ferreira junto à CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0 |

| | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------|------------------------------------|---------|--|
| | | | | | 006. |
| Paulo Augusto de Queiroz Rocha. | Instituto Médico Legal de São Paulo (IML-SP). | Médico legista. | Falsificação do atestado de óbito. | IML-SP. | O laudo necroscópico não aponta a existência de marcas de violência na prisão ou em interrogatórios, dificultando o esclarecimento das circunstâncias de morte. Informações sobre o laudo disponíveis no processo movido pela família de Ferreira junto à CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|----------------------------------|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006. | Processo de Reparação nº 132/96. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. | Apresenta ficha biográfica de Joaquim Câmara Ferreira e sua participação política na ALN. Consta que Joaquim coordenava os contatos com organizações nacionais e internacionais. Certidão de óbito e informações fornecidas pelos familiares. |
| Arquivo Nacional, SNI: | Joaquim | Serviço Nacional de | Inquérito Policial Militar |

| | | | |
|---|--|----------------------------------|---|
| AC_ACE_31665_70. | Câmara Ferreira e Outros, 1º/7/1970. | Informações. | instaurado pelo Comandante da 11ª Região Militar em 1969 sobre as atividades políticas de Joaquim Câmara Ferreira. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_32906_70. | Documento encontrado no aparelho de Joaquim Câmara Ferreira, 30/11/1970. | Serviço Nacional de Informações. | Documento sob o título “Contribuição ao trabalho da organização”, com considerações sobre a guerra revolucionária. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_28366_70. | Joaquim Câmara Ferreira, 17/12/1982. | Serviço Nacional de Informações. | Documentação apreendida no aparelho de Joaquim Câmara Ferreira, chefe da ALN. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_28366_70_M F_ALT_1. | Joaquim Câmara Ferreira, 17/12/1982. | Serviço Nacional de Informações. | Documentação apreendida no aparelho de Joaquim Câmara Ferreira, chefe da ALN. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_RES_24433_70. | Joaquim Câmara Ferreira, 5/1/1971. | Serviço Nacional de Informações. | Entrevista concedida por Joaquim Câmara Ferreira, pouco antes de sua morte, publicada na revista <i>Punto Final</i> , nº 118, 24/11/1970. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_31678_70. | Prisão de subversivos em São Paulo, 21/10/1970. | Serviço Nacional de Informações. | Informações sobre pesos da organização ALN, entre eles Joaquim Câmara Ferreira. |
| Arquivo Nacional, SNI: | Apreensão de | Serviço Nacional de | Documentação da ALN |

| | | | |
|---|--|--|---|
| AC_ACE_48210_72_01, AC_ACE_48210_72_02, AC_ACE_48210_72_03. | documentos da ALN, 25/7/1972. | Informações. | apreendida junto a Luiz Alberto Gomes de Oliveira (“Lago”). |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_44659_72. | Viriato Xavier de Melo Filho, 7/12/1972. | Serviço Nacional de Informações. | Atividades de Viriato Xavier, informando suas relações com Joaquim Câmara Ferreira e a prisão de ambos em 23/10/1970. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_037_0046. | Atividades Subversivas, 11/3/1970. | Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. | Informações sobre a coordenação da ALN por Joaquim Câmara Ferreira e a relação da organização com a Bolívia. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_RES_18786_70. | Sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick, 30/6/1970. | Serviço Nacional de Informações. | Apresenta Joaquim Câmara Ferreira como “chefe intelectual” do sequestro do embaixador Charles Elbrick. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_RES_18808_70. | Sequestro do Embaixador Norte-Americano Charles Burke Elbrick, 29/1/1970. | Serviço Nacional de Informações. | Apresenta Joaquim Câmara Ferreira como participante do sequestro do embaixador Elbrick. |
| Arquivo CNV: 00092.003363/2014-29. | Relatório de pesquisa Joaquim Câmara | Comissão Nacional da Verdade. | Relatório Parcial de Pesquisa CNV |

| | | | |
|--|-----------|--|--|
| | Ferreira. | | |
|--|-----------|--|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Joaquim Câmara Ferreira morreu em decorrência das ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0006.

ARY ABREU LIMA DA ROSA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Corina Abreu Lima da Rosa e Arcy Cattani da Rosa

Data e local de nascimento: 28/5/1949, Porto Alegre (RS)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: não se aplica

Data e local de morte: 28/10/1970, Canoas (RS)

BIOGRAFIA ¹

Nascido em Porto Alegre, Ary Abreu Lima da Rosa realizou seu curso secundário no Colégio Nossa Senhora das Dores. Em 1967 ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde foi eleito secretário de divulgação do Centro Acadêmico Estudantes Universitários de Engenharia (CAEUE). Foi preso em 1969 por distribuir panfletos aos vestibulandos da universidade. Morreu aos 21 anos de idade, no Hospital da Aeronáutica de Canoas (RS), em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Usava os codinomes Oscar e Oscarito.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 30 de janeiro de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Ary Abreu Lima da Rosa. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2012, a Associação de Pós-Graduandos da UFRGS, junto à Seção Sindical da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior da UFRGS (ANDES), à Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) e ao Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (DCE) criaram o *Comitê Ary Abreu Lima da Rosa pela memória e a verdade na UFRGS*. A iniciativa teve como objetivo

promover atividades que visam à preservação da memória sobre a repressão na UFRGS, bem como ações para responsabilizar os patrocinadores dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE²

Ary Abreu Lima da Rosa morreu no dia 28 de outubro de 1970, em Canoas (RS). Foi preso em 1969, com seu companheiro Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC) por distribuírem panfletos aos candidatos ao vestibular na frente da Faculdade de Farmácia da UFRGS. O relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) aponta que ambos os estudantes, ao serem detidos, “tinham em seu poder grande número de panfletos que foram apreendidos (...) que criticam a política educacional do Governo Federal de maneira áspera e incita os vestibulandos a se unirem com os estudantes e lutar contra o *inimigo comum*”. Os panfletos apresentam uma crítica à política educacional de nível superior, mostrando que universidades foram criadas “sem qualquer levantamento preliminar das necessidades e possibilidades materiais e humanas”. No material divulgado, os estudantes defendiam o Movimento pela Universidade Crítica (MUC), denunciando a falta de vagas, criticando o ensino universitário, o regime ditatorial-militar, defendendo a legalização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e conclamando os estudantes a participar das eleições para o Diretório Central (DCE). Em virtude das panfletagens, Ary e Paulo foram enquadrados no artigo 38-II da Lei de Segurança Nacional em 28 de março de 1969. O Decreto 314/1967 punia por atos, palavras e opiniões consideradas contrárias ao regime militar. Os estudantes foram soltos algum tempo depois, mas o processo teve continuidade. Por esse motivo, decidiram passar à clandestinidade e mudar-se para São Paulo.

Não tendo se adaptado à vida clandestina em São Paulo, Ary voltou a Porto Alegre. No dia 1^o de setembro de 1969 Ary Abreu e Paulo Radke foram condenados a seis meses de reclusão por crime “contra a segurança nacional” pelos juízes Rubens Medeiros e Raul Germano da Silva e pelos capitães Arnaldo de Souza Leão, Aldo Luís Ramos e Luís Ferreira dos Santos Filho. Por opção de seu pai, político influente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e crítico à participação do filho no movimento estudantil, Ary foi internado numa clínica psiquiátrica. Permaneceu no Sanatório São José do dia 2 de setembro de 1969 ao dia 1^o de setembro de 1970, submetido a tratamento farmacológico e psicoterapia de apoio. De acordo com diagnóstico do

paciente no Sanatório, assinado pelo médico José Godoy Gavioli na data de saída da instituição, Ary teria apresentado “reação esquizofreniforme, com ideias de conteúdo paranoide. Sentia-se desadaptado no ambiente sociofamiliar com ideias de referência e de que não era benquisto pelos que o cercavam. Em junho de 1968 abandonou os estudos na faculdade como decorrência de seu baixo rendimento intelectual, consequência do estado emocional de então. Passou a apresentar ideias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo, comunismo. Deixou crescer barba e cabelo como um 'protesto ao mundo capitalista'. (...) Tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide, pôr em prática aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente”.

No dia 2 de setembro de 1969 foi transferido para o hospital da Base Aérea de Canoas (RS), local em que veio a falecer cerca de dois meses depois. Segundo o auto de necropsia, Ary foi encontrado morto às 11h no interior de um banheiro do referido hospital. O exame histopatológico de 18 de novembro de 1970 apresentou como causas “edema cerebral”, “congestão no rim” e “edema pulmonar” em virtude de “suicídio”. O documento conclui que Ary teria cortado as próprias veias e morrido de “hemorragia externa, consecutiva a ferimento inciso”. No Inquérito Policial Militar (IPM), o Comandante do Quartel General da 5ª Zona Aérea afirma que “não houve nenhuma interferência do pessoal do Hospital da Aeronáutica de Canoas no ato de suicídio cometido por Ary de Abreu Lima da Costa”. Lá ele só teria recebido “atenção e dedicação por parte de todos que com ele tinham contato”. O IPM ainda responsabiliza a visita da namorada seguida pelo término do namoro pelo agravamento da situação de fragilidade psicológica do rapaz e pelo suposto suicídio, tendo Ary deixado um bilhete de despedida aos seus familiares. As providências para o sepultamento foram tomadas em sigilo, por solicitação dos pais.

A causa da morte apresentada pelo IPM contém fragilidades. Primeiramente porque o diagnóstico apresentado pelo médico do Sanatório expõe motivações políticas para a internação de Ary, associando sua opção política de esquerda a um adoecimento psíquico. A classificação de Ary como “doente mental” e sua transferência para o Hospital da Base Aérea, no dia seguinte em que recebeu alta no sanatório mostra-se bastante contraditório. Em depoimento à CEMDP, Raul Pont, colega de Ary, afirma que

o jovem não pode ser considerado “doente mental”, mas sim militante do movimento estudantil gaúcho. Em segundo lugar, a sugestão de agravamento da situação de Ary em função do término do namoro não pode ser comprovada, como consta no próprio documento: “não foi possível obter declarações da mesma para confirmar o rompimento do namoro que levou Ary ao ato extremo”. Em terceiro lugar, em relatório da Anistia Internacional de 1974, localizado e analisado pela CNV no acervo do SNI do Arquivo Nacional (RJ), consta o nome de Ary Abreu como membro da listagem de torturados e assassinados por perseguição política. O caso foi comunicado ao governo brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no dia 19 de dezembro de 1973. Por fim, a relatora do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisboa, aponta mais uma contradição da versão oficial da morte, afirmando que se o jovem foi preso por problemas psíquicos, como poderia, no cumprimento de sua pena, ter entre seus pertences, instrumentos cortantes que permitissem o ferimento das veias do braço? O IPM não esclareceu a dúvida e não especificou o instrumento supostamente utilizado por Ary para suicidar-se.

Após a morte, representantes de vários centros acadêmicos da UFRGS mandaram rezar uma missa em homenagem à Ary Abreu na Igreja do Rosário, em Porto Alegre. Na mesma época, foi elaborada uma nota assinada por vários presidentes de centros acadêmicos na qual denunciavam a morte por tortura de Ary Abreu, “informação esta que os jornais de Porto Alegre não se atreveram a dar por estarem censurados. (...) O universitário Ary Abreu foi visto entrar com vida no Quartel General da 5ª Zona Aérea (...) de onde saiu morto”. Nessa ocasião, o estudante Renato Dagnino e outros que haviam assinado a nota foram expulsos por três anos da universidade com base no Decreto 477. Não houve nenhum pronunciamento sobre a morte do estudante Ary por parte da Reitoria da UFRGS, do Diretor da Faculdade de Engenharia ou de outra autoridade pública. Para os representantes do DCE-UFRGS, isso teria representado uma tentativa “de abafar qualquer tentativa ou mesmo esboço de revolta do meio ao qual ele pertencia, contra a causa de sua morte”.

O corpo de Ary Abreu Lima Rosa foi sepultado no cemitério da Irmandade Arcanjo São Miguel e Almas de Porto Alegre (RS).

LOCAL DE MORTE

Hospital da Aeronáutica, nas dependências da Base Aérea de Canoas, RS.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Medici

Ministro da Aeronáutica: marechal do ar Márcio de Souza e Mello

Comandante da 5ª Zona Aérea: brigadeiro Leonardo Teixeira Collares

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, pp. 1-88. | Processo, 30/1/1997. | CEMDP. | Apresenta as circunstâncias da morte de Ary Abreu, buscando desconstruir a versão oficial. Cita o depoimento de Raul Pont e informações sobre a relação política do pai de Ary com a Arena. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, pp. 29-30. | Relatório nº4/69, 28/3/1969. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). | Expõe o motivo pelo qual Ary foi detido em 1969 enquanto panfletava. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, p. 31. | Termo de Declarações, 28/3/1969. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). | Apresenta informações sobre a trajetória pessoal de Ary no ensino secundário e superior, bem como sua participação no movimento estudantil da UFRGS. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, pp. 41-46. | Panfleto: "Movimento Universidad e Crítica", 9/1/1969. | Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (DCE). | Expõe uma perspectiva crítica sobre a política educacional durante os anos de regime militar no Brasil desde o golpe de 1964 compartilhada pelo militante em questão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT | Condenação à pena, 1/9/1969. | Conselho Permanente de Justiça do 3º Exército, | Informa que o jovem foi condenado a seis meses de prisão por crime contra a segurança |

| | | | |
|--|---|--|--|
| 0_0019_0004, p. 47. | | Porto Alegre (RS). | nacional. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, p. 60. | Auto de Necropsia, 28/10/1970. | Instituto Médico Legal (IML). | Expõe o horário em que o corpo foi encontrado morto no Hospital da Aeronáutica de Canoas, defendendo a versão oficial de morte por suicídio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, p. 64. | Exame Histopatológico, 18/11/1970. | Instituto Médico Legal (IML). | Relata os resultados dos exames do fígado, cérebro e rim do cadáver. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, p. 67. | Cópia da Ficha arquivada no Sanatório São José, 19/12/1970. | Diagnóstico produzido pelo médico psiquiatra José Godoy Gavioli. | Detalha os supostos problemas psíquicos do militante, articulando-os com a sua opção política de esquerda. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0019_0004, pp. 68-69. | Relatório de Inquérito Policial Militar, 10/2/1971. | Quartel General da 5ª Zona Aérea, Porto Alegre (RS). | Expõe as circunstâncias do suposto suicídio, colocando o término do namoro como causa principal e agravamento da situação de uma pessoa anteriormente classificada como “doente mental”. |
| Arquivo Nacional, CSN-DSI/MJ: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0362, p. 12. | Matéria de jornal: “Qual é o crime a ser apurado?”, 5/1971. | <i>Venceremos.</i> | Aborda a denúncia feita pelos estudantes da UFRGS de morte por tortura de Ary Abreu e a responsabilidade do regime pelo assassinato. |
| Arquivo Nacional, CSN-DSI/MRE: BR_DFANBSB_Z4_REX_IBR_0001, p. 77. | Boletim da Anistia Internacional: “Unexplained Deaths of Brazilian Political Prisoners and suspects”, 3/1974. | Anistia Internacional, Departamento de pesquisa. | Comunica o governo brasileiro que Ary Abreu foi vítima de tortura e assassinato por membros dos órgãos de segurança do regime militar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Boletim Informativo | Quartel General, | Informa que Ary Abreu estava sendo perseguido |

| | | | |
|---|--|---|--|
| AC_ACE_36752_7 1_001, pp. 1-6. | da chefia do serviço de polícia do III Exército, 3/1971. | Comando do III Exército, Porto Alegre (RS). | desde seu primeiro fichamento pela polícia e Justiça Militar, classificado na lista de “foragidos”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: AC_ACE_CNF_26 457_71, pp. 4-5. | Nota oficial: “Morre um estudante”, 21/11/1970. | Diretório Central dos Estudantes da UFRGS (DCE). | Denuncia o silêncio da Universidade sobre a morte do estudante Ary e conclama todos os alunos a comparecerem à missa de 30º dia da morte. |
| Arquivo Nacional, CSN-CISA: BR_AN_BSB_VAZ _075_0123, p. 1. | Informe nº 873, 10/12/1970. | Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). | Afirma a versão oficial de morte por suicídio de acordo com o bilhete deixado a seus familiares. Cita a instauração de IPM, o qual se encontraria na fase final. Defende o silêncio do falecimento como apelo da própria família que não desejava mais “ver o nome de seu filho ser explorado pelos que se diziam seus amigos”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ary Abreu Lima da Rosa morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Ary Abreu Lima da Rosa, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

¹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito a memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 136-137; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS; DESAPARECIDOS POLÍTICOS (BRASIL); INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. IEVE, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009, p. 208-209; MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo*. Mortos e Desaparecidos Políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 509, 516-518; Arquivo da CNV: 00092.003261/2014-1.

² *Ibid.*

EDSON NEVES QUARESMA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostinho Quaresma

Data e local de nascimento: 11/12/1939, Apodi (RN)

Atuação profissional: marinheiro

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 5/12/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio Grande do Norte, Edson Neves Quaresma estudou em Natal (RN) até a quinta série do curso primário. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Recife (PE) e no ano seguinte deixou a escola como grumete. Foi deslocado para o Rio de Janeiro e após a criação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil passou a integrar a tesouraria da entidade. Em março de 1964, no contexto da repressão à revolta dos marinheiros, Edson foi preso por mais de um ano na Ilha das Cobras (RJ) e expulso da Armada em 31 de dezembro de 1964, quando começou a viver na clandestinidade. Viajou para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha. Em julho de 1970, regressou ao Brasil como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Morreu aos 31 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram plenamente identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 30 de janeiro de 1997 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Edson Neves Quaresma. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Edson Neves Quaresma desapareceu em 5 de dezembro de 1970. De acordo com a versão oficial dos fatos apresentada pelos órgãos de repressão do Estado na ocasião, no início de dezembro de 1970, Edson Neves estaria trafegando de carro no entorno da Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, na companhia de um companheiro de militância da VPR, Yoshitane Fujimori, quando os dois teriam sido identificados por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). A partir daí teria se seguido um confronto armado, que resultou na morte dos dois militantes.

Passados mais de 40 anos do desaparecimento de Edson Neves, as investigações realizadas pela Comissão de Familiares sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelaram a existência de inúmeros elementos de convicção que permitem apontar que a versão divulgada à época não se sustenta.

Em depoimento à CEMDP, Ivan Akselrud de Seixas, que esteve preso no DOI-CODI na ocasião dos fatos, relatou o que ouviu dos policiais Dirceu Gravina e “Oberdan”, que estiveram no local da morte de Edson logo após o acontecido. Segundo os agentes do DOI-CODI, um motorista de táxi teria testemunhado os acontecimentos e lhes contado que os agentes policiais do DOPS/SP interceptaram o carro onde estavam Edson e Yoshitane e logo em seguida começaram a metralhar o veículo dos militantes. Embora os militantes tenham conseguido sair do carro, não tiveram tempo de reagir pois foram logo atingidos pelos disparos. Yoshitane Fujimori tombou morto no meio da Praça Santa Rita de Cássia, enquanto que Edson Quaresma conseguiu escapar por uma rua paralela. Entretanto, logo em seguida Edson foi capturado e conduzido de volta à Praça, onde foi agredido por policiais até a morte. Em seguida, os agentes teriam colocado os corpos no porta-malas da viatura e deixado o local em alta velocidade.

Os acontecimentos que envolvem a morte de Edson Quaresma e Yoshitane suscitaram novas investigações quando os familiares dos dois militantes apresentaram processos junto à CEMDP. No voto apresentado pela relatora do processo, Suzana Keniger Lisbôa, há referência à possibilidade de que a eliminação sumária dos dois militantes esteja relacionada à necessidade de se manter em segredo a atuação de cabo Anselmo como agente infiltrado das forças de repressão junto às organizações de resistência, e que mantinha estreita relação com Edson.

O laudo necroscópico de Edson Quaresma, produzido logo após a sua morte, atestou que ele morreu depois de ter sido atingido por cinco disparos de arma de fogo, um que atingiu a região dorso-lombar e outras quatro que atingiram diretamente a cabeça. A relatora do processo relativo ao caso de Edson Neves junto à CEMDP afirmou que essa configuração dos ferimentos poderia ser interpretada como um indício de que Edson não morreu em um confronto, mas de que foi executado pelos agentes do Estado.

Em 4 de dezembro de 2013 foi realizada a 102ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva que, na ocasião, colheu depoimentos sobre o caso relacionado à morte de Edson Quaresma que, contudo, não resultaram em novas informações que permitissem esclarecer o caso.

A certidão de óbito declara que Edson Neves Edson Neves foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, não sendo seus restos mortais plenamente identificados. Diante da morte e ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao conferir tratamento jurídico mais adequado ao caso, entende que Edson Neves Quaresma permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckman Geisel

Comandante do II Exército: general José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: general Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do DOI do II Exército: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Requisição de exame, | Instituto Médico Legal | Registra a profissão de Edson Quaresma como |

| | | | |
|--|---|--|---|
| BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, p. 13. | 5/12/1970. | do Estado de São Paulo. | terrorista. Reafirma a versão oficial de sua morte em decorrência de tiroteio com agentes do Estado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 14-18. | Exame necroscópico, 9/12/1970. | Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo. | Assinado pelos médicos Harry Shibata e Armado Conger Rodrigues, registra como causa da morte “ferimento craniano por projéteis de arma de fogo; choque traumático.”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 33-36. | Relatório das circunstâncias da morte de Edson Neves Quaresma, 24/5/1996. | CEMDP. | Relatório encaminhado pela CEMDP que busca reconstruir a versão do “tiroteio” sobre a morte de Edson Quaresma. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 64-65. | Testemunho de Ivan Akselrud de Seixas, sem data. | CEMDP. | Ivan Akselrud de Seixas foi ao local da morte de Edson logo após o acontecido. Lá recebeu a informação de um motorista de táxi de que o veículo dos agentes policiais interceptou o carro onde estavam Edson e Yoshitane. Em seguida, os agentes começaram a metralhar o veículo dos militantes. Eles conseguiram sair do carro, porém não tiveram tempo de reagir pois foram logo atingidos pelos disparos. Segundo este testemunho, Edson Quaresma teria sido morto no local e sido levado junto de em viatura pelos policiais. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 66-86. | Depoimento de José Anselmo dos Santos, sem data. | Arquivos do DOPS. | Depoimento de Cabo Anselmo relatando sua experiência em Cuba, onde afirma que Quaresma havia retornado ao Brasil com a missão de preparar sua chegada. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. | Declarações de José Anselmo dos Santos, 4/6/1971. | DOPS/SP. | Declarações de Cabo Anselmo relatando seu envolvimento com Quaresma. |

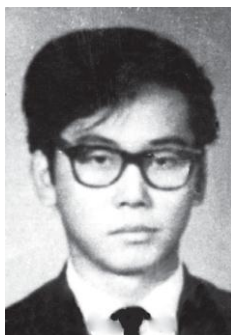
| | | | |
|--|--|-------------------------|---|
| 87-93. | | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 94-108. | O anjo da morte. O marinheiro que desafiou o regime e ajudou a ceifar a esquerda, 28/3/1984. | Revista <i>Isto É</i> . | Entrevista de Cabo Anselmo à Revista <i>Isto É</i> descrevendo, dentre outras questões, seu envolvimento com Quaresma. Afirma não ser verdade que teria levado Edson e Fujimori para a cilada na Praça Santa Rita de Cássia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0030_0003, pp. 121-131. | Yoshitane Fujimori e Edson Neves Quaresma. Relatório, 30/1/1997. | CEMDP. | Relatório produzido pela relatora da CEMDP Suzana K. Lisbôa, responsabilizando o Estado pela morte de Edson Quaresma e Yoshitane. |
| Arquivo da CNV: 00092_000914_2013_11\114127, p. 94. | Relatórios dos Ministérios Militares, 2/12/1993. | Ministérios Militares. | Documento atestando que o “terrorista e agitador” Edson Neves Quaresma teria sido morto ao reagir à prisão. |
| Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 007-audiencia_publica_04_02_2013. | 102ª Audiência Pública da CEV/SP, 4/12/2013. | CEV/SP. | Oitiva de depoimentos sobre os casos de Edson Neves Quaresma, Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa, Zoé Lucas de Brito Filho e Luiz Ignácio Maranhão Filho, contextualizando as circunstâncias de suas mortes e/ou desaparecimento. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Edson Neves Quaresma morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Edson Neves Quaresma, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

YOSHITANE FUJIMORI



DADOS PESSOAIS

Filiação: Harue Fujimori e Tadakazu Fujimori

Data e local de nascimento: 19/5/1944, Mirandópolis (SP)

Atuação profissional: técnico em eletrônica

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 5/12/1970, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo, Yoshitane Fujimori foi dirigente regional da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e atuou como militante da organização desde as suas primeiras ações na luta armada. Esteve ao lado de Carlos Lamarca quando, em maio de 1969, houve o rompimento do cerco militar no Vale da Ribeira (SP), área de treinamento da VPR. Fujimori foi um dos acusados pela morte do tenente da Polícia Militar Alberto Mendes Júnior, feito prisioneiro na Operação Registro, realizada em maio de 1970 a partir de uma ação conjunta entre Polícia e Exército na região do Vale do Ribeira (SP) com o objetivo de capturar militantes da VPR. Morreu aos 26 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram plenamente identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 30 de janeiro de 1997 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Yoshitane Fujimori. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Yoshitane Fujimori desapareceu no dia 5 de dezembro de 1970. De acordo com a versão oficial dos fatos apresentada pelos órgãos de repressão do Estado na ocasião, no início de dezembro de 1970, Yoshitane Fujimori estaria trafegando de carro no entorno da Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, na companhia de um companheiro de militância da VPR, Edson Neves Quaresma, quando os dois teriam sido identificados por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). A partir daí teria se seguido um confronto armado, que resultou na morte dos dois militantes.

Passados mais de 40 anos do desaparecimento de Yoshitane Fujimori, as investigações realizadas pela Comissão de Familiares sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e, mais recentemente, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) revelaram a existência de inúmeros elementos de convicção que permitem apontar que a versão divulgada à época não se sustenta.

Em depoimento à CEMDP, Ivan Akselrud de Seixas, que esteve preso no DOI-CODI na ocasião dos fatos, relatou o que ouviu dos policiais Dirceu Gravina e “Oberdan”, que estiveram no local da morte de Yoshitane após o acontecido. Segundo os agentes do DOI-CODI, um motorista de táxi teria testemunhado os acontecimentos e lhes contado que os agentes policiais do DOPS/SP interceptaram o carro onde estavam Yoshitane e Edson, e logo em seguida começaram a metralhar o veículo dos militantes. Embora os militantes tenham conseguido sair do carro, não tiveram tempo de reagir, pois foram logo atingidos pelos disparos. Yoshitane Fujimori tombou morto no meio da Praça Santa Rita de Cássia, enquanto que Edson Quaresma conseguiu escapar por uma rua paralela. Entretanto, logo em seguida Edson foi capturado e conduzido de volta à Praça, onde foi agredido por policiais até a morte. Em seguida, os agentes teriam colocado os corpos no porta-malas da viatura e deixado o local em alta velocidade.

Os acontecimentos que envolvem a morte de Yoshitane e de Edson Quaresma suscitaram novas investigações quando os familiares de ambos os militantes apresentaram processos junto à CEMDP. No voto apresentado pela relatora do processo, Suzana Keniger Lisbôa, há referência à possibilidade de que a execução dos dois militantes possa estar relacionada à necessidade de se manter em segredo a atuação de cabo Anselmo como agente infiltrado das forças de repressão junto às organizações de resistência, e que mantinha estreita relação com Edson Quaresma.

A CEMDP solicitou ao perito Celso Nenevê que analisasse laudos periciais

relacionados à morte de Yoshitane. De acordo com os estudos do Dr. Celso Nenevê, a análise da trajetória dos tiros demonstra que três dos quatro projéteis que penetraram na face direita de Fujimori foram disparados com o militante deitado ou caído. A CEMDP considerou que Yoshitane foi executado sob a custódia do Estado.

A certidão de óbito de Yoshitane Fujimori declara que ele foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, São Paulo, com nome falso. Diante da morte e ausência de identificação de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao conferir tratamento jurídico mais adequado ao caso, entende que Yoshitane Fujimori permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI do II Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckman Geisel

Comandante do II Exército: general José Canavarro Pereira

Chefe do Estado Maior do II Exército: general Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do DOI do II Exército: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, p. 39. | Fichário Provisório Individual, 4/3/1969. | Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. | Registra as atividades políticas de Yoshitane Fujimori como militante da VPR. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ _122_0093, p. 1. | Informe 286, 8/10/1970. | Centro de Informações da Aeronáutica. | Registra os codinomes de Fujimori: Antenor, Cristovão e Joel. Afirma que Fujimori estaria usando a identidade do 2º sargento do Exército |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | | Koji Kondo, roubada na ocasião de sua fuga do Vale da Ribeira. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, pp. 29-30. | Requisição de exame, 5/12/1970. | Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo. | Registra a profissão de Yoshitane Fujimori como terrorista. Reafirma a versão oficial de sua morte em decorrência de tiroteio com agentes do Estado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, pp. 65-71. | Testemunho de José Anselmo dos Santos, 4/6/1971. | Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. | Nessas declarações há indícios de que José Anselmo dos Santos teria contribuído para que os órgãos repressivos tenham chegado a Fujimori. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, pp. 31-34. | Laudo de Exame de Corpo de Delito, 8/12/1970. | Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo. | Assinado pelos médicos Harry Shibata e Armado Conger Rodrigues, registra como causa da morte “traumatismo crânio-encefálico conduzido por projétil de arma de fogo de grosso calibre”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, p. 7. | Certidão de Óbito, 28/3/1996. | Registro Civil das Pessoas Naturais do Jardim América (SP). | Assinado pelo médico Harry Shibata, registra como causa da morte: ferimento craniano por projéteis de arma de fogo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, pp. 42-43. | Testemunho de Ivan Akselrud de Seixas, sem data. | CEMDP. | Ivan Akselrud de Seixas foi ao local da morte de Fujimori logo após o acontecido. Lá recebeu a informação de um motorista de táxi de que o veículo dos agentes policiais interceptou o carro onde estavam Fujimori e Edson Neves Quaresma. Em seguida, os agentes começaram a metralhar o veículo dos militantes. Eles conseguiram sair do carro, porém não tiveram tempo de reagir, pois |

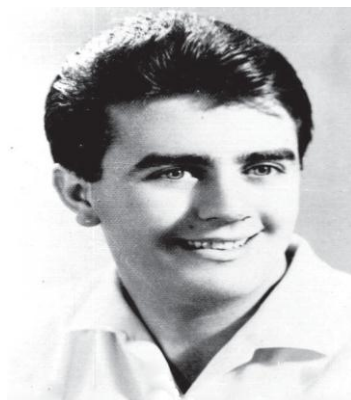
| | | | |
|--|-----------------------------------|------------------------------------|--|
| | | | foram logo atingidos pelos disparos. Segundo este testemunho, Fujimori teria sido levado com vida para a sede da Operação Bandeirantes em São Paulo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0080_0005, pp. 87-98. | Parecer Criminalístico, 6/8/1996. | Polícia Civil do Distrito Federal. | O perito Celso Nenevê conclui que as lesões causadas por um dos projéteis, que entrou na região occipital, incluindo o esfacelamento do tecido cerebral, teriam tirado as condições de a vítima reagir ou mesmo fugir. Afirma, também, que as lesões que apresentava na face direita foram produzidas por projéteis de arma de fogo e quando a vítima encontrava-se em uma posição inferior a de seus oponentes. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Yoshitane Fujimori morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

EDUARDO COLLEN LEITE



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Aparecida Leite e Alberto Collen Leite

Data e local de nascimento: 28/8/1945, Campo Belo (MG)

Atuação profissional: técnico em telefonia

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Resistência Democrática (Rede) e Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 8/12/1970, Guarujá (SP)

BIOGRAFIA

Eduardo Collen Leite nasceu em Minas Gerais e realizou seus estudos em São Paulo (SP), onde veio a se tornar técnico de telefonia. Conhecido pelo codinome de Bacuri, iniciou sua militância política muito jovem e fez parte de várias organizações políticas, a primeira delas a Política Operária (Polop); depois, em 1968, passou a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de onde saiu para fundar a Resistência Democrática (Rede). Apenas em 1969 passou a integrar a Ação Libertadora Nacional (ALN), tornando-se um dos dirigentes da organização. Teve importante atuação nas ações de sequestro do cônsul japonês e do embaixador alemão no Brasil. Era casado com Denise Crispim, com quem teve uma filha, Eduarda.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Eduardo Collen Leite foi o primeiro a ser analisado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), devido à vasta documentação que comprova as torturas sofridas pelo militante por mais de três meses, assim como sua execução. O processo, que teve como relatora Suzana Keniger Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e*

Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em homenagem a Bacuri, uma rua de Belo Horizonte, no bairro das Indústrias, foi batizada com seu nome. Em São Paulo (SP), um posto de saúde na avenida Sumaré também recebeu o seu nome. No dia 1º de abril de 1990, foi homenageado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro com a medalha Chico Mendes de Resistência.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Eduardo Collen Leite foi preso pelos agentes da equipe do delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury, em 21 de agosto de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, quando chegava em casa. Foi levado a um centro clandestino de tortura, em São Conrado, ligado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde foi visto por Ottoni Fernandes Júnior, também preso na casa. Ottoni chegou a afirmar, em denúncia feita à Justiça Militar e também na 1ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, que os agentes da repressão já haviam declarado que Bacuri seria morto após as torturas. Na casa de São Conrado, ainda no início do período em que permaneceria sendo torturado, ele já apresentava dificuldades para se locomover sozinho.

Posteriormente, Bacuri foi levado ao Cenimar/RJ e ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército, no Rio de Janeiro, onde foi visto por Cecília Coimbra que declarou, em 2 de outubro de 1995, na Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, ter visto Bacuri nas instalações do DOI-CODI/RJ e que dado seu “estado precário físico motor”, era impossível a versão da fuga.

Nas duas primeiras semanas de sua prisão nas dependências do DOI-CODI ao pedir a um agente da repressão para que acendesse seu cigarro verificou por uma fresta da porta que aguardava que: Eduardo Leite, codinome “Bacuri” estava sendo levado por agentes da repressão tendo marcas de torturas em sua face e braços e, com dificuldade de caminhar, sendo auxiliado por agentes da repressão [...]¹

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de maio de 2013, a ex-militante da ALN Dulce Pandolfi também relatou o estado físico de Bacuri em uma de suas passagens pelo DOI-CODI/RJ:

No térreo tinha a sala de tortura com as paredes pintadas de roxo e devidamente equipada. Tinha outras salas de interrogatório com material de escritório, essas às vezes usadas também para torturar, e algumas celas mínimas, chamadas de solitárias, imundas, onde não havia nem colchão. Aliás, vários aqui presentes passaram por essas celas e essa sala. Nos intervalos das sessões de tortura os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio havia algumas celas pequenas e duas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo.

[...]

Uma noite, que não sei precisar quando, desci para a sala roxa para ser acareada com o militante, também da ALN, Eduardo Leite [pausa em virtude de choro] conhecido como Bacuri. Lembro até hoje dos seus olhos, da sua respiração ofegante e do seu caminhar muito lento, quase arrastado, como se tivesse perdido o controle das pernas. Num tom sarcástico o torturador dizia para nós dois na presença de outros torturadores: “viram o que fizeram com o rapaz? Essa turma do Cenimar é totalmente incompetente. Deixaram o rapaz nesse estado, não arrancaram nada dele e ainda prejudicaram nosso trabalho”. No dia oito de dezembro daquele ano, mataram Bacuri.ⁱⁱ

Bacuri foi torturado por 109 dias consecutivos e passou por diferentes instalações dos órgãos de repressão. Depois do DOI-CODI do I Exército, Eduardo foi transferido para o 41º Distrito Policial (DP) de São Paulo, cujo delegado titular era Fleury. Do 41º DP foi novamente transferido para o Cenimar/RJ, onde foi torturado até setembro, quando retornou para São Paulo. Dessa vez foi levado para o DOI-CODI do II Exército e removido em outubro para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), onde ficou isolado na cela 4 do chamado *fundão*. Foi então quando os órgãos da repressão começaram os preparativos para camuflar a execução de Eduardo, que teria ocorrido em uma suposta fuga durante ação policial para prender Joaquim Câmara Ferreira. Eduardo teria sido levado para identificar Joaquim Câmara e, durante um tiroteio, teria escapado.

Há, entretanto, diversos depoimentos de ex-presos políticos que atestam que, após a notícia de sua fuga, Bacuri, na verdade, continuava preso e sob tortura. No documento de denúncias dos presos do Presídio da Justiça Militar Federal, em São Paulo, entregue ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 23 de outubro de 1975, registra-se que:

[...] no DEOPS seus torturadores planejavam matá-lo [...] quando se divulgava sua ‘fuga’, Eduardo sequer havia saído de sua cela. Seus torturadores chegaram a ‘olear’ as portas enferrujadas das celas para que pudessem retirá-lo em silêncio.ⁱⁱⁱ

Nesse documento, que ficou conhecido como Bagulhão, foi registrado que Bacuri foi retirado de sua cela no dia 27 de outubro de 1970, diante de protestos dos prisioneiros.

Segundo relatos, ele estava impossibilitado de andar em virtude dos ferimentos da tortura. A partir de então, Eduardo não foi mais visto por nenhum preso político, permanecendo sob custódia de seus torturadores até 8 de dezembro de 1970, quando foi divulgado que teria morrido em tiroteio na cidade de São Sebastião, no litoral paulista.

Segundo o jornalista Elio Gaspari, no livro *A Ditadura Escancarada*, Bacuri teria sido assassinado no forte dos Andradas, na cidade de Guarujá (SP). De acordo com o autor, Eduardo estaria preso em um banheiro quando um major teria entrado, pedido ao soldado Rinaldo Campos de Carvalho, que vigiava o militante, que saísse, e executado Bacuri. Segundo relato do próprio soldado, ao sair do cômodo teria escutado um barulho forte, que poderia se assemelhar tanto ao de um tiro quanto ao som de uma cabeça batendo na parede.

Em entrevista à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, o ex-agente Marival Chaves também afirmou que foi forjada a versão da morte de Eduardo Collen Leite em tiroteio, um “teatrinho” para esconder as gravíssimas e continuadas violências que sofreu. A execução de Bacuri teria ocorrido também a fim de evitar que ele fosse incluído na lista de prisioneiros a serem trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em ação conjunta da VPR e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no dia anterior, 7 de dezembro. A troca de Bacuri poderia gerar constrangimento, já que, além de ter sido oficialmente declarado foragido, apresentava marcas evidentes de tortura.

Em documento enviado em 22 de setembro de 1970 pelo chefe da 2ª Seção do II Exército, em São Paulo, coronel Erar de Campos Vasconcelos, ao chefe da Operação Bandeirantes (Oban), já se previa a possibilidade de ser realizado um sequestro visando a libertação de Eduardo Collen Leite. De acordo com o documento, a medida sugerida pelo coronel para evitar os danos ao regime diante de um possível resgate foi a de “tomadas as devidas providências, no sentido de evitar possíveis explorações sobre seu estado físico”.^{iv} Essa declaração comprova não só que Eduardo Leite foi torturado, mas evidencia também o contexto em que se deu sua execução.

Apesar dos relatos que comprovam as marcas visíveis de tortura em Bacuri, o laudo do exame necroscópico, solicitado pelo delegado José Aray Dias de Melo, atestou não haver indícios de tortura no corpo. O documento foi assinado pelos médicos-legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo.

As torturas sofridas por Bacuri foram denunciadas também perante a 2ª auditoria da Justiça Militar de São Paulo, mas nunca foram levadas adiante pelo juiz Nelson Guimarães Machado da Silva. Questionado sobre a omissão em relação às torturas de Bacuri, o juiz Nelson Guimarães respondeu, em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 31 de julho de 2014:

[...] havia uma guerra. Havia mentiras também. Tempo de guerra, mentira como terra, um velho provérbio, aliás, português. [...] nem tudo que o interrogando diz em juízo, o juiz ou o Ministério Público não pode sair dizendo: “Ah, ele disse isso. Vamos apurar”. Não há apuração que chegue. E não eram as circunstâncias do momento.^v

Quando o corpo de Bacuri foi entregue à família, as denúncias de tortura e execução se confirmaram. Segundo o testemunho de sua esposa, Denise Crispim, Eduardo tinha hematomas, escoriações, marcas de queimadura, dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados.

LOCAL DE MORTE

Forte dos Andradas, Guarujá (SP).

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército do Rio de Janeiro

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Chefe do DOI do I Exército: José Antônio Nogueira Belham

1.2. DOI-CODI do II Exército de São Paulo

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do II Exército: N/I

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do DOI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.3. Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP)

Governador do estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré

Secretário Estadual de Segurança Pública: Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo

Diretor-geral do DOPS: N/I

Delegado do DOPS/SP: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

1.4. Casa de São Conrado

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do Cenimar: capitão de fragata Fernando Pessoa da Rocha Paranhos

Casa de São Conrado: capitão de fragata Armando Amorim do Valle

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|---------------------------------------|-------------------------------|---|---|-------------------------|--|
| Sérgio Paranhos Fleury. | DOPS / SP. | delegado. | Prisão, torturas e execução. | DOPS/SP. | Bagulhão: a voz dos presos políticos. |
| Erar de Campos Vasconcelos. | Exército. | coronel - Chefe da 2ª Seção do II Exército. | Ocultação da prisão e versão falsa de fuga. | DOPS/SP. | Correspondência entre o chefe da Central de Informações do II Exército ao DOI/SP, 22/9/1970. |
| Tenente Chiari da Polícia Militar/SP. | DOPS / SP. | comandante da tropa de choque da Polícia Militar paulista | Ocultação da prisão, versão falsa de fuga. | DOPS/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 134. |
| José Arary Dias de Melo. | | delegado de Polícia Civil | Responsável pelo inquérito policial fraudulento de apuração da morte. | DOPS/SP. | Exame necroscópico, 8/12/1970. |
| Aloysio Fernandes. | Instituto Médico-Legal (IML). | médico-legista. | Emissão de laudo necroscópico fraudulento. | DOPS/SP. | Exame necroscópico, 8/12/1970. |
| Décio Brandão Camargo. | IML. | médico-legista. | Emissão de laudo necroscópico fraudulento | DOPS/SP. | Exame necroscópico, 8/12/1970. |

| | | | | | |
|--|-----------|---------------|-----------|----------|---|
| | | | o. | | |
| Astorige Corrêa de Paula e Silva (“Correinha”) | DOPS /SP. | investigador. | Torturas. | DOPS/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136. |
| Ademar Augusto de Oliveira, (“Fininho”). | DOPS /SP. | investigador. | Torturas. | DOPS/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136. |
| José Carlos Filho, vulgo (“Campão”). | DOPS /SP. | investigador. | Torturas. | DOPS/SP. | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136. |
| João Carlos Tralli (“Trailer”). | DOPS /SP. | investigador. | Torturas. | DOPS/SP. | Declaração de Ottoni Guimarães Fernandes Júnior à Justiça Militar, 20/5/1974. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_000, p. 46 | Laudo de Exame de Corpo de Delito, 8/12/1970. | IML. | Laudo nega que Eduardo tenha sofrido tortura e registra a participação do delegado José Arary Dias de Melo e de dois médicos-legistas que assinaram o documento que oculta as reais causas da morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p.68 | Petição dirigida ao juiz auditor da 2ª auditoria da 2ª CJM, 13/6/1971. | 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo – SP. | Denuncia as torturas praticadas no DEOPS de São Paulo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A | Termo de declaração de Cecília | Comissão de Direitos Humanos e | Declara que durante a sua prisão, em setembro de 1970, viu Eduardo Leite |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>T0_0_0_0031_000 1, p.87.</p> | <p>Maria Bouças Coimbra, 2/10/1995.</p> | <p>Assistência Judiciária da Seção do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> | <p>preso nas instalações do DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde se encontrava com várias marcas de tortura e com dificuldades para se locomover em virtude da violência sofrida. Afirma ser impossível que tenha tentado fugir naquelas condições físicas, ao contrário do sustentado pelos órgãos da repressão.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_000 1, p.89.</p> | <p>Mensagem do DEOPS sobre a morte de Eduardo Leite, 24/10/1970.</p> | <p>IV Exército.</p> | <p>Mensagem emitida pelo DEOPS ao IV Exército divulgando a versão forjada da fuga em tiroteio no dia 23 de outubro de 1970.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_000 1, p.91.</p> | <p>Declaração de Ottoni Guimarães Fernandes Júnior à Justiça Militar, 20/5/1974.</p> | <p>Primeira Circunscriçã o Judiciária Militar (1ª auditoria da Aeronáutica).</p> | <p>Relata e denuncia a tortura a Eduardo Leite nas instalações do centro clandestino em São Conrado, RJ. Afirma já ter sido declarado que Bacuri iria morrer. Também reafirma a dificuldade que Eduardo apresentava para se locomover sozinho, em virtude das torturas, questionando a versão da fuga promovida pelos agentes da repressão.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_000 1, p.96.</p> | <p>Declaração de Vinícius José Caldeira Brant à Justiça Militar, 5/4/1971.</p> | <p>1ª auditoria da 2ª Circunscriçã o Judiciária Militar de São Paulo – SP.</p> | <p>Relata e denuncia as torturas sofridas por Eduardo Leite no DEOPS de São Paulo, ocasião em que ficaram em solitárias vizinhas, assim como registra a transferência de Eduardo no dia 27 de outubro de 1970, isto é, dias depois de ser noticiada a sua falsa fuga.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_000 1, p.100.</p> | <p>Declaração complement ar de Vinícius José Caldeira</p> | <p>1ª auditoria da 2ª Circunscriçã o Judiciária Militar de São Paulo –</p> | <p>Relata e denuncia as torturas sofridas por Eduardo Leite no DEOPS de São Paulo e também descreve que Bacuri se encontrava semiparalisado</p> |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | Brant à Justiça Militar, 13/6/1971. | SP. | nas pernas por causa do tempo em que ficou no pau de arara. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_0001, p.126. | Entrevista com Marival Chaves, 18/11/1992. | Revista <i>Veja</i> . | Afirma que Eduardo Leite foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que foi levado à Casa da Morte em São Conrado e que foi transferido para São Paulo. Revela o “teatrinho” para simular a morte em tiroteio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_A T0_0_0_0031_0001, p.80. | Resumos de declarações prestadas em interrogatório por Eduardo Leite, 12/10/1970 e 13/10/1970. | DOPS/SP. | Registro da sua prisão no DEOPS de São Paulo. |
| Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852, p.139. | Denúncias feitas pelos presos do Presídio da Justiça Militar Federal, em São Paulo, entregues ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 23/10/1975. | Presos do Presídio da Justiça Militar Federal. | Registro das torturas sofridas por Eduardo. Também registra a presença de Bacuri no presídio no período posterior ao da divulgação da informação falsa de sua fuga. |
| Arquivo Público de São Paulo: “Bacuri DOI-CODI SP DEOPS50Z009018095”. | Correspondência entre o chefe da Central de Informações do II Exército ao DOI/SP, 22/9/1970. | QG do II Exército. | Erar de Campos Vasconcelos recomenda à Oban que sejam tomadas providências para que Eduardo Leite não seja trocado em eventual sequestro de embaixador que pudesse acontecer. |
| Arquivo da CNV: 00092.001698/2014 | Depoimento do juiz | CNV | Depoimento do juiz |

| | | | |
|------|---|--|-------------------|
| -11. | Nelson Guimarães, à CNV, 31/7/2014. | | Nelson Guimarães. |
|------|---|--|-------------------|

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Dulce Pandolfi (presa junto com a vítima). | Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a Comissão da Verdade em audiência pública. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013: 00092.001463/2013-30. | Relata as torturas sofridas pela vítima. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---|--|---|
| Juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, ex-juiz da 2ª auditoria da 2ª Região Militar. | Arquivo da CNV, depoimento prestado à Comissão da Verdade no dia 31 de julho de 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível no acervo da CNV: 00092.001698/2014-11. | Fala sobre denúncias de casos de tortura para as quais não abriu investigação, entre elas Bacuri. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Collen Leite foi executado, depois de sofrer torturas nas dependências de órgãos oficiais e clandestinos da repressão, por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Eduardo Collen Leite, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 87.

ⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092.001463/2013-30.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852, p. 139.

^{iv} Arquivo Público de São Paulo: “Bacuri DOI-CODI SP DEOPS50Z009018095”.

^v Arquivo da CNV: 00092.001698/2014-11.

CELSO GILBERTO DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Julieta Pedroso de Oliveira e João Adelino de Oliveira

Data e local de nascimento: 26/6/1945, Porto Alegre (RS)

Atuação profissional: corretor de imóveis

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 30/12/1970, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em 26 de junho de 1945, em Porto Alegre (RS), era filho de João Adelino de Oliveira e Julieta Pedroso de Oliveira. Trabalhava como corretor de imóveis. Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), quando desapareceu em dezembro 1970, após ser capturado por agentes do CISA e ter passado alguns dias preso no DOI-CODI/I Ex. Consta ter morrido na madrugada do dia 30 de dezembro, durante uma diligência realizada pelo DOI-CODI, com base em informações por ele prestadas, em sede de interrogatório.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Caso reconhecido automaticamente pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, por estar incluído na relação de 136 mortos e desaparecidos políticos constante no anexo da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Seu nome figura no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 10 de agosto de 1971, Oscar Pedroso Horta, deputado federal do MDB, protocolou uma representação ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, demandando a devida apuração do desaparecimento de Celso Gilberto de Oliveira. O caso, no entanto, foi arquivado, por unanimidade, pelo Conselho em 25 de outubro de 1972.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

No dia 7 de agosto de 1970, o embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, foi sequestrado por integrantes da VPR, que exigiram do governo ditatorial a libertação de 70 presos políticos. Naqueles dias, os órgãos de segurança e informações procuravam, de toda forma, obter subsídios que permitissem a identificação do local de cativeiro do embaixador. A prisão de Celso Gilberto de Oliveira ocorreu, portanto, nesse contexto. Entre os dias 9 e 10 de dezembro, a documentação diverge sobre a data, ele foi preso por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica – CISA, comandados pelo capitão Barroso.¹ Posteriormente, também há divergência em relação a essa data, Celso Gilberto foi remetido, dia 11 ou 18, ao DOI-CODI/I Exército, que funcionava no 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde foi submetido a torturas e interrogatórios.

De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*, com base em denúncias feitas por outros presos políticos, Celso Gilberto foi torturado no DOI-CODI/I Ex. pelos tenentes do Exército conhecidos por “Hulk”, “Teles” e “James”. O ex-presos político Sinfrônio Mesa Netto relata ainda que, entre os dias 24 e 25 de dezembro, foi acareado com Celso, ocasião em que pôde constatar as torturas e maus tratos que Celso vinha sofrendo.

Em um dos interrogatórios a que foi submetido, consta que o militante da VPR prestou informações sobre o local em que o embaixador suíço vinha sendo mantido. Durante a diligência de verificação, segundo a versão oficial, Celso Gilberto teria empreendido uma tentativa malograda de fuga, vindo, então, a falecer, após ser perseguido e baleado fatalmente. Abaixo, segue a íntegra da versão oficial, em documento confidencial da Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, datado de 4 de janeiro de 1971.

O I-Ex realizou diligências, na madrugada do dia 30 DEZ, para verificar se as declarações de CELSO, [sic] sobre o local de guarda do Embaixador eram corretos [sic]. Os resultados dessas diligências foram negativos, mas quando a mesma se realizava, CELSO desvencilhou-se dos elementos que o guardavam, e em desabalada carreira tentou a fuga embrenhando-se na vegetação que margeia a estrada, sendo perseguido e alvejado, falecendo em consequência dos tiros recebidos.²

A morte de Celso Gilberto de Oliveira é reconhecida, de forma explícita e detalhada, no documento oficial cujo trecho foi acima transcrito. O mesmo reconhecimento ocorre na Informação nº 44/CISA-RJ, de 19 de janeiro de 1971, de autoria do Centro de Informações da Aeronáutica. No anexo desse documento, consta uma extensa lista de

militantes, aliados e simpatizantes das organizações que faziam oposição ao regime militar, registrando eventuais codinomes e a situação de cada um (por exemplo, se a pessoa estava presa ou morta). Esse documento foi distribuído a inúmeros órgãos de segurança e informações, como a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, o Centro de Inteligência do Exército e o Centro de Informações da Marinha, para citar apenas os órgãos centrais. Nele, consta que Celso Gilberto de Oliveira, o “Alan”, já havia “*falecido*”.³

Curioso e significativo é notar que, meses depois, em documento com as mesmas características do anterior, a Informação nº 160/CISA-BR, de 6 de outubro de 1971, registrava apenas que Celso Gilberto encontrava-se “*preso*”.⁴ No mesmo sentido, em nenhum dos relatórios entregues pelas Forças Armadas ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, há o reconhecimento da morte de Celso Gilberto.

O relatório do Ministro do Exército afirma que Celso fora preso pelo CISA em 9 de dezembro e entregue ao DOI-CODI/I Ex. dois dias depois. Interrogado no dia 29, teria admitido participação no sequestro do embaixador suíço no Brasil e dado informações sobre o local do cativeiro, o que ensejou uma diligência de verificação. Nessa ocasião, “comprovada a farsa [da informação], [Celso] empreendeu fuga conseguindo evadir-se, fato confirmado pelo relatório da Operação Petrópolis de responsabilidade do DOI-CODI/I Ex”. O relatório da Marinha, por sua vez, aponta o dia 10 de dezembro como a data da prisão e registra que o preso foi levado para o quartel do Batalhão de Polícia do Exército, no dia 18. E, finalmente, o relatório da Aeronáutica reitera a versão dada pelo Exército. Em todos os três casos, nada se diz sobre a morte de Celso Gilberto. Por outro lado, uma vez reconhecida, em fontes documentais, a morte de Celso Gilberto, resta também configurado o crime de desaparecimento forçado, por meio de ocultação de cadáver.

Finalmente, registra-se a tentativa do DOI-CODI/I Ex. de encobrir a informação sobre a morte do militante, por meio da divulgação de um relatório em que consta que o prisioneiro teria simplesmente se evadido e não morrido, como de fato ocorreu, após perseguição e ferimentos mortais causados por balas. Fazemos menção ao “relatório da Operação Petrópolis”, consignado no relatório do Ministro do Exército entregue ao Ministro da Justiça – documento, por sinal, não localizado nos acervos da ditadura militar custodiados pelo Arquivo Nacional.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Estrada Rio-Teresópolis, aproximadamente a 10 quilômetros do entroncamento daquela estrada com a Rio-Petrópolis. Segundo o Informe nº 1/SC-3, de 4 de janeiro de 1971, de autoria da Agência Rio de Janeiro do SNI, esse foi o ponto indicado por Celso Gilberto de Oliveira como o local de cativeiro do embaixador suíço no Brasil. Na diligência de verificação, consta, segundo o mesmo documento, que Celso Gilberto teria tentado se evadir e acabou morto, depois de alvejado.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmento

Chefe do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

1.2. CISA

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: marechal do Ar Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro Carlos Afonso Dellamora

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---------------------------------------|--|--|
| Arquivo Nacional, SNI: ARJ_ACE_25_71, pp. 3-5. | Informe nº 0001/SC-3, 4/1/1971. | Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (ARJ/SNI). | Registra a prisão, detalhes das informações obtidas a partir de interrogatório e a morte de Celso Gilberto de Oliveira. |
| Arquivo Nacional, SNI: DI_ACE_25912_71_001, p. 3. | Informação nº 044/CISA-RJ, 19/1/1971. | Centro de Informações da Aeronáutica. | Em relação de militantes, simpatizantes e aliados de organizações de oposição ao regime militar, Celso Gilberto de Oliveira consta como morto. |
| Arquivo Nacional, | Informação | Centro de | Em relação de militantes, |

| | | | |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|--|
| SNI: AC_ACE_39546_7 1, p. 3; Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ _088_0182, p. 2; Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ _093_0018, p. 2. | nº 160/CISA- BR, 6/10/1971. | Informações da Aeronáutica. | simpatizantes e aliados de organizações de oposição ao regime militar, Celso Gilberto de Oliveira consta como preso. |
|---|--------------------------------------|-----------------------------------|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pôde-se concluir que a vítima foi executada por agentes do Estado brasileiro, quando, supostamente, intentara evadir-se dos agentes de segurança responsáveis pela sua vigilância, restando desconstruída a versão oficial de fuga, divulgada no relatório do Exército entregue ao Ministro da Justiça em 1993. Além de executar Celso Gilberto, os agentes do DOI-CODI/Ex. cometeram o crime de desaparecimento forçado, por meio de ocultação de cadáver. Sem olvidar-se de registrar que, por parte das Forças Armadas, houve tentativa de esconder a morte de Celso Gilberto.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, constando as reais circunstâncias e o local efetivo de sua morte, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

¹ A informação sobre o comando do capitão Barroso consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*, desde a edição de 1995. Não localizamos fontes documentais nesse sentido.

² Arquivo Nacional, SNI: ARJ_ACE_25_71, p. 4.

³ Arquivo Nacional, SNI: DI_ACE_25912_71_00. As citações textuais encontram-se na p. 3 do documento.

⁴ A Informação nº 160/CISA-RJ aparece em três documentos dos acervos do CISA. Cf. Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_39546_71, p. 3; Arquivo Nacional, CISA, BR_AN_BSB_VAZ_088_0182, p. 2; Arquivo Nacional, CISA, BR_AN_BSB_VAZ_093_0018, p. 2.

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Francisca de Jesus e Pedro Eduardo

Data e local de nascimento: 23/3/1948, Formiga (MG)

Atuação profissional: operário metalúrgico

Organização política: Ação Popular (AP)

Data e local de morte: 5/1/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido na cidade de Formiga, em Minas Gerais, Raimundo Eduardo da Silva estudou no colégio Visconde de Mauá. Foi operário metalúrgico e militante da Ação Popular (AP). Raimundo era um jovem negro que começou sua militância em um trabalho de bairro que visava discutir os problemas políticos da sociedade brasileira. Tornou-se, dessa forma, presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Jardim Zaíra, região na qual também atuava junto a jovens da igreja católica. Em pouco tempo, articulou a criação de aproximadamente cinco células de resistentes, ligados à AP. Foi perseguido por agentes da repressão em virtude da sua atuação política. Em 1970, seu grupo foi denunciado aos órgãos de segurança por um agente infiltrado. Como consequência, se mudou para Santo André, onde acabou sendo preso. Morreu aos 22 anos de idade, após ser torturado, em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 14/5/1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Raimundo Eduardo da Silva. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e

Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro Jardim Zaíra, na cidade de Mauá, São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Raimundo Eduardo da Silva morreu em 5/1/1971, depois de ser torturado no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo. A falsa versão divulgada relata que Raimundo teria falecido em virtude de facadas perpetradas por outro preso, conforme consta nos relatórios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica. Contudo, no mesmo ano da ocorrência dos fatos, foram encontradas novas informações que contradizem esta versão.

A morte de Raimundo ganhou repercussão na imprensa quando o padre Giulio Vicini e a assistente social Yara Spadini foram presos e torturados depois de serem pegos levando o modelo para impressão de um panfleto no qual constavam denúncias sobre a morte de Raimundo. A partir dessas prisões é que se localizaram mais informações sobre as circunstâncias de sua morte. Na Apelação nº 38.650, no Superior Tribunal Militar (STM), referente à defesa do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini, consta:

no dia 23 de novembro de 1970, o operário Raimundo fora golpeado por um pontão de faca, em uma briga comum. Fora operado, estava internado em uma casa de saúde (a sentença fala em SAMCIL), sendo retirado do leito hospitalar por investigadores quando ainda necessitava de tratamento médico. Apurou mais que o rapaz morrera cerca de um mês e meio depois de haver recebido a facada, no dia 5 de janeiro, no Hospital do Exército em São Paulo, onde se encontrava a disposição do CODI, conforme documentos oferecidos pelo DEOPS e que se encontram às folhas 138 e 141.

Na mesma peça, continua:

A morte do operário Raimundo vinha sendo mantida em rigoroso sigilo. É certo que em Mauá a notícia circulará de boca em boca e por intermédio do panfleto de fls. Os fatos, todavia, eram desconhecidos do grande público, ou, pelo menos, pormenores do caso eram ignorados, como ignorados são, até hoje, os do desaparecimento do deputado Rubens Paiva e os da morte do operário Olavo Hansen.

A informação de Yara e Giulio estaria correta com relação à internação de Raimundo, recuperando-se de uma facada. Entretanto, o irmão do resistente, Hélio Jerônimo da Silva, contestou que a morte tivesse ocorrido no Hospital Geral do Exército. Segundo Hélio, na ocasião em que foi ao referido hospital procurar notícias sobre o irmão, foi informado por um agente da repressão, não identificado nominalmente, que Raimundo

estava, na verdade, no DOI-CODI. Ainda de acordo com Hélio, Raimundo foi sequestrado por agentes do DOI-CODI no dia 23/12/1970. Deste então, sua mãe passou a levar roupas e alimentos para o irmão na mencionada unidade militar, mesmo sem ter acesso a ele, já que as visitas eram proibidas. Apesar de não terem visto Raimundo, os agentes de segurança confirmaram que ele se encontrava preso naquelas dependências. No dia 4/1/1971, um dos policiais recusou-se a receber os alimentos ao afirmar que seu destinatário já estava “fedendo há muito tempo”. Um mês depois, seus familiares conseguiram a certidão de óbito. A necropsia foi feita pelos médicos-legistas João Grigorian e Orlando José Bastos Brandão, no dia 22/1/1971. Nenhuma tortura foi relatada no laudo e a causa de morte registrada foi “peritonite fibrino purulenta”.

Ao procurar o corpo de Raimundo no Instituto Médico-Legal (IML), os familiares foram informados que ele já havia sido enterrado como indigente no cemitério de Guaianazes, em janeiro de 1971. Três anos depois, os restos mortais de Raimundo foram exumados e sepultados no cemitério de Santa Lídia, na cidade de Mauá, São Paulo. A Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo (CEV-SP) realizou audiência pública dedicada ao caso de Raimundo Eduardo da Silva, no dia 15/1/2013.

LOCAL DE MORTE

DOI-CODI do II Exército, em São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Chefe do Estado-Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante da 2ª Região Militar: general de Divisão Vicente de Paulo Dale Coutinho

Chefe do DOI-CODI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------|--------------|------------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|
| João Grigorian | IML/S P. | Médico -legista. | Emissão de Laudo fraudulento. | IML/SP. | Exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: |

| | | | | | |
|------------------------------|---------|------------------|--|---------|---|
| | | | Omitiu informações na certidão de óbito a fim de esconder as torturas sofridas por Raimundo. | | BR_DFANBSB AT0 0_0_0072_0002, p.54. |
| Orlando José Bastos Brandão. | IML/SP. | Médico -legista. | Emissão de Laudo fraudulento. Omitiu informações na certidão de óbito a fim de esconder as torturas sofridas por Raimundo. | IML/SP. | Exame necroscópico. Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB AT0 0_0_0072_0002, p.54. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0072_0002. | Certidão de óbito, p. 8, 11/2/1971. | Registro Civil das Pessoas Naturais do 12º Subdistrito. | Apresenta como causa da morte: “peritonite fibrino purulenta”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0072_0002. | Apelação nº 38.650, pp.42-53. | STM. | Informações sobre o sequestro de Raimundo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0072_0002. | Carta, p.54, 14/4/1996. | Hélio Gerônimo da Silva. | Informa que Raimundo não foi transferido para o Hospital do Exército e sim para o DOI-CODI/SP. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0072_0002. | Laudo de exame de corpo de delito, pp. 55-56, 22/1/1971. | IML/SP. | Laudo precário sobre as circunstâncias da morte de Raimundo. |
| Arquivo Nacional, | Relatório dos | Ministérios da | Apresenta uma versão |

| | | | |
|---|--|------------------------------|-------------------------------|
| CEMDP: BR_DFANBSB_AT0 _0_0_0072_0002. | Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, pp.40-41, 1993. | Marinha e da Aeronáutica. | sobre a morte de Raimundo. |
|---|--|------------------------------|-------------------------------|

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|--|---|
| Hélio Gerônimo da Silva, irmão de Raimundo. | Arquivo CNV, 00092.003044/2014-13. Testemunho prestado perante a CEV-SP. 55ª Audiência Pública, SP, 15/7/2013. | Descreve as circunstâncias da prisão e as buscas dos familiares pela recuperação dos restos mortais de Raimundo Eduardo da Silva. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Raimundo Eduardo da Silva morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Raimundo Eduardo da Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ALDO DE SÁ BRITO SOUZA NETO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Therezinha Barros Câmara de Souza e Aldo Leão de Souza

Data e local de nascimento: 20/1/1951, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 7/1/1971, Belo Horizonte (MG)

BIOGRAFIA ⁱ

Aldo de Sá Brito Souza Neto nasceu no Rio de Janeiro, sendo, após a morte de sua mãe, criado pela sua avó, Mercedes Barros Câmara. Completou seus estudos no mesmo estado, fazendo o antigo curso ginasial no Colégio Santo Inácio e concluindo o científico no Colégio Mallet Soares. Iniciou a militância política na Ação Libertadora Nacional (ALN) aos 17 anos e chegou ao comando regional da organização. Morreu aos 19 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu nome foi atribuído a uma rua no bairro da Lagoa, na cidade de Belo Horizonte, em homenagem a sua militância política.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱ

Aldo de Sá Brito Souza Neto morreu após, no dia 6 de janeiro de 1971, ser preso por agentes do

DOI-CODI de Belo Horizonte (MG) enquanto realizava uma ação armada em uma agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Tal fato se deu no contexto das negociações entre militares e militantes, quando do sequestro do embaixador suíço no Brasil, em 7 dezembro de 1970. Essa prisão foi, portanto, usada como um grande trunfo dos órgãos da repressão contra as organizações de esquerda envolvidas no episódio.

Diferentes versões sobre a sua morte foram noticiadas e envoltas pela contrainformação da repressão. A primeira foi publicada pelo jornal Estado de Minas, do dia 8 de janeiro de 1971, que noticiou o assalto, informando que este teria sido realizado por cinco pessoas, todos militantes da ALN, registrando a prisão de duas, a morte de uma e a fuga de outras duas. Ainda, segundo a mesma reportagem, os nomes dos militantes presos foram mantidos em sigilo “em benefício das investigações”. A despeito disto, afirmou que o morto seria Fernando Araújo Bacelar e que ele havia caído do terceiro andar de um prédio ao fugir. Na queda, havia fraturado a bacia, sendo levado, em seguida, ao Hospital Militar, onde teria chegado quase inconsciente e dizendo-se chamar-se Haroldo, morrendo logo depois. Ademais, alguns jornais publicaram a notícia da sua prisão apresentando a foto de outra pessoa.

A outra versão sobre a morte de Aldo apareceu logo no dia seguinte, em 9 de janeiro de 1971. As manchetes dos jornais informaram a prisão, apontando que esta teria ocorrido durante investida da polícia ao “aparelho” onde estariam militantes da ALN. Em entrevista à imprensa, o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Renato Divani Aragão, buscando justificar a prisão, afirmou que Aldo era um “homem forte da ALN” e que estava sendo interrogado naquele instante, não autorizando o seu registro por parte da imprensa. A narrativa oficial sobre o caso tentou transmitir a informação de que uma importante liderança da ALN estava presa, referindo-se a Aldo e, simultaneamente, a Fernando Araújo Bacelar, como duas pessoas diferentes, quando, na verdade, tratava-se da mesma pessoa. Para complementar a história elaborada para ocultar a sua morte, durante a declaração prestada à imprensa, afirmou-se que todos os órgãos da repressão de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estavam a postos à espera de uma possível tentativa de libertar Aldo por parte de seus companheiros da ALN.

Com a libertação dos 70 presos políticos em troca do embaixador suíço, já no dia 14, os jornais voltaram a discutir o caso. Em nota, o CODI/MG tentou reforçar uma das falsas versões, ao apontar que o militante que havia morrido ao tentar fugir da perseguição policial, teria se jogado do 3º andar de um prédio. Por semelhante modo, indicou que apenas naquele dia o corpo da vítima havia sido reconhecido, tanto pelos órgãos de segurança, quanto pela família, como sendo de Aldo. Para incrementar a narrativa, a nota destacava que outro militante, preso na mesma ocasião, teria tentado

dificultar a ação policial ao se identificar como Aldo, informando que ele seria processado e transferido para o Rio de Janeiro, a pedido das autoridades de segurança.

Já na edição do jornal Estado de Minas, de 14 de janeiro, foram apresentadas explicações acerca das informações propositalmente confusas sobre a prisão e morte de Aldo. Segundo a mesma matéria, os órgãos de segurança sabiam que ele já estava morto e teriam noticiado que ele ainda estava preso, como uma estratégia para intimidar seus companheiros de militância e, assim, obter mais informações sobre o sequestro do embaixador suíço. Para compor esse embuste, o corpo de Aldo de Sá Brito Souza Neto foi identificado com o nome de outra pessoa.

O exame necroscópico, produzido pelo Instituto Médico Legal no dia 7 de janeiro, confirma a falsa versão de que Aldo morreria ao tentar fugir do cerco policial. Por sua vez, discordando desse laudo, a certidão de óbito, assinada por um médico que não participou da necropsia, aponta que Aldo teria morrido no Hospital Militar por “fratura do crânio com hemorragia cerebral”.

A avó de Aldo, Mercedes, assim que soube da prisão do neto, dirigiu-se para Belo Horizonte. Com a colaboração de seu primo, o cardeal do Rio de Janeiro Dom Jayme de Barros Câmara, apresentou-se ao Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, que indicou o bispo auxiliar, Dom Serafim, para acompanhá-la até o DOPS/MG. Neste órgão, foi informada de que seu neto havia sido levado para a cidade de Juiz de Fora e que em dois dias voltaria a Belo Horizonte, quando então, poderia vê-lo. Contudo, quando estava no aeroporto, leu nos jornais a notícia da morte de Aldo. Em seguida, foi levada ao necrotério, mas o corpo que lhe apresentaram não era o dele. Dois dias depois, retornou àquela cidade junto com o pai de Aldo, momento em que confirmaram que ele estava morto.

Duas testemunhas de sua prisão, Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José Nunes Mendes de Abreu, também desconstruíram a versão de que Aldo teria morrido no momento da prisão. Tais testemunhas foram assassinadas posteriormente, mas, na época, explicaram que eles estavam fugindo da perseguição realizada pelos órgãos da repressão quando Aldo, ao buscar pular de um prédio para outro, acabou preso e morto no dia seguinte. Ao cair, machucou as pernas, não conseguindo mais fugir, sendo pego e levado para o DOPS onde foi interrogado sob tortura. Além destes, em 1971, o preso político Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, durante audiência na Justiça Militar, da Segunda Auditoria da Marinha, também afirmou que a morte de Aldo fora provocada pela polícia de Minas Gerais. Outros presos políticos à época dos fatos apontaram, em depoimentos, que os responsáveis pelo assassinato de Aldo foram o tenente Marcelo Paixão, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), o capitão Pedro Ivo e o delegado Renato Aragão.

Em concordância com a causa de morte registrada na certidão de óbito, a família apresentou registros de que Aldo fora morto com a utilização do instrumento de tortura chamado “coroa de cristo”, que consiste numa fita de aço que aos poucos comprime o crânio. Embora não haja fotos de seu corpo, a família afirma que, ao ver o corpo, foi possível constatar o afundamento desta região.

A prova decisiva que desconstrói a versão falsa da morte é um documento localizado no Arquivo Nacional, produzido pela Agência Belo Horizonte do Serviço Nacional de Informações (SNI). Neste, há a confirmação de que órgãos de segurança forjaram as circunstâncias da morte de Aldo. Seu nome foi utilizado na tentativa de captura de outros militantes da ALN. Para tanto, segundo o registro, tais agências realizaram uma troca de corpos no Instituto de Medicina Social para impossibilitar o seu reconhecimento, além de divulgar a informação de que ele estaria preso e sendo interrogado.

Os jornais de 15 de janeiro noticiaram que o traslado dos seus restos mortais para o Rio de Janeiro foi realizado com o acompanhamento de um inspetor do DOPS/MG e de um coronel. Os agentes da repressão deram uma ordem de que a família não poderia fazer velório. Apenas foi permitido abrir o caixão no cemitério, para rápido reconhecimento. Em uma cerimônia restrita, o tio-avô de Aldo, Dom Jayme de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, celebrou uma missa em sua memória.

Aldo foi enterrado no Cemitério da Guanabara.

LOCAL DE MORTE

Hospital Militar, localizado na avenida do Contorno, 2787, em Belo Horizonte, MG.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI da 4ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento

Comandante da 4ª Região Militar: N/I

Chefe do DOI-CODI do I Exército: N/I

1.2. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-MG)

Governador do Estado de Minas Gerais: Israel Pinheiro

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Edmundo Adolfo Murgel

Delegado chefe do Departamento de Ordem Política e Social: David Hazan

1.3. Polícia Militar de Minas Gerais

Governador do Estado de Minas Gerais: Israel Pinheiro

Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais: coronel Edmundo Adolpho Murgel

Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais: coronel José Ortiga

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|------------------------|--|---------|---|-----------------------------------|--|
| tenente Marcelo Paixão | Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR | tenente | Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza | Hospital Militar – Belo Horizonte | BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade:</i> Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.142. |
| capitão Pedro Ivo | PM - MG | capitão | Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza | Hospital Militar – Belo Horizonte | BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade:</i> Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria |

| | | | | | |
|-----------------------|------------------------------------|-------------------|--|------------------------------------|--|
| | | | | | Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.142. |
| Renato Divani Aragão. | DOPS- MG | Delegado | Participou na tortura e morte de Aldo de Sá Brito Souza | Hospital Militar – Belo Horizonte | BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. <i>Direito à memória e à verdade:</i> Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.142. |
| Neyde Teixeira. | Departamento de Medicina Legal/MG. | Médico - legista. | Produção de laudo de exame necroscópico falso, escondendo indícios de tortura. | Departamento de Medicina Legal/MG. | Exame necroscópico, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52. |
| Vera Lúcia Junqueira. | Departamento de Medicina Legal/MG. | Médico - legista. | Produção de laudo de exame necroscópico falso, escondendo indícios de tortura. | Departamento de Medicina Legal/MG. | Exame necroscópico, Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|------------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 53. | Certidão de óbito, 7/1/1971. | n/c. | Certidão divulgada pelo Brasil Nunca Mais assinada pelo médico Djezzar Gonçalves Leite, que não participou da necropsia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 51-52. | Exame necroscópico, 7/1/1971. | Departamento de Medicina Legal | Laudo divulgado pelo Brasil Nunca Mais assinado por Dr ^a . Neyde Teixeira e Dr ^a Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros que foi registrado com o nome falso de Antônio de Araújo Barcelos e que ignora os indícios de tortura no corpo |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 55. | Certidão de óbito, 25/1/1971. | Registro Civil. | Registro civil do óbito de Aldo feito por seu pai em 13 de janeiro em que há registro do seu local de sepultamento e das circunstâncias de morte registradas na primeira certidão de óbito. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 31. | Matéria de jornal: Delegado afirma que a polícia não deu tiros na Floresta, de 9/1/1971. | Diário da Tarde. | Apresenta a versão oficial de que quem se jogou do 3º andar de um prédio, ao fugir de perseguição policial, foi Fernando Barcelos, que teria morrido, em seguida, e de que Aldo foi um dos fugitivos que conseguiram escapar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 33. | Matéria de jornal: DOPS de Belo Horizonte prende um dos sequestradores de Bucher, de 9/1/1971. | O Globo. | Notícia a prisão de Aldo pelo DOPS-MG. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 34. | Matéria de jornal: Polícia faz 32 prisões e tem esquema contra resgate de Aldo, de 10/1/1971. | Estado de Minas. | Reproduz a farsa montada pelas forças de segurança quanto à prisão e morte de Aldo ao afirmar que as polícias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estavam de prontidão para qualquer tentativa da ALN em libertá-lo, apesar de saber-se que ele já estava morto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 36. | Matéria de jornal: Ninguém quer o corpo do terrorista, de 10/1/1971. | Estado de Minas | Informa que “Fernando Araújo Bacelar” poderá ser enterrado como indigente caso ninguém reclame seu corpo. Confirmou-se, posteriormente, que Fernando era, na verdade, |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | | Aldo e que a história se tratava da narrativa oficial criada pelos agentes da repressão para ocultar sua morte. |
| Arquivo Nacional, SNIG: ABH_ACE_7186_82, pp. 3-6. | Informação n° 008/ABH/SNI/71, de 11/1/1971. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | Apresenta a versão oficial de que Aldo teria morrido ao tentar pular de um prédio fugindo da polícia. Além disso, confirma a farsa montada pelos aparatos de segurança ao afirmar que o nome de Aldo foi usado para tentar capturar outros militantes e que, para isso, houve uma troca de corpos no Instituto de Medicina Social para evitar o seu reconhecimento, e repassada publicamente à informação de que estaria preso e sendo interrogado. |
| Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Pasta BNM_022, p.138-139 | Auto de reconhecimento de cadáver, de 13/1/1971. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). | Reconhecimento do corpo de Aldo por seu pai. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 37. | Matéria de jornal: “Terrorista morto é Aldo Sá Brito”. Informação do CODI, de 14/1/1971. | Estado de Minas. | Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir à perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, era Aldo. Além disso, aponta, embora somente dias depois do fato, que os órgãos de segurança sabiam que Aldo estava morto e que se tratava de uma estratégia de intimidação de seus companheiros e uma tentativa de buscar informações sobre o embaixador suíço. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 38. | Matéria de jornal: Aldo é o terrorista que pulou e morreu, de 14/1/1971. | Diário da Tarde. | Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir a perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais era Aldo. Aponta também a sequência das |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | ações e da construção da narrativa oficial sobre o caso. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 39. | Matéria de jornal: Aldo Sá Brito não foi preso: estava morto no IML, sem data especificada. | O Globo. | Apresenta a nota produzida pelo CODI e também destaca a coletiva de imprensa onde foi confirmado que quem morreu ao tentar fugir a perseguição policial ocorrida após o assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais era Aldo. |
| Projeto <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Pasta BNM_022, pp. 434-436 | Remete certidão, 14/4/1971. | Departamento de Medicina Legal. | Resposta à 3ª Auditoria do Exército encaminhando laudo de necropsia. Neste documento, o responsável pelo Departamento de Medicina Legal afirma que o nome aparece grafado de forma diferente, pois trata-se de “cidadão de falsa identidade”, indicando que ele foi reconhecido, inicialmente, por “João Paulo Santana”, de acordo com a guia nº 186/71 do DOPS. Ressalta também, sem esclarecer os motivos, que este mesmo órgão o denominou como “Fernando de Araújo Barcelos”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 42. | Matéria de jornal: Corpo de Aldo já está no Rio com sua família, de 15/1/1971. | Estado de Minas. | Aponta o recebimento do corpo de Aldo por seus familiares no Rio de Janeiro. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 58. | Fichário individual, de 25/2/1971. | Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). | Aponta que Aldo foi morto ao reagir à prisão e que era um condenado à pena de morte por assaltos a bancos. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 56. | Ficha, sem data especificada. | Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). | Apresenta a foto de Aldo e a observação de que usou um nome falso. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_054_0119, p. 1. | Informação nº 149, de 11/3/1971. | Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). | Apresenta a versão de que Aldo teria se jogado de um prédio ao se ver encurralado pela polícia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, pp. 49-51. | Assentada – Qualificação e interrogatório, de 24/6/1971. | Segunda Auditoria de Marinha/1ª Circunscrição Judiciária Militar. | Interrogatório de Paulo Henrique de Oliveira da Rocha Lins, que aponta que Aldo foi morto nas dependências do DOPS. |

| | | | |
|---|------------------------------|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0004_0003, p. 68. | Declaração, de 20/4/1996. | Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz. | Carlos era membro da Coordenação Nacional da ALN e, à época dos fatos, soube, através de Marcos Nonato da Fonseca e Manoel José de Abreu, que foram presos ao escaparem ao cerco policial, que Aldo também foi preso e morto por tortura sendo utilizado para tal a técnica conhecida como “coroa de Cristo”. |
|---|------------------------------|---|--|

2. Fotografias

Conjunto de fotografias de Aldo Sá Brito de Souza Neto, obtidas pela CNV junto ao jornal O Globo, registradas no arquivo da CNV: 00092.003299/2014-86.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Aldo de Sá Brito Souza Neto morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0022_0001.

ⁱⁱ *Ibid.*

RUBENS BEYRODT PAIVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Araci Beyrodt e Jaime Almeida Paiva

Data e local de nascimento: 26/12/1929, Santos (SP)

Atuação profissional: engenheiro, deputado federal

Organização política: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Data e local de desaparecimento: 20/1/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Rubens Beyrodt Paiva nasceu em 26 de setembro de 1929, no município de Santos, no estado de São Paulo. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Mackenzie, na capital paulista. Foi empresário e político brasileiro, eleito em outubro de 1962 deputado federal por São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesma legenda do então presidente da República João Goulart. Foi casado com Maria Eunice Facciola Paiva, com quem teve quatro filhas e um filho: Vera Sílvia, Maria Eliana, Ana Lúcia, Maria Beatriz, e Marcelo.

Como vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados, atuou como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada para apurar as denúncias contra as atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que em 1963 foram acusados de receber recursos internacionais com a finalidade de desestabilizar o governo Goulart. O deputado federal foi cassado logo após o golpe militar, através do primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964. Exilou-se na embaixada da Iugoslávia, no Rio de Janeiro e, em junho de 1964, deixou o Brasil partindo para a França e depois para Inglaterra. Retornou ao Brasil no

início de 1965, instalando-se com a família inicialmente em São Paulo, e, em seguida, Rio de Janeiro. Foi executado em janeiro de 1971 por agentes de repressão do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Rubens Paiva foi reconhecido como morto pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), independente de processo, uma vez que sua família não apresentou requerimento formal. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu nome consta no anexo I da Lei nº 9.140/95, na lista de mortos e desaparecidos políticos. Em 2011 Jason Tércio publicou pela editora Objetiva o livro *Segredo de Estado: o desaparecimento de Rubens Paiva*. Diversas são as ruas e praças nomeadas em sua homenagem, como nos municípios de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Aracaju (SE), São João de Mereti (RJ), Ariquemes (RO), Atibaia (SP), Praia Grande (SP), São João da Boa Vista (SP) e Poços de Caldas (SP). Seu mandato de deputado federal foi restituído em sessão solene da Câmara dos Deputados, em 2012.

Foi homenageado com um monumento (busto) em frente ao quartel do Exército onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) I, em 2014. A exposição “Engenheiro Rubens Paiva, Presente!” foi apresentada no 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo leva seu nome. Cinco ex-militares (José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Jurandyr Ochsendorf e Souza, Jacy Ochsendorf e Souza e Raymundo Ronaldo Campos) que atuaram na ocultação do cadáver de Rubens Paiva estão respondendo pelo crime, ao passo que o processo encontra-se suspenso, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), até o julgamento por este órgão se a denúncia poderá ou não ser recebida pelo Juízo de primeira instância.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Na madrugada de 20 de janeiro de 1971, após detenção de Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), no aeroporto do Galeão, foram encontradas cartas de militantes políticos exilados no Chile. Tendo em vista que Rubens Paiva era um dos destinatários

das cartas, no mesmo dia seis agentes armados com metralhadoras invadiram a casa do deputado cassado. Rubens Paiva foi levado em seu carro para prestar depoimento no Quartel da 3ª Zona Aérea, à época comandada pelo tenente-brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Desde seu sequestro, já foram iniciadas as torturas. No mesmo dia 20 de janeiro, Rubens Paiva, Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona foram conduzidos para o DOI-CODI do I Exército (RJ). Os familiares do deputado permaneceram incomunicáveis, detidos em sua casa durante todo o dia. No dia seguinte, Eunice Paiva e sua filha Eliane, então com 15 anos, foram também levadas ao DOI. Apesar da confirmação dos agentes do DOI de que Rubens Paiva estava detido lá, Eunice e a filha não estiveram com ele. Após diversas sessões de interrogatório, Eliane foi libertada no dia 23, enquanto Eunice permaneceu detida até o dia 2 de fevereiro, ocasião em que viu o carro do marido, um Opel Kadett, no pátio interno do quartel. Apesar de a família ter levado roupas para Rubens Paiva no Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, os agentes recusaram o recebimento sob o pretexto de Rubens Paiva não se encontrar em nenhuma organização militar do I Exército.

Após a insistência dos familiares, o I Exército divulgou versão, onde consta:

[...] O paciente não se encontra preso por ordem nem à disposição de qualquer OM deste Exército. Esclareço, outrossim, que segundo informações de que dispõe este Comando, o citado paciente quando era conduzido por Agentes de Segurança, para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado, o que está sendo objeto de apuração por parte deste Exército [...].

No mesmo documento do Ministério Público Militar, foi indicado que o “desaparecimento do ex-Deputado Rubens Beyrot Paiva, ocorrido nos idos de 1971, [estão] em circunstâncias até hoje pendentes de apuração”.

Entretanto, a versão oficial é afastada pela própria documentação produzida pelos Órgãos da Repressão, como expresso no documento “Turma de Recebimento”, do DOI do I Exército, de 21 de janeiro de 1971. Nesse documento, fica atestada a entrada de Rubens Paiva no DOI, em 20 de janeiro de 1971, encaminhado pelo Quartel da 3ª Zona Aérea, pela equipe do Cisa, além da descrição de documentos pessoais de Rubens Paiva, como cartão de identificação de contribuinte, carteira de habilitação, cinto de couro preto, canetas, relógio, dinheiro, 14 livros de diversos autores e quatro cadernos de anotações.

Conforme declaração de Cecília de Barros Correia Viveiros, prestadas à Delegacia de Ordem Política e Social da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Rio de Janeiro (DOPS/SR/DPF/RJ) em 11 de setembro de 1986, consta que:

[...] em 19.01.71 ao retornar de uma visita que fizera a seu filho que estava no Chile foi detida no Galeão [...] que após ser retirada do avião a declarante foi levada para uma das dependências do Aeroporto do Galeão [...]; que ali a declarante foi revistada e teve a sua bagagem vasculhada [...]; que a declarante trazia sob a blusa algumas cartas que seriam colocadas nos correios para familiares de exilados no Chile que se encontravam no Rio de Janeiro; que após o encontro das cartas a declarante foi levada para outra dependência do Galeão, antes porém colocando na mesma um capuz; que nessa outra dependência a declarante sofreu toda a espécie de ofensas pessoais, tendo também naquela ocasião sido retirada a sua roupa, conseqüentemente sofrendo humilhações; que passou o restante da noite no Galeão sofrendo ameaças e todo tipo de coação; que no dia seguinte uma pessoa não identificada chegou no recinto onde se encontrava a declarante fazendo o comentário que o doutor já chegou. Que mais tarde a declarante foi colocada em um carro, sendo conduzida para uma dependência da Aeronáutica, situada nas proximidades do Aeroporto Santos Dumont que depois ficou sabendo chamar-se 3ª Zona Aérea; que lá chegando foi conduzida a uma sala, onde durante algum tempo ficou sentada [...].

Sobre o momento em que reconheceu Rubens Paiva, Cecília afirma que:

[...] naquele dia [...] sua remoção foi retardada em função de uma procissão de S. Sebastião; que ao ser colocada no carro, encontrou no interior do mesmo um homem com as mãos amarradas, com a camisa em desalinho, tendo algumas manchas de sangue sobre a mesma e o que mais marcou a declarante foi a fisionomia do mesmo o qual estava com os olhos esbugalhados; que estava bastante vermelho naquela ocasião; que evidentemente aquele homem estava vivo até aquele momento; [...] que a declarante deixa bem claro que ao entrar no carro que a levaria ao DOI-CODI reconheceu Rubens Paiva, e também foi reconhecida por aquele senhor; que esse reconhecimento foi apenas visual, não tendo na ocasião sido trocada nenhuma palavra; que momentos antes de chegar no DOI-CODI foi solicitada à declarante e ao seu acompanhante que colocassem uma toalha pequena sobre o rosto, sendo guiada por uma pessoa até determinado ponto, onde lhe colocaram um capuz na cabeça; que a seguir lhe foi ordenado que colocasse as mãos na parede; que nesse local a declarante não sabe informar quantas pessoas havia, porém uma coisa é certa: ali estavam Rubens Paiva e Leninha [Marilene de Lima Corona] [...].

Cecília também descreve o momento da identificação dos presos:

[...] Que nesse meio tempo ocorreu a identificação de todos que ali estavam tendo a declarante se identificado como Cecília Viveiro de Castro; que o identificador gritando para a declarante disse-lhe que faltava alguma coisa, tendo então recebido como resposta seu nome completo Cecília de Barros Correia de Castro; que o mesmo identificador ao se dirigir para Rubens Paiva teve dificuldades em escrever o nome do mesmo, ou seja, o segundo nome, tendo naquela oportunidade o ex-Deputado soletrado o seu nome, ou seja: BEYRODT. Que durante esse interrogatório foi perguntado à declarante se conhecia a pessoa que estava com ela no carro que veio da Terceira Zona Aérea; que a declarante explicou que era Rubens Paiva, pai de alunas do colégio Sion, onde a declarante lecionava; [...] que nesse local de vez em quando era aberta

uma portinhola onde era introduzida uma luz forte, ocasião em que perguntavam o nome do ocupante da sala; que por diversas vezes a declarante teve de repetir o seu nome completo; que dali pôde ouvir o Sr. Rubens Paiva repetir o seu nome e ao que supõe pelo mesmo motivo que a declarante o fazia [...].

No depoimento do então tenente-médico do Exército Amílcar Lobo, prestado em 1986 e transcrito no informe 1.334/86 do Departamento de Polícia Federal (DPF), foram descritas torturas praticadas contra Rubens Paiva:

[...] certamente no mês de janeiro de 1971, por prestar serviços médicos no Primeiro Batalhão de Polícia do Exército foi chamado em sua residência para fazer um atendimento naquela dependência militar; que eram aproximadamente duas horas [da manhã] quando um veículo tipo Volkswagen, modelo sedan, apanhou-o em sua residência; que chegando naquele local foi levado a uma dependência chamada presídio onde em uma das últimas celas, encontrou um indivíduo, segundo alegou a pessoa que encaminhou o declarante até aquele local, estava um indivíduo com fortes dores abdominais; que o declarante esclarece que aquela dependência era conhecida como PIC, quer dizer, Pelotão de Investigações Criminais; que o declarante não sabe informar se a pessoa que o conduziu era, ou não, militar, uma vez que trabalhavam em trajes civis; que ao examinar o paciente verificou que o mesmo encontrava-se na condição de abdômen em tábua, o que em linguagem médica pode caracterizar uma hemorragia abdominal, sendo que naquela situação parecia ter havido uma ruptura hepática; que ao examinar o paciente este disse ao declarante chamar-se Rubens Paiva; que o declarante aconselhou a pessoa que o conduziu até aquela dependência que o paciente fosse imediatamente hospitalizado; que ao retornar para a sua jornada normal de trabalho, naquele Batalhão, o declarante recebeu a notícia de que a pessoa a quem fizera atendimento de madrugada havia falecido; que o declarante tomando ciência da reabertura do caso de desaparecimento de Rubens Paiva, achou por bem tornar público aquilo que sabia. Que o declarante gostaria de registrar que na oportunidade em que fez o atendimento a Rubens Paiva, este proferiu seu nome duas vezes, ou seja, no início do atendimento e no final do atendimento; que esse fato de identificar pessoas atendidas não é, digo, não era normal, tendo inclusive uma norma interna que proibia esse tipo de pergunta; que o declarante face a sua experiência profissional pode afirmar que face ao estado clínico apresentado naquela oportunidade por Rubens Paiva, teria o mesmo apenas algumas horas de vida; que as chances de sobreviver seriam de apenas vinte por cento; que no atendimento a Rubens Paiva o declarante de sua residência até o PIC deveria ter gasto apenas meia hora; que em função dessas circunstâncias, provavelmente Rubens Paiva morreu nas dependências do PIC; que em função das escoriações apresentadas por Rubens Paiva, o declarante admite que o mesmo tenha sido torturado, evidentemente não podendo afirmar em que local.

Obviamente, diversas são as contradições na versão oficial do Exército: Paiva teria fugido após a interceptação do veículo que o transportava, em suposta diligência do DOI, nas imediações do Alto da Boa Vista. Enquanto o capitão Raymundo Ronaldo Campos, que teria comandado a diligência, disse ter visto “uma pessoa atravessar a rua em meio a outro carro”. Os irmãos sargentos Jurandyr e Jacy Ochsendorf e Souza, que também teriam participado da operação, afirmam que não podem assegurar ter visto o prisioneiro se evadir do local e nem precisar se quem transportavam era mesmo Rubens

Paiva. No Termo de Declaração prestada ao DPF, em 25 de setembro de 1986, no inquérito policial instaurado para apurar o desaparecimento de Rubens Beyrodt Paiva, Jurandyr Ochsendorf e Souza, declarou que:

[...] ao final do mês de janeiro do ano de 1971, o declarante estava recolhido num alojamento do DOI-CODI quando foi chamado para cumprir uma missão, que não soube precisar o horário [...] que após vestir-se, juntamente com seu irmão, apresentou-se ao oficial de permanência, que era o Capitão Ronaldo [Raymundo Ronaldo Campos], o qual naquela oportunidade já se encontrava numa viatura Volkswagen sedan, com uma segunda pessoa; que o declarante supõe que já era bem tarde da noite ou princípio da madrugada; que na viatura seu irmão Jacy sentou-se ao lado dessa pessoa não identificada e que estava imediatamente atrás do motorista [...]; que naquela oportunidade, como era de praxe, a pessoa estava com um capuz sobre a cabeça; que após embarcarem no veículo seguiram em direção ao bairro da Tijuca [...]. Que a bem da verdade o declarante não sabia o nome do prisioneiro que estava conduzindo [...]; que o declarante não pode afirmar se era realmente Rubens Paiva a pessoa a quem transportara naquele dia em que ocorreu a interceptação; que o declarante não pode precisar da forma que tomou conhecimento do nome do prisioneiro como sendo Rubens Paiva, mas que pode ter sido através dos órgãos.

Em novembro de 2012, foram entregues à Comissão Nacional da Verdade (CNV), pelo governador Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, em cerimônia pública que contou com a presença de Maria Beatriz Paiva Keller, filha de Rubens Paiva, documentos que estiveram sob o poder do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex-comandante do DOI do I Exército. Os documentos haviam sido apreendidos pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, após o assassinato do coronel Molinas, em 1º de novembro de 2012.

1. Na apreensão, foi identificado o documento “Turma de Recebimento”, do DOI do I Exército, de 21 de janeiro de 1971, importante fonte para o esclarecimento das circunstâncias da prisão arbitrária e ilegal de Rubens Paiva. Nesse documento, fica atestada a entrada de Rubens Paiva no DOI, em 20 de janeiro de 1971, encaminhado pelo Quartel da 3ª Zona Aérea, pela equipe do Cisa. Também se descrevem documentos pessoais de Rubens Paiva, como cartão de identificação de contribuinte, cartão *Diners Club*, carteira de habilitação, cinto de couro preto, canetas, relógio (“de metal branco marca Movado”), dinheiro (“duzentos e sessenta cruzeiros”), 14 livros, de diversos autores e quatro cadernos de anotações.¹

2. Ainda no mesmo documento, no item 2, intitulado “Pertences Pessoais”, consta a seguinte anotação manuscrita: “obs: 2 cadernos de anotações encontra-se (sic) com o MAJ BELHAM. (Devolvidos os cadernos)”, com uma rubrica não identificada. Há outra folha, de caderno pautado, de 4 de fevereiro de 1971, na qual está escrito “Seção de Recebimento. Cautela”. Na sequência, lê-se: “foi retirado pelo Sr. Oficial de

Administração Cap. Santabaia, todo (sic) os documentos pertencente (sic) ao carro de Rubens Beyrodt Paiva em 4-2-71”.² O Informe nº 70, da Agência do Rio de Janeiro SNI, de 25 de janeiro de 1971, registra também a prisão de Rubens Paiva. Segundo o Informe, “[...] 2.3 Rubens Beyrodt Paiva foi localizado, detido e levado para o QG da 3ª. Zona Aérea e de lá conduzido juntamente com Cecília [de Barros Correia Viveiros de Castro] e Marilene [de Lima Corona] para o DOI [...]”.³

Em 27 de janeiro de 2014, a CNV recebeu informações complementares de testemunha ocular, aqui referida como “Agente Y”, em esclarecimento ao Termo de Declaração de 24 de abril de 2013. A testemunha informou:

[...] em complemento e esclarecimento a declarações prestadas ao Dr. Cláudio Fonteles, em abril de 2013, venho dizer, ao amparo do inciso I, artigo 4º da Lei 12.528/2011, que quando utilizei, naquelas declarações, a expressão interrogatório não-convencional, quis me referir à pressão feita com força pelo Tenente Hughes contra o senhor, que viria a saber tratar-se de Rubens Paiva, contra a parede. Na oportunidade, tendo em vista as condições físicas do próprio senhor, tive o sentimento de que ele poderia não resistir. Não posso entretanto dizer se as condições físicas do Sr. Rubens Paiva tinham outros antecedentes, ou se este fato gerou a sua morte. Reafirmo, ainda, que comuniquei naquela data, ou seja, 21 de janeiro de 1971, este fato ao então Major Belham, que procurei e encontrei na sua sala de trabalho. No momento estava acompanhado do Chefe da 2ª. Seção do Batalhão de Polícia do Exército, Capitão Ronald Leão, a quem dei ciência do fato anteriormente [...].

Por meio das investigações realizadas pela CNV, como a oitiva de militares do 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), constatou-se que oficiais daquele batalhão foram testemunhas da morte sob tortura de Rubens Paiva no DOI-CODI. Tanto o “Agente Y”, quanto seu superior, coronel Ronald Leão, além de levarem o fato ao conhecimento do comandante do DOI-CODI, major Belham, teriam comentado o acontecimento com outros militares e agentes. O oficial do Exército Ronald José Mota Batista de Leão, hoje falecido, relatou à CNV, em abril de 2013, que:

[...] A chegada de Rubens Paiva (uma noite que não sei precisar a data) ocorreu sendo trazido pelo CIEX ao 1º. BPE, entrando pelo portão dos fundos (CIEX), onde pelo que me consta permaneceu no quartel sendo ouvido pelo pessoal do DOI-CODI/CIEX. Ao tomar conhecimento do fato da chegada de um preso, à noite, procurei me certificar do que se tratava, mas fui impedido pelo pessoal do CIEX (major [Rubens Paim] Sampaio e capitão [Freddie] Perdigão [Pereira]), sob alegação de que era um preso importante, sob responsabilidade do CIEX/DOI CODI. Alertei ao comando e fui pra casa. No dia seguinte, à tarde, fui procurado [pelo “Agente Y”] em minha sala e o mesmo me alertou de algo estranho estava acontecendo. Fomos eu e [“Agente Y”] ao coronel Belham relatar o ocorrido, nossa preocupação, onde em seguida, nos dirigimos, ao Comando do Batalhão relatando o feito. Ao término do expediente, fui para minha residência, já que o preso em questão era de responsabilidade do DOI

CODI, bem como todos os outros que lá se encontravam levados pelo CIEX [...].

Na mesma carta, Leão se refere a outros militares que poderiam esclarecer as circunstâncias da morte e do desaparecimento de Rubens Paiva:

[...] General Belham – Na época chefiava o DOI-CODI, estava nas dependências do DOI-CODI, quando da chegada do Sr. Rubens Paiva. Ele sabe quem interrogou o preso e o que aconteceu!

[...] Hughes – Oficial da Reserva, interrogador do DOI-CODI, citado como “forte, de olhos azuis”, onde após ser licenciado pelo Exército, foi para os Correios e Telégrafos [...].

[...] Coronel Ronaldo – Raymundo Ronaldo Campos, Oficial de Cavalaria, participava dos interrogatórios.

[...] Rubem Paim Sampaio, chefe da equipe CIEX, equipe esta, que recebeu o Sr. Rubens Paiva e o interrogou. Este oficial pode informar o que aconteceu com o referido preso.

Ainda no mês de abril de 2013, o “Agente Y” relatou à CNV que

O CISA trouxe Rubens Paiva para o DOI durante a noite. Já havia terminado o expediente no Btl [Batalhão] e, como de costume, o declarante já tinha ido para sua casa. Por isso, sequer estava no quartel quando o CISA o trouxe. Fiquei sabendo dessa chegada, no dia seguinte (não sei precisar a data), pelos comentários ouvidos. Nesse mesmo dia (seguinte à chegada) e quase ao término do expediente, por volta das 17 horas, ao me despedir dos soldados e sargentos do Pelotão, reparei que a porta de uma das salas de oitiva do DOI estava entreaberta. Salas essas, repito, de uso exclusivo do DOI, conforme já relatei. Ao dirigir-me para fechá-la, deparei com um interrogador do DOI, de nome Hughes (Hughe? Hughs?), no seu interior, utilizando método não tradicional de interrogatório em uma pessoa que, de relance, me pareceu ser de meia idade. Presumi que aquilo poderia ter consequências desagradáveis. De imediato, o declarante foi à sala do Cap Leão, dentro do mesmo Pavilhão, relatando o fato. Decidimos informar ao Cmt do DOI. Saímos do Pavilhão e fomos até a CCSv, onde ficava a sala dele. Falamos, PESSOALMENTE, com o então Maj Belham, o que fora visto, alertando-o para as possíveis consequências.

Em 13 de junho de 2013, o general da reserva José Antônio Nogueira Belham compareceu à CNV para prestar esclarecimentos sobre o caso de Rubens Paiva e outros fatos relacionados com sua atuação no Exército brasileiro. O general Belham confirmou conhecer as testemunhas que confirmaram sua participação na ação e afirmou nunca ter tido nenhuma desavença com elas, alegando que estava de férias em 21 de janeiro de 1971, suposto dia da morte de Rubens Paiva. Entretanto, de acordo com sua folha de alterações funcionais, de 1º de janeiro a 30 de junho de 1971, nesse período o militar fez deslocamentos sigilosos, com saque de diárias nos dias 2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26 e 29 de janeiro. É importante assinalar que o dia 20 de janeiro de 1971, data em que Belham interrompeu suas férias para realizar deslocamento sigiloso com saque de

diárias, corresponde ao dia em que Rubens Paiva foi levado, no final do dia, ao DOI do I Exército, no Rio de Janeiro (RJ).

Ao descrever a prisão e tortura de seu pai, Marcelo Rubens Paiva relata que:

Segundo versão de dona Cecília [Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro], ela, outra mulher e meu pai permaneceram de pé muito tempo, com os braços pra cima, num recinto fechado. Com a longa duração do castigo, dona Cecília fraquejou, sendo amparada por meu pai, que estava ao lado dela. A atitude dele irritou o chefe do interrogatório, descrito como ‘um oficial loiro, de olhos azuis’, que atacou meu pai e começou a surrá-lo. – Vocês vão matá-lo, gritou uma das mulheres. Isso fez com que esse oficial ficasse completamente fora de si e, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a aproximar-se do meu pai, já estirado no chão. – Aqui não se tortura, isso é uma guerra, gritou o oficial.

Ainda, a descrição física do agente que torturou Rubens Paiva, segundo relato transmitido a Marcelo Rubens Paiva, coincide com a descrição de oficial de nome “Hughes” feita em carta de esclarecimento que o militar Ronald José da Mota Batista de Leão encaminhou à CNV: “[...] Hughes – Oficial da Reserva, interrogador do DOI CODI, citado como ‘forte, de olhos azuis’, onde após ser licenciado pelo Exército, foi para os Correios e Telégrafos [...]”. A CNV identificou o oficial “Hughes” como Antônio Fernando Hughes de Carvalho, nascido no Rio de Janeiro em 1º de junho de 1942 e falecido no ano de 2005. Segundo o “Agente Y”, quando viu Rubens Paiva teve a impressão que ele poderia não resistir diante das condições físicas em que se encontrava. Durante o depoimento do “Agente Y”, o mesmo identificou o agente Hughes, a partir da visualização de foto, como Antônio Fernando Hughes de Carvalho. No Diário Oficial, Seção I, Parte I, de 5 de novembro de 1971, foi publicada a Portaria nº 1053-GB, que conferiu Medalha do Pacificador a Hughes, “como uma homenagem especial do Exército, pelos assinalados serviços prestados no combate à subversão, colaborando dessa forma, para a manutenção da lei, da ordem e das instituições”.

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou, em maio de 2014, denúncia contra cinco ex-militares (José Antonio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Jurandyr Ochsendorf e Souza, Jacy Ochsendorf e Souza e Raymundo Ronaldo Campos) envolvidos nos crimes cometidos contra Rubens Paiva, sendo certo que o processo encontra-se pendente de julgamento.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Sequestrado em sua residência na av. Delfim Moreira nº 80, no Rio de Janeiro (RJ). Provavelmente, foi executado nas dependências do DOI-CODI do I Exército.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro Carlos Afonso Dellamora

Chefe do CIE: general Milton Tavares de Souza

Chefe de operações do CIE: general José Luís Coelho Neto

Sub Chefe de operações do CIE: major Rubens Paim Sampaio

Comandante da 3ª Zona Aérea: brigadeiro João Paulo Burnier

Comandante do I Exército: general Syseno Ramos Sarmento

Chefe do Estado Maior do I Exército: general Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Comandante da 1ª Região Militar: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

Chefe do 1º Batalhão de Polícia do Exército: coronel José Ney Fernandes Antunes

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunha I sobre a autoria |
|--------------------------------------|-------------------------|-------------|--|---|---|
| Antônio Fernando Hughes de Carvalho. | DOI-CODI do I Exército. | agente. | Tortura, homicídio doloso e ocultação de cadáver. | DOI-CODI I. | Depoimento do então tenente-médico do Exército Amílcar Lobo; Carta de Ronald José Mota Batista de Leão à CNV; Depoimento à CNV do “Agente Y”. |
| João Paulo Burnier. | CISA. | brigadeiro. | Sequestro, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | Av. Delfim Moreira nº 80, no Rio de Janeiro (RJ). | IPM 5425/09/86; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| José Antônio Nogueira Belham. | DOI-CODI do I Exército. | major. | Sequestro, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; Depoimento de Ronald José Mota Batista de Leão; |

| | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------|------------------|---|-------------|--|
| | | | e homicídio doloso. | | “Dossiê Rubens Paiva”; Depoimento à CNV do “Agente Y”. |
| Rubens Paim Sampaio. | CIE. | major. | Desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; Depoimento de Ronald José Mota Batista de Leão; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Amilcar Lobo Pereira da Silva | DOI-CODI do I Exército | Tenente - médico | Tortura | DOI-CODI I | IPM 5425/09/86; Arquivo Nacional, SNI: AC ACE_58270_86 |
| Jurandyr Ochsendorf e Souza. | DOI-CODI do I Exército. | sargento. | Desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Jacy Ochsendorf e Souza. | DOI-CODI do I Exército. | sargento. | Desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Raymundo Ronaldo Campos. | DOI-CODI do I Exército. | capitão. | Desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; Depoimento de Ronald José Mota Batista de Leão; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Freddie Perdigão Pereira. | CIE. | capitão. | Desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Ney | DOI- | coronel | Desaparec | DOI- | IPM 5425/09/86; |

| | | | | | |
|------------------------------------|-------------------------|--------|--|-------------|---|
| Fernandes Antunes. | CODI do I Exército. | . | imento forçado, ocultação de cadáver e homicídio doloso. | CODI I. | “Dossiê Rubens Paiva”. |
| Francisco Demiurgo Santos Cardoso. | DOI-CODI do I Exército. | major. | Desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. | DOI-CODI I. | IPM 5425/09/86; “Dossiê Rubens Paiva”. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---------------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, SNI: BR_ANBSB_V8_AC_ACE_58477_86. | IPM para investigar a morte de Rubens Paiva, 4/9/1986. | SNI. | Versão oficial sobre o desaparecimento de Rubens Paiva. |
| Arquivo da CNV: 00092.000306/2014-98. | Dossiê Rubens Paiva. | Depoimentos. | Diversos documentos envolvendo o caso. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_AC_ACE_58801_86. | Termo de Declarações presadas por Cecília Viveiros de Castro, 11/9/1986. | DOPS/SR/DPF/RJ. | Circunstâncias da morte. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_58270_86. | Cópia do artigo "GENERAL FAZ DESMENTI DO NO CASO RUBENS PAIVA", de | Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . | Depoimento do então tenente-médico do Exército Amílcar Lobo. |

| | | | |
|---|--|-----------------------------------|---|
| | 22/8/1986. | | |
| Arquivo da CNV: 00092.00006/2014-98. | Carta do coronel Ronald José Mota Batista de Leão. | Ronald José Mota Batista de Leão. | Carta de esclarecimento e cita nominalmente envolvidos. |
| PAIVA, Marcelo Rubens. São Paulo: Círculo do Livro. | <i>Feliz Ano Velho.</i> 1982. | Marcelo Rubens Paiva. | Informações sobre sequestro e morte da vítima. |
| Arquivo CNV: 00092.001121/2012-39. | Turma do recebimento. | DOI/CODI I. | |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|---|
| “Agente Y”. | Depoimento reservado à CNV em abril de 2013. 00092.000306/2014-98. | Relata as torturas sofridas pela vítima e sua morte |
| general da reserva José Antônio Nogueira Belham. | Depoimento à CNV em 13 de junho de 2013. 00092.002068/2014-55 | Contradições sobre as circunstâncias do sequestro, da tortura e da morte da vítima. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---|--|--|
| coronel da reserva Raymundo Ronaldo Campos. | Depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de novembro e 2013. Arquivo CNV: 00092.002823/2014-00 | Denuncia como falsa a versão oficial sobre a fuga de Rubens Paiva. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Rubens Beyrodt Paiva foi morto e desaparecido quando o mesmo se encontrava sob a guarda do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura

militar, implantada no país a partir de abril de 1964, restando desconstruída a versão oficial divulgada à época dos fatos.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais, identificação do local e circunstâncias da morte, identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

¹ Arquivo da CNV, 00092.001121/2012-39.

² Arquivo da CNV, 00092.001121/2012-39.

³ Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_ARJ_ACE_446_71.

RAIMUNDO NONATO PAZ



DADOS PESSOAIS

Filiação: Francisca Fernandes Paz e Antônio Paz Ferino

Data e local de nascimento: Canindé (CE)

Atuação profissional: Camponês

Organização política: Não se aplica

Data e local de morte: 2/1/1971, Canindé (CE)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido em Canindé, no sertão do Ceará, desde muito cedo Raimundo Nonato Paz dedicou-se ao trabalho rural. Era casado com Maria Eudes Ramos, com quem teve dois filhos. Conhecido como "Nicolau 21" ou "Nonatinho 21", Raimundo Nonato participou, junto com outros trabalhadores, da resistência à ação de policiais comandados pelo delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS/CE), Cid Martus, que visava despejar à força os moradores da fazenda Japuaara, no município de Canindé (CE). Já idoso, Raimundo Nonato Paz foi morto no dia 2 de janeiro de 1971, por tiros disparados à queima-roupa, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 7 de maio de 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Raimundo Nonato Paz. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱ

Raimundo Nonato Paz foi morto no dia 2 de janeiro de 1971, por agentes do DOPS/CE, no episódio conhecido como "Chacina de Japuaara". Nessa data, um grupo de aproximadamente 23 policiais, sob o comando de Cid Martus, cercou a residência da vítima e, de acordo com matéria do jornal *O Povo*, de 4 de janeiro de 1971, "armados de metralhadoras, fuzis mosquetões e revolveres empreendem no momento a mais rigorosa diligência no município de Canindé”.

A violência sofrida pelos moradores da fazenda Japuaara, no município de Canindé, no Ceará, é emblemática do período em que se exacerbou no meio rural a repressão do regime militar, com a articulação entre as ações de violência comandadas pelo latifúndio e as promovidas pelos agentes do Estado, por meio das forças policiais. Os abusos praticados pelo novo proprietário da fazenda, Júlio Cesar Campos, sobre os moradores começaram no final dos anos 1960 e se intensificaram no começo dos anos 1970. Os principais confrontos, conhecidos como a “Chacina de Japuaara”, ocorreram em dois momentos no dia 2 de janeiro de 1971, conforme testemunho do camponês Francisco Blaudes de Sousa Barros, em seu livro *Japuaara, um relato das entranhas do conflito*.

Os conflitos ocorreram em 1968 quando a herdeira da fazenda, Hebe Braga Barroso, vendeu a propriedade para Júlio Cesar Campos. O primeiro dono da área, Anastácio Braga Barroso, ainda em vida, havia arrendado a terra a seu sócio, Firmino da Silva Amorim, que, por sua vez, deixou-a sob a administração de Pio Nogueira, pai de Francisco Blaudes, que se tornou o líder da resistência dos moradores. Ao colocar a propriedade à venda, a herdeira, Hebe Braga Barroso, assumiu o compromisso de dar prioridade ao antigo ocupante, mas descumpriu o acordo verbal, vendendo a área a outro interessado. O ocupante deu entrada na Justiça em uma ação preferencial de compra e em outra exigindo indenização pelas benfeitorias. O novo proprietário solicitou emissão de posse e ganhou a questão. Em 1969, foi expedido o mandado contra o ocupante e contra os moradores-parceiros. A ação atingiu 59 trabalhadores rurais e suas famílias. O mandado judicial concedia 24 horas para que deixassem a área. Um advogado designado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) dedicou-se à causa dos moradores, obtendo uma decisão favorável que sustou a ação de despejo.

Em 2/1/1971 ocorreram então os dois confrontos mais graves. No primeiro episódio, houve uma tentativa de despejar os moradores à força. O proprietário da fazenda contratou homens que trabalhavam nas frentes de emergência contra a seca para destelhar as casas e destruir as benfeitorias. No mesmo dia, o delegado do DOPS/CE, Cid Martus, acompanhado de policiais militares, invadiu a fazenda. Houve resistência dos moradores, que se defendiam com foices, facões e outros instrumentos de trabalho.

Sem conseguir demover os agressores, o administrador da fazenda e líder do grupo, Pio Nogueira, foi para dentro de sua casa, que estava sendo destelhada, para impedir sua destruição. Para tentar evitar o pior, disparou sua arma calibre 20 para o alto, ferindo um peão, que caiu sobre uma cerca de varas e morreu. Joaquim Rodrigues, o Piau, era um alistado nas frentes de emergência. Os peões começaram a se reunir em frente à casa. Temendo uma investida, Pio fez vários outros disparos para o alto. O grupo se dispersou e deixou a fazenda.

No segundo episódio, em um confronto entre o mesmo delegado do DOPS/CE, policiais militares e agricultores, três pessoas perderam a vida: o próprio delegado, o agricultor Raimundo Nonato Paz e o policial militar Jorge Paulo de Freitas. O conflito começou quando da chegada do delegado, acompanhado de um grupo de policiais militares armados. De forma violenta, o delegado interpelou Raimundo, um camponês de 60 anos de idade na ocasião, sobre onde se encontrava o líder do grupo, Pio Nogueira. Depois disso, humilhou o trabalhador.

No livro *Japuara, um relato das entranhas do conflito* (2013), Francisco Blaudes de Sousa Barros descreveu o momento em que Raimundo foi interpelado pelo delegado, que tentou arrebatar-lhe bruscamente a foice das mãos. Com dificuldades para responder por ter ficado muito nervoso e ser gago, Raimundo seguiu segurando firmemente seu instrumento de trabalho. De acordo com a narrativa,

Incomodado com a resistência de alguém supostamente frágil, mas com tamanha firmeza, enquanto falava, num ímpeto, o delegado engatilhou seu revólver calibre 38 na face do velho e disparou à queima-roupa. O projétil se alojou na maçã do rosto do trabalhador, abaixo da cavidade do olho.

Depois de alvejado e desorientado pelo ferimento, Raimundo atingiu o delegado com a foice. Os policiais dispararam no trabalhador e no final do confronto, o camponês e o delegado morreram.

De acordo com o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007), um exame necroscópico foi realizado no corpo do trabalhador, na Delegacia de Polícia de Canindé, em 26/2/1972, assinado pelos médicos Waldez Diógenes Sampaio e Antônio Lins Mello, que confirmaram a morte do agricultor em tiroteio, atestando “parada cardíaca” como causa da morte. A necropsia foi feita por solicitação do capitão da PM Antônio Carlos Alves Paiva, encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM).

Depois do confronto, os líderes camponeses que resistiram à ação policial se esconderam na mata. As mulheres e filhos enfrentaram espancamentos, humilhações e perseguições. Um dos casos registrados foram os maus-tratos sofridos pelo menino Francisco de Souza Barros, de nove anos, registrados no livro *Brasil Nunca Mais*: interrogado pela polícia sobre onde estava seu pai, ele foi sequestrado e obrigado a carregar armas pesadas mata adentro, ficando com graves sequelas emocionais. O grupo de moradores formado por Francisco Nogueira Barros, o Pio; seu filho, Francisco Blaudes de Sousa Barros; Joaquim Abreu, Alfredo Ramos Fernandes, o Alfredo 21; Antonio Soares Mariano, o Antonio Mundoca; e Luís Mariano da Silva, o Luís Mundoca, ficou vários dias na mata. Ao ser resgatado, o grupo ficou preso por cerca de um mês em uma unidade do Corpo de Bombeiros, quando se iniciou o IPM. Depois, o caso foi remetido à Justiça comum. Dez trabalhadores foram indiciados como implicados nas mortes de um carreteiro, do soldado e do delegado. Ninguém foi indiciado pela morte do camponês Raimundo Nonato Paz.

Dias depois, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece) encaminhou pedido de desapropriação da fazenda ao recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A solicitação estava fundamentada na eclosão do próprio conflito, na irregularidade da venda da área e no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros. Temendo que o episódio estimulasse novas ações de resistência na região, o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, assinou decreto desapropriando 3.645 hectares em benefício

de 39 famílias. A resistência da fazenda Japuara converteu-se, assim, no primeiro caso de desapropriação para fins de Reforma Agrária, em pleno regime militar.

O registro feito pela *Gazeta de Notícias*, na data da desapropriação da fazenda, em 25 de março de 1971, destacou que

[...] o decreto baseou-se na exposição de motivos do Ministério da Agricultura que lembrou os lamentáveis feitos ali ocorridos recentemente, quando ocupantes da área, há vários anos, com arrendamento e parceria, foram vítimas da violência por parte do proprietário Júlio Cesar Campos. Diz ainda o ministro que a área se caracteriza como de forte tensão social.

Estudiosos apontaram tratar-se de uma “medida acauteladora” do governo Médici, traduzindo o temor, por parte do regime militar, de que o caso da fazenda Japuara se estendesse a outras propriedades em situação de conflito. A princípio os jornais tratavam os camponeses como “bárbaros”, que “ceifaram a vida de policiais trabalhadores”. Depois reconheceram que eles “apenas agiram em legítima defesa para defenderem seus lares dos algozes contratados pelo fazendeiro”. E, ao final, entenderam que “tão justa foi sua causa que o Governo Federal os beneficiou com a primeira Reforma Agrária do Estado do Ceará”.

Em 1978, o próprio assessor jurídico da Fetraece, Lindolfo Cordeiro, que prestou assistência aos trabalhadores rurais no episódio, foi preso pelo governo militar e assassinado ao sair da prisão, a mando de latifundiários. Passados quase 15 anos do conflito, em 1984, todos os camponeses indiciados no processo foram absolvidos com base na tese de legítima defesa e negativa de autoria dos crimes.

Os restos mortais de Raimundo Nonato Paz foram enterrados no cemitério de Canindé, no Ceará.

LOCAL DE MORTE

Fazenda Japuara, área rural do município de Canindé (CE).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte:

1.1 Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/ CE)

Governador do Ceará: major Cezar Cals de Oliveira Filho

Secretário de Segurança Pública do Ceará: tenente-coronel Hamilton Holanda Teófilo

Comandante da 10ª Região Militar: general Luis Serff Sellman

Departamento de Ordem Política e Social – DOPS da 10ª Região Militar: delegado Cid Martus

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0072_011, pp .13-16. | "4 mortos e 6 feridos na tragédia de Canindé". 04/1/1971. | Jornal <i>O Povo</i> . | Relata as circunstâncias da operação, o número de policiais envolvidos, o armamento empregado, a chefia da operação, bem como apresenta um quadro de análise sobre o episódio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0072_011, p. 7. | Certidão de óbito de Raimundo Nonato Paz. | Cartório Maciel de Andrade (CE). | A certidão indica como causa da morte 'parada cardíaca'. |
| Arquivo Nacional, DSI / MJ: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.234 Processo SECOM nº 52.023. | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (José Francisco da Silva). | Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça. | O documento esclarece os procedimentos de investigação adotados pelos órgãos de segurança com relação às lideranças e |

| | | | |
|--|------------|--|---|
| | 25/2/1972. | | indivíduos envolvidos nos sindicatos de trabalhadores rurais, após a tragédia de Canindé. |
|--|------------|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

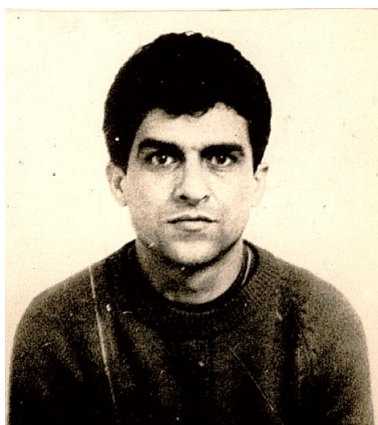
Diante das investigações realizadas, conclui-se que Raimundo Nonato Paz morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos, promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização de todos os envolvidos na morte de Raimundo Nonato Paz.

ⁱ Informações extraídas de: Barreira, Cesar. *Trilhas e atalhos do poder. Conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992; Barros, Francisco Blaudes de Sousa. *Japuaara, um relato das entranhas do conflito*. Vol. 2 da Coleção “Camponeses e o Regime Militar”. Brasília: MDA, 2013; Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, p. 150; Carneiro Ana; Ciocari, Marta. *Retrato da repressão política no campo*. Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2ª edição revista e ampliada, 2011, pp. 112-118, 123; Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Rio Grande do Sul. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1984, p. 48. Consumada desapropriação de Japuaara. *Gazeta de Notícias*, Ceará, 25/3/1971, Capa; Gomes, Francisco Maurigélbio Estevão Gomes. *Japuaara/1971: Memórias do conflito*. Monografia de conclusão do Curso de História, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, 2006.

ⁱⁱ Idem.

ADERVAL ALVES COQUEIRO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Jovelina Alves Coqueiro e José Augusto Coqueiro

Data e local de nascimento: 18/7/1937, Aracatu (BA)

Atuação Profissional: Operário da construção civil

Organização política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Data e local de morte: 6/2/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Aderval Alves Coqueiro iniciou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando ainda era muito jovem. Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, Aderval trabalhou nas obras de construção de Brasília (DF). Pouco tempo depois, além de ter atuado como operador de máquinas e vendedor autônomo, exerceu o trabalho de operário da construção civil no estado de São Paulo, onde passou a viver desde 1961. Após se desligar do PCB, integrou o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de São Paulo, centrando suas atividades na zona rural. Entre 1967 e 1968 desligou-se do PCdoB e ingressou na Ala Vermelha, uma dissidência do partido. Aderval era casado com Isaura Silva Coqueiro com quem teve duas filhas.

Por conta da sua militância política, em 29 de maio de 1969, Aderval foi detido na 2ª Companhia da Polícia do Exército (PE), em São Paulo, sendo transferido para o DOPS/SP e, posteriormente, preso no Presídio Tiradentes. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, por ocasião do sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental no Brasil, Ehrenfried Von Holleben, dirigindo-se para a Argélia juntamente com outros trinta e nove presos políticos também banidos. Viajou para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e retornou ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971, a partir de um esquema montado pela organização VAR-Palmares. Foi o primeiro banido a regressar clandestino ao Brasil, já como integrante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Aderval Alves Coqueiro morreu aos 34 anos de idade, atingido por disparos de arma de fogo, em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 7 de agosto de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Aderval Alves Coqueiros. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” realizou a 35ª audiência pública sobre o caso de Aderval e de outros militantes do MRT. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua da cidade de Salvador (BA).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Aderval Alves Coqueiro morreu no dia 6 de fevereiro de 1971, Rio de Janeiro, em ação praticada por agentes do DOI-CODI do I Exército.

Segundo a versão divulgada na época, Aderval teria sido morto em confronto armado com agentes das forças de segurança. Nesse sentido, a edição do *Jornal do Brasil*, de 8 de fevereiro de 1971, informava que Aderval teria resistido à prisão, sendo morto em consequência de um tiroteio. As investigações realizadas sobre o caso reúnem indícios que demonstram a falsidade dessa versão.

Banido do Brasil em junho de 1970, Aderval regressou clandestinamente ao país no dia 31 de janeiro de 1971, quando foi morar em um apartamento no Cosme Velho, bairro do Rio de Janeiro. A volta desse militante foi organizada por integrantes da organização VAR-Palmares, responsáveis pela articulação de um esquema que permitia o regresso dos banidos ao Brasil. Seu retorno foi objeto de investigações por parte dos órgãos de segurança com o intuito de identificar e dismantelar as redes que articulavam esse regresso.

A ação policial articulada para a captura de Aderval montou um bloqueio em torno do apartamento onde morava. Segundo a vizinhança, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes estatais com o objetivo de evitar a fuga do militante. No momento em que invadiram o apartamento, os agentes do DOI-CODI/I começaram a atirar, e Aderval foi abatido pelas costas no pátio interno do prédio. O zelador do prédio, Francisco Soares, afirmou ter visto uma centena de policiais civis e do Exército cercarem o prédio, que foi, em seguida,

“invadido por vários homens armados, e foram direto para o apartamento 202, nesse momento um oficial mandou que eu sair da janela, posteriormente escutei um militar gritar ‘atira e mata’, logo depois escutei uma grande gritaria nos fundos do prédio e vários disparos de armas, que durou somente alguns segundos, escutei uma pessoa falar ‘temos presunto fresco’ (...) observei varias marcas de tiros, não sabendo dizer quantas, estando ele somente de calção, sem camisa e desarmado, também ouvi o policial dizer ‘bota a arma do lado dele’ (...).”

O memorando nº 268/7, de 10 de fevereiro de 1971 com o assunto “Diligência do 1º Exército”, remetido pelo delegado do DOPS, Nelson Hatem, para o Diretor da Divisão de Informação informa que o comissário do DOPS responsável pelo plantão do dia 6 para 7 de fevereiro de 1971 era Maurício da Silva Lintz. O comissário registrou que, durante seu plantão, elementos do I Exército compareceram à delegacia e comunicaram que uma diligência realizada na Rua Cosme Velho nº 1061 tinha resultado na morte de um indivíduo não identificado. Ainda segundo seu relato, o comissário informa ter feito o deslocamento do corpo ao IML para a identificação datiloscópica e fotográfica, tendo depois tomado conhecimento que o corpo era de Aderval Alves Coqueiro. O documento ainda informava a presença no local da ocorrência de uma senhora, Albertina Moreira Siqueira, proprietária do apartamento onde fora encontrado Aderval e que teria sido levada ao I Exército e posteriormente encaminhada ao Hospital Souza Aguiar. Nas fichas localizadas no acervo do Arquivo Público do Rio de Janeiro, apesar de constar a identificação de Aderval, havia a inscrição “*cadáver de um desconhecido*”. Dessa maneira pode-se concluir que a ação que culminou na execução de Aderval foi realizada pelo DOI-CODI/I com apoio do DOPS/RJ.

No processo sobre o caso na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o relator Luís Francisco Carvalho Filho solicitou ao Instituto Médico Legal (IML/RJ) o laudo necroscópico de Aderval, recebendo apenas uma certidão confirmando a data do óbito e informando que a morte ocorreu “[...] em consequência de crime, sendo a *causa mortis* ferida transfixante do tórax – lesão do pulmão direito”, não permitindo determinar quantos tiros acertaram o corpo de Aderval. No entanto, as fotos do corpo de Aderval, que constam no processo da CEMDP, mostram várias perfurações, sendo visíveis também as marcas de sangue no chão que indicam que o corpo foi arrastado até o local, corroborando o depoimento do zelador do prédio, o senhor Francisco Soares, sobre a montagem da cena do local da morte. Neste sentido, aduziu o Relatório solicitado pela CEMDP:

“A eliminação sumária dos chamados terroristas fazia parte da estratégia dos órgãos da repressão. [...]. As fotos obtidas junto à Agencia JB indicam, com absoluta clareza, que a

vítima não foi abatida no local em que se encontrava o corpo. O cadáver foi arrastado para lá. As manchas de sangue no piso são visíveis e indicam o movimento. O revólver, portanto, também não poderia se encontrar naquela posição, na mão direita. As fotos indicam, ainda, que o cadáver de Coqueiro apresentava outras lesões, além das feridas transfixantes do tórax e abdômen, mencionados na certidão de óbito e, em parte, no documento encaminhado pelo IML: Há nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita. Há uma situação de cerco e uma morte não esclarecida”.

Fica demonstrada, portanto, a falsidade da versão de tiroteio divulgada na época. Aderval foi o primeiro banido a ser morto pela repressão após seu retorno ao Brasil. Sua morte foi mencionada, dentro desse contexto, na Informação nº 114/16 da Agência do SNI do Rio de Janeiro, de 15 de setembro de 1972, que registrava que alguns banidos tinham retornado ao Brasil após treinamento em países comunistas, “tendo ocorrido inclusive mortes ao se defrontarem com a repressão, a exemplo do que aconteceu com ADERVAL ALVES COQUEIRO e CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY, após retornarem da Argélia”. O mesmo documento afirmava que, em razão da “eficiência dos Órgãos de Segurança”, outros exilados e banidos estariam “desestimulados em retornar, não desejando ter o mesmo fim de seus camaradas mortos”.

O corpo de Aderval Alves Coqueiro foi sepultado, pelos familiares, no Cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro, no dia 14 de fevereiro de 1971.

LOCAL DE MORTE

Rua Cosme Velho, nº. 1061, bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI / I

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckman Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Melo

Chefe do DOI-CODI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

1.2 DOPS/RJ

Governador do Estado do Rio de Janeiro: Jeremias Fontes

Secretário de Segurança Pública: N/I

Delegado do DOPS/RJ: Nelson Hatem

Comissário do DOPS/RJ: Maurício da Silva Lintz (plantão)

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|---|
| Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Administração, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 69, p. 165-168. Ficha de Identificação Policial nº12460 | Boletim de Presos. | DOPS/GB | Informa o nome de Aderval com a inscrição “Cadáver de um Desconhecido”. |
| Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Administração, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 69, p. 165-168. | Registro nº177, Diligências do 1º Exército, de 06 para 07/02/1971. | DOPS/GB | Informa a comunicação realizada pelo I Exército ao Comissário do dia do DOPS, Mauricio da Silva Lintz. |
| Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor Secreto, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 83, p. 180-175. | Memo nº SBO/048/1971, de 04/03/1971. | DOPS/GB | Informa a ligação de Antonio Joaquim de Souza Machado ao esquema de fornecimento de passaportes para elementos banidos. |
| Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Setor DOPS, Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983, Notação 153, p.24-53 | Depoimento de Sérgio Emmanuel Dias Campos ao CISA, de março de 1971. | Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) | Informa a articulação realizada por membros da organização Var-Palmars visando ao retorno dos banidos ao Brasil. |
| Banco de dados Memórias Reveladas. APERJ. Série Livros de Ocorrências, Notação DOPS/GB,LO,LRO pp. 49,675,49,01 | Ocorrência nº 199 de 10/2/1971 para 11/2/1971. | DOPS/GB | Indica a participação do Capitão Brant na operação acerca dos passaportes falsos para o retorno dos banidos e que culminou nos sequestros de Carlos Alberto Soares de Freitas e Antonio Joaquim de Souza Machado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_000 2_0002, p. 75 | Certidão de óbito de Aderval Alves Coqueiro, de 7/7/1971. | Ofício de Registro Civil, 4ª Circunscrição das Pessoas Naturais. | Indica como <i>causa mortis</i> de Aderval Coqueiro: “feridas transfixantes e penetrantes do tórax e abdômen, com lesão do pulmão direito e fígado; hemorragia interna e externa; anemia”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_000 2_0002, p. 12-17 | Prontuário nº 4.198 de Aderval Alves Coqueiro, sem data | Secretaria de Segurança Pública - DOPS | Relata as atividades políticas de Aderval Coqueiro, que foram monitoradas pelos órgãos de repressão. |

| | | | |
|---|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0002_0002, pp. 169-186 | Reprodução da fotografia – Agência JB e Fotos do prédio onde Aderval morreu feitas pelo grupo Tortura Nunca Mais/RJ (ambas sem data) | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e Tortura Nunca Mais/RJ. | Diversas fotografias do cadáver de Aderval Alves Coqueiro no local da execução e fotografias do prédio onde ocorreu a morte, sem data (publicadas nos anos 90). Registra inúmeras fotos do corpo de Aderval Coqueiro após a execução, indicando que o cadáver foi arrastado no piso abaixo do edifício. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0002_0002, pp. 160-161 | Depoimento de Francisco Soares, de 29/03/1996. | Cartório do 5º Ofício de Notas, Botafogo, Rio de Janeiro. | Afirma que testemunhou a execução de Aderval Alves Coqueiro por agentes do Estado. |
| Arquivo Nacional, SNI: DI_ACE_51213_72. | Informação nº 11416/72, de 15/9/1972. | Serviço Nacional de Informações (SNI). Agência Rio de Janeiro. | Menciona Aderval Coqueiro entre os banidos que retornaram ao Brasil e foram “mortos ao se defrontarem com a repressão”. Informa, ainda, que, sabendo da “eficiência dos Órgãos de Informação”, outros banidos estariam “desestimulados em retornar, não desejando ter o mesmo fim de seus camaradas mortos”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Aderval Alves Coqueiro morreu em decorrência de ação praticada por agentes do Estado, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias da morte de Aderval e para a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ODIJAS CARVALHO DE SOUZA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Anália Carvalho de Souza e Osano Francisco de Souza

Data e local de nascimento: 21/10/1945, Atalaia (AL)

Atuação profissional: estudante

Organização política: PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Data e local de morte: 8/2/1971, Recife (PE)

BIOGRAFIA

Odijas Carvalho de Souza era estudante de Agronomia na Universidade Federal Rural de Pernambuco, militava no movimento estudantil e no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ele desenvolveu atividades políticas nos estados de Alagoas, Ceará e Pernambuco. Foi perseguido pela ditadura por conta de sua liderança no movimento estudantil e teve de sair de Recife em razão dessa perseguição. Odijas trabalhou como vendedor de livros e professor particular e foi casado com Maria Yvone de Souza Loureiro. Odijas utilizava o nome falso de Hilton Alencar de Araújo e era conhecido pelos codinomes de “Baiano”, “Ciro”, “Carlos” e “Pedro”. Odijas Carvalho de Souza era negro¹, utilizava também o codinome de “Neguinho”. Seu nome foi incluído no livro *Direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. No momento da prisão, que antecedeu sua morte, Odijas estava na clandestinidade e era perseguido pelos órgãos da repressão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Odijas Carvalho de Souza foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 2 de abril de 1996, no processo administrativo de número 0191/96. O seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foram registradas com o nome de Odijas Carvalho de Souza ruas nas cidades de Maceió (AL), Recife (PE) e Ribeirão Preto (SP). O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) instituiu Odijas Carvalho de Souza como patrono, e uma placa em homenagem a ele foi inaugurada na sede do DCE-UFRPE, em agosto de 2009. Em novembro de 2010, foi erguida na Praça da Paz da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) a escultura para o Memorial “Pessoas Imprescindíveis”, elaborado pela artista plástica Cristina Pozobon, em homenagem aos alagoanos mortos na luta contra a Ditadura, entre eles Odijas Carvalho de Souza. Em novembro de 2012, foi efetuada a rematrícula de Odijas Carvalho de Souza na Universidade Federal Rural de Pernambuco, como ato simbólico e em sua memória.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Odijas Carvalho de Souza foi morto em consequência de atos de tortura praticados por agentes estatais, quando estava preso no DOPS/PE, no Recife.

No dia 30 de janeiro de 1971, na praia de Maria Farinha, município de Paulista (PE), Odijas Carvalho de Souza foi preso junto com Lylia da Silva Guedes, em uma ação de repressão aos membros do PBCR, organização à qual pertenciam. Os policiais Edmundo Brito de Lima, Ivaldo Nicomedes Vieira, Izaias Alves da Silva e Severino Pereira da Silva foram os responsáveis pela prisão de Odijasⁱⁱ. Ele foi torturado por uma semana, desde o momento de sua prisão no dia 30 de janeiro até o dia 6 de fevereiro de 1971, data em que foi levado para o Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, gravemente debilitado pela violência a que foi submetido. Odijas faleceu dois dias depois, em 8 de fevereiro de 1971, no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, no Recife.

A falsa versão foi consubstanciada no certidão de óbito com data de 10 de fevereiro de 1971ⁱⁱⁱ, assinado pelo médico-tenente da Polícia Militar de Pernambuco Ednaldo Paz de

Vasconcelos, do Instituto Médico-Legal de Pernambuco, que registrou a morte de Odijas como consequência de uma “embolia pulmonar”. Não foi realizada, no entanto, perícia necroscópica no corpo de Odijas para averiguar a causa da morte. O falecimento de Odijas somente foi divulgado formalmente pela Secretaria de Segurança no dia 28 de fevereiro de 1971, ou seja, 20 dias após sua morte. O corpo de Odijas foi sepultado, como indigente, no Cemitério Santo Amaro, no Recife, registrado como “Osias Carvalho de Souza”, grafado erroneamente, como forma de dificultar a identificação e a localização.

A falsa versão foi reproduzida nos Relatórios das Forças Armadas entregues ao então Ministro da Justiça, Maurício Correa, em dezembro de 1993. Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, sobre Odijas Carvalho de Souza: “FEV/71, nome falso, HILTON ALENCAR ARAUJO. Era militante. Foi preso em JAN 71, num ‘aparelho’ do PCBR, localizado na Maria Farinha, em Paulista/PE. Faleceu no dia 8 FEV 71.^{iv}”.

Os depoimentos de militantes políticos que estavam presos no DOPS/PE no mesmo período em que Odijas demonstraram a falsidade da versão divulgada à época e relataram as múltiplas torturas a que o militante do PCBR foi submetido.

Relatório publicado pela Anistia Internacional, assinado pela esposa de Odijas Carvalho de Souza, Maria Yvone de Souza Loureiro, e tendo como testemunha a militante política presa junto com ele, Lylia da Silva Guedes, de 14 de maio^v de 1971, apresentou detalhes sobre as circunstâncias de morte da vítima. De acordo com o documento, médicos do Hospital da Polícia Militar de Pernambuco recusaram-se a assinar a certidão de óbito de Odijas, que fora visto em coma por estudantes universitários que faziam um curso de treinamento no hospital. Além disso, o relato apontou entre os principais responsáveis pelas torturas praticadas contra Odijas os delegados Carlos de Brito e Aquino de Farias Rei, ambos do DOPS/PE. Foi destacado no documento que Odijas não confessou ou fez qualquer revelação pra os agentes da repressão e por essa razão foi brutalmente torturado. Maria Yvone, também presa no DOPS/PE no momento da morte de Odijas, soube do falecimento do marido apenas no dia 2 de março de 1971, ou seja, quase um mês após o fato. Durante esse período, nas vezes em que Maria Yvone pediu informações de Odijas para o secretário Armando Samico, ele omitiu a morte do militante. Finalmente, o relatório para a anistia internacional revelou que Odijas havia sido sepultado sem um

exame necroscópico ou autópsia e, até aquele momento, a família não tinha conhecimento do local exato desse sepultamento e não tinha tido acesso ao corpo.

Tarzan de Castro, ex-presos político e ex-deputado do estado de Goiás, preso no mesmo local e na mesma época em que Odijas, em depoimento prestado à CEMDP no requerimento para reconhecimento de Odijas como morto político, relatou as graves torturas que resultaram na morte do militante do PCBR^{vi}:

[...] Quase sob os nossos olhares, em uma sala ao lado das celas, começaram os interrogatórios e as torturas sobre Odijas, na medida em que ele resistia, aumentava a sanha dos torturadores que usavam nos espancamentos pedaços de pau, palmatória, socos, chutes, choques elétricos e outros meios. Algumas vezes Odijas era levado ao banheiro ao lado da nossa cela, para ser molhado com intuito de reabilitá-lo, para suportar mais torturas, sendo que nestes momentos tínhamos oportunidade de nos falar rapidamente. Os efeitos da tortura eram muito grandes, tanto física como psicologicamente e ele nos dizia: “se durar mais este massacre, sinto que vão me matar”. A sessão de interrogatório durou aproximadamente um dia e uma noite, ele estava todo quebrado por dentro e por fora. Quando foi jogado numa cela ao lado da nossa e não lhe dera assistência médica, nos protestamos, batendo nas grades, gritando e exigindo cuidados médicos para ele. Numa das vezes do protesto, apareceram na prisão o secretário de Segurança Pública Dr. Samico, acompanhado do delegado José Silvestre, ocasião em que conversamos com eles e explicamos se não houvesse de imediato assistência, o companheiro torturado iria morrer. Ele vomitava sangue, não conseguia se alimentar, o intestino não funcionava e não urinava.

O secretário respondeu-nos em gíria policial que aquilo era “esparro” [fingimento de Odijas] que sua saúde estava muito boa e nada foi feito. Passado alguns dias, apareceu uma pessoa que se dizia médico, disse que tudo estava bem com ele. Quando decidiram levá-lo para o hospital, ele já estava praticamente morto, o que infelizmente de fato veio a ocorrer dias após [...].

Lylia da Silva Guedes, presa e torturada na mesma ocasião da prisão e morte de Odijas, identificou os agentes responsáveis pela grave violação^{vii}:

Que deseja declarar ter sido torturada no DOPS de Recife, pelos investigadores MIRANDA e EDMUNDO, em dois dias consecutivos, quatro horas cada dia; que assistiu quando um outro prisioneiro era torturado, sendo tal prisioneiro de nome ODIJAS CARVALHO DE SOUZA; que o referido indivíduo se encontrava sentado, despido e era agredido por cerca de quinze pessoas; que a interrogada reconheceria cerca de dez dessas pessoas, entre estas: MIRANDA, EDMUNDO, EUSÉBIO, DR. CARLOS DE BRITTO, FAUSTO, ROCHA, BRITO, sendo as torturas comandadas pelo Dr. SILVESTRE, atual diretor do DOPS de Recife-PE; que, em consequência das torturas, ODIJAS CARVALHO veio a falecer; que a interroganda já se encontrava coagida e amedrontada quando deu seu interrogatório pelo Major JOÃO ALFREDO; que o referido major não chegou a maltratar a interrogada, tendo, no entanto, a ameaçado. (...) que a interroganda pôde relacionar os diversos elementos que torturaram ODIJAS por já reconhecer os referidos indivíduos do DOPS de Recife e vê-los diariamente, inclusive, quando foi torturada dois dias; que os jornais noticiaram a morte de

ODIJAS, como tendo ocorrida no dia 8 de fevereiro em virtude de “embolia pulmonar”; (...)

Segundo depoimento de Alberto Vinícius Melo de Nascimento, que estava preso no DOPS/PE e presenciou as violências a que Odijas Carvalho de Souza foi submetido^{viii}:

[...] que, aqui no DOPS, presenciou a tortura [...] porque passou um preso por nome Odijas; que, após essas torturas, o referido preso veio a falecer [...] que o responsável por essas ocorrências é o próprio Delegado do DOPS, que é o Dr. Silvestre; que, segundo Odijas lhe contou em vida, existe um investigador que é responsável por torturas; que esse investigador foi um dos torturadores de Odijas, chegando a bater no mesmo até se cansar, segundo relato do próprio Odijas; que esse investigador atende pelo nome de Miranda. [...]

Mario Miranda Albuquerque, à época estudante, na Apelação nº 39.155, no Superior Tribunal Militar, volume 4º, p. 749, no auto de interrogatório, afirmou:

(...) que das testemunhas arroladas na denuncia conhece as de nomes Edmundo Brito de Lima, Fausto Venâncio da Silva; que o interrogado tem a declarar contra as duas primeiras testemunhas haverem eles praticado torturas contra si e ainda contra o marido de Maria Yvone, de nome Odijas; [...]

Jorge Tasso, advogado e delegado aposentado da Polícia Civil de Pernambuco, em testemunho prestado na sessão pública realizada pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara no dia 31 de julho de 2012, apresentou informações importantes sobre a cadeia de comando e a autoria de graves violações de direitos humanos cometidas contra Odijas Carvalho de Souza^{ix}:

Nadja Brayner: Mas também naquela época era rotina se chamar outro preso pra presenciar o massacre do companheiro, como uma forma também de intimidar e assustar. Agora, no caso de Odijas, ele chegou a pedir ajuda a Alberto Vinicius, quando ele passou num determinado momento e estava todo ensanguentado, e pediu até uma roupa pra se recompor, tal estado em que ele se encontrava. Isso foi denúncia formal dos presos políticos. Mas a minha pergunta é o seguinte, o senhor disse que não tinha tomado conhecimento da tortura. Se perguntou sobre alguns policiais da época, e aí minha pergunta é bem direta: O delegado Aquino Farias foi inclusive nomeado por esses presos políticos, como um dos integrantes, ele era delegado na época, 1971, 1972. E a minha pergunta pro senhor é o seguinte: O senhor tem ideia que tipo de esclarecimento o senhor poderia nos dar sobre a participação de Aquino Farias nesse episódio, nesse massacre que foi feito a Odijas?

Jorge Tasso: Eu não posso informar quem estava lá. Eu garanto que o delegado era Dr. José Silvestre, e o que se comentava era que, chegou-se até a comentar que Odijas havia se atirado lá de cima, do primeiro andar; depois veio um problema que ele teria tido um outro problema e foi socorrido pro Hospital da Polícia Militar, onde morreu. E a *causa mortis* dele foi dada pelo setor de Medicina Legal, eu aqui acrescentaria como responsabilidade minha, obedecendo ordens de alguém lá de cima. O secretário de segurança era Dr. Armando Samico.

Pedro Eurico: Dr. Jorge, Dra. Nadja. Apenas pra lembrar, eu perguntaria ao senhor, Dr. Silvestre era o diretor do DOPS?

Jorge Tasso: Era o diretor do DOPS dessa época.

Pedro Eurico: Dr. Ednaldo Agra era delegado?

Jorge Tasso: Ednaldo Agra, se não me falha a memória, era diretor do CI, Centro de Informações. E Dr. Edvaldo Cruz trabalhava numa delegacia ligada ao DOPS.

Pedro Eurico: Luis Miranda estava lá nessa época também?

Jorge Tasso: Miranda nunca foi agente de polícia. Miranda era um araque, violento, agressivo, trabalhou como jornalista no jornal, no Diário da Manhã. Eu, inclusive, trabalhei uma época no *Jornal do Comércio*, e ele trabalhava, e eu conhecia ele. E ele era um infiltrado dentro da polícia, como era o que ela citou o nome, Humberto Amaro de Souza; agora eu não sei se ele estava presente, eu não sei a ligação dele com o pessoal do DOPS. Miranda era mais ligado ao pessoal do DOI-CODI, ligadíssimo.

Nadja Brayner: em 1971?

Jorge Tasso: É nessa época, é que foi na época que eu entrei.

Nadja Brayner: Porque as informações que se tem é que Miranda estava vinculado ao DOPS.

Jorge Tasso: Não, mas ele nunca foi agente de polícia, ele era um araque, ele tinha carteira de jornalista, trabalhou nos jornais, crônica esportiva no *Diário da Manhã*, um jornal pequeno, mas polícia nunca foi. Agora, agressivo e violento.

A advogada Mércia Albuquerque, defensora de inúmeros presos políticos, relatou o contato que teve com Odijas no dia em que antecedeu a morte do militante político^x:

Não se tinha certeza da prisão de Odijas e Lígia, sobretudo porque sabíamos que ele havia saído daqui. Recebi um telefonema anônimo, que me informava que Odijas estava preso no DOPS, muito mal, precisando de um médico. Tudo indicava que havia rotura de vísceras. Eu gostava muito de Odijas. Fiquei tensa. Procurei amigos que começaram, com cautela, a se movimentar e constataram que a informação era verdadeira.

Procurei o Dr. Francisco de Paula Acioly. Pedi sua ajuda. Ele foi à polícia e me informou que Odijas estava no Hospital da Polícia Militar. No dia 7 de fevereiro, consegui entrar clandestinamente naquele hospital. Odijas tinha muita febre, apresentava equimoses em todo o corpo, usava apenas uma cueca ou um calção. O rosto estava macerado e roxo. Olhou-me e disse-me: “Estou fodido”. Riu, fechou os olhos e disse alguns nomes. Passei a mão de leve na cabeça dele, beijei-o e saí desorientada. Eu não chorava, eu sofria, sofria muito. Já ia pela Praça do Derby, sentindo-me sufocada, quando parou um carro, um amigo me chamou. Entrei no automóvel. Desci em minha casa. Implorei a Deus que fizesse parar com tanta tragédia. No dia 8, morria Odijas com 25 anos.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), de Pernambuco, conseguiu, na 12ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca da Capital,

a retificação da certidão de óbito de Odijas e a *causa mortis* foi alterada para “homicídio por lesões corporais múltiplas decorrentes de atos de tortura”^{xi}.

LOCAL DE MORTE

Odijas Carvalho de Souza morreu no dia 8 de fevereiro de 1971, no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, Rua Betânia S/n., Praça do Derby, no Recife, em virtude de torturas a que foi submetido por agentes estatais, quando preso no DOPS/PE.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

DOPS/PE

Governador do estado de Pernambuco: Nilo de Souza Coelho

Secretário estadual de Segurança Pública de Pernambuco: Armando Hermes Ribeiro Samico

Diretor do DOPS-PE: Ordolito José Barros de Azevedo

Delegado do DOPS/PE: José Oliveira Silvestre

Delegado do DOPS/PE: Carlos de Brito

Agente do DOPS/PE: Edmundo Brito de Lima

Agente do DOPS/PE: Luís Martins Miranda Filho

Agente do DOPS/PE: Fausto Venâncio da Silva Filho

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------------|---|--------------------------|---|-------------------------|--|
| Armando Hermes Ribeiro Samico. | Secretário Estadual de Segurança Pública. | Secretário de Segurança. | Comandou as ações de tortura que culminaram na morte de Odijas. | DOPS/PE | Depoimento do ex-presos político Tarzan de Castro no Processo administrativo de Odijas Carvalho de Souza na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). |

| | | | | | |
|--------------------------------|----------|----------------------------|--|----------|--|
| José de Oliveira Silvestre | DOPS/PE. | Delegado. | Comandou a operação de prisão e as torturas que culminaram na morte de Odijas. | DOPS/PE. | Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_118, Processo nº 30/71, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, p.19. Citado no depoimento do ex-delegado Jorge Tasso e no da ex-presa política Lygia da Silva Guedes como um dos torturadores do estudante Odijas Carvalho de Souza. |
| Luís Martins de Miranda Filho. | DOPS/PE. | Agente policial. | Participou das torturas que provocaram a morte de Odijas. | DOPS/PE. | Citado no depoimento do ex-delegado Jorge Tasso e no da ex-presa política Lygia da Silva Guedes como um dos torturadores do estudante Odijas Carvalho de Souza. |
| Carlos de Brito. | DOPS/PE. | Delegado da Polícia Civil. | Participou das torturas que provocaram a morte de Odijas. | DOPS/PE. | Citado no depoimento da ex-presa política Lygia da Silva Guedes como um dos torturadores do estudante Odijas Carvalho de Souza. Citado no Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. 14/5/1971. Anistia Internacional (Londres). pp. 50-53. Arquivo Nacional, SNI:BR_NA_RIO_TT_0_MCP_PRO_0280. |
| Aquino de Farias Rei. | DOPS/PE. | Delegado da Polícia Civil. | Participou das torturas que provocaram a morte de Odijas. | DOPS/PE. | Citado no Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. 14/5/1971. Anistia Internacional (Londres). pp. 50-53. Arquivo Nacional, SNI:BR_NA_RIO_TT_0_MCP_PRO_0280. |

| | | | | | |
|---------------------------------|----------|------------------|---|----------|--|
| Edmund o Brito de Lima. | DOPS/PE. | Agente policial. | Comandou a operação para a prisão de Odijas. Responsável pelas torturas que provocaram a morte de Odijas. | DOPS/PE. | Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_118, Processo nº 30/71, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, p.19. Citado nos depoimentos do ex-presos político Mário Miranda de Albuquerque e no da ex-presos política Lygia da Silva Guedes, como um dos torturadores do estudante Odijas Carvalho de Souza. |
| Fausto Venâncio da Silva Filho. | DOPS/PE. | Agente policial. | Participou da prisão e das torturas que provocaram a morte de Odijas. | DOPS/PE. | Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_118, Processo nº 30/71, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, p.19. Citado no depoimento do ex-presos político Mário Miranda de Albuquerque e no da ex-presos política Lygia da Silva Guedes, como um dos torturadores do estudante Odijas Carvalho de Souza. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---------------------------------|-----------------------------|--|
| Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_05, pp. 34 e 85. | Relatório da Marinha, 2/2/1993. | Ministério da Marinha. | Registrou, sobre Odijas: “Fev/71, nome falso: Hilton Alencar Araújo. Era militante do PCBR. Foi preso em Jan 71, num “aparelho” do PCBR, localizado na Praia de Maria Farinha, em Paulista/PE. Faleceu no dia 8/2/1971”. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ AC_ACE_34760_71. | Informação nº 453/S-102-S2- CIE, 11/3/1971. | Ministério do Exército – CIE. | Documento de origem do IV Exército com assunto “Atividades do PCBR” registra a desarticulação de um aparelho do PCBR na praia de Maria Farinha, no município de Paulista (PE), em 30/1/1971 e a prisão de Odijas Carvalho de Souza e Lylia Sílvia Guedes. Também registra que Odijas usava no Ceará o codinome de “Baiano” e “Pedro” e em Pernambuco o de “Lúcio”. Possuía uma cédula de identidade expedida no Ceará com o nome de Hilton Alencar de Araújo. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ AC_ACE_36255_71. | Informação nº77/ARE/SNI, 15/4/1971. | Serviço Nacional de Informação – SNI. | O documento registra que Odijas foi preso em 30/1/1971, apresentou problemas renais e foi recolhido ao Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, onde ficou alguns dias e veio a falecer dia 8/2/1971 de embolia pulmonar. Anexo ao documento, está certidão de óbito que registra na data de 10/2/1971 o nome correto de Odijas de Carvalho de Souza, que a causa da morte foi embolia pulmonar e que o sepultamento se deu no cemitério de Santo Amaro. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ AC_ACE_102825_77 . | Informe nº 3364/31/AC/77, 23/5/1977. | Serviço Nacional de Informação – SNI. | Documento com assunto “tortura” relata que em um processo para apurar casos de torturas consta que Odijas morreu ao não resistir a tortura. |
| Arquivo da CNV: 00092.003295/2014- 06. | Certidão de óbito de Odijas Carvalho de Souza, 10/2/1971. | Registro Civil da Graça – Estado de Pernambuco. | Documento no qual consta a falsa versão da morte de Odijas Carvalho. |
| Arquivo da CNV: 00092.003296/2014- 42. | Certidão de óbito, retificado judicialmente, de Odijas Carvalho de Souza, 5/12/2013. | Registro Civil da Graça – 6º Distrito Judiciário da Capital. | Documento de retificação do certidão de óbito de Odijas, cuja <i>causa mortis</i> foi alterada para “homicídio por lesões corporais múltiplas decorrentes de atos de tortura”. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_NA_RIO_TT_0_ MCP_PRO_0280. | Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil, 14/5/1971. | Anistia Internacional (Londres). | Relatório denunciando casos de graves violações aos direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil. Consta o nome de Odijas e descreve as torturas que ele sofreu por meio de relatos e aponta alguns responsáveis. |

2. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Jorge Tasso, ex delegado da polícia civil de Pernambuco. | Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Sessão Pública realizada em 31/7/2012, pp. 47-48. | O depoimento contribuiu para esclarecer as circunstâncias de morte de Odijas e ofereceu informações relevantes sobre a cadeia de comando e autoria das graves violações de direitos humanos no caso. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Odijas Carvalho de Souza foi morto em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, restando desconstruída a falsa versão de morte por embolia pulmonar, divulgada à época dos fatos. Essa ação foi cometida em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Brasília, 2009, p.10.

ⁱⁱ Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_118, Processo nº 30/71, Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, pp.19-23.

ⁱⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092.003295/2014-06. Certidão de óbito de Odijas Carvalho de Souza, de 1971.

^{iv} Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_05, p. 10.

^v Arquivo Nacional, SNI: BR_NA_RIO_TT_0_MCP_PRO_0280. Relatório sobre as acusações de tortura no Brasil. 14/05/1971. Anistia Internacional (Londres). pp. 50-53.

^{vi} Arquivo da CNV: 00092.003297/2014-97. Processo administrativo de Odijas Carvalho de Souza na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

^{vii} Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_345, Apelação 39.761, Superior Tribunal Militar. Auto de interrogatório de Lylia da Silva Guedes. pp.15-156.

^{viii} Arquivo Brasil Nunca Mais Digital, BNM_179, Apelação 38.975, Superior Tribunal Militar, pp. 921-923.

^{ix} Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Testemunho de Jorge Tasso. Sessão Pública realizada em 31/7/2012. pp. 72-74.

^x Entrevista de Mércia Albuquerque ao Jornal do Commercio, em 13/2/1989. <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/imprensa/entrevista4_jc130289.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

^{xi} Arquivo da CNV: 00092.003296/2014-42. Certidão de óbito, retificado judicialmente, de Odijas Carvalho de Souza, de 2013.

JOSÉ DALMO GUIMARÃES LINS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Iracema Guimarães Lins e Sadote Pierre Lins

Data e local de nascimento: 13/3/1937, Maceió (AL)

Atuação profissional: representante comercial e cronista

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de morte: 11/2/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Alagoas, José Dalmo Guimarães morava com a família no bairro de Jaraguá e estudava no Colégio Marista Alagoano. cursou a Faculdade de Direito na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), mas foi expulso sob a acusação de envolvimento com atividades subversivas. Trabalhou como representante comercial de laboratórios farmacêuticos e como cronista no jornal *A Voz do Povo*. Entre os anos de 1962 e 1963, José Dalmo esteve em Cuba e na União Soviética, onde participou de atividades relacionadas à sua formação política. Quando retornou à cidade de Maceió, passou a integrar a executiva estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi detido dois dias depois do golpe militar de abril de 1964 e levado à Cadeia Pública. Em 1967, mudou-se para o Rio de Janeiro juntamente com sua esposa, Maria Luiza Araújo. Morreu aos 34 anos de idade em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 7 de maio de 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Dalmo Guimarães Lins. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e*

Desaparecidos no Brasil (1964-1985) organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro através do processo E-32/0945/0009/2004. Em sua homenagem, a prefeitura da cidade de Maceió registrou uma das ruas do Loteamento Parque dos Eucaliptos com o seu nome. Seu nome também foi incluído no "Memorial de Pessoas Imprescindíveis", localizado na praça da Paz, na Ufal. O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo nº E-32/0945/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Dalmo Guimarães Lins morreu no dia 11 de fevereiro de 1971, tendo se suicidado após ter sido preso por agentes da repressão e detido durante seis meses. Segundo um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), consta que José Dalmo deu entrada no órgão em 18 de maio de 1970, e que no mesmo dia foi levado ao “xadrez especial”, onde ficou disponível para ser interrogado em um inquérito. No dia seguinte, 19 de maio, foi encaminhado, juntamente com sua esposa, ao quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, onde funcionava o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) e atuavam agentes do CODI. Enquanto José ficou preso por seis meses, Maria Luiza permaneceu no Presídio Talavera Bruce por pouco mais de um ano. No período em que estiveram no DOI-CODI/RJ, ambos foram torturados.

Segundo Maria Luiza, José Dalmo ficou muito deprimido após o período de encarceramento e não conseguiu superar os traumas causados pela prisão. Logo depois de ser posto em liberdade, José Dalmo desenvolveu uma espécie de delírio persecutório, que o levava a viver buscando formas para fugir dos seus algozes que imaginava persegui-lo. Ademais, buscava encontrar maneiras de libertar a esposa, pois se considerava responsável pelo fato dela estar presa. No dia 11 de fevereiro de 1971, ele se jogou da janela do apartamento em que morava, no bairro do Leblon, e morreu logo em seguida.

Os restos mortais de José Dalmo Guimarães foram enterrados no cemitério São Francisco de Paulo, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Rua Professor Artur Ramos, Leblon, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOPS do estado da Guanabara

Governador do estado da Guanabara: Francisco Negrão de Lima

Secretário de Segurança Pública da Guanabara: general Luiz de França Oliveira

Chefe do DOPS: Gastão Barbosa Fernandes

1.2. 1º Batalhão de Polícia do Exército, Pelotão de Investigações Criminais (PIC)

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmentos

Chefe de Estado Maior do I Exército: general de Brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército: coronel José Ney Fernandes Antunes

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp. 27-28. | Planilha de registros, 18/5/1970. | Departamento Federal de Segurança Pública (DPS). | Apresenta a informação de que José foi ouvido em “sindicância reservada” a pedido do CODI. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp. 14-19. | SD/SAF nº 14046 – referência: despacho do Dr. Delegado do DOPS encaminhando depoimentos e declarações, 12/6/1970. | Divisão de Informações do DOPS. | Informa que José foi identificado, via fotografia, em 18/5/1970 e que fora recolhido ao xadrez especial, do DOPS, para responder a inquérito e, posteriormente levado para o CODI, em 20/5/1970. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp. 23-26. | Prontuário nº 3780, 16/9/1970. | DOPS. | Apresenta a informação de que José foi recolhido ao xadrez especial em 18/5/1970, estando disponível ao DPS e encaminhado ao CODI em 20/5/1970. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp. 94-95. | Certidão de óbito, 11/2/1971. | Registro Civil das Pessoas Naturais da 10ª Circunscrição. | Registra o nome correto da vítima e que o corpo foi sepultado no cemitério São Francisco de Paula. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, p. 64. | Matéria de jornal: “Atirou-se pela janela marido de subversiva”, de | <i>O Dia</i> . | Apresenta a versão oficial de suicídio. |

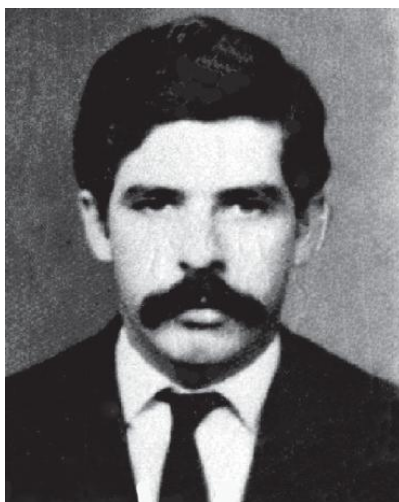
| | | | |
|---|---|--|---|
| | 12/2/1971. | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp. 17-20. | SD-SAF n° 6407 – Ref.: memorando n° 08/JSG/SSP/71 (DI-538), 17/2/1971. | Divisão de Informações do DOPS. | Informa que José foi identificado, via fotografia, em 18/5/1970 e que fora recolhido ao xadrez especial do DOPS para responder a inquérito e, posteriormente, foi levado para o CODI, em 20/5/1970. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, p. 21. | Informação SP/SAS n° 0401 – visitantes de presos subversivos recolhidos aos institutos penais Cândido Mendes e Talavera Bruce, 1º/4/1971. | DOPS. | Apresenta dados de qualificação de José Dalmo e registra que ele foi transferido em 20/5/1970 do DOPS para o DOI. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0005, pp.73-74 | Certidão, 15/12/2004. | Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). | Informa que, em fevereiro de 1971, José era apontado como uma das pessoas que estiveram presas e que estavam em liberdade controlada pela Chefia de Polícia do I Exército. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Dalmo Guimarães Lins morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Alice Soares Freitas e Jayme Martins de Freitas

Data e local de nascimento: 12/8/1939, Belo Horizonte (MG)

Atuação profissional: jornalista, estudante

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Data e local de desaparecimento: 15/2/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, Carlos Alberto Soares de Freitas realizou seus estudos primário e secundário em Belo Horizonte e em 1961 ingressou no curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesse mesmo ano, ingressou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e inscreveu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em janeiro de 1962, foi escolhido por seus companheiros de organização para ir a Cuba participar das comemorações da Revolução Cubana. No período de 1961 a 1965, militou no movimento estudantil e participou do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Foi preso em 26 de julho de 1964, enquanto pichava muros em Belo Horizonte contra o embargo econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos da América a Cuba, iniciado em fevereiro de 1962. Inicialmente, Carlos Alberto foi levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, posteriormente, para a Penitenciária Agrícola de Neves (MG). Por meio de um *habeas corpus*, conseguiu ser libertado em novembro do mesmo ano.

Em 1965, participou da reorganização da seção regional do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e tornou-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da Polop. No período de 1965 a 1968, escreveu semanalmente artigos para o jornal operário *Piquete*. Em 1968, foi eleito para a direção nacional do Comando de Libertação Nacional (Colina) e elaborou documentos usando o pseudônimo de *Fernando Ferreira*. Nessa época, foi um dos diretores da revista *América Latina*. Em 1967, foi condenado a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora (MG), por não ter comparecido em juízo na ocasião em que deveria ter apresentado sua defesa. A partir daí, passou a viver na clandestinidade. Em janeiro de 1969, mudou-se para o Rio de Janeiro, participou da criação da VAR-Palmares e passou a integrar o Comando Nacional da organização. Desapareceu no dia 15 de fevereiro de 1971 e, desde então, nunca mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei nº 9.140/1995, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida lei, Carlos Alberto Soares de Freitas foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2001, foi homenageado com a abertura do “Centro de Estudos Políticos Econômicos e Social Carlos Alberto Soares de Freitas” (CEPES), em Belo Horizonte. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído ao “conjunto residencial Carlos Alberto Soares de Freitas”, de casas populares construídas com verba federal, em Maricá (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O último contato feito por Carlos Alberto Soares de Freitas foi no dia 15 de fevereiro de 1971, quando, de acordo com declarações de Sérgio Emanuel Dias Campos, por volta das 9 horas, encontraram-se na rua Farne de Amoedo, nº 135, em Ipanema, onde Carlos Alberto havia alugado um pequeno apartamento. O objetivo do encontro era combinar a permanência de Sérgio no apartamento por algum tempo, até a próxima viagem de Carlos Alberto, que ocorreria nos próximos dias. Durante o encontro, Carlos Alberto revelou a Sérgio que Antônio Joaquim de Souza Machado, por estar sem lugar para ficar, havia

dormido no apartamento na noite anterior. Na ocasião, Carlos Alberto revelou que havia escondido anotações de contatos com os militantes da VAR-Palmares, em uma cômoda que ficava no quarto do apartamento que havia alugado, e então combinaram que em qualquer situação de ameaça a Carlos Alberto ou caso viesse a ser preso, Sérgio deveria destruir as anotações. Combinaram um novo encontro naquele mesmo dia, por volta das 18 horas, em frente ao cinema *Ópera*, em Botafogo, para que Carlos Alberto entregasse uma cópia da chave do apartamento a Sérgio. Ao final do encontro, Carlos Alberto e Sérgio saíram juntos de ônibus. Sérgio seguiu em direção ao centro da cidade e Carlos Alberto desceu na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, quase na esquina com a Avenida Princesa Isabel.

Essa foi a última vez em que Sérgio esteve com Carlos Alberto, pois, na hora combinada para o encontro em frente ao cinema *Ópera*, Carlos Alberto não apareceu. Minutos depois, apareceram no local Rosalina Santa Cruz e seu companheiro “Marcelo”, que informaram a Sérgio que Carlos Alberto também não havia comparecido a um encontro com eles, nas proximidades do cinema. Diante disso, Sérgio passou a considerar a possibilidade de Carlos Alberto ter sido preso e conforme o que haviam combinado no encontro daquela manhã, foi até o apartamento de Ipanema para destruir as anotações que Carlos Alberto havia escondido. Quando Sérgio chegou ao apartamento, por volta das 22 horas do mesmo dia, o local estava ocupado por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, que prenderam Sérgio e levaram-no para as dependências do DOI-CODI, onde foi torturado.

No DOI-CODI, os agentes torturadores passaram a chamar Sérgio pelo nome de “Emílio”, o que o levou a concluir que os torturadores haviam tido algum contato com Carlos Alberto, já que ambos haviam acabado de retornar de um congresso da VAR-Palmares em Recife, onde Sérgio havia adotado tal codinome. Além de Carlos Alberto, nenhuma das pessoas que estiveram no congresso haviam sido presas até aquele momento.

Com base no testemunho prestado ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em setembro de 1979, por Inês Etienne Romeu, única sobrevivente do centro clandestino de execução e tortura conhecido como “Casa da Morte de Petrópolis”, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) afirma que Carlos Alberto Soares de Freitas foi o primeiro prisioneiro a morrer no local. Segundo o depoimento de Inês Etienne, ela ouviu de

seu carcereiro, “Camarão”, identificado recentemente como soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro Lima, atualmente com 71 anos de idade, que “Breno” (codinome de Carlos Alberto Soares de Freitas) foi o primeiro “terrorista” que esteve preso na casa. O torturador “doutor Pepe”, codinome de Orlando de Souza Rangel, tenente-coronel do Centro de Informações do Exército (CIE), confirmou a Inês que ele foi o responsável pela prisão de Carlos Alberto Soares de Freitas, em fevereiro de 1971, e que seu grupo o havia executado. Ele disse que, à sua equipe, não interessava ter líderes presos e que todos os “cabeças” seriam sumariamente mortos, após interrogatório. Na “Casa da Morte”, Inês ouviu do então sargento Ubirajara Ribeiro de Souza, que ele havia sido reconhecido por Carlos Alberto Soares de Freitas, pois haviam se conhecido jogando basquete em Minas Gerais. Ubirajara disse a Inês: “Seu amigo esteve aqui. Ele me reconheceu”. Segundo Ubirajara, Carlos Alberto Soares de Freitas teria permanecido preso e sendo torturado na “Casa da Morte” até abril de 1971, quando foi executado, naquele mesmo centro clandestino, com um tiro na cabeça.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas pela CNV, pode-se inferir a participação do capitão José Brandt Teixeira, membro do CIE, nas investigações que culminaram nos sequestros de Carlos Alberto e Antônio Joaquim e na prisão de Sérgio Emanuel. A operação que resultou na prisão dos três tinha como objetivo o desmantelamento de uma organização montada com o objetivo de operacionalizar a volta dos banidos políticos ao Brasil, à qual Carlos Alberto e Antônio Joaquim estavam diretamente ligados. Essa informação corrobora a suposição de que os dois desaparecidos foram levados à “Casa da Morte”, montada em Petrópolis pelo CIE.

Até a presente data Carlos Alberto Soares de Freitas permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI / RJ

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel
Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmiento
Chefe do DOI-CODI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

1.2. Casa da Morte / Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza
Subchefe do CIE: coronel José Luiz Coelho Netto

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|-----------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0021_0010, p. 28. | Certidão de óbito, 29/2/1996. | Registro civil de Belo Horizonte. | Confirma a morte de Carlos Alberto com base na Lei nº 9410/95. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0021_0010, pp. 34-35. | Declaração, 12/4/1996. | Sérgio Emanuel Dias Campos. | Presta esclarecimentos sobre o último contato que teve com Carlos Alberto e mostra as evidências sobre a sua prisão por elementos do DOI-CODI. |
| Comissão Nacional da Verdade: Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, pp. 9-12. | Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, 25/3/2014. | CNV. | Informa sobre as circunstâncias de desaparecimento e execução de Carlos Alberto. |
| Arquivo CNV, 60041.002342_2014_13, pp. 74-94. | Anexo “B” (Informações Relativas ao Ofício nº 592/2013-CNV) ao Ofício nº 10-A3.10/Gab Cmt Ex, de 9/4/2014. | CNV. | Lista e descreve todos os documentos em que Carlos Alberto Soares de Freitas é citado. |
| Arquivo Nacional, SNIG: | Memorando do SNI, de | SNI. | Documento enviado ao Conselho Federal da OAB pelos presos políticos |

| | | | |
|--|---|-------|--|
| AC_ACE_5771_80. | 6/5/1976. | | recolhidos ao Presídio Federal de São Paulo informando que Carlos Alberto estava desaparecido desde abril de 1971. |
| Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_10361_82, p. 3. | Pedido de busca nº 0180/16/AC/74, de 14/1/1982. | SNI. | Informa a data da morte de Carlos Alberto Soares. |
| Banco de Dados Memórias Reveladas. APERJ. Série Livros de Ocorrências, Notação DOPS/GB,LO,LRO49,675,49,01 (Fundo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. | Ocorrência nº 199 de 10/2/1971 para 11/2/1971. | DOPS. | Indica a participação do Capitão Brandt na operação acerca dos passaportes falsos e que culminou nos sequestros de Carlos Alberto Soares de Freitas e Antonio Joaquim de Souza Machado. |
| Setor DOPS, Notação 153, pp.24-53. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983. | Depoimento de Sérgio Emmanuel Dias Campos ao CISA em março de 1971. | CISA. | Indica as circunstâncias da prisão de Sérgio e a posição de Carlos Alberto Soares de Freitas na organização. Relaciona Carlos Alberto e Antonio Joaquim de Souza Machado setor de Documentação da organização. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|--|---|
| Sérgio Soares Ferreira, primo de Antônio Joaquim de Souza Machado, sequestrado junto com Carlos Alberto. | Arquivo CNV, 00092.000760/2014-49. Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Rio de Janeiro, 25 de março de 2014. | Informa que recebeu notícias da morte de Carlos Alberto, pela primeira vez, através de um relatório feito pela Comissão Internacional de Anistia em 1974. Narra também como chegaram à Casa da Morte de Petrópolis. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

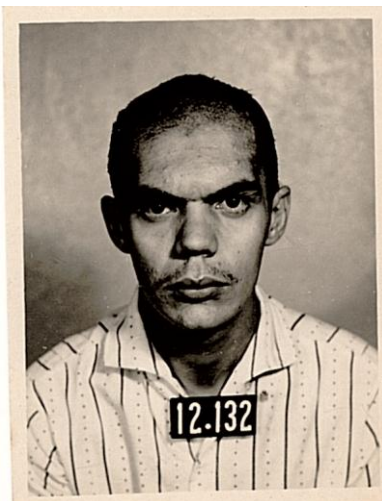
| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---------------------------------------|--|---|
| Coronel Paulo Malhães, agente do CIE. | Arquivo da CNV: 00092.000760/2014-49. Depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro, 25 de março de 2014. | Quando perguntado se Carlos Alberto havia passado pela Casa da Morte, Paulo Malhães respondeu: “o Beto talvez tenha conhecido”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Alberto Soares de Freitas desapareceu após ter sido preso por forças de segurança do Estado no dia 15 de fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Carlos Alberto Soares de Freitas, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA MACHADO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Oliveira Campos e Joaquim Maria de Souza Machado

Data e local de nascimento: 13/9/1939, Papagaios (MG)

Atuação profissional: advogado

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares)

Data e local de desaparecimento: 15/2/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Minas Gerais, Antônio Joaquim de Souza Machado era conhecido por seus familiares como Quincas. Tinha 13 irmãos. Seu pai era fazendeiro e foi duas vezes eleito vereador da cidade de Pompeu (MG) pela União Democrática Nacional (UDN). Antônio Joaquim estudou no Ginásio São Francisco, em Pará de Minas (MG) e, depois, no Colégio Dom Silvério, em Sete Lagoas (MG). Em 1960, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e formou-se em 1965. Integrou a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e participou da formação da Ação Popular (AP). Por ocasião do golpe militar de abril de 1964, a Faculdade de Direito foi invadida por forças policiais e Antônio Joaquim escapou de ser preso por ter conseguido se esconder em um armário. O papel de liderança política na universidade transformou Antônio Joaquim em alvo da perseguição policial. Pouco depois do golpe militar de 1964, Joaquim interrompeu os estudos e mudou-se para o Rio de Janeiro. Em 1965, retornou à UFMG para concluir a graduação em Direito. Em 1966, já desligado da AP, atuou na campanha eleitoral de Edgar da Mata Machado, do Movimento

Democrático Brasileiro (MDB), contrariando a tese do voto nulo defendida por parte da esquerda naquele período. Advogou na capital mineira e em Teófilo Otoni (MG) até se mudar novamente para o Rio de Janeiro, em 1969, onde passou a integrar a VAR-Palmares. Nessa época, Antônio Joaquim Machado morou com Maria Clara Abrantes Pego, sua amiga que o conhecia desde a infância. Devido às perseguições políticas, em dezembro de 1970, Antônio Joaquim se preparou para viajar para a França, e vários amigos de Belo Horizonte foram para o Rio para se despedir. Entretanto, desistiu da viagem, alegando que tinha operações cirúrgicas para fazer e que não poderia interromper sua terapia. Desapareceu aos 32 anos de idade e, desde então, nunca mais foi visto.

Após o seu desaparecimento, sua família tentou exaustivamente alguma pista sobre seu paradeiro. Até o final de 1972, o pai fez vinte e duas viagens ao Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, conseguiu três audiências com o ministro da Justiça Armando Falcão, buscou ajuda de Tancredo Neves e se comunicou com vários oficiais das Forças Armadas. Através do general reformado Ercindo Lopes Bragança, seu conhecido, chegou a receber, em setembro de 1972, a informação de que o filho fora preso pela Marinha e entregue ao Exército.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Antônio Joaquim de Souza Machado foi reconhecido como desaparecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 4 de dezembro de 1995, quando foi publicado no *Diário Oficial da União*. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi homenageado pela prefeitura de Belo Horizonte que atribuiu seu nome a uma rua da cidade em 1993 (Lei nº 6.392, de 16/9/1993).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Antônio Joaquim de Souza Machado foi visto pela última vez no dia 15 de fevereiro de 1971. Seu desaparecimento está relacionado com o desaparecimento de Carlos Alberto Soares de Freitas, no mesmo dia.

Em interrogatório prestado à 2ª Auditoria do Exército, no dia 14 de novembro de 1972, Maria Clara Abrantes Pego, que esteve presa na Polícia do Exército (PE) e se constituiu

como importante testemunha do desaparecimento de Antônio Joaquim, Carlos Alberto Freitas e Sergio Emanuel Campos, o único que foi encontrado com vida, afirmou que Antônio Joaquim Machado foi “preso em 15 de fevereiro de 1971 no Rio de Janeiro, em Ipanema, nas proximidades da Rua Joana Angélica” e que “foi possivelmente assassinado sob tortura na PE”; afirmou ainda que “sabe que o mesmo foi preso nessa data, porque juntamente com ele foram presos Carlos Alberto Soares de Freitas e Emanuel Paiva, e desde essa data [...] continuam desaparecidos, esgotados todos os recursos legais para encontrá-los”.

Foi impetrado o *habeas corpus* nº 30.405, no Superior Tribunal Militar (STM), no dia 27 de maio de 1971, com o objetivo de buscar informações sobre Antônio Joaquim, Carlos Alberto e Emanuel. O relator do processo foi o ministro Nelson Sampaio. O delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do antigo Estado da Guanabara, Gastão Fernandes Barbosa dizia que Antônio e Carlos jamais estiveram presos ou detidos naquele departamento. A última notícia que os pais de Antônio Joaquim Machado tiveram do filho foi em setembro de 1972, pelo general Elcino Lopes Bragança, de que ele estava preso nas dependências do Exército, no Rio de Janeiro.

De acordo com declarações de Sérgio Emanuel Dias Campos, na noite do dia 14 de fevereiro de 1971, por volta das 20 horas, junto a Rosalina Santa Cruz e seu companheiro, encontrou-se com Antônio Joaquim Machado, no bar *Chaplin*, em Ipanema, próximo à rua Farne de Amoedo. Na ocasião, percebeu que Antônio encontrava-se tenso, ao que admitiu a Sérgio que estava se sentindo ameaçado, mas não contou as razões por questões de segurança. Foi a última vez em que esteve com Antônio Joaquim. Sérgio Emanuel conta ainda que, na manhã do dia 15 de fevereiro de 1971, por volta das 9 horas, encontrou-se com Carlos Alberto, na rua Farne de Amoedo, nº 135, Ipanema, onde ele havia alugado um pequeno apartamento. Nesse encontro, Carlos Alberto revelou a Sérgio que Antônio Joaquim de Souza Machado, por estar sem lugar para ficar, havia dormido na noite anterior (14 para 15 de fevereiro) no local.

Após o não comparecimento de Carlos Alberto e de Antônio Joaquim a um encontro no dia 15 de fevereiro, Sérgio decidiu ir ao apartamento na rua Farne de Amoedo, conforme orientação dada por Carlos Alberto, para destruir as anotações sobre os contatos da VAR-

Palmares que escondera no local. Quando Sérgio chegou ao apartamento, por volta das 22 horas daquele mesmo dia, o local já se encontrava ocupado por elementos do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, que prenderam Sérgio e levaram-no para suas dependências, onde foi torturado.

Na ocasião de seu desaparecimento, Antônio Joaquim estava, portanto, hospedado na mesma pensão que Carlos Alberto Soares de Freitas, na rua Farne de Amoedo, nº 135, Ipanema. No último dia em que foi visto, 15 de fevereiro de 1971, havia marcado dois encontros para aquela noite: um primeiro, onde também compareceria Carlos Alberto Soares de Freitas, às 18 horas em frente ao *Cinema Ópera*; e um segundo, com dois companheiros por volta de 20 ou 21 horas, em frente ao bar *Chaplin*, em Ipanema. No entanto, Antônio Joaquim não compareceu a ambos.

Segundo diversos depoimentos, Antônio Joaquim de Souza Machado foi torturado na Casa da Morte de Petrópolis, centro clandestino de execução e tortura, subordinado ao Centro de Informações do Exército (CIE) e que mantinha ligações com o DOI-CODI do Rio de Janeiro. De acordo com o relatório preliminar de pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis” produzido pela Comissão Nacional da Verdade, com base em testemunho prestado por Inês Etienne Romeu ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em 5 de setembro de 1979, a passagem de Antônio Joaquim pela Casa da Morte foi confirmada pelo depoimento de Inês Etienne e pela Informação 4.057/16, de 11 de setembro de 1975, da Agência de São Paulo do SNI, que registra a data de 12 de abril de 1971 para a morte de Antônio Joaquim.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas pela CNV, é possível inferir a participação do capitão José Brandt Teixeira, membro do CIE, nas investigações que culminaram nos sequestros de Antônio Joaquim e Carlos Alberto, junto à prisão de Sérgio Emanuel. Tal operação para a prisão dos três tinha como objetivo o desmantelamento de uma organização montada com o objetivo de operacionalizar a volta dos banidos, com Antônio Joaquim e Carlos Alberto, diretamente ligados ao esquema. Essa informação corrobora a suposição de que os dois desaparecidos foram levados à Casa da Morte, montada em Petrópolis pelo CIE. Seu corpo nunca foi encontrado.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Casa da Morte, Petrópolis (RJ)

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/RJ

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmento

Chefe do DOI-CODI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

1.2. Casa da Morte/Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Exército Milton Tavares de Souza

Agente CIE: capitão José Brandt Teixeira

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0016_0010, p. 25. | “O homem que não desistia”, 29/4/1987. | <i>Isto É.</i> | Fala sobre a tentativa do pai de Antônio Joaquim em encontrar alguma informação sobre o filho. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0016_0010, pp. 33-37. | Auto de qualificação e de interrogatório, 14/11/1972. | 2ª Auditoria do Exército, 1ª Circunscrição Judiciária Militar, Poder Judiciário. | Declarações de Maria Clara Abrantes, onde dá informações sobre o desaparecimento de Antônio Joaquim. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0016_0010, p. | Rua Antônio Joaquim Machado, | Assembleia Legislativa de Minas Gerais. | Narra as circunstâncias do desaparecimento de Antônio Joaquim. |

| | | | |
|---|--|---------------------------------|--|
| 43-45. | 16/9/1993. | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0016_0010, pp. 51-53. | Desaparecidos, 1979. | Comitê Brasileiro pela Anistia. | Narra as circunstâncias do desaparecimento de Antônio Joaquim. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0016_0010, pp. 69-70. | Declaração, 12/4/1996. | Sérgio Emanuel Dias Campos. | Narra os últimos momentos em que esteve com Antônio Joaquim, no dia anterior ao seu desaparecimento. |
| Comissão Nacional da Verdade: Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, p. 10. | Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, 25/3/2014. | CNV. | Informa o documento que mostra a data da morte de Antônio Joaquim. |
| Arquivo Nacional, Fundo SNIG: ASP_ACE_10361_82, p. 3 | Pedido de busca nº 0180/16/AC /74, 14/1/1982. | SNI. | Informa a data da morte de Antônio Joaquim. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio Joaquim de Souza Machado foi executado por agentes do Estado brasileiro na Casa da Morte de Petrópolis, estrutura criada pelo CIE no início de 1971 para atender a uma nova estratégia da Ditadura Militar, instaurada em 1964, visando ao desaparecimento de pessoas para ocultar as graves violações aos direitos humanos.

Recomenda-se a retificação do atestado de óbito de Antônio Joaquim de Souza Machado, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação dos demais agentes envolvidos.

JOEL VASCONCELOS SANTOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Elza Joana dos Santos e João Vicente Vasconcelos Santos

Data e local de nascimento: 9/8/1949, Nazaré (BA)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Data e local de desaparecimento e morte: 19/3/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Joel Vasconcelos Santos nasceu no estado da Bahia, na cidade de Nazaré, onde viveu até 1966 e trabalhou como sapateiro. Nesse ano, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro. Como estudante de contabilidade da Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro (RJ), iniciou-se na militância estudantil, tornando-se presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários do Rio de Janeiro (AMES/RJ), em 1970, e diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), entre 1970 e 1971. Ainda em 1970, associou-se ao PCdoB, atuando, também, na União da Juventude Patriótica (UJP). Em março de 1971, foi preso, na companhia de Antônio Carlos de Oliveira da Silva, nos arredores do morro do Borel e, desde então, não mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Joel Vasconcelos Santos foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político, nos termos da Lei nº 9.140/1995. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi homenageado pela prefeitura do Rio de Janeiro,

que atribuiu seu nome a uma rua. Em 1º de abril de 1997, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo E-32/0276/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

No ano de 1971, Joel Vasconcelos Santos manteve os primeiros contatos com Antônio Carlos de Oliveira da Silva, para os dois desenvolverem um trabalho de conscientização política no morro do Borel, na cidade do Rio de Janeiro. Em uma tarde, provavelmente no dia 15 de março, houve um encontro na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, para que Joel entregasse a Antônio Carlos alguns ingressos para a peça de teatro *Rei da Vela*, quando foram surpreendidos pela polícia.

Antônio Carlos e Joel foram conduzidos ao 6º Batalhão da PM e, em seguida, ao quartel da PM na rua Evaristo da Veiga. De lá, foram encaminhados para o quartel da Polícia do Exército, onde, segundo relato de Antônio Carlos, ficaram incomunicáveis e foram submetidos a sessões de tortura. Somente após quatro meses, Antônio Carlos foi liberado, enquanto Joel continuou sob torturas naquele recinto até seu desaparecimento. Antônio Carlos informou que, na última vez que o viu, “ele já não aguentava nem andar. Saia arrastado de uma sala para outra”.

Em documentos produzidos pelo DOI do I Exército/RJ, consta que Joel foi interrogado por esse órgão nos dias 15 e 19 de março de 1971. De acordo com documento do DOPS, Joel e Antônio Carlos foram encaminhados ao DOI do I Exército em 17 de março daquele ano.

Pesquisas em fichas datiloscópicas e em outros documentos relacionados a pessoas sepultadas como indigentes realizadas, pela CNV, no Instituto Félix Pacheco e no IML, no Rio de Janeiro, propiciaram a realização de Laudo de Perícia Necropapiloscópica, assinado pelo papiloscopista Rosenberg Mathias Barros, em 8 de dezembro de 2014, que identificou as digitais de Joel Vasconcelos Santos como sendo as digitais de um homem que foi recolhido ao IML em 19 de março de 1971, com a guia de número 206 da 4ª DP.

A CNV, ao cruzar essa informação com as constantes nos demais Livros do IML-RJ e com o conjunto de laudos necroscópicos microfilmados do IML do Rio de Janeiro, constatou que há dois laudos necroscópicos sobre a morte de Joel, de igual teor,

realizados em 20 de março e assinados por João Guilherme de Figueiredo e Hygino de Carvalho Hércules. Estes laudos registram a morte de jovem, não identificado, negro, de 25 anos de idade mais ou menos, com 175 cm de altura, suposta vítima de atropelamento recolhida ao Hospital Souza Aguiar, após morte constatada às 22h do dia 19 de março de 1971. A causa da morte afirmada é “contusão do tórax e abdome com fratura de costelas, ruptura do pulmão esquerdo e fígado, hemorragia interna e anemia aguda consequente”. No conjunto localizado ainda é afirmado que o jovem dera entrada no Hospital às 21h27, do dia 19 de março de 1971, como suposta vítima de atropelamento na Praça da República, em frente à Faculdade Nacional de Direito. O seu corpo foi sepultado como indigente em 6 de abril de 1971, no Cemitério Ricardo de Albuquerque.

No momento do fechamento de seu Relatório, a CNV prossegue nas investigações sobre morte e desaparecimento de Joel Vasconcelos Santos, com pesquisa nos livros do Cemitério Ricardo de Albuquerque e a análise de toda a documentação levantada. O objetivo é localizar onde seu corpo foi enterrado e, com essa informação, proceder exumação, identificar cientificamente seus restos mortais, confirmar que sua morte ocorreu em decorrência de tortura no DOI do I Exército e apontar os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos de que foi vítima.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI do I Exército, situado na rua Barão de Mesquita, nº 425 – Tijuca, no Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do I Exército: general de Exército Syseno Ramos Sarmento

Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI) do I Exército: coronel Adyr Fiúza de Castro

Comandante do Destacamento de Operações de Informação: major José Antônio Nogueira Belham

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011. | A última vez em que Joel foi visto, 24 a 30/3/1980. | Jornal <i>Movimento</i> . | Traz informações de Antônio Carlos da Silva sobre a prisão e torturas a que Joel foi submetido. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011, p. 45. | Biografia, s/d. | Elza Joana dos Santos. | Informa as diversas tentativas da família com o objetivo de localizar Joel. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011, pp. 74-75. | Interrogatório, 15/3/1971. | DOI / I Exército / Ministério do Exército. | Interrogatório de Joel pelo DOI-CODI. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011, pp. 76-77. | Pedido de busca, 6/1/1976. | Departamento Geral de Investigações Especiais / DOPS / RJ. | Confirma o recolhimento de Joel ao DOI-CODI no dia 17 de março de 1971. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011, p. 78. | Legista acusa DOPS (...), 16/9/1992. | <i>Jornal do Brasil</i> . | Informa a existência de documentos que informam a data dos interrogatórios de Joel pelo DOI-CODI. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0047_0011, p. 82. | Certidão de óbito, 9/2/1996. | Poder Judiciário. | Não informa data nem local da morte de Joel. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0088_0020, p. 7. | Encaminhamento nº 016/14/AC/83, 22/6/1983. | Serviço Nacional de Informações, Agência Central. | Informa a data da prisão de Joel como 16 de março de 1971. |
| Arquivo da CNV: 00092_000914_2013_11\114127, p. 3. | Relatório dos Ministérios Militares, 2/12/1993. | Ministérios Militares. | Afirma que Joel foi preso a 15 de março de 1971 e levado para local ignorado. |
| Arquivo da CNV, | Documentação | Instituto de | Laudo necroscópico, guia |

| | | | |
|----------------------|--|--|---|
| 00092.00375/2014-53. | ção sobre o óbito de Joel Vasconcelos Santos, localizada pela CNV. | Identificação o Félix Pacheco e no IML/RJ. | do IML e outros documentos sobre o óbito. |
|----------------------|--|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias das investigações realizadas, conclui-se que Joel Vasconcelos Santos foi submetido a prisão, tortura e desaparecimento nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela ditadura militar.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Joel Vasconcelos Santos, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

GERSON THEODORO DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Lourdes Oliveira e Geraldo Theodoro de Oliveira

Data e local de nascimento: 31/8/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: escriturário

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 22/3/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Gerson Theodoro de Oliveira mudou-se com sua família para São Paulo (SP), onde viveu a maior parte de sua vida. Completou o ensino secundário enquanto trabalhava como auxiliar de escritório. No final de 1966, ingressou na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na cidade de São Paulo. Em 1968, passou a frequentar o curso preparatório para o vestibular, oferecido pelo grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), ocasião em que passou a exercer intensa militância política. Em 1969, perseguido pelos órgãos de segurança por suas convicções políticas, Gerson Theodoro rescindiu seu contrato com a CSN e passou a viver na clandestinidade. Morreu aos 24 de idade, nas dependências do 1º Batalhão da Polícia do Exército, sede do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no Rio de Janeiro (RJ), depois de ter sido preso e torturado em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de dezembro de 2003, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Gerson Theodoro de Oliveira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura*:

mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Com base em deliberação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, através de portaria de 2 de setembro de 2009, o ministro de Estado da Justiça declarou Gerson Theodoro de Oliveira anistiado político *post mortem*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Gerson Theodoro de Oliveira morreu no dia 22 de março de 1971, no 1º Batalhão da Polícia do Exército, sede do DOI-CODI no Rio de Janeiro.

De acordo com a versão oficial dos fatos divulgada à época,

na esquina da Rua Cupertino com a Avenida Suburbana, uma equipe de agentes de Segurança em operação encontrou-se com elementos subversivos, os quais, recebendo ordem de prisão, reagiram a mesma travando-se cerrado tiroteio sendo feridos os terroristas, da VPR, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, que faleceram quando eram transportados para o Hospital Salgado Filho.

Passados mais de 40 anos da morte de Gerson Theodoro, as investigações realizadas permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos de repressão.

De acordo com a certidão de óbito expedida por autoridade competente, Gerson teria morrido na rua Barão de Mesquita, nº 425, no Rio de Janeiro (RJ), que é o mesmo endereço do quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército, que abrigou o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) e o DOI do I Exército, um dos principais centros de detenção e tortura comandado pelo Exército brasileiro. A informação contida na certidão de óbito foi ratificada pelo Registro de Ocorrência nº 1.408, de 22 de março de 1971, em que o capitão Celso Aranha comunica o suposto tiroteio ocorrido na avenida Suburbana. Embora na versão divulgada o tiroteio tenha ocorrido por volta das 11 horas, a comunicação foi registrada às 15 horas do mesmo dia. A ocorrência registrou que os corpos de Gerson Theodoro e Maurício Guilherme encontravam-se no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, 425.

A essas informações, soma-se o auto de exame cadavérico de Gerson Theodoro, que compõe o acervo do Projeto Brasil Nunca Mais, indicando que o militante foi morto com um único tiro, que lhe penetrou pelas costas provocando a morte por ferimento transfixante do tórax. A informação do laudo cadavérico não é compatível com as informações contidas nos documentos anteriores, segundo as quais Gerson Theodoro

havia reagido à prisão e se envolvido em cerrado tiroteio. Além disso, o auto de exame cadavérico revelou que o corpo de Gerson Theodoro deu entrada no Instituto Médico-Legal (IML) às 17h30. O grande intervalo entre o registro da morte de Gerson (11h) e a entrada do corpo no IML sugere que durante esse tempo o corpo foi mantido na sede do DOI-CODI.

No prontuário nº 50.329, de 23 de março de 1971, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, consta um telex transmitido pelo então tenente Hughes, lotado no Quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, afirmando que a polícia conhecia o “aparelho” utilizado por Maurício Guilherme, morto na mesma ocasião que Gerson Theodoro. O telex registra que no dia seguinte à morte de Gerson Theodoro e Maurício Guilherme, os policiais retornaram ao mencionado “aparelho”, o que pode ser entendido como um indício de que os dois militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram presos, conduzidos ao DOI-CODI, torturados e executados. O tenente Hughes no documento em exame é Antônio Fernando Hughes de Carvalho, apontado como responsável pela tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva e identificado por Inês Etienne Romeu, perante a Comissão Nacional da Verdade (CNV), como o torturador de codinome “Alan” que atuava na Casa da Morte de Petrópolis.

Pesquisadores da CNV localizaram no acervo do Arquivo Nacional um documento produzido pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) que analisa a documentação apreendida no aparelho utilizado pela VPR no Rio de Janeiro (RJ). O conteúdo do documento, datado de 30 de junho de 1971, corrobora a tese de que a prisão de Gerson Theodoro e Maurício Guilherme consistiu em operação de informações e segurança empreendida pelo DOI-CODI com o intuito de dismantelar a organização a que os militantes pertenciam. Registra ainda que, na ocasião, as perdas infligidas à VPR pelos órgãos de segurança, especialmente por meio do assassinato de Gerson Theodoro de Oliveira, comandante da Unidade de Combate Juarez Guimarães de Brito, estavam abrindo caminho para a captura de Carlos Lamarca, que naquele momento era um dos militantes mais procurados pelas forças de repressão.

As pesquisas documentais demonstraram que, antes da morte, Gerson Theodoro e Maurício Guilherme estavam sendo investigados pelos órgãos de segurança e informações do regime militar, e que a ação de agentes do Estado brasileiro que

culminou com a morte dos dois pode ser entendida como parte de uma operação mais ampla que visava desmantelar a VPR.

Os restos mortais de Gerson Theodoro de Oliveira foram enterrados no cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro (RJ).

LOCAL DE MORTE

1º Batalhão da Polícia do Exército (PE), localizado na rua Barão de Mesquita, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ. Local onde funcionava o PIC da PE e o DOI-CODI no Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do Estado-Maior do I Exército: general de Divisão Bento José Bandeira de Mello

Comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército: general de Brigada Francisco Homem de Carvalho

Comandante do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

Seção de Interrogatório do DOI do I Exército: tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT O_0037_002, p.12-13. | Certidão de óbito de Gerson Theodoro de Oliveira, 22/3/1971. | Cartório de Registro Civil das pessoas naturais da 8ª Circunscrição – Freguesia do Engenho Velho. | Registra como local da morte de Gerson Theodoro de Oliveira, a “Rua Barão de Mesquita, nº 425”, endereço de funcionamento do DOI-CODI do I Exército, e indica, como horário de óbito, 11 horas da manhã. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT | Prontuário 50.329 (telex tenente | Secretaria de Segurança Pública do | Registra a informação de que no dia seguinte às mortes de Gerson Theodoro |

| | | | |
|---|--|-----------------------|--|
| O_0037_002, p.68. | Hughes), 23/3/1971. | Rio de Janeiro. | e Maurício Guilherme, os policiais retornaram ao mencionado “aparelho”, o que indica conhecimento prévio de sua existência. |
| Arquivo do jornal <i>O Dia</i> . | “Terroristas morrem no Rio em tiroteio”, 23/3/1971. | Jornal <i>O Dia</i> . | Divulga a versão oficial dos órgãos do Estado para as mortes de Gerson Theodoro e Maurício Guilherme. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_002_0033, pp.1-2. | Informação nº 511/ DSEG-4, 30/6/1971. | DEOPS/SP. | Analisa documentação apreendida em aparelho da VPR no Rio de Janeiro (RJ); salienta a morte de Gerson Theodoro; indica a decadência da organização; e destaca informações sobre Carlos Lamarca. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> digital. Relatório: tomo V, v. 04 – Os mortos, pp. 149- 151. | Relatório <i>Projeto Brasil Nunca Mais</i> , 1985. | IML. | Auto de exame cadavérico, assinado por José Alves Assumpção de Menezes e por Ivan Nogueira Bastos, que confirma que o corpo de Gerson Theodoro deu entrada no IML depois de ter sido retirado da sede do DOI-CODI, às 11h30 do dia 22 de março de 1971. Assinala que o cadáver apresentava um único ferimento, provocado por arma de fogo, com entrada do projétil na região dorsal. As informações do laudo contradizem a versão oficial de que Gerson teria morrido em tiroteio com a polícia. |
| Arquivo Comissão de Anistia, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2008. 01.62836. | Anistia <i>post mortem</i> de Gerson Theodoro de Oliveira, 1/10/2009. | Comissão de Anistia. | Processo da Comissão de Anistia, que tem como requerente Gilson Theodoro de Oliveira, irmão de Gerson Theodoro. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Gerson Theodoro de Oliveira foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

MAURÍCIO GUILHERME DA SILVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Lacerda de Almeida da Silveira e Léo Octavio da Silveira

Data e local de nascimento: 3/2/1951, Itaipava (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 22/3/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Itaipava, Maurício Guilherme era estudante secundarista e militava na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) quando morreu aos 20 de idades em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 17 de outubro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Maurício Guilherme da Silveira. Em Bangu, na cidade do Rio de Janeiro, foi prestada uma homenagem ao jovem militante, atribuindo o seu nome a uma das ruas do bairro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Maurício Guilherme da Silveira morreu no dia 22 de março de 1971, no 1º Batalhão da Polícia do Exército, sede do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) no Rio de Janeiro.

De acordo com a versão oficial dos fatos divulgada à época,

na esquina da rua Cupertino com a Avenida Suburbana, uma equipe de agentes de Segurança em operação encontrou-se com elementos subversivos, os quais, recebendo ordem de prisão, reagiram a mesma travando-se cerrado tiroteio sendo feridos os terroristas, da VPR, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, que faleceram quando eram transportados para o Hospital Salgado Filho.

Passados mais de 40 anos da morte de Maurício Guilherme da Silveira, as investigações realizadas revelaram a existência de indícios que permitem apontar a falsidade da versão divulgada pelos órgãos da repressão, dentre as quais destacam-se as relacionadas abaixo.

De acordo com a certidão de óbito expedida por autoridade competente, Maurício Guilherme teria morrido na rua Barão de Mesquita, nº 425, que é o mesmo endereço do DOI-CODI, um dos principais centros de detenção e tortura comandados pelo Exército brasileiro. A informação contida na certidão de óbito foi ratificada pelo Registro de Ocorrência nº 1.408, de 22 de março de 1971, em que o capitão Celso Aranha comunica o suposto tiroteio ocorrido na Avenida Suburbana. Embora, na versão divulgada, o tiroteio tenha ocorrido por volta das 11 horas, a comunicação é registrada apenas às 15 horas do mesmo dia. A ocorrência registra que os corpos de Maurício Guilherme e Gerson Theodoro encontravam-se no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, nº 425.

No Prontuário nº 50.329, de 23 de março de 1971, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, consta um telex transmitido pelo então tenente Hughesⁱ, lotado no Quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, afirmando que a polícia conhecia o “aparelho” utilizado Maurício Guilherme. O telex registra que no dia seguinte à morte de Maurício Guilherme e Gerson Theodoro, os policiais retornaram ao mencionado “aparelho”, o que pode ser entendido como um indício de que os dois militantes da VPR foram presos, conduzidos ao DOI-CODI, torturados e executados.

Pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade localizaram no acervo do Arquivo Nacional um documento produzido pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) que analisa a documentação apreendida no aparelho utilizado pela VPR no Rio de Janeiro. O conteúdo do documento, datado de 30 de junho de 1971, corrobora a tese de que a prisão de Maurício Guilherme e Gerson Theodoro consistiu em uma operação de informações e segurança empreendida pelo DOI-CODI, com o intuito de dismantelar a organização a que os militantes pertenciam. Registra ainda que, na ocasião, a VPR encontrava-se em franca decadência e que as perdas infligidas à organização pelos órgãos de segurança, especialmente por meio da eliminação de Gerson Theodoro de Oliveira, comandante da Unidade de Combate de

Guimarães Brito, estavam abrindo caminho para a captura de Carlos Lamarca, que naquele momento era um dos militantes mais procurados pelas forças de repressão.

As pesquisas documentais demonstraram que, antes da morte, Maurício Guilherme e Gerson Theodoro estavam sendo investigados pelos órgãos de segurança e informações do regime militar, e que a ação de agentes do Estado brasileiro que culminou com a morte dos dois pode ser entendida como parte de uma operação mais ampla que visava desmantelar a VPR.

Os restos mortais de Maurício Guilherme da Silveira foram enterrados no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

1º Batalhão da Polícia do Exército, localizado na rua Barão de Mesquita, Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), local onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI-RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI) do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de divisão Svlvio Couto Coelho da Frota

Chefe do Estado-Maior do I Exército: general de divisão Bento José Bandeira de Mello

Comandante do DOI do I Exército: maior José Antônio Nogueira Belham

Seção de Interrogatório do DOI do I Exército: tenente Antônio Fernando Hughes de Carvalho

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|------------------------------------|--|
| Arquivo Brasil Nunca Mais Digital – Relatório: Tomo V, Vol. 04 – Os mortos, p. 289. | Certidão de óbito de Maurício Guilherme da Silveira, 1971. | CODI–RJ. | Registra como local da morte de Maurício Guilherme da Silveira a “Rua Barão de Mesquita”, endereço de funcionamento do DOI-CODI do I Exército. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0065_0007, pp. 5-6. | Certidão de óbito de Maurício Guilherme da Silveira, 23/3/1971. | Cartório de Registro Civil das pessoas naturais da 9ª Circunscrição – Freguesia de São Cristóvão. | Registra a morte de Maurício Guilherme da Silveira na “Rua Barão de Mesquita, nº 425”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0037_002, p. 68. | Prontuário 50.329 (Telex Tenente Hughes), 23/3/1971. | Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. | Registra a informação de que no dia seguinte à morte de Gerson Theodoro e Maurício Guilherme, os policiais retornaram ao mencionado “aparelho”, o que indica conhecimento prévio de sua existência. |
| Arquivo do Jornal <i>O Dia</i> | “Terroristas morrem no Rio em tiroteio”, 23/3/1971. | Jornal <i>O Dia</i> | Divulga a versão oficial dos órgãos do Estado para a morte de Gerson Theodoro e de Maurício Guilherme. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_002_0033, pp. 1-2. | Informação nº 511/DSEG-4, 30/6/1971. | DEOPS/SP. | Analisa documentação apreendida em aparelho da VPR no Rio de Janeiro; indica a decadência da organização e destaca informações sobre Carlos Lamarca. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Maurício Guilherme da Silveira foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Maurício Guilherme da Silveira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

i Conforme as investigações conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade, há elementos que permitem afirmar que o tenente Hughes citado neste documento é Antônio Fernando Hughes de Carvalho, agente do CODI e do DOI do I Exército apontado como responsável pela tortura e morte do ex-deputado Rubens Paiva e reconhecido por Inês Etienne como o torturador que usava o codinome de “Alan” na Casa da Morte de Petrópolis.

MÁRIO DE SOUZA PRATA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Lourdes Prata e Mário Rodrigues Prata

Data e local de nascimento: 26/9/1945, Cantagalo (RJ)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de desaparecimento: 3/4/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro, Mário de Souza Prata era natural de Cantagalo e estudante de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou sua militância política no movimento estudantil, ao ser eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Mário passou a atuar na clandestinidade depois de ter sua prisão preventiva decretada pela Justiça Militar, em 1969. Morreu em 2 de abril de 1971, aos 25 anos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 26 de agosto de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Mário de Souza Prata. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. No início da década de 1980, com a reabertura dos diretórios acadêmicos, o DCE da UFRJ foi batizado com o nome de seu último presidente, Mário Prata. Em 1982, a Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, prestou homenagem ao militante, batizando com o seu nome o Diretório Central dos Estudantes. Além disso, ruas no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro (RJ) e no Conjunto

Habitacional J, em São Paulo (SP), foram batizadas com o nome de Mário de Souza Prata.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Mário de Souza Prata morreu em 3 de abril de 1971, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Conforme informação divulgada à época pelas forças de segurança, Mário Prata, na companhia de Marilena Villas Boas Pinto, também militante do MR-8, foi surpreendido por oficiais da Brigada Aeroterrestre quando chegava ao “aparelho” que ocupava na rua Niquelândia, localizada no bairro de Campo Grande. Teria sido morto no confronto armado que se seguiu ao encontro.

A Informação nº 624/71-G, do Centro de Informações do Exército (CIE), datada de 23 de abril de 1971, registra a versão dos órgãos de segurança sobre a morte de Mário de Souza Prata:

Cerca das 23:00 horas o casal chegou, não em um Volkswagem mas num táxi o que surpreendeu a equipe levando-a mudar o dispositivo para a abordagem da viatura, seus ocupantes percebendo a manobra atiraram contra equipe, Major José Túlio Toja Martins Filho e Capitão Oscar de Souza Parreira, ferindo mortalmente o referido Major no tiroteio, foi morto o terrorista foragido Mário de Souza Prata (Dissidência do PCB da GB) e ferida gravemente vindo a falecer posteriormente Marilena Pinto Carneiro Mendonça (Marilena Pinto Villas Boas) quando solteira.ⁱ

A notícia sobre a morte dos dois militantes só foi divulgada dois meses depois do suposto tiroteio. Em 4 de junho os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* publicaram as manchetes “Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão”, “Casal Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão” e “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante”ⁱⁱ. As matérias reproduziam na íntegra a versão divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

De acordo com o Ofício nº 646/71 do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ), de 28 de junho de 1971, o corpo de Mário Prata deu entrada no Instituto Médico-Legal (IML) em 3 de abril de 1971, pela guia nº 70, expedida pela 35ª DP, como: “[...] desconhecido, morto em tiroteio com as forças de segurança, às 20:45 horas do dia 2 de abril de 1971”ⁱⁱⁱ. Dias após o falecimento, em 6 de abril de 1971, o Instituto Pereira Faustino identificou o cadáver e enviou a informação ao DOPS, registrando como data da morte o dia 3 de abril^{iv}. Ainda assim, na certidão de óbito,

emitida em 23 de abril de 1971, Mário Prata consta como desconhecido, morto em 2 de abril, às 20h45.^v

Esses dados contradizem a Informação nº 624/71-G do I Exército, que indica que o suposto tiroteio ocorreu às 23 horas daquele dia^{vi}, ou seja, ao menos duas horas depois do horário da morte divulgado na certidão de óbito, assinada pelo Dr. José Guilherme Figueiredo. A causa de morte registra “feridas penetrantes do tórax e abdômen e transfixantes do abdômen com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço – hemorragia interna, anemia aguda”^{vii}, mas a única foto do rosto de Mário, encontrada nos arquivos do DOPS, mostra marcas de vários ferimentos e edemas na região frontal do crânio.^{viii} Mário foi enterrado como indigente no cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Seus restos mortais foram removidos para o ossuário geral do cemitério e, depois, para uma vala comum.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Não foi possível precisar o local de morte de Mário de Souza Prata, mas é provável que tenha morrido em dependências de órgãos de repressão. Conforme versão divulgada pelos órgãos oficiais, o tiroteio teria ocorrido na rua Niquelândia, bairro de Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Brigada Aeroterrestre

Presidente da República: general-de-exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general-de-exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general-de-exército Syseno Ramos Sarmento

Comandante da 1ª Divisão de Infantaria: N/I

Comandante de Brigada Aeroterrestre: general-de-brigada Hugo de Andrade Abreu

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|-----------------------------|--------|-----------------|--|-------------------------|---|
| José Guilherm e Figueiredo. | IML/RJ | Médico-legista. | Falsificação de certidão de óbito; ocultação de cadáver. | | Certidão de óbito de “um homem” (Mário Prata), de 4/11/ 1971. |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|---|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_47078_72_001. | Encaminhamento nº 0963/70, 22/4/1971. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | O documento apresenta uma análise da documentação, armamentos e explosivos encontrados no aparelho situado na rua Niquelândia. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 21. | Informação nº 624/71-G, 23/4/1971. | CIE. | Versão dos órgãos de segurança sobre a morte de Mário de Souza Prata e Marilena Villas Boas Pinto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0004, p. 7-9. | “Morto no tiroteio terrorista e a amante”, “Terrorista assassino foi morto ao reagir à prisão” e “Casal terrorista morto ao resistir ordem de prisão”. | CEMDP. | Matérias que divulgam a morte de Marilena Villas Boas e Mário de Souza Prata. O conteúdo das matérias reproduz informação da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 29. | Mem. 061/971, 6/4/1971. | DOPS. | Carta que indica que o Instituto Pereira Faustino identificou o corpo de Mário de Souza Prata. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 33. | Informação nº MR2/380/70, 8/6/1970. | DOPS. | Informa que a residência de Mário de Souza é “observada por elementos do CODI”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 35. | Informe nº 21-2º Setor/DPPS/RJ, 23/7/1970. | Departamento de Polícia Política e Social. | Registra que o pai de Mário de Souza Prata tem um sítio, onde ele poderia estar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 37. | Informação nº 16/60, 17/8/1970. | CODI/I Exército. | Informa sobre a venda do sítio do pai de Mário de Souza Prata. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, pp. 43-49. | Histórico. | DOPS. | Histórico de Mário de Souza Prata desde 8/9/1969 a 10/2/1972. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Ofício nº 646/71, | DOPS. | Remoção de cadáver não identificado ao IML, enterrado |

| | | | |
|--|--|---|--|
| BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 57. | 28/6/1971. | | como indigente no cemitério Ricardo Albuquerque. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 108. | Certidão de óbito, 2/4/1971. | CEMDP. | Causa de morte: “feridas penetrantes do tórax e transfixantes do abdome com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço, hemorragia interna, anemia aguda”. |
| Arquivo BNM Digital: MPF_BNM_02, p. 1461-1517. | Sentença. Processo Crime Nº 27/70-C, de 17/8/1972. | Segunda Auditoria da Marinha – 1ª Circunscrição Judiciária Militar. | Sentença de condenação de vários indivíduos acusados de crimes relacionados com o grupo Dissidência da Guanabara. Mário de Souza Prata é acusado de participar de assaltos e de ações “terroristas”, mesmo após sua morte. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Mário de Souza Prata morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 21.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0004, p. 7-9.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 57.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 29.

^v Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 108.

^{vi} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 21.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 108.

^{viii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 72-73.

MARILENA VILLAS BOAS PINTO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Avelina Villas Boas Pinto e Feliciano Pinto

Data e local de nascimento: 8/7/1948, Rio de Janeiro (RJ).

Atuação profissional: estudante universitária

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de morte: 3/4/1971, Rio de Janeiro (RJ).

BIOGRAFIA

Nascida no Rio de Janeiro, Marilena Villas Boas Pinto foi aluna do curso de psicologia da Universidade Santa Úrsula, nessa mesma cidade. Passou a viver na clandestinidade em decorrência de sua participação no movimento estudantil e abandonou os estudos quando cursava o segundo ano, em 1969. Iniciou sua militância política na Ação Libertadora Nacional (ALN), e depois ingressou nas fileiras de outra organização política: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Morreu aos 22 anos de idade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 7 de agosto de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Marilena Villas Boas Pinto. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Marilena Villas Boas Pinto morreu em 3 de abril de 1971, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Ela teria sido ferida em tiroteio, ocorrido na rua Niquelândia, bairro de Campo Grande, quando se dirigia a um “aparelho” da organização com Mário de Souza

Prata. Conforme Informação nº 624/71-G, do CIE, datada de 23 de abril de 1971, Marilena e Mário eram esperados por um grupo de agentes da Brigada Aeroterrestre quando se iniciou o tiroteio:

Cerca das 23:00 horas o casal chegou, não em um Volkswagem mas num táxi o que surpreendeu a equipe levando-a mudar o dispositivo para a abordagem da viatura, seus ocupantes percebendo a manobra atiraram contra equipe, Major José Túlio Toja Martins Filho e Capitão Oscar de Souza Parreira, ferindo mortalmente o referido Major no tiroteio, foi morto o terrorista foragido Mário de Souza Prata (Dissidência do PCB da GB) e ferida gravemente vindo a falecer posteriormente Marilena Pinto Carneiro Mendonça (Marilena Pinto Villas Boas) quando solteira.¹

Ferida, Marilena teria sido levada ao Hospital Central do Exército (HCE), lugar onde morreu algumas horas depois. A notícia do tiroteio e da morte dos militantes só foi divulgada dois meses depois de ocorrido o suposto tiroteio: os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil* publicaram, em 4 de junho, as manchetes “Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão”, “Casal Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão” e “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante”ⁱⁱ. As matérias reproduziram na íntegra a versão divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Documento confidencial do Cenimar, datado de 7 de janeiro de 1971, e que usa como referência a I/nº 0016 de 5 de janeiro de 1971, também do Cenimar, prova que Marilena já era monitorada pelos órgãos de segurança em janeiro de 1971ⁱⁱⁱ. A versão da morte de Mário e Marilena foi divulgada pela Informação nº 624/71-G do I Exército, de 23 de abril de 1971, que registra o suposto tiroteio às 23 horas e a morte de Mário e Marilena.^{iv} O mesmo relato se repete na Informação nº 81/DPPS/RJ do Departamento de Polícia Política e Social, de maio de 1971^v. Também o Prontuário 5.009 do DOPS apresenta a mesma versão. No entanto, apesar de tratar-se de uma violenta ação policial, não foi encontrado documento com a perícia do local^{vi} que comprove o suposto tiroteio na rua Niquelândia.

A certidão de óbito de Marilena, assinada pelo médico Rubens Pedro Macuco Janine, em 8 de abril de 1971, registra como causa da morte “ferimento penetrante de tórax com lesões do pulmão direito e hemorragia interna”^{vii}. Marilena teria morrido no HCE e seu corpo entregue à família, depois de muitas dificuldades, cinco dias depois da data da morte, em caixão lacrado, sendo enterrada no cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro. Durante o enterro, militares à paisana intimidaram familiares e amigos.

O depoimento de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, entregue ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 5 de setembro de 1979^{viii}, permitiu esclarecer, em parte, as circunstâncias da morte de Marilena. De acordo com o testemunho de Inês, ratificado para a CEMDP em abril de 1997^{ix}, quando estava internada no HCE ouviu de um médico que Marilena teria chegado já sem vida àquele hospital. Mais tarde, o carcereiro da Casa da Morte, “doutor Pepe”, disse a Inês que Marilena ali estivera e que “havia morrido na mesma cama de campanha” que ela ocupava.

Declaro ainda que estive internada no HCE, no Rio de Janeiro-RJ, de 06 a 08/05, que Marilena Villas Boas Pinto havia chegado morta ao HCE; que no dia 08/05, na casa de Petrópolis, o ‘Dr. Pepe’ disse que Marilena havia morrido exatamente na mesma cama de campanha onde eu me encontrava, afirmando também que, embora baleada, Marilena tinha sido dura.^x

O jornalista Elio Gaspari, em seu livro *A ditadura escancarada*, narrou os fatos relacionados à morte de Marilena Villas Boas, conhecida pelos codinomes de Índia, Sílvia e Cândida, e de Mário de Souza Prata, citando o trecho de um documento até então inédito. Segundo essa informação “[...] Marilena Villas Boas Pinto, a Índia do MR-8, foi entregue ao DOI, e é possível que a tenham levado para Petrópolis. Mataram-na com um tiro no pulmão”^{xi}.

LOCAL DE MORTE

Hospital Central do Exército (HCE).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Brigada Aeroterrestre

Presidente da República: general-de-exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general-de-exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general-de-exército Syseno Ramos Sarmiento

Comandante da 1ª Divisão de Infantaria: N/I

Comandante de Brigada Aeroterrestre: general-de-brigada Hugo de Andrade Abreu

1.2. Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna no Rio de Janeiro (DOI-CODI) do I Exército

Presidente da República: general-de-exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general-de-exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general-de-exército Syseno Ramos Sarmiento

Chefe do Estado Maior do I Exército: N/I

Comandante do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-----------------------------|-------|-----------------|------------------------------------|-------------------------|---|
| Rubens Pedro Macuco Janine. | HCE. | Médico-legista. | Falsificação de certidão de óbito. | HCE. | Certidão de óbito (Data: 3/4/1971) APERJ, Polícia Política: Administração, 99 Cx 1026, p. 4. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|--|
| APERJ, Polícia Política: Administração, 99 Cx 1026, p. 4. | Certidão de óbito de Marilena Villas Boas Pinto, de 3/4/1971. | Oficial do registro civil das pessoas naturais da 10 ^a Circunscrição, Freguesia do Engenho Novo. | Registra a causa mortis e o nome do responsável pelo laudo. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_47078_72_001 (1). | Encaminhamento n. 0963/70, de 22/4/1971. | SNI. | Apresenta uma análise da documentação, armamentos e explosivos encontrados no aparelho situado à Rua Niquelândia. |
| APERJ, Polícia Política: DOPS \ GB, 836 Cx. 01. | “Procura-se assaltante de banco”, (sem data. | Delegacia Especializada de Roubos e Furtos. | Cartaz da Secretaria de Segurança Pública apresentando Marilena Villas Boas Pinto como assaltante de banco e solicitando colaboração para sua captura. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0064_004, p. 7-9. | “Mortos no Tiroteio Terrorista e a Amante” ; “Terrorista Assassino Foi Morto ao Resistir à Prisão” e “Casal Terrorista Morto ao Resistir à Ordem de Prisão”, de | <i>Jornal do Brasil, O Globo e O Dia.</i> | Divulga a morte de Marilena Villas Boas Pinto e Mário de Souza Prata. O conteúdo das matérias reproduz na íntegra a versão da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | 4/6/1971. | | |
| APERJ, Polícia Política: Prontuário GB 5009, p. 1-5. | Prontuário GB 5009, compilação indicada a partir da data do documento, de 8/12/1971. | Departamento de ordem Política e Social (DOPS/ GB). | Apresenta o prontuário de Marilena Villas Boas Pinto indicando os dados compilados pela Secretaria de Segurança Pública e apresentando versão oficial para a morte da vítima. |
| Arquivo CNV: 00092.000660/2013-31. | Ofício CDHAJ/032/2013 (Data: 11/7/2013). | Ofício da OAB/RJ à CNV (Depoimento de Inês Etienne). | Em depoimento de 1985 e 1987, Inês Etienne, sobrevivente da Casa da Morte, afirma que um médico do Hospital Central do Exército, Dr. Pepe, lhe contou que Marilena foi torturada e executada na Casa da Morte e que chegou morta no HCE. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Marilena Villas Boas Pinto morreu depois de ter sido presa ilegalmente em dependências policiais do Estado brasileiro, torturada e morta, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização de todos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_008, p. 21.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0004, p.7-9.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0005, p. 30.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0008, p. 21.

^v Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0004, p. 6.

^{vi} *Dossiê ditadura*, p. 238.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0005, p. 27.

^{viii} Arquivo CNV: 00092.000660/2013-31, p. 25.

^{ix} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0064_0005, p. 80.

^x Arquivo da CNV: 00092.000660/2013-31, p. 25.

^{xi} GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 391-392.

DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho

Data e local de nascimento: 15/7/1943, Muriaé (MG)

Atuação profissional: operário metalúrgico

Organização política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Data e local de morte: entre 5/4/1971 e 7/4/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido na cidade mineira de Muriaé, mudou-se com os pais para o interior de São Paulo no começo da década de 1950. Em busca de melhores condições de vida, a família chegou à região do ABC paulista, onde diversas fábricas começavam a se estabelecer. Desde jovem exerceu a profissão de torneiro-mecânico, aprendida com seu irmão mais velho. Funcionário de importantes indústrias, como a Villares e a Toyota, em São Bernardo (SP), Devanir rapidamente se engajou na militância política. Aos 20 anos de idade, em 1963, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Nesse período, casou-se com Pedrina José de Carvalho e ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com o Golpe de 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, temendo as perseguições políticas que sucederam a derrubada de João Goulart. Trabalhou como taxista sem, com isso, deixar de lado o engajamento político. Em 1967, suas divergências em relação à linha adotada pelo PCdoB o levaram a aderir à Ala Vermelha, organização dissidente formada com o objetivo de enfrentar o regime por meio de ações armadas. Em 1969, já morando em São Paulo (SP), Devanir se engajou na construção do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), do qual foi uma das

principais lideranças. Temido pelos agentes da comunidade de segurança e informações por sua ousadia nas ações armadas, Devanir tornou-se um alvo prioritário do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e, em particular, do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. Participou, também, do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi. Nesta ação, realizada em conjunto com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Resistência Democrática (Rede), foi negociada a libertação de presos políticos, dentre os quais Daniel e Joel de Carvalho, irmãos de Devanir detidos, em 1969, quando militavam na Ala Vermelha/PCdoB. Era pai de dois filhos, Carlos Alberto José de Carvalho e Ernesto Devanir José de Carvalho,

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Foi reconhecido como morto em decorrência de perseguição política pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 29 de fevereiro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, foi nomeada uma escola pública em Diadema (SP), além de ruas nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG) e São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱ

A versão oficial para a morte de Devanir indica que ele teria morrido em confronto com forças policiais, por volta das 10 horas na rua Cruzeiro, número 1111, bairro de Tremembé, São Paulo (SP). Os policiais do DOPS-SP teriam chegado ao endereço que abrigava um aparelho do MRT no dia 5 de abril de 1971, engajando-se em confronto armado com Devanir, que teria resistido à prisão. O laudo necroscópico produzido pelos legistas do Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP) confirma a versão apresentada pela polícia, de que Devanir teria morrido em tiroteio no dia 5 de abril de 1971, especificando que sua morte teria sido decorrente “de hemorragia traumática externa e interna por disparos de arma de fogo”.

Versão diferente da oficial fora enunciada por Ivan Seixas, militante do MRT, preso no dia 16 de abril de 1971. Em depoimento anexado ao processo de reparação movido pela família de Carvalho junto à CEMDP, Seixas afirma que foi com outros companheiros ao endereço da rua Cruzeiro no dia seguinte ao tiroteio o que, segundo a versão oficial, teria resultado na morte de Devanir. Complementou dizendo que moradores da região testemunharam a prisão de um homem ferido, cuja descrição física seria compatível

com a de Devanir. Ainda, de acordo com Seixas, logo nos dias seguintes ao tiroteio e à subsequente prisão, lideranças do MRT teriam recebido relatos de prisioneiros de que Devanir teria morrido no dia 7 de abril de 1971, após dois dias de tortura sob custódia do delegado Sérgio Fleury. Seixas lembra, por fim, que, em sua passagem pelo CODI e, posteriormente, pelo DOPS-SP, ouviu, diversas vezes, os guardas e torturadores afirmando que “Henrique” teria sofrido dois dias nas mãos de Fleury, sem ter revelado qualquer informação antes de morrer.

Em documento elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), do Ministério do Exército, Devanir teria morrido no dia 7 de abril de 1971, em São Paulo.ⁱⁱⁱ

A despeito de sua certidão de óbito, expedida em 20 de outubro de 1995, indicar como local de sepultamento o cemitério de Perus, efetivamente, o corpo de Devanir José de Carvalho fora enterrado no cemitério de Vila Formosa, conforme registra requisição de exame do IML-SP.^{iv}

LOCAL DE MORTE

São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

Presidente da República: general Emílio Garrastazú Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo: general Sérvulo Mota Lima

Diretor Geral de Polícia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS-SP): Lúcio Vieira

Primeiro Delegado Assistente do DEOPS-SP: Tácito Pinheiro Machado

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------------|-----------|-----------|--|-------------------------|---|
| Sérgio Fernando Paranhos Fleury. | DEOPS-SP. | Delegado. | Tortura, durante aproximadamente dois dias, após prisão do militante | Sede do DEOPS-SP. | 1. depoimento de Ivan Seixas, ex-presos político e militante do MRT, citado pelo livro “Dossiê Ditadura” e pelo processo movido perante a |

| | | | | | |
|-----------------------------|-----------|-----------|--|-------------------|---|
| | | | em tiroteio. | | CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0_0_0029_0006. |
| João Pagenotto. | | médico. | Possível fraude do laudo necroscópico. | IML-SP. | 1. Auto de Exame Cadavérico, anexado à p. 25 do Processo perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0_0_0029_0006. |
| Abeylard de Queiroz Orsini. | | médico. | Possível fraude do laudo necroscópico. | IML-SP. | 1. Auto de Exame Cadavérico, anexado à p. 25 do Processo perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0_0_0029_0006. |
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DEOPS-SP. | delegado. | Possível fraude do laudo necroscópico. | Sede do DEOPS-SP. | 1. Documento que demanda o laudo necroscópico, anexado à p. 24 do Processo perante a CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0_0_0029_0006. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|----------------------------|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0029_0006. | Processo CEMDP. | CEMDP. | Contém documentos biográficos de Devanir, depoimento de testemunhas que ouviram relatos sobre sua morte; o auto de exame cadavérico, além de outros documentos de sua passagem no DOPS-SP. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_54730_86_002 | Relatório do CIE. | Ministério do Exército. | Afirma que Devanir teria sido morto no dia 7/4/1971. |

| | | | |
|---|---|--|---|
| , p. 14. | | | |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_1629_69. | Boletim de Informação nº 119. | Serviço Nacional de Informações, Agência São Paulo. | Afirma que Devanir, ferido, teria sido cercado por 200 agentes policiais e que estaria preso em boas condições de saúde. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_33916_71. | Atividades subversivas, janeiro de 1971. | Serviço Nacional de Informações, Agência São Paulo. | Afirma que Devanir era um militante conhecido “há bastante tempo” e que liderou ações de panfletagem pelo voto nulo, em 1970. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_35772_71. | | Departamento de Polícia Federal. | Documento relata a morte de Devanir como decorrente de confronto com as forças policiais. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A C_ACE_35776_71. | Relatório Especial de Informações nº 01/71. | Centro de Informações do Exército, Ministério do Exército. | Descreve a morte de Devanir como decorrente de confronto com as forças policiais. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_A SP_ACE_11029_82. | Relatório periódico de informações nº04/71. | Ministério do Exército. II Exército. | Descreve a morte de Devanir como decorrente de confronto com as forças policiais. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Devanir José de Carvalho morreu em decorrência de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Devanir José de Carvalho, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0029_0006.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0029_0006.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_54730_86_002, p. 14.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0029_0006, p. 24.

ABÍLIO CLEMENTE FILHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Helena Correa e Abílio Clemente

Data e local de nascimento: 17/4/1949, São Paulo (SP)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Movimento Estudantil e Ação Popular (AP)

Data e local de desaparecimento: 10/4/1971, Santos (SP)

BIOGRAFIA

Abílio Clemente Filho nasceu em São Paulo (SP), em 17 de abril de 1948. Frequentou a Escola Estadual Fernão Dias Paes, na cidade de São Paulo e cursou a faculdade de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp – antiga FAFI), em Rio Claro (SP), porém não chegou a concluir o curso. Existem indícios de sua militância no grupo político clandestino denominado Ação Popular (AP), mas sua atuação no Movimento Estudantil é inequívoca. Foi revisor do *Jornal Diário*, escreveu para revistas da faculdade e ainda ministrava aulas no curso gratuito da faculdade. Abílio Clemente Filho desapareceu em 10 de abril de 1971, quando estava na companhia de José Vicente Neves, na praia de José Menino, em Santos (SP).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de agosto de 2006, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Abílio Clemente Filho. Seu nome consta no *Dossiê ditadura*:

Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

De acordo com os documentos anexados ao processo deferido pela CEMDP e em conformidade com relato de Maria Amélia de Almeida Teles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, foi localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre outros documentos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), uma ficha escolar de Abílio Clemente Filho. Os registros policiais remontam a obtenção desta ficha na residência de Ishiro Nagami, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morto em 4 de setembro de 1969, juntamente com Sérgio Corrêa, na capital do estado de São Paulo.

Joana D'Arc Gontijo relatou à Maria Amélia Telles ter escutado os gritos de um jovem durante toda a noite, na mesma data da prisão de Abílio. Para Joana os gritos cessaram devido ao falecimento do jovem, de quem ela não conseguiu descobrir a identidade, mas supõe ter sido Abílio.

Antônio Mentor, deputado estadual de São Paulo, em depoimento anexado ao processo junto à CEMDP, declarou ter conhecido Abílio Clemente Filho em 1968, tendo sido colegas de curso na Unesp e que chegaram a residir na mesma casa. Afirmou que o mesmo era ativista político vinculado à AP e acreditava que o desaparecimento se deu por razões políticas.

Abílio desapareceu no dia 10 de abril de 1971 na praia de José Menino, em Santos (SP). O relator do caso na CEMDP, Belisário dos Santos Júnior, votou favoravelmente ao deferimento do requerimento, agregando

Também, nesta instância federal, bem considerados todos os elementos de prova colhidos, entendo que Abílio, que tinha militância política, que teve documento apreendido em domicílio de pessoa vinculada a ações armadas, que desapareceu num dia determinado e cujos amigos e família sempre denunciaram como sendo mais uma das vítimas da polícia política, pode e deve ser reconhecido como pessoa desaparecida por motivos políticos. Exigir mais provas, seria desconhecer a história da repressão no Brasil.

Até a presente data, Abílio Clemente Filho permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Praia de José Menino, Santos, SP.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|----------------------------|-----------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_001_0004, pp. 65-66. | Declaração, s/d. | Maria Amélia Telles. | Declaração de Maria Amélia Telles na qual narra seu contato com a militante Joana D'arc Contijo nas instalações da Operação Bandeirantes (Oban). Nesse episódio, Joana D'Arc relatou que no mesmo dia do desaparecimento de Abílio Clemente ela escutou um jovem que acreditava estar morto, ser torturado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_001_0004, p. 128. | Declaração, 19/9/2002. | Antônio Mentor. | Declaração de Antônio Mentor, em que narra ter conhecido Abílio Clemente e atesta o envolvimento do mesmo em atividades políticas, assim com as circunstâncias de seu desaparecimento. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|--|
| Antônio Mentor | 9ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" sobre o caso de Abílio Clemente Filho. | Em depoimento à Comissão da Verdade de São Paulo, afirmou que uma das possibilidades aventadas à época do desaparecimento de Abílio era improvável, ou seja, que teria sido vítima de afogamento. Segundo o depoente, Abílio não era afeito à água, e, por conta de seu ativismo político e do ambiente repressivo da época, Abílio estaria em Santos por razões políticas, tendo sido desaparecido também por essas razões. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Abílio Clemente Filho desapareceu em 10 de abril de 1971, quando caminhava pela praia de José Menino na cidade de Santos (SP), em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Pordeus de Alencar Seixas e Estolano Pimenta de Seixas

Data e local de nascimento: 2/1/1922, Bragança (PA)

Atuação profissional: operário

Organização política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Data e local de morte: 17/4/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Pará, Joaquim Alencar de Seixas foi casado com Fanny Akselrud Seixas, com quem teve quatro filhos: Ieda, Iara, Ivan e Irineu. Trabalhou como operário em diversos lugares e foi obrigado a deixar o emprego inúmeras vezes em função de sua militância política. Atuou como mecânico de aeronaves em empresas como Varig, Aerovias e PanAir. Foi demitido da Varig depois de denunciar a relação da empresa, cujos proprietários eram alemães, com o nazismo e com o governo de Getúlio Vargas.

No Rio de Janeiro, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual esteve atrelado até 1953. Em 1954, mudou-se com sua esposa, a quem conheceu na sede do partido, para o Rio Grande do Sul e, no início da década de 1960, retornou ao Rio de Janeiro. Trabalhou como encarregado de manutenção da Petrobrás, atuando politicamente no Sindicato dos Petroleiros.

Com o Golpe de 1964, a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) foi ocupada pelo Exército com tanques de guerra, carros de combate e soldados armados. O objetivo era prender as principais lideranças operárias. Para escapar ao cerco, Joaquim e outros militantes valeram-se de inteligente estratégia. Acionaram o alarme contra acidentes e entraram

nas ambulâncias da empresa que transportavam funcionários para fora da área de perigo.

Devido à constante perseguição e monitoramento pelos órgãos de segurança, tornou-se cada vez mais difícil para Seixas conseguir emprego, posto que seu nome constava na lista de procurados e nenhuma empresa tinha interesse em contratá-lo. Por esse motivo, retornou com sua família para o Rio Grande do Sul, onde trabalhou como marceneiro durante dois anos. Também atuou como montador de postos de gasolina até ser contratado, em 1967, como encarregado do setor de mecânica da Pepsi-Cola de Porto Alegre (RS).

Depois de ser novamente demitido, retornou ao Rio de Janeiro e passou a trabalhar como motorista de táxi. Atuou como chefe do setor de Mecânica e Manutenção na Coca-Cola de Niterói (RJ). Em 1970 mudou-se para São Paulo, onde começou a militar no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), espécie de facção armada do PCdoB. Morreu aos 49 anos de idade em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de janeiro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Joaquim Alencar de Seixas. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Em 28 de julho de 2009 foi reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro de Paciência, na cidade do Rio de Janeiro.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Joaquim Alencar de Seixas morreu no dia 17 de abril de 1971, após ser preso e torturado por agentes da repressão. Seixas e seu filho, Ivan Akselrud de Seixas, ainda adolescente e também militante do MRT, foram detidos no dia anterior na rua Vergueiro, em São Paulo, e levados para a 37^a Delegacia de Polícia, onde foram espancados no pátio do estacionamento, no momento em que os policiais trocavam de veículo. Posteriormente, foram encaminhados para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP), na rua Tutóia, sede anterior da Operação Bandeirantes (Oban), onde foram novamente

espancados. As agressões físicas foram tão violentas que as algemas que ligavam pai e filho romperam-se. Foram interrogados e torturados frente a frente. Os torturadores agiram com particular brutalidade em relação a Joaquim, pois o militante era acusado de ter executado, pouco dias antes, o industrial Albert Henning Boilesen, em ação organizada pelo MRT em conjunto com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Na noite de sua prisão, sua casa foi invadida e saqueada por policiais; sua esposa e suas duas filhas foram presas e levadas para o DOI-CODI/SP.

De acordo com a versão oficial, Joaquim teria sido morto em confronto armado com agentes de segurança, após reagir à prisão. A versão oficial, descrita na certidão de óbito, sustentava que Joaquim havia falecido às 13h do dia 16 de abril na Avenida do Cursino, no bairro Ipiranga, São Paulo, devido a uma “hemorragia interna traumática”. Segundo o laudo de exame de corpo de delito, assinado pelos peritos Pêrsio José Carneiro e Paulo Augusto de Rocha, Joaquim apresentava escoriações por todo o corpo e sete perfurações por projéteis de arma de fogo.

No dia 17 de abril de 1971, jornais paulistas publicaram nota oficial dos órgãos da repressão noticiando a morte de Joaquim Seixas em tiroteio no dia 16 de abril. A edição do *Jornal do Brasil* daquele dia divulgou que “Joaquim Alencar de Seixas (Roque), um dos cinco terroristas que assassinaram o industrial paulista Henning Albert Boilesen” havia sido morto na noite anterior ao resistir à prisão. Na reportagem, Joaquim é descrito como um “bandido de carreira”, responsável por inúmeros assaltos a bancos e a lojas.

O relatório especial de informações do Exército, de 19 de abril 1971, afirmava que Joaquim, depois de ser preso e interrogado, teria sido levado a um local, onde supostamente teria encontro marcado com Dimas Antônio Casemiro e Gilberto Faria Lima. Chegando lá, teria tentado fugir, sendo imediatamente “abatido”.

A partir das investigações desenvolvidas, restaram desconstruídas as versões apresentadas à época pelos órgãos oficiais e pela grande mídia. Há fortes indícios de que a morte desse militante tenha ocorrido no dia 17 de abril de 1971, em decorrências das torturas a que fora submetido. No Extrato de Prontuário de Subversivos, o horário da morte de Joaquim é meio-dia do dia 16 de abril de 1971. A entrada no necrotério está marcada às 14h30 do mesmo dia e assinada por Jair Romeu. Com o passar do tempo, o episódio que resultou na morte de Joaquim Alencar de Seixas pôde ser devidamente esclarecido.

Depois da prisão, Joaquim e Ivan estiveram detidos ilegalmente e foram submetidos a espancamento na 37ª DP da rua Vergueiro, em São Paulo. Em seguida, foram transportados para o DOI-CODI/SP. Há registro que atesta que Joaquim Alencar foi interrogado pela equipe preliminar "B", entre às 10 e as 11h30, da manhã do dia 16 de abril de 1971. De acordo com Ivan, ele esteve presente nesse interrogatório: pai e filho foram torturados juntos.

A esposa de Joaquim e os três filhos do casal – Ivan, Ieda e Iara – todos presos na mesma delegacia em que Joaquim se encontrava, posteriormente relataram os fatos que culminaram na sua morte. Esclareceram que, apesar dos jornais terem noticiado a morte de Joaquim no dia 16 de abril, o militante continuava vivo no interior do DOI-CODI e seguia sendo torturado. De sua cela, Fanny pôde escutar os gritos de Joaquim enquanto era submetido a interrogatório pelos agentes. Por volta das 19h do dia 17 de abril, após seu silêncio, soube que Joaquim Seixas havia morrido. Em seguida, conseguiu avistar, pela abertura da cela, o momento em que policiais estacionaram um veículo no pátio da prisão e colocaram o corpo de seu marido no interior, afirmando tratar-se do cadáver de “Roque”, codinome de Joaquim Alencar.

Desde meados da década de 1970, as denúncias sobre as circunstâncias da morte de Joaquim Alencar de Seixas ganharam ampla repercussão. No abaixo-assinado promovido por 35 presos políticos de São Paulo, conhecido como "Bagulhão", datado de 23 de outubro de 1975, em resposta às declarações do então presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, que havia afirmado não ter as informações necessárias para tomar medidas contra as inúmeras violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, há denúncia do uso de torturas contra esse militante e tantos outros.

Oito anos depois do ocorrido, em abril de 1979, o jornal *Em tempo* nº 57 publicou uma reportagem sobre a prisão e as torturas sofridas por Joaquim e por seu filho. Nessa matéria, Ivan Seixas relatou as circunstâncias da prisão e denunciou os torturadores David Araújo dos Santos (capitão Lisboa), Pedro Mira Gracieri, Dalmo Moniz Cirilo, vice-comandante da Oban e Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI à época, como os responsáveis pela morte de seu pai.

Em 17 de maio de 1995, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) cassou o registro profissional de Pêrsio José Ribeiro Carneiro, acusado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ) de assinar laudo

necroscópico falso, como o de Joaquim Seixas. Esse documento registrara, para o dia da morte do militante, data contrária às evidências colhidas em diversos testemunhos. Ao mesmo tempo, omitia a prática de tortura, reiterando a falsa versão oficial de que Joaquim Seixas teria sido morto em tiroteio com agentes de segurança no dia 16 de abril.

Em 13 de julho de 1995, perícia técnica realizada por Nelson Massini, em resposta à solicitação do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), desmentiu a versão oficial ao relatar que o laudo de exame de corpo de delito da época omitiu uma série de informações importantes. O perito concluiu que houve tortura, afirmando que

o Sr. Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de arma de fogo, outras lesões – provenientes de meios e/ou instrumentos – constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência.

A CEMDP, ao analisar o processo submetido por seus familiares, concluiu em 1996 que Joaquim morreu em virtude das torturas às quais foi submetido nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. Foi anexada ao processo cópia do depoimento de Milton Tavares Campos à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. O depoente informa que:

[...] viu, por estar na carceragem do Presídio da Oban-SP, quando o preso Joaquim Alencar de Seixas descia depois de ter sido torturado na 'cadeira do dragão', juntamente com o filho, digo, subia para ser torturado na 'cadeira do dragão', sendo certo que tomou conhecimento, posteriormente, pela voz geral que o referido preso havia sido morto em razão das torturas, sendo certo que os jornais do dia seguinte noticiavam que o mesmo não tinha sido preso e havia morrido na rua em razão de tiroteio com a Polícia.

Recentemente, tais fatos foram reiterados por Ivan Seixas e Ieda Seixas, em testemunho prestado à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, durante audiência pública, realizada no dia 26 de abril de 2013. Em 18 de fevereiro de 2014, Ieda prestou seu testemunho também a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Seus familiares e companheiros denunciaram os responsáveis pelas torturas e execução de Joaquim Alencar de Seixas: o então major Carlos Brilhante Ustra (vulgo doutor Tibiriçá), comandante do DOI-CODI/SP na época, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo (vulgo doutor Hermógenes), o capitão Ênio Pimentel Silveira (vulgo doutor Nei ou Nazistinha), o capitão André Leite Pereira (vulgo doutor Edgar), o delegado da Polícia Civil Davi Araújo dos Santos (vulgo capitão Lisboa), o investigador de Polícia Civil Pedro Mira Granziera (vulgo tenente Pedro Ramiro), o delegado de Polícia Civil

João José Vetoratto (vulgo capitão Amicci) e outros torturadores identificados apenas por apelidos.

Os restos mortais de Joaquim Alencar de Seixas foram enterrados no cemitério de Perus, em São Paulo. Apenas no dia 25 de maio de 1977, com a realização da exumação, é que se tornou possível a identificação de seus restos mortais. A CNV considera, portanto, que Joaquim Alencar Seixas restou desaparecido entre a data da morte e a referida identificação.

LOCAL DE MORTE

Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna em São Paulo (DOI-CODI/SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeira de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckman Geisel

Comando do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe de Estado-Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI): coronel Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefia da 2ª Seção (Informações): não identificado

Comandante do Destacamento de Operações de Informação: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------|----------------|-----------|--|-------------------------|---|
| David dos Santos Araujo. | Polícia Civil. | Delegado. | Torturou Joaquim Alencar de Seixas durante interrogatório. | DOI-CODI/II Exército. | Testemunho de Ivan Akselrud Seixas, prestado à Procuradoria da República de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100, movida pelo Ministério Público em face de agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos. Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2007.01.60390, pp.1-163. Requerimento de |

| | | | | | |
|----------------------------|--------------------------|---------------|--|-----------------------|---|
| João José Vetoratto. | Polícia Civil. | Delegado. | Torturou Joaquim Alencar de Seixas durante interrogatório. | DOI-CODI/II Exército. | Anistia de Joaquim Alencar de Seixas, atuado em 10 de dezembro de 2007. Testemunho de Ivan Akselrud Seixas, prestado à Procuradoria da República de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100, movida pelo Ministério Público em face de agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos. Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2007.01.60390, pp.1-163. Requerimento de Anistia de Joaquim Alencar de Seixas, atuado em 10 de dezembro de 2007. |
| Ênio Pimentel Silveira. | DOI-CODI do II Exército. | Capitão. | Torturou Joaquim Alencar de Seixas durante interrogatório. | DOI-CODI/II Exército. | Testemunho de Ivan Akselrud Seixas, prestado à Procuradoria da República de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100, movida pelo Ministério Público em face de agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos. Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2007.01.60390, pp.1-163. Requerimento de Anistia de Joaquim Alencar de Seixas, atuado em 10 de dezembro de 2007. |
| Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo. | DOI-CODI do II Exército. | Capitão. | Torturou Joaquim Alencar de Seixas durante interrogatório | DOI-CODI/II Exército. | Testemunho de Ivan Akselrud Seixas, prestado à Procuradoria da República de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública nº 0018372-59.2010.4.03.6100, movida pelo Ministério Público em face de agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos. Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2007.01.60390, pp.1-163. Requerimento de Anistia de Joaquim Alencar de Seixas, atuado em 10 de dezembro de 2007. |
| Pedro Mira Granziere. | Polícia Civil. | Investigador. | Torturou Joaquim Alencar de Seixas durante | DOI-CODI/II Exército. | Testemunho de Ivan Akselrud Seixas, prestado ao Jornal e <i>Em Tempo</i> , em abril de 1979. |

| | | | |
|--|--|-----------------|---|
| | | interrogatório. | Arquivo Nacional, SNI: ASP_ACE_779_79. |
|--|--|-----------------|---|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0004, p.16. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional: TRB00544.007203001_5_09, pasta 8, p.2 e 9. Disponível em: < http://hemerotecadigital.bn.br/ > | Requisição de exame, 16/4/1971. “Assassino de Henning é morto em São Paulo”, 17/4/1971. | Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML-SP). <i>Jornal do Brasil.</i> | Afirma que Joaquim foi encontrado morto às 13h na rua Cursino no dia 16/4/1971 e que veio a falecer em virtude de intenso tiroteio com os órgãos de segurança. Divulga a falsa versão oficial da morte, apontando que Joaquim Seixas havia morrido em virtude de tiroteio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0004, p.19. | Laudo de Exame de Corpo Delito, 19/4/1971. | Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML-SP). | Aponta a existência de ferimentos distribuídos por todo o corpo de Joaquim, mas omite a prática de tortura. Reproduz a falsa versão oficial de tiroteio, afirmando como causa da morte os ferimentos causados por disparo de arma de fogo. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_35776_71, p. 1. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0004, p. 14. | Relatório Especial de Informações nº 01/71, 23/4/1971. Certidão de óbito, 22/9/1971. | Centro de Informações do Exército (CIE). Cartório de Registro Civil, 20º Subdistrito – Jardim América (SP). | Relata que Joaquim foi “abatido” ao tentar fugir da prisão. Atesta como causa da morte “hemorragia interna traumática”. Aponta que o sepultamento foi realizado no cemitério de Vila Formosa. |
| Arquivo Nacional, SNI: ASP_ACE_779_79. | “Torturado e morto”, 00/4/1979. | <i>Jornal Em Tempo</i> nº 57. | Ivan Seixas, em entrevista, relata o episódio em que ele e seu pai foram presos e descreve as torturas a que foram submetidos. Denuncia ainda os responsáveis pela tortura e morte de Joaquim Seixas. |

| | | | |
|---|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0004, p. 30. | “Médico afirma que não sabia de tortura”, 18/5/1995. | Folha de S.Paulo. | Relata que o médico Pésio Carneiro, que assinou o laudo de exame de corpo delito de Joaquim, foi acusado pelo Grupo Tortura Nunca Mais de colaborar com a repressão política do regime pós-1964. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0047_0004, p. 25. | Parecer Técnico Pericial, 13/7/1995. | Perito Nelson Massini, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ. | Desmente a versão oficial da morte, pontuando informações que foram omitidas no laudo necroscópico. Afirma que Joaquim foi submetido a torturas antes de ser morto. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2007.01.60390, pp. 1-163. Requerimento de Anistia de Joaquim Alencar de Seixas, Autuado em 10 de dezembro de 2007. | Requerimento de anistia, 10/12/2007. | Comissão de Anistia. | Reconhece Joaquim Alencar de Seixas como anistiado político <i>post mortem</i> . |
| Arquivo da CNV: 00092.002453/2014-01. | Cópia do abaixo-assinado dos presos políticos de São Paulo ao presidente do Conselho Federal da OAB, 23/10/1975. | Comissão Nacional da Verdade. | Apresenta denúncias relativas à morte de Joaquim Alencar de Seixas. |
| Ivan Akselrud Seixas (filho de Joaquim Alencar de Seixas). | Testemunho prestado em 14 de março de 2013. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=fW5lm8bjTQk > | OAB/RJ. | Relata as circunstâncias da prisão, tortura e morte de seu pai. Declara que ficou preso durante quase seis anos. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Ivan Akselrud Seixas (filho de Joaquim Alencar de Seixas). | Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, de 26 de abril de 2013. Arquivo da CNV: | Desconstrói a falsa versão oficial sobre a morte de Joaquim Alencar de Seixas. Relata as circunstâncias da prisão, tortura e morte de seu pai. Descreve as torturas às quais seu pai foi submetido. Afirma que Joaquim |

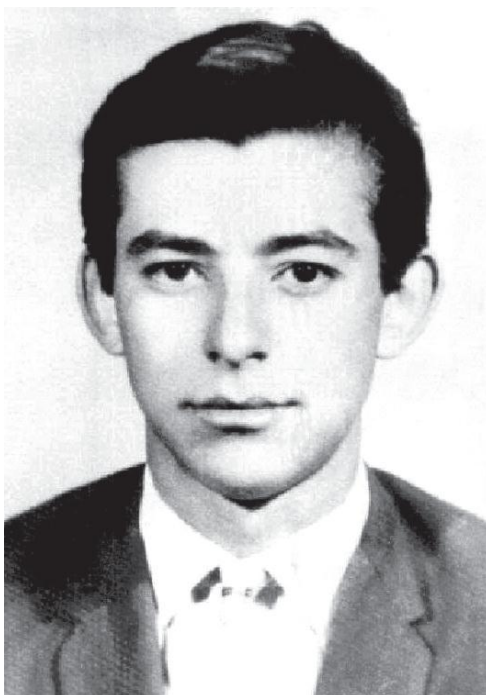
| | | |
|---|---|--|
| | 00092.003251/2014-78. | Seixas faleceu por volta das 19h do dia 17 de abril de 1971. |
| Ieda Akselrud Seixas (filha de Joaquim Alencar de Seixas). | Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, de 26 de abril de 2013. Arquivo da CNV: 92.000408/2014-11. | Desconstrói a falsa versão oficial da morte de Joaquim Alencar Seixas. Afirma que a morte de Joaquim se deu em decorrência de torturas realizadas ao longo de 24 horas, testemunhadas por seus filhos e sua esposa. |
| Ieda Akselrud de Seixas (filha de Joaquim Alencar de Seixas). | Comissão Nacional da Verdade. Testemunho prestado em 18 de fevereiro de 2014. Arquivo da CNV: 92.000408/2014-11. | Desconstrói a versão oficial da morte de Joaquim Alencar Seixas. Relata a prisão da família. Afirma que Joaquim e Ivan Seixas foram presos na manhã do dia 16/4/1971 e que ela, sua mãe e sua irmã foram detidas à noite do mesmo dia, levadas pelos agentes do DOI-CODI. Relata a brutalidade dos agentes policiais no momento da prisão e denuncia a ocorrência de violência sexual. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Joaquim Alencar de Seixas foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. Restou desaparecido entre a data da morte e a identificação de seus restos mortais em 1977.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Joaquim Alencar de Seixas, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho

Data e local de nascimento: 6/3/1946, Votuporanga (SP)

Atuação profissional: corretor de seguros; vendedor de carros; tipógrafo

Organização política: Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Data e local de desaparecimento: entre 17 e 19/4/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo (SP), Dimas Antônio Casemiro atuou no movimento estudantil de Votuporanga, sua cidade natal, até que se mudou para São Paulo e passou a militar na Ala Vermelha. Posteriormente, militou na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), do qual foi dirigente. Em 1966, Dimas casou-se com Maria Helena Zanini, com quem teve um filho, Fabiano César Casemiro. O pai de Dimas Casemiro era integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu irmão, Dênis Casemiro, integrava a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Em 1971, Dimas Casemiro foi acusado de ter comandado o assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Associgás e da companhia Ultragás, empresas que financiavam a Operação Bandeirante (OBAN), que atuava junto aos órgãos de repressão do Estado.

Morreu aos 25 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais ainda não foram localizados e identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 14 de maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Dimas Antônio Casemiro, deferindo o seu caso, que foi publicado no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1998. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Dimas Antônio Casemiro morreu em São Paulo (SP), em abril de 1971.

De acordo com a narrativa apresentada pelas forças de segurança do Estado durante o regime militar, Dimas Casemiro teria morrido no dia 17 de abril de 1971, atingido por disparo de arma de fogo após ter resistido à voz de prisão de agentes do Estado. O confronto teria sido travado em um “aparelho” do MRT, localizado no bairro de Água Funda, em São Paulo. A certidão de óbito de Dimas Casemiro, registrada no dia 28 de abril de 1971, apresenta a versão de que ele teria sido morto em via pública no dia 17 de abril de 1971, tendo como causa da morte “choque hemorrágico”.

O documento para requisição de exame de necropsia, feito pelo Instituto Médico-Legal (IML), confirmou a versão de que Dimas teria morrido durante uma troca de tiros com agentes da repressão. Segundo o laudo do IML, o corpo de Dimas teria sido encaminhado à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) para ser fotografado e para o registro de impressões digitais. O exame teria sido realizado no dia 19 e o sepultamento, no dia 20 de setembro. O documento foi assinado pelo delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho. Pesquisas documentais não localizaram nenhum registro sobre o local onde o corpo de Dimas esteve durante os dois dias que transcorreram desde seu óbito, amplamente noticiado pela imprensa como tendo ocorrido no dia 17 de abril, e a data de solicitação do exame necroscópico pelo IML, no dia 19 de abril.

O laudo do exame necroscópico, assinado pelo médico-legista João Pagenotto no dia 19 de abril, registrou quatro ferimentos causados por arma de fogo no pescoço, braço, mão

e coxa. Segundo o documento, o corpo de Dimas teria sido encaminhado para o cemitério de Perusⁱ no dia 20 do mesmo mês. Entretanto, seu corpo nunca foi localizado ou identificado. De acordo com o dossiê dos mortos e desaparecidos, elaborado em 1984 pela seção Rio Grande do Sul do Comitê Brasileiro pela Anistia, Dimas foi fuzilado ao chegar a casa dele, corroborando a informação oficial. No entanto, no livro *Direito à memória e à verdade* a CEMDP concluiu que Dimas foi

preso e o corpo somente deu entrada no IML depois de ter sido publicada a notícia de sua morte, nos jornais do dia 18/04/1971. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho, informa que a morte se deu na rua Elísio da Silveira, 27, no bairro Saúde, às 13 horas do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Dimas, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML às 14 horas do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10 horas do dia 20.

Em 1996, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) afirmou, sobre o processo de identificação de ossadas que se acreditava pertencerem a Dimas:

encontro de ossada compatível porém, devido a grande fragmentação dos ossos, muitos aspectos antropométricos estão prejudicados, assim sendo, amostras foram enviadas para extração de DNA”. Sem qualquer conclusão, em 1999, os familiares de Dimas solicitaram a intervenção do Ministério Público Federal no caso. Em 2010, concluiu-se pela impossibilidade de identificar os restos mortais de Dimas, da maneira como vinha sendo realizado o procedimento. Em 2011, o Ministério Público Federal deu início a investigação criminal, sob o processo n. 1.34.001.007805/2011-00, com o objetivo de esclarecer a morte de Dimas, seguida de ocultação do cadáver. O resultado das investigações, entretanto, não foram esclarecedores. De acordo com a informação do Ministério Público Federal, “nada foi esclarecido, permanecendo esses fragmentos ósseos, que se suspeita como de Dimas, sem inumação.

A CEMDP concluiu que Dimas foi torturado entre os dias 17, data em que foi supostamente alvejado, e o dia 19, data do exame da necrópsia, desmentindo a versão oficial de “morte em tiroteio”. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e indicativas de tortura. As datas mencionadas acima, portanto, não seriam apenas erros ou mera confusão, segundo o relatório da CEMDP, mas uma tentativa de encobrir sua morte sob torturas enquanto esteve sob custódia do Estado brasileiro.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local da morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOPS de São Paulo

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Governador do Estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: Sérvulo Mota Lima

Diretor-Geral do DOPS/SP: delegado Lúcio Vieira

Delegado do DOPS: delegado Alcides Cintra Bueno Filho

1.2. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--|----------|------------------|--|-------------------------|---|
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS/SP. | Delegado. | Era delegado do DOPS, órgão responsável pela operação que, durante dois dias, resultou a morte de Dimas. | DOPS/SP. | Requisição de exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, p. 46. |
| João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini. | IML/SP. | Médicos-legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML/SP. | O laudo conclui que “o examinado recebeu quatro disparos de arma de fogo, ficando retido apenas um projétil. Um dos projéteis lesou vasos importantes arteriais e nervosos do pescoço produzindo-se abundante hemorragia interna e externa e consequente morte. Deve-se considerar ainda que a vítima sofreu lesão da laringe, por onde houve penetração de sangue que foi aspirado para os pulmões provando asfixia” Exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 48-49. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e |

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|
| | | | | | esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e indicativas de tortura. |
|--|--|--|--|--|---|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, p. 8. | Certidão de óbito, 1º/3/1996. | Registro Civil das Pessoas Naturais, Jabaquara (SP). | Apresenta a versão oficial de que Dimas Antônio Casemiro foi morto em via pública devido a “choque hemorrágico”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, pp. 11-12. | “Morto ontem chefe dos assassinos de Boilesen”, 18/4/1971. | <i>Diário Popular.</i> | Informa a versão oficial de que Dimas teria sido morto ao resistir a um cerco policial no “aparelho” em que estava. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, p. 21. | Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, 1984. | Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. | Afirma que Dimas foi fuzilado ao chegar em casa, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, no dia 17 de abril de 1971. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, pp. 46-47. | Requisição de exame, 19/4/1971. | IML. | Informa o recolhimento do corpo de Dimas ao DOPS, e, posteriormente, para um sepultamento, após ter sido morto em confronto com as forças da repressão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, pp. 48-49. | Laudo de exame de corpo de delito, 20/4/1971. | IML. | Informa os ferimentos no corpo de Dimas. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0029_0008, pp. | Relatório das circunstâncias da morte de Dimas | CEMDP. | Ao examinar fotos do cadáver, a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos |

| | | | |
|--|--|---|---|
| 42-45. | Antonio Casemiro, 26/4/1996 | | observa lesões na região frontal mediana e esquerda nos cantos internos dos dois olhos e no nariz, lesões estas não descritas no laudo necroscópico, indicativas de torturas. |
| Arquivo da CNV: 00092_000392_2012_77, pp. 8-9. | Relatório para fins de prosseguimento nos trabalhos de busca e identificação de mortos e desaparecidos políticos no município de São Paulo, 18/6/2012. | Ministério Público Federal (MPF). | Informa o andamento do processo de identificação e localização dos restos mortais de Dimas. |
| Arquivo da CNV: Relatório MPF, 00092.000803/2013-13, p. 255. | Atividades de perseguição penal desenvolvidas pelo MPF, 2014. | MPF. | Informa a investigação criminal, sob o nº 1.34.001.007805/2011-00, com o objetivo de esclarecer o homicídio e a ocultação de cadáver de Dimas. |
| Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 015-solicitacao-mpf, p. 1. | Ofício nº GABPR12-EAGF/SP-000344/2009, 27/10/2010. | MPF. | Informa o insucesso do reconhecimento de DNA nas ossadas que poderiam pertencer a Dimas. |
| Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 016-transcricao-audiencia-n35. | 35ª Audiência Pública, 26/4/2013. | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. | Sobre a militância de Dimas. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Dimas Antônio Casemiro morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Dimas Antônio Casemiro, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

i O cemitério Dom Bosco foi construído pela prefeitura de São Paulo em 1971. Em 1976, os cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política foram transferidos para uma vala clandestina, denominada “vala de Perus”. Em 1990, a vala foi descoberta e foram encontradas 1.049 ossadas. De acordo com os registros do cemitério, pelo menos seis presos políticos deveriam estar enterrados nessa vala, entre eles Dimas Casemiro.

RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ana Gonçalves de Figueiredo e Francisco Gonçalves Viana

Data e local de nascimento: 23/3/1939, Curvelo (MG)

Atuação profissional: bancário

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Data e local de desaparecimento: 27/4/1971, Recife (PE)

BIOGRAFIA

Nascido em Curvelo, Minas Gerais, Raimundo Gonçalves de Figueiredo era filho de Ana Gonçalves de Figueiredo e Francisco Gonçalves Viana. Casado com Maria Regina Lobo Figueiredo, pai de duas filhas, Raimundo era técnico em contabilidade e trabalhou no Banco Agrícola, em Sete Lagoas (MG). Nessa época, já era um jovem ativo politicamente, participando da Juventude Operária Católica (JOC). Tentou criar um sindicato, mas foi transferido a Belo Horizonte e depois despedido. Ingressou na Ação Popular, depois participou na Ala Vermelha, e, na sequência, militou na VAR-Palmares. Foi morto aos 32 anos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu processo junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEDMP) foi deferido por unanimidade, em 29 de fevereiro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, uma rua recebeu seu nome no bairro de Lagoa, em Belo Horizonte (MG).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Raimundo Gonçalves foi baleado na casa de Áurea Bezerra, no Alto da Balança, no bairro Sucupira, em Recife, por agentes policiais do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) e da Polícia Federal, sendo preso em 27 de abril de 1971. A versão apresentada sobre sua morte em tiroteio foi divulgada em 1º de julho de 1971, no *Diário de Pernambuco*. Tal versão foi desmentida por Arlindo Felipe da Silva, quem, em depoimento à época da morte, relatou que “Chico” “não morreu reagindo à prisão, foi ferido e levado preso”.

Há uma série de informações desencontradas que circundam o caso de Raimundo. Raimundo Gonçalves foi identificado como *José Francisco Severo Ferreira* ou *Francisco José de Moura* pelos órgãos oficiais em diversos documentos. O laudo necroscópico assinado por Antônio Victoriano da Costa e Nivaldo José Ribeiro atesta que *José Francisco Severo* morreu, em 28 de abril de 1971, em decorrência de “hemorragia interna, decorrente de transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo”, havendo outros ferimentos à bala pelo corpo. *José Francisco Severo* foi enterrado, aparentemente no cemitério de Santo Amaro. A identidade de José Francisco Severo foi confirmada como sendo de Raimundo Gonçalves em perícia dactiloscópica (exame de digitais) em julho do mesmo ano. Há ainda um mandado de prisão, de agosto de 1971, no qual consta que o Conselho Permanente da Justiça do Exército condenou Francisco José de Moura a dois anos e meio de reclusão e dez anos de suspensão de direitos políticos, sendo que sua morte por obra do Estado ocorrera quatro meses antes desta sentença.

A CNV localizou ficha dactiloscópica de Raimundo Gonçalves de Figueiredo oriunda do acervo do DOPS/RJ, na qual consta a informação “morto no Recife”, que tem como última data de registro 25 de agosto de 1971.

Seus restos mortais ainda não foram encontrados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Alto da Balança, bairro da Sucupira, Recife, PE.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOPS/PE

Governador do estado de Pernambuco: Eraldo Gueiros Leite

Secretário de Segurança Pública de Pernambuco: Armando Hermes Ribeiro Samico

Diretor do DOPS 7ª Região Militar: Ordolito Azevedo Menezes

Delegado do DOPS 7ª Região Militar: José Oliveira Silvestre

1.2. Departamento de Polícia Federal (DPF)

Diretor-Geral: Nilo Caneppe Silva

Chefe de gabinete do diretor-geral: Darci Boano Mussoi

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.25. | | SSP/PE– Delegacia de Segurança Pública. | Relata a desarticulação completa da Var-Palmares em Pernambuco por agentes policiais. Um dos aparelhos desbaratados foi o do Alto da Balança, Sucupira, em 27/4/71; informa que um dos militantes encontrados foi ferido, levado ao pronto socorro, falecendo a caminho; informa que esse militante era José Francisco Severo Ferreira; informa que devido a exames digitais comparados, tratava-se, na verdade, de Raimundo Gonçalves Figueiredo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004 p.31 | Ofício nº 577/71 – HVF, 27/4/1971. | SSP/ PE – Delegacia de Plantação. | Apresenta ao Instituto Médico-Legal (IML) o cadáver de José Francisco Severo Ferreira. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.32. | Perícia Tanoscópica – cópia, 22/7/1971 – confere com o original. | IML/PE. | Atesta a realização de necropsia de José Francisco Severo Ferreira. <i>Causa mortis:</i> “hemorragia interna decorrente de transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.39. | Declaração de óbito (s/n, 2ª via), 28/4/1971. | Departamento de Saúde Pública. | Atesta o óbito de José Francisco Severo Ferreira em 27/4/1971. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.40. | “Morre terrorista em PE”, 1º/7/1971. | <i>Jornal do Brasil</i> (cópia). Secretaria de Segurança Pública. | Informa sobre a morte de Raimundo Gonçalves. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.44. | “Fim do Terror no Recife”, 1º/7/1971. | <i>Diário de Pernambuco.</i> | Reproduz documento da Secretaria de Segurança Pública que fala da desarticulação da Var-Palmares e da morte de Raimundo Gonçalves. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.45. | Declaração. | | Depoimento de Arlindo Felipe da Silva: relata que militava com Chico (Raimundo Gonçalves) e que ele foi preso em 27/4. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.59. | Ofício nº 930, 5/08/1971. | Delegacia de Segurança Social – Justiça Militar – Auditoria da 7ª Região Militar. | Mandado de prisão de Francisco José de Moura, condenado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a dois anos e meio de reclusão e 10 anos de suspensão dos direitos políticos |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_007 2_0004, p.4. | Ofício nº 702/71, 27/7/1971. | Instituto de Polícia Técnica. | Informa que procedeu a perícia dactiloscópica: constata a dupla identidade de Raimundo Gonçalves Figueiredo, cujas digitais são as mesmas que José Francisco Severo Ferreira, falecido em Recife, PE. |
| Arquivo CNV, NUF | Ficha dactiloscópica de Raimundo Gonçalves de Figueiredo. | DOPS/GB | Registra Raimundo Gonçalves de Figueiredo como “morto no Recife”. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Raimundo Gonçalves de Figueiredo morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, restando desconstruída a versão de tiroteio por resistência à prisão, divulgada à época dos fatos. Ademais, evidencia-se a dinâmica de contrainformação do Estado, com o objetivo de encobrir a verdade e esconder as circunstâncias do desaparecimento e ocultação de seus restos mortais.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Raimundo Gonçalves de Figueiredo, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes do Estado envolvidos.

STUART EDGAR ANGEL JONES



DADOS PESSOAIS

Filiação: Zuleika Angel Jones e Norman Angel Jones

Data e local de nascimento: 11/01/1945, Salvador (BA)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local do desaparecimento: 14/05/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Codinome: Henrique, Paulo

BIOGRAFIA

Stuart era filho da estilista Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel, e de Norman Angel Jones, de nacionalidade inglesa e norte-americana. Praticava muitos esportes entre eles tênis, natação, capoeira, halterofilismo e remo. Cresceu no Rio de Janeiro, onde cursava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 18 de agosto de 1968, casou com Sonia Maria Lopes de Moraes, passando a morar no bairro da Tijuca. Sua militância política foi iniciada quando entrou na Dissidência Estudantil do PCB da Guanabara, que depois passou a se chamar MR-8. Em 1969 já havia se tornado dirigente da organização estando a frente de operações armadas do grupo e, portanto, um alvo visado pela repressão.

No dia 14 de maio de 1971 Stuart foi sequestrado por agentes da repressão, se tornando mais um desaparecido político da ditadura. O desaparecimento de Stuart é um dos mais conhecidos da ditadura militar, tanto no Brasil como no exterior, em virtude das denúncias de sua mãe, Zuzu Angel, que chegou até mesmo a entregar um dossiê sobre o caso ao secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. A mobilização de Zuzu foi tão grande que a morte de Stuart foi denunciada no Congresso dos Estados Unidos por vários parlamentares, entre eles o senador Edward Kennedy. As denúncias de Zuzu Angel sobre o assassinato de seu filho só cessaram com a sua morte no dia 13 de abril de 1976 em acidente de carro no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Stuart Edgar Angel Jones consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95. Seu caso recebeu o nº 197/96 na CEMDP. Seu nome consta no Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985) organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O sofrimento de Stuart Angel foi homenageado nas canções de Chico Buarque de Holanda, “Cálice” e “Angélica”. Stuart foi homenageado na cidade de Belo Horizonte, onde teve seu nome dado a uma rua no bairro Serra Verde, assim como a uma praça na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2010, o memorial do Clube de Regatas do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi nomeado Stuart Edgar Angel Jones em homenagem ao militante. A denúncia de seu desaparecimento e a história da luta da sua mãe por informações do seu paradeiro foram registrados no filme Zuzu Angel (2006) de Sérgio Rezende.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Stuart Angel iniciou sua militância política na Dissidência Estudantil do PCB da Guanabara, depois denominada MR-8, do qual se tornou dirigente em meados de 1969. Documentos da repressão política o apontam como participante de operações armadas. O relatório do inquérito policial militar (IPM) para investigar o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, contido na informação nº 511/70/S-102-S1-CIE do Centro de Informações do Exército (CIE), de 2 de março de 1970, acusa Stuart de participar do sequestro. Os agentes de informação identificam o estudante como “parte da

Frente de Trabalho Armado responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano”.ⁱ

Stuart teve sua atuação como dirigente do MR-8 acompanhada pela ditadura até o momento de seu sequestro. Inúmeras prisões de militantes, ocorridas em maio de 1971, destacam as ações dos órgãos de repressão e informação na desarticulação das organizações opositoras, em especial a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o MR-8. Informação nº 279/CISA-RJ, de 11 de maio de 1971, reporta a prisão de quatro integrantes das duas organizações: Zaqueu José Bento, Manoel Henrique Ferreira, José Roberto Gonçalves de Rezende e Amaro de Souza Braga.ⁱⁱ Outro documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o encaminhamento nº 207/CISA-RJ, de 13 de maio de 1971, reforça o monitoramento desses grupos políticos ao reproduzir termo de declaração de Maria Cristina de Oliveira Ferreira, do MR-8.ⁱⁱⁱ

Supõe-se que as prisões de Stuart e de outros integrantes do MR-8 e da VPR estivessem ligadas ao fato de Carlos Lamarca, em abril de 1971, ter deixado a VPR e ingressado no MR-8. No início de maio de 1971, o CISA já sabia que Lamarca tinha ido para o MR-8 e queria capturá-lo de qualquer maneira, caso narrado no capítulo 13. José Roberto Gonçalves de Rezende, integrante da VPR, conforme a informação nº 279/CISA-RJ, citada anteriormente, foi preso na noite de 7 de maio de 1971, em Copacabana, e levado do DOPS/RJ para as dependências do CISA na base aérea do Galeão.

O livro de ocorrências nº 16 (Ímpar) do DOPS/RJ, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, registra, na página 176, a detenção de Zaqueu José Bento e Manoel Henrique Ferreira, integrantes do Grupo Político-Militar do MR-8, em 7 de maio de 1971, no Rio de Janeiro. Documentos do DOPS/RJ confirmam também a prisão do militante da VPR José Roberto Gonçalves de Rezende na livraria Entre Rios, de Copacabana, na noite de 7 de maio.

Alex Polari de Alverga foi preso em 12 de maio de 1971, conforme registrado na mesma data no livro de ocorrências nº 19 do DOPS/RJ. Sob tortura, Polari forneceu aos agentes do CISA informações sobre encontro dele com Stuart Angel, e foi utilizado como “isca”.

Relatos do próprio Polari e de Maria Cristina de Oliveira Ferreira dão conta de que Stuart foi barbaramente torturado até a morte pelos agentes do CISA, para que revelasse o paradeiro de Carlos Lamarca – o que não fez. Em depoimentos prestados à CNV no ano

de 2014, Alex Polari e Maria Cristina afirmaram que em nenhum momento chegaram a ver o rosto de Stuart Angel enquanto estiveram presos na Base Aérea do Galeão. Ambos inferiram que Stuart estava preso no Galeão tendo em vista que lhes foi apresentado documento em nome de “Paulo”, com a fotografia de Stuart, perguntando se a pessoa na foto era Stuart Angel. Polari e Maria Cristina concordam ainda que, na mesma data em que a foto de Stuart foi apresentada, ouviram à noite gemidos de um homem sendo torturado que associaram a Stuart Angel, pois o agente do CISA que chefiava a equipe de interrogatório e tortura, Abílio Correa de Souza, disse no corredor da prisão: “Paulo, não fica aí reclamando, não. Vou te dar um Melhoral, uma injeção. Você vai ficar bom”.

Em depoimentos prestados à CNV, agentes da Aeronáutica que atuaram na Base Aérea do Galeão no ano de 1971 afirmam que todos os presos políticos mantidos no presídio de civis do Galeão andavam todo o tempo encapuzados, com capuzes até o peito, o que impossibilitava a identificação visual dos demais presos. Informaram que, quando os presos políticos eram conduzidos para audiências em auditorias militares, existia um procedimento de dissimulação do local onde se encontravam, que consistia em dar voltas com presos encapuzados em lanchas ou aviões para que se desorientassem e não reconhecessem o local de onde saíram, impedindo que seus familiares e advogados soubessem onde se encontravam presos. Esses mesmos agentes relataram que presos políticos eram transferidos da Base do Galeão para a Base Aérea de Santa Cruz encapuzados, e o comentário de um deles à CNV foi que “quem ia para Santa Cruz não voltava”.

Em depoimento escrito quando se encontrava preso no Rio de Janeiro, em 1976, e encaminhado ao cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, Manoel Henrique Ferreira, falecido em 2014, relata:

Dias após minha prisão, quando passava pela fase de torturas, na quinta ou sexta-feira (não sei precisar o dia exato, pois devido às condições em que me encontrava, tinha perdido a noção do tempo), fiquei sabendo, pelo “dr. Pascoal” (tenente-coronel Abílio Alcântara) que Stuart havia sido preso. Pela tarde “dr. Pascoal” abre a cela e me mostra uma carteira de identidade, para ver se eu conhecia a pessoa que tinha ali sua fotografia. [...] Ele, tenente-coronel Abílio Alcântara, deu um pequeno sorriso e disse que Stuart se encontrava [...]; que o haviam prendido naquele dia. [...] Logo após, de minha cela ouvi um intenso barulho no pátio, uma grande movimentação, gritos e barulho de motores de carros que saíam apressados. À noite, veio um médico, acompanhado pelo tenente-coronel Muniz (“dr. Luiz”) visitando todas as celas. Este, ao chegar à minha cela, pergunta-me se eu já sabia que o Stuart estava preso. Ante minha

resposta afirmativa ele fala-me que naquela noite ia entrar outro “peixe grande”. Mais tarde, fui levado para a cela da equipe de análises, onde se encontravam os brigadeiros João Paulo Burnier e Carlos Affonso Dellamora, que logo se retiraram, e outros dois indivíduos da equipe de análise, o “dr. Pedro Paulo” e outro oficial que não sei o nome. Estes dois fizeram-me sentar e disseram que o Stuart estava preso, que haviam recolhido algum material em seu aparelho e queriam algumas informações [...] Antes de me mandar de volta para a cela, o “dr. Pedro Paulo” ainda me disse que “agora que pegamos Stuart, em dois dias chegaremos ao capitão Lamarca”. Quando de volta à cela, percebi que em uma delas, que ficava próxima à entrada do corredor, havia alguém gemendo muito e às vezes gritava. [...] que pela madrugada se interromperam. Logo depois houve uma grande balbúrdia pelo corredor. Abriram uma cela e ouvi claramente quando alguém pediu que trouxessem um tapete. Depois cessou a movimentação e não voltei a ouvir mais os gemidos.^{iv}

Carta de Alex Polari de 23 de maio de 1972, enviada a Zuzu Angel para que ela tivesse a confirmação da morte do filho, narra a queda de Stuart Angel:

Na manhã do dia 14 de maio de 1971, tinha sido levado, após dois dias de tortura, a uma região no Grajaú, próximo à avenida 28 de Setembro, onde tinha um encontro. Nos interrogatórios pude despistar o horário do encontro (que seria às 10h) como sendo às 8h e num local um pouco mais afastado. Porém às 9h, quando já me retiravam do local (carregado praticamente, pois não podia na época andar sozinho, devido a um problema nas pernas), Stuart entrou inadvertidamente nas proximidades do cerco, sendo detectado pelo esquema militar que tinha sido montado em muitos quarteirões à volta. Tinha passado de carro (um VW verde), estacionando, tendo sido reconhecido e preso pelos agentes quando passava perto de onde me encontrava, apesar de que o esquema e o cerco estivessem se desmobilizando naquele momento. Dessa maneira, presenciei sua prisão.^v

No trecho seguinte, Polari descreve o instante da prisão do companheiro:

Stuart, quando caiu, portava uma calça verde-garrafa, camisa clara e um casaco bege. Foi colocado em um porta-malas de um Opala amarelo com teto de vinil preto e levado para a Base Aérea do Galeão, onde se localiza o CISA. Não me levaram juntamente com ele, pois passei o resto da manhã e boa parte da tarde sendo levado aos locais de outros encontros fictícios, no término dos quais retornei novamente ao “Paraíso” (nome-código do CISA) ao entardecer, indo direto para a sala de tortura no andar térreo.^{vi}

Sobre as torturas que sofreu por agentes do CISA, do Cenimar e do CIE, em depoimento no dia 12 de setembro de 2014, Polari afirmou à CNV:

Na parte mais dura dessa chegada, desses dias, estava o Mike, Poeck ou não Poeck, que seja. E lá, as pessoas do CISA, tinha um suboficial que era até pouco tempo reconhecido como Abílio Alcântara, que era o chefe, o prático da tortura. Tinha mais algumas pessoas que eu tomei contato. Tinha o capitão que era o mais analista de informação, que depois em outras oportunidades me chamou para também um interrogatório, uma conversa, era o bonzinho, Lúcio Barroso. E tinha mais outros que apareceram, apareceram no CISA na época que eu estive lá. Apareceu o dr. Bruno, que era o homem do CIE que supostamente foi um dos

dirigentes da Casa da Morte, muito educado, com um terno muito bonito, psicopata clássico. Aliás, não devia nem mencionar.^{vii}

O então capitão-aviador Lúcio Valle Barroso, hoje coronel reformado, é o único dos oficiais da Aeronáutica identificados por Alex Polari entre os envolvidos nas atrocidades cometidas contra Stuart Angel que continua vivo. Sua presença entre os agentes do CISA, com codinome “dr. Celso”, foi denunciada por Alex Polari em processos, como o nº 89/1971-T, da 1ª Auditoria da Aeronáutica. Era formado em inteligência militar para oficiais na Escola das Américas, no Panamá, que frequentou de janeiro a abril de 1970.

Barroso, em depoimento à CNV em 9 de junho de 2014, declarou não ter tido nenhum envolvimento no caso de Stuart Angel e desconhecer a existência da prisão e das práticas de tortura na Base Aérea do Galeão, apesar das inúmeras acusações. Contudo, afirma ter conhecido integrantes do CISA, como Carlos Afonso Dellamora, Ferdinando Muniz de Farias e Abílio Correa de Souza, que ele chamava como “Abílio Alcântara”.^{viii} Matéria do jornal *O Globo* (“Stuart Angel: verdadeiro nome do principal torturador é descoberto”) já havia denunciado o nome real do suboficial Abílio Alcântara, codinome “dr. Pascoal”, que na verdade era o Suboficial Abílio Correa de Souza, já morto.

Outros nomes de agentes citados em documentos ou por testemunhos constam no registro nº 710 do livro de ocorrências nº 19 do DOPS/RJ, relativo à prisão de Alex Polari: os dos agentes do DOPS Theobaldo Lisbôa, Nilton Vieira de Mello, Milton Rezende Almeida, Eduardo Teixeira Sobrinho e Jair Gonçalves da Mota. Os dois últimos haviam sido denunciados por Alex Polari na carta a Zuzu Angel que ele escreveu na prisão no ano de 1972.^{ix}

O capitão da aeronáutica reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho, em depoimento à CNV em 17 de fevereiro de 2014, em Salvador, contou que o sargento da Aeronáutica José do Nascimento Cabral, já falecido, havia em duas ocasiões comentado com ele a respeito de episódio que viveu enquanto servia na Base Aérea de Santa Cruz.^x De acordo com o sargento José do Nascimento, a Base Aérea de Santa Cruz teria recebido visita noturna de grupo de oficiais comandado pelo brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que ordenou o fechamento da pista. José do Nascimento teve conhecimento da ordem do brigadeiro Burnier por estar de plantão naquela noite na torre de controle, de onde pôde observar, na cabeceira da pista, enterro de cadáver de pessoa que, como posteriormente soube, havia sido morta na Base Aérea do Galeão. À época, os colegas de José do

Nascimento Cabral na Base Aérea de Santa Cruz presumiram tratar-se do corpo de Stuart Edgar Angel Jones. Segundo José do Nascimento, a cabeceira da pista era local de difícil acesso, pouco frequentado pelos militares que serviam na base. Ainda segundo o sargento Nascimento, um dos oficiais que acompanhavam o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier nessa oportunidade seria o então comandante da Base Aérea do Galeão. Em novo depoimento à CNV, em 6 de junho de 2014, o capitão reformado Álvaro Moreira de Oliveira Filho reiterou o que havia declarado anteriormente a respeito da ocultação do cadáver de Stuart Angel na Base Aérea de Santa Cruz.^{xi}

Na lista de servidores civis e militares lotados na Base Aérea de Santa Cruz em maio de 1971, mês do desaparecimento de Stuart Angel, fornecida pelo Ministério da Defesa, figura o nome do terceiro-sargento José do Nascimento. A CNV também solicitou à Defesa informações sobre eventuais obras de reforma, ampliação e modificação nas pistas da Base Aérea de Santa Cruz, e recebeu como resposta conjunto de documentos sobre obras e alterações realizadas no local de 1974 a 1978, por duas empresas de engenharia.

Em março de 2014, a CNV recebeu novas informações de ex-militar da Aeronáutica, que servia na Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1971 (cuja identidade será preservada nos termos da lei que criou a CNV), que reforçam ter sido a Base Aérea de Santa Cruz utilizada no início da década de 1970 para a prisão ilegal e tortura de presos políticos, e também como instrumento para a ocultação de seus cadáveres.^{xii} Em depoimento à CNV em 11 de novembro de 2014, o referido oficial identificou fotografia de Stuart Edgar Angel Jones como sendo o preso que protegeu de um espancamento por policiais da Aeronáutica durante uma refeição no xadrez da Base Aérea de Santa Cruz. Nesse depoimento, o ex-militar relata que se sentou ao lado do preso que seria Stuart Angel, que estava muito magro e pálido. Este foi o único momento em que a testemunha teria visto Stuart Angel. Ainda nesse relato, o ex-militar afirmou ter sido ameaçado por seus superiores de que poderia ser enterrado no mandiocal próximo às regiões de mangue existentes na Base Aérea de Santa Cruz.

Esse mesmo ex-militar relata que era comum o comentário, na Base Aérea de Santa Cruz, acerca do lançamento em alto-mar de cadáveres transportados pelos aviões P-16.

O desaparecimento de Stuart é dos mais conhecidos da Ditadura Militar, pelas seguidas

denúncias de sua mãe, a estilista Zuzu Angel. A forte pressão internacional resultou, em 15 de março de 1972, no afastamento de Burnier, dos coronéis-aviadores Roberto Hipólito da Costa, Carlos Affonso Dellamora e Márcio César Leal Coqueiro e de outros três oficiais, além da demissão do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. A partir desse momento, porém, o regime militar passou a negar formal e ostensivamente a prisão de Stuart, o que se observa em vários documentos dos órgãos de informação, como no depoimento de Paulo Roberto Jabur ao CISA, registrado no informe nº 0213, de 24 de julho de 1972, no qual Stuart aparece como “foragido”, além de afirmar que “Paulo” (codinome de Stuart) teria participado de seis ações armadas de expropriação.^{xiii} Documento de abril de 1973, com intuito de monitorar a atuação de jornalistas de *O Globo*, foi encaminhado pelo I Exército ao SNI. Entre os profissionais vigiados estava Hildegard Angel, irmã de Stuart.^{xiv}

Documentos do Arquivo Nacional localizados em 2013 por jornalistas de *O Globo* revelaram, no entanto, que a morte de Stuart Angel era tida como certa pelos serviços de informação da ditadura. O informe confidencial nº 1.008 da agência Rio de Janeiro do SNI, de 14 de setembro de 1971, tem como assunto: “Stuart Angel Jones – Falecido”. Na Informação nº 4.057, da agência São Paulo do SNI, de 11 de setembro de 1975, o nome de Stuart aparece junto a outros nomes de militantes mortos, acompanhados das respectivas datas de morte. No caso de Stuart, o dia indicado é 16 de maio de 1971.^{xv}

Em oitiva domiciliar à CNV, em 30 de julho de 2014, o ex-comandante da Base Aérea do Galeão em 1971 e 1972, brigadeiro Jorge José de Carvalho, não forneceu nenhuma informação que permitisse esclarecer as circunstâncias da prisão ou da morte de Stuart Angel Jones. No entanto, o coronel Antônio da Motta Paes Júnior, que o sucedeu no comando da base em 1973 e 1974, admitiu em depoimento prestado à CNV, em 30 de julho de 2014, a existência de uma unidade do CISA no Galeão e indicou que havia recebido ordens superiores para não se imiscuir com esse grupo. Ary Casaes Bezerra Cavalcanti, comandante da Base Aérea de Santa Cruz de 1970 a 1972, foi convocado para prestar depoimento na CNV, mas não compareceu, alegando problemas de saúde. Luciano José Marinho de Melo, cabo que servia na Base Aérea do Galeão à mesma época do desaparecimento de Stuart, admitiu, em depoimento à CNV prestado em 1º de agosto

de 2014, ter levado a presa política Maria Cristina de Oliveira Ferreira para que ela fizesse a certidão de nascimento de seu filho no ano de 1972.

Verificadas inconsistências dos depoimentos tomados de Alex Polari, Maria Cristina de Oliveira Ferreira e Alexandre Lyra de Oliveira em 2014 pela CNV no tocante à morte de Stuart na Base Aérea do Galeão, e tendo em vista os novos fatos trazidos por ex militares que atestaram o cárcere e provável ocultação do cadáver de Stuart na Base Aérea de Santa Cruz, trilhou-se nova linha de investigação visando a busca de indícios sobre práticas de ocultação de cadáveres na Base de Santa Cruz.

Nesse sentido, foram pesquisadas a ocorrências de alterações nas pistas de pouso, ou próximas dessas, que indicassem práticas relacionadas à possível ocultação de cadáveres. A CNV constatou a realização de obras de ampliação das referidas pistas, entre os anos de 1976 e 1978. Foram realizadas pesquisas acerca da eventual existência de ocorrências policiais relacionadas ao encontro de cadáveres no local das obras da Base Aérea de Santa Cruz ou em outras obras realizadas pela mesma construtora na cidade do Rio de Janeiro que pudessem caracterizar eventual traslado de restos mortais.

Em pesquisa efetuada junto ao acervo fotográfico da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi localizada em um dos canteiros de obra da construtora CETENCO, responsável pelas reformas na Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1976, a foto de um crânio - relacionada a ocorrência policial de investigação sobre o encontro de ossadas em obra no centro do Rio de Janeiro - cujas características do crânio e de outros elementos circunstanciais levaram a CNV a encaminhar o material fotográfico localizado para análise comparativa craniofacial no Centro de Ciências Forenses da Universidade de Northumbria em Newcastle, Inglaterra.

A conclusão da análise pericial indicou que há, de modo geral, clara correspondência morfológica craniofacial entre as imagens *ante mortem* de Stuart Angel e *post mortem* da ossada cuja fotografia foi localizada pela CNV. Embora não tenha sido possível uma identificação definitiva, o perito Martin Paul Evison não encontrou elementos que excluíssem a possibilidade da fotografia do crânio examinada ser de Stuart Edgard Angel Jones.

No momento de fechamento desse Relatório, a CNV segue realizando pesquisas em arquivos policiais com vistas ao esclarecimento do destino final de Stuart Angel e à localização e identificação de seus restos mortais.

LOCAL DO DESAPARECIMENTO

Base Aérea de Santa Cruz, Rio de Janeiro.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento

1.1. CISA:

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: Brigadeiro Carlos Afonso Dellamora

Participação nas operações do CISA:

Comandante da 3ª Zona Aérea: Brigadeiro João Paulo Burnier

Chefe de operações da 3ª Zona Aérea: Lucio Valle Barroso

1.2. DOI-CODI DO I Exército:

Comandante do I Exército: Sylvio Frota

Chefe do Estado Maior do II Exército: Bento Jose Bandeira de Mello

Chefe do DOI do I Exército: major José Antônio Nogueira Belham

2. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------|---------------|---|-------------------------------|-------------------------|--|
| João Paulo Moreira Burnier | CISA | Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional | Tortura | CISA | 1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a D. Paulo Evaristo Arns 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel 3. Depoimento do capitão Álvaro Moreira de Oliveira Filho |
| Abilio Correa de Souza | CISA | Suboficial da Aeronáutica | Tortura | CISA | Depoimento de Alex Polari à Comissão nacional da Verdade |
| Antônio Fernando | DOI-CODI do I | Tenente | Tortura | CISA | Carta de Manoel Henrique Ferreira |

| | | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|-------------------------|------|---|
| Hughes de Carvalho | Exército | | | | |
| Tenente-coronel Fernando Muniz de Farias | CISA | Tenente-coronel | Tortura | CISA | 1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a D. Paulo Evaristo Arns 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel |
| Carlos Afonso Dellamora | CISA | Brigadeiro | Tortura | CISA | 1. Carta de Manoel Henrique Ferreira a D. Paulo Evaristo Arns 2. Carta de Alex Polari à Zuzu Angel |
| Mario Borges | DOPS | Delegado | Prisão ilegal e tortura | CISA | Carta de Alex Polari à Zuzu Angel |
| Jayr Gonçalves da Mota | DOPS | Chefe do setor de capturas | Prisão ilegal e tortura | CISA | Carta de Alex Polari à Zuzu Angel |
| Lucio Valle Barroso | III Zona Aérea | Chefe de operações da 3ª Zona Aérea | Prisão ilegal e tortura | CISA | Carta de Alex Polari à Zuzu Angel |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|-----------------------------------|-----------------------------|--|
| Informe citado no Relatório preliminar da CNV <i>O caso Stuart Angel</i> , RJ, 9/6/2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/Stuart_Angel_-_APRESENTACAO_EM_POWER_POINT_VERSAO_ATUALIZADA_16_DE_JUNHO.pdf | INFORME N° 1008/SNI 14/09/1971 | SNI | Informe n° 1008/SNI de 14 de setembro de 1971 declara Stuart Angel como falecido |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>Arquivo da CNV: 00092.003116/2014-22. Disponível em <i>O Globo</i> digital.</p> <p>Reportagem dos jornalistas Chico Otávio e Juliana Dal Piva, divulgada no jornal <i>O Globo</i> em 22 de setembro de 2013.</p> <p>Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/stuart-angel-verdadeiro-nome-do-principal-torturador-descoberto-10084684</p> | <p>Matéria do jornal <i>O Globo</i> “Stuart Angel: verdadeiro nome do principal torturador é descoberto” (22/9/2013)</p> | <p><i>O Globo</i></p> | <p>Aponta Abílio Correa de Souza como torturador de Stuart.</p> |
| <p>Arquivo da CNV: 00092.003392/2014-91. Disponível em <i>O Globo</i> digital. Reportagem do jornalista Chico Otávio, divulgada no jornal <i>O Globo</i> em 9 de junho de 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/caso-stuart-coronel-admite-envolvimento-da-aeronautica-na-prisao-de-militante-12769407</p> | <p>Reportagem “Caso Stuart: coronel admite envolvimento da Aeronáutica na prisão de militante” (09/06/2014)</p> | <p><i>O Globo</i></p> | <p>Admite envolvimento da Aeronáutica na prisão ilegal de Stuart Angel</p> |
| <p><i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Pasta 19760000A (1), p.21.</p> | <p>Depoimento de Manoel Henrique Ferreira encaminhado a D. Paulo Evaristo Arns (1/1976)</p> | <p>Manoel Henrique Ferreira</p> | <p>Relata as tortura sofridas durante seu período de prisão e nomeia torturadores</p> |
| <p>Arquivo da CNV: 00092.003378/2014-97</p> | <p>Relatório de comparação craniofacial</p> | <p>Centro de Ciências Forenses da Universidade de Northumbria</p> | <p>Correspondência morfológica craniofacial entre as imagens ante mortem de Stuart Angel e post mortem da ossada cuja fotografia</p> |

| | | | |
|--|--|--|--------------------------|
| | | | foi localizada pela CNV. |
|--|--|--|--------------------------|

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV ou às Comissões parceiras

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|--|
| Alex Polari | Depoimento prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. 12 de Setembro de 2014 | Relatou detalhes de sua prisão e das torturas que sofreu na Base Aérea do Galeão. Confirmou que o suboficial Abílio Correa de Souza comandava as torturas no local onde estava detido. Relatou que, na mesma data em que a foto de Stuart Ihe foi apresentada por seus torturadores no Galeão, ouviu à noite gemidos de um homem sendo torturado que associou a Stuart Angel |
| Alexandre Lira | Depoimento prestado à CNV em 26 de novembro de 2014. Arquivo CNV 00092003333/2014-12 | |
| Maria Cristina de Oliveira | Depoimento prestado à CNV em 11 de novembro de 2014 Arquivo CNV 00092.003195 | Relatou que, na mesma data em que a foto de Stuart Ihe foi apresentada por seus torturadores no Galeão, ouviu à noite gemidos de um homem sendo torturado que associou a Stuart Angel |
| Hildegard Angel | Depoimento prestado à CNV em 7 de maio de 2014. Arquivo CNV 00092.001160/2014-73 | Relatou a trajetória de sua mãe Zuzu Angel e de seu irmão Stuart |

3. Depoimentos de agentes do Estado sobre o caso, prestados à CNV ou às Comissões parceiras

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---------------------------|-------|------------------------|
| | | |

| | | |
|--|---|--|
| Álvaro Moreira de Oliveira Filho (capitão da aeronáutica reformado) | Depoimento concedido à CNV no dia 17 de fevereiro de 2014 | Relata, com base na história de um colega de trabalho falecido, que o cadáver de Stuart Angel teria sido ocultado na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro |
| José Bezerra da Silva (terceiro sargento) | Depoimento prestado à CNV no dia 16 de abril de 2013 | Descreve tortura e momento da morte de Stuart |
| Lúcio Valle Barroso (Coronel da Aeronáutica reformado) | Depoimento prestado à CNV em 9 de junho de 2014 | Nega participação no caso Stuart Angel, mas reconhece ter visto os ex-presos políticos Alex Polari e Maria Cristina de Oliveira nas dependências da Aeronáutica |
| Ex-militar, não identificado nos termos do inciso I do artigo 4º, da Lei 12.528/2011 | Depoimento prestado à CNV no dia 11 de novembro de 2014 Arquivo CNV 00092.003191/2014-93 | Relatou haver protegido Stuart Angel, magro e pálido, de espancamento no xadrez da Base Aérea de Santa Cruz no ano de 1971. Informou ter ouvido de seus colegas que cadáveres eram lançados ao mar a partir de aeronaves p-16. |
| José Jorge de Carvalho (Brigadeiro reformado) | Depoimento prestado à CNV em 30 de julho de 2014 Arquivo CNV 00092.001744/2014-73 | Não forneceu qualquer informação relevante para o esclarecimento do caso |
| Luciano Marinho de Mello (Sargento da Aeronáutica reformado) | Depoimento prestado à CNV em 1º de agosto de 2014 Arquivo CNV 00092.001696/2014 | Reconheceu ter levado Maria Cristina de Oliveira, detida na base aérea do Galeão no ano de 1972, para fazer o registro do nascimento de seu filho |
| Ex-militar, não identificado nos termos do inciso I do artigo 4º, da Lei 12.528/2011 | Depoimento prestado à CNV em 4 de novembro de 2014 Arquivo CNV 00092.003129/2014-00 | Forneceu detalhes sobre o modus operandi da detenção de presos políticos na Base Aérea do Galeão |
| Antônio da Motta Paes Júnior (Brigadeiro reformado) | Depoimento prestado à CNV em 30 de julho de 2014. Arquivo CNV 00092.001697/2014-68 | Confirmou o funcionamento de unidade do CISA dentro da Base Aérea do Galeão |
| Ex-militar da Aeronáutica, que servia na Base Aérea de Santa Cruz | Depoimento prestado à CNV em 4 de novembro de 2014. Arquivo da CNV: 00092.003129/2014-00 | Afirmou que todos os presos políticos mantidos no presídio de civis da Base Aérea do Galeão estavam encapuzados todo o tempo, com capuzes até o peito, o que impossibilitava a identificação visual dos demais presos. Relatou que presos políticos eram transferidos da |

| | | |
|--|--|--|
| | | Base do Galeão para a Base Aérea de Santa Cruz encapuzados e comentou que “quem ia para Santa Cruz não voltava”. |
|--|--|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pode-se concluir que Stuart Angel foi vítima de desaparecimento forçado em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

Recomenda-se a continuação das investigações para localização e identificação dos restos mortais de Stuart Angel Jones e a identificação dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_19405_70, p. 15.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ARJ_ACE_2481_71, p. 2.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_36911_71, pp. 1-19.

^{iv} Arquivo *Brasil: nunca mais digital*: Comissão de Justiça e Paz, 19760000A, p. 19.

^v Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, pp. 229-30.

^{vi} *Ibid.*, p. 230.

^{vii} Arquivo CNV, 00092.002201/2014-73, p. 10.

^{viii} Arquivo CNV, 00092.001281/2014-40.

^{ix} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0080_0007, p. 232.

^x Arquivo CNV, 00092.000403/2014-81.

^{xi} Arquivo CNV, 00092.001912/2014-21.

^{xii} Arquivo CNV: 00092.003129/2014-00

^{xiii} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_48158_72, pp. 1-4.

^{xiv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_58561_73, p. 2.

^{xv} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_10361_82, p. 5.

IVAN MOTA DIAS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Nair Mota Dias e Lucas de Souza Dias

Data e local de nascimento: 29/10/1942, Passa Quatro (MG)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 15/5/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Ivan Mota Dias nasceu em Passa Quatro, no interior de Minas Gerais (MG). Nesta cidade, iniciou seus estudos no Grupo Escolar Presidente Roosevelt e no Ginásio São Miguel. O ensino secundário concluiu no Instituto Gammon, em Lavras (MG). Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Neste período, atuou como bancário, tradutor *free lancer* e professor de um cursinho pré-vestibular. Em 1968, quando faltavam apenas dois meses para se formar, Ivan foi preso, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), do qual participava como representante do Diretório Acadêmico da UFF. Após ser libertado, sua prisão preventiva foi decretada e ele passou a viver na clandestinidade. Ivan foi preso novamente no dia 15 de maio de 1971, aos 29 anos. Sua família não teria mais notícias de seu paradeiro.

CONSIDERAÇÃO SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Ivan Mota Dias foi considerado no anexo I da Lei 9.140/95 CEMDP, como desaparecido político. Sua mãe foi a requerente do processo à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, deferido em maio de 1996ⁱ. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. O relatório do Ministério da Aeronáutica informa que Ivan foi “dado como desaparecido por familiares, pela imprensa e por entidades defensoras dos direitos humanos”, mas que não constam evidências que comprovem esta versãoⁱⁱ. Em homenagem a Ivan, ruas foram registradas com seu nome nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTEⁱⁱⁱ

Em 15 de maio de 1971, a prisão de Ivan foi realizada por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. No mesmo dia, a família recebeu um telefonema anônimo, avisando-lhes do fato. Meses antes do ocorrido, seu nome integrava uma lista de militantes procurados pelo DOI/CODI do I Exército.

Segundo informações de Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão no mesmo período, os alto-falantes do local anunciaram a prisão do “Comandante Cabanas”, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era o codinome de Ivan. Em documento de monitoramento do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), também são apontados os codinomes “Cabana” e “Eli” para identificar o militante.

Logo em seguida ao seu desaparecimento, os familiares de Ivan solicitaram um *habeas corpus*, que foi negado sob a justificativa de que ele nunca estivera preso pelos órgãos de segurança. Foram incansáveis na busca por notícias sobre o seu paradeiro, visitando diversas dependências do Estado e requerendo ajuda de instituições civis. Tiveram apoio do advogado Marcelo Cerqueira e do então deputado federal Lysâneas Maciel, que denunciou o caso de Ivan na tribuna da Câmara dos Deputados. Sua mãe, Nair Mota Dias, recorreu à esposa do presidente, Emílio Garrastazu Médici, por meio de uma carta enviada em outubro de 1971, pedindo colaboração para encontrar o seu filho. A resposta, encaminhada em dezembro pelo chefe de gabinete do Serviço Nacional de Informações (SNI), o coronel Jayme Miranda Mariath, foi que a última informação de Ivan é que ele participara de um assalto a um depósito de bebidas, em maio, e se encontrava foragido.

Em seu relato, Inês Etienne Romeu informou que o torturador conhecido como “Dr. Guilherme” lhe teria confessado que Ivan, referido como dirigente da VPR, fora preso no dia 15 de maio de 1971. Pouco tempo depois, ainda, afirmou-lhe que Ivan teria sido morto. Apesar da declaração de Inês indicar que agentes que a torturaram na “Casa da Morte de Petrópolis” conheciam Ivan, nenhuma evidência foi encontrada pela Comissão Nacional da Verdade para determinar sua passagem por este centro clandestino.

No ano de 1972, junto com Adair Gonçalves Reis, Alfredo Hélio Sirkis, José Maurício Gradel, Roberto das Chagas e Silva, Sônia Eliane Lafoz e Walter Ribeiro Novais, Ivan foi condenado, pela 2ª Auditoria do Exército, enquadrado no art. 23 da Lei de Segurança Nacional, a oito anos de reclusão por “tentar derrubar o governo através da violência e da luta armada”.

Em 1978, Nair prestou um depoimento emocionante aos autores do livro *Desaparecidos políticos*, sobre a angústia da ausência e da espera por explicações:

As pessoas não querem se comprometer, e por isto não dão informações. Ninguém quer se meter, se complicar. Como é que some uma pessoa e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? (...) Mesmo morto, tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar^{iv}.

Por falta de informações do Estado brasileiro, Ivan ainda integra o quadro de desaparecidos políticos durante a ditadura militar. A angústia de seus familiares continua, sem evidências sobre as circunstâncias de sua morte e a localização de seus restos mortais.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|------------------------------------|--|
| Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05. | Relatório do Ministério da Aeronáutica, | Ministério da Aeronáutica. | Informa que não há informações que comprovem o caso de Ivan, apesar de ser considerado |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | 1993, p. 103. | | desaparecido pelos familiares e entidades civis. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0042_0004. | Certidão de óbito, 7/2/1996, p. 17. | Cartório de Registro Civil, Comarca de Passa Quatro/ MG. | Certidão de óbito de Ivan, constando apenas o ano de sua morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0042_0004. | Ivan Mota Dias: Histórico de seu desaparecimento, 26/1/1996, pp. 10-12. | | Registra a declaração de Alex Polari de Alverga, sobre o que havia escutado da prisão de Ivan. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0088_0012. | Documento confidencial do Cenimar, 5/11/1971, p. 12. | Cenimar | Documento de monitoramento sobre Ivan, registrando como seus codinomes “Cabana” e “Eli”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0042_0004. | Ivan Mota Dias: Histórico de seu desaparecimento, 26/1/1996, pp. 10-12. | | Informa sobre a sentença em que Ivan foi condenado a oito anos de reclusão, pela 2ª Auditoria do Exército. |
| Arquivo CNV, 00092.003249/2014-07. | Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, Março de 2014, p. 23. | Comissão Nacional da Verdade. | Registra o relato de Inês Etienne Romeu, acerca das informações referentes à prisão e morte de Ivan. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0088_0012. | Carta de Nair Mota Dias à Primeira Dama do País, solicitando informações a respeito do paradeiro de seu filho (Ivan Mota Dias), 22/10/1971, pp. 2-7. | Serviço Nacional de Informações | Documento do SNI que contém a carta de Nair solicitando informações de seu filho para a esposa do presidente Médici. No despacho, o chefe de gabinete do (SNI), coronel Jayme Miranda Mariath, requer informações do órgão para que possa prestar contas à solicitante. |
| Arquivo Nacional, | Resposta do | Serviço | Resposta do coronel Jayme |

| | | | |
|-------------------------------------|--|-------------------------|--|
| CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0088_0012. | chefe de gabinete do (SNI), coronel Jayme Miranda Mariath, 15/12/1971, p. 8. | Nacional de Informações | Miranda Mariath, afirmando que a última informação do paradeiro de Ivan é que ele teria participado de um assalto em maio de 1971, mas encontrava-se foragido. |
|-------------------------------------|--|-------------------------|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ivan Mota Dias morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0042_0004; BR_DFANBSB_ATO_0083_0015; BR_DFANBSB_ATO_0088_0012.

ⁱⁱ Arquivo CNV, 00092_000830_2012_05, p. 103.

ⁱⁱⁱ BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 162-162; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt et al.]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Pp. 248-249; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0042_0004; Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0088_0012; Arquivo CNV, 00092.003249/2014-07.

^{iv} BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, pp. 162-162; IEVE - Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt et al.]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 249.

DÊNIS CASEMIRO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho

Data e local de nascimento: 9/12/1942, Votuporanga (SP)

Atuação profissional: trabalhador rural

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de morte: 18/5/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Votuporanga (SP), Dênis Casemiro foi pedreiro e trabalhador rural na sua cidade natal, tendo integrado o Sindicato dos Lavradores de Votuporanga. Em 1967, mudou-se para São Bernardo do Campo com o objetivo de trabalhar na Volkswagen. Nesse período, ingressou na Ala Vermelha e, posteriormente, na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Mudou-se novamente, dessa vez para o sul do Pará. Logo depois, passou a viver em Imperatriz, no Maranhão, com objetivo de implementar a guerrilha rural na região.

Dênis Casemiro pertencia a uma família de militantes políticos. Seu pai, Antônio Casemiro Sobrinho, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu irmão, Dimas Antônio Casemiro, fazia parte do Movimento Revolucionário Tiradentes. Dimas foi morto em São Paulo após ter sido acusado pelas forças da repressão de ter participado, em 1971, do assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Associgás e da Companhia Ultragás, empresas que financiavam a Operação Bandeirantes (Oban). Sua morte ocorreu no mesmo período em que foram assassinados outros militantes que teriam participado da ação.

O documento intitulado *Relatório preliminar das atividades de Dênis Casemiro*, produzido pelo DOPS-SP, indica que Dênis mantinha atividades políticas ao ser preso e, inclusive, teria sido alertado pelo capitão Carlos Lamarca de que Carlos Alberto Soares de Freitas (Breno) havia sido preso. Lamarca teria sugerido a Dênis que procurasse outra casa na região do Paraná, mas ele não seguiu essa orientação. No mesmo

documento, Dênis teria declarado que quem o entregou à polícia foi uma pessoa identificada como “Primo”.

Em abril de 1971, Dênis Casemiro foi preso em São Paulo, em ação comandada pelo delegado Sérgio Fleury. Foi levado para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e submetido a torturas por quase um mês. Foi morto, aos 28 anos, em ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Os documentos de entidades dos direitos humanos que, na década de 1970, denunciaram aqueles que foram mortos pela ditadura ou estavam desaparecidos, informa o mês de abril para o seu desaparecimento. Em decisão de 4 de dezembro de 1995, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu Dênis Casemiro como desaparecido político. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e integra ainda a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/1995. Em sua homenagem, São Paulo e Rio de Janeiro atribuíram seu nome a ruas das respectivas cidades.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Dênis Casemiro foi localizado e preso pelo delegado Sérgio Fleury, em abril de 1971, quando foi levado para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), onde morreu após ter sido torturado durante quase um mês. Há uma ficha do DOPS/SP que registra sua prisão, um relatório assinado pelo próprio Fleury, na qualidade de delegado adjunto, relatando supostas fugas e novo aprisionamento e, por fim, uma requisição para necropsia do corpo de Dênis Casemiro.

Nesses termos, manifestou-se Waldemar Andreu, quando do seu depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, ao afirmar ter visto e conversado com Dênis pela última vez no DOPS/SP na data de 18 de maio 1971. Segundo Waldemar, o objetivo das forças de repressão era executá-lo. Como na maioria dos casos de desaparecimento forçado, as circunstâncias do crime são ocultadas por documentos e datas falsas, versões inconsistentes e desconstruídas. Na certidão de óbito de Dênis Casemiro, por exemplo, figura a data do falecimento como sendo 18 de maio de 1971, fato que pode ser considerado verossímil, visto que a requisição do exame da necropsia e do laudo do IML foram realizados no dia seguinte. O óbito, de acordo com essa

documentação, teria ocorrido no Hospital das Clínicas de São Paulo e fora ocasionado por “hemorragia interna traumática” desencadeada por projéteis de arma de fogo.

O exame necroscópico, feito pelos médicos legistas Renato Capellano e Paulo Gustavo Rocha, registra cinco “ferimentos perfuro contusos”, nas seguintes regiões do corpo: tórax, em diferentes partes do abdômen, na mão (atestando também fraturas) e na coxa direita. Os médicos legistas concluíram que sua morte ocorreu “em consequência de anemia aguda consecutiva à hemorragia interna traumática”. A versão policial publicada sobre a morte de Dênis Casemiro foi construída pelo próprio delegado Fleury no dia seguinte à execução.

Segundo depoimento de presos políticos da época, Dênis teria sido morto sob torturas, pelo delegado Sérgio Fleury. O laudo assinado pelo legista Renato Capelano apenas descreve a trajetória de projéteis, sem nada falar sobre como estava seu corpo. O relatório encontrado no DOPS/SP, assinado pelo Delegado Sérgio Fleury no dia 19 de maio de 1971, afirma que Dênis, ao tentar fugir, após ter sido preso por sua equipe, recebeu vários disparos efetuados a esmo, não tendo sido o mesmo encontrado naquele dia, mas somente no dia seguinte, ao serem notificados que o militante teria dado entrada na Santa Casa da Ubatuba. O relatório descreve, ainda, que, após tal notícia, seguiram

para aquela localidade uma equipe desta delegacia, que, no caminho já encontrou-se acidentalmente com o delegado de polícia de Ubatuba, que, alertado pelo médico que atendeu ao fugitivo, vinha transportando o preso, para que fosse melhor medicado [...] A equipe recebeu o preso e rumou com toda a pressa para esta Capital, a fim de que Dênis Casemiro recebesse no Hospital das Clínicas o tratamento de que carecia. Porém, lamentavelmente, ao se aproximarem [...] o preso, não resistindo aos ferimentos recebidos, veio a falecer, tendo então sido entregue ao Necrotério do Instituto de Polícia Técnica para as providências de praxe.

O corpo de Dênis Casemiro foi encontrado enterrado na vala de Perus como indigente, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo. A idade apontada no livro de registros do Cemitério era de 40 anos de idade, apesar de o atestado de óbito confirmar a sua idade correta, ou seja, 28 anos. Em 1990, a vala foi descoberta e encontradas 1.049 ossadas. De acordo com os registros do cemitério, pelo menos, seis presos políticos deveriam estar enterrados nessa vala, entre eles Dênis Casemiro. Seus restos mortais foram exumados no dia 4 de setembro de 1990, devolvidos aos familiares e enterrados em Votuporanga, no dia 13 de agosto de 1991.

LOCAL DE MORTE

DOPS/SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvidos na morte

1.1. Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP)

Governador do Estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: Sérvulo Mota Lima

Delegado do DOPS/SP: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

1. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------------|----------|-----------------|---|-------------------------|--|
| Sérgio Paranhos Fleury. | DOPS/SP. | Delegado. | Prisão e morte. | DOPS/SP. | Depoimento de Waldemar Andreu à CVESP, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. Relatório Confidencial, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. |
| Renato Cappelano. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsificação do laudo necroscópico | IML. | Exame Necroscópico, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. |
| Paulo Augusto de Queiroz Rocha . | IML/SP. | Médico-legista. | Falsificação do laudo necroscópico | IML. | Exame Necroscópico, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. |
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS/SP. | Delegado. | Requisição de exame ao IML com versão falsa da morte. | DOPS/SP. | Requisição de exame necroscópico, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. |

| | | | | | |
|-------------|----------|--------------------------------|--|--------------------------|--|
| Jair Romeu. | IML/ SP. | Funcionário público do IML/SP. | Encaminhou o corpo para sepultamento sem comunicar a família, efetivando o desaparecimento do cadáver. | Cemitério Dom Bosco, SP. | Requisição de exame necroscópico, Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. |
|-------------|----------|--------------------------------|--|--------------------------|--|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|--|
| Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0029_0005, p. 6 (Fundo: CEMDP). | Certidão de Óbito, 7/8/1991. | Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais. | Informa a data da morte e o local do sepultamento. |
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Exame Necroscópico, 4/6/1971. | IML. | Informa os ferimentos no corpo de Dênis e aponta data diferente daquela que consta no atestado de óbito. |
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Ficha de Dênis Casemiro. | DOPS/SP. | Comprova a prisão de Dênis pelo DOPS/SP. |
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Requisição de exame necroscópico, 19/5/1971. | IML. | Solicitação do DOPS para a realização de exame necroscópico. |
| Comissão Nacional da Verdade: volume 17, p. 30. | Comissão externa destinada a atuar junto aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos após 1964 na localização dos seus restos mortais, 10/12/1991. | Câmara dos Deputados | Aponta as diferentes versões para a morte de Dênis Casemiro. |

| | | | |
|---------------------------------------|--|---------------------------|--|
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Relatório Confidencial, 19/5/1971 | DOPS/SP | Contém a versão de que Dênis foi morto ao tentar fugir. Relatório assinado pelo delegado Sérgio Fleury e encaminhado ao delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Social. |
| Arquivo CNV: 2010.01.67567, p. 75. | Diário da Assembleia, 18/4/1980 | Congresso Nacional | Afirma que o livro de registros do Cemitério no qual Dimas foi enterrado como indigente informou sua idade como 40 anos, apesar de seu atestado de óbito confirmar a idade de 28 anos. |
| Arquivo CNV: 2010.01.67567, p. 54. | Dois mortos foram identificados, 27/8/1993. | Câmara dos Deputados. | Informa que os restos mortais de Dênis foram identificados. |
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Autorização de traslado, 7/8/1991. | Delegacia Seccional/SP | Autorização do traslado do corpo de Dênis Casemiro para exumação em Campinas e liberação para sepultamento na cidade de Voturopanga (SP). |
| Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54. | Relatório Preliminar DOPS, 10/1/1971. | Arquivo DEOPS/SP. | Relatório preliminar das atividades de Dênis Casemiro. |

Testemunhos sobre o caso prestados à CNV ou às comissões estaduais, municipais ou setoriais.

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|------------------------------------|--------------------------------------|---|
| Waldemar Andreu | Arquivo CNV: 00092.002942/2014-54 | Afirmou ter visto Dênis Casemiro no DOPS-SP. Menciona que foi fuzilado pelo delegado Sérgio Fleury. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Dênis Casemiro foi morto por agentes do Estado em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, bem como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e a responsabilização dos demais agentes envolvidos.

MARIANO JOAQUIM DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Joana Conceição e Antônio Joaquim da Silva

Data e local de nascimento: 8/5/1930, Timbaúba dos Mocós (PE)

Atuação profissional: lavrador e sapateiro

Organização política: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares)

Data e local de desaparecimento: 31/5/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Mariano Joaquim da Silva, de família camponesa, começou a trabalhar aos 12 anos como agricultor e depois como operário na indústria de calçados. Fez seus estudos até a 3ª série ginásial. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de meados dos anos 1950 e integrou o Comitê Municipal de Recife.

Em 1951, casou-se com Paulina Borges da Silva, com quem teve sete filhos. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1952 e integrou o Comitê Municipal de Recife. Em 28/10/1954, foi preso pela primeira vez em Timbaúba (PE) por “atividade subversiva”. Após a liberação, foi para Recife, onde trabalhou como sapateiro e tornou-se delegado do Sindicato dos Sapateiros do Recife (PE). Por conta de suas atividades políticas, foi preso durante um mês para interrogatório em 5/5/1956. Em 1959, foi preso com sua esposa. Três dias depois foram liberados.

Em 1961, foi eleito secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba. Em 1963, atuou como membro do Secretariado Nacional das Ligas Camponesas, que ajudou a implantar na Bahia, no Rio de Janeiro, no Maranhão e no Piauí. Em 1963, integrou o Conselho Nacional da organização.

Ainda no ano de 1963, mudou-se para Brasília e participou no apoio à rebelião dos sargentos da Aeronáutica em setembro do mesmo ano.

Em abril de 1964, perseguido pelo regime, mudou-se com a família para Goiás, onde trabalhou na agricultura e militou no movimento camponês. Em 1966, após a decretação de prisão preventiva, passou a viver na clandestinidade. Mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando a família.

Mariano Joaquim da Silva também militou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na Ação Popular (AP). Em 1967, tornou-se um importante quadro da Comissão de Assuntos Camponeses. Em 1968, deixou a AP e, mais tarde, incorporou-se à VAR-Palmares, passando a ser conhecido pelo codinome Loyola. Deu assistência à regional do Nordeste e reeditou o jornal *Ligas*, para tentar reorganizar as Ligas Camponesas. A partir de 1969, integrou o Comando Nacional daquela organização.

Em 1970, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em Brasília. Em setembro do mesmo ano, encontrou-se com a esposa e com os filhos pela última vez. Em 20 de abril de 1971, esteve pela última vez com seu irmão, o ex-presos político Arlindo Felipe da Silva, em Recife. Após esse encontro, a família foi informada da prisão de Mariano Joaquim da Silva na rodoviária de Recife em 1º de maio de 1971.

Mariano Joaquim da Silva foi denunciado no processo nº 180/70-C, da 2ª Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro em razão de sua participação no congresso que formou a VAR-Palmares, quando foi escolhido para a direção nacional. O Ministério do Exército encaminhou ao ministro da Justiça em 1993 um relatório que afirma que Mariano “[...] foi processado e condenado à revelia pela 11ª CJM a 10 anos de reclusão”.

Após ser preso no Recife, o dirigente da VAR-Palmares foi levado para o Rio de Janeiro, São Paulo e novamente para o Rio de Janeiro, onde desapareceu.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Mariano Joaquim da Silva foi reconhecido como desaparecido política pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A decisão foi publicada em 4/12/1995. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo nº E-32/0631/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Conforme consta do livro *Brasil: Nunca Mais*, o órgão responsável pela prisão do dirigente da VAR-Palmares Mariano Joaquim da Silva foi o DOI-CODI do II Exército. Depois de ser preso por aquele órgão, Mariano foi transferido para o centro clandestino de tortura do CIE em Petrópolis (RJ) conhecido como *Casa da Morte*. Nesse local, ele foi visto pela presa política Inês Etienne Romeu.

Em seu relato, Inês afirmou que Mariano havia chegado à casa em 2 de maio, vindo de Recife. Inês, manteve contato com Mariano até 31 de maio, quando ela afirma ter ouvido movimentação estranha durante a madrugada e percebeu que Mariano estava sendo removido. Após perguntar aos carcereiros, no dia seguinte, eles responderam que ele havia sido transferido para o quartel do Exército no Rio de Janeiro. Inês também afirmou que Marino foi torturado na *Casa da Morte* e interrogado ininterruptamente durante quatro dias; foi deixado sem comer, sem dormir e sem beber. O militante permaneceu quase um mês naquela casa, realizando serviço doméstico e cortando lenha para a lareira. Segundo o relato:

Quando fui levada para a casa de Petrópolis, lá já se encontrava um camponês nordestino, Mariano Joaquim da Silva, cognominado Loyola. Conversamos três vezes, duas na presença de nossos carcereiros e uma a sós. Mariano foi preso no dia primeiro ou dois de maio, em Pernambuco. Após sua prisão, permaneceu vinte e quatro horas em Recife, onde foi barbaramente torturado. Seu corpo estava em chagas. Em seguida, foi levado para aquele local, onde foi interrogado durante quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu na casa até o dia trinta e um de maio, fazendo todo o serviço doméstico, inclusive cortando lenha para a lareira. Dr. Teixeira disse-me em princípio de julho que Mariano fora executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do governo.¹

Em setembro de 1971, a imprensa divulgou fichas dos principais “terroristas” procurados. Dentre eles, estava Mariano Joaquim, o Loyola. Após a passagem pela *Casa da Morte de Petrópolis* ele nunca mais foi visto.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Mariano Joaquim da Silva foi visto pela última vez, por Inês Etienne Romeu, no centro clandestino de torturas do CIE em Petrópolis (RJ) conhecido como *Casa da Morte*.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do DOI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. DOI do IV Exército

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do IV Exército: general de Brigada João de Alvarenga Soutto Mayor

Chefe do DOI-CODI do IV Exército: Hiram Gomes Cavalcanti

1.3 CIE

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazu Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Sub-chefe do CIE: coronel José Luiz Coelho Netto

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|-----------------------------|---|
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_16079_70. | Contatos da VAR-Palmares em MG e GO, 30/7/1970. | ABSB | Registra notícias de contatos da VAR-Palmares. Monitoramento. |
| Arquivo Nacional, SNIG: A0284427. | Var Palmares – organograma, 20/5/1970. | Agência Central. | Comando da Var-Palmares. |
| Arquivo Nacional, SNIG: ASP_ACE_8494_81. | Relatório de IPM, 21/1/1971. | DSEG 4ZAE. | IPM instaurado para apurar as atividades da VAR-Palmares. Mariano Joaquim da Silva foi indiciado. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_33502_70. | Atividades da VAR-Palmares, caso Loyola, 6/1/1972. | Agência Central. | Observações feitas a residência e imediações. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

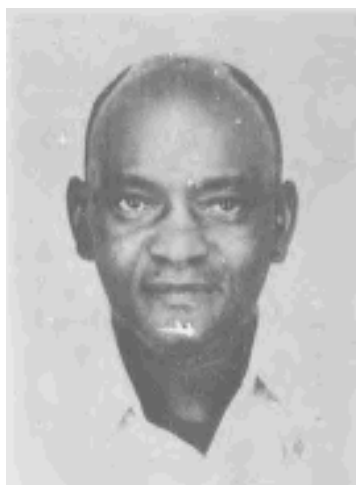
Diante das investigações realizadas, conclui-se que o desaparecimento de Mariano Joaquim da Silva foi ocasionado pela ação dos órgãos de segurança e informações do

regime militar, e que a vítima foi executada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Relatório de Inês Etienne Romeu de 18 de setembro de 1971 sobre a Casa da Morte de Petrópolis. Disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf

EDMUR PÉRICLES CAMARGO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria da Penha Amaral Vilaça e Thomás Benedito Moura Camargo

Data e local de nascimento: 4/11/2014, São Paulo (SP)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Marx, Mao, Marighela, Guevara (M3G), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: 16/6/1971, Buenos Aires, Argentina

BIOGRAFIA

Nascido no município de São Paulo (SP) no dia 4 de novembro de 1914, Edmur Péricles Camargo era filho de Maria da Penha Amaral Vilaça e Tomás Benedito Moura Camargo. Foi dirigente da organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1944. Em 1946, passou a trabalhar no Sindicato dos Armadores, no Rio de Janeiro e, em 1952, gerenciou o jornal *A Tribuna*, órgão de imprensa do PCB em Porto Alegre (RS).

Entre 1951 e 1953, participou da Revolta Camponesa de Porecatu, momento importante da luta pela reforma agrária no Brasil que envolveu confrontos armados entre posseiros e latifundiários no Norte do Paraná. Com o golpe de Estado de 1964, refugiou-se no Uruguai, onde fez treinamento de guerrilha com os Tupamaros. Em 1967, voltou ao Brasil. Também manteve contatos com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Acompanhou Carlos Marighella quando ocorreu a cisão com o PCB e a formação do Agrupamento Comunista de São Paulo. Em seguida, ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN). Embora também fosse, como Marighella, crítico da ortodoxia

marxista, divergiu do líder da ALN em questões de estratégia a respeito da luta revolucionária e desligou-se da organização.

Em abril de 1969, Edmur foi para Porto Alegre (RS), onde organizou um pequeno grupo conhecido como M3G. Edmur foi preso em 1970 e banido do país em janeiro de 1971, após o sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, quando 70 presos políticos foram trocados pelo diplomata. Foi para o Chile com os demais brasileiros banidos. Desapareceu em 16 junho de 1971, quando partiu de Santiago com destino a Montevideú, onde pretendia realizar tratamento médico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da Lei nº 9.140/95, mas, como seus familiares nunca foram localizados, não foi possível formalizar um processo junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) para efeitos de indenização. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* e no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE¹

Edmur Péricles Camargo foi preso em abril de 1970 e banido do país, após o sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, quando 70 presos políticos foram trocados pelo diplomata. Foi para o Chile com os demais banidos, onde permaneceu até junho de 1971.

Naquela época, a preocupação com a movimentação do grande número de asilados no Chile de Allende já não estava limitada às esferas de segurança e despontara também na agenda diplomática. Telegramas trocados entre a Secretaria de Estado (Ministério das Relações Exteriores - MRE) e a Embaixada em Buenos Aires, em janeiro de 1971, com o índice “Coordenação de medidas contra a subversão: Brasil-Argentina” trazem informações sobre as conversações entre as chancelarias dos dois países sobre

a possibilidade de ser estabelecida uma adequada coordenação entre as autoridades competentes de ambos os países, em caráter confidencial, tendente a acentuar o controle de agentes extremistas, de seus deslocamentos, localização e elementos de luta.

A proposta, que partiu dos argentinos, envolveria os canais diplomáticos: o embaixador João Hermes Pereira de Araujo relatou que o diretor-geral de Informações da chancelaria argentina sugeriu “que a troca de informações proposta poderia, a seu ver,

processar-se no plano chancelaria-embaixada, em Brasília e em Buenos Aires”, que o sistema “deveria ter em vista máxima rapidez na troca das informações, a fim de ser eficaz”, e reiterou “a importância que o Palácio San Martin atribui a uma mais íntima e permanente colaboração com o Governo brasileiro em assunto de tão grande atualidade”.

No dia 16 de junho de 1971, Péricles Camargo deixou Santiago do Chile com destino a Montevideu para um tratamento ocular, uma vez que as torturas a que fora submetido no Brasil haviam comprometido sua visão. Os dados dessa viagem haviam sido comunicados, na véspera, pelo cônsul do Brasil em Santiago, embaixador Mellilo Moreira de Mello, em telegrama secreto-urgentíssimo à Secretaria de Estado. Por sua vez, segundo a informação nº 68, de 16 de junho de 1971, um adido da aeronáutica na Embaixada brasileira em Montevideu recebeu uma comunicação, através do posto Correio Aéreo Nacional (CAN) de Montevideu, que – com seu próprio nome Edmur Péricles Camargo Villaça – o brasileiro estava viajando para o Uruguai pela LAN-Chile. Em contato com a companhia aérea, o adido verificou que o avião faria escala na Argentina e, após ligação à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, deslocou-se àquela cidade “a fim de saber das providências que ali seriam tomadas”. Segundo o adido, “a polícia argentina prendeu Edmur no Aeroporto de Ezeiza e o entregou às autoridades brasileiras”.

Em outra informação secreta, de nº 17, o adido do Exército em Buenos Aires é também notificado de que, em 16 de junho de 1971, Péricles Camargo “passaria por Buenos Aires, com destino a Montevideu, viajando em avião da LAN-Chile, sendo-lhe solicitado verificar a possibilidade de obter das autoridades argentinas sua prisão e entrega às autoridades brasileiras”. O contato imediato com autoridades da Coordenação da Polícia Federal Argentina foi feito e, em resposta, chegou a comunicação de que “a Brigada da Repressão já tinha montado a operação”. O próprio adido que relata a prisão nesse documento foi ao aeroporto de Ezeiza e constatou que os elementos da polícia federal argentina estavam no aeroporto e lá teriam detido Péricles Camargo. Assim, de acordo com o informe, entraram em contato com as autoridades argentinas para detalhes de sua entrega às autoridades brasileiras.

Foi providenciado um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que chegou em Buenos Aires na madrugada do dia 17 e, algumas horas depois, partiu para a base militar do Galeão, no Rio de Janeiro. “Por volta das 5h do dia 17, chegou na zona militar do

aeroporto um avião da FAB para o qual foi transferido o terrorista [Péricles Camargo] tendo o avião decolado por volta das 6h45”. O avião da FAB levava Péricles Camargo “acompanhado do coronel Lana, adido aeronáutico e do secretário Nery que seguiu de Brasília no mesmo avião”. O diplomata Paulo Sérgio Nery, morto em 1979, exercia na época a função de diretor-executivo do Centro de Informações do Exterior (Ciex), lotado na Secretaria-Geral do MRE. Miguel Cunha Lana era coronel-aviador e exercia as funções de adido militar aeronáutico em Buenos Aires. De acordo com esse mesmo documento, “o adido da aeronáutica e seu substituto”, que estavam em Buenos Aires, teriam solucionado “todos os problemas referentes à autorização para sobrevoos, utilização da área militar aérea e etc.”.

Os agentes apreenderam os papéis que estavam com Edmur, tais como o seu salvo-conduto, a documentação do serviço de saúde do Chile e uma carta do almirante Cândido Aragão que deveria ser entregue em mãos ao presidente João Goulart. A informação nº 68 registra que “o agente do Itamaraty conseguiu obter uma carta de apresentação do general Aragão para um contato de Edmur em Montevidéu”. Sobre a prisão de Péricles Camargo, o adido de Montevidéu ainda comenta que “apesar das grandes dificuldades que se tem para acompanhar esse pessoal no Uruguai, no caso presente, parece que a polícia argentina se precipitou pois, no momento em que o fato venha a público, será difícil justificar a entrega e o recebimento de um banido”.

A relação de passageiros da LAN-Chile veio com a observação de que Edmur Camargo foi detido pela polícia de Ezeiza. O adido naval do Brasil no Chile, identificado como Jordão, em documento do Ciex, recebeu “a informação da viagem de Edmur Péricles Camargo graças à infiltração do Serviço Argentino na LAN-Chile e que, de posse da informação, transmitira a mesma ao adido aeronáutico em Buenos Aires, o qual montara a ‘operação prisão’ de Edmur”. De acordo com o *Jornal de Serviço* de 2 de novembro de 1970, o capitão de mar e guerra Benedito Jordão de Andrade, adido naval no Chile, representou o governo brasileiro nas solenidades de posse do presidente daquele país, Salvador Allende. Segundo o *Diário Oficial*, em 19 de dezembro de 1971, Benedito Jordão de Andrade foi exonerado do cargo de adido naval junto à Embaixada do Brasil no Chile, com sede em Santiago.

O Ciex, em índice dedicado às “Atividades de asilados e foragidos brasileiros”, distribuiu aos demais órgãos da comunidade de informações – CIE, SNI-AC, 2ª seção/EME, 2ª seção/EMAER, Cenimar etc. – a informação nº 429, timbrada como

secreta, datada de 21 de outubro de 1971, em que informava a entrega de um documento às autoridades chilenas por parte de exilados e refugiados brasileiros dando conta do desaparecimento de Edmur Péricles Camargo e informando que

[...] até esta data [agosto de 1971] EDMUR CAMARGO não mais se comunicou com qualquer de seus companheiros, os quais têm recebido informes [de companheiros em Montevideu e Buenos Aires], de que EDMUR CAMARGO teria sido preso pelas autoridades argentinas e brasileiras e entregue à ditadura brasileira.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Adido da Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Presidente da República do Brasil: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro da Aeronáutica: major-brigadeiro Marcio de Souza e Mello

Adido da Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires: Miguel Cunha Lanna

1.2. Ciex do MRE

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI): general de Divisão Carlos Alberto Fontoura

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil na Argentina: Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Chefe do Ciex: Paulo Sérgio Nery

1.3. Adido Naval junto à Embaixada do Brasil no Chile

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro da Marinha: almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes

Adido Naval junto à Embaixada do Brasil no Chile: Benedito Jordão de Andrade

1.4. Embaixada do Brasil no Chile

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil no Chile: Antônio Cândido Câmara Canto

Cônsul Geral do Brasil no Chile: Melillo Moreira de Mello

1.5. Agente do MRE em Montevidéu

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro das Relações Exteriores: Mário Gibson Barbosa

Embaixador do Brasil no Uruguai: Luiz Leivas Bastian Pinto

1.6. Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil em Montevidéu

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do Estado Maior do Exército: Murillo Bastos do Valle e Silva

Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil em Montevidéu: coronel Moacyr Pereira

1.7. Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Presidente da República: general de Exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do Estado Maior do Exército: Murillo Bastos do Valle e Silva

Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires: coronel Sebastião José Ramos de Castro

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------|-------------|--|-------------------------|--|
| Miguel Cunha Lanna. | Aeronáutica | Adido junto à embaixada do Brasil em Buenos Aires. | Buenos Aires. | Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8_ACE_41436_71. Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26. |
| Melillo Moreira de Mello | MRE | Cônsul-Geral do Brasil em Santiago | Chile | Arquivo da CNV, telegrama secreto urgentíssimo nº. 220, os dados de viagem ao Uruguai do banido Edmur Péricles Camargo, portador de passaporte chileno para estrangeiros: 00092.003073/2014-85 |

| | | | | |
|--------------------------------|------------|-------------------|--------------|---|
| Paulo Sérgio Nery. | Itamaraty. | Diplomata. | | Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26. |
| Sebastião José Ramos de Castro | Exército | Adido do Exército | Buenos Aires | Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8 _ACE_41436_71. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|---|
| Legislação Informatizada - Decreto nº 68.050, de 13 de Janeiro de 1971 - Publicação Original. | Decreto nº 68.050, 13 de janeiro de 1971. | Presidência da República. | Dispõe sobre o banimento do território nacional de Edmur Camargo e outros. |
| Arquivo da CNV, 00092.003073/2014-85. | Telegrama nº 220 15/6/1971, | Itamaraty. | Telegrama do cônsul do Brasil em Santiago, comunicando a Secretaria de Estado sobre a viagem de Edmur ao Uruguai. |
| Arquivo da CNV, 92.001405/2014-97. | “Elementos Banidos do território nacional pelo decreto nº 68050 de 13 de janeiro de 1971”. | Centro de Informações, Departamento da Polícia Federal brasileira, Ministério da Justiça. | Informações de Edmur encaminhadas à polícia argentina antes de sua prisão. |

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8 _ACE_41436_71.</p> | <p>“Prisão de Edmur Camargo na Argentina”, Informação nº 68, secreta, 16/7/1971.</p> | <p>SNI – Informe nº 213 do Aditar na República Oriental do Uruguai (ROU).</p> | <p>Relato de adido brasileiro em Montevideu sobre o recebimento de informes confirmando a prisão de Edmur e a apreensão de seus documentos.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, Ciex: BR_AN_BSB_IE_007_002.</p> | <p>“Chile. As atividades de asilados e refugiados brasileiros. Documento EDMUR CAMARGO”, Informação nº 429, secreta, 1971.</p> | <p>Ciex, MRE.</p> | <p>Documento entregue pelos exilados brasileiros no Chile às autoridades chilenas sobre as circunstâncias de desaparecimento de Edmur Péricles Camargo.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8 _ACE_36862_71.</p> | <p>“Pedido de Busca 10916E/71/AC/SNI” “Assunto: Amarílio Vasconcelos”, 22/06/1971.</p> | <p>Agência Central do SNI.</p> | <p>Documento sobre reuniões de Edmur Péricles Camargo com autoridades chilenas.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_008_002.</p> | <p>“Atividades do G-2 cubano no Chile. SÔNIA LAFOZ. Caso EDMUR.”</p> | <p>Ciex, MRE.</p> | <p>Identificação do adido naval do Chile.</p> |
| <p>Arquivo Nacional,DSI MRE: BR_DFANBS B_Z4_0_ESN_0001, p. 213.</p> | <p>Ofício nº 389 (053/GAB), 08/6/1972.</p> | <p>Agência Central do SNI.</p> | <p>Atesta que o primeiro secretário Paulo Sérgio Nery proferiu conferência na Escola Nacional de Informações, nos cursos “B” e “C”, sobre a conjuntura internacional e “seus reflexos na conjuntura brasileira” e segurança nacional.</p> |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Edmur Péricles Camargo desapareceu a partir de ações perpetradas por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. As circunstâncias do desaparecimento de Edmur Péricles Camargo evidenciam a articulação entre os serviços policiais brasileiros e argentinos e o trabalho clandestino desses para monitorar, perseguir e sequestrar exilados políticos no Cone Sul.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização de seus restos mortais, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Decreto nº 68.050, de 13 de janeiro de 1971. Telegrama nº 38, de 18/1/71, para a Embaixada em Buenos Aires, e Telegrama nº 72 de 18/1/71, da Embaixada em Buenos Aires – Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85; Telegrama nº 220 de 15/6/1971, do Consulado-Geral em Santiago – Arquivo CNV, 00092.003073/2014-85; Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_BSB_V8 _ACE_41436_71, p. 26; Arquivo Nacional, DSI MRE: BR_AN_BSB_Z4 DPN PES, 746. p. 26; Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_004_011, p. 1; Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_004_011, p. 1. Arquivo Nacional, Ciex/MRE: BR_AN_BSB_IE_008_002, p. 53; Diário Oficial da União, 2/12/1971. Arquivo Nacional, Ciex: BR_AN_BSB_IE_007_002, p. 51.

JOSÉ GOMES TEIXEIRA

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Gomes Conceição e Antônio Gomes Teixeira

Data e local de nascimento: 30/9/1941, Maceió (AL)

Atuação profissional: marítimo

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de desaparecimento: 23/6/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Natural de Maceió (AL) e casado com Zeni Bento Teixeira, com quem teve cinco filhos. Foi marítimo e funcionário da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Morreu aos 29 anos de idade, por asfixia mecânica, decorrente de suposto suicídio por enforcamento, enquanto estava preso na Base Aérea do Galeão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1^o de agosto de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Gomes Teixeira. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 1992, foi homenageado pelo Grupo Tortura Nunca Mais (RJ), com a Medalha Chico Mendes de Resistência. Seu nome também consta no “Memorial Pessoas Imprescindíveis” inaugurado em 2010 e localizado na Praça da Paz, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O caso foi deferido pela Comissão Estadual de Reparação do Rio de Janeiro por meio do processo nº E-32/0217/0009/2004.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

José Gomes Teixeira morreu no dia 23 de junho de 1971, por volta das 8 horas, no Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão. Em abril de 1971, Carlos Lamarca havia deixado de atuar pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e passado a integrar o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), organização em que José atuava. Pouco antes de ir para a Bahia, Lamarca teve que se esconder em diferentes lugares do Rio de Janeiro e passou pela residência de José Gomes Teixeira, um dos poucos militantes que sabia da localização de Lamarca. Em 11 de junho de 1971, foi preso por

agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e encaminhado para a Base Aérea do Galeão. Neste local, foi torturado com a finalidade de delatar a localização de Lamarca. Durante este período foi levado à sua casa, momento em que seu cunhado, Rubens Luiz da Silva, o viu pela última vez com vida.

No dia 23 de junho de 1971, morreu no Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão. A versão oficial divulgada foi a de que José teria cometido suicídio no período em que era prisioneiro. O exame necroscópico assinado pelos legistas Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos confirma a versão produzida pelos órgãos de repressão. Laudo e fotos de perícia de local do Instituto Carlos Éboli apresentam José Gomes Teixeira enforcado com um lençol, no interior da cela do Depósito de Presos do Galeão. O laudo ressalta alguns elementos que supostamente confirmariam a versão de suicídio, tais como: a ausência de sinais de luta; a presença de suportes utilizados na suspensão; e, por fim, o fato de que não havia indícios de ação criminosa. Documento do CISA datado de 2 de julho do mesmo ano apresenta o depoimento de José, logo depois de sua prisão. Apesar de os órgãos de segurança emitirem, em 23 de junho de 1971, uma nota oficial de divulgação sobre a morte de José, há documentação do CISA, datada de abril de 1975, na qual o nome de Teixeira aparece como desaparecido político.

Apesar das Forças Armadas conhecerem todas as suas informações pessoais e a localização de sua família, o corpo de José Gomes Teixeira foi sepultado como indigente no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. Sua certidão de óbito, registrada sob o nº 739, foi assinada por José Severino Teixeira. Em 15 de junho de 1976, seus restos mortais foram levados para o ossário geral e, entre 1980 e 1981, para uma vala clandestina, localizada no mesmo cemitério, composta de cerca de 2.100 ossadas de indigentes sepultados no cemitério entre 1971 e janeiro de 1974, que apenas foram descobertas nos anos 1990. Diante da morte e ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao conferir tratamento jurídico consoante com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, entende que José Gomes Teixeira permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão, Rio de Janeiro

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: marechal do Ar Márcio de Sousa Melo

Chefe do CISA: brigadeiro do ar Carlos Affonso Dellamora

Comandante da 3ª Zona Aérea: brigadeiro João Paulo Burnier

Comandante da Base Aérea do Galeão: coronel Jorge José de Carvalho

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, p. 42. | Óbito, 5/7/1971. | Registro Civil da 1ª Circunscrição. | Confirma a versão oficial de suicídio por enforcamento e indica que o corpo de José como sendo de um indigente. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, pp. 27-29. | Auto de exame cadavérico, 23/6/1971. | Instituto Médico-Legal (IML). | Apresenta a versão oficial de suicídio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, pp. 30-32. | Laudo de exame de local de morte violenta, 23/6/1971. | Instituto de Criminalística. | Confirma a versão oficial de suicídio. |
| Projeto Brasil: Nunca Mais, Arquivo Brasil Nunca Mais Digital: Pasta BNM_036, p. 149. | Ofício 0363, 25/6/1971. | Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). | Documento em resposta ao DOPS-GB informando ser impossível apresentar José, pois este já estava morto. Confirma a versão oficial de suicídio por enforcamento. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, pp. 33-39. | Fotos do corpo e de local, 26/6/1971. | Instituto de Criminalística. | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, p. 40. | Reconhecimento de cadáver, 12/7/1971. | Instituto Félix Pacheco (IFP). | Confirma que o corpo em questão era mesmo de José. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0050_0006, p. 49. | Matéria de jornal: Vítimas da ditadura, 29/8/1991. | Jornal <i>O Povo na Rua</i> . | Apresenta o trabalho realizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) sobre o enterro de militantes como indigentes, nos arquivos do IML. Um dos nomes encontrados foi o de |

| | | | |
|---|------------------------------------|--|---|
| | | | José. |
| Arquivo Nacional, SNIG: A0367710-1971, pp. 4-5. | Encaminhamento n° 2180, 28/6/1971. | Serviço Nacional de Informações (SNI). | Relatório da reunião da Comunidade de Informações do I Exército realizada em 24 de junho. Há o informe do CISA apontando que Jorge, identificado como P-1, encontrava-se preso e, após escrever uma carta, teria se matado ao se enforcar com uma tira da colcha da cama da cela onde estava. Ressalta que seu corpo foi autopsiado “normalmente” e que o laudo apontou como causa da morte “enforcamento puro e simplesmente”. |
| Arquivo Nacional, SNIG: A0367400-1971, p. 2. | Informação n° 407, 2/7/1971. | Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). | Encaminha cópia do auto de exame cadavérico, confirmando que ele estava detido, juntamente com a versão oficial de suicídio. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Gomes Teixeira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Gomes Teixeira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

LUIZ ALMEIDA ARAÚJO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria José Mendes de Almeida e Araújo e João Rodrigues de Araújo

Data e local de nascimento: 27/8/1943, Anadia (AL)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de desaparecimento: 24/6/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no município de Anadia (AL), Luiz Almeida Araújo veio de Alagoas para São Paulo em 1957, junto com sua mãe e irmãos. Começou a trabalhar como *office boy* nas lojas Clipper com 14 anos. Para garantir sequência aos estudos, passou a estudar no período noturno. Iniciou suas atividades no movimento estudantil no curso Santa Inês, quando de aproximou da JEC - Juventude Estudantil Católica. Foi preso e torturado em 1964, em decorrência de suas atividades ligadas à militância na instituição. Ainda no ano do golpe, 1964, Luiz viajou para o Chile e, ao retornar, foi capturado e levado preso novamente. Iniciou em 1966 o curso de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo. No ano seguinte foi preso mais uma vez. Nessa época, integrou-se à dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava sob liderança de Carlos Marighella. Além da militância, Luiz se aproximou também da esfera artística a partir do ano de 1966. No Grupo da Escola de Teatro Leopoldo Froés conheceu a atriz Carmem Monteiro Jacomini, que se tornou sua companheira.

Em 1968 foi acusado de emprestar um veículo de sua propriedade para a realização de um assalto orquestrado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) a um carro do Banco Francês e Italiano, realizado diretamente por Marighella. Foi preso e liberado ainda em 1968, mas a partir de então passou a ser considerado “terrorista” pelos órgãos de

segurança. Viajou no mesmo ano para Cuba, passando também pela ex-URSS, onde realizou treinamento de guerrilha. Com ele, viajou o “Crioulo”, codinome de Luiz José da Cunha, que seria morto no ano de 1973. Ao retornar ao Brasil, em 1970, tornou-se membro ativo da ALN. Na ocasião, começou a contribuir para o jornal “Venceremos”. Vivendo na clandestinidade, teve pouco contato com a família. Seu último encontro com a mãe foi no final de 1970, quando passaram a virada de ano juntos. Passou ainda o dia 16 de julho de 1971 com a sua irmã Maria do Amparo Almeida Araújo, que também era militante e vivia na clandestinidade, data em que ela comemorava seu aniversário de 21 anos. Na ocasião, sua companheira na época Josephina Vargas Hernandez, também militante da ALN, estava grávida e encontrava-se em missão fora do país. Luiz Almeida Araújo morreu sem conhecer a filha, Alina. Desapareceu em 24 de julho de 1971 na avenida Angélica, em São Paulo (SP), e, desde então, nunca mais foi visto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Luiz Almeida Araújo foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político pelo anexo I da Lei 9.140/95. Foi também reconhecido como anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia, em 03 de agosto de 2012. Seu nome consta ainda no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, a prefeitura de Maceió (AL) deu o seu nome a uma rua no Parque dos Eucaliptos. Em 2009, foi criado um memorial em homenagem aos estudantes mortos e desaparecidos durante a ditadura militar da PUC/SP, no hall de entrada do Teatro Tuca daquela instituição, no qual aparece o nome de Luiz Almeida Araújo. Foi homenageado também, em 2013, pelo Programa da Universidade Federal do Alagoas em Defesa da Vida com uma placa inscrita no memorial “Pessoas Imprescindíveis”, monumento criado em 2010 em homenagem aos alagoanos mortos e desaparecidos, localizado no Praça da Paz da UFAL.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Luiz Almeida Araújo é considerado desaparecido político desde o dia 24 de junho de 1971, data em que conduziu Paulo de Tarso Celestino - então dirigente nacional da ALN, que seria preso no mês seguinte - para um encontro com um agente infiltrado, Cabo Anselmo, nas imediações da Avenida Angélica em São Paulo.

No dia 27 de junho, três dias após o ocorrido, a mãe de Luiz foi informada de seu desaparecimento, por meio de um telefonema anônimo. Entre os meses de junho e julho, várias pessoas próximas a Luiz Almeida e sua família foram presas e interrogadas pela polícia. Uma delas afirmou ter ouvido durante horas os gritos de Luiz nas dependências do DOI-CODI/SP. A partir de então a mãe, na companhia do filho Manoel, partiu em busca de notícias sobre o seu paradeiro. Em visita ao DOI-CODI, Manoel foi intimado a prestar depoimento, que durou horas, e obrigado a assinar uma declaração afirmando que entregaria tanto seu irmão Luiz, quanto sua irmã Maria do Amparo Almeida Araújo, caso obtivesse informações sobre os respectivos paradeiros. A mãe e o irmão de Luiz Almeida foram também ao DOPS, onde nada conseguiram encontrar. Em visita à 2ª Auditoria Militar de São Paulo, foram informados de que Luiz se encontrava foragido, clandestino.

Documentos comprovam que Luiz Almeida passou a ser fichado constantemente pelos órgãos de repressão a partir do incidente envolvendo o empréstimo de seu automóvel para a ação da ALN em 1968. Segundo depoimento de Adelino Nunes de Souza, Luiz Almeida Araújo possuía uma frota de taxi em parceria com Luiz de Mello Moura e Maria Angela Montolar Colloca. Os três costumavam abastecer os automóveis no posto de gasolina onde o depoente era vigia noturno. Em seu depoimento, Adelino sugere a participação do trio no assalto ao Banco da Av. Santo Amaro, o que teria ocasionado o afastamento desses do local e a liquidação da frota, por Luis de Mello Moura. No histórico constante do processo apresentado à Comissão de Anistia revela-se que, como Luiz Almeida estava foragido, requisitou que Luiz de Mello liquidasse a frota de taxi.

Em 29 agosto de 1968, a Delegacia Especializada de Crimes contra o Patrimônio solicitou sua localização, após depoimento de seu ex-funcionário, Luiz de Melo Moura, atestando sua participação no caso. Ordem de serviço emitida em 25 de setembro deste mesmo ano alega que o acusado, Luiz Almeida Araújo, “envolvido em dificuldades com a polícia”, deixou de frequentar seu apartamento, não sendo possível, portanto, identificar o seu paradeiro.

De acordo com a narrativa oficial sobre o acontecimento, foi nessa época que, após breve detenção, Luiz Almeida Araújo partiu para treinamento em Cuba, retornando ao país em meados de 1970. Em 21 de dezembro daquele ano, o DOPS emitiu documento de qualificação indireta em nome de Luiz Almeida Araújo, o qual afirma ignorar sua

localização. No dia 28 de janeiro de 1971, a Justiça Militar da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar de São Paulo decretou sua prisão preventiva.

De acordo com o *Dossiê Ditadura*, foi encontrado no antigo arquivo do DOPS/RJ um documento do Ministério do Exército de 2/8/1971 – data posterior em alguns dias ao seu desaparecimento –, assinado pelo então comandante do I Exército, general Sylvio Frota, e enviado ao DOPS/RJ, afirmando que, após busca na residência de Luiz Almeida Araújo, este ainda se encontrava foragido. Documento emitido em 1972 pelo Major Ary Canavó do 1º Regimento da Escola de Cavalaria do I Exército ao diretor do DOPS solicitava a prisão de elementos subversivos ligados a Gilson Ribeiro da Silva (“Poeta”), listando 9 nomes, entre os quais o de Luiz Almeida Araújo. No entanto, relatório do Ministério da Marinha de 1993 declara que, no mesmo mês de agosto de 1971, Luiz “teria sido dado como morto”. Em novembro de 1973, Luiz foi absolvido por insuficiência de provas em um processo da 2ª Auditoria Militar.

Em 27 de fevereiro de 2013 foi realizada pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo uma audiência pública sobre o caso com a participação de sua irmã, Maria Amparo Araújo. Até a presente data Luiz Almeida Araújo permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Avenida Angélica, na cidade de São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/SP

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do CODI: coronel Confúcio Danton de Paula Avelino

Chefe do DOI de São Paulo: coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|
|-------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|

| | | | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------|--|--------------------------|---|
| Carlos Alberto Brilhante Ustra. | DOI-CODI II Exército/SP. | Comandante. | Tortura, assassinato e ocultação do corpo. | DOI-CODI II Exército/SP. | O então major Carlos Alberto Brilhante Ustra comandou o DOI-CODI/SP de 1970-1974. |
| Cabo Anselmo (José Anselmo dos Santos). | DOI-CODI II Exército/SP. | Marinheiro e agente infiltrado. | Infiltração e delação. | | Declarou-se publicamente como agente infiltrado. Mapeava e monitorava os militantes e a organização. É responsável pela entrega de vários militantes para tortura e morte por agentes do estado. Informação CEMDP, p. 166. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|--|
| Arquivo da CNV: 00092.003007/2014-13, pp. 10-23 (documento originário do IEVE). | Primeiras declarações que presta Manoel de Almeida Araújo, 11-12/7/1971. | DOI-CODI/SP. | Depoimento dado por Manoel, irmão de Luiz Almeida, quando o primeiro foi buscar informações sobre o irmão nas dependências do DOI-CODI/SP. |
| Arquivo da CNV: 00092.003007/2014-13, p. 13 (documento originário do IEVE). | Araujo Luiz Almeida. Ficha 03. | DEOPS. | Ficha atestando que Luiz Almeida foi absolvido, em 27 de novembro de 1973, em um processo que tramitou na 2ª Auditoria Militar, por ausência de provas suficientes contra o acusado. |
| Arquivo da CNV: 00092.003007/2014-13, pp. 21-22 (documento originário do IEVE). | Fichário individual Luiz Almeida Araújo, 2/9/1971. | DOPS. | Ficha emitida pelo DOPS alegando a participação de Luiz Almeida em "atividades subversivas". |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2011.01.68524, pp. 57-61. | Termo de declarações, 28/8/1968. | Secretaria de Segurança Pública/SP. Departamento de Investigações. | Depoimento de Luiz de Melo Moura, ex-funcionário da frota de taxis de Luiz Almeida, em que alega seu envolvimento no caso dos taxis. Luiz de Melo era responsável pela mecânica dos carros e foi |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | | também responsável por liquidar a frota após a investigação da polícia sobre a ação da ALN usando os carros de Luiz Almeida. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2011.01.68524, pp. 73-80. | Relatório, 26/8/1968. | Secretaria de Segurança Pública/SP. Divisão de Crimes contra o Patrimônio. | Autos da investigação sobre o caso dos taxis, alegando a participação de Luiz Almeida no incidente. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2001.01.68524, p. 83. | Ordem de serviço, 29/8/1968. | Secretaria de Segurança Pública/SP. Divisão de Crimes contra o Patrimônio. | Solicita a localização de pessoas envolvidas no caso citado pelo depoimento de Luiz de Melo Moura, dentre eles Luiz Almeida Araújo. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2011.01.68524, p. 85. | Ordem de Serviço, 25/9/1968. | Secretaria de Segurança Pública/SP. | Atesta que, em cumprimento à ordem de serviço, não foi possível localizar o paradeiro de Luiz Almeida. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2011.01.68524, p. 87. | Qualificação indireta, 21/12/1970. | DOPS. | Indicia Luiz Almeida, alegando que este pertencia a “organização terrorista” e que teria realizado assaltos a Bancos. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.005724/2014-20. Processo 2011.01.68524, p. 91. | Mandado de Prisão, 28/1/1971. | Justiça Militar. 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. | Mandado de prisão contra Luiz Almeida Araújo. |
| Arquivo da CNV, APERJ: 00092.003156/2014-74, p. 155. | Ofício nº 01-72 assunto - solicitação de prisão 22/8/1972. | Ministério do Exército. 1º Regimento da Escola de Cavalaria do I Exército. | Solicita a prisão de “elementos subversivos” ligados a Gilson Ribeiro da Silva, dentre os quais Luiz Almeida Araújo. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: BR_2011.01.68524, p. 207. | Ata de Julgamento, 3/8/2012. | Comissão de Anistia. | Atribui à condição de anistiado político <i>post mortem</i> a Luiz Almeida Araújo. |

| | | | |
|--|--|---|--|
| Relatório das Forças Armadas. Arquivo da CNV: 00092.000830/2012-05. | Relatório da Marinha, 1993. | Ministério da Marinha. | Relatório com informações sobre pessoas consideradas desaparecidas, afirma que Luiz Almeida Araújo “teria sido. |
| Arquivo da CNV, Comissão de Anistia: 08802.05724/2014-20, pp. 63-65. | Depoimento de Adelino Nunes de Souza (anexado ao Requerimento de Anistia), 15/10/1968. | Departamento de Investigações – Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. | Adelino, que era vigia do posto Petrominas, cita que Luiz Almeida Araujo possuía, em sociedade com Maria Angela Montoro e com Luiz de Melo Moura, uma frota de taxis. Faz um relato, ainda, sobre o assalto ao banco da Av. Santo Amaro, sugerindo a participação dos donos da frota citada. |
| Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT_0_0058_0002, p. 10. | Certidão de óbito, 30/1/1995. | Cartório da 9ª Zona – Madalena – Recife – Pernambuco. | Certidão emitida através da lei 9.140 em reconhecimento à morte. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|---|
| Maria Amparo Araújo. | Audiência Pública realizada pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva. Arquivo da CNV 00092.003230/2014-52. | Depoimento de Maria Amparo, irmã de Luiz Almeida Araújo e coordenadora do Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco, no qual relata informações sobre as circunstâncias de prisão do irmão e o avanço das buscas para esclarecer o caso, pelos familiares. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Almeida Araújo desapareceu após ter sido preso por forças de segurança do Estado em 24 de junho de 1971, em São Paulo, em virtude das perseguições políticas sofridas em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Zuleika Borges Pereira Celestino e Pedro Celestino da Silva

Data e local de nascimento: 26/5/1944, Morrinhos (GO)

Atuação profissional: advogado

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de desaparecimento: 12/7/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em Morrinhos (GO), Paulo de Tarso concluiu o curso de Humanidades no Colégio Universitário da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1962. Sete anos depois, aos 23 anos, finalizou o curso de Direito na Universidade de Brasília (UnB). Foi presidente de Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). Advogou em Goiânia, chegando a fazer sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1968 fez pós-graduação na Sorbonne, na França.

Paulo de Tarso foi militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, tendo-se tornado um dos principais nomes da organização após a morte do líder Joaquim Câmara Ferreira. Entre julho de 1969 e janeiro de 1970, fez curso de guerrilha em Cuba. Retornou ao Brasil em março de 1971. Ainda neste mês, foi julgado e condenado à revelia à pena de dois anos e seis meses de reclusão.

Desapareceu aos 27 anos de idade, em julho de 1971, quando foi preso, junto com Heleny Ferreira Telles Guariba, no Rio de Janeiro (RJ), por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei 9.140/1995, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida lei, Paulo de Tarso Celestino da Silva foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Seu nome consta ainda no Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985) organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Paulo de Tarso Celestino da Silva desapareceu em 12 de julho de 1971. Foi capturado, juntamente com Heleny Ferreria Telles Guariba, no Rio de Janeiro por agentes do DOI-CODI do I Exército.

Pedro Celestino da Silva, pai de Paulo de Tarso, também advogado e deputado federal pelo Estado de Goiás, cassado pelo AI-5, envidou esforços durante anos para obter alguma informação sobre o filho. Por meio da seção Brasília da OAB, acionou o Ministério do Exército. Em dezembro de 1971, o Ministério informou que Paulo de Tarso havia sido preso por agentes militares, sendo, depois, entregue à Polícia Federal, de modo que ao Ministério da Justiça caberiam eventuais esclarecimentos. Essa informação foi desmentida posteriormente.

Diante da manifestação oficial do Ministro da Justiça Armando Falcão, em 20 de fevereiro de 1975, sobre 27 desaparecidos políticos, qualificados no comunicado como foragidos, Pedro Celestino, no dia seguinte, fez publicar uma carta aberta no Jornal do Brasil e em outros periódicos do país. Meses antes, já havia entrado em contato com o general Golbery do Couto e Silva, por meio de uma carta pungente.

Como cidadão e chefe de família é que dirijo-me a Vossa Excelência rogando fazer chegar ao Presidente da República o meu apelo extremo, depois de ver frustrados todos os recursos judiciais e extrajudiciais permitidos pela ordem jurídica vigente no país [...] para encontrar meu filho. Não venho pedir-lhe que o solte. Mas o mínimo que se deve garantir à pessoa humana, isto é, seja processado oficialmente, com o direito de sua família dar-lhe assistência jurídica e principalmente humana.

Diante da negativa de informações das autoridades, o tempo foi se encarregando de fazer algumas revelações, que se deram, sobretudo, por meio do testemunho de ex-vítimas e ex-militares. Na matéria “Longe do ponto final”, publicada pela revista IstoÉ na edição de 8 de abril de 1987, o ex-médico Amílcar Lobo declarou ter atendido Paulo de Tarso durante o tempo em que serviu no DOI-CODI/RJ.

O testemunho mais importante, porém, para o esclarecimento das circunstâncias de desaparecimento de Heleny foi dado pela ex-presca política Inês Etienne Romeu. No relatório que produziu, em 18 de setembro de 1971, sobre sua prisão no centro clandestino mantido pelo Centro de Inteligência do Exército em Petrópolis, a chamada “Casa da Morte”, Inês aponta uma série de mortes e desaparecimentos que presenciou durante os mais de noventa dias que permaneceu incomunicável naquele “aparelho”. Dentre esses casos, relata um, ocorrido em julho de 1971, envolvendo Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny. Em relação ao primeiro, um dos carcereiros do local, de nome “Márcio”, disse-lhe que havia sido executado. O segundo, Paulo de Tarso, foi torturado por quarenta e oito horas pelos carcereiros “Dr. Roberto”, “Laecato”, “Dr. Guilherme”, “Dr. Teixeira”, “Zé Gomes” e “Camarão”. Foi colocado no pau-de-arara e obrigado a comer uma grande quantidade de sal, tendo suplicado água durante horas. Finalmente, em relação à mulher, Inês Etienne relata que “foi barbaramente torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina”.

Em termos de fontes escritas, um documento encontrado nos acervos do SNI custodiado pelo Arquivo Nacional também lança luzes sobre o desaparecimento de Paulo de Tarso. Em setembro de 1975, em comunicação feita com a Agência Central, a Agência São Paulo do SNI remeteu à matriz a quinta e última “relação de elementos que possuem registros como pertencentes ao PCB”. À frente do nome de Paulo de Tarso, consta a seguinte informação: “24 Jul 71 – GB”. O mesmo padrão de informação consta na frente de quase todos os nomes que preenchem as quatro folhas da lista. Analisando-se um a um, percebe-se que vários deles referem-se a mortos e desaparecidos do regime militar. Complementarmente, nota-se que a data e o local indicados na frente dos nomes coincidem exata ou praticamente com a data e o local de desaparecimento ou morte dos arrolados. Sendo assim, conclui-se que os dados que aparecem na sequência do nome de Paulo de Tarso podem indicar o registro da data e do local de sua morte.

Em longa reportagem dada à revista *Veja*, o sargento Marival Chaves Dias do Canto, ex-agente do DOI-CODI/SP, relatou ter ouvido de agentes que estiveram na Casa da Morte que os corpos dos presos políticos executados naquele centro clandestino eram esquartejados, para dificultar a eventual identificação dos restos mortais. “Cada membro decepado era colocado num saco e enterrado em local diferente”. Por sua vez, o ex-médico Amílcar Lobo declarou, no livro *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*, que os

mortos na Casa de Petrópolis costumavam ser enterrados nos terrenos adjacentes à própria residência.

Com base em relatos como esses e em outras apurações, a CEMDP, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e o Ministério Público determinaram investigações nos livros de registro dos cemitérios de Petrópolis. O objetivo dessa investigação, realizada entre os anos de 2010 e 2011, era apurar a informação de que desaparecidos políticos haviam sido sepultados em Petrópolis. O estudo preliminar indicou a possível localização de 19 desaparecidos, podendo Paulo de Tarso ser um deles.

Até a presente data Paulo de Tarso permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO

“Casa da Morte de Petrópolis”, localizado na Rua Arthur Barbosa, nº 668, em Petrópolis (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI-CODI do I Exército:

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general Divisão Sylvio Couto Coelho da Frota

Comandante da 1º Região Militar: general Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna:

Chefia da 2ª seção (Informações) – BM/2:

Comandante do Destacamento de Operações de Informação: major José Antônio Nogueira Belham

1.2 Centro de Informações do Exército (Casa de Petrópolis)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

Com base no relato de Inês Etienne Romeu é possível identificar (ainda que precariamente, em alguns casos) as pessoas que estiveram diretamente envolvidas em graves violações de direitos humanos no caso do desaparecimento de Paulo de Tarso.

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|---|-----------------------------------|----------------------|--|--|
| Freddie Perdigão Pereira - "Dr. Roberto". | Gabinete do Ministro do Exército. | Oficial de Gabinete. | Utilização do pau-de-arara, determinação de que o preso ingerisse uma grande quantidade de sal e recusa de água ao prisioneiro que se encontrava nessas condições. | ROMEY, Inês Etienne. Relatório. Belo Horizonte, 18 de setembro de 1971. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upl oad/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf |
| Rubens Gomes Carneiro - "Laecato". | Gabinete do Ministro do Exército. | Oficial de Gabinete. | | |
| "Dr. Guilherme". | -. | -. | | |
| Rubens Paim Sampaio - "Dr. Teixeira". | Gabinete do Ministro do Exército. | Oficial de Gabinete. | | |
| Ubirajara Ribeiro de Souza - "Zé Gomes" ou "Zezão". | Gabinete do Ministro do Exército. | Oficial de Gabinete. | | |
| "Camarão". | | | | |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|--|
| Arquivo Nacional, SNI: ASP_ ACE_10361_82, p. 4. | Informação nº 4057/16/1975/A SP/SNI, 11/9/1975. | Agência São Paulo do Serviço Nacional de Informações. | Paulo de Tarso é mencionado em relação de militantes do PCB encaminhada, em 1975, pela Agência São Paulo à Agência Central do SNI. À frente do nome de Paulo, consta "24 Jul 71 – GB". Ao que tudo indica, essas informações representariam a data e o local da morte do militante da ALN. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Paulo de Tarso Celestino da Silva desapareceu em 12 de julho de 1971, quando foi preso por agentes do DOI-CODI no

Rio de Janeiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

HELENY FERREIRA TELLES GUARIBA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Pascoalina Ferreira e Isaac Ferreira Caetano

Data e local de nascimento: 17/3/1941, Bebedouro (SP)

Atuação profissional: professora de teatro, dramaturga

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 12/7/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascida em São Paulo, Heleny Ferreira Telles Guariba era natural de Bebedouro. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e especializou-se em cultura grega, estudando teatro paralelamente. Trabalhou como professora na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Casou-se em 1962 com Ulisses Telles Guariba Netto, com quem teve dois filhos, Francisco e João Vicente. Em 1965 recebeu uma bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo e se morou na Europa, com o marido, até 1967. Ao retornar ao Brasil, foi contratada pela prefeitura de Santo André, trabalhou como diretora de um grupo de teatro e promoveu atividades culturais em escolas municipais. Lecionou, montou e dirigiu peças de teatro até a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que interrompeu seu trabalho.

Heleny militou, ao lado do marido, na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) durante o ano de 1969. Separou-se de Ulisses no final do mesmo ano e continuou atuando na militância política. Foi presa pela primeira vez em março de 1970, em Poços de Caldas (MG). Já separada do marido, foi localizada, no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), por ele e seu sogro, o general da reserva Francisco Mariani Guariba. Heleny relatou a eles sua passagem pela Operação Bandeirante (Oban), onde foi torturada pelos capitães Benoni de Arruda Albernaz e Homero César Machado. Esteve presa no presídio Tiradentes, em São Paulo (SP), até abril de 1971, quando foi posta em liberdade por decisão da Justiça Militar. Desapareceu em 12 de julho de 1971, no Rio de Janeiro (RJ), após ter sido presa por agentes do DOI_CODI do I Exército, no Rio de Janeiro, junto com seu companheiro, Paulo de Tarso Celestino da Silva.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Heleny Ferreira Telles Guariba foi reconhecida pelo Estado brasileiro como desaparecida política. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a ruas nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Campinas (SP). Foi também agraciada em 2009 com a Ordem do Mérito Cultural, pela sua contribuição e promoção da cultura brasileira.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Heleny Telles Ferreira Guariba teria sido presa por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI-CODI/RJ) em 12 de julho de 1971, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Três meses antes, por decisão da Justiça Militar, havia sido posta em liberdade e tinha o intuito de deixar o país. Seu ex-marido, ciente de sua intenção, realizou viagem à Argentina em busca de um lugar em que ela pudesse se instalar. Ao retornar, por volta do dia 25 de julho, recebeu um telefonema que o informou sobre a prisão de Heleny.

O general da Reserva e ex-sogro da vítima, Francisco Mariani Guariba, foi à Brasília e ao Comando do 1º Exército a fim de buscar informações sobre seu desaparecimento, mas não obteve confirmação da prisão. Dentre as informações que Ulisses Guariba

conseguira levantar, destaca-se a de que Heleny teria viajado ao Rio de Janeiro a fim de estabelecer contato com uma pessoa que vinha do exterior com o objetivo de alterar as estratégias de atuação dos movimentos de oposição. Tal pessoa seria Paulo de Tarso Celestino da Silva, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), que acabara de retornar de Cuba. Heleny e Paulo teriam sido presos juntos na ocasião. Também foi-lhe informado, por uma amiga de colégio de Heleny, que ela teria sido vista entre os dias 6 e 7 de julho em frente ao Hotel Glória. No entanto, os órgãos de segurança mantiveram a versão de que ela não se encontrava presa e que possivelmente teria realizado viagem ao exterior. Na ocasião, chegaram a decretar sua prisão preventiva.

Documento emitido pelo Serviço de Polícia do III Exército de Porto Alegre, em dezembro de 1975, incluía Heleny entre os foragidos procurados pela polícia judiciária militar. Segundo o documento, ela teria sido condenada pela 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) em 18 de julho de 1972, data posterior a seu desaparecimento. Em junho de 1976, o Serviço Nacional de Informações (SNI) produziu um documento, constante do informe nº 1086 de 1983, que afirmava que Heleny servia como “pombo correio” da militância e atuava como elo entre os “mais perigosos terroristas”, cobrindo pontos estratégicos. O mesmo documento atestava que, naquela data, a militante encontrava-se foragida.

Ainda em 1976, a Federação Democrática Internacional de Mulheres encaminhou ao diretor da divisão de direitos humanos em Genebra, Suíça, um documento onde alertava sobre as violações de direitos humanos que ocorriam naquele momento no Brasil. Nessa lista, Heleny aparecia como “assassinada”. Em setembro de 1979, Inês Etienne Romeu testemunhou que, durante o período em que esteve na Casa da Morte em Petrópolis, no mês de julho de 1971, identificou a presença no mesmo local de Walter Ribeiro Novaes, de Paulo de Tarso Celestino e de uma moça, que acreditava ser Heleny. Ali, segundo seu depoimento, Heleny teria sido torturada por três dias.

Há também indícios, segundo conclusões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), de que Paulo de Tarso, com quem Heleny teria sido presa, havia se encontrado um mês antes com o agente infiltrado Cabo Anselmo (José Anselmo dos Santos), em São Paulo, passando a ser vigiado pelos órgãos de segurança desde então.

Pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificaram documento produzido pelo SNI no qual consta uma lista de nomes de militantes e suas possíveis datas de morte. Nela, o nome de Heleny Guariba é associado à data de 24 de julho de 1971.ⁱ

Segundo Inês Etienne Romeu, o dirigente da ALN, Paulo de Tarso Celestino, foi torturado por quarenta e oito horas, pelos oficiais Freddie Perdigão Pereira, Rubens Paim Sampaio (“doutor Teixeira”) e “doutor Guilherme” e pelos agentes Rubens Gomes Carneiro (o Laecato Boa-Morte), Ubirajara Ribeiro de Souza (o “Zé Gomes”) e “Camarão”. Segundo Inês, “colocaram-no no pau de arara, deram-lhe choques elétricos, obrigaram-no a ingerir uma quantidade grande de sal. Durante muitas horas eu o ouvi suplicando por um pouco d’água.”

A CNV localizou no Arquivo Nacional a informação nº 2962/71, do CIE, de 6 de dezembro de 1971, que difundiu que o delegado regional de Petrópolis estava em posse de documentos de Paulo de Tarso Celestino da Silva. Nos termos literais do documento: *“as fotografias das carteiras de identidade encontradas pertencem ao terrorista, da ALN, Paulo de Tarso Celestino”*.

Para justificar a posse dos documentos pela autoridade policial de Petrópolis, a informação nº 2962/71 apresenta uma versão incomum: o documento teria sido casualmente entregue ao delegado por uma prostituta, que o teria encontrado em uma lata de talco em um prostíbulo de Juiz de Fora/MG.

A data da informação, 6 de dezembro de 1971, é de pouco depois de 4 meses após o desaparecimento de Paulo de Tarso Celestino, preso por agentes do DOI do I Exército, no Rio de Janeiro, ao lado de Heleny Ferreira Telles Guariba.

Na difusão dessa informação, o CIE, que admite a posse de documentos de um desaparecido político na região de Petrópolis, procura justificar-se pelo fato de que Paulo de Tarso Celestino estaria usando em seu nome documento do Ministério da Guerra, com dados verdadeiros do militar Geraldo Franco.ⁱⁱ

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local do desaparecimento. Há indícios de que Heleny teria sido presa por agentes do DOI-CODI/RJ e encaminhada à “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Sylvio Coelho Frota

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Mello

Chefe do DOI-CODI do I Exército: coronel João Pinto Pacca

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Exército Milton Tavares de Souza

Subchefe do CIE: coronel José Luiz Coelho Netto

2. Autoria de graves violações de direitos humanos:

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------------|------------------------|--|-------------------------------|-------------------------|--|
| Carlos Alberto Brilhant e Ustra. | DOI-CODI / II Exército | Major de Artilharia, comandante do DOI-CODI do II Exército | Tortura. | São Paulo (SP). | <i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985).</i> Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009, p. 257. |
| Benoni de Arruda Albernaiz. | DOI-CODI/ II Exército. | Capitão de artilharia do Exército e chefe da Equipe A de interrogatório. | Tortura. | São Paulo (SP). | <i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985).</i> Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009, p. 257. |
| Homero César Machado. | DOI-CODI/ II Exército. | Capitão de artilharia do Exército e chefe da Equipe B | Tortura. | São Paulo (SP). | <i>Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985).</i> Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do |

| | | | | | |
|--|------------------------------------|------------------------------|--|-----------------|--|
| | | de interrogatório. | | | Estado. São Paulo, 2009, p. 257. |
| Freddie Perdigão Pereira | CIE | Capitão de Cavalaria. | Tortura, morte e ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | Depoimento de Inês Etienne Romeu e relato do ex-delegado Cláudio Antônio Guerra, em <i>Memórias de uma Guerra Suja</i> , de Rogério Medeiros e Marcelo Netto, pp. 60-62. |
| Rubens Paim Sampaio | CIE | Major de Infantaria. | Tortura, morte e ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | Depoimento de Inês Etienne Romeu. |
| Rubens Gomes Carneiro, o <i>Laecato Boa-Morte</i> | CIE | terceiro sargento | Tortura, morte e ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | Depoimento de Inês Etienne Romeu. |
| Ubirajara Ribeiro de Souza, o <i>Zeão</i> ou <i>Zé Gomes</i> | CIE | segundo sargento do Exército | Tortura, morte e ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | Depoimento de Inês Etienne Romeu. |
| Antônio Waneir Pinheiro Lima, o <i>Camarão</i> | CIE | soldado do exército | Tortura, morte e ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | |
| Cláudio Antônio Guerra | “Casa da Morte de Petrópolis”/ CIE | Delegado do DOPS/ES. | Ocultação de cadáver. | Petrópolis (RJ) | <i>Memórias de uma Guerra Suja</i> , de Rogério Medeiros e Marcelo Netto, pp. 60-62. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional, SNI: BR_ANDFBSB_V8 _ARE_ACE_5496_83. | Informe nº 1086, 6/9/1983. | Agência de Recife do Serviço Nacional de Informações | Documento emitido pelo SNI com a ficha de Heleny, produzida em junho de 1976. Afirma que a nominada atuava como "pombo correio" e era intensamente utilizada como elemento de ligação entre "os mais perigosos terroristas". Afirma, ao final, que Heleny se encontrava foragida. |
| Arquivo Nacional, DSI-MRE: BR_DFANBSB_Z4 _DHU_0007, p.115. | 30/12/1976. | Federação Democrática Internacional de Mulheres. | Documento encaminhado ao diretor da divisão de Direitos Humanos em Genebra, Suíça, onde alertava sobre as violações de direitos humanos que ocorriam no Brasil. Nesta lista, Heleny consta como "assassinada". |
| Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Boletim informativo nº 4-75, p. 732 (Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro: 1927-1983). | Boletim informativo (nº 4/75) da chefia do Serviço de Polícia do III Exército, de dezembro de 1975. | Serviço de Polícia do III Exército. | Inclui lista de foragidos procurados pela Polícia Judiciária Militar. Heleny consta como condenada pela 2ª CJM, em 18 de julho de 1972. |
| Arquivo da CNV: 00092.000660/2013-31. | Depoimento de Inês Etienne Romeu. Processo nº F-CDH-017/80, de 5/9/1979. | Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ. | Depoimento de Inês Etienne Romeu ao Conselho Federal da OAB-RJ. Inês, ex-militante da VPR, foi presa de maio a agosto de 1971 na Casa da Morte de Petrópolis, onde testemunhou a prisão e tortura de Heleny e Paulo Celestino. |
| IML (RJ). Microfilme. Filme Cópia Nº 0048/IAP/71/AV – De Homem, 10ª | Auto de Exame Cadavérico, de 22/7/1971, | | Exame necroscópico de uma mulher, com características físicas semelhantes às de Heleny, vítima de atropelamento |

| | | | |
|--|--|--|---|
| D.P., nº 651300 (FOT. 0001) a Mulher Wladislav Randon, 39ª DP, nº 678601 (FOT. 2459). | “Uma Mulher”. | | em data próxima a do desaparecimento de Heleny. Indica também o nome de Hermínio Xavier dos Santos como quem identificou o corpo, e informa que o corpo chegou em um carro da Aeronáutica no Hospital Souza Aguiar. |
| IML(RJ). Livro de Entrada de Cadáveres – 25/2/1971 a 19/10/71. | Registro 3369, de 21/7/1971 – Guia 416 da 4ª DP. | | Entrada do corpo de uma mulher no IML. O documento indica a data e o local de sepultamento. |
| Cartório do 3º Registro Civil da Capital do Rio de Janeiro. Oficial: Ingrid Walter de Souza. | Certidão de Óbito de “Uma Mulher”. De 10/4/2014. | | Afirma que o declarante apresentou a certidão de nascimento da obituada. Apesar da informação, o nome da mesma não é apresentado. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|--|
| Cândida Cappello Guariba. | Declaração de Cândida Cappello Guariba, neta de Heleny, à CNV, de 4/11/2014 (Arquivo CNV, 00092.003163/2014-76). | Fala sobre a investigação promovida pela CNV sobre o desaparecimento de sua avó. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Heleny Ferreira Telles Guariba desapareceu após ter sido detida por forças de segurança do Estado no dia 12 de julho de 1971, no Rio de Janeiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e identificação dos seus restos mortais e a completa identificação dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ACE_10361_82, p. 4.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, BR NA BSB, V8. AC_ACE_40868_71.

WALTER RIBEIRO NOVAES

[SEM FOTO]

DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Rosalinda Ribeiro e Arlindo Ribeiro Moraes

Data e local de nascimento: 1º/8/1939, BA

Atuação profissional: guarda-vidas

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 12/7/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido na Bahia, Walter Ribeiro Novaes trabalhou como guarda-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Era casado com Atamilca Ortiz Novaes, com quem teve dois filhos. Em 13 de junho de 1970, ele foi preso pela primeira vez e não assistiu ao nascimento de seu filho, neste mesmo dia, no Hospital do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ). Ao ser libertado, dois meses depois, estava debilitado em função das torturas. Passou a viver na clandestinidade e assumiu a tarefa de cuidar da infraestrutura do comando da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Atuou nos sequestros dos embaixadores da Alemanha, em junho de 1970, e da Suíça, entre dezembro daquele ano e janeiro de 1971. Foi preso novamente em 12 de julho de 1971, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, e, desde então, nunca mais foi visto. Desapareceu aos 31 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Por determinação da Lei nº 9.140/95, conforme consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I da referida Lei, Walter Ribeiro Novaes foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político. Em decisão de 13 de setembro de 1999, Walter Ribeiro Novaes foi reconhecido como desaparecido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu nome consta ainda no “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)” organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 22 de agosto de 2012, foi reconhecido como anistiado

político *post mortem* pela Comissão de Anistia. Foi homenageado pela prefeitura de São Paulo que deu seu nome a uma rua.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Walter Ribeiro Novaes foi preso em 12 de julho de 1971, no bairro da Penha, na cidade do Rio de Janeiro, depois da invasão à sua residência por policiais à paisana, que “reviraram móveis, espalharam terror e molestaram sua esposa, Atamilca, na frente de seus dois filhos menores”. Era cerca de 18h30 quando o militante da VPR saiu para ir ao encontro de Alípio, também guarda-vidas, que trabalhava na Barra da Tijuca. Foi a última vez em que Walter foi visto. Na procura por informações sobre o seu paradeiro, sua família chegou a entrar em contato com um policial que informou, em troca de dinheiro, que ele se encontrava no DOPS/GB, contudo, este contato foi interrompido, por iniciativa do próprio policial, que alegou ter sido ameaçado de morte.

Apesar dessa informação, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), em relatório de 4 de março de 1977, em que referencia a esposa de Walter, na época refugiada no Chile, negou que o militante houvesse sido preso pelos órgãos da repressão, no qual constava que “seu marido nunca foi preso por qualquer órgão de segurança nacional”. Em desconstrução da versão apresentada, Inês Etienne Romeu, no relatório sobre sua prisão no centro clandestino de tortura do Centro de Informações do Exército (CIE), em Petrópolis (RJ), conhecido como *Casa da Morte*, afirmou ter ouvido de seus torturadores que Walter Ribeiro Novaes esteve naquele cárcere clandestino em julho de 1971 e que, no período entre 8 e 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração em virtude de sua morte. Alex Polari de Alverga também informou em depoimentos prestados à Justiça Militar durante aquele período, que ouviu de agentes do DOI-CODI-RJ que Walter tinha sido morto após ter sido torturado.

Até o momento, os restos mortais de Walter Ribeiro Novaes não foram encontrados.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Bairro da Penha, Rio de Janeiro (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/RJ

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército Sylvio Frota

Chefe do DOI-CODI do I Exército: coronel José Pinto Pacca

1.2. Casa da Morte/Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Exército Milton Tavares de Souza

Subchefe do CIE: coronel José Luiz Coelho Neto

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

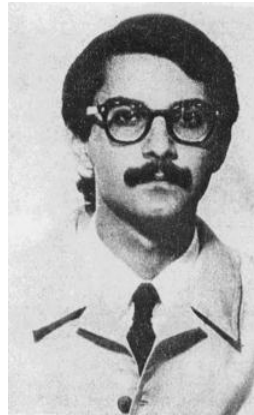
| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_117_0203. | Info nº 866/DSI-MRE, 14/2/1977. | CISA. | Versão oficial de que Walter Ribeiro Novaes nunca foi preso pelos órgãos de segurança. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0086_0013. | Ofício nº 051/2006-CDP/GAB/SEDH/PR, 19/6/1996. | CEMDP. | Relação de documentos em que Walter Ribeiro Novaes é citado. |
| Arquivo da CNV: 00092.003249/2014-07. | Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”, 25/3/2014. | CNV. | Afirma que Inês Etienne soube da morte de Walter na Casa da Morte de Petrópolis. |
| Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Processo 2009.01.65730, pp. 4-6. | Declaração de Advogado, 22/10/2009. | João Sebastião de Faria. | Informa sobre a prisão de Walter Ribeiro Novaes na ocasião de seu desaparecimento. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0079_0005. | Processo CEMDP de investigação sobre o desaparecimento e morte de Walter Novaes | Arquivo Nacional, CEMDP. | Informações sobre o desaparecimento de Walter Ribeiro Novaes. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Walter Ribeiro Novaes morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro na Casa da Morte de Petrópolis, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Walter Ribeiro Novaes, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

LUIZ EDUARDO DA ROCHA MERLINO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Iracema Rocha Merlino e Zeno Merlino

Data e local de nascimento: 18/10/1947, Santos (SP)

Atuação profissional: jornalista

Organização política: Partido Operário Comunista (POC)

Data e local de morte: 19/7/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Santos (SP), Luiz Eduardo da Rocha Merlino desde cedo esteve engajado em atividades políticas. Já quando cursava o ensino secundário, participou do Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (UNE). Aos 17 anos mudou-se para a capital paulista e um ano depois passou a integrar a primeira equipe de jornalistas do *Jornal da Tarde*. A partir de então desenvolveu intensa atividade no campo jornalístico, trabalhando para veículos de comunicação como *Folha da Tarde*, *Jornal do Bairro* e jornal *Amanhã*, este último editado pelo Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).

No ano de 1968, quando estudava História na USP, participou ativamente de mobilizações estudantis. Ingressou no Partido Operário Comunista (POC) e, como repórter da *Folha da Tarde*, cobriu o 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Em 1969, participou de ações clandestinas contra a ditadura militar, sem deixar de exercer a atividade de jornalista. Usava o codinome Nicolau. No início da década de 1970, participou do 2º Congresso da Liga Comunista, realizado em Rouen, na França. Durante o período em que esteve na França organizou, em parceria com os jornalistas Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, uma das primeiras obras de denúncia sobre o uso da tortura

contra prisioneiros políticos no Brasil – o livro *Pau de Arara – La Violence Militaire au Brésil* –, que teve grande repercussão internacional.

No dia 15 de Julho de 1971, dias após o regresso ao Brasil, Luiz Eduardo foi preso em Santos (SP), na casa da sua mãe, por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP). Apesar da agressividade dos agentes da repressão que o prenderam, Luiz Eduardo procurou acalmar sua mãe, dona Iracema, e irmã, Regina Merlino, dizendo: “Eu volto logo”. Morreu poucos dias depois, aos 23 anos de idade, em decorrência da tortura praticada por agentes do Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em meados de 1979, a família Merlino entrou com ação declaratória na Justiça Federal, pedindo o reconhecimento judicial da responsabilidade da União Federal pela prisão, tortura e morte de Luiz Eduardo.

Em decisão de 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em 4 de abril de 2008, a ex-companheira de Merlino, Ângela, e a irmã de Merlino, Regina Maria Merlino Dias de Almeida, ajuizaram em São Paulo uma ação cível declaratória contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel reformado do Exército, com o objetivo de obter o reconhecimento judicial da responsabilidade do réu pela morte decorrente de tortura de Luiz Eduardo. Em setembro de 2008, o Tribunal de Justiça de São Paulo acatou o agravo de instrumento impetrado por Ustra, por entender não ser a ação declaratória o instrumento processual adequado para o objetivo perseguido pelas autoras. Foi, então, ajuizada pelas mesmas autoras, contra o mesmo réu, uma ação ordinária de indenização de dano moral. Nessa segunda ação, as autoras pediam que, uma vez que o réu fora responsável direto pela morte sob tortura de Merlino e que, em razão disso, elas sofrem graves danos psicológicos e morais, fosse o réu condenado a ressarcir-las pelos danos sofridos. O processo teve sentença favorável proferida em 25 de junho de 2012. A juíza verificou que a prova oral produzida confirma a responsabilidade de Ustra pelas torturas que levaram Merlino à morte, seja no exercício

do comando do DOI-CODI e da Operação Bandeirantes (OBAN), seja por meio de participação direta nas sessões de tortura. Nos termos da sentença: “é o quanto basta para reconhecer a culpa do requerido pelos sofrimentos infligidos a Luiz Eduardo e pela morte dele que se seguiu, segundo consta, por opção do próprio demandado”.

No dia 22 de setembro de 2014, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina e Aparecido Laertes Calandra por homicídio doloso qualificado cometido contra Merlino, por motivo torpe, com emprego de tortura que impossibilitou a defesa da vítima. Denunciou igualmente o médico-legista Abeylard de Queiroz Orsini, que assinou o laudo de exame necroscópico juntamente com Isaac Abramovitch (já falecido), por crime de falsidade ideológica, uma vez que o documento omitia informações e incluía declaração falsa e diversa daquela que deveria constar. A denúncia foi rejeitada por decisão não definitiva de 30 de setembro de 2014, a qual fez remissão à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Luiz Eduardo da Rocha Merlino foi preso no dia 15 de julho de 1971 na casa de sua mãe, em Santos, por homens que se apresentaram a ele como agentes da OBAN. Tanto Luiz Eduardo quanto sua companheira, Ângela Maria Mendes de Almeida, que se encontrava na França na época, militavam no POC, organização que no período era monitorada pela OBAN, conforme atesta relatório do II Exército, de 5 de julho de 1971.

Luiz Eduardo morreu no dia 19 de julho de 1971. Apesar da certidão de óbito, expedida por autoridade competente, registrar a data da morte no dia 19 de julho de 1971, a família de Merlino somente foi informada sobre sua morte na noite do dia seguinte. Conforme versão apresentada na ocasião pelos órgãos de repressão, reproduzida em informe do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 1º de agosto de 1979, a morte teria sido causada por atropelamento em tentativa de fuga, enquanto o militante era transportado para o Rio Grande do Sul, onde deveria reconhecer companheiros de organização. Segundo essa versão oficial, Merlino teria morrido após ter escapado da guarda que o conduzia e se atirado embaixo de um veículo, na BR-116, na altura de Jacupiranga (SP).

O documento através do qual foi feita a requisição de laudo necroscópico do corpo de Merlino, ao narrar o histórico do caso, declara que “(...) no dia e hora supra

mencionados [19/07/71 - 19h30min - BR-116 Jacupiranga] ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre, RS, na estrada BR-116 foi atropelado e em consequência dos ferimentos faleceu”. O exame necroscópico do corpo de Merlino, assinado pelos médicos-legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, apontou como *causa mortis* anemia aguda traumática (por ruptura da artéria ilíaca direita). Quanto ao preenchimento do item do laudo que questionava se a morte havia sido provocada por tortura ou outro meio insidioso ou cruel, os peritos responderam negativamente. A certidão de óbito foi assinada pelo legista Isaac Abramovitch, tendo como declarante o delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) Alcides Cintra Bueno Filho. Esse documento indica como causa da morte “anemia aguda traumática”.

Há muitas evidências da falsidade da versão de atropelamento em tentativa de fuga. Diversos presos políticos testemunharam que Merlino foi conduzido para a sede do DOI-CODI/SP e submetido a sessão de tortura que durou em torno de 24 horas seguidas. Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (CEV-SP) na audiência pública de 13 de dezembro de 2013 sobre o caso de Merlino, Leane Ferreira de Almeida, presa no mesmo dia que Merlino, e também torturada no pau de arara, afirmou que “[...] os torturadores do dia eram o Ustra com certeza, e esse outro o [...] [Maurício Lourival] Gaeta”. Eleonora Menicucci de Oliveira, torturada junto com Merlino, confirmou “[...] a presença do [Carlos Alberto Brilhante] Ustra na sala de tortura, do J.C. [Dirceu Gravina] e do Ubirajara [Aparecido Laertes Calandra], que ora torturavam Nicolau [Luiz Eduardo Merlino] no pau de arara, ora a mim na cadeira do dragão”. Em testemunho posterior, Eleonora complementou:

O Nicolau tinha uma ferida enorme, quadrada, retangular, na perna, sangrava muito. Muito! E mesmo assim, ele continuava tomando muito choque, muito chute, muita tortura. E eu, na cadeira do dragão.

[...] depois, muito tempo depois, já na Escola Paulista de Medicina, isso vinha à minha cabeça, e meus colegas, médicos, diziam, “Como é que estava a ferida?”, eu dizia “Preta. Sangrando, mas já estava... Já estava gangrenando.”

Ieda Akselrud de Seixas, que também estava presa quando da tortura de Merlino, relatou:

[...] eu lembro que o Merlino foi torturado a noite inteira, não houve, se dava alguma folga foi, de certo, para eles descansarem, eu não sei.

No outro dia de manhã, o [Maurício Lourival] Gaeta [...] apareceu na porta da cela e perguntou o que nós estávamos fazendo ali. [...] “O que vocês estão fazendo aí, porra?” Nós estamos aqui porque nos trouxeram, aí tiraram o Merlino da sala, ele estava no colo, e eu lembro de que me chamou a atenção porque o Merlino, pelo que parece, era muito míope, não é? Então ele fazia

assim para enxergar, aí o cara chegou e disse assim, “Ele não está fazendo xixi”, aí ele disse assim, “porra, mas esse cara é difícil, ele parece o Arrudão”, o Diógenes Arruda, o militante do PCzão “porque ele não fala, não tem jeito, ele não fala, o Arrudão, eu arrebentei meu relógio de tanto torturar ele e ele não falou, e esse cara está pensando que ele é quem? Ele não vai acabar bem, não.”

Mas assim, a naturalidade, ele parado ali na porta, “pode deixar que eu já vou lá resolver isso porque hoje ele vai falar de qualquer jeito.”

Ivan Ankselrud Seixas, que estava preso em uma cela ao lado da sala onde Merlino foi torturado, declarou na mesma audiência pública da CEV-SP que, depois de ouvir a noite inteira a tortura de Merlino, viu “[...] o Ustra comandando a retirada e a limpeza da cela de tortura, e ele dizia, ‘traz ele para cá, põe ele aqui, limpa lá o sangue, limpa lá essa porcaria, limpa isso, limpa aquilo’. E os torturadores, que tinham muito medo também do Ustra, iam rapidamente limpando tudo”.

Depois de ser retirado da sala de tortura, apesar de se queixar de fortes dores nas pernas – consequência da longa permanência no pau de arara –, Merlino foi abandonado sem qualquer atendimento médico em uma cela da carceragem conhecida à época como “cela-forte” ou “X-zero”. De acordo com o depoimento prestado por Guido Rocha, ex-presos político que esteve preso junto a Merlino, “X-zero” era uma cela quase totalmente escura, sem janelas, de chão de cimento, em cujo chão havia um colchão sujo de sangue. Guido contou que estava na cela no momento em que os policiais levaram Merlino, após o terem submetido a longa sessão de tortura, e que Merlino chegou à cela carregado, muito machucado, mas que se mantinha calmo. Seu estado de saúde começou a piorar: as pernas ficaram dormentes e para utilizar a privada, Merlino tinha que ser carregado. Sem conseguir se levantar, foi ainda acareado deitado, com outro preso levado para a cela com essa finalidade.

Guido Rocha e outros ex-presos políticos relataram que, diante da piora do estado de saúde de Merlino, os agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) o levaram para um pátio em frente à cela, onde um agente que se dizia enfermeiro começou a aplicar massagens em suas pernas. A massagem, aplicada pelo suposto enfermeiro – que era conhecido como “Boliviano” ou “Índio” –, foi testemunhada por diferentes presos políticos. O ex-capitão do Exército e hoje coronel reformado, Pedro Ivo Moezia de Lima, confirmou em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 9 de setembro de 2014 que esse enfermeiro de traços indígenas integrava a equipe do DOI-CODI à época. De acordo com a denúncia detalhada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), efetuada pelos presos

políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo, de 1975, o enfermeiro “Índio” era do Exército e do estado do Acre. O mesmo documento descreve que, quando da referida massagem, “suas nádegas [de Merlino] estavam em carne viva e suas pernas tinham feridas e extensos hematomas”. Uma das testemunhas, Paulo de Tarso Vannuchi, que era estudante de medicina, observou que a perna de Merlino tinha a cor da cianose, indicando risco de gangrena.

Depois da massagem nas pernas, Merlino foi reconduzido à cela de Guido Rocha, onde os agentes da repressão fizeram um teste de reflexo em seu joelho, sem obter resposta alguma:

[...] Vieram, fizeram o teste de reflexo no joelho e não tinha resposta nenhuma. O enfermeiro ficou perturbado com isso e não sabia o que fazer. Eu falei: o estado dele é grave, acho que convém levar para o hospital. O enfermeiro ficou irritado comigo, disse que ele é que sabia, que já tinha recuperado outros presos políticos, que estavam em estado muito pior do que aquele, que aquilo não era nada para ele. Fechou a porta. [...] Depois que fecharam a porta, Merlino começou a piorar muito, logo em seguida. À noite começou a se sentir mal, estava bem pior. Eu tinha conseguido uma pêra e dei a ele. Porque ele rejeitava tudo, não comia nada. Eu não me lembro dele ter comido nem uma vez... porque ele tentava comer e vomitava sangue. Aí ele começou a mudar, a ficar nervoso, falou que estava piorando... vomitou sangue outra vez. Eu tentei acalmá-lo. Ele pediu que eu o colocasse sentado. Merlino nunca ficou em pé desde o primeiro dia. Bem, eu tentei acalmá-lo, comecei a dizer a ele para respirar fundo, fazer a respiração de ioga, manter um pouco de calma. Mas ele ficou muito nervoso e falou: “chama o enfermeiro rápido que eu estou muito mal, a dormência está subindo, está nas duas pernas e nos braços também”. Aí eu bati na porta com força e gritei e vieram o enfermeiro e alguns torturadores, policiais, os mesmos que já haviam me torturado e torturado a ele também. Vieram e o levaram. Agora vou dar um detalhe que pode levar a alguma prova de alguma coisa. Na hora que eles saíram, de madrugada, eu estava muito arreventado, e eu imediatamente deitei. Eu deitei e eles fizeram uma troca de sapatos. Levaram os meus sapatos e deixaram o dele; pode ser que entregaram à família dele sapatos que não eram dele.

Leane Ferreira de Almeida afirmou à CEV-SP que, da cela onde estava presa, viu Merlino, ou seu corpo – não sabe dizer se estava vivo ou já morto – sendo colocado no porta-malas de um carro. Merlino provavelmente foi levado ao Hospital Geral do Exército entre os dias 18 e 19, onde faleceu.

De acordo com o testemunho de Otacílio Guimarães Cecchini, que também estava preso no DOI-CODI no mesmo período, durante o seu interrogatório:

entra um militar, com traje de civis, ele entra e diz que havia um telefonema, se dirigindo ao Ustra, que tinha um telefonema do hospital, não fala qual hospital, que os médicos estavam pedindo contato com a família do Merlino. Pedindo contato porque haveria a necessidade de uma amputação.

Isso condiz com o que foi relatado por um torturador (“Oberdan” ou “Zé Bonitinho”) a Joel Rufino dos Santos, conforme relato deste à CEV-SP:

[...] a penúltima vez que eu soube do Merlino, foi um torturador, Oberdan, que aparece em todas as listas de torturadores. Oberdan, a uma certa altura, me dando porrada parou e puxou uma conversa sem vergonha, como eles às vezes faziam depois de bater, de aplicar choques, vinham com conversas. O Oberdan me disse assim, “seu amigo esteve aqui”. Que amigo? Aí ele me contou a versão da morte do Merlino. [...] Ele me disse o seguinte, “olha, seu amigo esteve aqui e ele quis dar uma de durão, acabou com as pernas gangrenadas e foi levado para o Hospital do Exército”. Ele disse Hospital do Exército exatamente. “E de lá telefonaram dizendo que precisavam amputar as pernas dele para ele sobreviver. O Major Ustra fez aqui uma votação, eu votei”, diz ele, o torturador, “votei para amputarem as pernas e salvarem a vida dele, mas fui voto vencido”. Vê a conversa do cara. “E venceu a ideia de deixar ele morrer. Foi assim que seu amigo que esteve aqui morreu”.

A família de Merlino, tão logo soube da sua morte, dirigiu-se ao Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP). O funcionário responsável informou que o corpo de Luiz Eduardo não se encontrava no local. Entretanto, o marido de Regina Merlino, irmã de Luiz Eduardo, Adalberto Dias de Almeida, que era delegado de polícia, conseguiu vencer a vigilância e, ingressando no IML, encontrou o corpo de Luiz Eduardo com sinais de tortura.

Apesar da censura, o jornal *A Tribuna*, de Santos, publicou uma matéria a respeito do seu falecimento no dia 27 de agosto de 1971. Em um trecho da notícia foi citado o despacho enviado de Paris pela Agência *Reuters*, uma semana antes, comunicando que Merlino havia sido preso pelas autoridades de Segurança Nacional do Brasil. Na mesma data, *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota convidando “(...) os jornalistas brasileiros e o povo em geral para a missa de trigésimo dia do seu falecimento, a realizar-se dia 28 de agosto, na Catedral da Sé, em São Paulo”. A missa contou com a presença de jornalistas e amigos da família. A companheira de Luiz Eduardo, Ângela Mendes de Almeida, condenada pela justiça militar, não pôde comparecer ao evento. De acordo com a irmã de Luiz Eduardo, Regina Merlino, havia entre os presentes muitos policiais armados e, inclusive, em mais uma demonstração de arrogância e desrespeito, os mesmos três homens que haviam efetuado a prisão de Merlino em sua casa foram dar os pêsames à família. O corpo de Luiz Eduardo da Rocha Merlino foi enterrado no cemitério de Paquetá, em Santos, São Paulo.

Na década de 1990, o laudo de necropsia de Luiz Eduardo foi analisado, a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo médico Antenor Chicarino. O médico verificou que a fotografia constante do laudo revelava manchas

roxas no braço direito, no nariz e na testa, compatíveis com as causadas por instrumentos de tortura, as quais não foram apontadas no laudo. Observou ainda que as lesões compatíveis com marcas de pneus estão localizadas na sola dos pés, pernas, nádegas, cotovelos e braços de Merlino, e que as escoriações na sola dos pés não seriam explicáveis, tendo em vista que Merlino estava calçado com botas de couro. O médico Dolmevil, por sua vez, destacou, em complemento, inchaço no lábio inferior e uma mancha roxa horizontalizada paralela em toda a linha de implantação dos cabelos, na região frontal.

Os documentos de declaração de preso de Merlino, datados de 17 a 19 de julho, atestam que ele foi interrogado pelas equipes preliminares A e B do DOI-CODI/SP. A equipe de perícia da CNV compareceu ao setor Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) no Arquivo Público de São Paulo e localizou um Termo de Declarações de Luiz Eduardo Rocha dos dias 17/18 de julho de 1971, com o nº 04841 impresso, constante da pasta 50-Z-0009 documentos 207000 e 20701, com uma rubrica na parte superior direita junto ao carimbo “II EXERCITO CODI” e uma rubrica próxima à margem esquerda (documentos do mesmo dia, com a mesma numeração dos apresentados para exame). As rubricas apostas junto ao carimbo do “II EXERCITO” foram identificadas como sendo do capitão Ênio Pimentel da Silveira, então chefe substituto da Seção de Investigação do DOI-CODI do II Exército. Em 8 de setembro de 2014, a CNV enviou ofício ao Hospital Militar da Área de São Paulo, requerendo cópia de prontuário médico e de outros registros eventualmente existentes acerca de Merlino, bem como solicitando que fossem informados os nomes dos médicos que fizeram plantão no período em que Merlino esteve internado. O pedido foi reiterado em 18 de novembro de 2014. De acordo com a resposta do diretor do hospital, coronel Arno Ribeiro Jardim Junior, recebida em 27 de novembro de 2014, “[...] não foram encontrados registros nosológicos do Sr Luiz Eduardo da Rocha Melino nesta Organização Militar de Saúde”.

LOCAL DE MORTE

Presume-se, a partir da prova testemunhal, que Luiz Eduardo da Rocha Merlino tenha morrido no Hospital Geral do Exército, em São Paulo (hoje denominado Hospital Militar da Área de São Paulo).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1 DOI do II Exército

Presidente da República: general-de-exército Emilio Garrastazú Medici

Ministro do Exército: general-de-exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general-de-exército Humberto de Souza Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: n/i

Chefe do DOI: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|---------------------------------|-------------------------------|---|-------------------------------|-------------------------------|---|
| Carlos Alberto Brilhante Ustra. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Major, chefe do DOI. | Prisão, tortura, homicídio. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Testemunhos de Eleonora Menicucci de Oliveira, Leane Ferreira de Almeida, Ivan Seixas, Otacílio Cecchini e Joel Rufino dos Santos à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. Denúncia do Ministério Público Federal, de 22/9/2014. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. Testemunho de Eleonora Menicucci à CNV e à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 8/8/2014. Arquivo CNV, 00092.003364/2014-73. |
| Lourival Gaeta (“Mangabeira”). | DOI-CODI do II Exército – SP. | Integrante da Equipe C de interrogatório à época dos fatos. | Tortura, homicídio. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Testemunhos de Yeda Akselrud Seixas e Leane Ferreira de Almeida à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. Denúncia do Ministério |

| | | | | | |
|---|-------------------------------|---|---------------------|-------------------------------|--|
| | | | | | Público Federal, de 22/9/2014. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. |
| Aparecido Laertes Calandra (“Capitão Ubirajara”). | DOI-CODI do II Exército – SP. | Delegado, Integrante da Equipe B de interrogatório à época dos fatos. | Tortura, homicídio. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Testemunho de Eleonora Menicucci de Oliveira à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. Denúncia do Ministério Público Federal, de 22/9/2014. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. |
| Dirceu Gravina (“JC”). | DOI-CODI do II Exército – SP. | Delegado, integrante da Equipe A de interrogatório do DOI-Codi à época dos fatos. | Tortura, homicídio | DOI-CODI do II Exército – SP. | Testemunhos de Eleonora Menicucci de Oliveira, Leane Ferreira de Almeida e Ivan Seixas à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 13/12/2013 (Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29). Denúncia do Ministério Público Federal, de 22/9/2014. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. |

| | | | | | |
|--|-------------------------------|--|---|--------------------------------|---|
| Ênio Pimentel da Silveira. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Capitão, chefe-substituto da Seção de Investigação do DOI-CODI do II Exército. | Tortura, homicídio. | DOI- CODI do II Exército – SP. | Perícia da CNV sobre a rubrica na parte superior direita junto ao carimbo “II EXERCITO CODI” constante do Termo de Declarações de Luiz Eduardo Rocha dos dias 17/18 de julho de 1971, com o nº 04841 impresso, constante da pasta 50-Z-0009 documentos 207000 e 20701. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo CNV, 00092.003356/2014-27. |
| André Pereira Leite (“Capitão André”). | DOI-CODI do II Exército/SP. | capitão do Exército , participava dos interrogatórios. | Tortura. | DOI- CODI do II Exército/SP. | Testemunho de Eleonora Menicucci à CNV e à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 8/8/2014. Arquivo CNV, 00092.003364/2014-73. |
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS/SP. | Delegado. | Cúmplice em falsificação de laudo necroscópico. | DOPS/SP. | Requisição de laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico, contendo causa da morte falsa. Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46, doc. 2. |
| Arnaldo Siqueira. | IML/SP. | Diretor. | Responsabilidade pela falsificação de laudo necroscópico. | IML/SP. | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico. Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46, doc. 2. |
| Abeylard de Queiroz Orsini. | IML/SP. | Legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML/SP. | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico. Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46, doc. 2. |
| Isaac Abramovitch. | IML/SP. | Legista. | Falsificação de laudo | IML/SP. | Laudo de exame de corpo de delito – exame necroscópico. |

| | | | |
|--|--|--------------|--|
| | | necroscópico | Arquivo CNV, 00092.000104/2014-46, doc. 2. |
|--|--|--------------|--|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|---|
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_AC E_11030_82, p. 25. | Relatório Periódico de Informações nº 06/71, 5 de julho de 1971. | Ministério do Exército - II Exército. | Atesta que o POC era monitorado pela Oban no período. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_00011, p. 13. | Certidão de óbito, 19/7/1971. | Cartório do 20º subdistrito – Jardim América/SP. | Apresenta a versão oficial da morte de Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Como morte em decorrência de anemia aguda traumática, falecido “na Rodovia BR 116”. |
| Arquivo CNV: 00092.000104/2014-46, doc. 2. | Requisição de exame necroscópico, 20/7/1971. | Secretaria da Segurança Pública, IML/SP. | Apresenta a versão oficial de suicídio. |
| Arquivo CNV: 00092.000104/2014-46, doc. 2. | Exame necroscópico. | Secretaria da Segurança Pública, IML/SP. | Aponta como <i>causa mortis</i> anemia aguda traumática (por ruptura da artéria ilíaca direita). Quanto ao preenchimento do item do laudo que questionava se a morte havia sido provocada por tortura ou outro meio insidioso ou cruel, os peritos respondem negativamente. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_AC E_1513_79, p. 2. | Informe nº 2521/119/ASP/79, 1º de agosto de 1979. | Serviço Nacional de Informações, Agência de São Paulo. | Afirma que a morte de Merlino teria sido causada por atropelamento em tentativa de fuga. |
| Arquivo Público do Estado de São Paulo. | Interrogatório de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, 17 e 18 de julho de 1971. | Equipe de Interrogatório “A” - DOI-Codi do II Exército/SP. | Termo relativo ao interrogatório com tortura a que Merlino foi submetido. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_00011, p. 28-32. | Transcrição de depoimento gravado de Guido Rocha sobre a morte | Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. | Informações sobre a tortura e morte de Merlino. |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | de Luís Eduardo Merlino, 1979. | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_00011, p. 58-60. | Parecer do Deputado Nilmário Miranda, sobre o requerimento apresentado perante a CEMDP. | CEMDP. | Informações sobre a tortura e morte de Merlino. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_5771_80_001, p. 39. | Denúncia à OAB, 1975. | Presos políticos do Presídio da Justiça Militar Federal de São Paulo. | Relato sobre a prisão, tortura e morte de Merlino. Informações sobre o enfermeiro “Índio”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_00011, p. 14-18. | Profissionais da Saúde: Tortura e Anistia, 15/12/1978. | Núcleo dos Profissionais de Saúde: Comitê Brasileiro de Anistia (SP). | Apresenta o caso de Merlino como exemplo da participação de médicos-legistas para a ocultação de mortes sob tortura. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_00011, p. 19-34. | Petição Inicial de Ação Declaratória contra a União Federal, 31/7/1979. | Ação ajuizada por Iracema da Rocha Merlino, com auxílio do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. | Propõe ação para que seja declarada a responsabilidade da União Federal pela prisão arbitrária de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, pelas torturas a que foi submetido e por sua morte. |
| Arquivo CNV: 00092.000104/2014-46. | Petição Inicial da Ação Ordinária de Indenização de Dano Moral. | Ação ajuizada por Angela Maria Mendes de Almeida e Regina Maria Merlino Dias de Almenta. | Relato sobre a prisão, tortura e morte de Merlino. |
| Arquivo CNV: 00092.000104/2014-46. | Sentença no Processo nº 583.00.2010.175507-9, 25/6/2012. | 20ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo. | Julga procedente a ação movida por Ângela Mendes de Almeida e Regina Maria Merlino Dias de Almeida contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, buscando ressarcimento pelos danos morais sofridos em razão da morte sob tortura de Luiz Eduardo da Rocha Merlino. |
| <i>Merlino Presente</i> : caderno de combate pela memória, junho/2013. Arquivo CNV: 00092.003010/2014-29. | Depoimento de Paulo de Tarso Vannuchi, junho de 2013. | Coletivo Merlino. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo da Rocha Merlino no DOI-CODI/ SP. |

| | | | |
|--|--|---|---|
| <i>Merlino Presente</i> : caderno de combate pela memória, junho/2013. Arquivo CNV: 00092.003010/2014-29. | Depoimento de Guido Rocha, junho de 2013. | Coletivo Merlino. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo da Rocha Merlino no DOI-CODI/ SP. |
| Arquivo CNV: 00092.003010/2014-29. | Denúncia do Ministério Público Federal, 22/9/2014. | Ministério Público Federal. | Procedimento Investigatório Criminal Nº 1.34.001.007804/2011-57. Denúncia nº 7.128/2014 contra Carlos Alberto Brilhante Ustra, Dirceu Gravina, Aparecido Laertes Calandra e Abeylard de Queiroz Orsini, relativa à tortura, morte e falsificação da causa da morte de Luiz Eduardo da Rocha Merlino.. |
| Arquivo CNV: 00092_000932_2014_84. | Ofício Externo nº 028/2014. | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. | Ofício encaminhando dossiê enviado pela família de Merlino à CEV-SP e à CNV. |
| Arquivo CNV: 00092.001973/2014-98. | Ofício nº 675/2014-CNV, 8/9/2014. | CNV. | Pedido de prontuário médico e outras informações relativas a Luiz Eduardo da Rocha Merlino, endereçado ao Diretor do Hospital Militar da Área de São Paulo. |
| Arquivo CNV, 00092.002681/2014-72. | Ofício nº 919/2014-CNV, 18/11/2014. | CNV. | Reitera o pedido de prontuário médico e outras informações relativas a Luiz Eduardo da Rocha Merlino, endereçado ao Diretor do Hospital Militar da Área de São Paulo. |
| Arquivo CNV: 00092.003285/2014-62. | Ofício nº 5-Dir/HMASP EB: 64584.012297/2014-29, datado de 25 de setembro de 2014, postado em 25/11/2014. | Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Hospital Militar da Área de São Paulo. | Em resposta ao Ofício nº 675/2014-CNV, informa que não foram encontrados naquela Organização Militar de Saúde registros nosológicos de Merlino. |
| Arquivo CNV: 00092.003356/2014-27. | Laudo pericial. | CNV. | Perícia nas rubricas apostas no Termo de Declarações de Luiz Eduardo Rocha Merlino dos dias 17/18 de julho de 1971, com o nº 04841 impresso, constante da pasta 50-Z-0009 documentos 207000 e 20701, no setor DEOPS no Arquivo Público de São Paulo. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|----------------------------------|---|---|
| Eleonora Menicucci de Oliveira. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo Merlino, com que foi torturada no DOI-CODI/SP. |
| Eleonora Menicucci de Oliveira. | Testemunho à CNV e à CEV-SP em audiência pública sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, realizada no dia 8/8/2014, 00092.003364/2014-73. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo Merlino, com que foi torturada no DOI-CODI/SP. |
| Ieda Akselrud de Seixas. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo Merlino, quando Ieda estava presa no DOI-CODI/SP. |
| Ivan Akselrud de Seixas. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Testemunho sobre a tortura de Luiz Eduardo Merlino, quando Ivan estava preso no DOI-CODI/SP. |
| Joel Rufino dos Santos. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Conta o que o torturador “Oberdan” lhe disse sobre a morte de Merlino. |
| Leane Ferreira de Almeida. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Relata que viu o corpo de Luiz Eduardo Merlino ser colocado no porta-malas de um veículo e dessa forma retirado do DOI-CODI, ferido e imóvel. |
| Otacílio Guimarães Cecchini. | Testemunho à CEV-SP em sua 106ª audiência pública, sobre o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, de 13/12/2013. Arquivo CNV, 00092.003010/2014-29. | Tomou conhecimento da remoção de Merlino para hospital e das circunstâncias de sua morte. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|----------------------------------|------------------------------------|---|
| Pedro Ivo Moezia de Lima. | Arquivo CNV: 00092.002166/2014-92. | Reconhece que o enfermeiro de traços indígenas conhecido como “Boliviano” e “Índio” |

| | | |
|--|--|---|
| | | integrava a equipe do DOI/CODI à época. |
|--|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Eduardo da Rocha Merlino morreu em decorrência de tortura praticada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar instaurada no Brasil a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Luiz Eduardo da Rocha Merlino para que conste como causa da morte “morto em razão de tortura sofrida nas dependências do DOI-CODI do II Exército/SP”, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias da morte e sobre todos os agentes envolvidos, inclusive para o esclarecimento da identidade de “Oberdan” (“Zé Bonitinho”), de “Marechal” e de “Boliviano” ou “Índio”. Recomenda-se ainda a continuidade das investigações para o esclarecimento da composição integral da equipe que estava de plantão na noite de 15 para 16 de julho de 1971, no DOI-CODI do II Exército, quando Merlino foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas, bem como das equipes de 17 a 18 de julho e de 18 a 19 de julho, e a continuidade das diligências junto ao Hospital Militar (da Área de São Paulo, no Cambuci), de modo a se obter o esclarecimento das circunstâncias do atendimento prestado a Merlino entre os dias 16 e 19 de julho de 1971 e da identidade dos médicos de plantão. Recomenda-se, finalmente, a responsabilização de todos os agentes envolvidos.

JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Aleixo dos Santos e Manoel Raimundo da Costa

Data e local de nascimento: 28/12/1939, Recife (PE)

Atuação profissional: Ex-Militar

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Data e local de desaparecimento: 05/08/1971, Rio de Janeiro (RJ)

.BIOGRAFIA ⁱ

Ex-sargento da marinha, participou ao lado de Carlos Lamarca da Guerrilha do Vale do Ribeira (SP). José Raimundo era bastante perseguido, tanto por ser dirigente da VPR, como por sua antiga participação no movimento dos marinheiros, em 1964. Teve a prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar em 1969. Foi morto aos 32 anos de idade, no Rio de Janeiro (RJ), em 5 de Agosto de 1971, após ter sido preso e

torturado no DOI-CODI/RJ. Foi casado com Gisélia Moraes da Costa, com quem teve dois filhos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

José Raimundo Costa foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 08/02/1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O filme *O dia que meus pais saíram de férias*, de 2006, de Cao Hamburger, contém cenas que remetem à perseguição e à prisão que os pais do diretor, Amélia e Ernest Hamburger, professores de Física da USP, foram submetidos, em São Paulo (SP), sob a acusação de terem hospedado José Raimundo da Costa e sua esposa, em 1970.

CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO

Depoimentos de militantes políticos afirmaram que José Raimundo da Costa foi preso em São Paulo (SP) e conduzido ao Rio de Janeiro (RJ). Entretanto, na falsa versão divulgada à época, José Raimundo teria morrido após reagir a elementos do Serviço de Segurança do Exército, no dia 5/8/1971, no Rio de Janeiro (RJ). Em um documento do DOPS, produzido no dia 05/08/1971, o comissário Jayme Nascimento, do DOPS/RJⁱⁱ, descreveu a falsa versão de tiroteio para a morte de José Raimundo da Costa, registrada como “*Encontro de Cadáver de elemento subversivo. Morte por reação à prisão*”, e informou que em uma travessa próxima à Rua Otacílio Nunes, em Pilares (RJ),

[...] havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, vulgo Moisés, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Ministério do Exército.

Essa versão, no entanto, revelou-se falsa, após ser confrontada com documentos oficiais, a exemplo do registro de entrada do IML de José Raimundo e da perícia de local do

ICE/RJ, além do depoimento de Inês Etienne Romeu, ex-presa política, sobre sua prisão na “Casa da Morte de Petrópolis”.

A Certidão de Óbito registra a falsa versão de morte em tiroteioⁱⁱⁱ. Nesse sentido, há uma ficha dactiloscópica^{iv}, de 5 de agosto de 1971, que registra a entrada corpo de José Raimundo no IML/RJ com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva. A despeito de já ter sido identificado e conhecerem o seu nome verdadeiro, a necropsia também foi lavrada com essa falsa identidade pelos legistas Hygino de Carvalho Hercules e Ivan Nogueira Bastos, que deram aval à falsa versão dos fatos^v. No quesito do documento, em que consta pergunta se a morte teria ocorrido *por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel*, os legistas responderam que o item estava "prejudicado". Os peritos que examinaram o local de morte registraram que os pulsos da vítima apresentavam hematomas. As marcas das algemas que prenderam seus pulsos são evidentes mesmo ao examinar-se a foto.

Em 9 de setembro de 1971, José Raimundo foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, em seguida, seus restos mortais foram transferidos para um osuário geral e, posteriormente, para uma vala clandestina, que seria descoberta nesse cemitério em 1990.

Inês Etienne Romeu^{vi} afirmou ter ouvido o torturador Laurindo informar aos torturadores Dr. Bruno e Dr. César, que José Raimundo havia sido preso. Dr. Pepe, outro torturador da “Casa da Morte” de Petrópolis disse a Etienne que José Raimundo havia morrido vinte quatro horas após a prisão.

José Raimundo foi uma das vítimas do policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o “Cabo Anselmo”, que narrou em documentos localizados no DOPS/SP o contato com o dirigente da VPR. Anselmo tinha interesse na eliminação de José Raimundo para, na sequência, assumir posição de dirigente na VPR, e assim controlar os demais militantes. O denominado “Relatório de Paquera”, elaborado por Anselmo, descreveu o contato prévio que teve com vítimas que seriam, posteriormente, executadas^{vii}. O contato de “Cabo Anselmo” com José Raimundo foi uma das ações do agente infiltrado relacionadas

à eliminação de membros da VPR, que culminariam na “Chacina da Chácara São Bento”, em Pernambuco, em 1973.

O parecer da relatora do caso na CEMDP^{viii}, Suzana Keniger Lisboa, considerou como prova da falsificação da versão de morte o depoimento da ex-presa política Inês Etienne Romeu, as marcas de algemas nos pulsos, o laudo com nome falso seguido do sepultamento como indigente e o contato e a delação do ex-cabo Anselmo. A falsa versão de tiroteio, portanto, teve o objetivo de omitir a morte sob torturas de José Raimundo.

LOCAL DO DESAPARECIMENTO

José Raimundo da Costa foi morto no Rio de Janeiro após ter sido preso e torturado no DOI-CODI/RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do Estado-Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Mello

Chefe do DOI do I Exército: general de Divisão João Pinto Pacca

Chefe do CODI do I Exército: general Adyr Fiúza de Castro

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: General de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: General de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: General de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. DOPS / GB

Governador do Estado da Guanabara: Antônio de Pádua Chagas Freitas

Diretor do DOPS: Gastão Barbosa Fernandes

2. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente (descrita pela fonte) | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------------|--------------|---------------|--|--------------------------------|---|
| Hygino de Carvalho Hercules | IML | Legista | Falsificação de Certidão de óbito | IML | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_00 01, pp. 70-75 |
| Ivan Nogueira Bastos | IML | Legista | Falsificação de Certidão de óbito | IML | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_00 01, pp. 70-75 |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias do desaparecimento

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 11-12 | Certidão de Óbito (06/09/1971) | 11ª Circunscrição do Registro Civil - Inhaúma 6ª Zona | Certidão de óbito |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 70 -75 | Auto de Exame Cadavérico (05/08/1971) | IML | Auto de Exame Cadavérico |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 63-64 | Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social | DOPS/RJ | Descreve a falsa versão de tiroteio para a morte de José Raimundo da Costa. “Encontro de Cadáver de elemento subversivo. Morte por reação à prisão”. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | (05/08/1971) | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 55-56 | Relatório da morte de José Raimundo da Costa | Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos | Relatório sobre as circunstâncias de morte de José Raimundo a partir da análise de laudos de perícia local e exame necroscópico. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 57-61 | Fotos (1971) | ICE/RJ N° 3916/71 | Fotos do corpo de José Raimundo Costa que revelam hematomas no corpo do dirigente da VPR |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 032_0009, pp. 59-71 | Documento n° 09/143 – DOPS/SP – “Relatório de Paquera” | Informante “Cabo” Anselmo | Registra o contato do agente infiltrado “Cabo” Anselmo com as vítimas antes da execução e sua colaboração com os órgãos da repressão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0 053_0001, pp. 169-171 | Relatório (08/02/1995) | CEMDP | Parecer do relator no requerimento apresentado à CEMDP, que desconstruiu a falsa versão da morte do dirigente política produzida pelo Estado. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, –conclui-se que José Raimundo da Costa foi morto e vítima de desaparecimento em decorrência de torturas praticadas por agentes do Estado brasileiro, restando desconstruída a versão oficial de tiroteio divulgada à época dos fatos. Essa ação foi cometida em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela Ditadura Militar instaurada no Brasil a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação do atestado de óbito de José Raimundo da Costa, explicitando a morte decorrente de torturas praticadas por agentes do Estado brasileiro, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos nas torturas e morte do militante político e a localização de seus restos mortais.

ⁱ Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. pp. 170-171; Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. [Org. Crimeia Schmidt et al.]. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2a ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. pp. 265-266.

ⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_0001, pp. 63-64.

ⁱⁱⁱ Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_0001, pp. 11-12.

^{iv} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_0001, pp. 81-82.

^v Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_0001, pp. 70 -75

^{vi} Arquivo CNV: 00092.000660/2013-31.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0032_0009, pp. 59-71

^{viii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0053_0001, pp. 169-171.

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Judite Joventina Pereira e Leôncio Samuel Pereira

Data e local de nascimento: 2/4/1944, Sumé (PB)

Atuação profissional: policial militar, bancário, funcionário público

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Data e local de desaparecimento: N/I

BIOGRAFIA

Nascido em Sumé (PB), Francisco das Chagas Pereira foi sargento da Polícia Militar (PM) na Paraíba no início da década de 1960. Posteriormente, desligou-se da corporação e iniciou carreira no Banco do Nordeste, em 1965, tendo exercido funções em diversas cidades da região até 1969. Francisco era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1970, aprovado em concurso público, passou a trabalhar na Embratel, no Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara). Neste período, cursava Direito na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Em agosto de 1971, Francisco foi considerado o principal suspeito na ocorrência de um incêndio nas instalações da Embratel, dirigida na época por um militar do Exército. Deixou o país e nunca mais foi visto por sua família, com quem fez o último contato 5 de agosto de 1971. Sabe-se que viveu no Chile entre o fim de 1971 e 1973.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro no desaparecimento de Francisco das Chagas Pereira, ao deferir pedido apresentado pelo irmão do militante, Almir Pereira Dornelo. Anteriormente, Francisco não constava em

nenhuma das listas de desaparecidos organizada por familiares ou por entidades ligadas aos direitos humanos. A própria CEMDP registrou no livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* (2007) que teve de decidir sobre o deferimento contando com informações precárias sobre as circunstâncias que cercaram o seu desaparecimento. O irmão informou sobre o vínculo de Francisco com o PCB. Segundo o relator do processo, “a documentação constante nos autos efetivamente demonstra a sua participação e acusação de ter participado em atividades políticas, tendo desaparecido, sem que dele a família tenha obtido qualquer notícia, nem atestado de óbito”. A CEMDP preferiu desconsiderar um depoimento que Francisco teria prestado no consulado brasileiro em Santiago do Chile, em data posterior ao desaparecimento denunciado por sua família, por entender que era de “autenticidade duvidosa”.

O nome de Francisco das Chagas Pereira foi incluído no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO

Após atuar como policial militar e bancário no nordeste, Francisco das Chagas Pereira mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1970, já com uma trajetória de militância política no PCB, conforme depoimento de seu irmão, Almir Pereira Dornelo. Francisco passou a trabalhar na Embratel em 1970. Testemunhos de funcionários, apresentados por seu irmão no processo da CEMDP, enfatizam que ele era bastante ativo na empresa, mantendo uma boa relação, inclusive, com o então diretor, coronel Galvão. Conforme documento produzido pela Polícia Federal, Francisco foi acusado de distribuir, dentro da empresa, “material impresso de cunho subversivo” e foi considerado o principal suspeito de, no dia 6 de agosto de 1971, atear fogo em material de expediente da Embratel. Naquele dia, segundo o mesmo documento, teria fugido da segurança interna da empresa, não mais retornando ao trabalho.

São imprecisas as informações acerca da movimentação de Francisco das Chagas Pereira após deixar o país. Conforme consta no processo da CEMDP, de acordo com relato do irmão de Francisco, a última notícia de seu paradeiro pelos familiares foi um telefonema, em 1971, em que Francisco afirmava estar no Chile apoiando um partido político e que “se o tal partido fosse vitorioso, tudo estaria bem com ele; do contrário, não saberia qual seria o seu futuro a partir dali”.

Em abril de 2014, Cecília Hermosilla, chilena, entrou em contato com a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB), afirmando que foi colega de Francisco das Chagas Pereira na faculdade de Direito da Universidade do Chile, em Santiago, entre 1972 e julho de 1973.

Uma série de documentos localizados pela Comissão Nacional da Verdade em pesquisa realizada nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (Seção de Arquivo Histórico e Seção de Correspondência Especial) e em diversos fundos recolhidos ao Arquivo Nacional comprova a presença de Francisco no Chile entre 1971 e 1973 – posteriormente, portanto a seu “desaparecimento” em 1971 – e indica que teria sido um “contato” do Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Santiago.

Documento do Centro de Informações da Polícia Federal datado de março de 1973 informa que Francisco das Chagas Pereira teria sido “morto quando participava de atividades de guerrilhas na Bolívia” e solicita que, em consequência, “sejam cancelados os Pedidos de Busca porventura existentes sobre o mesmo e sejam dirimidas as dúvidas por acaso surgidas a respeito”. Por outro lado, informe do Centro de Informações do Exterior (CIEX/MRE) datado de janeiro de 1975 encaminha ao SNI e demais órgãos de informação uma relação de “elementos subversivos brasileiros considerados ‘perigosos’ que se encontravam no Chile e aos quais o Governo chileno concedeu salvo-conduto após o movimento de 11/9/73”, na qual consta do nome de Francisco das Chagas Pereira.

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|------------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0005 | Processo de Francisco das Chagas Pereira na CEMDP | familiares | Informações e documentos que subsidiaram a apreciação do caso na CEMDP |
| Arquivo CNV: 00092.000984/2014-51 | Dossiê elaborado pela CNV | CNV | Compilação dos documentos localizados nos arquivos do MRE e no |

| | | | |
|--|----------------------------------|--|---|
| | em resposta a consulta da CEV-PB | | Arquivo Nacional sobre Francisco das Chagas Pereira. Inclui carta de Cecilia Hermosilla à CEV-PB. |
|--|----------------------------------|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante dos novos documentos localizados pela pesquisa da CNV, não é possível atestar com certeza a condição de Francisco das Chagas Pereira como vítima de desaparecimento forçado. Tendo em vista a decisão da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que o reconheceu como desaparecido político, recomenda-se o encaminhamento dos documentos coligidos àquele órgão para o prosseguimento das investigações.

RAUL AMARO NIN FERREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Mariana Lanari Ferreira e Joaquim Rodrigo Nin Ferreira

Data e local de nascimento: 2/6/1944, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: engenheiro

Organização política: não se aplica

Data e local de morte: 11/8/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIAⁱ

Nascido no Rio de Janeiro, em uma família de industriais, Raul Amaro Nin Ferreira era o mais velho dos nove filhos de Mariana Lanari Ferreira e Joaquim Rodrigo Nin Ferreira. Em 1956, Raul começou o curso ginásial no Colégio São Bento, no Rio de Janeiro, onde participou da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Academia Literária. Posteriormente, em 1963, entrou para a Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Iniciou sua militância política ainda no primeiro ano da Faculdade de Engenharia, quando se aproximou do movimento estudantil, especialmente de grupos católicos, como o Movimento Solidarista Universitário (MSU). Integrou o Diretório Central dos Estudantes (DCE), ocupando o cargo de tesoureiro. A partir de 1965, após a derrota de sua chapa para as eleições do DCE, foi gradualmente abandonando a política estudantil na PUC-Rio. Graduou-se em Engenharia Mecânica, em 1967 e, no ano seguinte, foi contratado pela EMAQ (Engenharia de Máquinas S.A.) como engenheiro-chefe da divisão de planejamento, onde trabalhou por quase três anos. Em 1968, ano marcado por protestos, movimentos sociais e estudantis que tiveram lugar em diferentes partes do Brasil e do mundo, Raul Amaro participou de uma série de manifestações no Rio de Janeiro, como a passeata dos 100 mil e dos 50 mil. Em meados de 1970, passou a participar da rede de apoio ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), articulada por Eduardo

Lessa. Em 1971, começou a trabalhar no Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio e foi contemplado com uma bolsa de estudos para um curso de especialização na Holanda, que teria início em novembro de 1971. Na ocasião, de acordo com o relato de seus familiares, Raul vivia um momento de intenso questionamento: de um lado, uma vida formal, o trabalho no Ministério, a viagem para a Holanda e os planos de casamento com Vera Marina Miranda Alves, sua companheira à época e, de outro, a vontade de atuar mais ativamente na luta política contra a ditadura militar. Morreu aos 27 anos de idade, nas dependências do Hospital Central do Exército (HCE), depois de ter sido preso e torturado em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 1979, Mariana Lanari, mãe de Raul, propôs ação declaratória contra a União Federal, alegando que Raul havia morrido em decorrência das torturas a que foi submetido. A ação obteve sentença favorável da 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1982, com decisão condenatória definitiva em 7 de novembro de 1994.

Em decisão de 19 de dezembro de 2003, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Raul Amaro. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, as cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro deram seu nome a duas ruas, localizadas, respectivamente, nos bairros de Serra Verde e Recreio dos Bandeirantes. Em 2013, o coletivo “Nexa” pendurou uma placa em memória de Raul em frente à residência em que vivia na época em que foi preso, localizada na rua Santa Cristina, em Santa Teresa. Em junho de 2014, a PUC-Rio, em ato organizado pelo Centro Acadêmico de História, prestou uma homenagem a Raul Amaro plantando uma árvore com seu nome na Vila dos Diretórios da Universidade.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE ⁱⁱ

Raul Amaro Nin Ferreira foi morto entre os dias 11 e 12 de agosto de 1971 após ser preso e torturado por agentes da repressão. Na noite do dia 31 de julho, quando dirigia em direção a um restaurante em Copacabana, Raul foi parado, junto com um grupo de amigos, por uma blitz de soldados do Exército, sendo liberado após a identificação de

todos. Mais tarde, contudo, ao sair do restaurante, por volta de uma e meia da madrugada do dia 1º de agosto, foram novamente parados por uma operação policial intitulada “Pára-Pedro”, realizada na rua Ipiranga, no bairro de Laranjeiras. Após revistarem o carro e encontrarem alguns mapas, considerados “suspeitos”, os agentes militares prenderam Raul e um casal de amigos de trabalho do Ministério da Indústria e Comércio que estava com ele no veículo: Saidin Denne e Yone da Silva Denne.

De acordo com os documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), Raul Amaro permaneceu preso durante toda a manhã do dia 1º de agosto no prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GB). Por volta de uma hora da tarde, uma equipe do DOPS, liderada pelo agente Mario Borges, dirigiu-se à casa de seus pais, no bairro da Gávea, para realizar buscas no local, pois Raul inicialmente informara que ali residia. Posteriormente, os policiais descobriram que o mesmo morava sozinho em um apartamento em Santa Teresa, Raul alegou que precisava buscar as chaves de seu apartamento com os pais, permitindo-lhe ganhar tempo e possibilitando que alguns de seus amigos, hospedados em seu apartamento, dentre os quais Eduardo Lessa, de lá saíssem. Os policiais dirigiram-se, em seguida, à sua residência em Santa Teresa, onde permaneceram por toda a tarde. Seus pais chegaram a acompanhar a viatura de Polícia que levava Raul Amaro, mas foram proibidos de entrar no apartamento. Após revistarem o local, os agentes de segurança alegaram ter encontrado materiais considerados “subversivos”, dentre os quais um mimeógrafo, transmissores de rádio e alguns panfletos referentes às organizações MURD (Movimento Universitário de Resistência à Ditadura) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Por volta das oito horas da noite, a equipe do agente Mario Borges saiu da residência, levando Raul algemado, recusando-se a informar para onde ele seria levado e declarando que, a partir daquele momento, seu caso era “assunto de competência do Exército Nacional”.

Entre as oito horas da noite do dia 1º de agosto e uma e meia da madrugada do dia 2, Raul esteve em local incerto com a mesma equipe do DOPS. Durante esse período, foi extraída a primeira “Declaração do Interrogado” realizada perante agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do I Exército, com data de 1º de agosto de 1971. Raul retornou formalmente ao DOPS somente quatro horas depois do fim da revista de seu apartamento, na madrugada do dia 2 de agosto, tendo sido visto por outros presos políticos, como Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferrari. Há indícios de que Raul

Amaro foi torturado desde sua primeira passagem pelo DOPS. De acordo com o depoimento prestado por Alex Polari, como testemunha apresentada pela família de Raul na ação declaratória movida contra a União Federal, Raul chegou ao DOPS “bastante espancado e amedrontado”, mas andando e falando. Por sua vez, o ex-comandante do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, em seu depoimento no livro *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, afirmou que Raul “havia sido chicoteado com fios no DOPS”.

Posteriormente, ainda na tarde do dia 2, Raul Amaro foi encaminhado ao DOI-CODI, na sede do 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Durante toda a tarde do dia 3 de agosto até a madrugada do dia seguinte, foi interrogado sob tortura por agentes do DOI-CODI, tendo sido submetido a espancamentos. Em razão de seu estado físico, em 4 de agosto, foi transferido, por recomendação de um oficial médico, para o Hospital Central do Exército (HCE). Em 11 de agosto, no interior do HCE, Raul foi novamente submetido a interrogatório sob tortura,

A partir das investigações empreendidas por seus familiares, compiladas no livro “Relatório Raul Amaro Nin Ferreira” (2013), bem como das investigações empreendidas pela CNV, ficou comprovado que a versão oficial apresentada pelo CIE é falsa. Raul Amaro morreu em decorrência das torturas a que foi submetido durante o período em que ficou preso no DOI-Codi e hospitalizado no HCE.

São várias as provas documentais, testemunhais e periciais que contribuem para a desconstrução da versão sustentada pelos órgãos da repressão, dentre as quais se destacam as abaixo relacionadas.

Quanto à afirmação de que Raul Amaro teria tentado fugir durante a revista policial em seu apartamento, conforme registrado no Relatório nº 2298/71, de 29 de setembro de 1971, produzidos pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e a análise de outros dos documentos da repressão relativos ao caso demonstra que é improcedente. Nota-se que no primeiro relatório apresentado pelo agente Mario Borges, não foi registrada qualquer tentativa de fuga, fato este que, se tivesse ocorrido, constaria do relato feito pelo agente. A análise comparativa dos documentos demonstra que a alegação de fuga foi introduzida pela primeira vez na documentação oficial quando Raul Amaro deu entrada no HCE.

As pesquisas documentais e os laudos de perícia médica demonstraram que Raul morreu em decorrência das torturas a que foi submetido, primeiramente na sede DOI-CODI e, posteriormente, no HCE. O ex-soldado Marco Aurélio Magalhães, que servia no 1º Batalhão de Polícia do Exército no período em que Raul encontrava-se ali preso, em depoimento prestado nos autos da ação declaratória, afirmou que:

viu pessoalmente Raul caído e espancado, na sala de interrogatório; que (...) viu os hematomas no corpo de Raul; que Raul foi interrogado por um capitão do DOI-Codi e um sargento da Unidade; (...); que ouviu quando um dos membros da equipe de interrogatório disse para o outro que Raul tinha em seu corpo mais hematoma do que outra coisa; que assistiu quando um dos interrogadores chutou a perna de Raul quando o mesmo estava caído no chão; que Raul foi espancado na parte genital e na barriga e que o depoente assistiu a esse espancamento; que a última vez que viu Raul o mesmo estava despido, deitado no chão, coberto com uma manta de lã e estava sendo examinado por um oficial médico da unidade, que recomendava que Raul fosse transferido para o HCE; que a impressão que teve é que Raul estava desmaiado, sem sentidos; que os interrogadores utilizaram um magneto, para produzir choque elétrico nas pessoas que estavam sendo submetidas a “interrogatório”; que os interrogadores utilizavam, também, um cassetete de madeira, usado pela PE.

Em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, Marco Aurélio Magalhães declarou ainda que:

Raul apanhou basicamente de coturno. Levou muito chute, muita pancada. O Interrogatório dele começou às 2h (14h), no meu serviço, eu saí às 4h e ele já tinha apanhado bastante. Depois eu retornei de 8h às 10h da noite e ele já estava num estado lastimável, ainda dentro da cela, de capuz. Eu saí do serviço às 10h e voltei de 2h às 4h. Quando eu voltei ele já estava jogado num canto da sala de interrogatório; já não tinha mais condições de andar e estava enrolado numa manta. Chegou um oficial médico que eu já tentei desesperadamente puxar pela minha memória para me lembrar se foi o Lobo (Amílcar) ou o Fayad, mas não me recordo, e disse que ele tinha de ser levado para o HCE porque estava nas últimas, estava morrendo. E aquilo me marcou muito porque foi a primeira vez que vi uma pessoa agonizando.

A versão apresentada pelos depoimentos citados é reiterada pelo conteúdo do ofício nº 360/DOI-1971, do Ministério do Exército, informando que no dia 11 de agosto o comandante do I Exército, Sylvio Frota, ordenou a apresentação do Comissário Eduardo Rodrigues e do escrivão Jeovah Silva ao Diretor do HCE “a fim de interrogarem o preso Raul Amaro Nin Ferreira”. Posteriormente, em 12 de agosto, o general José Antônio Nogueira Belham encaminhou um relatório do interrogatório de Raul, o que permite inferir que o interrogatório foi realizado no dia 11 agosto nas dependências do HCE. O trecho do relatório em que se lê “o marginado declara aliado do MR-8; em nosso entender pelo material encontrado em seu poder e pelos laços que mantém com Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo, Raul Amaro é militante da Organização com vida legal. Não

houve tempo para inquiri-lo sobre todo o material encontrado em seu poder”, pode ser considerado um indício de que a morte de Raul teria ocorrido durante o interrogatório realizado no dia 11 de agosto.

Mariana Lanari, mãe de Raul Amaro, relatou ainda que, em visita realizada ao HCE no dia 17 de agosto de 1971, obteve, durante conversa com o general Rubens (diretor do HCE) e general Galena, informações sobre o grave estado de saúde de Raul. De acordo com o relatório produzido por Mariana, Raul

parecia melhorar, quando 2 dias antes de piorar, vomitou biles por 2 dias. Na quarta-feira dia 11, Raul não podia andar, conforme informação do enfermeiro, foi levado por ele, amparado, ao banheiro pela manhã e, ao voltar, começou uma tosse suspeita. (...) Ao entrarem pela manhã na enfermaria ouviram um ruído de dispneia e foram logo ver o Raul que disse: “Tire-me desse horror, Pedro!” Foi levantada a cama e colocado oxigênio. Não houve portanto assistência alguma à noite. (...) Tanto no dia da morte quanto no dia da visita, o Diretor do HCE, general Ruben, mostrou-se preocupado em fazer sentir que ele não tinha responsabilidade alguma pela morte, que procurara fazer o melhor, que apenas cumpria ordens ao receber internados sem nome e sem indicações do que ocorrera e disse várias vezes que toda a documentação fora requisitada pelo Comando do I Exército, desculpando-se por não ter o que mostrar porque apenas cumpria ordens, etc.

Mais recentemente, o “Parecer Médico Legal sobre a Tortura e Morte de Raul Amaro Nin Ferreira nos Anos de Chumbo”, elaborado pelo Dr. Nelson Massini e apresentado em audiência pública organizada pela CEV-Rio e pelos familiares de Raul Amaro, em 11 agosto de 2014, comprovou que Raul foi torturado durante sua prisão no DOI-CODI e que posteriormente foi torturado, pelo menos em dois momentos distintos, e morto no interior do HCE. Após o exame dos documentos médicos produzidos sobre a morte de Raul, o perito concluiu que as lesões encontradas foram ocasionadas em três momentos diferentes: antes de sua entrada no HCE (entre os dias 2 e 4 de agosto), durante sua internação no HCE (entre os dias 6 e 8 de agosto) e logo antes de sua morte (entre os dias 10 e 11 de agosto). O parecer aponta que existe “uma diferença de quantidade e tipos de lesões descritas entre o exame feito na admissão no Hospital Central do Exército e as descritas no exame cadavérico que são em maior número do que as que constam do exame admissional”, o que indica que Raul sofreu novas lesões depois de dar entrada no hospital. Por fim, o perito declara que as lesões foram “oriundas de um processo de sofrimento físico (tortura)”, o que comprova que Raul Amaro foi submetido à tortura no interior do HCE.

A família foi informada da morte de Raul Amaro na tarde do dia 12 de agosto através de um telefonema do diretor do HCE, general Rubens do Nascimento Paiva. Seu corpo só

foi liberado às quatro horas da manhã, após a realização de autópsia pelo Dr. Rubens Pedro Macuco Janine. O tio-avô de Raul Amaro, Manoel Ferreira, também médico-legista, tentou acompanhar a autópsia mas foi impedido. Ao ter acesso ao corpo de Raul, duas horas após o exame de autópsia, Manoel afirmou serem evidentes as marcas de tortura. O corpo de Raul Amaro foi enterrado pela família no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro.

LOCAL DE MORTE

Hospital Central do Exército (HCE), localizado na Rua Francisco Manoel, número 126, Benfica, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI do I Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do I Exército: general de Exército Sylvio Couto Coelho da Frota

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Bento José Bandeira de Mello

Chefe do DOI do I Exército: general de Divisão José Antônio Nogueira Belham, em substituição ao general João Pinto Paccaⁱⁱⁱ

1.2. DOPS/GB

Governador do Estado da Guanabara: Raimundo Padilha

Diretor do DOPS: Gastão Barbosa Fernandes^{iv}

1.3. Hospital Central do Exército (HCE)

Diretor do HCE: general Rubens do Nascimento Paiva

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|
|-------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|---|

| | | | | | |
|------------------------------------|-------------|--|---|-------------------------------------|---|
| Francisco Demiurgo Santos Cardoso. | I Exército. | Major do I Exército. | Autoriza o interrogatório de Raul Amaro por agentes do DOPS no interior do Hospital Central do Exército (HCE). | Hospital Central do Exército (HCE). | De acordo com o <i>Ofício nº 360/DOI (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 81)</i> , o major Francisco Demiurgo Santos Cardoso ordenou o interrogatório de Raul Amaro no interior do HCE. O referido ofício é assinado pelo major no impedimento do Chefe do Estado Maior do I Exército, general Bento José Bandeira de Mello, que por sua vez, agia por delegação do comandante do I Exército, general de divisão Sylvio Couto Coelho da Frota. |
| Mario Borges | DOPS-GB | Chefe do Serviço de Buscas Ostensivas (SBO) do DOPS-GB | Comandou a prisão ilegal de Raul Amaro Nin Ferreira. Após a revista de seu apartamento em Santa Teresa, recusou-se a informar para onde Raul seria levado, mantendo-o em local desconhecido. Posteriormente, produziu relatório sobre a prisão, tendo ainda contribuído para a farsa do relatório final do CIE. | DOPS-GB | 1) Comunicação. Livro Ímpar nº18, Registro nº 1.281/71 (<i>Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p.36.</i>) Documento demonstra que Raul Amaro Nin Ferreira foi mantido preso no DOPS-GB por ordem do agente Mario Borges. 2) Relatório do chefe da Seção de Busca Ostensiva ao Chefe do Serviço de Buscas referente a “Detenção de elemento suspeito – apreensão de material subversivo – comunista e encaminhado” (<i>Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 74.</i>) Este documento, elaborado pelo agente Mario Borges, relata a prisão de Raul Amaro. |

| | | | | | |
|---------------------------|----------|--|---|--|--|
| Walter Dantas. | DOPS-GB. | Delegado . | Manteve Raul Amaro Nin Ferreira preso ilegalmente no DOPS-GB. | DOPS-GB. | <p>1) <i>Comunicação. Livro Ímpar nº18, Registro nº 1.281/71. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 36.)</i> Documento demonstra que o delegado Walter Dantas assina a comunicação que informa sobre a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 2 de agosto.</p> <p>2) Preso encaminhado ao DOI e material. Livro Par nº 19. Registro 1.297/71 (<i>Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p.37.</i>) Documento demonstra que o delegado assina comunicação informando a transferência de Raul Amaro para o DOI do I Exército.</p> |
| Ricardo Boueri. | DOPS-GB. | Agente do DOPS, chefe da Equipe de Buscas. | Chefiou a operação “Pára-Pedro” que resultou na prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123).</i> Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e afirma que Ricardo Boueri a chefiou. |
| Wilson de Oliveira Souza. | DOPS-GB. | Delegado - Turma de Busca Ostensiva. | Efetou a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971, na Rua Ipiranga Laranjeiras, durante operação policial intitulada “Pára-Pedro”. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123).</i> Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e lista o nome dos agentes policiais envolvidos. |

| | | | | | |
|--------------------------------|----------|---|--|--|--|
| Hugo Correa e Mattos. | DOPS-GB. | Agente da Turma de Busca Ostensiva do DOPS. | Efetuiu a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971, na Rua Ipiranga Laranjeiras, durante operação policial intitulada “Pára-Pedro”. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123). Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e lista o nome dos agentes policiais envolvidos.</i> |
| Milton Rezende de Almeida. | DOPS-GB. | Agente da Turma de Busca Ostensiva do DOPS. | Efetuiu a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971, na Rua Ipiranga Laranjeiras, durante operação policial intitulada “Pára-Pedro”. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123). Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e lista o nome dos agentes policiais envolvidos.</i> |
| Francisco Machado Avila Filho. | DOPS-GB. | Agente da Turma de Busca Ostensiva do DOPS. | Efetuiu a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971, na Rua Ipiranga Laranjeiras, durante operação policial intitulada “Pára-Pedro”. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123). Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e lista o nome dos agentes policiais envolvidos.</i> |
| Tenil Nunes. | DOPS-GB. | Agente da Turma de Busca Ostensiva do DOPS. | Efetuiu a prisão de Raul Amaro na madrugada do dia 1º de agosto de 1971, na Rua Ipiranga Laranjeiras, durante operação policial intitulada “Pára-Pedro”. | Rua Ipiranga, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ. | <i>Relatório da operação. (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 121-123) Esse documento narra a operação que resultou na prisão de Raul Amaro e lista o nome dos agentes policiais envolvidos.</i> |

| | | | | | |
|--------------------|----------|------------------------|---|-------------------------------------|---|
| Eduardo Rodrigues. | DOPS-GB. | Comissário do DOPS-GB. | Tortura. Realizou o interrogatório de Raul Amaro no interior do Hospital Central do Exército (HCE). Foi ainda responsável por produzir o relatório final do inquérito 40/71, referente à morte de Raul. | Hospital Central do Exército (HCE). | <p>1) Ofício nº360/DOI (<i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 81). O documento do Comandante do I Exército tinha por objetivo apresentar, ao Diretor do HCE, o comissário Eduardo Rodrigues e o escrivão Jeovah Silva para que estes comparecessem ao hospital “a fim de interrogarem o preso Raul Amaro Nin Ferreira”.</p> <p>2) Declaração do Interrogado de 11/08/1971 (<i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 79-80) O documento relata que Raul Amaro foi submetido a interrogatório dentro do Hospital Central do Exército (HCE).</p> <p>3) Relatório inquérito nº40/71, 15/09/1971 (<i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 152). De acordo com este documento, foi Eduardo Rodrigues o responsável pela elaboração do relatório que informava a morte de Raul Amaro nos autos do inquérito 40/71.</p> |
| Jeovah Silva. | DOPS-GB. | Escrivão. | Tortura Realizou o interrogatório de Raul Amaro no interior do Hospital Central do Exército (HCE). | Hospital Central do Exército (HCE). | <p>1) Ofício nº360/DOI (<i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 81). O documento do Comandante do I Exército tinha por objetivo apresentar, ao Diretor do HCE, o comissário Eduardo Rodrigues e o escrivão Jeovah Silva para que estes comparecessem ao hospital “a fim de interrogarem o preso Raul Amaro Nin Ferreira”.</p> <p>2) Declaração do Interrogado de 11/08/1971 (<i>Brasil Nunca Mais Digital</i>: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 79-80) O documento permite inferir que Raul Amaro foi submetido a interrogatório dentro do Hospital Central do Exército (HCE).</p> |

| | | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------|---|-------------------------------------|---|
| Rubens Pedro Macuco Janini. | Hospital Central do Exército (HCE). | Médico-legista. | O médico realizou a autópsia de Raul Amaro no interior do HCE. O laudo reproduziu a falsa versão oficial e foi omissivo quanto às marcas de tortura no corpo de Raul. | Hospital Central do Exército (HCE). | Auto de autópsia de Raul Amaro Nin Ferreira, anexado ao Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0365/96. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008 p.74-78. |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------|---|-------------------------------------|---|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|---|
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 24. | Foto de Raul Amaro tirada no DOPS-GB (chapa 12.936), 1/8/1971. | DOPS-GB | Registra que Raul chegou ao DOPS em bom estado físico, sem qualquer marca aparente de lesões. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 26. | Registro técnico – Ficha Individual de Raul Amaro Nin Ferreira, feito no DOPS-GB (chapa 12.936), 1/8/1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB) | Registra a prisão de Raul Amaro pelo DOPS-GB. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 27. | Identificação de Raul Amaro Nin Ferreira no DOPS-GB (chapa 12.936), 1/8/1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB) | Registra a prisão de Raul Amaro pelo DOPS-GB. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 28-29. | Boletim de preso de Raul Amaro Nin Ferreira no DOPS-GB (chapa 12.936), 1/8/1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra a prisão de Raul Amaro pelo DOPS-GB. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 30-32 | Declarações do Interrogado, 1/8/1971. | Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. | Registra que Raul foi submetido a interrogatório ainda no dia 01/08/1971 por agentes do DOI-Codi. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 33-35. | Prontuário do DOPS nº 19.430, 8/1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra a prisão de Raul Amaro pelo DOPS-GB. |

| | | | |
|--|--|---|---|
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 36. | Comunicação. Livro Ímpar nº18, Registro nº 1.281/71, de 2 para 3 de agosto/1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra o retorno formal de Raul Amaro ao DOPS-GB, na madrugada do dia 2 de agosto de 1971. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 37. | Preso encaminhado ao DOI e material. Livro Par nº19. Registro 1.297/71, de 2 para 3/8 /1971. | Departamento de Ordem Polícia e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra a transferência, em 2 de agosto de 1971, de Raul Amaro do DOPS para o DOI do I Exército. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 38. | Declarações do Interrogado, 2/8/1971. | Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. | Registra a realização de novo interrogatório de Raul Amaro no dia 2 de agosto de 1971, no qual é diretamente associado a Eduardo Lessa, militante do MR-8 |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 46. | Memorando 120/1971, 4/8/1071. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra a prisão de Raul Amaro com os colegas de trabalho, Saididin Denne e Yone Denne e o desinteresse dos agentes da repressão em relação aos dois últimos. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 47-48. | Caderneta nº 6.400 da 13ª Enfermaria do Hospital Central do Exército, 4/8/1971. | Hospital Central do Exército (HCE). | Registra a entrada de Raul Amaro no HCE no dia 4 de agosto de 1971. Apresenta a versão oficial dos fatos, de que Raul, após tentar fugir durante revista policial em seu apartamento, teria recebido “tostões, socos e pontapés nas coxas, braços, tórax e abdome”. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 50-52. | Informe nº0842/SC-3, 5/8/1971. | Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência do Rio de Janeiro (ARJ). | Registra os objetos e documentos apreendidos pela polícia na residência de Raul Amaro. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 53-59. | Relatório de Reunião realizada no I Exército, 5/8/1971. | Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência do Rio de Janeiro (ARJ). | Registra a reunião realizada pelos representantes de toda Comunidade de Informações do I Exército. Dentre os assuntos abordados, destaca-se a suposta apreensão do documento com o título “Ação de infraestrutura-fardamento” no apartamento de Raul Amaro, descrito como sendo um aparelho do MR-8. O documento relata um suposto plano de roubo de fardas de generais militares, que consta como anexo deste relatório. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 73. | Informação nº 0551, 6/8/1971. | Centro de Informações da Marinha (Cenimar). | Registra que o Cenimar tomou conhecimento da apreensão, na casa de Raul Amaro, de um documento que previa o roubo de fardamento de um almirante reformado da Marinha. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 74. | Relatório do chefe da Seção de Busca Ostensiva ao Chefe do Serviço de Buscas referente a “Detenção de elemento suspeito – apreensão de material subversivo – comunica e encaminhado”, 6/8/1971. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra a prisão de Raul Amaro, Saididin Denne e Yone Denne, na madrugada do dia 1º de agosto. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 78; 83-88 (transcrição). | Relatório Sumário da Seção de Análise do DOI/EX, 11/8/1971. | Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. | Refere-se ao interrogatório de Raul Amaro no interior do HCE e relata os materiais apreendidos em sua residência. Contém declaração de que “não houve tempo para inquiri-lo sobre todo o material encontrado em seu poder”. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 79-80. | Declaração do Interrogado, entre 3 e 11/8/1971. | Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército. | Registra que Raul Amaro foi submetido a um terceiro interrogatório entre os dias 3 e 11 de agosto. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 81. | Ofício nº360/DOI, 11/8/1971. | Ministério do Exército – Quartel General do I Exército. | Registra a apresentação do comissário Eduardo Rodrigues e do escrivão Jeovah Silva, enviada pelo Comandante do I Exército ao Diretor do HCE, para que eles pudessem comparecer ao hospital “a fim de interrogarem o preso Raul Amaro Nin Ferreira”. Destaca-se que o documento foi redigido em nome do Comandante do I Exército, General Sylvio Frota, mas, por delegação, deveria ter sido assinado pelo General Bento José Bandeira de Mello. Por impedimento deste último, quem assinou o documento foi o Major de Exército, Francisco Demiurgo Santos Cardoso. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 90. | Ofício nº 363/DOI, 12/8/1971. | Ministério do Exército – Quartel-General do I Exército. | Enviado ao Comissário Eduardo Rodrigues pelo Chefe do DOI do I Exército, João Pinto Pacca. Destaca-se que João Pinto Pacca não assina o documento. Consta a assinatura de José Antônio Nogueira Belham. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 119-120. | Envio de relatório da prisão para CIE, sem data. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Registra que o Diretor do DOPS solicitou que o relatório de prisão de Raul Amaro fosse modificado acrescentando-se a frase “ao ser capturado, reagiu à prisão”. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 74-78. | Auto de autópsia de Raul Amaro Nin Ferreira, anexado ao Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0365/96, 12/8/1971. | Hospital Central do Exército – Serviço Médico-Legal. | Elaborado pelos peritos Guilherme Achilles de Faria Mello (Capitão médico) e Rubens Pedro Macuco Janini (médico-legista civil), o auto de autópsia reproduziu a versão oficial dos fatos, atestando que Raul Amaro morreu em decorrência de “infarte do miocárdio, edema pulmonar, infarto pulmonar, infarto renal, edema encefálico, estado hepática aguda”. O laudo não faz nenhuma referência quanto à prática de tortura. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 121-123. | Relatório da operação, 18/8/971. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Descreve a operação de prisão de Raul Amaro e cita os agentes que dela participaram. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 124-125. | Informação SP/SAS nº1354, 18/8/1971. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB). | Narra a prisão de Raul Amaro e sua posterior transferência ao DOI do I Exército. Consiste em Informação do DOPS (GB) transmitida ao Centro de Informações do Exército (CIE). |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 130. | Encaminhamento nº43616E/71, 20/8/1971. | Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência Centra (AC). | Registra a apreensão do documento intitulado “Ação de Infraestrutura-Fardamento” no apartamento de Raul Amaro. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, p. 16. | Certidão de óbito de Raul Amaro Nin Ferreira, anexada ao Processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos nº 0365/96, 25/8/1971. | Registro Civil das pessoas naturais da 10 ^a Circunscrição do Estado da Guanabara. | Registra que Raul Amaro faleceu no dia 12 de agosto de 1971 e declara que a causa da morte “depende de resultado de exame laboratorial solicitado”. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 133. | Notícia Jornal O Globo intitulada “Explicação da morte do engenheiro”, 28/8/1971. | Jornal <i>O Globo</i> . | Notícia a morte de Raul Amaro e reproduz a versão oficial dos fatos veiculada à época, afirmando que “vítima de edema pulmonar, após 8 dias hospitalizados, faleceu, em 12 de agosto de 1971, o subversivo Raul Amaro Nin Ferreira, codinome “Eulálio” que fora preso a 1 de agosto, quando conduzia, no interior de seu automóvel, documentos terroristas originários do MR-8”. |

| | | | |
|--|---|--|---|
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, p. 152. | Relatório inquérito nº 40/71, 15/9/1971. | Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB) | Registra o falecimento de Raul Amaro nos autos do inquérito instaurado para “apurar as atividades de caráter subversivo atribuídas ao cidadão Raul Amaro Nin Ferreira”. Foi assinado pelo comissário Eduardo Rodrigues do DOPS (GB). |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 154-155. | Informação nº 57716E/71/AC/S NI, 17/9/1971. | Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência Centra (AC) | Registra a realização de Reunião da Comunidade de Informação do I Exército, na qual foi debatida a apreensão do documento “Ação de Infraestrutura- Fardamento” no apartamento de Raul Amaro. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 156. | Informação protocolo nº 06422, 20/9/1971. | Divisão de Informações de Segurança (DISA)- Ministério da Aeronáutica | Registra que o documento intitulado “Ação de Infraestrutura- Fardamento” foi encontrado no apartamento de Raul Amaro. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 159-165. | Informação nº 2298/71-S/103.2, 29/9/1971. | Centro de Informações do Exército (CIE). | Registra a versão oficial dos fatos acerca da morte de Raul Amaro, conforme divulgado pelo Exército. Registra ainda a expressa negativa do Exército, por parte do general de divisão Sylvio Couto Coelho da Frota, em fornecer informações solicitadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Guanabara (OAB-GB). |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0207. | Memorando nº 411 e Encaminhamento nº 114/ DSI/ MJ, 7/10/1971. | Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (DSI/MJ). | Registra o encaminhamento, pela DSI/MJ, da Informação 2298/71, elaborada pelo Centro de Informação do Exército e cujo conteúdo relata a versão oficial da morte de Raul Amaro, ao Ministro da Justiça. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 177-192. | Informação 98016E/71/AC/S NI, 7/12/1971. | Serviço Nacional de Informação (SNI) – Agência Centra (AC) | Registra a lista e as fotos de materiais apreendidos no apartamento de Raul Amaro, durante revista policial, inclusive dos croquis encontrados em seu veículo. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 245-255. | Relatório da família, sem data. | Documento elaborado pelos familiares de Raul Amaro, em especial por sua mãe, Mariana Lanari. | Registra o relato dos familiares sobre a morte de Raul Amaro, produzido a partir de informações coletadas à época. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 27-54.</p> | <p>Petição Inicial nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 11/1979.</p> | <p>Petição elaborada pelo advogado Sérgio Bermudes, representante legal de Mariana Lanari nos autos da referida ação.</p> | <p>Relata, a partir das informações coletadas pelos familiares à época, o que teria ocorrido com Raul Amaro após ser preso.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 55-73.</p> | <p>Contestação apresentada pela União Federal nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, de 2/1980.</p> | <p>Procuradoria da República.</p> | <p>Registra que a União Federal defendeu, em sua contestação, a veracidade da versão oficial dos fatos, conforme apresentada pelos órgãos da repressão. Conclui que “as lesões produzidas em Raul Amaro não foram decorrência de tortura e sim de luta corporal quando o mesmo tentou fugir”.</p> |
| <p><i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 353-367.</p> | <p>Parecer pericial elaborado pelo Dr. Celso Cezar Papaleo a pedido dos familiares de Raul Amaro, nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 3/8/1981.</p> | <p>Dr. Celso Cezar Papaleo.</p> | <p>Atesta falha na autópsia do corpo de Raul Amaro realizada no HCE. Conclui que “as lesões traumáticas descritas (numerosas profundas e disseminadas equimoses) ilustram mais, muito mais do que luta, pois foram o resultado de violenta agressão praticada sobre a vítima”, de forma que “não houve luta propriamente, mas espancamento do detido”.</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| <p><i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 387-390.</p> | <p>Assentada na qual foram ouvidos os esclarecimentos do perito do juízo, Dr. Heitor Gomes Leite, do assistente técnico dos familiares, Dr. Celso Cezar Papaleo e do assistente técnico da União, Dr. Rubens Pedro Macuco Janini, nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 2/6/1982.</p> | <p>9ª Vara Federal do Rio de Janeiro.</p> | <p>Registra que os peritos Heitor Gomes Leite (perito do juízo) e o perito Rubens Macuco Janini (assistente da União Federal), ao prestarem esclarecimentos perante a 9ª Vara Federal, reafirmaram a versão oficial dos fatos de que as marcas de lesões no corpo de Raul foram decorrentes da tentativa de fuga durante revista policial em seu apartamento. Por sua vez, o perito Celso Cezar Papaleo (assistente das vítimas) desmente a versão oficial, afirmando que as marcas no corpo de Raul Amaro foram decorrente de espancamento.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 98-99.</p> | <p>Depoimento de Alex Polari de Alvarenga, ex-presos político, nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 2/6/1982.</p> | <p>Depoimento prestado por Alex Polari de Alvarenga</p> | <p>Registra a afirmação de Alex Polari de ter visto Raul Amaro no DOPS quando lá esteve preso. De acordo com o depoimento, “viu quando [Raul Amaro] chegou, conduzido por policiais da Secretaria de Segurança; que era um fim de semana e que Raul chegou bastante espancado e amedrontado, mas que andava e falava; que no dia seguinte da prisão Raul foi retirado do xadrez do DOPS e levado por policiais da PE”.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 99-100.</p> | <p>Depoimento de Marco Aurélio Magalhães, ex-soldado do 1º Batalhão de Polícia do Exército, nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 2/6/1982.</p> | <p>Depoimento prestado por Marco Aurélio Magalhães.</p> | <p>Registra a afirmação de que Raul Amaro foi brutalmente torturado enquanto esteve preso no DOI-Codi, na sede do I Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Registra ainda a afirmação de que Raul foi interrogado e por um sargento da unidade, e de que viu os hematomas no corpo de Raul e que presenciou uma sessão de espancamento da vítima quando esta já estava caída no chão. Registra a afirmação de que, após exame de um oficial médico, Raul foi transferido ao HCE em razão de seu estado físico.</p> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, p. 101.</p> | <p>Depoimento de Aquiles Ferrari, ex-presos político, nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 2/6/1982.</p> | <p>Depoimento prestado por Aquiles Ferrari.</p> | <p>Registra a afirmação de que viu Raul Amaro no DOPS quando lá esteve preso, e que “Raul saiu do DOPS andando com seus próprios pés; que Raul ao sair do DOPS se despediu dos outros presos, estando perfeitamente lúcido”.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0072_0008, pp. 119-135.</p> | <p>Sentença de primeira instância, proferida nos autos da Ação Declaratória nº241.0087/99, perante a 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proposta pela mãe de Raul, Mariana Lanari, contra a União Federal, 31/8/1982.</p> | <p>Sentença proferida pelo juízo da 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro.</p> | <p>Registra a sentença que julgou procedente a ação, declarando a União Federal responsável pela prisão ilegal, pelas torturas e pela morte de Raul Amaro.</p> |
| <p><i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos, pp. 459-460.</p> | <p>Notícia do jornal “Folha de São Paulo” intitulada “Ex-soldado decide falar sobre torturas a presos políticos”, 19/9/1986.</p> | <p>Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>.</p> | <p>Registra o relato do ex-soldado Marco Aurélio Magalhães, a respeito dos métodos de tortura empregados pelo DOI-Codi do I Exército na sede do I Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca. Relata também o caso de Raul Amaro Nin Ferreira, preso pelo DOI-Codi na época em que Marco Aurélio servia no I Batalhão da PE.</p> |
| <p>D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, CELSO. <i>Os anos de Chumbo. A memória militar sobre a repressão</i>. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, pp. 76-70.</p> | <p>Depoimento de Adyr Fiúza de Castro (general de brigada da reserva e ex-comandante do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) do I Exército), 3/1993.</p> | <p>Não se aplica.</p> | <p>Registra a afirmação de que Raul Amaro, quando entregue ao Exército, estava com várias marcas na perna, pois havia sido “chicoteado com fios no DOPS”. Nota-se que, neste depoimento, o militar reproduz a versão oficial dos fatos, de que Raul morreu de infarto pois encontrava-se muito deprimido e com problemas no coração.</p> |
| <p>FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. <i>Relatório “Raul Amaro Nin Ferreira”</i>, p. 47.</p> | <p>Depoimento de Sergio Perazzo, amigo de Raul Amaro, não consta.</p> | <p>Publicação.</p> | <p>Refere-se aos mapas encontrados no interior do veículo de Raul Amaro, no intuito de desmentir a versão oficial dos fatos, construída pelos órgãos de repressão.</p> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| Arquivo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. | Parecer Médico Legal sobre a tortura e morte de Raul Amaro Nin Ferreira nos anos de chumbo, de 8/2014. | Perito médico-legal Dr. Nelson Masini, familiares e Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. | Analisa os documentos produzidos a respeito da morte de Raul Amaro e conclui que Raul foi morto após ser torturado no interior do DOI-CODI e do HCE. O documento foi apresentado em audiência pública organizada pelos familiares de Raul Amaro e pela CEV-Rio, no dia 11 de agosto de 2014. |
| Arquivo da CNV: 00092.002631/2014-95 | Vídeos da diligência da CNV ao DOI-Codi do Rio de Janeiro, 23/9/2014. | CNV | Mostra o local que abrigou o Destacamento de Operações de Informações do 1º Exército, o Doi do Rio, local da prisão e tortura de Raul Amaro Nin Ferreira. Ex-presos políticos e familiares de Raul Amaro acompanharam a diligência. |
| Arquivo da CNV: 00092.002631/2014-95 | Diligência da CNV ao Hospital Central do Exército, 23/9/2014. | CNV | Efetua o reconhecimento do local onde Raul Amaro foi hospitalizado, torturado e morto. Ex-presos políticos e familiares de Raul Amaro acompanharam a diligência. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|--|---|
| Felipe Carvalho Nin Ferreira (sobrinho de Raul Amaro). | Arquivo da CNV. Testemunho prestado à Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Brasília, 22 de setembro de 2014. 00092.002439/2014-07. | Descreve a luta da família para obter informações sobre a morte de Raul Amaro, dando destaque aos esforços empreendidos por Mariana Lanari, mãe de Raul e importante militante na luta por memória, verdade e justiça no Brasil. Relata ainda o intenso processo de pesquisa que resultou no trabalho intitulado “Relatório Raul Amaro Nin Ferreira”, feito em parceria com o pesquisador Marcelo Zelic. Ressalta a possibilidade de Raul Amaro ter sido previamente espionado no interior do Ministério da Indústria e Comércio. Por fim, apresenta uma série de recomendações sobre o caso dirigidas à CNV, dentre as quais destaca-se: a convocação dos agentes envolvidos na prisão, tortura e morte de Raul; a identificação dos três agentes que participaram da tortura de Raul no interior do DOI-Codi; a identificação do local desconhecido para o qual Raul Amaro foi inicialmente levado “sob responsabilidade do Estado brasileiro”; e a transformação do prédio do antigo DOPS-GB em espaço de memória. |
| Marcelo Zelic (pesquisador, coordenador do Projeto Armazém Memória e vice-presidente do | Arquivo da CNV. Testemunho prestado à Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Brasília, 22 de setembro de 2014. 00092.002439/2014-07. | Aponta a existência de vasta documentação sobre a prisão, tortura e morte de Raul Amaro (disponíveis no Armazém memória), ressaltando que o caso merece destaque por ter sido capaz de desmentir a recorrente afirmativa das Forças Armadas de que não havia relação entre o “porão” e a “linha de comando”. |

| | | |
|---|--|--|
| Grupo Tortura Nunca Mais-SP). | | Afirma que os documentos sobre o caso revelam o envolvimento direto de militares do alto escalão das Forças Armadas na prisão, tortura e morte de Raul Amaro. Ressalta que o caso merece destaque por ter sido possível comprovar, por meio de perícia técnica, a prática de tortura tanto no interior do DOI-Codi como no HCE, onde Raul teria sido torturado ao menos duas vezes. Por fim, Marcelo prestou homenagem ao senhor Joaquim Rodrigo Lisboa Nin Ferreira, pai de Raul, a quem a falsa versão oficial covardemente atribuiu a delação de seu próprio filho. |
| Pedro Nin Ferreira (irmão de Raul Amaro). | Arquivo da CNV. Testemunho prestado à Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Brasília, 22 de setembro de 2014. 00092.002439/2014-07. | Relata a dor e o trauma vivido pela família de Raul Amaro após sua morte, lembrando o choque que foi receber a notícia de que o cadáver de Raul encontrava-se no HCE. Destaca a importância da luta por justiça de Mariana Lanari, mãe de Raul, e a necessidade de manter viva a memória por ela resgatada. Afirma a importância de a CNV revelar à sociedade brasileira que instituições hospitalares, como o HCE, também serviram de local de tortura durante a ditadura. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Raul Amaro Nin Ferreira foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Raul Amaro Nin Ferreira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos em sua prisão, tortura e morte. Recomenda-se, por fim, a entrega aos familiares do prontuário de Raul Amaro Nin Ferreira no Hospital Central do Exército (HCE).

i FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. *Relatório Raul Amaro Nin*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/200745462/Relatorio-Raul-Amaro-Nin-Ferreira>.

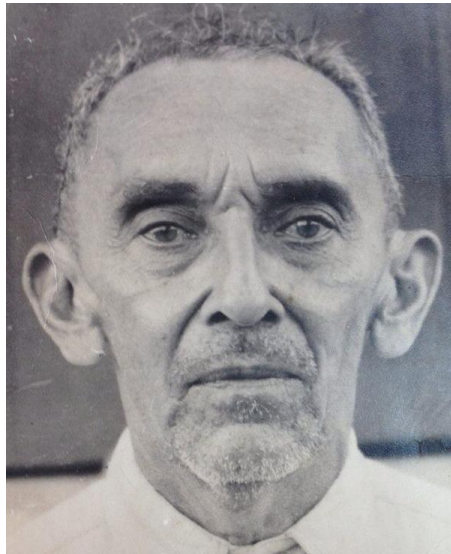
ii FERREIRA, Felipe Carvalho Nin; FERREIRA, Raul Carvalho Nin; ZELIC, Marcelo. *Relatório Raul Amaro Nin*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/200745462/Relatorio-Raul-Amaro-Nin-Ferreira>; BRASIL NUNCA MAIS. *Acervo Raul Amaro Nin Ferreira*. Pasta Documentos. Disponível em:

<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=8952>; BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, p.172-173; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; IVE Instituto de Estudos sobre Violência do Estado. [Org. Crimélia Schmidt et al.] *Dossiê Ditadura*: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial só Estado de São Paulo, 2009, p. 167-168.

iii O Ofício n.363/DOI de 12 de agosto de 1971 (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 90), encaminhado pelo Chefe do DOI do I Exército ao comissário do DOPS Eduardo Rodrigues, atesta que “conforme entendimentos havidos” entre os dois órgãos, todo o material apreendido em poder de Raul Amaro seria encaminhado ao DOPS. Nota-se, contudo, que o documento, no impedimento do General João Pinto Pacca, foi assinado por José Antônio Nogueira Belham, o que revela que o mesmo tomou conhecimento da morte de Raul Amaro.

iv De acordo com documento “Envio de relatório da prisão para CIE” (Brasil Nunca Mais Digital: Acervo Raul Amaro Nin Ferreira. Pasta Documentos. p. 119-120), Gastão Barbosa participou diretamente da farsa do relatório final, apresentado pelo CIE, ordenando que o relatório de prisão de Raul Amaro fosse modificado, acrescentando-se a frase “ao ser capturado, reagiu à prisão”.

EPAMINONDAS GOMES DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Ângela Gomes de Oliveira e José Benício de Souza

Data e local de nascimento: 16/11/1902, Pastos Bons (MA)

Atuação profissional: artesão, camponês, professor

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)

Data e local de desaparecimento: 20/8/1971, Brasília (DF)

BIOGRAFIA

Epaminondas Gomes de Oliveira nasceu em 16 de novembro de 1902, em Pastos Bons, no sul do estado do Maranhão, próximo à divisa com o estado do Piauí. Exerceu a profissão de sapateiro e artesão em couro, mas destacou-se também como autodidata e professor comunitário, tornando-se prefeito do município e liderança política na região.

Mais tarde, radicou-se no município de Porto Franco/MA, na divisa com atual Tocantins, onde constituiu família e passou a defender melhorias em serviços públicos municipais, cobrando formalmente de autoridades federais o recebimento de equipamentos de saúde e de materiais escolares adequados. Epaminondas Gomes de Oliveira foi casado com Avelina da Cunha Rocha com quem teve 3 filhos e 3 filhas: Antonieta, Beatriz, Cromwell, Djanira, Epaminondas e Francisco.

Aproximou-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, posteriormente, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), uma dissidência da Ação Popular (AP) que teve entre seus principais líderes o padre Alípio de Freitas, o presidente da União

Nacional dos Estudantes (UNE) Vinicius Caldeira Brandt e o líder camponês José Porfírio, eleito deputado estadual por Goiás no período anterior ao golpe de 1964.

Na condição de liderança comunitária e militante do PRT, Epaminondas Gomes de Oliveira tornou-se alvo da Operação Mesopotâmia, uma operação militar secreta realizada em agosto de 1971 pelo Comando Militar do Planalto.

Preso em 7 de agosto de 1971, no garimpo de Ipixuna/PA e levado para Marabá/PA, por militares do Destacamento Terra II da Operação Mesopotâmia (2 majores; 8 sargentos; 1 cabo), Epaminondas Gomes de Oliveira foi conduzido para a cidade Jacundá/PA e, dali, para Imperatriz/MA. A prisão do líder camponês também atingiu sua família, que sofreu torturas psicológicas e teve sua residência vigiada por agentes da repressão, conforme relatado em testemunhos à Comissão Nacional da Verdade. Depois da prisão, a família não teve mais contato com o camponês.

Epaminondas Gomes de Oliveira seguiu em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) até Brasília, onde, após torturas sofridas no Pelotão de investigações Criminais (PIC), faleceu aos 68 anos sob a custódia do Estado no Hospital de Guarnição do Exército, em 20 de agosto de 1971. Seus restos mortais nunca foram entregues à família e o regime militar indicou uma sepultura equivocada onde Epaminondas estaria enterrado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Epaminondas Gomes de Oliveira foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, sendo o processo deferido em 17 de outubro de 1996 por unanimidade. O seu nome também consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Epaminondas Gomes de Oliveira faleceu no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília (DF), após torturas sofridas. À época, a versão oficial divulgada foi a de morte decorrente de choque em razão de anemia e desnutrição.

A partir dos acervos disponíveis à Comissão Nacional da Verdade, uma das linhas de pesquisa desenvolvidas consistiu na busca por documentos de operações militares.

Dessa forma, utilizando-se como palavra-chave para busca nos acervos a expressão “operação” ou utilizando-se como palavra-chave o nome de uma operação determinada chegou-se, dentre outros documentos, a um conjunto de documentos da Operação Mesopotâmia. Entre tais documentos, foram localizados documentos específicos de Epaminondas Gomes de Oliveira. Nessa documentação estava a Informação nº 834, de 5 de setembro de 1971, do Serviço Nacional de Informações (SNI):

2. (...) em virtude de seu caso ser considerado grave, encaminhado posteriormente ao Hospital Distrital de Brasília, de onde veio a falecer no dia 20 Ago 71, conforme consta da “Declaração de Óbito” (uremia-insuficiência renal).
3. O elemento em pauta encontra-se sepultado na Quadra 504, lote 125, do Cemitério da Asa Sul de Brasília.
4. Conforme dados obtidos do Serviço Funerário de Brasília “nenhuma sepultura poderá ser reaberta e nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorridos os prazos de cinco anos para adultos e três anos para infantes.” (Decreto nº 263, de 02 Dez 63)ⁱ

A informação do SNI apresentou o suposto local de sepultamento de Epaminondas, em um cemitério em Brasília, atualmente denominado Campo da Esperança. Diante da possibilidade de localizar a sepultura, a Comissão Nacional da Verdade verificou *in loco*, no referido cemitério, que o local indicado no documento correspondia a uma área antiga com lápides sem identificação ou numeração visível.

Foram solicitados formalmente à administração do Cemitério Campo da Esperança em Brasília os livros de registro dos sepultamentos do ano de 1971. Verificou-se, em um verso de página, um carimbo atestando o sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira em jazigo próximo ao indicado no documento oficial do SNI.

A diferença de localização da sepultura – entre o disposto no documento oficial e o disposto nos livros de registro do cemitério –, um ardil para dificultar a localização de Epaminondas, não foi suficiente, contudo, para impedir a correta e segura localização dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira. Documento do Arquivo Nacional,ⁱⁱ em análise com os livros de registro do cemitério Campo da Esperança, permitiu a descoberta do número correto da sepultura.

A Informação nº 834, do SNI, peça-chave para a pesquisa realizada, também revelou outros elementos investigados pela Comissão Nacional da Verdade.

Em primeiro lugar, a suposta *causa mortis* de Epaminondas Gomes de Oliveira que, conforme o atestado de óbito, seria “uremia-insuficiência renal”.

Nesse sentido, a Comissão Nacional da Verdade apurou, a partir de testemunhos de outros presos na mesma unidade – o Pelotão de investigações Criminais do Exército (PIC), em Brasília –, a prática recorrente de tortura por espancamentos e choques elétricos naquele estabelecimento, inclusive da tortura sofrida pelo próprio Epaminondas, desde sua prisão no Pará, duas semanas antes de sua morte.

Não é aceitável, portanto, encontrando-se preso e sob torturas, a tese de morte como decorrente de anemia e/ou insuficiência renal – conforme apresentado nos documentos oficiais localizados, que desconsideram e omitem as condições em que se encontrava Epaminondas e que dão a entender que tratou-se de morte decorrente de causas naturais.

A morte decorrente de tortura e os eventuais traços de suas consequências nos restos mortais de Epaminondas também foram objeto de investigação pela Comissão, a partir da exumação realizada no cemitério.

A suspeita acerca de possíveis traços de violência no cadáver foi reforçada pelo contido no documento do SNI que, ao invocar o decreto nº 263, de 2 de dezembro de 1963, indicou expressamente: “nenhuma sepultura poderá ser reaberta e nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorridos os prazos de cinco anos para adultos e três para infantes”. Deu a entender, com isso, para além de zelar pela observância de normas sanitárias e funerárias, que poderia tratar-se de meio para impedir o contato com o cadáver.

Dentre os documentos confidenciais sobre Epaminondas Gomes de Oliveira, localizou-se também documento que contém declaração de óbito que indica seu falecimento em um hospital militar, o Hospital da Guarnição de Brasília. Arquivo Nacional.ⁱⁱⁱ

A filha de Epaminondas Gomes de Oliveira, Beatriz de Oliveira, fez um pedido formal ao então presidente, general Emílio Garrastazu Médici, em 16 de setembro de 1971, solicitando a remoção do corpo do pai para a cidade de Porto Franco/MA. O pedido endereçado ao gabinete da Presidência da República tramitou para o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, então chefe do Gabinete Militar. O pedido de informações feito por Beatriz de Oliveira teve despacho assinado pelo coronel chefe do Gabinete do SNI, Jayme Miranda Mariath.^{iv}

Após a morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, uma sindicância foi aberta:

Na sindicância, os seguintes militares foram ouvidos:
- Major Volney Pedreira Holanda;

- Cabo José Narazeno Rodrigues;
- 3º Sargento Eduardo Ribeiro de Souza;
- 2º Tenente Leônidas de Abreu e
- Capitão Médico Dr. Ancelmo Schwingel, que mais diretamente tiveram contato com o Sr. Epaminondas Gomes de Oliveira, efetuaram sua prisão no dia 7 de agosto de 71, em Marabá (PA), conduziram-no em avião para Brasília (DF), receberam-no e o mantiveram preso no Pelotão de Investigações Criminal (PIC).^v

A partir dos documentos localizados e do andamento das investigações, a CNV, com a autorização da família e a colaboração de peritos criminais da Polícia Federal e de peritos médico-legistas do Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, deu início, em 24 de setembro de 2013, à exumação dos restos mortais que se supunham pertencentes ao ex-prefeito de Pastos Bons (MA).

O trabalho de exumação foi finalizado às 19h do mesmo dia e, em seguida, a partir de amostras colhidas de familiares, os restos mortais passaram a ser submetidos a exames de antropologia forense e de DNA.

O processo de exumação foi acompanhado pelos dois netos da vítima que doaram material de amostra para exames de DNA, Epaminondas de Oliveira Neto e Cromwell de Oliveira Filho.

Epaminondas de Oliveira Neto apresentou à Comissão Nacional da Verdade original do certificado de reservista de seu avô, emitido em 1946, com fotografia, altura e outros dados antropométricos importantes para os trabalhos de antropologia forense.

No dia 21 de outubro de 2013, policiais federais em Imperatriz (MA) foram até Porto Franco (MA) e colheram material biológico para exame de DNA de Epaminondas Rocha de Oliveira e Beatriz de Oliveira Rocha, filhos de Epaminondas.

Nesse período, foram colhidos 34 (trinta e quatro) depoimentos de vítimas e de familiares de vítimas da Operação Mesopotâmia, visando obter mais informações sobre a prisão e morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, bem como de outras graves violações de direitos humanos perpetradas a partir do desencadeamento da operação.

Com o intuito de subsidiar os trabalhos periciais de identificação, a Comissão Nacional da Verdade diligenciou junto aos dois hospitais em que Epaminondas Gomes de Oliveira teria permanecido internado antes de falecer.

Os dois estabelecimentos, o Hospital de Base de Brasília e o Hospital da Guarnição de Brasília, informaram não dispor de registros sobre o paciente.

Necessário registrar, contudo, que o Hospital da Guarnição de Brasília, atualmente chamado de Hospital Militar de Área de Brasília, invocou a necessidade de cumprimento de orientação normativa constante na Mensagem nº F-010-2010 do Comando do Exército, que determinou que todos os pedidos ou requisições de documentos sobre o período 1964 a 1985 fossem respondidos exclusivamente por intermédio do gabinete do Comandante do Exército.

Dessa forma, após a equipe da CNV ser atendida no balcão do hospital e receber a informação da possibilidade de localização do prontuário de Epaminondas, desde que feita uma busca minuciosa, inclusive em caixas arquivadas, adveio resposta do comando do Exército informando “que não foram encontrados arquivos relativos ao paciente”.

A prisão de Epaminondas Gomes de Oliveira, como já indicado, se inseriu no contexto da Operação Mesopotâmia, que prendeu lideranças políticas da região fronteira entre Maranhão, Pará e Goiás (atual Tocantins).

A Operação, conduzida pela 3ª Brigada de Infantaria CMP/11ª RM, realizou um total de 32 (trinta e duas) prisões sem a observância das formalidades legais exigíveis.^{vi}

De acordo com o relatório da operação, classificado como *secreto* e intitulado *Relatório da Operação Mesopotâmia*, a ação passou a servir de modelo para novas incursões militares na região. A investigação realizada pela CNV constatou a participação de 36 militares, incluindo 9 oficiais, sob o comando de oficial general.

A Operação Mesopotâmia realizou deslocamentos planejados, com equipes de militares definidas conforme os grupos de opositores políticos a serem presos. Foram efetuados deslocamentos via terrestre e via aérea para as cidades de Tocantinópolis/GO (atual TO), em 2/8/1971; Imperatriz/MA, em 4 e 5/8/1971, e regresso aéreo conduzindo 10 presos, em 7/8/1971. Houve ainda destacamentos por via terrestre em 10/8/1971 e em 11/8/1971, novamente conduzindo outros três presos. Em 12/8/1971, ocorreu regresso aéreo a Brasília transportando um total de 13 (treze) presos; dentre eles, comprovadamente, Epaminondas Gomes de Oliveira.

Dentre outros trechos de interesse no relatório, destaca-se a avaliação acerca da importância do apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e da denominada Operação Presença, uma exibição pública e ostensiva a ser feita ao final da ação militar.^{vii}

A Comissão Nacional da Verdade apurou, a partir de testemunhos diretos, que a demonstração-tipo em Porto Franco (MA) consistiu na exibição dos presos em

caminhão aberto, acorrentados ou amarrados com cordas, de forma humilhante, alguns deles após terem sofrido espancamentos.

O documento mais completo sobre a referida operação é um relatório de 32 páginas que apresenta: finalidade; ações; estratégias; depoimentos colhidos; prisões efetuadas e o contingente de oficiais participantes.^{viii} Assinado pelo general de brigada Antônio Bandeira, que em 1972 viria a ser responsável por novas ações militares na região do Araguaia, o relatório destaca que a Operação Mesopotâmia atingiu os objetivos de:

- (i) desarticular a movimentação política de esquerda na área;
- (ii) identificar e prender pessoas consideradas subversivas pelo regime (...);
- (iii) servir de modelo para outras operações.

Outro documento de interesse revela que a Operação Mesopotâmia, para além de difundida ao alto comando militar, também foi levada ao conhecimento de outras autoridades. É o que indica o documento do Serviço Nacional de Informações, que determina o encaminhamento do relatório com os resultados da Operação ao governador do Estado do Maranhão e ao Ministro do Interior, em 19 de setembro de 1971.^{ix}

No mês seguinte à exumação de Epaminondas Gomes de Oliveira, entre 21 e 23 de outubro de 2013, assessores da Comissão Nacional da Verdade, acompanhados do médico legista e antropólogo forense do Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, Aluísio Trindade Filho, viajaram a Imperatriz (MA), Porto Franco (MA) e Tocantinópolis (TO) para o prosseguimento das investigações.

Nesse período, foram colhidos 34 (trinta e quatro) depoimentos de vítimas e de familiares de vítimas da Operação Mesopotâmia com o intuito de apurar graves violações de direitos humanos cometidas com o desencadeamento da operação militar, bem como de colher informações específicas sobre a prisão, tortura, morte e ocultação do cadáver de Epaminondas Gomes de Oliveira.

As vítimas diretas ouvidas foram unânimes em afirmar que foram presas de forma arbitrária, sem a apresentação de mandado judicial ou ordem de prisão; sem a apresentação de motivo da prisão ou nota de culpa; sem a autorização de qualquer contato com a família ou advogado.

De modo geral, as prisões ocorreram sob espancamentos e ameaças – inclusive ameaças de morte – na presença de crianças, adolescentes, mulheres grávidas e idosos, e culminaram com a exibição pública dos presos, acorrentados de modo humilhante em

caminhão do Exército, muitos deles ainda sem compreender a razão da prisão, vez que meros simpatizantes ou frequentadores de reuniões políticas na região.

Os depoimentos prestados à equipe da Comissão Nacional da Verdade em Porto Franco (MA) e em Tocantinópolis (TO) dão conta das torturas sofridas, inclusive das torturas sofridas especificamente por Epaminondas:

Ficamos lá, (...), passamos o dia, quando foi à noite, na segunda noite, eles chegaram com o senhor Epaminondas lá, algemado. ‘Você conhece este homem aí?’ É claro que conhecia, eu morava vizinho do Epaminondas, na casa dele, ainda passo ali onde é a casa da mãe dele. Era emendada com a do Epaminondas, era vizinho nosso. Inclusive, gente muita boa. Pessoa importante o Epaminondas. “Eu conheço, é meu vizinho.” Também foi a pergunta que me fizeram. Pegaram ele e levaram lá para a Santa Casa, aquela lá no acampamento da Rodovale [depois DNER], levaram ele pra lá, lá judiaram dele (...) deram choque no ouvido dele e ele gritava. Torturado algemado e com o aparelho. Eu não recorro se era para cima algemado ou se era para trás, eu não recorro. Ele em uma cadeira, ele com um aparelho magnético com um negócio em um ouvido e no outro. Ele dava gritos horríveis, gritando, dando choques no ouvido dele batendo nele com a palmatória. Isso eu vi. Eu vi lá em Imperatriz. [...] Eu os vi fazendo isso. Quando foi no outro dia, eles embarcaram ele num transporte lá, que eu não sei que transporte era, e levaram para o aeroporto e de lá foram embora. [...] E até hoje eu não sei porque é que eu fui preso. Eu nunca fiz parte disso, eu fui só amigo do senhor Epaminondas.^x

Na época da morte de Epaminondas, o reservista do Exército Anísio Coutinho Aguiar, que serviu entre 1971 e 1988, estava lotado em Brasília. Ele viu Epaminondas em Brasília após sua prisão e pouco antes de sua morte:

Conheci o Epaminondas desde 1965, quando eu estudava em Porto Franco. Eu ia muito a casa dele para ele me dar orientações na matéria de português. [...] Eu fui a Brasília, soube que ele estava preso lá e pedi para ir lá. Falei com o chefe da 2ª Seção para ir até lá. O Epaminondas estava muito debilitado, doente e muito abatido. Conversei rapidamente com ele. Ele estava muito estranho também.^{xi}

Em 29 de agosto de 2014, a Comissão Nacional da Verdade realizou audiência pública em Brasília para divulgar o resultado da análise pericial realizada pelo Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal, que confirmou a identificação dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira. Após a audiência, os restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira foram trasladados para Porto Franco (MA) onde, em 31 de agosto de 2014, uma nova audiência pública sobre o caso foi realizada. Em ambas as audiências, foram apresentados o resultado da investigação e o laudo.

O laudo, assinado pelos médicos legistas Aluísio Trindade Filho e Malthus Fonseca Galvão, e pela odonto-legista Heloísa Maria da Costa, de fevereiro de 2014, conclui que os exames periciais antropológicos, documentais e testemunhais colhidos apontam "que

o esqueleto humano exumado em 24 de setembro de 2013, da sepultura 135, da quadra 504 e do setor A do Cemitério Campo da Esperança, representa os restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira".

O laudo detalha os cinco principais pontos que permitiram aos legistas do IML concluir que os restos mortais são de Epaminondas:

- Perfil Biológico: o perfil biológico obtido do esqueleto estudado, composto pelos parâmetros sexo, idade, altura e ancestralidade geográfica demonstrou compatibilidade plena com os dados disponíveis sobre Epaminondas. Os exames apontaram que o esqueleto é de um homem mestiço, medindo entre 1m65,5 e 1m72,5 e de idade superior a 60 anos. O certificado de reservista de Epaminondas, emitido em 1935, obtido pela família e entregue à CNV aponta que Epaminondas tinha 1m72 e era de "cor morena";
- Sobreposição crânio fotográfica: Os peritos do IML de Brasília reconstituíram boa parte do crânio do esqueleto exumado e compararam imagens do crânio com a fotografia frontal de Epaminondas, já idoso, entregue pela família à CNV, e uma reprodução de fotografia de perfil esquerdo de Epaminondas, já preso pelo Exército, obtida pela CNV. As imagens foram decisivas para que o estudo comparativo demonstrasse "compatibilidade plena com o contorno do crânio observado nas fotografias de Epaminondas";
- Restauração dentária: Na exumação de Epaminondas foram encontrados alguns dos dentes da vítima, entre eles o primeiro molar superior direito que apresentou compatibilidade com as informações prestadas por Inês da Costa Oliveira, nora de Epaminondas, durante série de depoimentos colhidos pela CNV e pelo médico legista Aluísio Trindade em diligência realizada na cidade de Porto Franco (MA), em 21 de outubro de 2013. Ela afirmou que Epaminondas "tinha um dente prateado atrás da presa (canino)". Além disso, o ex-dentista prático Colemar Rodrigues do Egito, irmão de Rui Rodrigues do Egito, que atendia Epaminondas, confirmou que o material usado na prótese já era disponível nos anos 60 no Maranhão;
- Fitas no corpo: Na exumação foram encontradas fitas compatíveis com esparadrapo envolvendo os tornozelos e os punhos de Epaminondas, além de uma terceira fita, sobre o peito. As fitas confirmam que os restos mortais exumados são de uma pessoa que morreu em hospital e cujo corpo não pode ser preparado pela família, uma vez que não foram encontrados vestígios de que o corpo tenha sido vestido para o enterro. O tronco estava vestido por uma camisa de cor amarela;
- Aspecto do esqueleto: os ossos quebradiços e entremeados por raízes demonstram que o enterro é muito antigo, sendo compatível com a data da morte de Epaminondas, ocorrida em 20 de agosto de 1971.

Segundo o laudo, a qualidade do material ósseo, sepultado há mais de quarenta anos, não permitiu a extração de DNA em quantidade suficiente para que amostras pudessem ser comparadas com o DNA extraído de filhos e netos de Epaminondas, trabalho feito pelo Departamento de Polícia Federal. A ausência de material apto a exame de DNA, entretanto, não impediu a identificação da vítima pelos dados antropológicos.

Os restos mortais de Epaminondas não apresentavam lesões típicas de tiro ou trauma, o que não permitiu aos peritos ratificar, desmentir ou acrescentar elementos à causa mortis

atestada pelo médico do Exército Ancelmo Schwingel: coma anêmico, choque, desnutrição e anemia.

Após o término da audiência em Porto Franco (MA), com um público de aproximadamente 300 pessoas, a urna funerária com os restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira foi trazida por seus netos perante o público para receber unção religiosa. Em seguida, realizou-se cortejo até o cemitério Jardim da Saudade. Sob canções populares e religiosas entoadas, ocorreu o sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira, em jazigo familiar, ao lado de sua esposa e viúva.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O falecimento de Epaminondas Gomes de Oliveira ocorreu no Hospital de Guarnição do Exército em Brasília. Ele foi sepultado clandestinamente na sepultura 135, da quadra 504 e do setor A do Cemitério Campo da Esperança em Brasília.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Comando Militar do Planalto

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante Militar do Planalto: general de Divisão Dióscoro Gonçalves Vale

Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antônio Bandeira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|------------------------------------|---|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_37923_7 1. | Relatório da Operação Mesopotâmia, 27/8/1971. | CIE | Relatório sobre a Operação Mesopotâmia. |

| | | | |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_38769_71. | Epaminondas Gomes de Oliveira, 7/9/1971. | GAB/SNI | Informações sobre Epaminondas Gomes de Oliveira. |
| Livro de registros dos sepultamentos do ano de 1971 realizados no Cemitério Campo da Esperança. | Livro de registros de sepultamentos, 1971. | Administração do Cemitério Campo da Esperança. | Carimbo, em verso de página, atestando o sepultamento de Epaminondas Gomes de Oliveira em jazigo próximo ao indicado no documento oficial do SNI. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Colemar Rodrigues do Egito (auxiliar de dentista à época). | Arquivo CNV, 00092.002245/2013-12. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Reconheceu que o material utilizado na restauração de um molar encontrado na sepultura de Epaminondas Gomes de Oliveira no Campo da Esperança em Brasília. |
| Epaminondas Rocha de Oliveira (neto da vítima). | Arquivo CNV, 00092.002245/2013-12. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Documentos e memória. |
| Beatriz de Oliveira Rocha (filha da vítima). | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Joana Pereira da Rocha (nora da vítima) | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisão e tortura. |
| Mecias Gomes Chaves (militante e | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. | Prisões ilegais e tortura. |

| | | |
|--|---|----------------------------|
| amigo da vítima) | Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | |
| Inês da Costa Oliveira (nora da vítima) | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Epaminondas Rocha de Oliveira (filho da vítima) | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Nora Ney Costa de Oliveira (neta da vítima). | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Manoel Benício da Costa (neto da vítima). | Arquivo CNV, 00092.002244/2013-78. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Laura (filha de José da Marcelina, vítima da Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.002245/2013-12. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 21/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Abelardo Barbosa de Oliveira (sobrevivente da Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.002212/2013-72. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |

| | | |
|--|---|----------------------------|
| Rute de Araújo Milhomem (familiar de Pedro Araújo, preso na Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Elzir de Araújo Milhomem (familiar de Pedro Araújo, preso na Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Alex Sandra de Araújo Milhomem (familiar de Pedro Araújo, preso na Operação Mesopotâmia) | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Antônio Araújo (familiar de Pedro Araújo, preso na Operação Mesopotâmia) | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Paulo de Tarso Oliveira Brito. | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Maria de Jesus de Souza Santos (filha de Antônio Paulino, vítima da Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Leila Maria Oliveira Brito. | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, | Prisões ilegais e tortura. |

| | | |
|---|---|----------------------------|
| | 22/10/2013. | |
| Maria de Jesus de Sousa Santos. | Arquivo CNV, 00092.002251/2013-70. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Isabel Lima Pereira. | Arquivo CNV, 00092.001640/2014-69. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Maria Pereira Barros. | Arquivo CNV, 00092.001640/2014-69. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Odete Pereira Martins. | Arquivo CNV, 00092.001640/2014-69. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| João Carlos Lima Pereira. | Arquivo CNV, 00092.001640/2014-69. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Diclani Suissa Martins de Brito (filha de Geraldo Magela Brito, inventor piauiense que integrava o grupo e foi avisado pela família que as prisões ocorreriam). | Arquivo CNV, 00092.002230/2013-54. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Prisões ilegais e tortura |
| José Barbosa dos Santos. | Arquivo CNV, 00092.002248/2013-56. Testemunho prestado | Prisões ilegais e tortura |

| | | |
|--|--|----------------------------|
| | perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | |
| Aderson Fernandes Rocha (preso na Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.001643/2014-01. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Dejacir Maranhão Silva (prestou apoio à Guerrilha do Araguaia e testemunhou o assassinato de uma guerrilheira). | Arquivo CNV, 00092.001643/2014-01. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Júpiter Farias Milhomem (filho de Pedro Morais, que integrava o grupo de Epaminondas). | Arquivo CNV, 00092.001643/2014-01. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Adarlene Maria Guimarães Chaves (neta de Raimundo Rodrigues Guimarães também preso na Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.001643/2014-01. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Adriana Saraiva Guimarães (sobrinha neta de Antônio Aviador e sobrinha de Lino, um dos sobreviventes ainda vivos da Operação Mesopotâmia). | Arquivo CNV, 00092.001643/2014-01. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Alberto Azevedo Gomes (filho de Alziro Gomes). | Arquivo CNV, 00092.001648/2014-25. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23 de outubro de 2013. | Prisões ilegais e tortura. |

| | | |
|--|--|----------------------------|
| Raimundo Simão Gomes (filho de Alziro Gomes). | Arquivo CNV, 00092.001648/2014-25. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Tocantinópolis/MA, 23 de outubro de 2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Maria Mota de Aguiar (amiga de Epaminondas Gomes de Oliveira). | Arquivo CNV, 00092.001358/2014-81. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Imperatriz/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Valfredo Carvalho de Aguiar (amiga de Epaminondas Gomes de Oliveira). | Arquivo CNV, 0092.001358/2014-81. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Imperatriz/MA, 23/10/2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Agostinho Jardim da Silva (filho de José da Marcelina, preso junto com Epaminondas Gomes de Oliveira). | Arquivo CNV, 00092.001659/2014-13. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Brasília/DF, 25 de setembro de 2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Delzi Jardim da Silva (viúva de José da Marcelina, preso junto com Epaminondas Gomes de Oliveira) | Arquivo CNV, 00092.001659/2014-13. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Brasília/DF, 25 de setembro de 2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Joana da Silva Santos (filha de José da Marcelina, preso junto com Epaminondas Gomes de Oliveira). | Arquivo CNV, 00092.001659/2014-13. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Brasília/DF, 25 de setembro de 2013. | Prisões ilegais e tortura. |
| Zulmira Pereira da Silva (filha de José da Marcelina, preso junto com Epaminondas Gomes de Oliveira). | Arquivo CNV, 00092.001659/2014-13. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Brasília/DF, 25 de | Prisões ilegais e tortura. |

| | | |
|--|-------------------|--|
| | setembro de 2013. | |
|--|-------------------|--|

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|---|
| Anísio Coutinho de Aguiar, cabo do Exército à época. | Arquivo CNV, 00092.002228/2013-85. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade. Porto Franco/MA, 22/10/2013. | Visitou a vítima no Pelotão de investigações. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que:

- Epaminondas Gomes de Oliveira foi preso, torturado e morto no contexto da Operação Mesopotâmia, levada a efeito pelo Comando Militar do Planalto / 11ª Região Militar, em agosto de 1971;
- A morte de Epaminondas Gomes de Oliveira ocorreu em Brasília-DF, em 20 de agosto de 1971, após prisão e tortura por espancamento e choques elétricos, na Polícia da Aeronáutica e/ou no Pelotão de investigações Criminais (PIC), ambos situados na capital federal;
- O cadáver de Epaminondas Gomes de Oliveira até 31 de agosto de 2014 não havia sido restituído à sua família, que, após sua prisão no estado do Pará, jamais teve contato com ele, seja em vida ou após o seu sepultamento;
- A Presidência da República, em 1971, por meio do Gabinete Militar e do SNI, após informar à família sobre a morte de Epaminondas Gomes de Oliveira, recusou-se a realizar o traslado do corpo, tendo informado à família um número incorreto de sepultura e atestando a impossibilidade de exumação do corpo antes de decorridos 5 anos;
- A Comissão Nacional da Verdade considera que Epaminondas Gomes de Oliveira foi até 29 de agosto de 2014 um desaparecido político brasileiro, vitimado pela ditadura militar de 1964-1985;
- De acordo com o trabalho investigativo realizado, e com o Laudo Cadavérico nº 43.228/2013, produzido pelo Instituto de Medicina-Legal, da Polícia Civil do Distrito

Federal, a Comissão Nacional da Verdade identificou os restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira;

- Os restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira foram restituídos à família. Em 31 de agosto de 2014, após audiência pública realizada em Porto Franco-MA, Epaminondas Gomes de Oliveira foi sepultado no Cemitério Jardim da Saudade.

Recomenda-se a continuidade das investigações para a completa identificação e responsabilização dos agentes envolvidos na prisão ilegal, tortura, morte e desaparecimento de Epaminondas Gomes de Oliveira.

ⁱ Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_38769_71, p. 3.

ⁱⁱ SNI AC_ACE_38769_71, p. 3.

ⁱⁱⁱ SNI, AC_ACE_38769_71, p. 5.

^{iv} Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_38769_71, p. 10.

^v Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_38169_71, p. 8.

^{vi} Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_37923_71, pp. 15-16.

^{vii} Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_37923_71, p. 18.

^{viii} Arquivo Nacional, AC_ACE_37923_71.

^{ix} Arquivo Nacional AC_ACE_37923_71 p. 24.

^x Arquivo CNV, 00092.002212/2013-72. Entrevista de Abelardo Barbosa de Oliveira à CNV em 22 de outubro de 2013, em Porto Franco/MA.

^{xi} Arquivo CNV, 00092.002228/2013-85. Entrevista de Anísio Coutinho Aguiar à Comissão Nacional da Verdade em 22 de outubro de 2013, em Porto Franco/MA.

IARA IAVELBERG



DADOS PESSOAIS

Filiação: Eva Iavelberg e David Iavelberg

Data e local de nascimento: 7/5/1944, São Paulo (SP)

Atuação profissional: psicóloga e professora universitária

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local da morte: 20/8/1971, Salvador (BA)

BIOGRAFIA¹

Nascida em São Paulo, Iara Iavelberg pertencia a uma família judia e concluiu os estudos secundários na Escola Israelita do Cambuci, na capital paulista. Casou-se pela primeira vez aos 16 anos com um médico. Em 1963, ingressou no Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Nesse período, Iara passou a atuar no grupo de teatro da USP (TUSP), onde realizou leituras dramáticas de Oswald de Andrade e Bertold Brecht. Também era frequentadora da Cinemateca Brasileira e do Cine Bijou. Iara foi presidente da Associação Universitária dos Estudantes de Psicologia, onde defendeu a participação estudantil nas decisões sobre a estrutura do curso e se envolveu no debate, ainda incipiente, sobre as internações compulsórias. Contribuiu para a criação do Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), voltado para um público de baixo poder aquisitivo. Em 1968, Iara ingressou na pós-graduação e atuou como professora-assistente no Instituto de

Psicologia da USP. Foi militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), da Vanguarda Popular Revolucionária (VRP) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A partir de 1969, teve um envolvimento amoroso com Carlos Lamarca e passaram a viver juntos no Rio de Janeiro. Em junho de 1971, Iara e Lamarca mudaram-se para a Bahia, ela para Salvador e ele para o sertão. Morreu aos 27 anos de idade, durante um cerco policial ao apartamento que morava, no bairro da Pituba, em ação perpetrada por agentes do Estado.

No dia 22 de setembro de 2003, após 13 anos de batalhas judiciais, os restos mortais de Iara, que haviam sido enterrados na ala dos suicidas do Cemitério Israelita de São Paulo, foram exumados. Após a exumação dos restos mortais de Iara Iavelberg, análises periciais, concluídas em maio de 2005, indicam que não era possível assegurar que Iara tenha cometido suicídio. Em 11 de junho de 2006, com cerimônia oficiada pelo rabino Henry Sobel, os restos mortais de Iara foram enterrados fora do setor dos suicidas, no Cemitério Israelita do Butantã, em São Paulo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 1º de dezembro de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Iara Iavelberg. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, o centro acadêmico do Instituto de Psicologia da USP passou a ser chamado Centro Acadêmico Iara Iavelberg. Iara também foi lembrada, dando nome a praças e ruas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Osasco (SP). Sua vida foi retratada em livro de Judith Patarra, *Iara: reportagem biográfica*, lançado em 1992 e, parcialmente, no filme *Lamarca*, de Sérgio Rezende (1994), sobre Carlos Lamarca, baseado em livro de Emiliano José e Oldack Miranda. Flávio Frederico dirigiu o documentário *Em busca de Iara* (2013), baseado em investigação pessoal da sobrinha

de Iara, Mariana Pamplona. Iara foi homenageada com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 1º de abril de 1996.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Iara Iavelberg foi morta no dia 20 de agosto de 1971. De acordo com a narrativa apresentada pelas forças de segurança do Estado, especificamente no relatório da Operação Pajussara, o apartamento em que Iara se encontrava, no bairro da Pituba, em Salvador (BA), foi cercado por agentes militares e policiais comandados pelo DOI-CODI de Salvador, tendo à frente o então major do Exército Nilton de Albuquerque Cerqueira. Ao perceber o cerco ao apartamento, Iara se refugiou no apartamento vizinho. Segundo a versão do DOI-CODI, na iminência de ser capturada, Iara teria cometido suicídio, como consta no relatório da Operação Pajussara: “no dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/06 para estourar este aparelho (...). Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se”.

Sabe-se que no início da década de 1970, Iara era uma das pessoas mais procuradas pelos órgãos de segurança do Estado em decorrência de seu envolvimento com Carlos Lamarca. A montagem da Operação Pajussara começou a ganhar contornos mais claros a partir da descoberta do diário de Lamarca e de cartas que ele havia escrito para Iara, encontradas em poder de militantes do MR-8. As informações extraídas a partir das páginas do diário de Lamarca, associadas às declarações de militantes que haviam sido presos e torturados em Salvador, permitiram que os órgãos de repressão localizassem o apartamento de Nilda Carvalho Cunha e de Jaileno Sampaio Filho, no qual Iara estava escondida em Salvador. Presa neste cerco ao apartamento, Nilda Carvalho Cunha, de apenas 17 anos, mais tarde, em 14 de novembro, morreu, vítima das torturas que sofreu por mais de dois meses.

A verdade sobre a morte de Iara foi perseguida por seus familiares, que nunca se conformaram com a versão divulgada à época, de que ela teria cometido suicídio. Em parecer favorável ao deferimento do caso na CEMDP, Suzana Keniger Lisbôa afirmou que havia indícios de que Iara teria sido executada no próprio local do cerco policial. Esta informação foi dada em depoimento prestado à CEMDP pelo jornalista Bernardino

Furtado, em 23 de setembro de 1997, no gabinete do então secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., no qual afirmou: “[...] quando entrevistou o dr. Lamartine [Lima] visando obter informações sobre o laudo cadavérico de Lamarca; nessa ocasião o médico lhe relatou o seguinte: o sargento Rubem Otero confidenciou-lhe que [...] participou do cerco ao apartamento de Iara Iavelberg; que quando já se encontravam dentro do apartamento, sem que tivessem encontrado qualquer pessoa, perceberam que a porta de um dos cômodos se encontrava fechada; o sargento teria disparado uma rajada de metralhadora contra essa porta, não tendo havido qualquer reação dentro do referido cômodo, o sargento chutou a porta e ali encontrou uma mulher agonizando [...]. O depoente ouviu de Leônia Cunha, irmã de Lúcia Bernardete Cunha, que era hospedeira de Iara naquela época, a seguinte informação: a senhora Evandir Rocha, conhecida por Vanda, zeladora do edifício naquela época, relatou a Leônia que ouviu Iara gritar que se entregava às forças da repressão, tendo em seguida ouvido os tiros”.

O contra-almirante Lamartine Lima declarou que Rubem Otero não lhe confessara ter atirado em ninguém, e dissera apenas que disparara sua arma. A proprietária do apartamento 202, Shirlei Freitas Silveira, também foi ouvida pela CEMDP, pois oito dias após a morte de Iara esteve no local para verificar o estado do apartamento, e afirmou que havia outros três tiros no banheiro onde Iara supostamente teria se suicidado com um único tiro. Ivan Pugliese, uma das pessoas que prestou depoimento à CEMDP, sobre o caso de Iara, declarou: “quando saía para o trabalho, ouvi os tiros que mataram Iara. Atiro desde os 12 anos e reconheço estampido de armas. Eram armas diferentes, de cano curto. Provavelmente uma pistola automática e um revólver”. O caso de Iara foi apresentado inicialmente em 2 de dezembro de 1997, na CEMDP, com voto favorável da relatora, Suzana Keniger Lisbôa, no entanto, do general Oswaldo Pereira Gomes pediu vista. Ao ser colocado em votação em 5 de maio de 1998, com voto do general pelo indeferimento, foi incluído pela relatora um “Adendo ao Voto” inicial, contendo parecer criminalístico elaborado pelo perito Celso Nenevê.

As versões oficiais sobre o fato foram contestadas, por causa das contradições existentes e os indícios que indicavam a intenção de falsear a causa de sua morte, entre eles a divulgação do “suicídio” um mês depois da morte de Iara, em escassas linhas, com o anúncio das mortes de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto, e o desaparecimento

dos documentos relativos ao episódio. Não foi realizada à época nenhuma perícia de local, nem exames papiloscópicos para comprovar a *causa mortis* de Iara. As fotos do local (constantes do documento 2/1971, do Serviço de Informações da Polícia Federal), onde Iara supostamente teria cometido suicídio, não apresentam indícios que comprovam a versão oficial. Não foram divulgadas fotos da arma utilizada no suicídio e não foi localizado o projétil que provocou a morte da militante, bem como o banheiro no qual Iara foi morta encontrava-se limpo logo após o evento, tampouco foi produzido um relatório dos eventos que ocorreram no cerco policial.

Outra contradição em relação à versão de suicídio está nos relatórios das Forças Armadas que, em 1993, foram encaminhados ao ministro da Justiça, e apresentavam divergências nas versões sobre a morte de Iara: enquanto o da Marinha afirmou “[...] foi morta em Salvador (BA), em ação de segurança” o da Aeronáutica asseverou que “[...] se suicidou em Salvador (BA) [...] no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia”.

O laudo necroscópico de Iara não foi encontrado no Instituto Médico Legal (IML) Nina Rodrigues, da Bahia, e não há sequer o registro de entrada do corpo. A CEMDP buscou exaustivamente os documentos relativos à morte de Iara. Nilmário Miranda esteve pessoalmente em Salvador e colheu vários depoimentos. Em diversos contatos telefônicos com o diretor do IML em 1971, Lamartine Lima, foi informado de que havia duas vias do laudo de Iara, uma entregue à Polícia Federal (PF) e outra enviada ao comando da 6ª Região Militar. Em 1997, o diretor do IML afirmou em ofício para a CEMDP que o órgão não dispunha de cópia e que o laudo original fora entregue à PF, enviando à Comissão Especial cópia dos rascunhos, feitos por Charles Pittex por ocasião da necropsia. O laudo descrevia com minúcias até as roupas que Iara usava, mas não incluiu informações precisas capazes de esclarecer se Iara se suicidou ou foi assassinada. Não fez qualquer referência quanto ao tipo, à descrição e à localização dos ferimentos. Apenas citou a lesão característica de disparo a curta distância, na região mamária esquerda e a saída próxima à região lombar. Na descrição detalhada das vestes, não mencionou os vestígios que caracterizariam o disparo, nem tampouco manchas de sangue.

Tanto em seu rascunho quanto no atestado de óbito, o legista colocou uma interrogação ao lado da versão de suicídio.

A Comissão da Verdade Rubens Paiva de São Paulo realizou audiência pública sobre o caso Iara Iavelberg no dia 4 de março de 2013, com a participação de Samuel Iavelberg (irmão); Mariana Pamplona (sobrinha e roteirista do documentário *Em busca de Iara*); Flávio Frederico (diretor do documentário *Em busca de Iara*); Daniel Muñoz (médico) e Luiz Eduardo Grenhalgh (advogado da família de Iara). Os depoimentos revelaram que a sociedade Chevra Kadisha, responsável pelo Cemitério Israelita do Butantã, dificultou ao máximo a exumação dos restos mortais de Iara. Em 2003, finalmente o corpo foi exumado, sendo responsável pela necropsia dos restos mortais o médico Daniel Romero Muñoz, e o novo laudo confirmou que Iara foi assassinada. “A descrição do laudo necroscópico oficial não é compatível com suicídio”, disse Muñoz, professor da Faculdade de Medicina da USP. Na audiência pública, Muñoz fez uma detalhada exposição dos exames que comprovam que Iara foi assassinada. A morte de Iara Iavelberg é também relatada no capítulo 13, *Casos Emblemáticos*, deste Relatório.

LOCAL DE MORTE

Residência particular, no bairro da Pituba, em Salvador (BA)

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte:

1.1. 2ª Seção da 6ª Região Militar:

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado

Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima

Comandante da 2ª Seção da 6ª Região Militar: major Nilton Albuquerque Cerqueira

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------------|------------|----------|------------------------------------|-------------------------|--|
| Nilton Albuquerque e Cerqueira | Exército | major | Comandante da “Operação Pajussara” | Salvador (BA) | Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.59-61 |
| Rubem | Fuzileiros | sargento | Execução | Salvador | Arquivo Nacional. CEMDP: |

| | | | | | |
|-------------------------------------|--|-------------------------|--|---------------|--|
| Otero | Navais da Bahia | | | (BA) | BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.59-61 |
| Joalbo Rodrigues Figueiredo Barbosa | Secretaria de Segurança Pública da Bahia | secretário de segurança | Atuação na operação que vitimou Iara Iavelberg | Salvador (BA) | Arquivo Nacional. CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.59-61 |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.34 | Certidão de óbito, de 20/8/1971. | Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. | Registra como causa da morte hemorragias interna e externa em decorrência de “transfixação do coração e pulmão esquerdo por projétil de arma de fogo”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.39-40 | Reportagem “Lamarca nos caminhos de Iara”, de 21/9/1971. | Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . | Divulga a morte de Iara, corroborando a versão oficial de que ela teria cometido suicídio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.52-55 | Exame cadavérico, de 24/8/1971. | Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. | Repete a mesma versão da causa da morte que a certidão de óbito. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.59-61 | Depoimento de Bernadino Furtado Carvalho, de 23/09/1997. | Comissão Especial de Mortes e Desaparecidos Políticos. | O depoente declara que ouviu do médico do Hospital Naval de Salvador, o contra-almirante reformado Lamartine Andrade Lima, que Iara teria sido morta a tiros de metralhadora por Rubem Otero, segundo sargento do Corpo de Fuzileiros Navais, um dos encarregados de “estourar” o apartamento onde ela se encontrava. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, p.77- 84 | Parecer criminalístico, de 19/10/1997. | Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal. | Conclui que Iara morreu em decorrência de um tiro de projétil na região da mama direita, não sendo possível, no entanto, “estabelecer um diagnóstico diferencial entre suicídio e homicídio |

| | | | |
|---|---|---|--|
| | | | por falta de elementos materiais no processo. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AS V_ACE_2958_82_001, p.38 | Relatório da “Operação Pajussara”, de 1971. | Ministério do Exército. | Corroborar a versão oficial da morte de Iara, afirmando que ela, “a fim de evitar sua prisão, ocultou-se em um banheiro do apartamento vizinho, sentindo-se cercada e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se”. |
| Arquivo da CNV: 00092.002976/2014-49 | Fichário individual, sem data. | Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo | Trata da participação de Iara nas organizações políticas e do relacionamento com Carlos Lamarca e informações até 1978, período em que Iara já estava morta. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, pp. 8-33 | Operação 2/71 | Departamento da Polícia Federal | Apresenta fotos do local da morte de Iara e de seu velório. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, pp. 36-40 | Morte de Lamarca é anunciada pela 6ª Região Militar | <i>Jornal do Brasil</i> | Menciona a morte de Lamarca e os embalsamentos de Lamarca e de Iara Iavelberg. |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Audiência pública, de 4/3/2013 | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” | Depoimentos sobre o caso Iara Iavelberg |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Relatório de decisão da CEMDP, de 2/12/1997 | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” | Decisão favorável do pedido da família de Iara e relatório do caso |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | História revisitada | Revista <i>Veja</i> | Entrevista com a jornalista Judith Patarra, autora do livro: “Iara: reportagem biográfica” |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Ficha do DOPS | DOPS-SP | Trata da participação de Iara nas organizações políticas, o relacionamento com Carlos Lamarca e adiciona informações até 1978, período em que Iara já estava morta |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Dossiê familiar | Família de Iara – assinado pelo irmão, Raul Iavelberg | Dossiê familiar |
| Arquivo da CNV: | Ofício do | IML-BA | Ofício responde à |

| | | | |
|---|---|--|---|
| 00092.003021/2014-17 | IML-BA | | solicitação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e diz que não localizaram o Laudo do Exame Cadavérico de Iara. |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Croquis e Fotos Do Edifício Santa Terezinha, do corpo autopsiado de Iara e do velório | | Iara foi morta quanto estava no Edifício Santa Terezinha, localizado na Rua Minas Gerais, nº 125. Bairro: Pituba, Salvador-BA. Documento também citado no relatório da Operação Pajussara. Há indicação da banheira onde Iara teria cometido o “suicídio” e indicação de marca da bala. |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Depoimento | Bernardino Furtado Carvalho | Depoimentos que esclarecem a morte |
| Arquivo da CNV: 00092.003021/2014-17 | Depoimento | Leônia Cunha, irmã de Lúcia Bernardete Cunha | Afirma que Evandir Rocha ouviu Iara gritar que se entregaria às forças de repressão, tendo em seguida ouvido os tiros |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0041_0001, pp. 56-63 | Parecer Criminalístico | Celso Nenevê | Analisa os croquis de exame de corpo de delito constantes no processo de Iara |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---------------------------------------|---|---|
| Daniel Romero Munhoz, médico legista. | Audiência sobre o caso de Iara Iavelberg na Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, de 4/3/2013. | O professor de Medicina Legal da Universidade de São Paulo foi nomeado perito do caso por solicitação do advogado da família Luiz Eduardo Greenhalgh, em 2003. Ele afirma no depoimento que, em seu laudo, concluiu que não havia elementos que normalmente são encontrados em um tiro suicida. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Iara Iavelberg morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, tendo em vista a completa identificação dos envolvidos na morte de Iara Iavelberg.

ⁱ MONCAU, Gabriela. *Revolução e Paixão na vida admirável de Iara Iavelberg*. São Paulo: *Revista Adusp*, out. 2013, pp. 61-69.

AMARO LUIZ DE CARVALHO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Soares de Carvalho e José Luiz de Carvalho

Data e local de nascimento: 4/6/1931, Joaquim Nabuco (PE)

Atuação profissional: camponês

Organização política: Partido Comunista Revolucionário (PCR)

Data e local de morte: 22/8/1971, Recife (PE)

BIOGRAFIA

Amaro Luiz foi líder camponês do Sindicato Rural de Barreiros (PE) e também atuou no setor têxtil. Teve destacada participação na criação de Ligas Camponesas e sindicatos na zona canavieira e nas lutas da categoria têxtil da região metropolitana de Recife (PE). Pertenceu ao Partido comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), do qual foi um dos fundadores, junto com Manoel Lisboa e Ricardo Zarattini. Em 1961 esteve em Cuba e em 1966 fez um curso de formação político-militar na China. Atuou na zona canavieira e na área rural de Pernambuco. Conhecido como “Capivara”, era casado com Maria das Dores Gomes da Silva, com quem teve três filhos: Zóia, Margarete e Luiz.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Amaro Luiz de Carvalho foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 8 de fevereiro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Amaro Luiz de

Carvalho foi homenageado em Olinda e Recife, e ruas com seu nome foram batizadas nessas cidades.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Amaro Luiz de Carvalho foi morto na Casa de Detenção de Recife, onde cumpria pena por subversão, em 22 de agosto de 1971.

A causa da morte divulgada pela Secretaria de Segurança de Pernambuco, à época, foi envenenamento. Amaro Luiz teria ingerido um refrigerante envenenado. A falsa versão registrou que ele teria sido morto pelos próprios companheiros de cela e de militância, pois queria abandonar a causa comunista.

À época da morte foram colhidos depoimentos de presos e vigilantes que estavam na Casa de Detenção do Recife no dia do ocorrido para instrumentalizar o inquérito sobre o caso. No entanto, a maioria dos depoimentos e acareações não contribuiu para elucidar as reais circunstâncias e responsáveis pela morte de Amaro Luiz, pois foram contraditórios e incongruentes.

Em um aditamento de depoimento anterior, o detento Adilson Almeida de Santana, conhecido como “Nêga Velha”, apontou o preso Dercílio de Brito como o responsável pelo crime contra Amaro Luiz.

O laudo da Perícia Tanatoscópica e o laudo da Análise Toxicológica, feitos nas vísceras da vítima e nas duas garrafas de refrigerantes que estavam no local onde o corpo foi encontrado, constatou que Amaro não ingeriu veneno. Além disso, de acordo com a certidão de óbito, a morte foi causada por “hemorragia pulmonar decorrente de traumatismo do tórax por instrumento contundente”. Esses elementos permitiram a desconstrução da falsa versão divulgada, de morte por envenenamento.

O diretor da Casa de Detenção em que Amaro estava custodiado era o coronel da Polícia Militar, Olinto Ferraz.

O corpo de Amaro Luiz de Carvalho foi sepultado no cemitério de Santo Amaro.

LOCAL DE MORTE

Casa de Detenção de Recife, rua Floriano Peixoto s/nº, bairro São José, Recife (PE).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE)

Governador do estado de Pernambuco: Nilo de Souza Coelho

Secretário estadual de Segurança Pública de Pernambuco: Armando Hermes Ribeiro Samico

Diretor do DOPS/PE: Ordolito José Barros de Azevedo

Delegado do DOPS/PE: José Oliveira Silvestre

Delegado do DOPS/PE: Redivaldo Oliveira Acioly

Diretor da Casa de Detenção: coronel da PM, Olinto Ferraz

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|---|
| Arquivo da CNV: 00092_00083 0_2012_05, pp. 31 e 83 | Aviso nº 01861 (2/12/1993) | Relatório das Forças Armadas | Há referências sobre Amaro Luiz em dois trechos do documento e ambos registram que Amaro Luiz foi morto dentro da Casa de Detenção de Recife, em agosto de 1971, pelos próprios presidiários quando cumpria pena por subversão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, p. 106 | Perícia Tanatoscópica (23/8/1971) | Instituto de Medicina-Legal (IML) de Pernambuco | No campo de preenchimento sobre veneno está registrado “Prejudicado (enviado material para exame toxicológico)”. Atesta que a morte foi ocasionada por “hemorragia pulmonar decorrente de traumatismo do tórax por instrumento contundente.” Registra também várias pequenas escoriações ao longo do corpo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Declaração | Secretaria de Segurança Pública de | Depoimentos e acareações feitos por detentos e vigilantes que estavam no presídio no |

| | | | |
|---|---|------------------------------|--|
| BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, pp. 22-104 e pp. 119-129 | | Pernambuco | momento da morte de Amaro Luiz. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, pp. 5 | Certidão de óbito (22/8/1971) | | Registra que o sepultamento foi realizado no cemitério Santo Amaro e que a morte foi causada por “hemorragia pulmonar decorrente de traumatismo do tórax por instrumento contundente”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, pp. 110-118 | Exame em local de ocorrência (22/8/1971) | Instituto de Polícia Técnica | Descreve o local do crime e como estava o corpo da vítima. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, pp. 130-152 | Ilustração fotográfica | Instituto de Polícia Técnica | As fotos ilustram como a perícia encontrou o corpo e registram “notar no braço direito e região lombar as placas vermelhas” e “escoriações ungueas no braço esquerdo.” |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBS B_ATO_0013 _0001, pp. 156-157 | Certidão do laudo de análise (5/5/1972) | IML de Pernambuco | Laudo de análise toxicológica das vísceras de Amaro Luiz que registra negativo para a presença de venenos. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Amaro Luiz de Carvalho morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, de causa não natural, sendo falsa a versão de morte por envenenamento, divulgada à época dos fatos. Essa ação foi cometida em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a retificação de todos os documentos que atestem falsa *causa mortis*, bem como para identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

LUIZ ANTÔNIO SANTA BÁRBARA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Ferreira Santa Bárbara e Deraldino Santa Bárbara

Data e local de nascimento: 8/12/1946, Inhambupe (BA)

Atuação profissional: estudante e tipógrafo

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de morte: 28/8/1971, Fazenda Buriti, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIAⁱ

Luiz Antônio Santa Bárbara nasceu em Inhambupe (BA). Além de Luiz Antônio, seus pais, Maria e Deraldino, tiveram outros quatro filhos: José Carlos, Neuma, Robério, Goretti e Luiz Ernesto. Sua família fez uma série de migrações em busca de melhores condições de vida. Primeiro, mudou-se para São Paulo (SP), onde o pai, Deraldino, trabalhou como operário; depois, para Teófilo Otoni (MG), onde Deraldino vendia mingau. A família ainda passou por Nova Soure (BA), antes de retornar a Inhambupe (BA). Quando Luiz Antônio tinha cinco anos, foi com o seus pais e irmãos morar em Feira de Santana (BA).

Luiz Antônio começou a trabalhar aos 12 anos para ajudar nas despesas da casa. Seus

pais queriam que terminasse os estudos e ingressasse no curso de Direito, mas as condições de vida da família não permitiam. Aos 14 anos, com a ajuda de um tio, o menino passou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo no jornal *Gazeta do Povo*, dirigido por um major da reserva conhecido como “Jandiroba”. Nessa época, Luiz Antônio já estava engajado em mobilizações de estudantes, primeiro no Ginásio Municipal de Feira de Santana, depois no Colégio Estadual de Feira de Santana (BA), onde presidiu o grêmio estudantil “Arlindo Barbosa”. Em 1966, aos 20 anos, passou a trabalhar como auxiliar de tipografia no jornal *Folha do Norte*, e aproveitava para imprimir panfletos do movimento estudantil.

Já era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1969, quando foi preso junto com outros companheiros, em meio a uma manifestação de estudantes. Ficou incomunicável por quatro dias no 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana (BA). Após a primeira prisão, continuou a ser monitorado e perseguido pelos órgãos da repressão. Percebeu que o cerco estava se fechando quando seu pai e um de seus irmãos foram detidos. Em função de divergências políticas, rompeu posteriormente com o PCB e passou a militar no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Engajado no MR-8, Luiz Antônio foi para Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas (BA), terra natal de Zequinha Barreto, um dos líderes da greve operária de Osasco, em 1968, que meses depois seguiria também para a região, acompanhado de Carlos Lamarca, para fomentar a implantação de uma guerrilha rural na região. Santa Bárbara chegou à região como o “professor Roberto” e hospedou-se na casa de José de Araújo Barreto, pai de Zequinha, Otoniel e Olderico Campos Barreto. Santa Bárbara buscou se integrar à vida local, dando aulas de alfabetização para crianças e adultos. Todas as tardes, a residência do camponês José Barreto se enchia de gente que ia aprender a ler e a escrever com o “professor Roberto”. Além dessa atuação, ele também acompanhava a família nas lidas na roça, organizava eventos culturais e esportivos, destacando-se pelas habilidades no futebol. O “professor Roberto” montou, ainda, uma peça de teatro sobre a pobreza da população local e a exigência de pagamento de tributos, imposta a todos os agricultores, mesmo àqueles que não tinham título de propriedade. Carlos Lamarca ajudou a escrever o roteiro da peça, que foi encenada pelas crianças da localidade.

Luiz Antônio Santa Bárbara foi morto em agosto de 1971, aos 24 anos, em ação

perpetrada por agentes do Estado brasileiro, na chamada *Operação Pajussara*, montada pelas forças de segurança para capturar e eliminar o líder guerrilheiro Lamarca no sertão baiano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 10 de agosto de 2004, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Antonio Santa Bárbara. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 16 de outubro de 1995, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro Muchila, na cidade de Salvador (BA). Luiz Antônio foi também homenageado com a medalha Chico Mendes de Resistência pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em 1º de abril de 2002.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTEⁱⁱ

Luiz Antonio Santa Bárbara foi morto por agentes do Estado brasileiro no dia 28 de agosto de 1971, em Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia, durante a operação militar e policial que ficou conhecida como Pajussara. A localização de Lamarca naquela região envolveu colaboração do CIE e do CISA, conforme depoimento do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier.ⁱⁱⁱ

A pacata população rural de Brotas de Macaúbas teve sua rotina alterada com a chegada de helicópteros e várias equipes de militares e policiais civis à região. O barulho das rajadas de metralhadoras, cenas como a de Olderico Barreto, irmão de Zequinha Barreto, e seu pai, José de Araújo Barreto, sendo torturados na frente de vizinhos e o sobrevoo de helicópteros com os mortos pendurados, para todos verem.

Do cerco e investida sobre a casa da família Barreto, em Buriti Cristalino, na data de 28 de agosto de 1971, coordenados pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) da 6ª Região Militar – que matou os militantes Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara –, participaram as equipes OSCAR (do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS de SP, tendo à frente o delegado Sérgio Paranhos Fleury), LIMA (CIE), MIKE (Cisa), FOX-TROT (CIE), HOTEL (Cisa) E CINÓFILAS (PM da Bahia). Os helicópteros permaneceram em Oliveira dos Brejinhos e foram acionados quando se

rompeu o silêncio com o tiroteio na fazenda. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” de São Paulo (CEV-SP), em 15 de julho de 2014, Olderico Barreto contou que:

No dia 28 de agosto de 71 a gente amanheceu com nossa casa cercada. [...] Eles chegaram de helicóptero, eles vieram de madrugada, a cavalo, à pé [ao povoado de Buriti Cristalino]. Esses que cercaram a nossa casa é que são responsáveis pela morte de Otoniel e Santa Bárbara. [...] então quando eu sou preso, passo a ser torturado no pé de um morango, onde eles me misturavam com estrume de animal, e me reviravam e davam chutes na região dos rins, pra lá e pra cá, eles me quebraram neste dia [de forma] que eu tive muita dificuldade no dia seguinte de levantar sozinho, de entrar em um carro, de me curvar. [...] eu vi meu pai, eles pondo o velho no pau-de-arara à noite. [...] eles me vendaram os olhos e me pisavam, inclusive para descansar eles ficavam em cima do meu tórax.

Em documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 16 de setembro de 1971, localizado no Arquivo Nacional pela CNV, consta:

No dia 31 de agosto 71 foi passado o seguinte telex [...], informo CODI-6 apoiado elementos CIE, CISA e CENIMAR prossegue buscas agora área Brotas, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, interior Bahia. Dia 28 agosto estourou aparelho rural sendo morto Luiz Antônio Santa Bárbara, codinomes ‘Ramos’ e ‘Merenda’ e Otoniel Campos Barreto, e ferido Aldemar Campos Barreto que reagiram [à] prisão. Dois últimos são irmãos [de] Jessé Campos Barreto, ainda foragido. Lamarca não foi visto, havendo indícios [de] sua presença.

A versão apresentada à época pelos órgãos de repressão seria de que Luiz Antônio teria se suicidado com um tiro no próprio ouvido durante o cerco da polícia à Fazenda Buriti, quando soube da morte de seu companheiro Otoniel Barreto. Outra versão divulgada pelos órgãos de repressão é a de que ele teria morrido em um tiroteio, quando as forças policiais ainda não haviam assumido o controle total da área. No laudo de necropsia, de 29 de agosto de 1971, consta que o jovem foi “abatido quando reagira à bala contra a equipe encarregada de capturá-lo [...], em operação realizada sob a coordenação CODI/6, conforme ofício [...] produzido pelo Departamento de Polícia Federal”. Essa informação, registrando a falsa versão de morte em troca de tiros, conforme notícia publicada na *Folha de S. Paulo* em 15 de julho de 1996, já constava de documento assinado pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho, então diretor da Polícia Federal na Bahia e integrante do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) da 6ª Região Militar, que encaminhou os corpos à perícia no Instituto Médico-Legal (IML). No laudo de necropsia, os peritos

concluíram que Luiz Antônio “falecera em consequência de ruptura do cérebro por projétil de arma de fogo” e que “o agente quis o resultado”.

Sabe-se, no entanto, que a *Operação Pajussara* foi de grande porte, impossibilitando resistência por parte dos moradores. O próprio relatório da *Pajussara* evidencia que a operação contou com diversos serviços de informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, Polícias Militares, Polícia Federal e Polícias Civas, constituindo-se em uma operação de guerra que esperava encontrar na região um foco de guerrilha coordenado pelo ex-capitão Carlos Lamarca. O transporte das forças policiais e militares contou com a cooperação da Companhia Mineradora Boquira, que cedeu um avião e viaturas, garantindo o deslocamento aéreo e terrestre e permitindo a infiltração das equipes na área. Na avaliação do Exército, durante a operação houve um “perfeito entrosamento” entre “as Agências Centrais de Informações, Elementos Civas de São Paulo e Guanabara, Centro de Operações de Defesa Interna (CODI/2)”. O povoado de Buriti Cristalino foi ocupado por mais de cem homens armados - várias equipes, de militares e policiais civis - com metralhadoras e fuzis, além de helicópteros que sobrevoavam a casa. Segundo o relatório da operação, “como armamento, a metralhadora ou FAL foram usados ostensivamente, por ser impositivo, face ao inimigo. Este armamento é contra indicado apenas na fase de busca de informes, quando as equipes usam Revólver ou Pistola”. A primeira fase da operação, desenvolvida durante a madrugada, encontrou seis pessoas dormindo na casa da família Campos Barreto. O primeiro a ser morto foi Otoniel, atingido ao tentar impedir que seu pai, José de Araújo Barreto, de 64 anos, continuasse a ser torturado pelos policiais. Depois, Luiz Antônio Santa Bárbara foi assassinado dentro da casa da família Barreto.

Olival Barreto, que à época tinha 11 anos, escondeu-se debaixo da cama do quarto junto com Jorge Tadeu, 16 anos, quando da invasão dos agentes à sua casa. De lá, escondido, presenciou a morte de Luiz Antônio Santa Bárbara, que caiu no chão, ao lado das crianças. Olival relembra o que presenciou:

Nós dormíamos juntos, no mesmo quarto, porque a gente era como irmãos, ele tinha o dobro da minha idade, ele era da idade do Zequinha, ele era meu professor. Então a gente dividia o quarto. Só que esta noite, quando eu deitei, ele não estava. Aí quando foi tarde da noite, por volta de meia-noite, uma hora da manhã, ele chegou. [...] Só que quando estava clareando, o José Tadeu, que era um primo que morava ao lado, ele viu a polícia chegando, muita gente

montada a cavalo, fazendo o cerco ali, e ele conseguiu entrar na nossa casa antes que a polícia. [...] O Tadeu devia ter uns 15 anos para 16. Ele acordou o Olderico e o Otoniel e foi lá para o quarto da varanda, onde eu estava com o Santa Bárbara e acordou a gente. Aí ele disse assim: “Roberto, a rua aí está cheia de polícia e eles estão perguntando onde está Zequinha”. Só que neste momento, já começou um tiroteio nos fundos da casa. E Roberto pegou um revólver que ele tinha escondido em uma mesinha e foi para o lado dos fundos da casa. [...] Tinha muita fumaça, por causa dos tiros, estava aquele fumaceiro que a gente não enxergava nada. [Então] o Roberto voltou. Esse meu primo José Tadeu entrou debaixo da cama, a gente não tinha para onde ir. Aí eu tive a idéia de entrar atrás dele. O Santa Bárbara voltou e ficou em pé atrás da porta. Eu, como estava debaixo da cama, via o Santa Bárbara da cintura para baixo. [...] Aí vieram umas pisadas, de um coturno, [...] na direção do corredor até a porta do quarto, que estava semi-aberta. Aí ele deu um chute na porta, eu via o policial com a boca da metralhadora, e o via também só da cintura para baixo. Quando ele chutou a porta, já deu aquela explosão de tiro. Só que esse tiro não saiu daquela arma que estava apontada para mim. O tiro não foi do policial que arrombou a porta, saiu de outra arma. Neste momento, o Santa Bárbara caiu no chão. Ele caiu do meu lado, assim, me sujou de sangue. Aí o policial me viu e ordenou: “sai daí garoto”. Eu saí e o José Tadeu também saiu.

A investida sobre Brotas de Macaúbas, a invasão da casa da família Barreto e a morte de Luiz Antônio Santa Bárbara são lembradas por um agente que participou da operação. Em depoimento à CNV, o coronel reformado Lúcio Valle Barroso, que era capitão da Aeronáutica à época *da Operação Pajussara*, disse que:

[Em Brotas de Macaúbas] tinha um campo de pouso que os caras me deixaram lá com uns vinte soldados, um monte de cabos, soldados, sargentos. E nós fomos incorporados e o comando era do [major Nilton Albuquerque] Cerqueira. E nós fomos até a mata, a gente já tinha alguma informação. (...) a gente sabia o que a gente procurava. Nós começamos a fechar, fechar, fechar. Todo mundo à paisana, né?

Lúcio Valle Barroso relata como foi a invasão da casa e a morte de Santa Bárbara:

Quando nós chegamos lá na coisa, nós cercamos, era uma casa de esquina assim, então nós cercamos e chegamos perto, os caras pressentiram a chegada, então houve o tiroteio e tinha uma porta aqui pra trás e tinha uma janela aqui [faz gestos para mostrar onde estava em relação à casa]. Eu fui para essa janela aqui. Eu ia para essa porta, quando o sargento disse: “Capitão!”, aí me volvei e ele atirou. Atirou e como a casa era de adobe e esse fuzil nosso vara adobe fácil, matou o cara do outro lado. Aí eu fui pra cá, abri a janela, olhei e vi o outro cara lá, esse eu sei o nome, Santa Bárbara... (...) aí esse cara levou um tiro. Quando eu arrombei a porta, tirei a granada pra jogar, eu vi o cara levar o tiro e aí eu coloquei a granada. (...) O mais chato foi que quando eu arrombei a porta e fiquei olhando, e ele levou o tiro, quando eu cheguei em cima vi que tinha uma cama e debaixo da cama tinham crianças. Se eu jogasse a granada, eu matava as crianças. Felizmente isso não aconteceu.

Depois que os corpos de Otoniel e de Luiz Antônio foram levados de helicóptero para Salvador (BA), os agentes policiais permaneceram instalados na propriedade, transformando a área em verdadeiro quartel-general das ações para a captura de Lamarca e Zequinha.

Entre 1969 e 1971, os pais de Luiz Antônio haviam ficado sem notícias do filho primogênito. Em agosto daquele ano, receberam, pela imprensa – como o *Jornal da Tarde*, entre outros –, a informação de que o filho havia sido morto na Fazenda Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas. Depois de muita insistência, conseguiram autorização para ver o corpo do filho. Em depoimento, Maria descreveu que Luiz Antônio tinha a mão perfurada à bala e disse não acreditar na versão oficial sobre suicídio. O pai, Deraldino, ao ver o corpo, disse: “Olha, meu filho ou [...] foi assassinado de surpresa ou ele se rendeu, porque a perfuração da bala foi de frente pra trás, entrou na palma da mão e saiu nas costas da mão”. De acordo com o depoimento de Paulo Roberto Silva Lima, amigo da vítima, na data de 17 de julho de 1996, o pai de Luiz Antônio tinha percebido que “quando uma bala penetra em algum local, o furo é pequeno, quando ela sai o furo é bem maior”. Como registrado no banco de dados do jornal *Folha de S. Paulo*, o deputado Nilmário Miranda, representante da Câmara na CEMDP, apontou inconsistências na versão oficial sobre as mortes de Otoniel e de Luiz Antônio. O depoimento do policial federal Emanuel Cerqueira Campos à Auditoria Militar também contestou a versão oficial apresentada pelo Exército. Segundo ele, a arma encontrada com Luiz Antônio era um revólver calibre 32 e, conforme informações do coronel Luiz Arthur de Carvalho, a bala que o atingiu era calibre 38.

Os restos mortais de Luiz Antônio Santa Bárbara foram enterrados no cemitério Piedade, em Feira de Santana (BA).

LOCAL DE MORTE

Fazenda Buriti, Brotas de Macaúbas (BA)

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão (s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado

Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima
Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante-de-esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Canepa Filho

Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães

Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa

Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima

Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|---------------------------------|--|--|--|-------------------------|--|
| Nilton de Albuquerque Cerqueira | 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar/DOI/6. | Major, comandante e do DOI-CODI em Salvador e chefe da 2ª Seção do Estado Maior da 6ª Região | Comandante da Operação Pajussara, que resultou na morte de Luiz Antônio Santa Bárbara. | Brotas de Macaúbas, BA. | Depoimento à CNV do coronel reformado Lúcio Valle Barroso Arquivo da CNV, 00092.001281/2014-40. |

| | | | | |
|--|----------|--|--|--|
| | Militar. | | | |
|--|----------|--|--|--|

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0058_0006, pp.1-185. | Processo, vol. I de Luiz Antônio Santa Bárbara, de 8/3/1996 | CEMDP. | Reúne documentos juntados por Maria Ferreira, mãe de Luiz Antônio, que buscam expor o ocorrido, contestando a versão oficial de morte por suicídio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_00058_0007, pp.1-199. | Processo, vol. II de Luiz Antônio Santa Bárbara, de 8/3/1996 | CEMDP. | Reúne documentos juntados por Maria Ferreira, mãe de Luiz Antônio, que buscam expor o ocorrido, contestando a versão oficial de morte por suicídio. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_38777_71, pp.1-3. | Operação Pajussara, de 16/9/1971. | Serviço Nacional de Informações, agência de Salvador (SNI - BA). | Descreve a operação que cercou a fazenda e matou Luiz Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto e, posteriormente, Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0058_0006, pp.39-40. | Laudo de necropsia, de 29/8/1971. | IMLNina Rodrigues (IML-BA). | Descreve a versão oficial da morte, afirmando que Santa Bárbara morreu quando tentou reagir à captura. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0058_0006, pp.53-61. | Depoimento do Sr. Paulo Roberto Silva Lima, amigo da vítima, de 17/7/1996. | Comissão de Direitos Humanos. | Descreve o velório e o enterro de Santa Bárbara e a luta empreendida por sua família. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0058_0006, pp.104; 135. | Matéria de Jornal: GRILLO, Cristina. “Carcereiro e policial contestam Exército”, de 15/7/1996. | <i>Folha de S. Paulo.</i> | Faz referência a documento assinado pelo Coronel Luiz Arthur de Carvalho, em 29 de agosto de 1971, bem como a análise de Nilmário Miranda. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0058_0006, pp.100-101. | Matéria de Jornal: “Guerrilheiro Santa Bárbara: reacende a polêmica”, de 11/7/1996. | <i>Feira Hoje.</i> Ano XXV, n.6806. | Informa o local em que foi enterrado o militante. |
| Arquivo Nacional, CSN - Divisão de Inteligência- Departamento de Polícia Federal - DI/DPF: BR_DFANBSB_ZD_00043B_0107_d0001, | Informe – nº0001/78, sem data especificada. | Departamento de Polícia Federal (DPF). | Descreve a operação “Pajussara” até a conclusão do cerco, com a morte dos militantes procurados. |

| | | | |
|--|--|--|---|
| pp.7 | | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0069_0003, pp.5-7. | Processo de Otoniel Campos Barretos, de 21/10/1997. | CEMDP. | Relata o cerco policial à fazenda e as circunstâncias da morte de Otoniel Campos Barreto, assassinado na mesma ocasião que Luiz Antônio Santa Bárbara. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005, pp.1-114 | Relatório da Operação Pajussara, de 1971. | Ministério do Exército, IV Exército, 6ª Região Militar. | Relata o “estouro” do aparelho onde se encontrava Luiz Antônio e a sua morte. Informa o número de agentes e sua organização na operação, o tipo de armamento utilizado, os fatores de sucesso e fracasso da operação. |
| Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0006, p. 69. | | Recorte de jornal. | Notícia que o Coronel Luiz Arthur de Carvalho informou que Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara foram “abatidos quando reagiram à bala contra a equipe encarregada de capturá-los”. Informou ainda que solicitou laudo do IML, tendo encaminhado ao instituto uma bala de calibre 38 encontrada em Luiz Antônio. |
| Arquivo Nacional CSN - Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0801_d pp.1-2. | Inquérito Policial Militar, IPM, de 10/11/1969. | Ministério do Exército, IV Exército. | Apresenta o nome de Luiz Antônio Santa Bárbara na lista de indiciados da cidade de Feira de Santana (BA), mostrando que, desde 1969, o jovem passou a ser perseguido pelas forças de segurança. |
| Banco de Dados do jornal <i>Folha de São Paulo</i> . Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_058_0006, pp.133-134. | Documento que encaminha os corpos de Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara. | Polícia Federal. | O coronel Luiz Arthur de Carvalho, Diretor Regional da Polícia Federal na Bahia, assina o documento que encaminha os corpos de Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara, no qual consta a falsa versão da morte em troca de tiros. |
| <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital – MPF_BNM_02, Projeto Brasil Nunca Mais 101 a 200, Pasta BNM_192, pp.2089-2090. | Inquérito Policial Militar, IPM, de 11/1971. | Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia. | Identifica os nomes e codinomes de militantes do MR-8 fichados. |

2. Testemunhos à CNV ou às comissões parceiras

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|---|
| Olderico Campos Barreto. | Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a CNV e a CEV Rubens Paiva de São Paulo, em 15 de julho de 2014: 00092.002753/2014-81. | Apresentou informações sobre o cerco e a investida contra a fazenda Buriti, em 28/8/1971. |
| Olival Barreto. | Arquivo da CNV, testemunho prestado perante a CNV e a CEV Rubens Paiva de São Paulo, em 15 de julho de 2014: 00092.002753/2014-81. | Presenciou a morte de Luiz Antônio de onde estava escondido, embaixo da cama. |

3. Depoimentos de agentes do Estado à CNV às comissões parceiras

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| coronel reformado Lúcio Valle Barroso. | Arquivo da CNV: depoimento à CNV em 9 de junho de 2014, no Rio de Janeiro-RJ: 00092.001281/2014-40. | Da equipe do Cisa que participou da Operação Pajussara. Deu detalhes da investida militar e policial sobre Brotas de Macaúbas (BA). Relata como foi a invasão da casa da família Barreto, em Buriti Cristalino, e a morte de Luiz Antônio Santa Bárbara. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Antônio Santa Bárbara morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Luiz Antônio Santa Bárbara, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização de todos os agentes envolvidos na Operação Pajussara.

¹Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 176; e também Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 273-274. Ver também EMILIANO, José; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1986.

ⁱⁱ *Ibid.*

ⁱⁱⁱ BURNIER, João Paulo Moreira. João Paulo Moreira Burnier/ depoimento, 1993. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, pp. 119 e 137.

OTONIEL CAMPOS BARRETO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 11/4/1951, Brotas de Macaúba (BA)

Atuação profissional: camponês

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local da morte: 28/8/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia, vivia com a família na localidade de Buriti Cristalino. Em 1971, seu irmão, Zequinha Barreto, voltou a residir na casa dos pais. Ele retornou à região de Buriti Cristalino como militante do MR-8, em companhia do capitão Carlos Lamarca, que também havia se integrado ao MR-8. Zequinha e Lamarca juntaram-se a Otoniel e Olderico, além de Luiz Antonio Santa Bárbara e João Lopes Salgado. Otoniel foi uma das vítimas da Operação Pajussara e morreu, aos 20 anos, em 28 de agosto de 1971.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de novembro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Otoniel Campos Barreto. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares

de Mortos e Desaparecidos. Otoniel foi homenageado pela cidade de Salvador (BA) com a atribuição de seu nome a rua no bairro Castelo Branco.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

As forças de segurança conseguiram localizar Carlos Lamarca a partir de colaboração entre o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações do Exército (CIE), do interrogatório e possível tortura de uma pessoa ligada ao MR-8 e também por informações alcançadas com a descoberta de um diário e cartas que Lamarca havia escrito para Iara Iavelberg. Estes documentos estavam sob a guarda de militantes do MR-8, presos em Salvador e no Rio de Janeiro. Após a localização do apartamento em que Iara estava escondida, no bairro da Pituba, em Salvador, agentes militares e policiais do DOI investiram sobre o local, executaram Iara e prenderam outros militantes.

A Operação Pajussara contou com a participação de agentes do DOI-CODI da VI Região Militar, do DOPS/SP, da Polícia Militar da Bahia, da Polícia Federal, FAB, do CIE, do CISA e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), com oficiais e agentes da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Contou também com apoio logístico de empresas como Companhia de Mineração Boquira, Transminas e Petrobras, com funcionários e helicópteros. De acordo com o relatório da operação, datado de 19 de outubro de 1971, no dia 27 de agosto, com a chegada do major Nilton Cerqueira, chefe da 2ª. Seção do Estado Maior da 6ª. Região Militar e comandante da operação, a Oliveira dos Brejinhos, foi feita uma reunião para estudo da situação e concluiu-se que o local onde deveria estar Lamarca era a casa da família Barreto, em Buriti Cristalino. Segundo o documento, “em consequência, e para evitar a quebra do sigilo, decidiu-se investir sobre a fazenda Buriti na madrugada de 28 [de agosto], sábado, com o emprego das equipes reservas, [...] Equipe Oscar (DOPS-SP) [...]; em sua esteira seguiram as equipes Hotel (CISA) e Cinófilas (PM-BA)”. Mais adiante, o relatório diz que “o sigilo da Operação [Pajussara] foi mantido até o tiroteio na Fazenda Buriti, sendo quebrado totalmente após o emprego de helicópteros”. No dia 28 de agosto, equipes do DOPS/SP, comandada pessoalmente pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, e do CISA invadiram a casa da família Barreto. Durante a ação dos agentes, Olderic Barreto, um dos irmãos de Otoniel, levou um tiro no rosto e Otoniel foi morto com vários tiros, inclusive pelas costas e de cima para baixo. O investigador José Campos Correia Filho, o *Campão*, da equipe do delegado Fleury, é apontado como o autor dos disparos fatais.

O pai de Zequinha, Otoniel e Olderico, José de Araújo Barreto, de 64 anos, foi torturado, da mesma forma que seu filho, Olderico. Entre outros, participaram desta operação, pela equipe do delegado Fleury, além de *Campão*, também os investigadores do DOPS-SP João Carlos Tralli e *Fininho*. O relatório oficial da Operação Pajussara é esclarecedor quando descreve as características da ocupação do local feita pelas Forças Armadas e por policiais, mostrando que o povoado do Buriti Cristalino, chamado pelos agentes de Fazenda Buriti, se transformou, temporariamente, em base assemelhada a um estabelecimento policial, conforme citação: “[...] em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do ‘aparelho’, em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento”. Os dados do relatório citado foram confirmados pelos depoimentos dos moradores e constam do auto de qualificação e interrogatório de Olderico Campos Barreto, de 18 de abril de 1979, na Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. Rosalvo Machado Rosa e Reuel Pereira da Silva, arrolados como testemunhas no processo contra Olderico, confirmam que sua casa foi cercada por agentes policiais. Reuel informa também que, como guia dos agentes, “passou no local dos fatos cerca de uma semana”.

A morte de Otoniel foi divulgada pelos jornais, que afirmaram que ele efetuou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, em ziguezague, quando foi atingido. O laudo necroscópico, contudo, é impreciso e não estabelece a trajetória dos disparos, mas permite concluir que ele recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi alvejado pelas costas. Há ainda um disparo no ombro direito, com orifício de entrada de cima para baixo, indicando que deveria estar deitado ao receber tal projétil, característico de execução. No interrogatório judicial de Olderico, irmão de Otoniel, há o relato do ocorrido: Otoniel foi detido e espancado; Olderico, reagiu, sendo atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso e conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Otoniel foi despido, ficando apenas de calção. Havia uma arma de fogo na sua calça, deixada nas proximidades, fato não percebido pelos agentes. Levaram o pai para o barracão e o penduraram por uma corda, de cabeça para baixo, e com socos, golpes de armas e ameaças de morte, exigiram saber o paradeiro do filho Zequinha. Do lado de fora, Otoniel, desesperado pelo sofrimento do pai, alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, quando foi atingido. Olderico disse que, enquanto era espancado, um policial lhe falou, referindo-se ao seu irmão morto: “Isso é para ver o que acontece com quem foge”.

O relator do caso de Otoniel na CEMDP, Luís Francisco Carvalho Filho, escreveu em seu voto:

Reuel Pereira da Silva, soldado e morador no município, deu dois depoimentos à Justiça Militar, um em 1972 e outro em 1979. No primeiro, além de esclarecer que se engajou na equipe de repressão, confirma que Otoniel já estava detido, sob sua guarda, antes de morrer, e esclarece que naquele momento o pai dos rapazes havia sido conduzido, algemado, para um barracão. Diz que foi surpreendido e atingido de raspão pelo tiro dado por Otoniel (informação desmentida pelo relatório da “Operação Pajussara”, que não registra vítimas, e por ele próprio, no depoimento de 1979). O depoente não conseguiu segurar Otoniel, apesar de sair em seu encalço, sendo que outros agentes o perseguiram, ouvindo depois diversos disparos.

O relator ressaltou que “a atitude negligente dos policiais, de deixar uma arma a seu alcance, não retira a responsabilidade do poder público”. E conclui: “Se atiravam pelas costas, o provável é que Otoniel tenha sido atingido, primeiro nas costas (o laudo registra dois tiros disparados pelas costas)”. E questionou:

e os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo? Execução? O fato é que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar, quando a finalidade legítima de qualquer operação militar é deter. O fato é que as forças oficiais estavam ali, como registra o relatório da Operação Pajussara, para “capturar ou destruir”. Esta é a lógica da guerra, não é a lógica do Direito, que deve prevalecer na ação dos agentes do poder público. Destruir, por destruir, não é, não era, uma atitude juridicamente tolerável, até mesmo durante período de exceção institucional.

Desta forma, o relator votou pelo deferimento. Em 19 de novembro de 1996, o caso de Otoniel foi aprovado por 4 votos a favor e 2 contra, os do general Oswaldo Pereira Gomes e Paulo Gustavo Gonet Branco.

O corpo de Otoniel ficou exposto no chão por horas. Depois, foi sepultado no cemitério local. Entretanto, na tarde do mesmo dia, foi retirado da sepultura por agentes. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão da Verdade Rubens Paiva de São Paulo, Olderico Barreto contou que “Otoniel foi morto, e deixado; veio um carcará e comeu os olhos dele. Imagina você ver uma foto. Primeiro, há quantas ações: eles matam, deixam o cara no sol, vem um carcará, come o olho dele, eles pegam, sepultam, arrancam...” Os agentes, após receberem ordem de superior, transportaram o corpo de Otoniel – juntamente com Luiz Antônio Santa Bárbara, morto na mesma ação – para Salvador (BA), à revelia da família, onde foi enterrado no cemitério Campo Santo.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Residência particular sob domínio das forças da repressão política, em Buriti Cristalino, município de Brotas de Macaúbas (BA).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão (s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado

Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima

Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante-de-esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Caneppe Filho

Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães

Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa

Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima

Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. A autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|------------------------|--------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------|--|
| Major Nilton Cerqueira | DOI-CODI | comandante do | Comando da operação | Brotas de Macaúbas | Relatório da Operação Pajussara Arquivo |

| | | | | | |
|--|---------|-------------------------|--|--------------------------|--|
| | /BA | DOI-CODI /BA | Pajussara, que resultou na morte de Otoniel Campos Barreto. | (BA). | Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005. |
| Sérgio Fernando Paranhos Fleury | DOPS/SP | delegado do DOPS/SP | Comando e execução da ação que resultou na morte de Otoniel Campos Barreto. | Brotas de Macaúbas (BA). | Depoimento de familiares em Audiência da CNV e da CEV-SP "Rubens Paiva", 15/7/2014. Arquivo CNV: 00092.003037/2014-11. |
| José Campos Correia Filho, o <i>Campão</i> | DOPS-SP | investigador do DOPS-SP | Apontado como o responsável pelos tiros que resultaram na morte de Otoniel Campos Barreto. | Brotas de Macaúbas (BA). | SOUZA, Percival de. Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Rio de Janeiro: Globo, 2000, p. 283. |
| João Carlos Tralli | DOPS-SP | investigador do DOPS-SP | Tortura. | Brotas de Macaúbas (BA). | SOUZA, Percival de. Autópsia do medo – vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Rio de Janeiro: Globo, 2000. |
| Ademar Augusto de Oliveira, o <i>Fininho</i> | DOPS-SP | investigador do DOPS-SP | Tortura. | Brotas de Macaúbas (BA). | Depoimento de testemunhas em Audiência da CNV e da CEV-SP "Rubens Paiva", 15/7/2014. Arquivo CNV: 00092.003037/2014-11. |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e de morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---------------------------------------|--|--|---|
| Arquivo da CNV: 00092.001413/2014-33. | Pedido de exumação e traslado dos restos mortais | Familiares de Otoniel Campos Barreto e | Os familiares solicitam à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto. | José Campos Barreto. | Paiva" apoio para exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto (Zequinha), assassinados em 1971 por agentes da repressão participantes da Operação Pajussara. |
| Arquivo da CNV: 00092.003339/2014-90. | Guia de Óbito, 23/9/1971. | Cartório de Registro Civil do Sub-Distrito da Sé, Salvador (BA). | Guia de Óbito registra informações sobre sepultamento de Otoniel Campos Barreto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 30-54. | Relatório da Operação Pajussara. | Exército - 2ª. Seção/QG da 6º Região Militar. | Trechos de documento oficial emitido pelos agentes da ditadura militar sobre a Operação que matou Otoniel Campos Barreto e demais militantes da esquerda brasileira. Fotos das vítimas executadas anexadas à documentação. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, p. 55-56. | Relatório de Viagem Nº 013/71. | Departamento de Polícia Federal – Delegacia Regional da Bahia. | Relatório para identificação de duas vítimas da Operação Pajussara e transporte delas para Salvador. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 57-67. | Laudo de Exame Cadavérico de Otoniel Campos Barreto, 29/08/1971. | Instituto Médico Legal Nina Rodrigues - BA | O laudo confirma a versão oficial da morte de Otoniel Campos Barreto por lesões decorrentes de tiroteio: “Contusão encefálica, associada à anemia aguda devida à hemorragia interna e externa, provocadas por lesões vasculares de natureza traumática (projéteis ou armas de fogo)”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003. | OF. IMLNR/Nº 1.126/94. | Instituto Médico Legal Nina Rodrigues - BA | Ofício direcionado à advogada Ronilda Noblat assinado pelo diretor José Américo Seixas Silva. “Não localizamos os Laudos cadavéricos de José Campos Barreto. Informamos ainda que neste período existem ainda alguns cadáveres ignorados”. |
| Arquivo Nacional, SNIG: ASV_ACE_2958_82 | Relatório da Operação Pajussara, | Ministério do Exército, IV Exército. | O documento registra a morte de Otoniel Campos Barreto no dia 28/08/1971, em tiroteio. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| _001, p. 52. | 16/11/1971. | | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0023_0007. | Arquivo que faz parte de relatório sobre a Operação Pajussara. | Exército - 2ª. Seção/QG da 6ª. Região Militar. | Fotografias de Otoniel Campos Barreto morto e de seu sepultamento, além de outras informações relevantes sobre o caso. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0023_0005. | Relatório Operação Pajussara. | Exército - 2ª. Seção/QG da 6ª. Região Militar. | Relatório completo da Operação Pajussara |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_40441_71. | Relatório de Contra-informação da Operação Pajussara. | Assinado pelo capitão da Aeronáutica Lúcio Wandeck de Brito Gomes. | Detalhes sobre a execução da Operação Pajussara. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 96-100. | Auto de Qualificação e Interrogatório 18/4/1979. | Auditoria da 6ª Circunscrição Militar. | Interrogatório de Olderico Campos Barreto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, p.101-103 | Inquirição de testemunhas, 20/4/1979. | Auditoria da 6ª Circunscrição Militar. | Inquirido como testemunha Rosalvo Machado Rosa. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 104-109. | Inquirição de testemunhas, 23/3/1972 e 1/2/1979. | Auditoria da 6ª Circunscrição Militar. | Inquirido como testemunha Reuel Pereira da Silva. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 123 – 136. | Operação 002/71, 20/8/1971 – 19/9/1971. | Seção de Informações do Departamento da Polícia Federal. | Fotografias de Otoniel Campos Barreto registradas pela DPF, desde a execução até o sepultamento. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 77-79. | Declaração de Lourival Soares Pereira, 17/10/1995. | 14º Cartório de Registro Civil, Subdistrito da Capital – | Lourival Soares Pereira, amigo de Otoniel, declara que presenciou a sua morte em Buriti Cristalino (BA) na Operação Pajussara. |

| | | | |
|---|---|---|--|
| | | Lapa, São Paulo. | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, pp. 81-83. | Declaração de Claudionor Pereira Vasco, 7/3/1996. | 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas, São Paulo. | Declarações sobre as circunstâncias dos assassinatos ocorridos na Operação Pajussara. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, p. 87-88 | Declarações de Maria Dolores Campos Barreto, 18/3/1996. | 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas, São Paulo. | Declarações sobre as circunstâncias dos assassinatos ocorridos na Operação Pajussara. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0069_0003, p.85 | Declaração de Olival Campos Barreto, 19/03/1996. | 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas, São Paulo. | Olival Campos Barreto, irmão mais novo de Otoniel, declara que encontrou o corpo de seu irmão logo após a sua morte em Buriti do Cristalino (BA), na Operação Pajussara. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|---|
| Olderico Campos Barreto | Arquivo da CNV: 00092.002276/2014-54; 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11 | Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e à Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região de Brotas de Macaúbas. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 17/9/2014, relata no local, Brotas de Macaúbas, detalhes sobre a execução de Otoniel. |
| Olival Campos Barreto. | Arquivo da CNV: 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11. | Irmão de Otoniel e Zequinha Barreto, conta detalhes sobre presença de Lamarca na região de Brotas de Macaúbas; foi vítima da operação Pajussara. Depoimento para Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Comissão Nacional da Verdade em São |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---|--|---|
| Coronel reformado da Aeronáutica Lúcio Valle Barroso. | Arquivo da CNV: 00092.001281/2014-40 – 09/06/2014. | Da equipe do CISA que participou da operação Pajussara. Deu detalhes da investida militar e policial sobre Brotas de Macaúbas (BA). |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Otoniel Campos Barreto foi sumariamente executado por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Otoniel Campos Barreto, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais no cemitério de Campo Santo, em Salvador (BA), e a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos no caso.

CARLOS LAMARCA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Gertrudes da Conceição Lamarca e Antônio Lamarca

Data e local de nascimento: 27/10/1937, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: militar

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de morte: 17/9/1971, Ipupiara (BA)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Carlos Lamarca foi o terceiro dos seis filhos do casal Gertrudes e Antônio Lamarca. O jovem Lamarca participou de manifestações de rua da campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso”. Concluiu o curso ginásial e, antes de completar 18 anos, ingressou na Escola Preparatória de Cadetes, em 1955. Deixou a casa da família, no Morro de São Carlos, no bairro do Estácio, Rio de Janeiro, para entrar na rotina militar da escola preparatória localizada em Porto Alegre (RS). Após os dois primeiros anos de curso, Lamarca ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), transferindo-se para Resende (RJ). Em 1960, formou-se como aspirante a oficial e assumiu seu primeiro posto na carreira militar, no 4º Regimento de Infantaria na cidade de Osasco (SP). Carlos Lamarca ganhou destaque como exímio atirador e foi convidado a representar o II Exército em um torneio de tiro realizado em Recife (PE). Em 1962, foi selecionado pelo Exército e enviado para Gaza, na Palestina, como integrante do Batalhão de Suez, em missão de paz organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

De volta ao Brasil, pouco mais de um ano depois, foi lotado na 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre (RS). Quando o golpe de 1964 foi desfechado contra o presidente João Goulart, Lamarca servia nessa companhia. Segundo Inês Etienne Romeu, Lamarca admirou a tentativa de resistência de Leonel Brizola e solicitou inscrição junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que não chegou a ser

formalizada.ⁱ Documentos produzidos por organismos de segurança mostram o monitoramento de Lamarca e o identificam, nessa época, como simpatizante do PCB. Ainda de acordo com documentação, em dezembro de 1964, ele teria permitido a fuga do capitão da Aeronáutica, Alfredo Ribeiro Daudt, que se encontrava sob sua guarda no batalhão da Polícia do Exército, em Porto Alegre. A partir dessa época, Lamarca intensificaria o contato com grupos que se opunham à ditadura militar.

Carlos Lamarca era casado com Maria Pavan, com quem teve dois filhos, César e Cláudia. Antes de abandonar as fileiras do Exército, ele teria organizado a ida de sua família para Cuba, após um encontro com Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), em setembro de 1968. No ano seguinte, em 24 de janeiro de 1969, Lamarca liderou um grupo de militares do 4º Regimento de Infantaria que deixou aquela unidade levando 63 fuzis FAL, três metralhadoras leves e munição. Com esta ação, o então capitão Carlos Lamarca abandonou as Forças Armadas e passou para a clandestinidade, tornando-se um dos principais líderes da resistência armada ao regime. Segundo Inês Etienne,

A idéia era seguir imediatamente para uma região onde pudesse preparar a guerrilha. [...] Lamarca passou 10 meses trancado em “aparelhos” na cidade de São Paulo, vivendo clandestinamente, até seguir para o Vale da Ribeira, com mais 16 militantes, a fim de realizar o treinamento de guerrilha. Lá permaneceu até maio de 1970, quando a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A “Operação Registro”, como a denominou o II Exército, durou 41 dias e resultou na prisão de quatro guerrilheiros.ⁱⁱ

Há diversos documentos disponíveis no Arquivo Nacional produzidos pelos órgãos de segurança que fazem referência direta à atuação de Carlos Lamarca e aos recursos empregados pela ditadura para localizá-lo e eliminá-lo. A perseguição à Lamarca que, após a execução de Carlos Marighella, em novembro de 1969, tornou-se o principal alvo da repressão política, é evidenciada também em documentação entregue à Comissão Nacional da Verdade pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Trata-se do aerograma nº A-85, de 30 de setembro de 1971, produzido por aquela embaixada e enviado ao Departamento de Estado daquele país. O documento informa sobre a morte de Carlos Lamarca e argumenta que “o embaraçoso fiasco, no ano passado, na área de Registro do estado de São Paulo, durante a qual Lamarca escapou de uma grande força militar, também serviu para reforçar a determinação das forças de segurança, em ter a cabeça do líder terrorista”.ⁱⁱⁱ

Em 1971, uma operação que contou com militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de policiais civis e militares foi montada com o objetivo de localizar e executar o capitão Lamarca. Ele foi morto em 17 de setembro daquele ano, aos 33 anos, em Ipujiara, sertão da Bahia, tendo sido alvo desta operação, a Pajussara.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de setembro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte do ex-capitão Carlos Lamarca.

Em depoimento à CNV, o ex-presidente da CEMDP Luis Francisco Carvalho Filho destacou o impacto, especialmente entre militares, da decisão tomada pela Comissão, que em 1996 reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Lamarca.^{iv} A CEMDP concluiu que as vítimas das graves violações não precisavam estar necessariamente num local fechado para que sua morte ou desaparecimento fosse de responsabilidade do Estado: os líderes Carlos Lamarca e Carlos Marighella, como outros, foram mortos em campo aberto. “Eles poderiam não estar em um local fechado, com as características de uma prisão, de uma casa, por exemplo, a casa de Petrópolis estaria compreendida dentro deste conceito. Mas, desde que sob o controle de agente da repressão, quer dizer, os dois, Marighella e Lamarca poderiam ser presos, mas foram executados.” A base legal que orientou a apreciação da CEMDP tanto do caso de Lamarca como o de Marighella, julgado no mesmo dia, foi a do conceito de subordinação ou dependência pessoal, presente no código penal militar e relacionado aos crimes praticados por quem inflige maus tratos a alguém sob sua autoridade: “ou seja, (...) não precisava esta pessoa estar presa ou com a sua liberdade cerceada dentro de um estabelecimento prisional. Não preciso dizer que [...] estes dois casos foram julgados no mesmo dia pela comissão, e tiveram uma enorme repercussão”.

O nome de Carlos Lamarca consta do *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. No dia 1º de abril de 1995, Lamarca foi homenageado com a Medalha Chico Mendes de Resistência pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Em decisão proferida em 2007, a Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, declarou Carlos Lamarca como anistiado político *post mortem*. Sobre Lamarca foram produzidas várias obras, incluindo livros, teses acadêmicas, peças de teatro,

documentários e filmes. Em 1980, foi escrito o livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack de Miranda, que está na 16ª edição. Baseado neste livro, em 1994, foi lançado o longa-metragem *Lamarca*, dirigido por Sérgio Rezende; em 2011, foi lançado o documentário *Do Buriti à Pintada: Lamarca e Zequinha na Bahia*, de Reizinho Pedreira dos Santos, 2011. Lamarca também dá nomes a ruas e logradouros públicos em diversas cidades em todo o Brasil, como São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Manaus, Feira de Santana e Campinas.

Em outubro de 2014, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3.ª Região, São Paulo, reconheceu o direito do capitão do Exército Carlos Lamarca de ser promovido *post-mortem* a coronel, com soldo de general-de-brigada, tal como havia reconhecido a Comissão de Anistia.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Carlos Lamarca foi morto por agentes do Estado brasileiro no dia 17 de setembro de 1971, em Ipujiara (BA), na região de Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia, na chamada “Operação Pajussara”, que contou com diversas forças de segurança em uma ação conjunta para capturar o “Capitão da Guerrilha”, como ficou conhecido o líder da VPR e, posteriormente, do MR-8. O comandante do DOI-CODI de Salvador e Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar, major Nilton de Albuquerque Cerqueira, reuniu um efetivo de mais de duzentos agentes militares e policiais, de órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Força Aérea Brasileira (FAB), Departamento de Polícia Federal da Bahia (DPF/BA) e Polícia Militar da Bahia (PM/BA), que invadiram a região de Buriti Cristalino, no dia 28 de agosto de 1971, em busca de Lamarca.

O episódio, uma das maiores ofensivas dos órgãos de repressão da ditadura brasileira, marcou, com o seu desfecho, o início de intensa disputa pela memória e pela história de Lamarca, que foi um dos principais líderes da luta armada contra a ditadura. As investigações realizadas pelos órgãos do Estado brasileiro permitiram constatar que era falsa a versão divulgada oficialmente à época dos fatos. De acordo com essa versão, Lamarca teria morrido em um tiroteio travado contra as forças de segurança. Foi morto, com Lamarca, José Campos Barreto, o Zequinha, que havia sido uma importante liderança sindical em Osasco (SP), nas greves de 1968. A versão dos acontecimentos

que culminaram na morte dos dois ganhou força à época. Os jornais noticiaram a morte de Lamarca como uma grande vitória das forças de segurança contra a “subversão” ao regime militar. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, na edição de domingo, 19 de setembro de 1971, destacava que, com a morte de Lamarca, chegava ao fim a “trilogia de líderes subversivos brasileiros”, em alusão aos militantes Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, mortos em 1969 e 1970, respectivamente. A *Tarde*, periódico publicado em Salvador, reforçou a versão divulgada pelo Exército, destacando, na edição de 20 de setembro, que não houve feridos no tiroteio travado entre Lamarca e os agentes das forças de segurança, “apesar de ter Carlos Lamarca puxado o revólver, na tentativa de evitar que agentes de segurança se aproximassem dele”. O *Globo* registrou que a “morte de Lamarca representava muito mais que a eliminação de um líder terrorista, significa o fim de um mito”.

A partir de pesquisas realizadas em arquivos como o do Serviço Nacional de Informações e de outros órgãos da repressão, de novas informações surgidas de depoimentos, além do parecer elaborado pelos peritos Celso Nenevê e Nelson Massini, após a exumação dos restos mortais de Carlos Lamarca, em 18 de junho de 1996, ficou evidente que a versão divulgada à época dos fatos não se sustentava. A operação militar que logrou localizar e matar Carlos Lamarca se inseriu em um complexo conjunto de ações militares. As forças de segurança recorreram a um conjunto de ações irregulares e ilegais, baseadas na prática de prisões arbitrárias e ilegais, tortura e execuções. O caminho percorrido por esses agentes do Estado até a execução de Lamarca foi marcado por perseguições, tortura e mortes, como as de Iara Iavelberg, José Campos Barreto (Zequinha), Luiz Antônio Santa Bárbara, Otoniel Campos Barreto, Nilda Carvalho Cunha e Esmeraldina Carvalho Cunha.

A investida de agentes do DOI-CODI de Salvador sobre o apartamento em que se encontrava Iara Iavelberg, companheira de Lamarca, em 20 de agosto de 1971, que resultou na morte dela e possibilitou a prisão de militantes que estavam no local, foi etapa decisiva na busca por Lamarca. No passo seguinte, o Comandante do DOI-CODI e chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar, major Nilton de Albuquerque Cerqueira, após reunir um grande aparato militar e policial, invadiu a região de Buriti Cristalino, em 28 de agosto de 1971.

Zequinha Barreto havia levado Lamarca para esta região, Buriti Cristalino, em Brotas de Macaúbas (BA), sua terra natal. Seu pai, o lavrador José de Araújo Barreto, então com 64 anos, tinha uma propriedade no local, e Zequinha e seus familiares eram conhecidos

de todos. Recém integrados ao MR-8, vindos da VPR, Zequinha havia pedido autorização para levar Lamarca para lá, onde pretendiam estabelecer as bases para uma futura guerrilha rural. Em poucas semanas, no entanto, foram localizados. No dia 28 de agosto, na invasão de policiais do DOPS-SP, comandados pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, e da equipe do CISA à propriedade da família Barreto, Olderico Campos Barreto, um dos irmãos de Zequinha, foi ferido no rosto; outro irmão, Otoniel, de 20 anos, foi morto com vários tiros. Os agentes da repressão buscavam por Lamarca e, para isso, torturaram Olderico Campos Barreto, agrediram sua família e aterrorizaram os vizinhos e outras pessoas da localidade.

Com o barulho de tiros, helicópteros e deslocamento de tropas, Lamarca e Zequinha abandonaram o acampamento onde se encontravam, a cerca de dois quilômetros da casa dos Barreto. Empreenderam fuga pelo sertão, durante 20 dias. Exaustos, feridos e cada vez mais cercados pelas tropas da operação Pajussara, chegaram ao pequeno povoado de Pintada, em Ipuiara (BA). Moradores do vilarejo contaram ter visto Zequinha carregando nos ombros o ex-capitão Lamarca, que se encontrava bastante debilitado. Segundo Olival Barreto, irmão mais novo de Zequinha, o paradeiro dos militantes foi informado pelo juiz do Fórum de Brotas de Macaúbas, Antônio Barbosa, às tropas do Exército:

[...] a gente só ficava ouvindo, ó, Zequinha e Lamarca passou em tal lugar, passaram em Ibotirama, passaram no Mocambo, passaram não sei aonde. Só que, por infelicidade, Zequinha foi passar num local que chama Três Reses, onde têm parentes nossos, e um infeliz, lá dos Três Reses, que é até primo da gente... Então, esse rapaz [Antônio de Virgílio] foi avisar, em Brotas, que Zequinha tinha passado lá, com o Lamarca. Como o Exército tinha oferecido esses prêmios, dinheiro, pra quem denunciasse, esse rapaz foi avisar em Brotas. E o juiz [Antônio Barbosa], lá em Brotas, pega um carro e vai até Seabra, e vai ligar, lá pra 6ª Região do Exército, pra voltarem. Aí, eles já voltaram com certeza de que eles já estavam lá.^v

Na tarde do dia 17 de setembro, enquanto descansavam à sombra de uma baraúna, árvore típica da região, Lamarca e Zequinha foram surpreendidos pela tropa comandada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira. O relatório da Operação Pajussara, elaborado pela 2ª Seção do Quartel-General da 6ª Região Militar do IV Exército, sugere que Lamarca e Zequinha, ao serem finalmente localizados, não ofereceram resistência:

O segundo [Lamarca] levantou-se, tentando também correr, carregando um saco. Esse foi abatido quinze metros à frente, caindo no solo, enquanto o que dera o alarme [Zequinha Barreto], apesar de ferido, prosseguiu na fuga. [...]

Pouco adiante, “Jessé” [Zequinha Barreto] virou-se para o elemento que o perseguia, atirando-lhe uma pedra, recebendo então a última rajada. [...] A condição física do combatente de A G, dos quadros, inclusive dos oficiais superiores, é também base para o sucesso da operação. [...] Esta afirmativa é baseada também no estado físico em que se apresentavam os dois terroristas ao final da ação, totalmente esgotados.^{vi}

Lamarca foi executado por agentes do Estado brasileiro com sete tiros, disparados de diversas direções, inclusive por trás, o que atesta que foi cercado. Segundo moradores, seu corpo e o de Zequinha Barreto foram colocados à exposição pública na praça de Brotas de Macaúbas, onde foram chutados por militares e policiais, que se gabavam de tê-los executado. Depois, foram colocados em um helicóptero e levados para a capital, Salvador, onde foram sepultados, no cemitério do Campo Santo. Diligência da CNV a Salvador, entre os dias 4 e 5 de agosto de 2014, localizou funcionários do cemitério responsáveis pelo sepultamento de Lamarca. Passadas décadas, eles lembravam com precisão do enterro de Lamarca, tamanho o aparato repressivo que cercou o episódio. Um deles, que colocou uma lápide na sepultura de Lamarca, foi repreendido por isso. Eles contaram que por dois anos, até a exumação seus restos mortais, em setembro de 1973, quando foram trasladados para o Rio de Janeiro, agentes se revezaram, vigiando o túmulo, para evitar que ali virasse um local de reverência. O coronel Luiz Arthur de Carvalho, Delegado Regional da Polícia Federal, foi o responsável pelos sepultamentos de Lamarca, Zequinha Barreto e seu irmão, Otoniel.

Em 1996, foi feita nova exumação, para que fosse feita perícia, por solicitação da família. O parecer do perito Celso Nenevê e do legista Nelson Massini foi decisivo para o processo de Lamarca (038/96) voltar à pauta da CEMDP. Segundo os peritos,

Lamarca, cercado, recebeu tiros de ambos os lados, inclusive por trás, sendo que o tiro fatal foi de cima para baixo. O que nos leva à presunção de que, provavelmente abatido pelas costas, caído, foi mortalmente atingido.^{vii}

O processo de Lamarca foi deferido em 11 de setembro de 1996, com parecer de Suzana Keninger Lisbôa, por 5 votos a favor e 2 contra. Foi decisiva para o caso a interpretação do artigo 4º da Lei nº 9.140/95, que considerou que o legislador, ao se referir às mortes “em dependências policiais ou assemelhadas”, buscava definir que a pessoa em questão estava na esfera do domínio dos autores dos crimes. Sob o domínio de agentes do Estado brasileiro, Lamarca e Zequinha Barreto deveriam ter sido detidos, nunca executados. A morte de Carlos Lamarca é também relatada no capítulo 13, *Casos Emblemáticos*, deste Relatório.

LOCAL DE MORTE

Área pública, tomada pelas forças de segurança, localizada no sertão da Bahia, no povoado de Pintada, distrito de Ipujiara, próximo a Brotas de Macaúbas.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado

Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima

Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante-de-esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello

Chefe do CISA: brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Caneppe Filho

Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães

Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa

Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima

Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. Autorias de graves violações de direitos humanos:

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|------|-------|--------|-------------------------------|-------------------------|--|
|------|-------|--------|-------------------------------|-------------------------|--|

| | | | | | |
|---------------------------------|--|-----------------------------|---|---------------|---|
| Nilton de Albuquerque Cerqueira | Chefe da 2ª Seção da 6ª Região Militar e chefe do DOI - CODI | Major | Comando da operação que resultou nas mortes de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto | Ipupiara (BA) | Relatório da Operação Pajussara Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005. |
| Dalmar Caribé de Castro | Cabo do Exército | 6ª Região Militar/ DOI-CODI | Participação na operação que resultou nas mortes de Carlos Lamarca e de José Campos Barreto | Ipupiara (BA) | Depoimento de familiares em Audiência da CNV e da CEV-SP “Rubens Paiva”, 15/7/2014 (Arquivo da CNV: 00092.003037/2014-11) |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte:

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ_002_0064 | Informação nº 256/ QG-4, de 30/06/1970. | CISA | Contém fotografia de Carlos Lamarca após cirurgia plástica a que teria se submetido. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_RES_15755_70 | “Relatório da Operação Registro”, de 24/07/1970. | SNI | Registra as operações militares realizadas para o desmantelamento das atividades de guerrilha na região do Vale do Ribeira, perto da região de Registro. Destaca inúmeras informações sobre o aparato utilizado. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ_002_0033, pp. 1-2 | Informação nº 511/ DSEG-4, de 30/06/1971. | DEOPS/ SP | O documento analisa documentação apreendida em aparelho da VPR no Rio de Janeiro; indica a decadência da organização e destaca informações sobre Carlos Lamarca. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8A_C_ACE_402220_71 | Informação Nº 582/71/ARJ/SNI “Atividades da VPR e MR- | SNI | Registra análise sobre a fragilidade da VPR após a morte e prisão de militantes. Apresenta a carta em que Lamarca solicita desligamento |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | 8 na Guanabara”, de 21/07/1971. | | dessa organização. Aponta o MR-8 como uma organização extremamente articulada. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_DFANBSB_VAZ_035_0149 | “Esconderijo de Carlos Lamarca”, de 15/09/1971. | CISA | Registra, dois dias antes da execução de Carlos Lamarca, o suposto esconderijo do militante. Merece destaque o fato de que dentre os inúmeros documentos que sugerem a localização de Lamarca, estabelece vínculo direto entre o local do esconderijo e a família do ex-deputado Rubens Paiva. O texto assinala que se acredita que “essa família tenha conhecimento do esconderijo de Lamarca, principalmente o ex-deputado Rubens Paiva (cassado) existindo contato direto entre Lamarca e a família”. O documento foi produzido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005 | Operação Pajussara (Relatório), 30/9/1971. | 2ª. Seção da 6ª Região Militar | Descreve a operação que cercou a fazenda Buriti Cristalino e que matou primeiramente Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara; torturou José de Araújo Barreto; e, depois, localizou e matou Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_AT0_0023_0007 | Arquivo que faz parte de relatório sobre a operação Pajussara | Exército - 2ª. Seção/QG da 6ª. Região Militar | Fotografias de Otoniel Campos Barreto morto e de seu sepultamento, além de outras informações relevantes |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_40441_71 | Relatório de Contrainformação da operação Pajussara | Assinado pelo capitão da Aeronáutica Lúcio Wandec de Brito Gomes | Informações sobre a execução da operação Pajussara |
| Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do | Breve biografia de Carlos Lamarca | Escrita por Inês Etienne Romeu | Relato de Inês Etienne Romeu sobre Carlos Lamarca, escrito em 1995 para o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. |

| | | | |
|--|---|--|---|
| Estado; Org. Crimeia Schmidt <i>et al. Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)</i> . 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.277-279. | | | |
| Arquivo da CNV: 00092.003391/2014-46. Disponível em <i>Jornal do Brasil</i> , arquivo digital: http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=28121 | “Morte de Lamarca é anunciada pela 6ª R. Militar”, de 17/09/1971. | Jornal do Brasil | Divulga a versão oficial dos órgãos do Estado para a morte de Carlos Lamarca. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0023_0001, pp. 14-22 | Laudo de Exame Cadavérico, de 18/09/1971. | Instituto Médico Legal – Nina Rodrigues | Descreve a precária condição física de Lamarca no momento em que foi executado; registra a causa mortis por projétil de arma de fogo por “anemia aguda, devido a hemorragia interna e externa motivadas por lesões em ambos os pulmões e no coração”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0023_0001, pp. 30-43 | Fotos diversas do cadáver de Carlos Lamarca, 18/09/1971. | Instituto Médico Legal – Nina Rodrigues | Apresenta diversas fotos do cadáver de Carlos Lamarca e a indicação dos múltiplos ferimentos provocados por armas de fogo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0024_0001, pp.152-153 | “Lamarca sepultado em cova rasa”, de 20/09/1971. | Jornal <i>A Tarde</i> | Divulga a versão oficial dos órgãos do Estado para a morte de Carlos Lamarca, destacando a versão em que ele teria reagido às investidas das tropas. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0024_0001, p. 6 | Certidão de óbito de Carlos Lamarca, de 20/09/1971. | Cartório de Registro Civil do Município de Salvador – Sub-Distrito da Sé | Registra como causa mortis “anemia aguda, hemorragia interna e externa. Lesões em ambos os pulmões e coração”. |
| Arquivo da CNV: 00092.003390/2014-00 Disponível em <i>O Globo</i> digital: | “Os últimos momentos de Lamarca, na caatinga, | Jornal <i>O Globo</i> | Divulga a versão oficial dos órgãos do Estado para a morte de Carlos Lamarca, destacando a fala do diretor-geral do DEOPS. |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Os+%C3%BAltimos+momentos+de+Lamarca</p> | <p>debaixo da "baraúna", de 20/09/1971, p. 7.</p> | | |
| <p><i>Brasil Nunca Mais Digital: Relatório, Tomo V, Vol. 03, p. 2505</i></p> | <p>Auto de qualificação e interrogatório de Milton Tavares, de 1971.</p> | <p>2ª Auditoria Militar, Apelação 40.233.</p> | <p>O declarante afirma que “na polícia, foi seviciado e obrigado a redigir uma declaração em que se dizia amigo íntimo de Carlos Lamarca, ter assaltado 04 carros fortes da Souza Cruz”. Há centenas de referências ao nome de Carlos Lamarca em todos os documentos recolhidos pelo projeto Brasil: Nunca Mais. Optou-se por citar um dos documentos, com o intuito de elucidar as práticas de distorção e falsificação de dados e informações realizadas pelo regime ditatorial.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0023_0004, pp. 1-37</p> | <p>Laudo Cadavérico nº 1.628/96 (Exumação dos restos mortais de Carlos Lamarca), de 25/06/1996.</p> | <p>Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil do Distrito Federal (DF) – Instituto Médico Legal – Leonídio Ribeiro</p> | <p>Analisa os restos mortais de Carlos Lamarca e conclui que a morte foi decorrente de “traumatismo torácico por projétil de arma de fogo”. Apresenta outros dados para a compreensão da dinâmica que ocasionou a morte de Carlos Lamarca.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, Comissão de Anistia: BR_DFMJCA_2008.0 1.62836</p> | <p>“Post Mortem” Carlos Lamarca</p> | <p>Comissão de Anistia</p> | <p>Processo da Comissão de Anistia para reconhecimento <i>post mortem</i> de Carlos Lamarca</p> |
| <p>Arquivo da CNV: 00092.002031/2014-27</p> | <p>Depoimento de Luis Francisco Carvalho Filho, ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos.</p> | <p>Depoimento à CNV</p> | <p>Depoimento destaca o impacto da decisão da CEMDP sobre o caso de Carlos Lamarca.</p> |
| <p>Arquivo da CNV: 00092.003389/2014-77 Disponível em <i>Folha de S. Paulo</i> digital:</p> | <p><i>Carcereiro e policial contestam Exército,</i></p> | <p>Jornal <i>Folha de S. Paulo</i></p> | <p>Depoimentos do então delegado de Brotas de Macaúbas, João Queiróz, e do carcereiro Genésio Nunes Araújo, que afirma que foi ele quem</p> |

| | | | |
|---|-------------------------------------|--|--|
| http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/07/15/2/ | edição de 15 de julho de 1996, p.11 | | recolheu o corpo de Lamarca, que estava aos pés de uma árvore (uma baraúna, típica da região). Ambos deram novos detalhes sobre as mortes de Lamarca e Zequinha Barreto. |
|---|-------------------------------------|--|--|

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais:

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|------------------------------------|--|---|
| Olderico Campos Barreto | Arquivo da CNV: 00092.002276/2014-54; 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11 | Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e à Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região de Brotas de Macaúbas. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 17/9/2014, relata no local, Brotas de Macaúbas, detalhes sobre a execução de Otoniel. |
| Olival Campos Barreto | Arquivo da CNV: 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11 | Irmão de Otoniel e Zequinha Barreto, conta detalhes sobre presença de Lamarca na região (Brotas de Macaúbas); foi vítima da operação Pajussara. Depoimento para Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|--|--------------------------------------|---|
| Coronel reformado da Aeronáutica Lúcio Valle Barroso | Arquivo da CNV: 00092.001281/2014-40 | Da equipe do CISA que participou da operação Pajussara. Detalhes da investida militar e policial sobre Brotas de Macaúbas (BA). |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Lamarca foi morto por ação de agentes do Estado brasileiro em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias de morte para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 278.

ⁱⁱ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado; Org. Crimeia Schmidt *et al.* *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.277-279.

ⁱⁱⁱ Tradução livre a partir do original: *the embarrassing debacle last year in the Registro area of Sao Paulo state, during wich Lamarca escaped from a large military task force, also served to enhance the resolve of the security forces to have the terrorist leader's head*. Arquivo CNV: 00092.003323/2014-87.

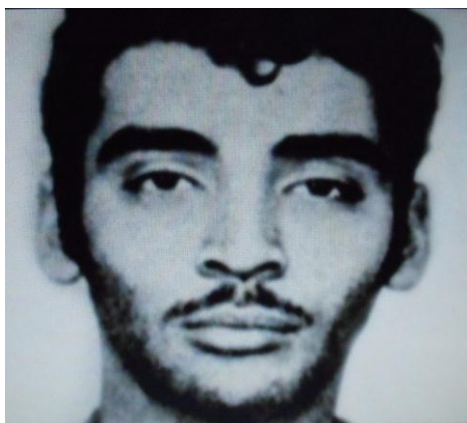
^{iv} Arquivo CNV: 0092.002031/2014-27.

^v Arquivo CNV: 00092.003037/2014-11.

^{vi} Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_41397_71, p. 43. Ainda de acordo com o documento: “Constituídas duas equipes da Cia A G do 19º BC e comandadas por dois capitães desse Batalhão, a coordenação foi extremamente facilitada, por haver perfeita identidade de conhecimentos doutrinários, por todos os integrantes dessas equipes”; e também: “O emprego da doutrina A G só se justifica quando o inimigo se apresentar em valor compatível, não sendo adequado contra pequenos bandos”.

^{vii} Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0024_0001, p. 324.

JOSÉ CAMPOS BARRETO



DADOS PESSOAIS

Filiação: Adelaide Campos Barreto e José de Araújo Barreto

Data e local de nascimento: 02/10/1946, Brotas de Macaúbas (BA)

Atuação profissional: operário metalúrgico e sindicalista

Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)

Data e local do desaparecimento: 17/9/1971, Brotas de Macaúbas (BA)

BIOGRAFIA

Nascido em Brotas de Macaúbas (BA), José Campos Barreto estudou em um seminário em Garanhuns (PE), onde permaneceu por quatro anos. Em 1964, mudou-se para São Paulo e, no ano seguinte, prestou o serviço militar obrigatório no Quartel de Quintaúna. Continuou seus estudos no Colégio Estadual e Escola Normal Antônio Raposo Tavares, em Osasco (SP). Naquele período, tornou-se presidente do Círculo Estudantil Osasquense. Em seguida, começou a atuar como operário metalúrgico, quando deu início às suas atividades políticas no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Foi funcionário da Lonaflex e da Cobrasma, fabricante de vagões de trens. Durante a greve de julho de 1968 na Cobrasma, fez um discurso aos soldados que cercavam o local, explicando as razões da paralisação. Foi preso e permaneceu detido por 98 dias na Delegacia Estadual de Investigações Criminais (DEIC) e na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), até ser libertado por um *habeas corpus*. Passou a viver na clandestinidade, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No início de 1970, já militante no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) retornou à Bahia com o irmão Olderico Barreto. Quando o capitão Carlos Lamarca chegou ao sertão baiano, no intento de implantar a guerrilha revolucionária na região, José Campos Barreto foi designado para acompanhá-lo, permanecendo ao seu lado até a morte. Zequinha, como era conhecido, morreu em 1971, aos 24 anos, em decorrência de ações perpetradas por agentes do

Estado brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 11 de setembro de 1996, José Campos Barreto foi reconhecido como vítima do Estado brasileiro pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos. No município de Ipupiara (BA), foi construído recentemente um memorial no local onde foram assassinados Zequinha Barreto e Carlos Lamarca. Há 14 anos, por iniciativa do Bispo Dom Luiz Cappio, ocorre no dia 17 de setembro, no povoado de Pintada, distrito de Ipupiara (BA), uma homenagem conhecida como Celebração dos Mártires. Desde 2009, esta data é feriado em Brotas de Macaúbas.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Campos Barreto foi morto por agentes do Estado brasileiro na tarde do dia 17 de setembro de 1971, na região de Brotas de Macaúbas, sertão da Bahia. O episódio sinaliza o fim de uma das operações mais ofensivas comandadas pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira para localizar e executar o guerrilheiro Carlos Lamarca: a Operação Pajussara.

De acordo com a versão oficial, José Campos Barreto teria morrido junto com o ex-capitão Carlos Lamarca, em um tiroteio contra as forças de segurança. Essa versão, amplamente difundida, foi contestada por grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos desde a década de 1970. A partir das pesquisas realizadas, por intermédio do acesso a novos documentos e às informações apuradas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, torna-se evidente que a versão divulgada à época dos fatos não se sustenta.

Poucos anos antes, José Campos Barreto havia sido uma relevante liderança sindical entre os metalúrgicos de Osasco (SP). Em julho de 1968, Zequinha foi um dos líderes na greve que parou a fábrica onde trabalhava, a Cobrasma, quando a fábrica foi cercada por forças policiais. José Campos Barreto foi preso juntamente com mais de 400 trabalhadores e passou 98 dias nos cárceres do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/SP). Libertado por meio de *habeas corpus*, passou a viver na clandestinidade, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No início de 1970, já militante no Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) retornou ao sertão da Bahia, para implantar um movimento de guerrilha rural, que contaria com a participação de Lamarca. Zequinha ficou responsável por montar a estrutura da segurança do líder guerrilheiro. A casa da família dos Campos Barreto tornou-se importante ponto de referência dos deslocamentos de Zequinha e de Lamarca na região.

A operação militar que logrou localizar e executar Zequinha e Lamarca se inseriu em uma complexa trama de ações militares. A montagem da Operação Pajussara começou a ganhar contornos mais específicos com a descoberta do diário de Lamarca em poder de militantes do MR-8 e, com a prisão de outros membros da organização, em Salvador (BA). Valendo-se da tortura e da coação, os órgãos de repressão conseguiram dados que os levaram a identificar a região de Buriti Cristalino como provável esconderijo de Lamarca.

O Comandante do DOI-CODI em Salvador e Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar, major Nilton de Albuquerque Cerqueira, reuniu um efetivo de 215 homens das Forças Armadas, com o apoio de agentes da Polícia Federal, da Polícia Militar da Bahia e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e, no dia 28 de agosto de 1971, invadiu a região de Buriti Cristalino.

Na propriedade da família de José Campos Barreto, a ação foi violenta. Olderico Campos, um dos irmãos de José, foi ferido no rosto. Otoniel Campos, de 20 anos, foi morto com uma rajada de metralhadora. Com os dois irmãos fora de combate, os homens comandados pelo major Nilton Cerqueira montaram guarda na propriedade e iniciaram o interrogatório de Olderico, que, apesar de ferido, foi torturado. Algum tempo depois, o lavrador José de Araújo Barreto, pai de Zequinha, Olderico e Otoniel, retornou à casa e encontrou o seguinte cenário: a casa ocupada por forças de segurança, um de seus filhos morto e outro ferido, sendo torturado. Apesar de seus 64 anos, também foi submetido a torturas pelos agentes de repressão do Estado.

José Barreto e Carlos Lamarca abandonaram o acampamento que ocupavam e empreenderam nova marcha, deslocando-se pelo interior do sertão. Na fuga, que durou 20 dias, os dois guerrilheiros percorreram aproximadamente 300 km. Exaustos, feridos e desorientados pela sede e pela fome, os dois homens alcançaram o pequeno povoado de Pintada. De acordo com depoimento de Olival Campos Barreto, irmão de Zequinha, o paradeiro dos militantes foi informado por um parente distante da família, Antônio de Virgílio, ao juiz do Fórum de Brotas de Macaúbas, Antônio Barbosa, que por sua vez os denunciou a agentes da 6ª Região Militar do Exército:

[...] a gente só ficava ouvindo, ó, Zequinha e Lamarca passou em tal lugar, passaram em Ibotirama, passaram no Mocambo, passaram não sei aonde. Só que, por infelicidade, Zequinha foi passar num local que chama Três Reses, onde têm parentes nossos, e um infeliz, lá dos Três Reses, que é até primo da gente... Então, esse rapaz [Antônio de Virgílio] foi avisar, em Brotas, que Zequinha tinha passado lá, com o Lamarca. Como o Exército tinha oferecido esses prêmios, dinheiro, pra quem denunciasse, esse rapaz foi avisar em Brotas. E o juiz [Antônio Barbosa], lá em Brotas, pega um carro e vai até Seabra, e vai ligar, lá pra 6ª Região do Exército, pra voltarem. Aí, eles já voltaram com certeza de que eles já estavam lá.¹

Por volta das 16 horas do dia 17 de setembro, enquanto descansavam à sombra de uma baráúna, Lamarca e Zequinha foram surpreendidos pela tropa comandada por Nilton Cerqueira. Eles estavam exaustos e não ofereceram qualquer resistência à tropa, e foram executados. No próprio relatório da

operação Pajussara, está descrito que Zequinha Barreto correu e tentou jogar uma pedra, quando foi alvejado e morreu. Lamarca sequer tentou fugir e recebeu tiros de várias direções, inclusive pelas costas.

Sobre as mortes de Lamarca e Zequinha Barreto, Olival Barreto deu o seguinte depoimento:

Comissão Nacional da Verdade – Olival, nessa época que os corpos de Zequinha e Lamarca foram levados pra lá – parece que foi para exposição pública – você chegou a ver, ou não?

Olival Campos Barreto – Não, porque eu estava no Buriti Cristalino, que a distância de Brotas é de 18 km, não é. Quando eles morreram, lá em Pintada, então os corpos foram trazidos pra Brotas, e colocados no campo de futebol, para o povo ver. Então, eu não cheguei a vê-los, mortos, porque eu estava no Buriti. Fiquei sabendo no dia seguinte, da morte deles. Mas o pessoal, que viu, me relatou muita coisa.

Comissão Nacional da Verdade – Quem viu, falou o quê? Como é que...

Olival Campos Barreto – Por exemplo, essa mesma pessoa que levou a notícia da morte do Zequinha, que é o Sr. Zé Novais, ele me disse que presenciou os corpos no chão, que eles chutavam, tem um cara, lá, que participou da Operação, que ajudou a matá-los, que era o Caribé, Dalmar Caribé...

Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva – Dalmar está vivo.

Olival Campos Barreto – Está vivo, em Salvador... E diz que ele falava assim: “Nesse, aqui, eu acertei um...”. Entendeu? Diz que acertou um tiro, assim, diz que acertou um tiro no Zequinha. E esse tipo de coisas, assim.

O Zé Novais me disse que uma pessoa de Brotas, que estava com ele, chorou, uma pessoa do lugar chorou, quando os viu no chão, e ele pegou, e levou ele embora, com medo de uma repressão.

Então, a gente escuta muita coisa. Agora, por último, fiquei sabendo, por uma pessoa lá de Brotas, que disse que, os caixões que fizeram pra eles, era para colocar os dois num caixão só, e, como Zequinha era um pouco maior que o Lamarca, diz que foi colocado, assim, aos pontapés, o cadáver, para caber dentro do caixão. Essas coisas, assim, tudo que a gente ouviu falar.

Eu, felizmente, eu não queria ter visto eles, ali. Acho que não teria condição de ver.

De acordo com informações da família, os corpos de Zequinha e de Lamarca foram levados para Salvador, onde permaneceram no Instituto Médico Legal até o dia 25 de setembro, quando foram sepultados no cemitério de Campo Santo. A família reivindica, ainda hoje, a localização e o traslado dos restos mortais de Zequinha para o “Memorial dos Mortos”, em Ipupiara (BA).ⁱⁱ A morte de José Campos Barreto é também relatada no capítulo 13, *Casos Emblemáticos*, deste Relatório.

LOCAL DE MORTE

Área pública, tomada pelas forças de segurança, localizada no sertão da Bahia, no povoado de Pintada, distrito de Ipupiara, próximo a Brotas de Macaúbas.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão (s) envolvido(s) na morte

1.1. CODI da 6ª Região Militar

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Comandante do IV Exército: general de Exército João Bina Machado
Comandante da 6ª Região Militar: general de Brigada Argus Lima
Comandante do CODI da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

1.2. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel
Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

1.3. Chefe do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Marinha: almirante-de-esquadra Adalberto de Barros Nunes
Chefe do CENIMAR: contra-almirante Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto

1.4. Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa):

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici
Ministro da Aeronáutica: Márcio de Souza Mello
Chefe do CISA: brigadeiro do Ar Carlos Affonso Dellamora

1.5. Departamento da Polícia Federal

Diretor-Geral: coronel Nilo Caneppe Filho
Superintendência regional da Polícia Federal na Bahia: coronel Luiz Arthur de Carvalho

1.6. Polícia Militar do estado da Bahia

Governador do estado da Bahia: Antônio Carlos Magalhães
Secretário de Segurança Pública do estado da Bahia: Joalbo Rodrigues de Figueiredo Barbosa
Comandante da Polícia Militar do estado da Bahia: tenente-coronel de Cavalaria Carlos Alberto Ponzi

1.7. DOPS/SP

Governador do estado de São Paulo: Laudo Natel
Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima
Diretor de Polícia: Lúcio Vieira

2. Autorias de graves violações de direitos humanos:

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/ testemunhal sobre a autoria |
|---------------------------------|-------------------------------|--------|--|-------------------------|---|
| Nilton de Albuquerque Cerqueira | 2ª Seção da 6ª Região Militar | major | Comando da operação que resultou na morte de José Campos Barreto e de Carlos Lamarca | Brotas de Macaúbas (BA) | Relatório da Operação Pajussara. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005. |
| Dalmar Caribé de Castro | 6ª Região Militar | cabo | Participação na operação que resultou nas | Brotas de Macaúbas | Depoimento de familiares em Audiência da CNV e da CEV-SP “Rubens Paiva”, 15/7/2014. |

| | | | | | |
|--|--|---|------|---------------------------------|------|
| | | mortes de José Campos Barreto e de Carlos Lamarca | (BA) | Arquivo 00092.003037/2014-11 | CNV: |
|--|--|---|------|---------------------------------|------|

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias da morte:

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003, pp. 1-237. | Processo de José Campos Barreto, 11/9/1996. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) | Apresenta as circunstâncias da morte e do desaparecimento de José Campos Barreto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0023_0005 | Operação Pajussara (Relatório), 30/9/1971. | 2ª. Seção da 6ª. Região Militar | Descreve a operação que cercou a fazenda Buriti Cristalino e que matou primeiramente Otoniel Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara; torturou José de Araújo Barreto; e, depois, localizou e matou Carlos Lamarca e Zequinha Barreto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003, pp. 60-62 | Declaração de Lourival Soares Pereira, que presenciou a morte de Otoniel, irmão de Zequinha e era residente de Brotas de Macaúba, 17/10/1995. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) | Relata a chegada dos membros da Operação Pajussara em Buriti Cristalino, no dia 28 de agosto de 1971; a tortura sofrida pelo pai de Zequinha; e a notícia da morte de José Barreto e de Carlos Lamarca na cidade. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003, pp. 64-65 | Declaração de Claudionor Pereira Vasco, conhecido de José Campos Barreto da cidade de Brotas, 7/3/1996. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) | Relata a chegada dos membros da Operação Pajussara em Buriti Cristalino; o impacto das agressões à família Barreto; o estado do corpo de Otoniel Barreto, com orifícios de entrada de bala nas costas. Descreve o aparato policial que adentrou a cidade e os dez dias em que ficou instalado na fazenda Buriti. Relata que Zequinha Barreto e Carlos Lamarca foram encontrados a 35 km de Buriti Cristalino e que foram mortos por rajadas de metralhadoras. Afirma que as baixas só ocorreram na família Campos Barreto e que não houve nenhuma morte entre os militares. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003, p. 67 | Declaração de Olival Campos Barreto, irmão de José Campos Barreto, 19/3/1996. | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) | Olival relata a relação de respeito que tinha com Zequinha, seu irmão mais velho, e a relação do mesmo com a militância política. Afirma que o irmão foi perseguido pelo regime durante alguns anos, visto como um terrorista. Assegura que não houve tempo |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | | | de reação de Carlos Lamarca e Zequinha Barreto, pois ambos foram surpreendidos pelas forças de repressão e assassinados imediatamente. Ratifica a exposição dos dois corpos no campo de futebol da cidade e seu deslocamento de helicóptero para Salvador. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003, p.187 | Álbum fotográfico da Operação Pajussara, 19/9/1971. | Departamento de Polícia Federal, Seção de Informações (BA) | Expõe fotos do corpo de José Campos Barreto após sua captura, tortura e assassinato. As imagens revelam muitas marcas de agressões físicas no rosto e no corpo. Apresenta imagens do funeral de Zequinha em Salvador no dia 22/9/1971. |
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_44207_71, pp. 19-25 | Laudo de Exame Cadavérico, 18/9/1971. | IML-BA | Descreve a causa da morte e a situação do corpo. Conclui que Zequinha foi baleado e morreu de anemia aguda, com hemorragia interna e externa. |
| Arquivo Nacional, SNI: ASV_ACE_2958_82_002, pp. 18-21 | Bilhete de José Campos Barreto entregue por Lamarca ao médico de Ibotirama, setembro de 1971. | Sistema Nacional de Informação, SNI | Solicita a ajuda de um médico para tratar da saúde de Carlos Lamarca, mostrando que ambos se encontravam em situação de fragilidade após o cerco à fazenda Buriti. |
| Arquivo <i>Brasil Nunca Mais</i> Digital: Pasta BNM_104, p. 386 | Informativo, 13/10/1970. | Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Informações. | Expõe o monitoramento dos órgãos de informação e segurança do regime da trajetória política de José Campos Barreto antes de sua morte, como liderança na greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968. |
| Arquivo da CNV: 00092.003389/2014-77 Disponível em <i>Folha de S. Paulo</i> digital: http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/07/15/2/ | <i>Carcereiro e policial contestam Exército</i> , edição de 15 de julho de 1996. | Jornal Folha de São Paulo | Traz depoimentos do então delegado de Brotas de Macaúbas, João Queiróz, e do carcereiro Genésio Nunes Araújo, que afirma que foi ele quem recolheu o corpo de Lamarca, que estava aos pés de uma árvore (uma baraúna, típica da região). Ambos deram novos detalhes sobre as mortes de Lamarca e Zequinha Barreto. |
| Arquivo da Comissão de Familiares. Arquivo da CNV: 00092.002993/2014-86 | Fotos de Zequinha morto no IML-BA. | IML-BA | Retrata os ferimentos à bala no corpo de José Campos Barreto. |
| Processo de José Campos Barreto na CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003 | Requerimento de localização do corpo. | Familiares de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto | Os familiares ressaltam que desconhecem o paradeiro do corpo de José Campos Barreto. |
| Processo de José Campos Barreto na CEMDP. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0049_0003 | Ofício nº 084/96 de 6/8/1996. | CEMDP | Solicitação de Laudo de Necropsia de José Campos Barreto. |
| Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, | Guia de Óbito de José Campos Barreto. | Santa Casa da Misericórdia | Na guia de óbito consta o nome do médico-legista Charles Pittex e o nome de Rogelio Muiños Martinez como declarante. Consta |

| | | | |
|---|--|--|---|
| em Salvador, cedido à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” e à CNV Arquivo da CNV: 00092.002993/2014-86 | | | como causa da morte “anemia aguda”. |
| Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, em Salvador, cedido à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” e à CNV Arquivo da CNV: 00092.002993/2014-86 | Mapa de Inumações. | Santa Casa da Misericórdia | Documento da Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Cemitério do Campo Santo, em Salvador (BA), cedido à Comissão da Verdade “Rubens Paiva” e à CNV que contém a informação da quantia de 15 cruzeiros pagos pelas covas simples do cemitério. O pagamento foi realizado por Rogelio Muiños Martinez. |
| Arquivo da CNV: 00092.001413/2014-33 | Pedido de exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e de José Campos Barreto. | Familiares de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto | Os familiares solicitam à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” apoio para exumação e traslado dos restos mortais de Otoniel Campos Barreto e José Campos Barreto (Zequinha), assassinados em 1971 por agentes da repressão durante a Operação Pajussara. |

2. Testemunhos sobre o caso prestados à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais:

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|---|
| Olderico Campos Barreto | Arquivo da CNV: 00092.002276/2014-54; 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11 | Em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e à Comissão Nacional da Verdade em São Paulo, 15/7/2014, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região de Brotas de Macaúbas. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 17/9/2014, relata no local, Brotas de Macaúbas, detalhes sobre a execução de Otoniel. |
| Olival Campos Barreto | Arquivo da CNV: 00092.002753/2014-81 e 00092.003037/2014-11 | Irmão de Otoniel e Zequinha Barreto, conta detalhes sobre presença de Zequinha e Lamarca na região (Brotas de Macaúbas); foi vítima da operação Pajussara. Depoimento para Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e Comissão Nacional |

| | | |
|--|--|--|
| | | da Verdade em São Paulo, 15/7/2014. |
|--|--|--|

3. Depoimentos de agentes do Estado sobre o caso prestados à CNV e às Comissões estaduais, municipais e setoriais:

| Identificação do Depoente | Fonte | Informações relevantes |
|--|--------------------------------------|--|
| Coronel reformado da Aeronáutica Lúcio Valle Barroso | Arquivo da CNV: 00092.001281/2014-40 | Participou da operação Pajussara. Informa detalhes da investida sobre Brotas de Macaúbas (BA). |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que José Campos Barreto foi executado pela ação de agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, a localização de seus restos mortais e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

ⁱ Arquivo da CNV: 00092.003037/2014-11.

ⁱⁱ Arquivo da CNV: 00092.003037/2014-11.

ANTÔNIO SÉRGIO DE MATTOS



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria de Lourdes Pereira Mattos e Armando Mattos

Data e local de nascimento: 18/2/48, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local da morte: 23/9/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Antônio Sérgio de Mattos nasceu em 18 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro. Filho de Maria de Lourdes Pereira e Armando Mattos. Estudante de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Iniciou sua militância no Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Prestou assistência aos presos políticos na Associação de Auxílio aos Reclusos. A partir de 1969 entrou na clandestinidade, em decorrência do auxílio feito para a fuga de presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito. Tornou-se dirigente regional da Ação Libertadora Nacional (ALN) em 1970, mudando-se para São Paulo. Antônio Sérgio utilizava os codinomes de Gilberto Souza de Almeida e de Moreno. Morreu em 23 de setembro de 1971, baleado em uma emboscada dos agentes repressores.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 28 de agosto de 2004 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de

Antonio Sergio de Mattos. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Antônio Sérgio de Mattos morreu no dia 23 de setembro de 1971 na cidade de São Paulo, em uma ação realizada pelas forças de segurança nacional.

Nesta data, Antônio Sérgio de Mattos, Manoel José Nunes Mendes Abreu, Ana Maria Nacinovic Corrêa e Eduardo Antônio da Fonseca, todos militantes da ALN, foram vítimas de uma emboscada engendrada pelos órgãos de segurança na Rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, na cidade de São Paulo. Os órgãos da repressão colocaram na rua um jipe do Exército, aparentemente com problemas, estando os soldados parados à volta portando metralhadoras. Os agentes do DOI-CODI/SP ficaram escondidos em um caminhão baú do jornal *Folha de São Paulo*. Do artil resultou a morte de três dos quatro militantes, incluindo Antônio Sérgio de Mattos. Ana Maria Nacinovic Corrêa conseguiu escapar sem ser presa, sendo morta no ano seguinte, em 14 de junho de 1972. A versão oficial registrou que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar o jipe.

As requisições de exame necroscópico ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS/SP, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini. Esses documentos já apresentam contradições em relação à versão oficial de morte tendo em vista a diferença de horário que teriam sido encontradas as vítimas: Antônio Sérgio e Manoel teriam sido encontrados mortos às 16 horas, enquanto Eduardo teria sido às 15 horas. Os corpos dos três deram entrada no Instituto Médico-Legal (IML) às 18h40min, apesar do local do tiroteio ser muito próximo à sede do IML. Deve-se registrar que não foi realizada perícia no local, tendo Suzana Keniger Lisboa afirmado na 117ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 19 de março de 2014, que “houve [...] uma emboscada em que os órgãos de segurança se prepararam para matar, eles se organizaram para matar. E fica mais estranho ainda saber que eles não tenham feito isso de forma contínua, realizando, por exemplo, a perícia de local, mostrando as armas nas mãos de cada um dos militantes [...]”.

No laudo de Antônio Sérgio, os legistas relataram dois ferimentos à bala no pescoço e na traqueia, para além de ferimentos causados por instrumento não descrito, que não arma de fogo, mas que levam a supor que tenham sido feitos com proximidade física do agressor. A foto do corpo de Antônio Sérgio mostra apenas o rosto, com o tórax encoberto, e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. O laudo de Eduardo apresentava dois tiros na região glútea e dois nas pernas capazes de imobilizá-lo, mas não de provocar a morte imediata. Manuel apresentava orifício de entrada de projétil de arma de fogo na face dorsal da mão direita, característico de reação instintiva de defesa para disparos à queimadura, e, ainda, um orifício de entrada de projétil na altura da omoplata esquerda e saída na face anterior do hemitórax esquerdo, tiro dado de cima para baixo e, pela descrição da trajetória, de onde se pode inferir que fora dado quando estava dominado e de joelhos, apresentando, ainda, escoriações nos dois joelhos e no nariz, que foram anotadas pelos legistas. A foto de Manuel José mostra evidentes sinais de tortura.

Antônio foi enterrado como indigente no Cemitério D. Bosco, em Perus, na capital paulista. Em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no sítio de seus pais em Macaé.

LOCAL DE MORTE

A versão oficial registra na rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, em São Paulo (SP). No entanto, não foi possível determinar com precisão, baseando-se nos dados extraídos dos documentos encontrados onde morreram.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1. DOI do II Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: Orlando Geisel

Chefe do CIE: Milton Tavares de Souza

Comandante do II Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do DOI do II Exército: Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. DOPS/SP

Governador de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Servulo Mota Lima

Delegados: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco

Investigador: Sálvio Fernandes do Monte

3. IML/SP

Diretor do IML: Jair Romeu

Médicos legistas: Isaac Abramovitch e Antônio Valentini

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-----------------------------|----------|-----------------|--|-------------------------|--|
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS-SP. | Delegado. | Fez o requerimento de Exame de Corpo de Delito informando que as mortes teriam acontecido em tiroteio. | DOPS/SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Antônio Sérgio de Mattos, 12/10/1971. |
| Isaac Abramovitch. | IML-SP. | Médico-Legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Antônio Sérgio de Mattos, 12/10/1971. |
| Antônio Valentini. | IML-SP. | Médico-Legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Antônio Sérgio de Mattos, 12/10/1971. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---------------------------------------|--|----------------------------------|--|
| Arquivo da CNV, 00092.002927/2014-14. | Dossiê sobre o caso de Antônio Sérgio de | Comissão Especial sobre Mortos e | Registra informações sobre o caso; nas folhas 9 e 10 de documentos pessoais de Antônio |

| | | | |
|---------------------------------------|---|--|---|
| | Mattos. | Desaparecidos Políticos (CEMDP). | Sérgio de Mattos; das folhas 18 a 28 requisição de exame necroscópico e laudo necroscópico, com fichas dactiloscópicas e reprodução fotográfica do cadáver. Nas folhas 29 e 30 certidão de óbito. Evidenciam tanto a versão oficial como também certas controvérsias com relação a esta. Na requisição de exame tem o registro da letra “T” em maiúsculo marca utilizada pela repressão para designar os militantes como terroristas e o nº 4794. Registra o nome correto da vítima e que sua profissão era terrorista. |
| Arquivo da CNV, 00092.002927/2014-14. | Reprodução fotográfica. | Instituto Médico-Legal (IML). | Reprodução fotográfica dos três militantes mortos no caso da rua João Moura: Antônio Sérgio de Mattos, Eduardo Antônio da Fonseca e Manuel José Nunes Mendes de Abreu. |
| Arquivo da CNV, 00092.003076/2014-19. | Transcrição da audiência da 117ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 19/3/14. | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. | Registra informações e depoimentos sobre o caso da rua João Moura e os militantes mortos na ocasião. Confronto da versão oficial. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|-------|------------------------|
|-----------------------------|-------|------------------------|

| | | |
|---|--|---|
| <p>Suzana Keniger Lisbôa (conselheira e relatora do caso na CEMDP).</p> | <p>Comissão Nacional da Verdade e Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. 117ª audiência pública. São Paulo, 19 de março de 2014.</p> | <p>Relata as torturas sofridas pela vítima e algumas informações sobre sua morte.</p> |
|---|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Antônio Sérgio de Mattos morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Antônio Sérgio de Mattos, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos. Recomenda-se, ainda, a declaração da condição de anistiado político *post mortem*.

EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Lucinda Miquelina Braga e Joaquim da Fonseca Jr.

Data e local de nascimento: 23/2/1947, Belo Horizonte (MG)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)

Data e local de morte: 23/9/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Eduardo desde cedo era militante político; ligou-se ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSBR) quando ainda era secundarista, em 1968. No ano seguinte filiou-se à Corrente, de Minas Gerais, que, posteriormente, foi incorporada pela Ação Libertadora Nacional (ALN), ocasião em que já vivia na clandestinidade, em São Paulo. Eduardo era casado com a militante Walderez Nunes Fonseca.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 9 de fevereiro de 1998, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Eduardo Antônio da Fonseca. Posteriormente, em 2004, os processos de Antônio Sérgio de Mattos e de Manoel José Nunes Mendes Abreu, mortos na mesma situação, também foram deferidos. Eduardo foi homenageado na cidade de Belo Horizonte, onde teve uma rua com o seu nome, no bairro Serra Verde.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Eduardo foi preso em uma emboscada no dia 23 de setembro de 1971, quando se encontrava com outros militantes da ALN – Antônio Sérgio de Mattos, Manoel José Nunes Mendes Abreu, Ana Maria Nacinovic Corrêa – no bairro do Sumarezinho, em

São Paulo. Apenas a guerrilheira Ana Maria Nacinovic conseguiu escapar sem ser presa, vindo a ser assassinada posteriormente, no dia 14 de junho de 1972.

Os órgãos da repressão colocaram na rua um jipe do Exército, aparentemente com problemas, estando os soldados parados à volta portando metralhadoras. Os agentes do DOI-CODI/SP ficaram escondidos em um caminhão baú do jornal *Folha de São Paulo*. Do artil resultou a morte de três dos quatro militantes, incluindo Antônio Sérgio de Mattos. Ana Maria Nacinovic Corrêa conseguiu escapar sem ser presa, sendo morta no ano seguinte, em 14 de junho de 1972. A versão oficial registrou que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar o jipe.

As requisições de exame necroscópico ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS/SP, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos necroscópicos pelos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini. Esses documentos já apresentam contradições em relação à versão oficial de morte tendo em vista a diferença de horário que teriam sido encontradas as vítimas: Antônio Sérgio e Manoel Mendes teriam sido encontrados mortos às 16 horas, enquanto Eduardo, às 15 horas. Os corpos dos três deram entrada no Instituto Médico-Legal (IML) às 18h40min, apesar de o local do tiroteio ser muito próximo à sede do IML. Deve-se registrar que não foi realizada perícia no local, tendo Suzana Keniger Lisboa afirmado na 117ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 19 de março de 2014, que

houve [...] uma emboscada em que os órgãos de segurança se prepararam para matar, eles se organizaram para matar. E fica mais estranho ainda saber que eles não tenham feito isso de forma contínua, realizando, por exemplo, a perícia de local, mostrando as armas nas mãos de cada um dos militantes [...].

A descrição dos ferimentos no laudo do Instituto Médico-Legal (IML) também não entra em acordo com a versão de morte em tiroteio e algumas equimoses e edemas perceptíveis nas fotos não foram descritas. Apesar de o laudo de Eduardo identificar dois tiros na região glútea e dois na perna, eles não foram apontados como ferimentos capazes de provocar morte imediata, mas apenas imobilizá-lo. Suzana Keniger Lisboa, na 117ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 19 de março de 2014 asseverou que:

o laudo de necropsia descreve quatro tiros nos órgãos inferiores. Ele tem um ferimento no sulco glúteo esquerdo, que depois de fraturar o fêmur e provocar ferimento na artéria femoral, saiu no anteromedial, saiu na coxa esquerda, na parte medial da coxa esquerda. Ele tem escoriações que são mostradas – inclusive uma provocada por raspão de projétil de arma de fogo, mas que a gente não tem foto para ver, que é na fossa ilíaca – tem um ferimento na perna

esquerda e tem outro no glúteo direito que transfixou o rim e saiu na região lombar. Tem também contusão no terço superior da perna direita. Segundo, na época, as informações que a gente teve de análise rápida dos legistas, nenhum desses tiros poderia ter causado a morte imediata, a não ser que tenha havido realmente a omissão de socorro. [...] Ele teve dois tiros na região glútea e dois nas pernas. Então, esses disparos já imobilizaram, impedindo a fuga, ou ele foi retirado dali e foi levado para algum lugar, ou não se sabe.

O laudo de Antônio Sérgio e de Manoel José também dá margem a questionamentos.

Contudo, não foram encontrados dados mais contundentes que confirmem com precisão onde os militantes teriam morrido. Apesar disso, a família de Eduardo conseguiu sepultá-lo no Cemitério São Pedro, no dia 30 de outubro de 1971.

LOCAL DE MORTE

A versão oficial registra na Rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, em São Paulo (SP). No entanto, não foi possível determinar com precisão, baseando-se nos dados extraídos dos documentos encontrados onde morreram.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI do II Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: Orlando Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do DOI do II Exército: Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. DOPS/SP

Governador de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Servulo Mota Lima

Diretor-Geral do DOPS-SP: delegado Lúcio Vieira

Delegados: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco

Investigador: Sálvio Fernandes do Monte

1.3. IML/SP

Diretor do IML: Arnaldo Siqueira

Médicos-legistas: Isaac Abramovitch e do Antônio Valentini.

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta | Local | da | Fonte |
|------|-------|--------|---------|-------|----|-------|
|------|-------|--------|---------|-------|----|-------|

| | | | praticada pelo agente | grave violação | documental/testemunhal sobre a autoria |
|----------------------------|---------|-----------------|--|-----------------------|--|
| Alcides Cintra Bueno Filho | DOPS-SP | Delegado. | Fez o requerimento de Exame de Corpo de Delito informando que as mortes teriam acontecido em tiroteio. | DOPS/SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |
| Isaac Abramovitch | IML-SP | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |
| Antônio Valentini | IML-SP | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: R_DFANBSB_AT0_0030_0007, pp. 37-38. | Laudo de Exame de Corpo de Delito, 12/10/1971. | Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). | Contém descrições dos ferimentos de Eduardo que permitem contestar a versão de morte em tiroteio. As fotos anexadas ao documento permitem identificar ferimentos não descritos pelos legistas no laudo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0030_0007, pp.35-36. | Requisição de Exame, 23/9/1971. | Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). | O documento tem a letra "T" em maiúsculo, marca utilizada pela repressão para designar os militantes como terroristas e o nº 4796. Registra o nome correto da vítima e que foi sepultado no cemitério São Pedro. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Reprodução fotográfica | Instituto Médico | Reprodução fotográfica de foto do corpo de |

| | | | |
|---|-------------------------|---|--|
| BR_DFANBSB_AT 0_0030_0007, pp. 39-41. | do corpo, 23/9/1971. | Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). | Eduardo que permite identificar ferimentos de tortura na vítima. |
|---|-------------------------|---|--|

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Suzana Keniger Lisboa (conselheira e relatora do caso na CEMDP). | Comissão Nacional da Verdade e Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 117ª Audiência Pública. São Paulo, 19 de março de 2014. | Relata as torturas sofridas pela vítima e algumas informações sobre sua morte. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Antônio da Fonseca morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado Brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Eduardo Antônio da Fonseca, a declaração da condição de anistiado político *post mortem*, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

MANOEL JOSÉ MENDES NUNES ABREU



DADOS PESSOAIS

Filiação: Dulce Souza Mendes Abreu e José Pereira Abreu
Data e local de nascimento: 1/1/1949, Rossio do Sul (Portugal)
Atuação profissional: estudante universitário
Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN)
Data e local da morte: 23/9/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Manoel iniciou a sua militância política no Movimento Estudantil, quando estudava na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e no decorrer das suas atividades políticas entrou na clandestinidade até que caiu em uma emboscada dos órgãos da repressão no dia 23/9/1971.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O primeiro processo referente à morte de Manoel José Abreu foi protocolado fora do prazo, por isso foi indeferido, contudo, após reabertura do prazo dos requerimentos, com a edição da Lei n.º 1.085/2004, o segundo pedido de apreciação do caso foi avaliado e deferido no dia 7/10/2004. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Manoel José Mendes Nunes Abreu morreu no dia 23 de setembro de 1971 na cidade de São Paulo, em uma ação realizada pelas forças de segurança nacional.

Nesta data, Manoel José Mendes Nunes Abreu, Antônio Sérgio de Mattos, Ana Maria Nacinovic Corrêa e Eduardo Antônio da Fonseca, todos militantes da ALN, foram

vítimas de uma emboscada engendrada pelos órgãos de segurança na Rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, na cidade de São Paulo. Os órgãos da repressão colocaram na rua um jipe do Exército, aparentemente com problemas, estando os soldados parados à volta portando metralhadoras. Os agentes do DOI-CODI/SP ficaram escondidos em um caminhão baú do jornal *Folha de São Paulo*. Do arдил resultou a morte de três dos quatro militantes, incluindo Antônio Sérgio de Mattos. Ana Maria Nacinovic Corrêa conseguiu escapar sem ser presa, sendo morta no ano seguinte, em 14 de junho de 1972. A versão oficial registrou que os três militantes morreram no local, ao tentar assaltar o jipe.

As requisições de exame necroscópico ao IML foram assinadas pelo delegado do DOPS/SP, Alcides Cintra Bueno Filho, e os laudos necroscópicos, pelos legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini, surgindo já as primeiras contradições. Antônio Sérgio e Manoel teriam sido encontrados mortos às 16 horas, enquanto Eduardo teria sido às 15 horas. Os corpos dos três deram entrada no Instituto Médico-Legal (IML) às 18h40min, apesar do local do tiroteio ser muito próximo à sede do IML. Deve-se registrar que não foi realizada perícia no local, tendo Suzana Keniger Lisbôa afirmado na 117ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 19 de março de 2014, que

houve [...] uma emboscada em que os órgãos de segurança se prepararam para matar, eles se organizaram para matar. E fica mais estranho ainda saber que eles não tenham feito isso de forma contínua, realizando, por exemplo, a perícia de local, mostrando as armas nas mãos de cada um dos militantes [...].

Segundo o laudo da época, Manoel apresentava orifício de entrada de projétil de arma de fogo na face dorsal da mão direita, característico de reação instintiva de defesa para disparos à queima-roupa, e, ainda, um orifício de entrada de projétil na altura da omoplata esquerda e saída na face anterior do hemitórax esquerdo, tiro dado de cima para baixo e, pela descrição da trajetória, donde se pode inferir que fora dado quando estava dominado e de joelhos, apresentando, ainda, escoriações nos dois joelhos e no nariz, que foram anotadas pelos legistas. A foto de Manoel José mostra evidentes sinais de tortura. No laudo de Antônio Sérgio os legistas relataram dois ferimentos à bala no pescoço e na traqueia, para além de ferimentos causados por instrumento não descrito, que não arma de fogo, mas que levam a supor que tenham sido feitos com proximidade física do agressor. A foto do corpo de Antônio Sérgio mostra apenas o rosto, com o tórax encoberto, e um objeto junto ao pescoço, que se assemelha a um gancho. O laudo de

Eduardo apresentava dois tiros na região glútea e dois nas pernas capazes de imobilizá-lo, mas não de provocar a morte imediata.

Para corroborar a hipótese de que teria sido preso e sofrido torturas há o depoimento de Maria Fernanda Mendes Abreu, irmã de Manoel, no processo da CEMDP. Ela relata que companheiros de militância de seu irmão teriam informado que ele foi morto no DOI-CODI de São Paulo quando teria sido submetido à técnica de tortura chamada “Coroa de Cristo”. Em requerimento de indenização à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Maria Fernanda afirmou, ainda, que depois de receber o corpo de Manoel por policiais do DOI-CODI/SP, sob a exigência de sigilo, verificou que apesar da cabeça dele não ter perfuração, se encontrava afundada, em consonância com a informação que recebeu dos amigos de seu irmão.

No dia 26 de setembro de 1971 Manoel foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

A versão oficial registra na Rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, em São Paulo (SP). No entanto, não foi possível determinar com precisão, baseando-se nos dados extraídos dos documentos encontrados onde morreram.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI do II Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do DOI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2. DOPS/SP

Governador de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública de São Paulo: general Servulo Mota Lima;

Delegados: Sérgio Fernando Paranhos Fleury, Ernesto Milton Dias e Josecyr Cuoco.

Investigador: Sálvio Fernandes do Monte.

1.3. IML/SP

Diretor do IML: Arnaldo Siqueira

Médicos legistas: Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-----------------------------|----------|-----------------|--|-------------------------|--|
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS-SP. | Delegado. | Fez o requerimento de Exame de Corpo de Delito informando que as mortes teriam acontecido em tiroteio. | DOPS – SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |
| Isaac Abramovitch. | IML-SP. | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |
| Antônio Valentini. | IML-SP. | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico. | IML-SP. | Laudo de Exame de Corpo de Delito de Eduardo Antônio da Fonseca, 12/10/1971. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0062_0006, p. 7. | Requerimento de indenização feito por Maria Fernanda Mendes | CEMDP. | Nele declara ter recebido informações de outros presos políticos sobre a tortura de seu irmão e descreve o estado do corpo do irmão quando |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | Abreu. | | foi sepultado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0062_0006, p. 45. | Requisição de exame necroscópico, 23/9/1971. | Secretaria de Segurança Pública. | Registro de versão dos órgãos da repressão sobre a morte. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0062_0006, p. 47. | Laudo de Exame de Corpo de Delito, 12/10/1971. | Instituto Médico legal do Estado de São Paulo (IML/SP). | Registro da causa da morte, fotos do corpo que mostra ferimentos que poderiam ser compatíveis com torturas e registro da assinatura dos médicos legistas que assinaram o documento. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|--|---|--|
| Suzana Keniger Lisboa (conselheira e relatora do caso na CEMDP). | Comissão Nacional da Verdade e Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 117ª audiência pública. São Paulo, 19 de março de 2014. | Relata as torturas sofridas pela vítima e algumas informações sobre sua morte. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Manoel José Mendes Nunes Abreu morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado Brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomendam-se a retificação da certidão de óbito a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

FELIX ESCOBAR



DADOS PESSOAIS

Filiação: Emília Gomes Escobar e José Escobar

Data e local de nascimento: 22/3/1923, Miracema (RJ)

Atuação profissional: camponês, comerciário, pedreiro

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Data e local de desaparecimento: setembro/outubro de 1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Felix Escobar nasceu em Miracema (RJ) em 22 de março de 1923. Filho de camponeses, seus amigos relatam que ele sempre viveu de forma muito simples. Felix Escobar foi camponês, comerciário, pedreiro, servente de obras, instalador de persianas e também tesoureiro do Sindicato dos Empregados do Comércio em Duque de Caxias e São João do Meriti. Atuou na mobilização e organização dos camponeses nos distritos fluminenses de Capivari, Xerém e São Lourenço. Foi casado com Raymunda Cardoso Escobar, com quem teve seis filhos. Ficou viúvo em 1965 e, posteriormente, teve mais dois filhos com sua nova companheira, Irani.

Felix Escobar iniciou a sua militância política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1950, contribuindo para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias em 1962. Nessa época, Escobar participou da campanha em defesa do petróleo brasileiro e atuou na diretoria do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Após o Golpe Militar de 1964, Felix Escobar permaneceu preso por 12 dias. Quando foi libertado, passou à clandestinidade e se ligou ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Sua família foi duramente atingida pela violência do período ditatorial. No final de 1970, dezenas de agentes ligados aos órgãos da repressão

invadiram a casa de Felix Escobar e torturaram um de seus filhos com o objetivo de extrair informações sobre o local onde armas estariam escondidas. De acordo com o *Dossiê Ditadura*, nesse período, Felix estava em Feira de Santana-BA. Em 1971, teria residido na mesma casa de Iara Iavelberg, em Salvador (BA). Felix desapareceu entre setembro e outubro de 1971, na cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Felix Escobar foi reconhecido como desaparecido político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), conforme decisão publicada em 4/12/1995. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Apesar de não existirem provas contundentes com relação ao local e à data do sequestro de Felix Escobar, do conjunto probatório se extrai que este ocorreu em setembro ou outubro de 1971. Como aponta o livro-relatório da CEMDP, uma primeira versão sobre as circunstâncias do desaparecimento de Escobar indica que ele foi sequestrado em outubro, na casa de seu companheiro de militância João Joaquim Santana, em Nova Iguaçu-RJ, enquanto uma segunda versão tem que ele foi detido em Belfort Roxo (RJ), em circunstâncias ainda não esclarecidas. O então preso político César Queiroz Benjamin afirmou tê-lo visto sob custódia de agentes do DOI-CODI no quartel da Polícia do Exército da Vila Militar, no Rio de Janeiro. Em relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993, consta que Felix Escobar foi preso em razão de “atividades terroristas” e que ele frequentava a pedreira de Xerém, em Duque de Caxias.

Em 28 de janeiro de 1979, em entrevista ao jornalista Antônio Henrique Lago e a Ana Lagoa da *Folha de S. Paulo*, um oficial que havia exercido função de comando confirmou a morte de Felix Escobar:

Estes são os nomes das pessoas cujas fichas estavam no ‘necrotério’ de um órgão de segurança em dezembro de 1973 e que são dadas como desaparecidas pelas famílias e pelas organizações de defesa dos direitos humanos, de acordo com as informações colhidas junto a um oficial que atuou em função de comando na época: [...] 6 – Félix Escobar – na lista do CBA está como preso em outubro de 1971.

Presume-se que esse oficial seja o coronel Adyr Fiuza de Castro, criador e chefe do CIE, chefe do DOI-CODI I Exército, comandante da PM/RJ e da VI Região Militar.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Felix Escobar foi visto pela última vez entre setembro e outubro de 1971, no Rio de Janeiro (RJ). Há versões indicando que ele teria sido preso seja em Nova Iguaçu (RJ), seja em Belfort Roxo (RJ).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército João Bina Machado

Chefe do Estado-Maior do I Exército: general Henrique Carlos de Assunção Cardoso

Chefe do CODI do I Exército: coronel Adyr Fiuza de Castro

Comandante do DOI do I Exército: major João Pinto Pacca

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|----------------------------|-----------------------------|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, p.16. | Felix Escobar. | CEMDP. | Certidão de óbito. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, pp. 17-20. | Felix Escobar. | CEMDP. | Ficha de identificação do CISA. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, pp. 22-23. | Felix Escobar. | CEMDP. | Ficha de referência do DOPS. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, p. 24. | Felix Escobar. | CEMDP. | Informe nº 223/67 sobre a família Escobar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, p. 25. | Felix Escobar. | CEMDP. | Informe nº 13/67 sobre a prisão dos irmãos Escobar. |

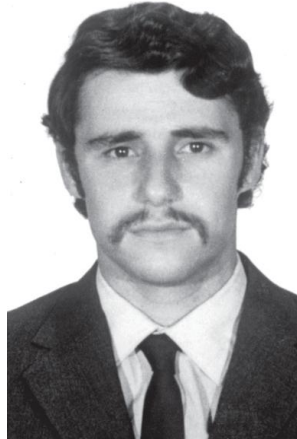
| | | | |
|---|---|---|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0033_0002, pp. 55-56. | Felix Escobar. | CEMDP. | Documento do DI/DGIE de dezembro de 1979 sobre a prisão de Felix e sua atividade política. |
| Arquivo CNV, 00092.001397/2014 -89, p. 54. | “Os desaparecidos, uma questão que vai persistir”, 28/1/1979. | Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , texto de Henrique Lago e Ana Lagoa. | Texto jornalístico com informação sobre a morte de Felix Escobar. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Felix Escobar desapareceu entre setembro e outubro de 1971, na cidade do Rio de Janeiro, após ter sido preso por forças de segurança do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Felix Escobar, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

AYLTON ADALBERTO MORTATI



DADOS PESSOAIS

Filiação: Carmem Sobrinho Martins e Umberto Mortati

Data e local de nascimento: 13/1/1946, Catanduva (SP)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de desaparecimento: 4/11/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no interior do Estado de São Paulo, em Catanduva, Aylton Adalberto Mortati ingressou no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR-SP) e chegou ao posto de Segundo Tenente do Exército no ano de 1968, quando tornou-se oficial da reserva. No mesmo ano ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, onde começou a atuar no movimento estudantil. Foi preso durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em outubro de 1968 na cidade de Ibiúna (SP), e permaneceu preso durante sete dias no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Após a prisão, passou a militar na Ação Libertadora Nacional (ALN), período em que passou a viver na clandestinidade, sob os codinomes de Humberto, Romualdo, Erico, Tenente, Oscar e Eduardo Janot Pacheco. Em 4 de novembro de 1969, na companhia de outros oito militantes da ALN, participou do sequestro do avião *Boeing* da Varig, que foi desviado do trajeto Buenos Aires-Santiago para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha. Regressou clandestinamente ao Brasil em 1971, como dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo), uma dissidência da ALN.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTUIÇÃO DA CNV

Aylton Adalberto Mortati foi reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido político por determinação da Lei nº 9.140/1995. Seu nome consta no *dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no bairro Grajaú, em São Paulo (SP), e a outra no bairro Paciência, no Rio de Janeiro (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Aylton Adalberto Mortati foi visto pela última vez no dia 4 de novembro de 1971, quando foi preso por agentes do DOI-CODI/SP, durante a operação de “estouro” do aparelho situado à Rua Cervantes nº 7, em São Paulo (SP), em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas. Mortati foi preso junto com José Roberto Arantes de Almeida, também militante da Molipo.

Ao longo dos anos de 1970 e 1971, Carmem Sobrinho, mãe de Aylton, viveu sob constante pressão e angústia. De acordo com seu relato:

Minha vida e de minha família passou a ser de constante vigilância e provocação por parte de agentes de segurança, que estacionavam carros à frente de minha residência, subiam no telhado da casa, usavam o banheiro existente no fundo do quintal, revistavam compras de supermercado, censuravam o telefone, espancaram meus sobrinhos menores e, ao que pude deduzir, provocaram um início de incêndio em minha residência/pensionato. Os agentes que vigiavam minha residência e meus passos por duas vezes atentaram contra minha vida, jogando o carro em minha direção.

Alguns presos políticos, como Paulo de Tarso Venceslau e José Carlos Gianini, relataram que Aylton foi morto nas dependências do DOI-CODI/SP, quando prestaram depoimento à Justiça Militar na época dos fatos. Na apostila sobre neutralização de aparelhos que elaborou, o comandante do DOI-CODI/SP, major Carlos Alberto Brilhante Ustra, citando o caso da Rua Cervantes, mencionou apenas a morte de José Roberto Arantes de Almeida, e não a de Aylton.

Em 1975, presos políticos do presídio Romão Gomes, em São Paulo, encaminharam ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Caio Mário da Silva Pereira, documento contendo denúncias sobre a morte de Aylton e de outros presos políticos.

No início da década de 1990, com a divulgação do relatório do Ministério da Aeronáutica encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, apareceram os primeiros

indícios das circunstâncias que culminaram no desaparecimento de Aylton. O relatório informava: “neste órgão consta que foi morto em 4/11/1971, quando foi estourado um aparelho na rua Cervantes, nº 7, em São Paulo. Na ocasião usava um passaporte, em nome de Eduardo Janot Pacheco”. Conforme consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*, aproximadamente na mesma época foi localizada, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR), uma gaveta com a identificação “falecidos”, onde constava uma ficha com o nome de Aylton.

Em fevereiro de 2013, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo realizou sua 5ª Audiência Pública, na qual prestou depoimento Virgílio Lopes Eney, advogado contratado pela família de Aylton após o seu desaparecimento. Segundo relatou, na ocasião dos fatos ele viu sobre uma mesa na 2ª Auditoria Militar do Exército, em São Paulo (SP), uma certidão de óbito em nome de Aylton Adalberto Mortati. Ao tentar ler o documento, foi preso e levado para o DOI-CODI/SP, onde foi interrogado por agentes que tentaram convencê-lo de que Aylton nunca havia sido preso.

Foi localizada uma requisição de exame necroscópico nos arquivos do Instituto Médico-Legal (IML) de São Paulo, onde consta a informação da descoberta de um cadáver nos baixos do viaduto Bresser, datado de 14/11/1971 e assinada por David dos Santos Araújo, delegado de polícia que atuava no DOI-CODI/SP. Acredita-se que o documento possa ser relativo ao cadáver de Mortati.

Suspeita-se que os restos mortais de Aylton estejam no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. Consta no livro do cemitério registro de sepultamento de um desconhecido que havia sido encontrado no Viaduto Bresser, em 16 de novembro de 1971, data próxima ao desaparecimento de Mortati.

Para analisar os restos mortais de Mortati, foram realizados trabalhos periciais que ficaram sob a responsabilidade da Criminalística da Polícia Federal e da “Equipo Argentino de Antropologia Forense” e, entre os anos de 2012 e 2014, foram realizados exames antropológicos e genéticos, na tentativa de identificar os restos mortais de Aylton Adalberto Mortati e de outros militantes políticos com indícios de terem sido sepultados no local. Exames de DNA das ossadas exumadas que poderiam pertencer a Aylton Mortati foram realizados, porém os resultados foram negativos, uma vez que foi constatada a incompatibilidade com a amostra de DNA coletada, inclusive com o Banco de Perfis.

A Comissão Nacional da Verdade localizou documento que indica a intenção de execução de militantes banidos e vindos de Cuba, notadamente de integrantes do Molipo, como o caso de Mortati.

O Ministério Público Federal instaurou procedimento investigatório criminal, em 2011, para apurar as circunstâncias e autorias no sequestro e desaparecimento de Aylton Adalberto Mortati, PIC, 1.34.001.007801/2011-13.

Aylton Adalberto Mortati permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O desaparecimento ocorreu na Rua Cervantes N° 7, Vila Prudente, São Paulo (SP). As investigações sobre o caso não permitem identificar com precisão o local de sua morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1 DOI do II Exército

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do DOI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------------|----------------------|---------------|--|--------------------------------|---|
| David dos Santos Araújo | DOI-CODI II (36ª DP) | Delegado | Requisição de exame necroscópico fraudulento | DOI-CODI/SP | Arquivo CNV, NUP: 00092.002931/2014-74 |
| Carlos Alberto Brilhante Ustra | DOI do II Exército | Major | Comandante das operações do DOI/CODI II Exército à época dos fatos. Prisão ilegal, torturas, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. | DOI-CODI/SP | Descrição e croqui da operação da Rua Cervantes. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|---|---|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0003, p. 36. | Atestado de antecedentes criminais, 23/7/1968 | Delegacia de Polícia de Catanduva. | Declara que não há antecedentes criminais registrados. |
| Arquivo CNV, 00092.002931/2014-74. | Requisição de exame necroscópico, de 14/11/1971 | Departamento Regional de Polícia da Grande São Paulo. | Solicita o exame de um cadáver encontrado embaixo do viaduto Bresser, próximo à Rua Pires do Rio, em São Paulo, que poderia ser de Aylton. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0003, p. 18. | Certidão de Nascimento, 1º/9/1995. | Cartório de Registro Civil do Estado de São Paulo - Comarca de Catanduva. | Registra a ausência de Aylton Adalberto Mortati por ordem da sentença proferida em 06/02/1981 pelo juiz Francisco Roberto Alves Bevilacqua, da 2ª Vara da Família e das Sucessões da cidade de São Paulo. |
| Arquivo CNV, 00092.002931/2014-74. | Ficha n. 87, sem data. | Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. | Registra cronologicamente as atividades políticas de Aylton, que eram monitoradas pelos órgãos repressivos da ditadura militar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0003, p. 35. | Relatório, sem data. | Ministério da Aeronáutica. | Registra que Aylton foi morto no dia 4/11/1971, quando foi estourado um aparelho na Rua Cervantes, nº 7 em São Paulo (SP). Ele usava um passaporte falso em nome de Eduardo Janot Pacheco. |
| Arquivo CNV, 00092.002453/2014-01 | Carta Presos Políticos de SP à OAB, 1975. | Presos políticos do presídio Romão Gomes. | Denúncia sobre a morte de Aylton Mortati. |
| Arquivo CNV, 00092.000493/2012- | Apostila sobre neutralização de aparelhos, sem | Carlos Alberto Brilhante Ustra. | Descrição e croqui da operação da Rua Cervantes. |

| | | | |
|--|---|--|---|
| 48, pp. 183-185. | data. | | |
| Arquivo Nacional, SNI: ACE 45639. | Relatório Operação Ilha, sem data. | SNI. | Agência Brasília do SNI encaminha à Presidência da República relatório sobre a Operação Ilha, produzido pelo DOI/CODI/CMP, DOI/3ª Brigada de Infantaria e CIE/ADP. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0020_0003, p. 39 – 40. | Relatório do desaparecimento de Aylton Adalberto Mortati, sem data. | CEMDP | Contém análise sobre circunstâncias de desaparecimento e reproduz trechos da declaração de Carmem Sobrinho. |
| Arquivo CNV, NUP 00092.00143112014-15. | Laudos de exames antropológicos e genéticos. | “Equipo Argentino de Antropologia Forense” | Laudos de exames antropológicos e genéticos, na tentativa de identificar os restos mortais de Aylton Adalberto Mortati e de outros militantes políticos com indícios de terem sido sepultados na Vala de Perus. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|-----------------------------|--|--|
| Virgílio Lopes Eney. | BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a Comissão Rubens Paiva em audiência pública, 19/2/2013: 00092.002931/2014-74 | Declarou que viu na mesa da 2ª auditoria da Justiça Militar uma certidão de óbito constando o nome de Aylton Adalberto Mortati. Foi preso ao tentar ler todo o conteúdo. |

3. Depoimentos de militares e servidores públicos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação do depoente | Fonte | Informações relevantes |
|---------------------------------|------------------------------------|--|
| Carlos Alberto Brilhante Ustra. | Arquivo CNV, 00092.000666/2013-17. | Questionado sobre a apostila de neutralização de aparelhos, da qual consta o caso da Rua Cervantes, com omissão da presença e Aylton no local, Ustra assumiu a autoria do texto. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Aylton Adalberto Mortati desapareceu em 4 de novembro de 1971, quando foi preso por agentes do DOI-CODI/SP, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e identificação plena dos restos mortais de Aylton Adalberto Mortati, bem como para a completa identificação dos agentes e órgãos envolvidos em seu sequestro, morte, desaparecimento e ocultação de cadáver.

JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Aida Martoni de Almeida e José Arantes de Almeida

Data e local de nascimento: 7/2/1943, Pirajuí (SP)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de morte: 4/11/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Pirajuí, interior de São Paulo, José Roberto Arantes mudou-se com a família para Araraquara quando ainda era criança. No ano de 1962 ingressou no Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, permanecendo até ser expulso, em 1964, sob acusação de formar um núcleo socialista entre os estudantes. Nesse mesmo ano, foi preso na Base Aérea de Santos, no Guarujá, com base na mesma denúncia. Dois anos depois, já em liberdade, iniciou o curso de física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLC/USP). Nessa universidade, tornou-se presidente do grêmio estudantil. Em 1967, juntamente com Carlos Marighella, participou da dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em São Paulo, em virtude dos descontentamentos com a direção nacional. Atuou em diversas organizações políticas, utilizando os codinomes Luiz, Deo e José Carlos Pires de Andrade. José Arantes foi uma importante e conhecida liderança estudantil e ocupou a vice-presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), na gestão de 1967-1968. Foi novamente preso durante o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP); mas conseguiu fugir das dependências do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Logo depois, em 20 de outubro de 1968, sua prisão foi decretada pela 2ª Auditoria da Justiça Militar, e, a partir de então, passou a viver na clandestinidade. Nesse mesmo ano assumiu a presidência da UNE. No ano de 1969, saiu

do país pela fronteira sul com destino a Cuba. Na ilha caribenha realizou cursos políticos e recebeu treinamento militar na preparação para a guerrilha. José Roberto Arantes de Almeida morreu em decorrência das torturas, no dia 4 de novembro de 1971, na sede do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. José Roberto era companheiro de Aurora Maria Nascimento Furtado, que também foi morta em decorrência das torturas em 1972.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

No dia 23 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de José Roberto. Seu nome consta do *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no dia 19 de maio de 2005, declarou José Roberto Arantes de Almeida anistiado político *post mortem*. Por decisão da Comissão Especial da Secretaria de Justiça e Cidadania do estado de São Paulo, Aida Martoni, mãe de José Roberto Arantes, recebeu indenização, a título reparatório, no dia 11 de julho de 2005.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

José Roberto Arantes de Almeida morreu, no dia 4 de novembro de 1971, após ser preso junto com Aylton Adalberto Mortati, por agentes do DOI-CODI de São Paulo. Os dois militantes faziam parte de um grupo de exilados políticos que havia recebido treinamento de guerrilha em Cuba e retornaram ao Brasil clandestinamente. Dos 28 militantes que retornaram, José Roberto e Aylton Adalberto foram os primeiros a serem mortos pelas forças de repressão. Após o retorno ao Brasil em 1971, José Roberto Arantes – assim como outros militantes com curso de guerrilha em Cuba – passou a ser vigiado pelo aparato repressivo do Estado. No dia 4 de novembro de 1971, Arantes foi preso em sua casa, na rua Cervantes nº 7, no bairro da Vila Prudente, em São Paulo, onde residia com membros da Molipo: Aylton Adalberto Mortati e Maria Augusta Thomaz.

De acordo com a falsa versão divulgada pelo Estado, José Roberto Arantes de Almeida teria sido gravemente ferido em tiroteio, em ação que culminou com o estouro de um “aparelho”, com a utilização de bombas de gás lacrimogêneo e granadas. José Roberto teria morrido após confronto com agentes de segurança. Ressalta-se que o documento,

oriundo da Escola Nacional de Informação (ESNI), apesar de relatar que havia quatro integrantes no local, não faz nenhuma referência a Aylton Mortati, preso na mesma ação.

As investigações sobre esse episódio, realizadas ainda pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, revelaram a existência de elementos que desqualificam a falsa versão divulgada. A requisição de exame apresentada ao Instituto Médico-Legal de São Paulo (IML/SP) pelo DOPS/SP traz a letra “T”, utilizada à época para referir-se a categoria de indivíduos considerados “terroristas”. Em resposta à solicitação, em 9 de novembro, o laudo de exame do IML/SP, assinado por Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi, reconhecem a morte de José Carlos Pires de Andrade, codinome que era utilizado por Arantes, atesta: “[...] segundo consta, trata-se de elemento terrorista, que faleceu em tiroteio travado ao resistir à prisão, com militares da OBAN [DOI-CODI/SP], vindo a falecer às 17h30, aproximadamente, no dia 4 de novembro de 1971, sendo encontrado no pátio do trigésimo sexto distrito policial.”

Como o documento refere-se ao local da morte sendo o 36^a DP, localizada na rua Tutóia, sede do DOI-CODI/II Exército na época, depreende-se que José Arantes teria sido levado com vida ao local, aonde veio a falecer. O corpo desse militante foi levado ao IML, no dia em 5 de novembro, às 18 horas. O laudo também afirma que o corpo tinha dois ferimentos perfuro-contuso de formato ovular, medindo três centímetros na maior dimensão, localizados na parte média da região frontal, o que não se confirma na foto do corpo de Arantes, posto que não aparenta esses dois ferimentos à bala na cabeça, mas grandes equimoses na região malar esquerda. Além disso, o laudo mencionado não faz referências a ferimentos nessa região.

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo* reproduziram a versão oficial divulgando a morte de Arantes somente no dia 9 de novembro de 1971. A família foi comunicada de sua morte após o corpo ter sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, sob a falsa identificação de José Carlos Pires de Andrade, assim como constava no laudo de exame do IML/SP. Os familiares de José Roberto somente conseguiram o traslado do corpo para o Cemitério Municipal de Araraquara, em 16 de novembro de 1971, por meio de contatos políticos dentro do DOPS/SP.

Os restos mortais de José Roberto Arantes de Almeida foram enterrados no cemitério Municipal de Araraquara.

LOCAL DE MORTE

Rua Tutóia, em São Paulo (SP). DOI-CODI/SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI-CODI/SP

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general Orlando Beckmann Geisel

Comandante do II Exército: general Humberto de Souza Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: general Ernani Ayrosa da Silva

Chefia do DOI-CODI do II Exército: Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-----------------------------|------------------------|-------------------|---|--|---|
| Alcides Cintra Bueno Filho. | DOPS/S P. | Delegado-titular. | Redator da autorização para a retificação da certidão de óbito de José Roberto Arantes de Almeida endereçada ao Juiz Ruy de Mello Almada, com a “aquiescência” dos órgãos de segurança pública. No pedido, omite a forma de conhecimento dos familiares sobre a morte de Arantes. | Instituto Médico-Legal/ Cemitério Dom Bosco de Perus. | Relato de Aída Martoni de Oliveira na requisição apresentada à CEMDP. Ofício nº 577/71 Pedido de correção no assentamento de óbito, emitido em 12/11/1971. |
| Pedro Oliveira. | DOI/C ODI II EXERCITO. | | É o declarante da morte de “José Carlos Pires de Andrade” na certidão de óbito confeccionada com o nome | 20º Cartório de Registro Civil – Subdistrito Jardim América. | Cópia certidão de óbito em nome de José Carlos Pires de Andrade. |

| | | | | | |
|----------------------------------|------------------------|--------------------------------|--|-----------------------|---|
| | | | falso. | | |
| Luiz Alves Ferreira. | IML. | Médico-legista. | Médico Legista responsável pela redação do falso laudo pericial. | IML. | Cópia de Laudo de Exame Necroscópico (incompleto). Apelação nº-40.577, Vol. 1, páginas 38 e 40; Local: SP-CODI; LXVIII Emitido em 9/11/1971. |
| Vasco Elias Rossi. | IML. | Médico-legista | Assina o laudo de exame necroscópico. | IML. | Laudo de Exame Necroscópico (incompleto) Emitido em 9/11/1971. |
| Mario Nelson Mattos. | IML. | Médico-legista. | Redator do laudo preliminar que aponta falsas razões para a causa da morte. | IML. | Requisição de Exame Necroscópico. Emitido em 5/11/1971. |
| Abeylard Q. Orsini. | IML. | Médico-legista. | Médico legista responsável pela redação do falso laudo pericial. | IML. | Cópia de Laudo de Exame Necroscópico (incompleto). Apelação nº40.577, Vol. 1, páginas 38 e 40; Local: SP-CODI; LXVIII Emitido em 9/11/1971. |
| Jair Romeu. | IML. | Diretor do necrotério. | Responsável técnico pela indicação dos médicos legistas para realização de laudos. | IML. | Requisição de Exame Necroscópico. Emitido em 5/11/1971. |
| Arnaldo Siqueira . | IML. | Diretor do IML. | Assina um dos laudos necroscópicos como responsável geral do IML. | IML. | SSP. IML. Exame Necroscópico. Emitido em 9/11/1971. |
| Carlos Alberto Brilhant e Ustra. | DOI-CODI II Exército . | Chefe do DOI-CODI/II Exército. | Comandante das operações do DOI/CODI II Exército à época dos fatos. | DOI/CODI II Exército. | <i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVE – Grupo Tortura Nunca Mais – 2 ed, ver.ampl.atua. 1ª impr. 200, Imprensa Oficial: São Paulo9 RJ e p. 287.</i> |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 4-41. | Requerimento de indenização a título reparatório feito à CEMDP por Aida Martoni de Almeida (mãe) Apresentado à CEMDP. (Data: 31/3/1996). | Escritório de Advocacia: Luiz Eduardo Greenhalgh e Luiz Carlos Sigmaringa Seixas. | Apresenta um relatório com as circunstâncias da morte e um conjunto de documentos que corroboram a tese de responsabilidade de agentes estatais na morte de José Roberto Arantes de Almeida. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 15-16 | “71 estudantes com prisão decretada”. Reportagem jornalística de (Data: 22/11/1968). | Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> . | Reportagem sobre a decretação da prisão preventiva de José Roberto Arantes depois da organização do Congresso da UNE em Ibiúna. O documento atesta a perseguição política e o conhecimento dos órgãos repressores sobre a feição e a atuação política de José Roberto Arantes anos antes de sua morte – tornando improvável a tese de que os agentes que o assassinaram não conheciam sua verdadeira identidade. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 17-18 | “Estudantes vão à Costa via Igreja”. Reportagem jornalística de (Data: 10/4/1968). | Jornal <i>A Folha da Noite</i> . | Reportagem sobre protestos estudantis contra a atuação do regime militar. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 21 | “A análise de Arantes”. Entrevista do então presidente da UNE, José Roberto Arantes, (Data: 22/10/1968). | Jornal <i>Folha da Tarde</i> . | Entrevistado como presidente em exercício da UNE, José Roberto Arantes relata seu entendimento sobre as prisões arbitrárias ocorridas na ocasião do XXX Congresso da UNE em Ibiúna. Mais uma aparição pública que torna improvável a tese de desconhecimento dos órgãos de repressão sobre a identidade deste morto político. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | “Coronel faz no IPM | | Reportagem jornalística sobre a conclusão do Inquérito Policial |

| | | | |
|---|--|--|--|
| BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 22 | retrato do CRUSP” (Data: 22/11/1969). | | Militar (IPM), conduzido pelo coronel Sebastião Alvim, que levou à decretação da prisão preventiva de José Roberto Arantes. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 23 | Ficha Cenimar, sem data. | Cenimar. | Ficha do Cenimar de José Roberto Arantes de Almeida. Nela consta apenas “Continua em Cuba”; que atesta a perseguição política e o acompanhamento das atividades de Roberto Arantes mesmo no exterior. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 25 | Cópia certidão de óbito de José Roberto Arantes de Almeida (nº 180.102) Emitida em 1º/7/1985. | 20º Cartório de Registro Civil – Subdistrito Jardim América (livro C-162; folha 31V). | O atestado assinado pelo legista Luiz Alves Pereira aponta como causa da morte “lesões crânio encefálicas traumáticas”. Nas observações consta que a certidão “envolve elementos de averbações à margem do termo em virtude de mandado judicial” |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 26 | “Terroristas Mortos”. Reportagem (Data: 9/11/1971). | <i>Jornal Folha de São Paulo.</i> | Na reportagem, veiculada uma semana após o ocorrido, o jornal publica a versão oficial de “estouro” do “aparelho” na Vila Prudente sem citar o nome das pessoas envolvidas e mortas no suposto tiroteio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 26 | “Terror perde novo aparelho”. Reportagem publicada em 9/11/1971. | <i>Jornal O Estado de São Paulo.</i> | Também com uma semana de atraso em relação aos fatos, o jornal publica a versão oficial de suposta troca de tiros e morte na casa da Vila Prudente. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 27 | Ofício nº 578/71 Autorização para o traslado do corpo de José Roberto Arantes à Araraquara. Emitido em 12/11/1971. | DOPS/SP-Secretaria de Segurança Pública. Assinado pelo delegado titular do DEOPS/SP Alcides Cintra Bueno Filho. | Nele consta a seguinte frase: “Esta Delegacia de Ordem Política, com a aquiescência dos órgãos de segurança, autoriza a exumação e transporte do corpo de José Roberto Arantes de Almeida, do Cemitério D. Bosco de Perus, para o cemitério municipal de Araraquara, onde será sepultado no jazigo da família.” |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 29-30 | Ofício nº 577/71 Pedido de correção no assentamento | DOPS/SP-Secretaria de Segurança Pública. Assinado pelo | No documento endereçado ao Juiz de Direito da Vara de Registro Público da Comarca da Capital, o delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | <p>de óbito. Emitido em 12/11/1971.</p> | <p>delegado titular do DEOPS/SP Alcides Cintra Bueno Filho.</p> | <p>requer a alteração do nome na certidão de óbito anteriormente assentada em nome de José Carlos Pires de Andrade. No documento, o delegado do DOPS afirma que o registro havia sido lavrado baseado na carteira de trabalho encontrada com o suposto terrorista. No entanto, segue o documento, familiares compareceram ao necrotério do IML após reportagens de jornal e reconheceram o corpo como sendo de José Roberto Arantes de Almeida.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 31</p> | <p>Mandado de retificação do atestado de óbito nº 180102, fl.31, liv. 161, de José Carlos Pires de Andrade para constar José Roberto Arantes de Almeida. 12/11/1971.</p> | <p>Vara de Registros Públicos da Capital (SP) – Poder Judiciário Assinado por Ruy de Mello Almada.</p> | <p>Atendendo ao pedido do DOPS, o juiz responsável por registros de óbito na capital manda efetuar a correção na certidão de óbito.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 32</p> | <p>Requisição de Exame Necroscópico. Emitido em 5/11/1971.</p> | <p>Necrotério do IML-SP. Médico-legista que assina o exame: Mario Nelson Mattos. Administrador do Necrotério que assina a requisição: Jair Romeu.</p> | <p>Nesta requisição consta o nome José Carlos Pires de Andrade, com a letra “T” – indicando um terrorista. Consta a data, a hora, o local e as circunstâncias do óbito: 5/11/1971, às 18 horas, à rua Cervantes, na Vila Prudente, como resultado de tiroteio com forças policiais. No entanto, às 18 horas também consta como horário de entrada no necrotério; fato que aponta contradições na versão oficial sustentada à época, tais como causa mortis “choque traumático”.</p> |
| <p>Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 34</p> | <p>Laudo de Exame Necroscópico (incompleto). Emitido em 9/11/1971.</p> | <p>IML/SP. Assinado pelos médicos legistas Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi. Diretor do IML: Arnaldo</p> | <p>Laudo efetuado em nome de José Carlos Pires de Andrade. No laudo (incompleto) consta que teria morrido em tiroteio com agentes da OBAN.</p> |

| | | | |
|--|---|---|--|
| | | Siqueira. | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 35 | Cópia de Laudo de Exame Necroscópico (incompleto). Apelação nº 40.577, Vol. 1, páginas 38 e 40; Local: SP-CODI; LXVIII. Emitido em 9/11/1971. | IML-SP. | Cópia do laudo de exame necroscópico – já com o nome de José Roberto Arantes de Almeida – constam como médicos-legistas Luiz Alves Ferreira e Abeylard Q. Orsini. Define como causa da morte “lesões crânio encefálicas traumáticas, produzidas por armas de fogo”. O local do óbito consta como IML/SP. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 36 | Cópia certidão de óbito em nome de José Carlos Pires de Andrade. | 20 ^º Cartório de Registro Civil – Subdistrito Jardim América (livro C-162; folha 31V). | Certidão de óbito falsa; forjada para enterrar José Roberto Arantes de Almeida como indigente. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 37 | Foto de José Roberto Arantes Morto. | Instituto Médico-Legal (IML/SP). | As fotos do cadáver não corroboram a descrição dos médicos-legistas sobre as causas da morte. Equimoses na lateral do rosto e manchas de sangue na camisa não são citadas no relatório. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 39-41 | Ata da reunião da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Emitida em 23/4/1996. | CEMDP. | Parecer favorável ao pedido de indenização e reconhecimento de perseguição política pela CEMDP. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_ATO_0053_0002, p. 40 | Publicação da decisão da CEMDP no Diário Oficial da União (D.O.U) em 24/4/1996. | Ministério da Justiça. | Publicação da decisão no DOU. |
| <i>Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Instituto de Estudo da</i> | “Terroristas da ALN com curso em Cuba (situação em 21 de junho | CIE/DOPS/S P. | O documento informa que José Roberto Arantes esteve em Cuba e foi morto. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| Violência do Estado – IEVER – Grupo Tortura Nunca Mais – 2 ed, rev.ampl. atua. 1ª impr. 200, Imprensa Oficial: São Paulo RJ e p. 287. | de 1972)” CIE-S/103. | | |
| <i>Dossiê Ditadura:</i> Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVER – Grupo Tortura Nunca Mais – 2 ed, rev.ampl.atua. 1ª impr. 200, Imprensa Oficial: São Paulo RJ e p. 287. | Apostila intitulada “Contrasubversão” 1974. | SNI/EsNI (Extinta Escola Nacional de Informações). | Segundo a apostila, José Roberto Arantes teria morrido seis meses depois de retornar de Cuba e utilizava o codinome “Gustavo”. No documento, a morte de Arantes teria ocorrido após intenso tiroteio. O relatório fala em quatro pessoas na casa, mas não cita Aylton Mortati, preso na mesma ocasião. |
| <i>Dossiê Ditadura:</i> Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVER – Grupo Tortura Nunca Mais – 2 ed, rev..ampl.atua. 1ª impr. 200, Imprensa Oficial: São Paulo RJ e p. 287. | Informe. (Data: 19/9/1977). | Ministério do Exército. | Nos arquivos do DOPS, foram encontrados documento do Ministério do Exército. Informe sobre o “estouro” de um “aparelho” do MOLIPO na Vila Prudente, onde residiam Aylton Adalberto Mortati, José Roberto Arantes e Maria Augusta Thomaz. |
| <i>Dossiê Ditadura:</i> Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. Instituto de Estudo da Violência do Estado – IEVER –Grupo Tortura Nunca Mais – 2 ed, ver.ampl.atua. 1ª impr. 200, Imprensa Oficial: São Paulo RJ e p. 287. | Série de Reportagens “O baú do general”. (Data: de 5 a 8/4/1998). | Jornal <i>O Globo</i> . | Reportagens que levam à análise de arquivos da EsNI sobre a morte de José Roberto Arantes de Almeida. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Roberto Arantes de Almeida morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Roberto Arantes de Almeida, assim como a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria das Neves Temafela Oliveira e Olívio Oliveira

Data e local de nascimento: 5/4/1943, Cabrália Paulista (SP)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de desaparecimento: 5/11/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no interior do estado de São Paulo, Francisco estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), onde era conhecido como “Chico Dialético”. Em 1969, integrou-se à Ação Libertadora Nacional (ALN) e passou a ser perseguido pelos órgãos da repressão. Na sequência, participou de treinamento de guerrilha em Cuba. No início de 1971, já como militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), retornou clandestinamente ao Brasil. Foi morto aos 28 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais não foram localizados, embora haja indícios de que esteja entre as ossadas encontradas na vala clandestina do cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte, e ocultação do cadáver de Francisco José de Oliveira. Seu nome consta no *Dossiê ditadura*:

Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985) organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Com a abertura da Vala Clandestina de Perus, em 4 de setembro de 1990, fruto das investigações dos familiares, iniciou uma nova frente de pesquisas. Suspeita-se de que os restos mortais de Francisco José estejam entre as 1.049 ossadas retiradas da vala e aguardando identificação. Em 2011, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito sob o nº 1.34.001.007781/2011-81, para investigar o homicídio e ocultação de cadáver de Francisco.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Francisco José de Oliveira foi morto no dia 5 de novembro de 1971, após ser baleado em uma operação dos órgãos da repressão. Maria Augusta Thomaz, que estava com Francisco na ocasião, conseguiu fugir, tendo relatado, à época, que viu o companheiro ser atingido por disparos dos policiais. Maria Augusta desapareceu no ano de 1973, em Goiás.

De acordo com a falsa versão apresentada pelos órgãos da repressão, no dia 5 de novembro de 1971, por volta das 14:00 horas, Francisco teria sido cercado na rua Turiassu, zona oeste da cidade de São Paulo, por uma equipe de agentes a serviço do DOI-CODI do II Exército, comandada pelo delegado Antônio Vilela, quando foi “morto em tiroteio” ao “reagir a tiros”.

Contudo, a partir das investigações empreendidas, tal versão restou desconstruída. Segundo o relatório elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Francisco foi ferido durante o cerco policial, mas tentou fugir, quando foi ferido inúmeras vezes à queima-roupa, além de espancado pelos agentes, diante de inúmeros populares. Foi, então, jogado dentro do porta-malas de um carro, ficando com uma de suas pernas estirada para fora. Os agentes bateram violentamente a porta sobre as pernas de Francisco, fraturando-as. Posteriormente, Francisco foi levado para a rua Tutóia, 921, sede do DOI-CODI/II, onde morreu sob torturas.

A requisição de exame necroscópico, datada de 5 de novembro, foi feita sob o nome de Dario Marcondes, o nome assumido por Francisco durante a clandestinidade. A ficha do necrotério consta que o corpo de Francisco foi recebido no dia 4 do mesmo mês, pelo

médico legista Luiz Alves Ferreira; e sepultado no dia 6 no cemitério Dom Bosco. No exame necroscópico, realizado no dia 5 de novembro pelos médicos-legistas Mário Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, constam mais de dez entradas de projéteis de arma de fogo em seu corpo, sendo a morte ocasionada por “choque traumático com hemorragia interna”. As investigações, realizadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, demonstram a contradição flagrante entre o laudo de exame necroscópico, que não descreve edemas e escoriações no rosto de Francisco, e a foto do IML, onde é possível ver claramente tais sinais.

Apesar do atestado de óbito e do exame necroscópico registrar o nome de Francisco como “Dario Marcondes”, há dois documentos do Serviço de Informações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que indicam o conhecimento das autoridades sobre a sua verdadeira identidade, informando ainda a sua morte. Apesar da identificação dos órgãos da repressão, ora com nome falso ou verdadeiro, as fotos de seu cadáver são encaminhadas com identidade “desconhecida”.

O corpo de Francisco José de Oliveira foi encaminhado para o Cemitério de Dom Bosco, construído pela Prefeitura de São Paulo, em 1971, tendo sido enterrado como indigente, durante a gestão da prefeitura municipal por Paulo Maluf. Em 1976, os cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política, foram transferidos para uma vala clandestina, conhecida como vala de Perus. Em 1990, a vala foi descoberta e foram encontradas 1.049 ossadas. De acordo com os registros do cemitério, os restos mortais de Francisco estariam nessa vala, mas suas ossadas ainda estão pendentes de identificação.

Considerando a data do documento com que Francisco José de Oliveira deu entrada no necrotério (anterior a sua prisão e morte no DOI-CODI); o uso do nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de plenamente identificado pelos órgãos de segurança; o corpo ter sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP); o laudo necroscópico não descrever lesões claramente produzidas por tortura e evidentes em fotografias, a CEMDP concluiu que a falsa versão, apresentada à época dos fatos, foi uma tentativa de ocultar a prisão, tortura e morte de Francisco. Diante da morte e ausência de identificação plena de seus restos mortais, a Comissão Nacional da Verdade, ao

conferir tratamento jurídico mais adequado ao caso, entende que Francisco José de Oliveira permanece desaparecido.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rua Turiassu, cidade de São Paulo (SP).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe de Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Comandante da 2ª região militar: general de divisão Fernando Belfort Bethlem

Chefia do Centro de Operação de Defesa Interna do II Exército (CODI II): major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|---------------------------|--------------|-----------------|--|-------------------------|--|
| Antônio Vilela. | DOI-CODI/SP. | Delegado. | Responsável pela ação que culminou com a prisão, tortura e assassinato de Francisco. | São Paulo (SP). | Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985), p. 288. |
| José Henrique da Fonseca. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico, tanto no que tange às omissões de informações acerca dos traumas existentes no rosto quanto às demais informações como nome falso e diversas | São Paulo (SP). | Processo CEMDP, Arquivo IEVE (Anexo 004-requisicao-e-laudo-necroscopico-e-datiloscopico-atestado-obito-francisco-jose-de-oliveira165.pdf). |

| | | | | | |
|---------------------|---------|------------------------------|--|-----------------|--|
| | | | informações falsas a fim de ocultar a prisão, tortura e morte. | | |
| Mário Nelson Matte. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsificação de laudo necroscópico, tanto no que tange às omissões de informações acerca dos traumas existentes no rosto do cadáver, quanto às demais informações, como nome falso (a fim de ocultar a prisão), tortura e morte. | São Paulo (SP). | Processo CEMDP, Arquivo IEVE (Anexo 004-requisicao-e-laudo-necroscopico-e-datiloscopico-atestado-obito-francisco-jose-de-oliveira165.pdf). |
| Arnaldo Siqueira. | IML/SP. | Diretor. | Responsável pelo IML e, assim, responsável pela confecção do laudo necroscópico falso. | São Paulo (SP). | Processo CEMDP, Arquivo IEVE (Anexo 004-requisicao-e-laudo-necroscopico-e-datiloscopico-atestado-obito-francisco-jose-de-oliveira165.pdf). |
| Jair Romeu. | IML/SP. | Administrador de necrotério. | Era o responsável pelo necrotério. Assim, foi o responsável pela saída do corpo e sepultamento em vala clandestina. | São Paulo (SP). | Processo CEMDP, Arquivo IEVE (Anexo 004-requisicao-e-laudo-necroscopico-e-datiloscopico-atestado-obito-francisco-jose-de-oliveira165.pdf). |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias de desaparecimento e morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|-----------------------------|--|
| Arquivo Nacional, Gabinete do Ministro da Justiça: BR_DFANBSB_VAX_0_0_0001_d20024, p. 7 | Mem. 26, de 16/01/1974. | Ministério da Justiça. | Relatório da CIDH relata as circunstâncias da morte de Francisco José de Oliveira. |
| Arquivo Nacional, SNIG AC_ACE_109623_75_001, p. 31 | Pedido de busca nº 0569, de 14/03/1975. | CENIMAR. | Informa que Francisco foi morto na rua Turiassu ao “regir a tiros”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 12 | Requisição de exame, de 05/11/1971. | IML. | Requisita a realização de exame necroscópico. |
| Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 13 | Entrada no necrotério, de 04/11/1971. | IML. | Ficha de entrada no necrotério para sepultamento no cemitério de Perus. |
| Arquivo Nacional, CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 15-17 | Exame necroscópico, de 05/11/1971. | IML. | Mostra as entradas de projéteis de arma de fogo no corpo de Francisco. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 24 | Comunicação, de 03/11/1972. | DOPS. | Informa a circunstância oficial para a morte de Francisco, com o registro correto de seu nome. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 25 | Fichário Individual, sem data. | DOPS. | Indica informações sobre Francisco, com a data de sua morte e seu nome correto. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0008, p. 21 | 05/11/1971. | IML. | Foto do cadáver de Francisco com a identidade constando como desconhecida. |

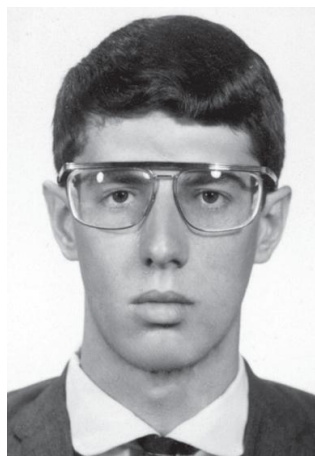
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Francisco José de Oliveira morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV, uma vez que

seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito, o prosseguimento das buscas, para fins de localização e identificação dos restos mortais de Francisco José de Oliveira, e a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos no caso.

FLÁVIO CARVALHO MOLINA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Helena Carvalho Molina e Álvaro Andrade Lopes Molina

Data e local de nascimento: 8/11/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de desaparecimento: 7/11/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Flávio Carvalho Molina cresceu em uma família de cinco irmãos. Realizou os estudos primários em tradicionais escolas católicas da cidade, como Colégio São Bento e São José. cursou o ensino secundário, atual ensino médio, no Colégio Mallet Soares, em Copacabana, quando começou a participar de atividades políticas e a frequentar manifestações. Flávio tinha interesse em artes, música clássica e chegou a escrever poemas. Um desses, escrito no ano de 1969, parecia prever seu futuro; com o título *Minha Presença*, seus versos diziam: “Posso não estar presente/Mas por mais que me ausente/Sempre estarei aqui”. Ingressou, em 1968, na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Praia Vermelha. Naquele ano, foi preso por participar de manifestação estudantil. Na ocasião, a ação repressiva visava a impedir uma assembleia de estudantes, convocada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e UNE-RJ, episódio considerado o estopim para a Passeata dos Cem Mil. Flávio foi liberado no dia seguinte, após ter sido fichado. Militou na Ação Libertadora Nacional (ALN) e no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Em 1969, devido às perseguições pelos órgãos da repressão, trancou a matrícula na universidade e passou a viver na clandestinidade. Usou os codinomes André, Fernando, Armando e Álvaro Lopes Peralta. Saiu do país pela fronteira com o Uruguai em 22 de

outubro de 1969 e se exilou em Cuba. Teve sua prisão decretada nesse mesmo ano, em 6 de novembro, e depois uma segunda vez no ano seguinte, em 30 de janeiro. Retornou ao Brasil em 1971. Morreu aos 23 anos de idade em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão publicada em 25 de janeiro de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelo desaparecimento de Flávio Carvalho Molina. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a ruas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 31 de março de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro homenageou Flávio Carvalho Molina com a medalha Chico Mendes de Resistência. A história de Flávio, assim como do resgate, identificação e traslado dos seus restos mortais são retratados no documentário *Vala Comum*, de João Goboy (1994).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Flávio Carvalho Molina morreu em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas. Provavelmente foi preso no dia 6 de novembro de 1971, em São Paulo, por agentes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI/CODI-SP), onde foi torturado até a morte no dia seguinte, como afirma o relatório da CEMDP.

A família soube da morte de Flávio em 29 de agosto de 1972, quando jornais a noticiaram. A notícia sobre a votação do recurso de apelação dos militantes envolvidos no sequestro do embaixador alemão Von Holleben citava, na última linha, que Flávio teria morrido durante “choques com as forças de segurança”, sem prestar mais esclarecimentos. Nesse momento, a família de Flávio deu início a buscas em diversos órgãos, quartéis, prisões, hospitais e necrotérios. De todos eles, obteve respostas negativas. Como sua prisão não foi admitida pelo Estado, Flávio continuou a ser processado como revel.

O delegado Romeu Tuma, diretor geral de Polícia do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), no dia 7 de agosto de 1978, encaminhou à 2ª Auditoria

de Marinha da 1ª Circunscrição Judiciária Militar a informação de que Flávio Carvalho Molina foi preso em 6 de novembro de 1971 e faleceu em 7 de novembro de 1971, sustentando que a morte teria ocorrido durante uma fuga. Constava também cópia de atestado de óbito lavrado em nome de Álvaro Lopes Peralta, nome falso sob o qual foi enterrado no cemitério de Perus em 9 de novembro de 1971. Em 12 de setembro de 1978, a Justiça Militar reconheceu a morte de Flávio, ao extinguir sua punibilidade devido ao seu falecimento, para o qual atribuiu a data de 7 de novembro de 1971.

De acordo com Gilberto Molina, irmão de Flávio, em depoimento à Comissão Justiça e Paz, José Carlos Gianini e a advogada Maria Luiza Bierrembach, presos que estiveram no DOI-CODI de São Paulo, informaram que viram Flávio no local no dia 4 de novembro daquele ano, o que demonstra que, ao contrário do que dizia a versão oficial, Flávio já estava nas dependências do DOI-CODI quando morreu. Em boletim informativo confidencial do Serviço de Polícia do III Exército consta a informação de que Flávio morreria no dia 5 de novembro de 1971.

Em documento assinado pelo delegado de Polícia doutor Renato D'Andréia, consta que o capitão Pedro Ivo Moézia de Lima compareceu perante o delegado para apresentar “o material apreendido em poder de FLAVIO CARVALHO MOLINA ‘Álvaro Lopes Peralta’”. Esse documento demonstra que os agentes a serviço da repressão já tinham conhecimento sobre a real identidade de Flávio, enterrando-o com nome falso de forma proposital. Despacho de 17 de julho de 1972 do delegado da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social, Edsel Magnotti, sobre o laudo necroscópico de Flávio, igualmente demonstra ciência sobre o nome real de Flávio, que havia sido sepultado com o nome falso de Álvaro Lopes Peralta.

O exame necroscópico foi realizado pelo Instituto Médico-Legal (IML) no dia 7 de novembro de 1971, pelos médicos-legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca, e assinado no dia 16 do mesmo mês. O nome que consta é o de Álvaro Lopes Peralta. O laudo atesta dois “ferimentos perfuro-contusos” causados por projéteis de arma de fogo na região do tórax e conclui que a morte foi ocasionada por “anemia aguda consecutiva a hemorragia interna traumática”. Sua certidão de óbito informa que a morte teria ocorrido nas esquinas das ruas Padre Marchetti e Xavier de Almeida, no bairro do Ipiranga, em São Paulo; e o seu sepultamento no cemitério de Perus, nome dado ao cemitério Dom Bosco, criado em 1971. Em documento expedido pelo comissário de polícia Jorge José Marques Sobrinho ao delegado da delegacia do

DOPS/SP, em 24 de março de 1972, a informação é a de que Flávio teria morrido ao ser “abatido a tiros” na cidade.

Gilberto Molina informou ainda que, em 1981, dirigiu-se ao cemitério de Perus e, no livro de registro de óbitos de indigentes, localizou o nome Álvaro Lopes Peralta, apresentando como data de enterro 9 de novembro 1971. Entretanto, não foi possível resgatar os restos mortais, pois em 1976 a ossada havia sido transferida para uma vala clandestina onde foram enterrados os cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política, conhecida como *vala de Perus*. Em 1990, a vala foi descoberta e encontradas 1.049 ossadas, entre as quais estaria a de Flávio Carvalho Molina. Após a identificação, os restos mortais de Flávio foram trasladados para o cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Entretanto, ainda que a identificação e traslado tenham se concluído, a negligência em relação à identificação das ossadas encontradas no cemitério, por parte da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fizeram com que o Ministério Público Federal (MPF) entrasse com uma ação contra as instituições e cinco peritos. Na interpretação do MPF, tanto as instituições quanto os profissionais seriam responsáveis por quebrar o pacto de ação pela identificação das ossadas de Flávio Carvalho Molina e Luiz José da Cunha. Em 2005, o governo brasileiro, através da CEMDP, enviou ao Laboratório Genomic, em São Paulo, amostras da família Molina e da ossada de Flávio. Sob a responsabilidade da doutora Delnice Ritsuko Sumita, as ossadas foram identificadas como de Flávio Molina. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) considera que Flávio Carvalho Molina permaneceu desaparecido entre a data da morte, em 1971, e a plena identificação de seus restos mortais, em 2005.

Em 25 de setembro de 2008, o MPF requisitou, com base em representação elaborada pelos procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert, a abertura de inquérito policial para investigar os crimes cometidos contra Flávio Carvalho Molina. A representação aponta como prováveis autores: 1) de sequestro e homicídio com uso de meio cruel (tortura): Carlos Alberto Brilhante Ustra e Miguel Fernandes Zaninello; 2) de falsidade ideológica: Arnaldo Siqueira, Renato Cappellano e José Henrique da Fonseca, além de Ustra e Zaninello. O MPF requereu o arquivamento do inquérito, em maio de 2010, sob o argumento de que teria ocorrido prescrição punitiva.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI/SP, localizado na rua Tutoia, nº 921, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI-CODI/SP

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do II Exército: general de Exército Humberto de Souza Mello

Chefe de Estado-Maior do II Exército e chefe do CODI: general de Brigada Enéas Martins Nogueira

Chefe do DOI: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/teste munhall sobre a autoria |
|---------------------------------|-------------------------------|-----------------|---|-------------------------------|--|
| Carlos Alberto Brilhante Ustra. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Major. | Sequestro, tortura, homicídio e ocultação de cadáver e falsidade ideológica. | DOI-CODI do II Exército – SP. | Representação. Ofício nº PR/SP – GABPR12EAGF-000468/2008, 25/9/2008. Arquivo CNV, 00092.002957/2014-12. |
| Arnaldo Siqueira. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsidade ideológica ao produzir documento com a introdução de falso nome da vítima. | IML/SP. | Representação. Ofício nº PR/SP – GABPR12EAGF-000468/2008, 25/9/2008. Arquivo CNV, 00092.002957/2014-12. |
| Renato Capellano. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsidade ideológica ao produzir documento com a introdução de falso nome da vítima; e omissão em | IML/SP. | Representação. Ofício nº PR/SP – GABPR12EAGF-000468/2008, 25/9/2008. Arquivo CNV, 00092.002957/2014-12. Laudo de exame de corpo de |

| | | | | | |
|-----------------------------|------------------|-----------------|--|---------|---|
| | | | descrever na necropsia os sinais evidentes de tortura. | | delito. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010. |
| José Henrique da Fonseca. | IML/SP. | Médico-legista. | Falsidade ideológica ao produzir documento com a introdução de falso nome da vítima; e omissão em descrever na necropsia os sinais evidentes de tortura. | IML/SP. | Representação. Ofício nº PR/SP – GABPR12EAGF-000468/2008, 25/9/2008. Arquivo CNV, 00092.002957/20 14-12. Laudo de exame de corpo de delito. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010. |
| Miguel Fernandes Zaninello. | Polícia Militar. | Tenente. | Sequestro, tortura, homicídio e ocultação de cadáver e falsidade ideológica. | | Representação. Ofício nº PR/SP – GABPR12EAGF-000468/2008, 25/9/2008. Arquivo CNV, 00092.002957/20 14-12. |
| Romeu Tuma. | DOPS/SP. | Delegado. | Declaração falsa, ocultação de cadáver. | | Termo de declarações de Maria Helena Carvalho Molina. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010. |
| Edsel Magnotti. | DOPS/SP. | Delegado. | Declaração falsa, ocultação de cadáver. | | <i>Onde estão?</i> – caderno de apresentação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, documento anexo ao livro digital <i>Vala</i> |

| | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|-----------|---|--|--|
| | | | | | <i>Clandestina de Perus</i> , p. 107. |
| Renato D'Andréia. | DOPS/SP. | Delegado. | Declaração falsa, ocultação de cadáver. | | <i>Onde estão?</i> – caderno de apresentação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, documento anexo ao livro digital <i>Vala Clandestina de Perus</i> , p. 107. |
| Pedro Ivo Moezia de Lima. | DOI/Codi do II Exército – SP. | Capitão. | Declaração falsa, ocultação de cadáver. | | <i>Onde estão?</i> – caderno de apresentação do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, documento anexo ao livro digital <i>Vala Clandestina de Perus</i> , p. 107. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--------------------------------|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010, p. 7. | Resumo do dossiê. | Família de Flávio Carvalho Molina. | Narra as tentativas da família de Flávio para encontrá-lo. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010, p. 26 | Voto, 12/9/1978. | Justiça Militar. | Reconhece a morte de Flávio em 7 de novembro de 1971. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010, pp. 27-28. | Exame necroscópico, 7/11/1971. | Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo. | Informa a causa da morte e os ferimentos por arma de fogo. O laudo está em nome de Álvaro Lopes Peralta e apresenta o nome de Flávio ao lado escrito manualmente. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0010 | Certidão de óbito, | Registro Civil das | Informa o local da morte e do sepultamento de Flávio. A |

| | | | |
|---|---|---|--|
| 010, p. 31. | 23/8/1978. | Pessoas Naturais. | certidão está em nome de Álvaro Lopes Peralta. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0 010, p. 32. | Certidão de óbito, 7/7/1981. | Registro Civil das Pessoas Naturais. | Informa o nome correto de Flávio, após retificação feita a pedido da família. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0 010, p. 36. | PB 0567 SP/SAS, 24/3/1972. | Secretaria de Segurança Pública do estado da Guanabara. | Informa a morte de Flávio efetuada por disparos de arma de fogo ao “resistir a ordem de prisão”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0033_0 010, p. 44. | Termo de declarações de Maria Helena Carvalho Molina e Gilberto Carvalho Molina, 24/9/1990. | Comissão de Justiça e Paz. | Informa que José Carlos Gianini e Maria Luiza Bierrembach viram Flávio no DOI-CODI no dia 4 de novembro de 1971; trata ainda do ofício enviado por Romeu Tuma informando a prisão e morte de Flávio. |
| Arquivo CNV, 00092.002957/2014-12. Documento enviado pela Comissão da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva. | Ofício DOPS/GD nº 243/78, 7/8/1978. | Gabinete do Diretor de Polícia. | Endereçado ao juiz auditor e assinado por Romeu Tuma, mencionando que em anexo seguia o atestado de óbito de Álvaro Lopes Peralta, a identidade falsa usada por Flávio. No anexo consta também decisão da 2ª Auditoria Militar de São Paulo. |
| Arquivo Nacional, DI/DPF: BR_DFANBSB_ZD_0_0_002 6B_0018_d0001, p. 9. | Boletim Informativo nº 1/78, 17/7/1978. | Serviço de Polícia do III Exército. | Informa a morte de Flávio no dia 5 de novembro de 1971. |
| Arquivo CNV, 00092.002957/2014-12. Documento enviado pela Comissão da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva. | | | Documentação da pasta de Flávio Carvalho Molina no Arquivo da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (IEVE). Entre os documentos, consta uma ficha do Cenimar. |
| Brasil Nunca Mais Digital, BNM_068, p. 851. | Despacho, 17/7/1972. | DOPS. | Documento assinado pelo delegado Edson Magnotti, com referência ao “Laudo Necroscópico de FLAVIO DE CARVALHO MOLINA, que usava o nome falso de ‘Alvaro Lopes Peralta’”. |
| Brasil Nunca Mais Digital. | Termo de | 2ª Auditoria | Registro de entrega ao |

| | | | |
|--|---|---|---|
| BNM_068, p. 414, Processo nº 100/72. | compromisso , 6/11/1971. | da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. | Delegado de Polícia Renato D'Andreia de material apreendido com Flávio Carvalho Molina. O encaminhamento dos objetos foi feito por Pedro Ivo Moezia de Lima e ressalta que Flávio Carvalho Molina tinha codinomes, entre os quais, "Álvaro Lopes Peralta", identidade com a qual foi sepultado. |
| Livro disponível em: < http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_sdh_habeas_corpus.pdf > | <i>Habeas Corpus. Que se apresenta o corpo. A busca dos desaparecidos políticos no Brasil</i> , 2010. | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. | Trecho do livro trata da ação civil pública sobre o caso das ossadas de Perus que deveriam ser identificadas. |
| Arquivo CNV, 00092.003243/2014-21. | Ofício nº PR/SP GABPR12E AGF-000468/2008 , 25/9/2008. | MPF. | Requisitou, com base em representação elaborada pelos procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert, a abertura de inquérito policial para investigar os crimes cometidos contra Flávio Carvalho Molina. |
| Arquivo CNV, 00092.003243/2014-21. | Autos nº 2009.61.81.0 13046-8. IP nº 0181/2009-3. Promoção de Arquivamento. | MPF. | Representação requer o arquivamento do inquérito policial relativo aos crimes cometidos contra Flávio Carvalho Molina, sob o argumento de que teria ocorrido prescrição punitiva. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Flávio Carvalho Molina foi vítima de execução e desaparecimento forçado praticado por agentes do Estado brasileiro em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. O desaparecimento forçado

perdurou até 2005, com a plena identificação de seus restos mortais e a entrega destes aos seus familiares.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Flávio Carvalho Molina, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

NILDA CARVALHO CUNHA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Esmeraldina Carvalho Cunha e Tibúrcio Alves Cunha Filho

Data e local de nascimento: 5/7/1954, Feira de Santana (BA)

Atuação profissional: bancária e estudante secundarista

Organização política: Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)

Data e local de morte: 14/11/1971, Salvador (BA)

BIOGRAFIA

Nascida em Feira de Santana, na Bahia, Nilda Carvalho Cunha começou a se aproximar das atividades políticas, em 1968, quando estudava no Colégio Gastão Guimarães e conheceu Getúlio Gaspar Gouveia. No ano seguinte, mudou-se para Salvador e começou a trabalhar no Banco Econômico da Bahia enquanto ainda cursava o secundário, atual ensino médio, no Colégio Severino Vieira, aos 15 anos. Nesse mesmo período, foi apresentada a Palmiro Torres com quem começou a participar de um curso de filosofia marxista, onde conheceu Jaileno Sampaio, militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que viria a ser o seu namorado. Em abril de 1970, Nilda começou a participar dessa organização política, onde se tornou uma das responsáveis pela edição do jornal *Avante*. Nos meses seguintes, abandonou o seu emprego no banco e passou a atuar em um curso de alfabetização de adultos. Nilda e Jaileno moravam juntos em um apartamento no bairro da Pituba, onde abrigaram Iara Iavelberg, no período em que ela esteve em Salvador. Nilda não era conhecida dos órgãos de informações e segurança antes de sua prisão, em agosto de 1971. Morreu aos 17 anos de idade em ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 19 de dezembro de 2003, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro

pela morte de Nilda Carvalho Cunha. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em sua homenagem, seu nome foi atribuído a uma rua no Conjunto Habitacional Jova Rural, em São Paulo (SP) e ruas nos bairros Castelo Branco, em Salvador (BA) e Bangu, no Rio de Janeiro (RJ).

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Nilda Carvalho Cunha morreu no dia 14 de novembro de 1971. Na madrugada do dia 19 para 20 de agosto de 1971, Nilda Carvalho Cunha foi presa em sua casa em um cerco realizado no local para prender Iara Iavelberg. A conduta fez parte da Operação Pajussara, montada pelo major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da 6ª Região Militar e comandante do DOI-CODI de Salvador, para “capturar ou eliminar” Carlos Lamarca. A prisão de Nilda foi comprovada pelo Relatório da Operação Pajussara, documento produzido pela 2ª seção do IV Exército, que também afirma que a Justiça Militar não expediu mandado de prisão contra ela. Todos os indícios nos levam a concluir que Nilda não era conhecida pelos órgãos de informações, isto é, foi presa apenas por estar no mesmo local onde se encontrava Iara Iavelberg. Inicialmente, ela foi levada para o quartel do Barbalho e, em seguida, foi transferida para a Base Aérea de Salvador, ficando incomunicável. Ela foi libertada dois meses mais tarde, muito fragilizada em decorrência das bárbaras torturas físicas e psicológicas a que havia sido submetida, além de ter presenciado os maus-tratos sofridos por seu namorado, Jaileno Sampaio

No início de novembro de 1971, foi ao quartel-general com sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha, visitar Jaileno, contudo, não obteve autorização para vê-lo. Ao sair do local, sentiu-se mal e percebeu que estava perdendo a visão e tinha dificuldades para respirar. A partir desse momento, passou a ter uma série de sintomas de desequilíbrio mental provocado pelas intensas torturas que havia sido vítima. Tinha alucinações, crises de imensa tristeza, momentos de perda de visão repentina, desmaios e forte insônia. Até que o psiquiatra Eduardo Saback recomendou que fosse internada para ser submetida a um tratamento de sonoterapia. No mesmo dia em que chegou à Clínica Amepe, em 4 de novembro de 1971, recebeu a visita do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que ameaçou prendê-la novamente. Após esse episódio, o estado de Nilda piorou sensivelmente. Assim, o médico responsável recomendou que ela fosse transferida para um hospital, tendo sido levada para o Sanatório Bahia. Alguns dias

mais tarde, em 14 de novembro, Nilda morreu, surpreendendo a todos, já que seu estado de saúde havia melhorado consideravelmente. O atestado de óbito apresentou como causa da morte “edema cerebral a esclarecer”. No entanto, a família suspeita que um envenenamento possa ter ocasionado a sua morte em razão do estado de saúde instável que Nilda vinha apresentando antes do falecimento. Diante dessas circunstâncias, seu corpo foi enviado ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues que, no entanto, não entregou para a família o laudo da necropsia.

O corpo de Nilda foi enterrado por sua família no cemitério Quinta dos Lázarus, em Salvador (BA).

LOCAL DE MORTE

Hospital Sanatório Bahia, Salvador, BA.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOI/BA – IV Exército – 6ª Região Militar

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comando do IV Exército:

Chefe de Estado Maior do Exército: general de Exército Vicente Paulo Dale Coutinho

Comandante da 6ª Região Militar: general de brigada Argus Lima

Chefia da 2ª seção (Informações) da 6ª Região Militar: major Nilton de Albuquerque Cerqueira

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|---|--|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ACE_39553_71, pp. 3-7. | Auto de qualificação, de 28/9/1971. | Departamento de Polícia Federal, Delegacia Regional da Bahia. | Depoimento de Nilda Carvalho Cunha quando foi presa. A jovem relata a sua aproximação da militância política e afirma sua intenção de não mais participar de atividades políticas quando fosse posta em liberdade. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, p. 6. | Certidão de óbito de Nilda Carvalho Cunha, de 19/10/1971. | Cartório de Registro Civil do Subdistrito da Sé, Salvador (BA). | O documento declara como causa da morte “edema cerebral a esclarecer”. |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, p. 90. | Guia para exame no morto, de 14/11/1971. | Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues. | Documento que faz o pedido de necropsia de Nilda Carvalho Cunha. O laudo do exame não foi encontrado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0023_0005, p. 12. | Relatório da Operação Pajussara, de 1971. | Ministério do Exército, IV Exército, 2ª Seção. | Documento comprova a prisão de Nilda Carvalho Cunha, que fez parte da Operação Pajussara, montada para prender Carlos Lamarca. Também fica comprovado que, ao contrário dos outros militantes presos na ocasião, não havia mandando de prisão preventiva expedido pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar contra Nilda. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0067_0007, pp. 3-4. | Pedido de reparação de Leônia Alves Cunha, de 19/7/1996. | Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. | O documento descreve as circunstâncias de morte de Nilda Carvalho Cunha. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nilda Carvalho Cunha morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nilda Carvalho Cunha, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

JOSÉ MILTON BARBOSA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria das Dores Paula

Data e local de nascimento: 22/10/1939, Bonito (PE)

Atuação profissional: ex-militar

Organização política: Aliança Nacional Libertadora (ALN)

Data e local de morte: 5/12/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

José Milton Barbosa nasceu em 22 de outubro de 1939, em Bonito (PE). Foi sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento de Armas. Em 1964 foi cassado, logo após a deposição de João Goulart. Passou a trabalhar para a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), ocupação que permaneceu desempenhando até o mês de fevereiro de 1969. Estudou Economia, na Universidade Estadual da Guanabara (UEG), atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a partir de 1967. Quando chegou ao terceiro ano de graduação foi obrigado a deixar o curso para se tornar clandestino.

José Milton mantinha um relacionamento com a também militante Linda Tayah. Quando foram presos, Linda estava grávida. O filho, que José Milton não chegou a conhecer, foi batizado com seu nome em sua homenagem. José Milton Tayah nasceu no Hospital das Clínicas em uma breve saída de Linda do Presídio Tiradentes estritamente para realização do parto. O filho permaneceu com o registro apenas em nome da mãe, pois a mesma temia

represálias da repressão. Além disso, havia dificuldades práticas para o registro já que o pai morreu antes mesmo do nascimento do filho, sendo impedido de reconhecer, de fato, a paternidade e de registrar seu filho.

Iniciou sua militância no PCB, passando também pelo PCBR, MR-8, e, por fim, pela ALN. Em seu tempo de militância para a ALN, chegou à posição de dirigente regional. Era acusado pelos órgãos de segurança de envolvimento no sequestro do embaixador alemão, Von Holleben em junho de 1970, e na execução do industrial Albert Henning Boilesen, em 15 de abril de 1970. Faleceu em 5 de dezembro de 1971, em São Paulo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

José Milton Barbosa foi reconhecido como morto político pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em 16 de abril de 1997. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. José Milton foi declarado anistiado político *post mortem* em 26 de setembro de 1979. Em sua homenagem ruas foram batizadas com seu nome nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

José Milton Barbosa foi morto, no dia 5 de dezembro de 1971, quando estava sob domínio de agentes do Estado. A versão oficial, divulgada a época dos fatos, registra que José Milton, ao tentar roubar um carro “Galaxie”, em companhia de Linda Tayah, foi abordado por policiais dos Órgãos de Segurança Nacional. Os documentos, no entanto, atribuem a José Milton o nome de Hélio José da Silva, e à Linda a identidade de Suely Nunes. Ainda segundo a versão divulgada pela repressão, José Milton teria resistido à voz de prisão, quando se travou violento tiroteio que teria culminado em sua morte decorrente dos ferimentos sofridos.

No entanto, como demonstra o relato de sua companheira Linda Tayah de Mello, as circunstâncias foram radicalmente distintas. Segundo a companheira de José Milton à época, estava o casal, acompanhado de outro militante, Gelson Reicher – que viria ser assassinado pouco mais de um mês após o episódio – no bairro de Sumaré na cidade de São Paulo. O grupo de militantes avistou uma blitz policial na região, o que os impulsionou a

estacionarem o carro e caminharam tranquilamente na tentativa de não chamar a atenção dos policiais. O casal pulou um muro que os levou a outra rua, nesse momento Gelson já havia se dispersado do grupo. Linda e José Milton resolveram, então, parar um carro particular. Segundo Linda, sua última lembrança é a de ter entrado no carro enquanto seu companheiro teria ficado ao lado de fora segurando uma metralhadora. Nesse momento, foi alvejada por uma bala, o que provocou seu desmaio. Declara, ainda, que ao despertar chegou a ver José Milton no banco ao lado, desmaiado, porém sem sinais de ferimentos. Os dois foram levados, cada um em um automóvel diferente, para o DOI-CODI/II, onde cada um foi para uma sala diferente. Algumas horas depois de dar entrada no DOI-CODI/II, Linda foi levada ao hospital para fazer uma cirurgia, onde ficou alguns dias. Quando retornou ao DOI-CODI/II, recebeu a notícia de que José Milton tinha morrido.

As investigações realizadas pela CEMDP levantaram indícios que permitem desconstruir a versão oficial: primeiro, há uma diferença de cinco horas entre a morte e a entrada do corpo no IML, o que apenas reforça a declaração de Linda Tayah, que atesta a passagem de José Milton pelo DOI. Além disso, uma contradição aparece quando se compara as fotografias do corpo com o laudo necroscópico, que, embora minucioso, não fez qualquer referência aos visíveis ferimentos apresentados em diversas partes do rosto. Juntamente com as marcas no rosto, causa estranheza o fato de José Milton estar vestindo casaco de lã e cachecol em pleno mês de dezembro em São Paulo, o que sugere a intenção de os agentes encobrirem marcas pelo corpo, dessa forma disfarçando a tortura sofrida por José Milton. É possível, portanto, inferir que ele foi capturado com vida e torturado até a morte.

Observa-se também que na certidão de óbito de José Milton aparece com o nome Hélio José da Silva, sendo enterrado no cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus/SP com esta identidade. Como demonstram alguns documentos do DOPS/SP, como o Ofício nº 353/72 assinado pelo delegado Emiliano Leopoldo Cardoso de Mello, os agentes da segurança tinham plena noção de quem era José Milton Barbosa, pois conheciam até mesmo as suas impressões digitais, como pode se perceber em exame com digitais anexado ao laudo do IML. Este documento, especificamente, contém o nome real de José Milton. Além disso, a Requisição de Exame para o IML, apresentada pelo DOPS, foi registrada em nome falso e contém um “T” grafado a mão, fato comum entre os documentos oficialmente produzidos

pela repressão que tratavam de perseguidos políticos. O “T”, nesse caso, indicaria “terrorista”, como eram chamados os militantes opositores ao regime.

O corpo de José Milton segue desaparecido, uma vez que seus restos mortais nunca foram devidamente identificados. Em audiência pública, promovida pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva em 20 de março de 2014, Suzana Lisbôa relatou que Linda Tayah não reivindicou o corpo, pois ela e José Milton nunca foram formalmente casados, o que a fez pensar que não tivesse esse direito.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

DOI-CODI do II Exército, rua Tomás Carvalhal, 1030, fundos da 36^a Delegacia de Polícia.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. DOI do II Exército

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Brigada Orlando Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do II Exército: general de exército Humberto de Souza Mello

Chefe do Estado Maior do II Exército: não identificado

Chefe do DOI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.2 IML/SP

Diretor do IML: Arnaldo Siqueira

Médico legista: Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|--------------------------------|--------------|-----------------|--|--------------------------------|---|
| Antônio Dácio Franco e Moraes. | IML. | Médico-legista. | Registro de laudo do exame necroscópico com nome falso e | IML. | Exame necroscópico, 15/12/1971. |

| | | | | | |
|---------------------------|------|-----------------|---|------|---------------------------------|
| | | | omissão de diversos ferimentos além dos causados por arma de fogo, que denotariam ocorrência de tortura. | | |
| José Henrique da Fonseca. | IML. | Médico-legista. | Registro de laudo do exame necroscópico com nome falso e omissão de diversos ferimentos além dos causados por arma de fogo, que denotariam ocorrência de tortura. | IML. | Exame necroscópico, 15/12/1971. |

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|---|
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, pp. 21-24. | Relatório das circunstâncias da morte de José Milton Barbosa | Comissão dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. | O documento traz partes do relato de Linda Tayaḥ de Melo e a partir da análise de vários documentos |

| | | | |
|--|----------------------------------|--|---|
| | (3/5/1996). | | desconstrói a versão oficial de tiroteio. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, pp. 26-27. | Requisição de Exame (5/12/1971). | Secretária de Segurança Pública – IML. | Laudo de Exame de Corpo de Delito com nome falso Hélio José da Silva e registrando a entrada do corpo às 21h do dia 5/12/9171. Requisição com a marca “T”, de terrorista. Requer também que fotografe o corpo e que colha as impressões digitais. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, pp. 28-30. | Exame necroscópico (15/12/1971). | Instituto Médico-Legal de São Paulo. | Laudo registrado com o nome de Hélio José da Silva, assinado pelos médicos Antônio Dácio Franco e Moraes e José Henrique da Fonseca. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, pp. 33. | Foto após óbito (s/d). | IML. | Foto de José Milton, que mostra ferimentos no rosto; pode-se observar também que vestia um grosso casaco de lã e portava um lenço/cachecol no pescoço. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, p. 36. | Certidão de óbito (5/12/1971). | Cartório do Pegídio. | Certidão de óbito com nome de Hélio José da Silva registra que foi sepultado no cemitério de Perus. O declarante foi Altino Pinto de Carvalho. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005 2_0007, p. 38. | Of. nº 353/72 (24/4/1972). | DOPS/SP. | Ofício do DOPS/SP para DOPS/GB em resposta ao rádio nº 631 de 20/4/1972 envia anexo a certidão de óbito “de José Milton |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | Barbosa cujo o nome verdade é Hélio José da Silva.” Ofício assinado pelo delegado Emiliano Leopoldo Cardoso de Mello. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005_2_0007, p. 40. | Comunicado nº 0976 (26/9/1979). | 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª C J M. | Lista de anistiados segundo a Lei 6.683/79 e em Despacho 06/0/79 transitado e julgado em 17/9/79. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005_2_0007, p. 11 – 13. | Depoimento de Linda Tayah (s/d). | Documento pessoal. | Linda relata como foi a ação que se desenrolou na prisão do casal. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005_2_0007, p. 11 – 13. | Depoimento de Carlos Eugênio Coelho Paz (28/3/1996). | Cartório do 14º Ofício de Notas. | Carlos Eugênio, que era íntimo ao casal Linda e José Milton, relata que Linda estava grávida quando fora presa, fruto de seu relacionamento com José Milton. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_005_2_0007, pp. 44-45. | Fichário Individual (4/12/1970). | DOPS. | Ficha registra que José Milton era ex-3º Sargento do Exército e desertor desde 1969. Registra também que apesar de ser desertor usava farda, era militante da ALN e andava sempre armado. Há um registro de 23/6/71, na mesma ficha, que diz que José Milton estava com um mandato de prisão expedido. Há outros registros que demonstra o seu monitoramento, até o registro da sua morte. |

| | | | |
|---|-------------------------------------|--|---|
| Arquivo da CNV: 00092.003000/2014-93. | 118ª Audiência Pública (20/3/2014). | Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. | Audiência realizada da CEV-SP para tratar do caso de José Milton Barbosa. |
| Arquivo da CNV: 00092_000830_2012_05, p. 33 e 84. | Aviso nº 01861 (2/12/1993). | Ministérios Militares (Exército, Marinha e Aeronáutica). | Em nome de José Milton Barbosa há dois registros: - “DEZ 71, terrorista, assaltante, sequestrador e assassino. Foi morto durante operação de controle de carros pela PM, quando regressava de uma área de treinamento de tiro em São Paulo, no dia 05 DEZ 71. O grupo reagiu a tiros sendo ferido gravemente um PM e uma terrorista.” - “Militante da ALN. Falecido em 06 DEZ 71, juntamente com outros terroristas, ao não acatar ordem de policiais militares que executavam operação de rotina de controle de automóveis e respectiva documentação, em São Paulo/SP. Obs: na ocasião, portava identidade de “Helio José da Silva”. (Jornal do Brasil de 07 dez 71)”. |

2. Testemunhos à CNV e às comissões estaduais, municipais e setoriais

| Identificação da testemunha | Fonte | Informações relevantes |
|---|---|--|
| Suzana Lisbôa (relatora do Processo de José | Audiência Pública realizada pela Comissão Estadual de São Paulo Rubens Paiva em | Suzana Lisbôa, relatora do caso na CEMDP, expôs os |

| | | |
|-------------------|--|--|
| Milton na CEMDP). | 20/3/2014 Arquivo da CNV: 00092.003000/2014-93. | avanços em relação ao esclarecimento das circunstâncias de morte de José Milton. |
|-------------------|--|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que José Milton Barbosa foi morto e desapareceu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido político, uma vez que seus restos mortais não foram localizados.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de José Milton Barbosa, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY



DADOS PESSOAIS

Filiação: Maria Helena Dias Fleury e Hermano Pires Fleury Junior

Data e local de nascimento: 5/1/1945, São Paulo (SP)

Atuação profissional: estudante universitário

Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de morte: 10/12/1971, Rio de Janeiro (RJ)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo (SP), Carlos Eduardo Pires Fleury era estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP) e, simultaneamente, de Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atuante contra a Ditadura Militar instalada no país a partir de abril de 1964, Carlos Eduardo era subcomandante do Grupo Tático Armado da Ação Libertadora Nacional (ALN) quando foi preso, em 30 de setembro de 1969.

Carlos Eduardo foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (Oban). Sob a alegação de que tinha um encontro na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, tentou se matar durante uma diligência policial externa de cobertura do “ponto”. A tentativa, porém, não foi bem-sucedida. Carlos foi levado ao hospital em tempo e se recuperou, tendo, então, retornado à prisão para ser novamente torturado.

Em janeiro de 1970, quando já havia sido transferido para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, denunciou as torturas que ele e outros presos sofreram. A denúncia foi feita por meio de uma carta enviada ao então ministro interino da Justiça, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que havia sido seu professor na Faculdade de Direito.

Em junho de 1970, junto com outros 39 presos políticos, foi libertado da prisão em troca do embaixador alemão no Brasil, Von Holleben, sequestrado em uma operação realizada pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ALN. Os libertados deixaram o país, seguindo inicialmente para a Argélia e, em seguida, para Cuba, onde fizeram treinamento de guerrilha. Em 1971, Carlos Eduardo retornou ao Brasil clandestinamente. Morreu aos 26 anos de idade, em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 18 de março de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Carlos Eduardo Pires Fleury. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em sua homenagem, em 2009 seu nome foi registrado em um memorial localizado na entrada do Teatro da Universidade Católica (Tuca), da PUC-SP.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Carlos Eduardo Pires Fleury morreu no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1971, em circunstâncias ainda pouco esclarecidas.

De acordo com a versão oficial dos fatos apresentada pelos órgãos de repressão, Carlos teria morrido após ser atingido por disparo de arma de fogo, durante um confronto armado com agentes do Estado, ocorrido nas proximidades do bairro do Méier, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. O suposto confronto teria resultado da tentativa de fugir, após Carlos ter sido abordado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS-GB). O corpo de Carlos Eduardo foi levado ao Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP), registrado com o nome de Nelson Meirelles Riedel. De acordo com o laudo de necropsia, Carlos foi “encontrado morto no interior de um veículo com um tiro”.

Entretanto, a análise do laudo de necropsia e das fotografias da perícia de local demonstrara que Carlos apresentava marcas de algemas nos pulsos, o que indica que foi preso antes de ser morto. Além disso, dos 12 tiros que recebeu, todos são frontais, o que contraria a versão de que teria sido alvejado no interior de veículo e com um único tiro

fatal. Carlos Eduardo Pires Fleury morreu em decorrência de ação de agentes do Estado brasileiro. Seus restos mortais foram enterrados no cemitério da Consolação, em São Paulo.

LOCAL DE MORTE

Praça Avaí, nas proximidades do bairro do Méier, Rio de Janeiro, RJ.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) na morte

1.1. DOPS-GB

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Geisel

Comandante do I Exército: general de Exército João Bina Machado

Governador do estado da Guanabara: Antônio de Pádua Chagas Freitas

2. Autorias de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Grave violação de direitos humanos | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/te stemunhal sobre a autoria |
|-------------------|---------|---------------------|------------------------------------|-------------------------------|-------------------------|--|
| Elias Freitas | IML/RJ | Legista. | | Emissão de laudo fraudulento | IML/RJ | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFAN BSB_AT0 _0022_000 4, p. 55. |
| Eduardo Rodrigues | DOPS/RJ | Delegado de Polícia | | Prisão ilegal e morte | DOPS/RJ | Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFAN BSB_AT0 _0022_000 4, p. 55. |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|---|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_085_0075, pp.1-2. | Informação nº 0643, 30/11/1971. | Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) | Informa a identificação, por meio de fotos, do retorno de Carlos ao Brasil e sua participação em determinadas ações, o que aponta para o fato de que ele estava sendo monitorado pelos órgãos de repressão. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT_0_0022_0004, pp. 52-54. | Registro de ocorrência, 10/12/1971. | 23ª Delegacia de Polícia. | Apresenta a versão oficial de que Carlos morreu em tiroteio e indica seu nome incorretamente como Nelson Meirelles Riedel. Mas, diferente da nota oficial veiculada, aponta que o DOPS comunicou o fato informando que o comissário Eduardo fazia uma ronda nas proximidades da praça Avaí e que ouviu tiros, dirigindo-se ao local para verificar o que ocorria. Chegando lá, teria encontrado um carro onde, em seu interior, estaria o corpo de um homem baleado. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT_0_0022_0004, p. 55. | Ocorrência 928/71 - exame de local de morte violenta, 10/12/1971. | Instituto de Criminalística Carlos Éboli. | Exame solicitado pelo DOPS. Confirma a versão oficial de morte em tiroteio, em que Carlos foi encontrado no banco traseiro do automóvel e que, com ele, havia uma arma, indicando que seis cartuchos teriam sido deflagrados. |
| Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT_0_0022_0004, pp. 61-63. | Reprodução fotográfica do corpo nº 6333/71, 10/12/1971. | Instituto de Criminalística Carlos Éboli | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: | Auto de exame cadavérico, | Instituto Médico Legal | |

| | | | |
|--|--|--|---|
| BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 64-65. | 10/12/1971. | (IML) | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 65-66. | Guia para necrotério do IML nº 235/71, 10/12/1971. | 23ª Delegacia de Polícia | Aponta o encaminhamento de um corpo encontrado no interior de um veículo na praça Avaí. Contudo, o corpo é identificado como sendo de Nelson Meirelles Riedel. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 67-68. | Esquema de lesões localizadas, 10/12/1971. | Instituto Médico Legal (IML) | Identifica o corpo como sendo de Nelson Meirelles Riedel. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 15. | Óbito, 11/12/1971. | Registro Civil | |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 69. | Termo de identificação, 11/12/1971. | Instituto Médico Legal (IML) | Identifica que o corpo que deu entrada no IML, pela Guia de nº 235/71, era o de Carlos. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, pp. 74-78. | Carlos Eduardo Pires Fleury, sem data. | Serviço de Informações/D OPS-GB. | Apresenta o resumo do acompanhamento feito pelos órgãos de segurança da atuação militante de Carlos até logo depois de sua morte. Informa também sobre a solicitação de prisão preventiva feita pelo Conselho de Justiça Permanente da 2ª Auditoria Militar em 1969, seu indiciamento no inquérito sobre a ALN elaborado pelo DOPS, e que fora trocado pelo embaixador alemão em 1970. Além disso, ressalta sua passagem por Cuba e a identificação de seu retorno clandestino ao Brasil, feito pelo Ministério da Aeronáutica através de fotografias e presente no documento "Informação nº |

| | | | |
|--|---|---------------------------------------|---|
| | | | 850”, 2/12/1971. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, p. 46. | Matéria de jornal: “A polícia conta a morte de terrorista”, 11/12/1971. | Jornal <i>O Estado de São Paulo</i> . | Apresenta a versão oficial sobre a morte de Carlos através da publicação da nota produzida pelos órgãos de segurança. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0022_0004, p. 49. | Matéria de jornal: “Terrorista banido foi morto na GB”, 11/12/1971. | Jornal <i>Folha de São Paulo</i> . | Apresenta a versão oficial sobre a morte de Carlos através da publicação da nota produzida pelos órgãos de segurança. |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Carlos Eduardo Pires Fleury morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Carlos Eduardo Pires Fleury, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

LUIZ HIRATA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Hisae Hirata e Tadayoshi Hirata

Data e local de nascimento: 23/11/1944, Guaiçara (SP)

Atuação profissional: estudante

Organização política: Ação Popular (AP)

Data e local de desaparecimento: 20/12/1971, São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em Guaiçara (SP), Luiz Hirata era de uma família de imigrantes japoneses e agricultores. cursava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, na Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba. Foi militante da Juventude Universitária Católica (JUC) e, depois, da Ação Popular (AP). Usava o codinome Maurício. Em 1969, no quarto ano do curso, foi obrigado a abandonar os estudos por perseguição política. Foi para São Paulo (SP) trabalhar como operário na empresa Mangels, onde se juntou à Oposição Sindical Metalúrgica, atuando com outros importantes militantes políticos sindicais como Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira. Morreu aos 27 anos, nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais ainda não foram identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 14 de maio de 1996 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Hirata. Seu nome consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Luiz Hirata morreu em 20 de dezembro de 1971 em decorrência das torturas a que foi submetido no DOPS/SP. De acordo com a versão oficial, Luiz havia sido preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no dia 26 de novembro de 1971. Após ser submetido a interrogatório, Luiz Hirata teria revelado a informação de que tinha um encontro marcado (“ponto”) com outros militantes. Conduzido ao local, Luiz teria colidido com a traseira de um ônibus quando tentava fugir a pé, em alta velocidade. Ainda, de acordo com essa narrativa, Luiz Hirata teria sido levado ao Hospital das Clínicas, onde morreria em virtude dos ferimentos provocados ao chocar-se com a traseira do ônibus.

Passados mais de 40 anos, as investigações sobre esse episódio revelaram a existência de inúmeros elementos de convicção que permitem apontar que a versão oficial divulgada à época não se sustenta. De acordo com depoimento prestado por Heládio José Campos Leme, preso político que compartilhou cela com Luiz Hirata por duas semanas no final de 1971, Luiz morreu em consequência das brutais torturas a que foi submetido ao longo de três semanas. Nas suas palavras, Luiz ficou com o rosto “tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente”.

O delegado Sérgio Fleury requisitou ao médico-legista Harry Shibata a elaboração de um laudo de exame que referendasse a versão formulada pela repressão: a de que Hirata teria morrido ao chocar-se com a traseira de um ônibus quando tentava fugir. O pedido ocorreu quatro dias antes do óbito do preso político e possibilita dimensionar qual o estado físico de Luiz para que a inverossímil versão pudesse ser cogitada. No documento redigido pelo médico, lê-se:

[...] atendendo ao pedido “reservado” da Delegacia Especializada de Ordem Social, subscrito pelo Dr. Sérgio F. P. Fleury [...]. Segundo informação verbal, o examinado em questão, na tarde de hoje foi vítima de acidente quando tentava fuga, colidindo-se na traseira de um ônibus. Foi removido ao DOPS e por apresentar ferimentos generalizados, foi solicitada a presente perícia. [...] O exame clínico do indivíduo em questão são indicativos [sic] de que houve traumatismo torácico, além de escoriações múltiplas mencionadas. A conduta faz-me parecer de bom alvitre a remoção imediata para o Hospital, onde deverá submeter-se a exame mais acurado, com radiografias complementares e as providências cabíveis.

Apesar de o laudo com as recomendações do legista Harry Shibata ter sido elaborado às 9h15, Luiz Hirata só seria levado ao Hospital das Clínicas cerca de 11 horas depois. De

acordo com a documentação disponível, Luiz teria morrido nesse hospital no dia 20 de dezembro de 1971. A requisição de exame apresentada ao Instituto Médico-Legal (IML), assinada por Jair Romeu, registra como causa da morte “morte natural” e diagnóstica insuficiência renal crônica. No mesmo documento encontra-se grafada a letra “T”, uma referência a “terrorista” para os órgãos da repressão. Os médicos-legistas Onildo B. Rogano e Abeylard de Queiroz Orsini apontaram, em laudo emitido em 20 de dezembro de 1971, para a presença de “lesões não recentes”, embora tenham também referendado a versão divulgada oficialmente. Dois relatórios produzidos pelo Ministério da Marinha e da Aeronáutica, datados da década de 1990, referendaram a versão oficial, afirmando que Hirata “sofreu lesões traumáticas ao tentar fugir”.

Em decisão de 14 de maio de 1996 a CEMDP reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Luiz Hirata. De acordo com o voto apresentado pelo relator, general Oswaldo Pereira Gomes, “as peças do processo dão a plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível”. As circunstâncias da morte de Luiz Hirata, ainda de acordo com a CEMDP, permitem afirmar que era falsa a versão divulgada pelos órgãos oficiais à época.

No âmbito das pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi encontrado na base de dados do Arquivo Nacional um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1975 que reafirma a versão oficial da morte de Luiz Hirata, conforme a qual ele teria falecido em consequência de acidente ocorrido em diligência policial.

De acordo com certidão de óbito juntada ao processo da CEMDP referente ao caso, Luiz Hirata foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus. Seus restos mortais permanecem sem identificação.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Hospital das Clínicas, rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225, Cerqueira César, São Paulo, SP.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

DOPS/SP:

Governador de São Paulo: Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública: general Sérvulo Mota Lima

Diretor do DOPS-SP: delegado Lúcio Vieira

Delegado do DOPS – SP: Sérgio Paranhos Fleury

2. Autoria de graves violações de direitos humanos

| Nome | Órgão | Função | Conduta praticada pelo agente | Local da grave violação | Fonte documental/testemunhal sobre a autoria |
|-------------------------|---|------------------------|--|-------------------------|---|
| Sérgio Paranhos Fleury. | Departamento Estadual de ordem Política e Social de São Paulo (DEOP S-SP) | Delegado. | Prisão, tortura e morte. Participação em falsificação de laudo pericial. | DOPS/SP. | Luiz Hirata foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. |
| Harry Shibata. | IML. | Médico-legista. | Falsificação de laudo pericial. | IML/SP. | Produziu um laudo de corpo de delito em que sustentou a versão policial, segundo a qual Hirata teria colidido com a traseira de um ônibus quando tentou a fuga correndo a pé, em alta velocidade. O laudo com as recomendações de Shibata foi feito às 9h15, mas Luiz Hirata deu entrada no Hospital das Clínicas somente às 20h15, onde em poucos dias veio a falecer. |
| Jair Romeu. | IML. | Auxiliar de necropsia. | Falsificação de requisição exame necroscópico. | IML/SP. | Assinou requisição de exame que registra “morte natural”. No documento estava grafado, ainda, um “T” e a palavra terrorista. |
| Onildo B. Rogeno. | IML. | Médico-legista, | Falsificação de laudo de exame necroscópico | IML/SP. | Assinou laudo de necropsia que referenda a versão oficial. |

| | | | | | |
|---------------------------------------|------|---------------------|---|---------|--|
| | | | ico, | | |
| Abeylar d de Queiroz Orsini. | IML. | Médico- legista. | Falsificaç ão de laudo de exame necroscóp ico. | IML/SP. | Assinou laudo de necropsia que referenda a versão oficial. |

FONTES PRINCIPAIS DA INVESTIGAÇÃO

Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|--|--|
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_037B_0227, pp. 28-31. | Informação nº 881, 9/12/1971. | Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). | Aponta Luiz Hirata como um dirigente da AP e que usava o codinome “Maurício”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0059_0005, pp. 28-31. | Requisição de exame e laudo de exame de corpo de delito, 20/12/1971. | IML/SP. | O exame, assinado pelo doutor Harry Shibata, registra como causa da morte “choque toxêmico e hemorragia por agente contundente”. |
| Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0059_0005, p. 12. | Certidão de óbito, 07/2/1972. | Cartório do Registro Civil do Município e Comarca da Capital do estado de São Paulo. 20º Subdistrito Jardim América. | Indica como causa da morte “choque toxêmico e hemorragia por agente contundente”. |
| Arquivo Nacional, SNIG: AC_ACE_109623_75_001, pp. 27-50. | Informação nº 569, 14/3/1975. | SNI. | Confirma a versão oficial da morte de Luiz Hirata: “Acidentado durante diligência policial veio a falecer (Laudo do IML-SP nº 50.0S6/71).” |
| Arquivo Nacional, | Declaração | CEMDP. | Ao contrário da versão |

| | | | |
|--|---|--|---|
| CEMDP: BR_DFANBSB_AT 0_0059_0005, p. 34. | de Heládio José Campos Leme, 20/9/1995. | | oficial, Heládio declara que foi testemunha da deterioração do estado físico de Luiz Hirata em decorrência dos maus tratos sofridos por Hirata em sessões de tortura no DOPS/SP. Quando já estava bastante debilitado foi retirado da cela e, segundo alegaram os carcereiros, levado para um hospital. |
|--|---|--|---|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Luiz Hirata foi preso, torturado e morto por agentes do Estado brasileiro em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovido pela Ditadura Militar, implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Luiz Hirata, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para localização de seus restos mortais, esclarecimento das circunstâncias de sua morte e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

BOANERGES DE SOUZA MASSA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Laura Alves Massa e Francisco de Souza Massa

Data e local de nascimento: 7/1/1938, Avaré (SP)

Atuação profissional: médico

Organização política: Movimento de Libertação Popular (Molipo)

Data e local de desaparecimento: entre 21/12/1971 e 21/06/1972, Pindorama (TO)

BIOGRAFIA

Boanerges de Souza Massa formou-se em medicina pela Universidade de São Paulo (USP), em 1965. Fez parte da rede de apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN), integrando o setor de apoio médico da organização. Passou a ser perseguido depois de prestar socorro ao militante da ALN, Francisco Gomes da Silva, ferido durante uma tentativa frustrada de assalto a banco, em meados de 1969, no bairro da Penha, em São Paulo (SP). A partir de então, viveu na clandestinidade.

Com a ajuda de religiosos, notadamente de frei Beto, deixou o Brasil rumo a Cuba, onde participou de curso de guerrilha, no período de maio a dezembro de 1970, tendo retornado ao Brasil em 1971, como parte do “Grupo da Ilha” ou “Grupo dos 28” – referência ao número de alunos da terceira turma de guerrilheiros treinados pelo regime de Fidel. Naquela época, militou no setor camponês do Movimento de Libertação Popular (Molipo), tendo se instalado primeiramente na cidade de Bom Jesus da Lapa, no interior baiano, onde vivia como pescador. Posteriormente, atuou em Balsas, próximo a Araguaína, trabalhando em uma farmácia. A documentação oficial menciona sua prisão em fins de 1971, no município de Pindorama (GO). Presos políticos relatam ter tido contato com ele na prisão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Boanerges de Souza Massa foi reconhecido, por unanimidade, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 17 de outubro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

O desaparecimento de Boanerges de Souza Massa esteve intimamente vinculado a seu retorno ao Brasil. Com o término das atividades da terceira turma de preparação de guerrilheiros em Cuba, em fins de 1970, o “Grupo dos 28” ou “Grupo da Ilha” foi preparado seu retorno ao país, para dar prosseguimento à organização da luta armada. No decorrer de 1971, oito integrantes do grupo voltaram para o país, utilizando nomes falsos, portando documentos confeccionados em Cuba.

Após sondagens iniciais, um grupo estabeleceu-se no norte de Goiás, em uma região cortada pela estrada Belém-Brasília, próxima ao Pará e ao Maranhão. A cidade de Araguaína foi escolhida como base de operações do grupo,ⁱ constituído por Jeová de Assis Gomes (chefe), Boanerges de Souza Massa, Ruy Carlos Vieira Berbert, Sérgio Capozzi, Jane Vanine e Otávio Ângelo.

Em 21 de dezembro de 1971, Boanerges foi capturado pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMEGO), na cidade de Pindorama (atualmente, estado de Tocantins). Nesse momento, realizavam-se as ações das primeiras equipes de reconhecimento enviadas pelos órgãos de segurança à região, com vistas a combater os guerrilheiros. Os trabalhos dessas equipes foram chefiados por oficiais à paisana do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do Comando Militar do Planalto (DOI-CODI/CMP), do Destacamento de Operações de Informações da 3ª Brigada de Infantaria (DOI/3ª BDA INF) e da Agência Distrito Federal do Centro de Informações do Exército (CIE/ADF).

Ao ser capturado, Boanerges vivia como vendedor de produtos farmacêuticos e portava carteiras de identidade falsas, com os nomes de Júlio Martins e Moisés Leôncio Braga. Foi supostamente conduzido de Pindorama para Porto Nacional, então estado de Goiás, de onde sua prisão foi comunicada ao Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (CMP/11ª RM). Pouco depois, em 26 de dezembro, foi removido para Brasília, por meio de transporte aéreo realizado pela 6ª Zona Aérea (6ª ZAer).ⁱⁱ

Pesa sobre Boanerges a suspeita de ser o informante que permitiu o desmantelamento do Grupo da Ilha. O Relatório Periódico de Informações nº 24 da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), com data de abrangência de 16 a 31 de dezembro de 1971, não confere sustentação a essa tese. O item “a. Regresso ao Brasil de terroristas treinados em Cuba” destaca os desdobramentos da prisão de um militante portando identidade falsa, com o nome de EDUARDO PRATINI. A partir da análise da fonte, foi possível: “(i) identificar e, segundo a versão oficial, eliminar em tiroteios ocorridos durante a prisão, três guerrilheiros que retornavam de Cuba; e, (ii) tomar conhecimento da existência de uma dissidência da ALN, a ‘Operação Ilha’.” Já em outro ponto do documento, o item “c. BOANERGES DE SOUZA MASSA, terrorista foragido, em Goiás”, aponta informações sobre o médico, com detalhes sobre a prisão do militante do Molipo em fins de dezembro de 1971, no interior de Goiás. ⁱⁱⁱ

Segundo informações oficiais, Boanerges haveria informado a data de “pontos” com outros companheiros e a localização de uma fazenda do Molipo na região de Araguaína (atual Tocantins), além de detalhes sobre integrantes do Grupo da Ilha. Informações consideradas decisivas para a prisão de Ruy Caros Vieira Berbert. Por seu turno, as prisões de Jeová Assis Gomes e do casal, Sérgio Capozzi e Jane Vanine Capozzi, só não ocorreram de imediato, em razão da dificuldade das forças de segurança para chegar à localidade. ^{iv} Portanto, mesmo que as declarações sobre “pontos” e a localização da fazenda que servia de base de operações da organização política possam ter sido declaradas por Boanerges, isso só ocorreu após sua captura e aprisionamento, o que não configura o gatilho inicial que desencadeou a operação para o desmantelamento do Molipo.

Após sua prisão e movimentações iniciais, pouco se sabe sobre o que aconteceu com Boanerges. Nos acervos, há apenas algumas pistas. Por meio da Informação nº 197/72-E2.2, de 27 de junho de 1972, por exemplo, a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército relatou detalhes sobre a situação de militantes da ALN que frequentaram cursos em Cuba. Nesse documento, registra-se que, em 21 de junho de 1972, Boanerges ainda se encontrava preso, embora sem indicação de detalhes sobre o local. ^v

Taís Morais, por sua vez, com base nas declarações de “Carioca”, agente ligado ao Centro de Informações do Exército (CIE), oferece uma versão para a morte de Boanerges e algumas pistas sobre a possível localização de seus restos mortais. Ao ser levado para o Distrito Federal pela Polícia do Exército, Boanerges teria ficado detido no

Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão de Polícia do Exército (PIC/BPE), sendo, posteriormente, transferido para um “aparelho” (instalação clandestina) do CIE. Segundo consta, esse aparelho ficava na zona rural de Formosa, cidade goiana a cerca de 70 quilômetros da capital federal. Em seguida, Carioca ficou sabendo por Geverci – jovem soldado, de origem camponesa e responsável pela vigilância do aparelho^{vi} – que o médico havia sido morto e levado o seu corpo. Geverci teria narrado o acontecido a Carioca mais ou menos nos seguintes termos: “Foi **feito** e enterrado por aí. A equipe veio, levou o homem de madrugada e sumiu com ele”.^{vii} Provavelmente, foi sepultado nas proximidades de Formosa.^{viii}

O Ministério Público Federal (MPF) de Tocantins ingressou com uma Ação Civil Pública em novembro de 2012, protocolada sob o nº. 0007792-21.2012.4.01.4300, com trâmite na 2ª. Vara Federal de Tocantins, requerendo a responsabilização penal e civil de Lício Augusto Ribeiro Maciel como autor e partícipe da prisão ilegal e morte de Boanerges de Souza Massa, assim como de outros militantes que morreram ou desapareceram no hoje estado do Tocantins. O MPF requereu também a cessação dos benefícios de aposentadoria ou inatividade percebidos pelo militar, além de sua condenação para suportar o valor da indenização paga pela União Federal à família, em virtude de pagamento realizado por comissão de reparação. Requereu, ainda, a condenação da União Federal, no sentido de empreender medidas para a localização dos restos mortais de Boanerges de Souza Massa e Ruy Carlos Vieira Berbert.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Pindorama (TO).

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. Cadeia de Comando do(s) órgão(s) envolvido(s) no desaparecimento e na morte

1.1. Centro de Informações do Exército (CIE)

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Chefe do CIE - Agência DF: major Lício Augusto Ribeiro Maciel

1.2. Comando Militar Planalto

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante do Comando Militar do Planalto: general de Divisão Dióscoro Gonçalves Vale e general de Exército Olavo Viana Moog

1.3. 3ª Brigada de Infantaria/ DOI-CODI

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: general de Brigada Antonio Bandeira

Chefe do DOI-CODI: capitão Aluísio Madruga de Moura e Souza

1.4 - Brigada Militar de Goiás

Governador de Goiás: Leonino de Ramos Caiado

Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás: coronel Israel Cóppio Filho

Chefe da Brigada Militar de Goiás: coronel Geraldo Antônio de Freitas

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|---|---------------------------------------|--|
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_45639_72, pp. 2-17. | Encaminhamento 116/ABSB/SNI/1 972, 2/5/1972. | Agência Brasília do SNI. | Relatório da “Operação Ilha”, responsável pelo desmantelamento do Molipo no norte de Goiás em fins de 1971 e início de 1972. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_47380_72, pp. 2-8. | Informação 197/72-E2.2, 27/6/1972. | 2ª Seção do Estado Maior do Exército. | Situação de militantes da ALN que frequentaram curso de guerrilha em Cuba (data-base das informações: 21/6/1972). |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_48480_72, pp. 2-8. | Encaminhamento 249/16/SNI/ASV /72, 4/8/1972. | Agência Salvador do SNI. | Situação de militantes da ALN que frequentaram curso de guerrilha em Cuba (data-base das informações: 21/6/1972). |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASP_ ACE_11008_82, pp. 2-7. | Periódico de Informações nº 24, 16- 31/12/1971. | Agência Central do SNI. | Monitoramento do regresso de militantes do Molipo ao Brasil, entre outras informações. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ASV _ACE_4663_82, pp. 3-7; BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_44892_72, pp. 3-6. | Informação 016- 1/E2, 7/1/1972. | Agência Salvador do SNI. | Monitoramento das ações do Molipo em Bom Jesus da Lapa (BA). Atuação de Boanerges no local, desde junho de 1971. (Trata-se de reprodução de Informação do CIE, de 20/12/71). |

| | | | |
|--|--|----------|---|
| Arquivo Nacional, SNI: AC_ ACE_42331_71, pp. 2-15. | Informação 796, 22/11/1971. | Cenimar. | Retorno ao Brasil de militantes com curso de guerrilha em Cuba. Boanerges era um deles. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_ABH_ ACE_7245_82, pp. 4-10. | Informação 3122/S-102-S1-CIE, 22/12/1971. | CIE. | Retorno de 28 brasileiros, pertencentes à ALN e que fizeram curso de guerrilha em Cuba. Boanerges é um deles. Estava na Bahia, foragido. As informações foram obtidas com base nos depoimentos de EDUARDO PRATINI (identidade falsa), preso em 4/11/71. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_43840_72, pp. 2-5. | Informação 63, 21/2/71972. | Cenimar. | Informações sobre a ALN e a conjuntura que redundou na criação do Grupo da Ilha, do qual Boanerges era integrante. |
| Arquivo Nacional, CISA: BR_AN_BSB_VAZ_090_0075, pp. 1-4. | Informação 110/CISA-ESC RCD, 21/3/1972. | CISA. | Informações sobre o Grupo da Ilha. Registra-se que Boanerges estava em Goiás, com outros integrantes do grupo. |
| Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ ACE_47772_72, pp. 2-5. | Excerto do documento "Campo Psicossocial". | - | Notícia da prisão de Boanerges no final de 1971, em Pindorama (TO). |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Boanerges de Souza Massa morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a localização e identificação de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

i Antes de Araguaína, Boanerges e outros integrantes de grupo, como Rui Berbert, instalaram-se provisoriamente na cidade de Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

ii Detalhes sobre as ações e os desdobramentos das ações que resultaram na prisão de Boanerges podem ser encontrados no relatório da Operação Ilha. Ver: Arquivo Nacional, SNI: AC_ ACE_45639_72, pp. 3-11.

iii Arquivo Nacional, SNI: ASP_ ACE_11008_82, pp. 2-7.

iv Referências documentais: AC_ ACE_45639_72.

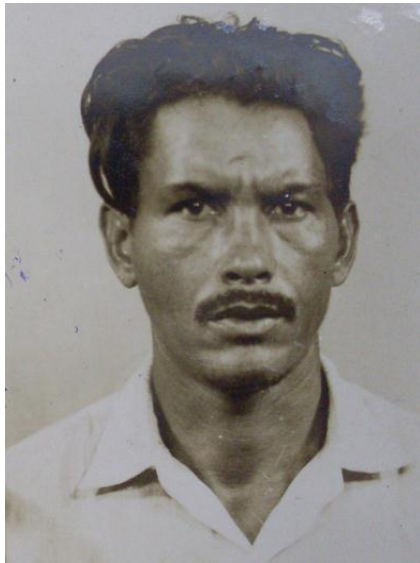
v Referências documentais: AC_ ACE_47380_72.

vi Conforme apurou Taís Morais, após a desativação do aparelho e por sugestão dos superiores, Geverci teria iniciado os estudos. Formou-se em Direito e trabalhou na Presidência da República.

vii MORAIS, T. *Sem vestígios*. São Paulo: Geração Editorial, 2008, p. 102. grifo no original.

viii MORAIS, T. *Sem vestígios*. São Paulo: Geração Editorial, 2008, pp. 99-102 (capítulo: “Sumiram com o homem, de madrugada”).

AMARO FÉLIX PEREIRA



DADOS PESSOAIS

Filiação: Caetana Maria da Conceição e Félix Pereira da Silva

Data e local de nascimento: 10/5/1929, Rio Formoso (PE)

Atuação profissional: trabalhador rural.

Organização política: Partido Comunista Revolucionário (PCR)

Data e local de desaparecimento: entre 1971 e 1972, Rio Formoso (PE)

BIOGRAFIA¹

Amaro Félix Pereira foi trabalhador rural, funcionário do Engenho Soledade, do Engenho Tibiri e da Usina Central do município de Barreiros (PE), na qual trabalhou por 29 anos. Filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros desde 1963, militou também no Partido Comunista Revolucionário (PCR), e exerceu liderança entre os trabalhadores rurais da região.

Amaro não constava nas listas de mortos e desaparecidos políticos vítimas da ditadura. Somente em 2003, após seus filhos encaminharem requerimento à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), deferido por unanimidade em 2006, foi reconhecido formalmente como desaparecido. Era casado com Maria Júlia Pereira, com quem teve 10 filhos.

Amaro era negroⁱⁱ. Em depoimento obtido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), José Expedito Prata declarou ter estado preso junto a Amaro, do qual ouviu: “Vocês são brancos, vocês vão sair daqui. Eu não vou sair vivo”ⁱⁱⁱ.

Sua primeira prisão ocorreu em 16 de abril de 1964, acusado de praticar atividades subversivas em Barreiros/PE. Preso em sua residência, perante a sua família, Amaro presenciou sua esposa ser violentada por policiais, o que provocou o aborto de seu filho. Espancado e algemado, foi encaminhado para a delegacia do DOPS, em Recife, sem poder auxiliar e sem receber qualquer notícia da esposa ferida. Na delegacia, preso e incomunicável, foi brutalmente torturado no período em que permaneceu detido. Foi liberado apenas em 07 de maio de 1964^{iv}.

No ano de 1966, tentou participar das eleições para presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, porém, sua candidatura foi indeferida, sob o argumento de que estaria fora do prazo. Amaro não votou na eleição de chapa única e, em 03 de março daquele ano, foi preso novamente, por um período de três dias, acusado de promover agitação nas eleições. Libertado em 7 de março de 1966, descobriu que havia sido demitido da Usina Central de Barreiros e que deveria deixar a casa onde morava^v.

Nova prisão sofreu Amaro Félix em 29 de novembro de 1969, acusado de exercer atividades subversivas, quando trabalhava no sítio de Amaro Luís de Carvalho, o “Capivara”, dirigente do PCR que seria morto, em 22 de agosto de 1971, na Casa de Detenção de Recife^{vi}.

Amaro Félix militava na área rural pernambucana com Amaro Luis de Carvalho ou “Antonio Nunes Capivara”, Manoel Aleixo da Silva, vulgo “Ventania” e Manoel Lisboa de Moura, todos do PCR, posteriormente mortos ou desaparecidos pela repressão, e citados, entre outros nomes, no mandado de prisão emitido por Antônio Carlos de Seixas Telles, Auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em 23 de janeiro de 1970, em razão de o Conselho Permanente de Justiça do Exército ter decretado a prisão preventiva desses militantes, acusados de contrariar a Lei de Segurança Nacional^{vii}.

A última prisão de Amaro foi registrada na Casa de Detenção de Recife, em 20 de janeiro de 1970, quando foi condenado a um ano de prisão. Documento da ABIN, de 11 de março

de 2005, registra 24 de novembro de 1970 como a data em que ele teria saído do cárcere^{viii}. Constam, ademais, dois termos de declarações prestados por Amaro Félix na Casa de Detenção da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, em Recife, ao delegado João Washington de Mendonça Filho, o primeiro datado de 13 de janeiro de 1970, e o segundo em 7 de julho de 1970, na qual descreve sua militância na região^{ix}.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos deferiu, em 2006, o pedido de indenização requerido pela família no Processo nº.105/03. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)* organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi declarado anistiado político *post mortem* pela Comissão de Anistia, em julgamento realizado em 21/11/2007, nos termos da Lei nº. 10.559/2002 (Requerimento 2003.01.19201, Portaria publicada em 05 de janeiro de 2009).

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO

Teria sido sequestrado, morto e desaparecido entre 1971 e 1972, segundo depoimentos contidos no requerimento encaminhado à CEMDP. No processo da CEMDP, os familiares não conseguiram apontar com precisão a data do desaparecimento de Amaro, e a CEMDP utilizou a data de 05 de outubro de 1972, para efeitos do cálculo da expectativa de sobrevivência do desaparecido, previsto no art. 11 da Lei 9.140/1995^x. Após a libertação da Casa de Detenção de Recife em 24 de novembro de 1970, sem indicação de quanto tempo depois, Amaro Félix teria sido levado da Usina por quatro policiais armados em uma viatura branca da polícia, depois disso nunca mais foi visto, segundo o requerimento formulado por seus familiares^{xi}.

Uma versão para a morte e desaparecimento de Amaro, baseada na declaração de Elzir Amorim de Moraes, em 19 de setembro de 2002, no Processo da CEMDP, é de que teria sido vítima dos funcionários da Usina Central de Barreiros. Segundo o depoimento: Amaro “foi barbaramente espancado e morto segundo evidências da época, pelos funcionários da Usina, os quais não podendo serem (sic) identificados por razões óbvias. Adiantamos que suas afirmativas de ser perseguido e ameaçado de morte foram objetivadas”.

Por seu turno, declaração prestada por Apolônio Monteiro de Araújo, em 07 de agosto de 2002, incluída no requerimento da família à CEMDP, confirmou as ameaças de morte sofridas por Amaro, que teria lhe revelado “antes de ser morto, que estava sendo perseguido e ameaçado de morte, acusado de exercer atividades Subversivas”.

Pedro Bezerra da Silva, trabalhador rural que esteve preso com a vítima, declarou ter informações de que Amaro Félix foi visto pela última vez em um jipe de placa branca, deitado debaixo do banco, já falecido, amarrado por correntes, sendo escoltado por policiais^{xii}.

Declaração de Elias, o filho mais velho de Amaro, descreveu perseguições e ameaças de morte sofrida por Amaro. Elias declarou também ter sido preso e agredido por policiais e por funcionários da Usina Central de Barreiros. De acordo com ele, a família ouviu relatos de que o corpo de Amaro teria sido jogado dentro da caldeira da usina ou no rio Una, na região de Barreiros em Pernambuco^{xiii}.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Rio Formoso (PE). Local indefinido.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. Documentos que elucidam as circunstâncias do desaparecimento e da morte

| Identificação da fonte documental | Título e data do documento | Órgão produtor do documento | Informações relevantes |
|--|--|------------------------------------|---|
| Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, pp. 194-195. | Agência Brasileira de Inteligência, 11 de março de 2005. | ABIN | Documento da ABIN, de 11 de março de 2005, registra 24 de novembro de 1970 como a data em que ele teria saído do cárcere pela última vez. |

| | | | |
|---|--|--------------|--|
| <p>Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p.93.</p> | <p>Declaração prestada por Elzir Amorim de Moraes no requerimento apresentado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 19 de setembro de 2002.</p> | <p>CEMDP</p> | <p>O depoimento afirma que Amaro “foi barbaramente espancado e morto segundo evidências da época, pelos funcionários da Usina, os quais não podendo serem identificados por razões óbvias. Adiantamos que suas afirmativas de ser perseguido e ameaçado de morte foram objetivadas”.</p> |
| <p>Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p.94.</p> | <p>Declaração prestada por Elias Félix Pereira no requerimento apresentado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, (sem data).</p> | <p>CEMDP</p> | <p>Ao descrever a morte do pai, Elias afirma não saber o que houve com Amaro ouvindo apenas “rumores de que o seu corpo tenha sido jogado dentro da caldeira da Usina Central Barreiros ou dentro do Rio Una, sem que, na verdade, ninguém, até hoje, saiba do verdadeiro destino do seu corpo”.</p> |
| <p>Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p.100.</p> | <p>Declaração prestada por Apolônio Monteiro de Araújo no requerimento apresentado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 07 de agosto de 2002.</p> | <p>CEMDP</p> | <p>Sobre Amaro, declarou Apolônio: “Podendo testemunhar que o mesmo disse ao Declarante, antes de ser morto, que estava sendo perseguido e ameaçado de morte, acusado de exercer atividades Subversivas”.</p> |

| | | | |
|---|--|-------|--|
| Arquivo Nacional: CEMDP BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p. 207. | Declaração prestada por Pedro Bezerra da Silva no requerimento apresentado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 07 de agosto de 2002. | CEMDP | O depoimento descreve que: “um certo dia, depois que ele foi solto pela última vez e desapareceu, foi visto um dia pela madrugada, apareceu no Jipe (sic) de placa branca cheio de policial, para cocerta (sic) o carro, foi visto por vários motoristas da mesma oficina, que no tão ele deitado debaixo do banco do jipe amarrado de corrente e visto pelo motorista da oficina por nomi (sic) Joca Vila Verde e por outros Arlindo, taropleto (sic) e por vários outros que virão (sic)”. |
|---|--|-------|--|

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das circunstâncias do caso e das investigações realizadas, pode-se concluir que Amaro Félix Pereira foi sequestrado e desaparecido, entre os anos de 1971 e 1972, na região de Rio Formoso (PE), em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Amaro Félix Pereira, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

ⁱ Brasil. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 312; Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. IEVE- Instituto de Estudos sobre a violência do Estado. São Paulo, 2009. pp. 400-402.

ⁱⁱ Foi incluído no livro “Direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar”. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2009, p.14.

ⁱⁱⁱ ***Aguardando envio de depoimento da CEMVDHC para criar NUP da CNV.**

^{iv} Prontuário Individual - Amaro Félix Pereira - APEJE - DOPS - PE, nº 14.094, Fundo SSP nº 20480. Registro de Preso. Preso em 16 de abril de 1964. Solto em sete de maio de 1964.

^v Prontuário Individual - Amaro Félix Pereira - APEJE - DOPS - PE, nº 14.094, Fundo SSP nº 20480. Registro de Preso. Preso em três de março de 1966. Solto em sete de março de 1966.

-
- ^{vi} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p. 223. (Fundo: CEMDP). E também: Prontuário Individual - Amaro Félix Pereira - APEJE - DOPS - PE, nº 14.094, Fundo SSP nº 20480. Registro de Preso. Preso em 29 de novembro de 1969.
- ^{vii} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p. 223. (Fundo: CEMDP). E também: Prontuário Individual - Amaro Félix Pereira - APEJE - DOPS - PE, nº 14.094, Fundo SSP nº 20480. Mandado de Prisão. Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, de 23 de janeiro de 1970. Recife – PE.
- ^{viii} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, pp. 194-195. (Fundo: CEMDP).
- ^{ix} Prontuário Individual - Amaro Félix Pereira - APEJE - DOPS - PE, nº 14.094, Fundo SSP nº 20480. Termo de Declaração de 13 de janeiro de 1970 e Termo de Declaração de 07 de julho de 1970.
- ^x Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0010, p. 27. (Fundo: CEMDP).
- ^{xi} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, pp. 6-7. (Fundo: CEMDP).
- ^{xii} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p. 102. (Fundo: CEMDP).
- ^{xiii} Arquivo Nacional: BR_DFANBSB_AT0_0012_0009, p. 94. (Fundo: CEMDP).